

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Doutorado em História

JOSÉ DOS SANTOS DE ABREU

**O PROCESSO DE DESMOBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE DE
SEGURANÇA E INFORMAÇÕES DO PARANÁ (CSI-PR) NO
CONTEXTO DA RESISTÊNCIA/DESCOMPRESSÃO POLÍTICA DA
DITADURA DE SEGURANÇA NACIONAL BRASILEIRA (1975-1983)**

Porto Alegre

2023

JOSÉ DOS SANTOS DE ABREU

O PROCESSO DE DESMOBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE DE
SEGURANÇA E INFORMAÇÕES DO PARANÁ (CSI-PR) NO CONTEXTO
DA RESISTÊNCIA/DESCOMPRESSÃO POLÍTICA DA DITADURA DE
SEGURANÇA NACIONAL BRASILEIRA (1975-1983)

Tese apresentada como requisito
parcial à obtenção do título de
doutor em História do Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas da
Universidade Federal do Rio
Grande do Sul.

Orientadores: Prof.^a Dr.^a Claudia
Wasserman

Prof. Dr. Enrique Serra Padrós (*in
memoriam*)

Porto Alegre

2023

CIP - Catalogação na Publicação

Abreu, José dos Santos de
O PROCESSO DE DESMOBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE DE
SEGURANÇA E INFORMAÇÕES DO PARANÁ (CSI-PR) NO CONTEXTO
DA RESISTÊNCIA/DESCOMPRESSÃO POLÍTICA DA DITADURA DE
SEGURANÇA NACIONAL BRASILEIRA (1975-1983) / José dos
Santos de Abreu. -- 2023.
290 f.
Orientadores: Cláudia Wasserman, Enrique Serra
Padrós.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, , Porto Alegre, BR-RS, 2023.

1. ditadura de Segurança Nacional. 2. DOPS-PR. 3.
DOI-CODI-5ª Região Militar. 4. terrorismo de Estado
(TDE). 5. ditadura em Curitiba. I. Wasserman, Cláudia,
orient. II. , Enrique Serra Padrós, orient. III.
Título.

JOSÉ DOS SANTOS DE ABREU

**O PROCESSO DE DESMOBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE DE
SEGURANÇA E INFORMAÇÕES DO PARANÁ (CSI-PR) NO
CONTEXTO DA RESISTÊNCIA/DESCOMPRESSÃO POLÍTICA DA
DITADURA DE SEGURANÇA NACIONAL BRASILEIRA (1975-1983)**

Tese apresentada como requisito parcial à obtenção do título de doutor em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadores: Prof.^a Dr.^a Claudia Wasserman

Prof. Dr. Enrique Serra Padrós (*in memoriam*)

Aprovado em:

23 de janeiro de 2023.

BANCA EXAMINADORA:

Prof.^a Dr.^a Claudia Wasserman - Orientadora

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Diorge Alceno Konrad

Universidade Federal de Santa Maria

Prof.^a Dr.^a Carla Luciana Silva

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof.^a Dr.^a Marion Brepohl de Magalhães

Universidade Federal do Paraná

Prof.^a Dr.^a Mariana Joffily

Universidade do Estado de Santa Catarina

Para minha mãe Helena dos Santos, meu pai Domingos de Abreu Braz, e meus queridos amigos Elizabete Teixeira da Silva e Severino Alves da Silva (*in memoriam*).

AGRADECIMENTOS

El condor passa sobre os Andes

E abre as asas sobre nós.

(Belchior, Voz da América. Álbum: Era uma vez um homem e seu tempo, 1979)

Resulta dessa etapa porto-alegrense de minha trajetória intelectual vinculada à UFRGS, e orientada majoritariamente pelo notável professor Enrique Serra Padrós, uma nova abordagem sobre aspectos da ditadura de Segurança Nacional, ocorridos em Curitiba, no Paraná. Obviamente que sob o crivo do método científico, na presente tese pude dar livre curso às minhas inclinações historiográficas e, sob a ótica marxista, voltei-me para a análise dos embates classistas presentes nesse período histórico representativo do tipo de conformação imposto a esse país tão abjetamente pensado e administrado para o bem-estar de alguns, em detrimento da dignidade dos muitos outros.

Quero homenagear e agradecer inicialmente àquele que me colocou em contato pela primeira vez com o marxismo, e com a face - até então desconhecida por mim - mais cruel da ditadura de Segurança Nacional brasileira: o terrorismo de Estado. Foi pelas mãos de Odair Jorge da Silva, o “daico”, agente cultural atuante na cidade de Itaquaquecetuba, São Paulo, amigo que se tornaria o meu primeiro guru, que aquele garoto recém-saído da adolescência daria seus primeiros passos rumo ao mundo do conhecimento.

Agradeço e presto minha homenagem póstuma ao sociólogo e professor Leandro Schilipake, camarada do PC do B que fez o pequeno espaço de tempo composto por uma semana plena de cumplicidade e solidariedade transformar-se como que numa amizade de toda uma vida.

Agradeço imensamente aos meus queridos amigos, os irmãos Gilson e Cláudio Granja, parceiros que acompanharam toda essa fase acadêmica de minha trajetória, seja em manifestações contra as ilegalidades golpistas dos últimos anos, ou acolhendo-me no retiro solidário de seu lar, sempre que os infortúnios e percalços da vida se faziam presentes de forma mais aguda.

Faltam-me palavras para novamente agradecer ao meu outro guru, Antônio Fontoura Jr, parceiro e guia, tanto na produção de minha dissertação - quando fomos colegas de mestrado na UFPR -, como na realização da pesquisa e elaboração da presente tese, acompanhando todo esse processo e participando de momentos de aflições e descobertas que resultaram em mais uma contribuição para a historiografia da ditadura de SN brasileira no Paraná.

Agradeço ao sempre gentil ex-deputado e ativista dos direitos humanos e da justiça de transição no Brasil, Adriano Diogo, presidente da Comissão Estadual da Verdade “Rubens Paiva”, de São Paulo, por sua colaboração em diversos momentos dessa pesquisa. Ao Núcleo Memória de São Paulo, que coordena o espaço tombado do antigo prédio do DOI-CODI do II Exército, na rua Tutóia, em São Paulo, capital, em especial aos amigos Cezar Rodrigues e Maurice Politti, pela acolhida durante a visita mediada a esse símbolo do terrorismo de Estado da ditadura de SN brasileira, cuja metodologia seria exportada para Curitiba, no ano de 1975.

Agradeço a Marly Heller, filha do saudoso Milton Ivan Heller, autor da obra seminal sobre a ditadura no Paraná, o livro *Resistência democrática: a repressão no Paraná*, publicado em 1988, como resultado de um projeto de recuperação de parte da história da repressão nesse estado durante a ditadura de SN, que me presenteou com parte do acervo da biblioteca de seu pai, além de outros materiais de pesquisa de imenso relevo.

Foi sob os auspícios e com o apoio do então secretário de Cultura, e advogado de presos políticos durante o período discricionário, Rene Ariel Dotti (*in memoriam*), que a pesquisa que resultou no livro assinado por Milton Ivan Heller foi desenvolvida logo nos primeiros anos de reestabelecimento do Estado de Direito no país. Dotti foi também um importante incentivador de minhas pesquisas, colaborando por meio de conversas, compartilhamento de documentos, e honrando-me com sua presença no lançamento de meu livro sobre a Operação Pequeno Príncipe, distinções que me tocaram profundamente e as quais agradeço postumamente.

Agradeço ao advogado trabalhista e ex-presos político Cláudio Ribeiro por sua colaboração e generosidade ao longo desses anos de pesquisa sobre momentos da história de Curitiba e do país que confundem-se com sua vida de militância política e ativismo pelos direitos humanos.

Quando comecei a pesquisar o caso das escolinhas Oficina e Oca em 2005, um de meus primeiros contatos foi o advogado trabalhista e ativista político Edésio Passos. Os materiais disponibilizados por Edésio foram vitais para a estruturação da pesquisa naquele momento no qual, segundo suas palavras: “não havia nada sistematizado sobre o caso das escolinhas”. Com seu auxílio pude suprir tal lacuna, produzindo uma dissertação, alguns artigos e um livro sobre as prisões políticas dos onze membros das escolinhas Oficina e Oca, em 1978. Apesar de ter nos deixado em 2016, a contribuição desse lutador das causas sociais e membro fundador do Partido dos Trabalhadores, no Paraná, se estendeu para essa tese por meio de uma importante entidade criada por seu filho, André Passos, em sua homenagem: o Instituto Edésio Passos, que entre outras colaborações com a pesquisa, ofereceu logo em seus primórdios uma

bolsa de estudos que ampliou as possibilidades de alcançarmos nosso propósito comum de imersão e deslindamento dos aspectos até então depositados nas profundezas nas quais operaram as engrenagens repressivas do Paraná durante a ditadura de SN brasileira, em especial o DOI-CODI-5ª RM. Para além do André, estendo meus agradecimentos à Zélia Passos, Tatyana S. Friedrich, Sandro Lunard Nicoladeli e Raquel Sizanoski, sócios-fundadores do Instituto Edésio Passos.

As dificuldades em levar adiante a pesquisa, em meio às obrigações profissionais, somente puderam ser superadas com o auxílio de colegas que compartilham da nossa compreensão sobre a necessária valorização do conhecimento do passado como meio de intervir no presente de forma consciente, sobretudo, apoiados na produção científica, nesses tempos de negacionismo e de clamor de setores da sociedade pela volta da ditadura e de tudo o que isso implica. Nesse sentido, quero agradecer a colaboração e compreensão das minhas colegas Haedy Beatrix Hilling Niebel, diretora da Escola Estadual Monsenhor Ivo Zanlorenzi; e Roseli de Cássia Moloni Garcia, diretora da Escola Municipal Anita Merhy Gaertner, ambas em Curitiba.

Sou imensamente grato aos membros das bancas de qualificação e defesa, professores-doutores Diorge Alceno Konrad (UFSM) e Carla Luciana Silva (UNIOESTE), pela generosidade de suas contribuições, disposição e interesse pelo tema. Estendo o agradecimento à professora-doutora Mariana Joffily (UDESC), que veio se somar a banca de defesa após um feliz e providencial encontro durante uma visita mediada ao antigo prédio do DOI-CODI do II Exército, em São Paulo, realizado esse ano, quando entabulamos uma primeira conversa que resultou no convite para sua participação

Agradeço imensamente a minha orientadora do mestrado na UFPR, professora-doutora Marion Brepohl de Magalhães, por aceitar participar da banca de defesa e por suas contribuições ao longo desses anos na forma de orientações informais, empréstimos de livros, entre outros.

Agradeço ao Presidente do grupo Tortura Nunca-mais do Paraná, Narciso Pires pela colaboração ao longo da pesquisa e, sobretudo, pela entrevista que nos concedeu e que compõe o ANEXO II dessa tese, na qual discorreu com abrangência e extrema propriedade sobre temas envolvendo aspectos locais da ditadura de SN brasileira, ocorridos em Curitiba e outras regiões do Paraná.

Minha gratidão ao delegado aposentado da Polícia Federal, Roberto das Chagas Monteiro por sua colaboração extremamente valiosa para as pesquisas de mestrado e doutorado que se estenderam por 18 longos anos.

Agradeço ainda ao professor Joao Roberto Martins Filho, pela receptividade e colaboração nos momentos em que algumas dúvidas sobre a contribuição dos militares franceses para a aplicação do TDE pela ditadura me assaltaram, quando para além do acesso a sua produção sobre o tema, pude contar com sua colaboração por meio de troca de mensagens.

Sou muito grato à senhora Zeloni Guterres Cavalheiro, a nossa dona Zê, que me abriu as portas de sua casa, em Porto alegre, durante o ano de 2019, quando fui muito bem acolhido por todos os moradores desse espaço de solidariedade e alegrias durante o período em que cursei algumas disciplinas presenciais do programa de doutorado em História da UFRGS. Às professoras dessas disciplinas: professoras-doutoras Celi Pinto e Mariluce Vargas, meus mais sinceros agradecimentos.

Coube a professora Cláudia Wasserman assumir a pesarosa incumbência de substituir Enrique Padrós em minha orientação de doutorado. Agradeço imensamente pelo aceite e pela disposição ininterrupta em me auxiliar durante a fase de finalização dos trabalhos e, sobretudo, por me brindar novamente com uma orientação de tão elevada competência e domínio sobre um tema tão complexo, mas que nos fascina e impulsiona para a luta.

Não poderia deixar de ter como convidado especial nos trabalhos envolvendo a defesa de minha tese, o guru de meu guru, aquele que o Enrique sempre lembrava com imenso carinho, quando em meio a nossas conversas ou durante as aulas, discorria sobre a importância do professor LD em sua formação, sem deixar de lado os aspectos do humor que envolviam algumas de suas peripécias ao volante de seu potente Lada pelo campus do Vale: obrigado, professor-doutor Luiz Dario Teixeira-Ribeiro.

Quero deixar registrada minha gratidão e explicitar meu profundo amor por alguns de meus familiares que foram presença e aliados constantes (ou não) durante os seis últimos anos dessa nova pesquisa sobre a ditadura de SN brasileira: minha esposa, Vanessa Tacci; meus filhos, Helena, Gabriel, Michel e Luiza; minhas netas, Manuella, Inaê, Clara, Valentina e Maitê; minha irmã Alda; meu cunhado Ireno; minha sobrinha Ryelen; sobrinhos-netos, Artur e Melina; meus genros Ronaldo e Mateus; ao amigo e historiador Cláudio Matildes Barbosa, meu parceiro nas visitas ao Memorial da Resistência e ao prédio do antigo DOI-CODI do II Exército, na capital paulista; e aos amigos Carla e Túlio, sempre!

Encerro agradecendo ao nosso querido Enrique, que mesmo em meio a circunstâncias extremamente difíceis, quando já convivía com a doença que o vitimaria anos depois, e comprometido com um número já excessivo de orientandos, silenciou sobre esse primeiro aspecto, e acabou por deixar uma porta aberta para orientar alguém desconhecido e de uma cidade distante. Após uma certa relutância, não muito convincente, resolvi apelar, enviando ao

Enrique uma reportagem sobre minha pesquisa envolvendo as escolinhas Oficina e Oca, publicada pelo jornalista e professor da UFPR, José Carlos Fernandes (muito obrigado, Zé Carlos!), uma das poucas vozes progressistas daquele que se tornou o principal veículo do pensamento da extrema-direita em Curitiba: a Gazeta do Povo. Minha trajetória acadêmica e alguns aspectos proletários de minha vida devem ter causado boa impressão, porque depois do envio desse e de outros materiais que versavam também sobre a publicação do meu livro *Operação Pequeno Príncipe: polícia política e marxismo infantil no Paraná*, Enrique devolveu-me a bola, dizendo: “se tu passares no processo seletivo eu te oriento. A responsabilidade está contigo!”

Assim, depois de aprovado no processo seletivo do doutorado em História da UFRGS, Enrique me chamou para uma primeira conversa, na qual abriu o jogo e me falou da doença e das dificuldades que teríamos pela frente. Trabalhamos juntos ao longo de cinco anos, com alguns encontros presenciais em Florianópolis, Porto Alegre e Santa Maria (quando visitei Santa Cruz do Sul para conhecer a cidade e a casa em que Belchior viveu seus últimos dias).

Foi já velho para a trajetória acadêmica que me pus a buscar recuperar o tempo perdido, quando em 2003 retomei os estudos, reiniciando a graduação em História nas Faculdades Integradas Espírita, em Curitiba. Dali em diante fui aprovado em concursos para professor nas redes estadual do Paraná e municipal de Curitiba, concluí especialização em Geopolítica, mestrado em História, produzi alguns textos que fizeram parte de algumas coletâneas de história do Paraná, publiquei um livro e, finalmente, consegui realizar um desejo acalentado desde o momento em que ao me deparar com o primeiro texto do Enrique Padrós, fiquei assombrado com a precisão de suas análises e sua abordagem classista das ditaduras de SN do Cone Sul latino-americano. A identificação com esse autor até então completamente desconhecido foi instantânea e na medida em que eu conhecia outros textos de sua lavra aquela certeza inicial se fortalecia: esse cara vai ser meu orientador do doutorado. O resultado do processo de seleção do doutorado em História da UFRGS, em 2017, me trouxe uma alegria incomensurável, porque não coroava somente os esforços de alguém que em um dado momento de sua vida chegou a pensar que nunca realizaria o sonho de fazer o mundo do conhecimento transformar-se em espaço de luta, de trabalho, e de felicidade. Aquele resultado positivo, mais do que uma superação pessoal, significava ter como orientador de uma pesquisa que julgava de extremo relevo para a historiografia da ditadura no Paraná e no Brasil, aquele historiador extraordinário que ressignificou e elevou e muito minha compreensão sobre esse período em que o TDE grassou pelo país e se mantém impune até os dias de hoje. Valeu, Enrique.

A batalha é dura e diária, mas enquanto houver ânimo, dignidade e um pouquinho de sorte, persisto na defesa de meu corpo para que continue sendo consciência crítica e barricada. E diante de um momento tão único da minha existência – e até porque é tempo de luta - reafirmo as minhas convicções: tenho ORGULHO de ser funcionário público, de ter sido aluno e ser docente da UFRGS, de pesquisar e denunciar os crimes de lesa humanidade do Terrorismo de Estado e, sobretudo e principalmente, de ser um historiador MARXISTA e um educador FREIRIANO. Saúde a todas/todos e desejos de um futuro de Justiça Social Universal.

Enrique (Enric) Serra Padrós

RESUMO

Sob uma conjuntura política marcada pelo relaxamento da censura à imprensa, avanço da oposição política institucional, remobilização de diversos setores da sociedade civil e certa contenção das atividades do aparato repressivo ditatorial, uma profusão de ações de Terrorismo de Estado (TDE) perpetradas em Curitiba, no biênio 1977-1978, pela Comunidade de Segurança e Informações no Paraná (CSI-PR), desencadeou um movimento de resistência sob a liderança da Comissão de Justiça de Paz do Paraná, cujas denúncias e protestos repercutidos pela imprensa mobilizaram setores importantes da sociedade brasileira e internacional. Sob o efeito desses acontecimentos, em abril de 1978, o governador Jayme Canet assinou o Decreto nº 4.884, reestruturando a Polícia Civil do Paraná, extinguindo a poderosa Delegacia de Ordem Política e Social do Paraná (DOPS-PR). No bojo dessas mudanças foram conferidas à cúpula da área de segurança importantes ferramentas de controle sobre os órgãos repressivos estaduais. A partir de uma avaliação inicial envolvendo as possíveis motivações desse decreto, as transformações por ele conferidas à estrutura da polícia estadual e seus impactos na repressão política local, vislumbrou-se a hipótese de que por trás daquela medida administrativa houvesse uma intencionalidade retaliativa, cuja confirmação exigia a localização de novas fontes. Nesse interim, nossa perspectiva alargou-se para a esfera federal ao nos depararmos com uma portaria do Ministério do Exército que em julho de 1978 determinou a movimentação de todos os oficiais pertencentes aos DOI-CODIs havia mais de três anos, atingindo membros fundadores desse organismo no Paraná. Lastreada nessas fontes iniciais a investigação prosseguiu reunindo uma gama de indícios similares que acabaram por responder positivamente a principal questão levantada pela pesquisa: uma vez reunidos e analisados, tais documentos confirmariam a tese de que um conjunto de medidas administrativas oriundas das esferas estadual e federal operadas entre os anos de 1978 e 1983, ao romperem os laços operacionais estruturantes da CSI-PR, constituíram o que denominados de processo gradativo de desmobilização da CSI-PR? A realização da pesquisa exigiu dimensionar em que grau as práticas de TDE operadas pela CSI-PR, teriam contribuído para a decisão da ditadura de iniciar sua dissolução a partir de abril de 1978 que, para além de uma conjunção de fatores de ordem geral, resultaria do abalo que suas atividades haviam causado à credibilidade do processo de descompressão política em curso e a imagem internacional do Brasil no campo dos direitos humanos. As fontes utilizadas na elaboração da presente tese foram coletadas a partir de pesquisas realizadas em acervos documentais do Arquivo Nacional, Acervo DOPS-PR, STM, Portais do GTNM-PR e Documentos Revelados; documentos particulares; periódicos de circulação local e nacional;

além de entrevistas com ex-agentes da CSI-PR, e de algumas de suas vítimas. Ainda que eventos anteriores ao efetivo desencadeamento do processo de dissolução da CSI-PR tenham sido resgatados pela pesquisa, suas balizas cronológicas se circunscrevem aos anos de 1978, com a extinção da DOPS-PR, e 1983, quando a DOP-PR, rebotalho daquela antiga delegacia, ao ser extinta, encerrou definitivamente as atividades da CSI-PR nos moldes de sua configuração e intencionalidade original.

Palavras-chave: ditadura em Curitiba. ditadura de Segurança Nacional. terrorismo de Estado. Comando de Caça aos Comunistas. DOI-CODI-5ª RM. DOPS-PR.

ABSTRACT

Under a political context marked by the relaxation of press censorship, the advance of institutional political opposition, the remobilization of various sectors of civil society and a certain containment of the activities of the dictatorial repressive apparatus, a profusion of State Terrorism (TDE) actions perpetrated in Curitiba, in the biennium 1977-1978, by the Security and Information Community in Paraná (CSI-PR), it triggered a resistance movement under the leadership of the Justice of Peace Commission of Paraná, whose denunciations and protests echoed by the press mobilized important sectors of Brazilian society and international. Under the effects of these events, in April 1978, Governor Jayme Canet signed Decree No. 4,884, restructuring the Civil Police of Paraná, extinguishing the powerful Police Station of Political and Social Order of Paraná (DOPS-PR). In the midst of these changes, important control tools were given to the top of the security area over state repressive bodies. From an initial assessment involving the possible motivations of this decree, the changes conferred by it on the structure of the state police and its impacts on local political repression, the hypothesis was envisaged that behind that administrative measure there was a retaliatory intention, whose confirmation required locating new sources. In the meantime, our perspective broadened to the federal sphere when we came across an ordinance from the Ministry of the Army that in July 1978 determined the movement of all officers belonging to the DOI-CODIs for more than three years, affecting founding members of that body not Paraná. Based on these initial sources, the investigation continued gathering a range of similar manifestations that ended up positively answering the main question raised by the research: once gathered and analyzed, such documents would confirm the thesis that a set of administrative measures originating from the state and federal spheres operated between 1978 and 1983, when the structuring operational relations of the CSI-PR were broken, did they constitute what they called a gradual process of demobilization of the CSI-PR? Carrying out the research required measuring to what degree the TDE practices operated by the CSI-PR would have contributed to the dictatorship's decision to start its dissolution from April 1978 onwards, which, in addition to a combination of general factors, would result of the shock that their activities had caused to the credibility of the ongoing political decompression process and to Brazil's international image in the field of human rights. The sources used in the elaboration of this thesis were collected from research carried out in documentary collections of the National Archive, DOPS-PR Archive, STM, GTNM-PR Portals and Documentos Revelados; private documents; periodicals with local and national circulation; as well as interviews with former CSI-PR agents and some of its victims. Although events prior

to the effective triggering of the dissolution process of the CSI-PR were rescued by the research, their chronological beacons are limited to the years 1978, with the extinction of the DOPS-PR, and 1983, when the DOP-PR, the waste of that former police station, when it was extinguished, definitively ended the activities of CSI-PR in the molds of its configuration and original intention.

Keywords: dictatorship in Curitiba. National Security dictatorship. state terrorism. Communist Hunting Command. DOI-CODI-5ª RM. DOPS-PR.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1: Cartão de Natal do CCC (1978)	97
Ilustração 2: Morte de Ozias Algauer (1980)	211
Ilustração 3: Fim dos atestados ideológicos (Diário do Paraná, 3 ago. 1978)	228
Ilustração 4: Prédio da antiga DOPS-PR em Curitiba (2018)	244

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

5ª RM: 5ª Região Militar

ACT-SNI: Agência de Curitiba do Serviço Nacional de Informações

AED/OFICINA: Associação de Estudos Educacionais/Oficina

AESI: Assessoria Especial de Segurança e Informações

AI-5: Ato Institucional nº 5

ARENA: Aliança Renovadora Nacional

CCC: Comando de Caça aos Comunistas

CENIMAR: Centro de Informações da Marinha

CEPAED/OCA: Centro de Pesquisa e Avaliações Educacionais/Oca

CIA: Agência Central de Inteligência (EUA)

CIE: Centro de Informações do Exército

CISA: Centro de Informações da Aeronáutica

CJP: Comissão de Justiça e Paz

CNBB: Confederação Nacional dos Bispos do Brasil

CNV: Comissão Nacional da Verdade

CPOR: Centro de Preparação de Oficiais da Reserva

CSI-PR: Comunidade de Segurança e Informações do Paraná

DARPP: Diretório Acadêmico Rocha Pombo do Paraná

DCE: Diretório Central dos Estudantes

DEAP-PR: Departamento de Arquivo Público do Paraná

DELOPS-PF: Delegacia de Ordem Política e Social da Polícia Federal

DFGC: Doutrina Francesa de Guerra Contrarrevolucionária

DOI-CODI: Destacamento de Operações de Informações/Centro de Operações de Defesa Interna

DOP-PR: Delegacia de Ordem Política do Paraná

DOPS-PR: Delegacia de Ordem Política e Social do Paraná

DOS-PR: Delegacia de Ordem Social do Paraná

DSI: Divisão de Segurança e Informações

DSN: Doutrina de Segurança Nacional

ESG: Escola Superior de Guerra

EUA: Estados Unidos da América

IPM: Inquérito Policial Militar

LSN: Lei de Segurança Nacional
MEC: Ministério da Educação e Cultura
MDB: Movimento Democrático Brasileiro
OAB: Ordem dos Advogados do Brasil
OBAN: Operação Bandeirante
PCB: Partido Comunista Brasileiro
PCBR: Partido Comunista Brasileiro Revolucionário
PC do B: Partido Comunista do Brasil
PF-PR: Polícia Federal do Paraná
PMDB: Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PM-PR: Polícia Militar do Paraná
POLINTER: Polícia Interestadual
PPC: Prisão Provisória de Curitiba
PTB: Partido Trabalhista Brasileiro
PUC: Pontifícia Universidade Católica
SESP-PR: Secretaria Estadual de Segurança Pública do Paraná
SN: Segurança Nacional
SNI: Serviço Nacional de Informações
TDE: Terrorismo de Estado
UCP: Universidade Católica do Paraná
UEL: Universidade Estadual de Londrina
UFP ou UFPR: Universidade Federal do Paraná
UNE: União Nacional dos Estudantes
UPE: União Paranaense dos Estudantes
URSS: União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

Sumário

1	INTRODUÇÃO	18
2	A CRIAÇÃO DO DOI-CODI-5ª RM E A CONSTITUIÇÃO/MOBILIZAÇÃO DA CSI-PR 43	
2.1	AS ELEIÇÕES DE 1974 E A OPERAÇÃO RADAR.....	44
2.2	O ELENCO DA CSI-PR ANTES DA TRAMA PRINCIPAL	47
2.2.1	Polícia Federal do Paraná (PF-PR).....	48
2.2.2	Agência de Curitiba do Serviço Nacional de Informações (ACT-SNI)	50
2.2.3	Delegacia de Ordem Política e Social do Paraná (DOPS-PR)	51
2.3	O DELEGADO OZIAS ALGAUER: O FLEURY DO PARANÁ.....	59
2.4	COMANDO DE CAÇA AOS COMUNISTAS (CCC)	66
2.5	O DOI-CODI -5ª RM.....	69
2.6	A TRAMA PRINCIPAL: A OPERAÇÃO MARUMBI E A CONSTITUIÇÃO/MOBILIZAÇÃO DA CSI-PR	73
2.7	O CCC EM CURITIBA: ESPANTALHO OU BRAÇO OPERACIONAL CLANDESTINO DA CSI-PR? 85	
3	O TERRORISMO DE ESTADO EM CURITIBA (1977-1978).....	91
3.1	A PERSEGUIÇÃO AOS MOVIMENTOS DE RESISTÊNCIA À DITADURA NO PARANÁ (1977-1978)	92
3.1.1	<i>A Carta Aberta ao Povo</i>.....	95
3.1.2	As correspondências ameaçadoras do CCC	98
3.1.3	As prisões dos estudantes universitários curitibanos (1977).....	105
3.1.4	O sequestro do estudante Carlos Augusto Soares de Oliveira.....	113
3.1.5	O sequestro do professor Paulo Antônio de Oliveira Gomes.....	120
3.1.6	O sequestro da estudante e professora Juracilda Veiga	127
3.1.7	A Operação Pequeno Príncipe	134
3.1.8	O relatório da PF-PR sobre a Operação Pequeno Príncipe	136
3.1.9	O Inquérito Policial nº 38/78 - Operação Pequeno Príncipe.....	147
3.1.10	A Operação Pequeno Príncipe na versão das vítimas.....	152
4	REPERCUSSÃO E REAÇÕES ÀS PRÁTICAS DE TDE OPERADAS PELA CSI-PR (1977-1978) 162	
4.1	COMISSÃO DE JUSTIÇA E PAZ-PR: “ESTAMOS AQUI PARA QUE TUDO CORRA BEM!” 166	
4.1.1	O Governo Federal.....	176
4.1.2	A oposição emedebista	177
4.1.3	O Exército.....	178

4.1.4	A Operação “tipo Sylvio Frota” e a “lista do Frota”	181
4.1.5	A Polícia Federal do Paraná e o Ministério da Justiça	184
4.1.6	A repercussão internacional da violência (para)estatal em Curitiba	186
4.2	CONTROVÉRSIAS E MANOBRAS DO SECRETÁRIO DE SEGURANÇA DO PARANÁ 189	
4.2.1	O general Alcindo Gonçalves e o CCC	195
5	O PROCESSO DE DESMOBILIZAÇÃO DA CSI-PR (1978-1983)	199
5.1	O DECRETO Nº 4.884	201
5.2	O OCASO DO DELEGADO OZIAS ALGAUER	210
5.3	INTERVENÇÃO DO MINISTÉRIO DO EXÉRCITO NO DOI-CODI-5ª RM	217
5.4	INTERRUPÇÃO DE EMISSÃO/DEVOLUÇÃO DAS CÉDULAS DE IDENTIDADE FUNCIONAL DA DOPS-PR COM CODINOMES DE AGENTES DO DOI-CODI-5ª RM.....	219
5.5	DESINTELIGÊNCIAS ENTRE A SESP-PR E 5ª RM	221
5.6	ARQUIVAMENTO DO INQUÉRITO Nº 38/78 – OPERAÇÃO PEQUENO PRÍNCIPE .	223
5.7	SESP-PR SOB MONITORAMENTO DO SNI E A SABATINA DO GENERAL GONÇALVES NA ALEP	225
5.8	ACT-SNI SOLICITA AMPLIAÇÃO DOS INVESTIMENTOS NA AGÊNCIA	227
5.9	ABOLIÇÃO DOS ATESTADOS IDEOLÓGICOS.....	228
5.10	O INQUÉRITO DO CCC E A DEFENESTRAÇÃO DE ALGAUER DA DOP-PR	232
5.11	INTERRUPÇÃO DA NOMEAÇÃO DE MILITARES PARA A SESP-PR.....	238
5.12	EXTINÇÃO DA DOP-PR.....	238
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	243
7	REFERÊNCIAS	251
8	ANEXOS	272
8.1	ANEXO A – ENTREVISTA DE NARCISO PIRES.....	272
8.2	ANEXO B – RELATÓRIO DA PF-PR - OPERAÇÃO PEQUENO PRÍNCIPE.....	279

1 INTRODUÇÃO

Seguiu-se ao golpe de Estado operado pelas Forças Armadas, em 1964, a instalação da ditadura de Segurança Nacional¹ brasileira, cuja vigência perduraria por 21 anos. Superada a fase de alinhamento do país aos interesses do grande capital nacional e associado, e de desestruturação de praticamente todas as formas organizadas de resistência, militarizadas ou não, em 1974, durante seu discurso de posse, Ernesto Geisel, quarto general-ditador a ocupar a Presidência da República, anunciou seu projeto de descompressão política, como parte da transição rumo à redemocratização do país.

A chamada transição democrática, iniciada em 1974, sob a perspectiva autocrática e a condução militar, constituiu-se de um longo processo descompressivo que culminou com a posse do civil, José Sarney, na Presidência da República, em 1985. Operada autoritariamente e com objetivos restritos, ainda que entremeada por momentos de acirramento das contradições sociais e da luta de classes, tal modelo de transição de caráter conservador resultou na manutenção da dominação burguesa (com a reacomodação das frações do capital no interior do bloco no poder), *pari passu* com o fim do protagonismo militar, sem, contudo, que os agentes estatais responsáveis por práticas de Terrorismo de Estado (TDE) fossem punidos (Lei de Anistia), e que as Forças Armadas abandonassem os elementos ideológicos e a cultura organizacional relativos à Guerra Fria e ancorados na Doutrina de Segurança Nacional brasileira.

Um exemplo emblemático da manutenção da impunidade, ancorada na Lei de Anistia (1979), residiu no posicionamento das autoridades brasileiras ante a condenação sofrida pelo país na Corte Interamericana de Direitos Humanos, em 2010, pela detenção arbitrária, prática de tortura e desaparecimento forçado de 70 pessoas pelo Exército brasileiro, entre 1972 e 1975, durante a Guerrilha do Araguaia. A negativa do Brasil em revisar a Lei de Anistia, além de impedir que os criminosos respondam à Justiça, ao garantir sua impunidade, permite que instituições militares e policiais continuem se recusando a realizar qualquer tipo de autocrítica em relação a sua atuação durante a ditadura.

¹ Padrós identifica como Ditaduras de Segurança Nacional os regimes autoritários que se estabeleceram no Cone Sul latino-americano, com primazia do modelo brasileiro implantado a partir do golpe de Estado ocorrido em 1964. Essas ditaduras foram caracterizadas por comportarem aspectos comuns, tais como a imposição de um modelo de Doutrina de Segurança Nacional adaptada da matriz estadunidense; o alinhamento militante junto aos Estados Unidos na política de contenção do comunismo e na defesa dos cânones do capitalismo, bem como na concepção de guerra contra insurgente contra todo questionamento às estruturas nacionais de dominação, o que redundou em uma “guerra suja”. PADRÓS, Enrique Serra. *História do tempo presente, ditaduras de segurança nacional e arquivos repressivos*. Tempo e Argumento, Florianópolis, v.1, n.1, jan./jun. 2009, p. 31-32.

Entre os resquícios da ditadura ainda presentes nas instituições brasileiras, destaque-se o *ethos* repressivo desumanizador que caracterizou a atuação do aparato de segurança estatal durante aquele período, e que perdura até os dias de hoje. Entulhos autoritários como esse atestam a adesão permanente das forças policiais e militares ao velho receituário do TDE², cuja continuidade sob a democracia burguesa materializa-se, entre outros, na criminalização dos movimentos sociais, ainda estigmatizados como o “inimigo interno”; bem como na persistência de determinados setores civis em esconder da sociedade a responsabilidade de indivíduos, estruturas político partidárias, empresariais e midiáticas na constituição da ditadura de SN brasileira.³

Em contraposição à essas práticas negacionistas, a luta empreendida por diversos segmentos sociais por justiça para as vítimas do TDE durante a ditadura tem como objetivos, entre outros, a responsabilização dos agentes perpetradores e o resgate da memória sobre os crimes contra a humanidade praticados naquele período. Esses e outros resíduos demonstram a incompletude da democracia que se seguiu ao fim do Estado terrorista, atestando a necessidade de que a sociedade brasileira continue a envidar esforços na luta contra a permanência desses entulhos autoritários impeditivos do aperfeiçoamento da cidadania no Brasil.

Nesse sentido, cabe aos historiadores sensíveis às questões aqui levantadas um efetivo e contundente posicionamento no âmbito das discussões que envolvem experiências históricas traumáticas, no sentido de intervir, não somente no meio acadêmico, mas no espaço social mais amplo, por meio de ações que se contraponham à continuidade de um Estado terrorista que, ainda que tenha sido superado formalmente, deixou raízes e sementes, que se configuraram, entre outras formas, em legislações e práticas de fundo autoritário, remanescências que permitem àquela ditadura continuar sobrevivendo largamente à sua vigência formal.⁴

² Conforme Padrós, o TDE constitui-se como “um sistema de dominação e disciplinamento ao qual recorrem os setores economicamente dominantes, em determinadas conjunturas, quando fortemente questionados e ameaçados. A intensificação da ação das instituições coercitivas estatais e o crescimento do fluxo de informação produzido pelos serviços de inteligência - cada vez mais centralizado pelo centro decisório estatal - são concomitantes ao desequilíbrio na relação entre poderes e ao enfraquecimento dos meios de fiscalização e de informação da sociedade civil. Uma administração implementa um TDE quando potencializa todos os mecanismos, âmbitos e recursos que estão a sua disposição, a partir de uma lógica de uso ostensivo de medidas repressivas, atropelando os limites constitucionais democraticamente estabelecidos sem sofrer controle ou restrição de nenhuma instituição que ainda responda, de alguma forma, à sociedade civil. In: PADRÓS, Enrique Serra. *Terrorismo de estado e luta de classes: repressão e poder na América Latina sob a Doutrina de Segurança Nacional*. Associação Nacional de História – ANPUH. XXIV Simpósio Nacional de História, 2007.

³ PADRÓS, Enrique Serra. *Ditadura Brasileira: Verdade, Memória... e Justiça?* *Historiæ*, Rio Grande, 3 (3). 2012, p. 65-84. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/hist/article/download/3262/1939/9122>. Acesso em: 16 mar. 2022.

⁴ SILVA, Marcos. *Ditadura relativa e negacionismos: Brasil, 1964 (2018...)*. São Paulo: Maria Antônia Edições, 2021, p. 14.

Sobre o tema da pesquisa

No ano de 1978, o cenário político brasileiro apresentava importante aprofundamento do processo de descompressão política, marcada por certa contenção das atividades do aparato repressivo estatal, bem como pelo clima de liberalização política que apontava para a redemocratização do país. No entanto, dois acontecimentos ocorridos em Curitiba, a saber, o sequestro da estudante de Jornalismo e professora, Juracilda Veiga, e as prisões de onze membros⁵ das pré-escolas Oficina e Oca, na chamada Operação Pequeno Príncipe⁶, respectivamente nos dias 17 e 18 de março, abalaram a cena política, causando danos à credibilidade do processo descompressivo conduzido pelo ditador Ernesto Geisel e, sobretudo, desgastando a imagem da área de segurança do Paraná.

Pouco mais de um mês após aqueles eventos, e com o inquérito que investigava as escolinhas ainda em andamento, o governador Jayme Canet, assinou um decreto⁷ que, ao reestruturar a Polícia Civil do Paraná, extinguiu o acrônimo DOPS-PR⁸, reorganizou sua estrutura, transformando-a numa divisional que passou a denominar-se Divisão de Segurança e Informações (DSI), composta por três novas delegacias - Delegacia de Ordem Política (DOP), Delegacia de Ordem Social (DOS) e Delegacia de Explosivos, Armas e Munições (DEAM) -, e duas subdivisões - Subdivisão de Informações (SI) e Subdivisão de Vigilância Privada (SVP).

Essa intervenção junto àquele que foi o mais atuante órgão de repressão política estadual durante toda a ditadura, nos levou a vislumbrar a possibilidade de que aquele decreto teria sido numa espécie de retaliação do Executivo Estadual e federal à um suposto “desvio de conduta” da área de segurança do Paraná, em relação à orientação descompressiva oficial.

Mas o que inicialmente poderia ser interpretado como apenas uma alteração do nome e status daquela antiga delegacia, que a partir daquele momento passou a denominar-se Divisão de Segurança e Informações (DSI), mostrou-se bem mais do que isso, uma vez que aquele decreto conferiu àquela divisional uma estrutura organizacional que abolia a antiga autonomia desfrutada pela DOPS-PR, colocando sob rígido controle e monitoramento as três delegacia e duas subseções que compunham aquele novo órgão da Polícia Civil do Paraná.

⁵ Bernadete Sá Brito, Paulo Sá Brito, Walmor Marcelino, Edésio Passos, Lígia Cardieri Mendonça, Sílvia Pires Mendonça, Suely Atem, Reinoldo Atem, Léo Kessel, Luiz Manfredini e Ana Ribeiro Lange.

⁶ *Polícia Federal prende pelo menos 13 no Paraná*. Folha de São Paulo, São Paulo: 19 de março de 1978.

⁷ PARANÁ. Decreto Estadual nº 4.884, de 24 abr. 1978, dispõe sobre o regulamento e a estrutura da Polícia Civil do estado do Paraná.

⁸ Delegacia de Ordem Política e Social do Paraná.

Essas primeiras elucubrações respondiam em parte a uma primeira pergunta formulada pela pesquisa: o Decreto Nº 4.884 teve como objetivo criar mecanismos de controle sobre as atividades da área de segurança do Paraná? Já a segunda questão, aventava a possibilidade de que as mudanças na área de segurança não teriam se restringido apenas a essa ação reguladora operada por meio daquela intervenção do Executivo Estadual. A pergunta a ser respondida então seria: ao decreto nº 4.884, seguiram-se outras medidas também voltadas para o controle operacional da área de segurança do Paraná, envolvendo não só policiais, mas também militares?

As investigações realizadas permitiram que identificássemos outras medidas de cunho administrativo, oriundas das esferas estadual e federal, que ao se estenderem pelos anos seguintes, provocaram outras mudanças importantes na estrutura repressiva local, culminando com outro decreto estadual - assinado pelo governador eleito pelo voto popular, José Richa, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) -, que em dezembro de 1983, extinguiu a DOP-PR, rebotalho da antiga DOPS-PR.

Portanto, viabilizar a pesquisa, exigiu já em seus primórdios, iluminar o que se ocultava por trás daquilo que parecia uma mera medida administrativa estadual. Tal intento impunha a necessidade de que, por meio da análise das fontes coletadas, fossem apreendidas as motivações daquele decreto, as transformações conferidas à estrutura da polícia estadual e seus impactos, para em seguida buscarmos identificar outros indícios da mesma natureza que uma vez reunidos fossem suficientemente capazes de dar respostas a principal questão que motivava a pesquisa: uma vez reunidos e analisados, os documentos coletados poderiam confirmar terem sido o decreto Nº 4.884 e as medidas administrativas que lhe seguiram, peças de um grande quebra-cabeça denominado processo de desmobilização do aparato repressivo da ditadura no Paraná, conduzido entre os anos de 1978 e 1983, pelas esferas estadual e federal?

O tema da presente tese é o que doravante denominaremos de processo gradual de desmobilização da Comunidade de Segurança e Informações do Paraná (CSI-PR). Apresentaremos nesse trabalho aspectos locais da ditadura de SN brasileira no Paraná, mais especificamente na capital do estado, com ênfase no percurso da CSI-PR que, a partir da integração entre os órgãos militares e policiais locais - como parte do *modus operandi* do DOI-CODI da 5ª Região Militar (doravante, DOI-CODI-5ª RM), instalado em Curitiba, em 1975 -, constituiu-se com a finalidade de executar a chamada Operação Marumbi, ação repressiva deflagrada em 1975, com o objetivo de eliminar a estrutura estadual do Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Alcançar os objetivos da pesquisa pressupôs conhecer melhor não somente os elementos constitutivos do objeto de estudo, mas também os processos que a ele se conectaram, localizados em contextos diversos, e passíveis de identificação e análise por meio de outras escalas de observação, exigindo que fossem incorporadas às análises do objeto as diferentes totalidades que o englobavam.

Nesse sentido, expandirmos nossa compreensão sobre as circunstâncias que envolveram o tema desse estudo, exigiu analisarmos suas relações tanto com acontecimentos situados nos primórdios da ditadura, quanto com eventos presentes durante seu transcorrer, e que se conectaram ainda com o contexto mais amplo, marcado pela Guerra Fria, notadamente permeada por embates ideológicos e práticas anticomunistas extremamente presente nos países que compunham o bloco capitalista liderado pelos EUA, no pós 2ª Guerra Mundial, entre eles o Brasil.

Como vimos, a instalação da ditadura de Segurança Nacional brasileira, em 1964, permitiu que o bloco no poder⁹, ao se apropriar do controle do Estado, interrompesse o processo de acirramento da luta de classes, restringindo aos grupos dominados as possibilidades de acesso aos meios e processos de luta contra seus opressores, e criando assim as condições necessárias para a imposição simultânea e paulatina de um novo modelo econômico e uma institucionalidade autoritária que resultaram na instalação e consolidação do Estado autocrático-burguês¹⁰, sob o cesarismo militar¹¹.

A consolidação definitiva do cesarismo militar ocorreu em 1969 com a deflagração do processo de nacionalização da repressão ao “inimigo interno”, através da constituição do Sistema de Segurança e Informações da ditadura. Apoiado nos preceitos da Doutrina Francesa

⁹ De acordo com Poulantzas, o bloco no poder constitui-se a partir da unidade contraditória entre distintas classes e/ou frações de classes, sob a hegemonia no seu interior de uma dessas frações ou classes, em suas relações com o Estado capitalista. Acrescente-se que a hegemonia restrita de uma das frações no interior do bloco no poder se configura pela sua capacidade de liderar os interesses econômicos, políticos e ideológicos das demais frações e classes do bloco. In: POULANTZAS, Nicos. *Poder político e classes sociais*. São Paulo: Martins Fontes. 1977, p. 293-300.

¹⁰ Segundo Florestan Fernandes, o Estado autocrático burguês tem origem no “contexto de uma contrarrevolução política, para garantir a ‘modernização’, a incorporação e a industrialização maciça”, devendo pelo menos durante um certo período funcionar como o instrumento político de uma ditadura de classe aberta. Sob essas condições, “somente as Forças Armadas poderiam operar como um componente de transição do obsoleto Estado *representativo* para esse tipo de Estado”; e “somente os tecnocratas, civis e militares poderiam saturar seus quadros e ocupar várias posições de liderança política ou burocráticas estratégicas”, o que explica a “militarização e a tecnocratização das estruturas e funções do Estado autocrático burguês”. FERNANDES, Florestan. *Apontamentos sobre a “teoria do autoritarismo”*. São Paulo: Hucitec, 1979, p. 42.

¹¹ O cesarismo militar se constitui em dada situação na qual os militares assumem não somente o governo, mas também a direção política do bloco no poder, alterando o regime político no interior do Estado burguês. In: MACIEL, David; DEMIER, Felipe. *O Regime da Espada: o Ato Institucional nº 5 e a consolidação do cesarismo militar no Brasil*. In: BENJAMIN, Cid; DEMIER, Felipe (orgs.). *Meio século de 1968: barricadas, história e política*. Rio de Janeiro: Mauad, p. 110.

de Guerra Contrarrevolucionária (DFGC)¹², ao integrar operacionalmente os órgãos militares e policiais e seus respectivos serviços de inteligência e operações, esse novo modelo repressivo significou a opção definitiva¹³ da cúpula do governo pela utilização sistemática dos métodos de TDE, e consolidou a supremacia das Forças Armadas sobre todas as demais forças repressivas tradicionalmente responsáveis pela ordem interna.¹⁴

A primeira experiência prática fundada nesse novo modelo operacional ocorreu em São Paulo, por meio da Operação Bandeirante (1969) que, metamorfoseada em 1970, no DOI-CODI¹⁵, expandiu-se para diversas outras regiões do país, dando origem às diversas Comunidades de Segurança e informações (CSI) regionais.

Passado o período mais repressivo da ditadura, ocorrido durante o governo do ditador Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), em 1975 – durante o segundo ano de gestão de seu sucessor, general Ernesto Geisel -, ainda que o discurso oficial propalasse as intenções descompressivas do novo ditador, foi deflagrada a Operação Radar, uma ação repressiva de âmbito nacional, com o objetivo de eliminar a estrutura do PCB em diversas partes do país.

A principal motivação para a perseguição ao PCB foi sua aliança e/ou atuação no interior do MDB durante as eleições de 1974. Essa reação ao avanço eleitoral do MDB, creditada em parte a sua parceria com o PCB, teve como um dos objetivos estabelecer as balizas daquilo que seria considerado aceitável para o Executivo Federal, deixando claro que ações contestatórias representadas pelo PCB e demais agrupamentos revolucionários - que do ponto de vista oficial expressariam pressões não contra o governo, mas contra a ordem capitalista -, seriam violentamente rechaçadas.

Ao estender um de seus tentáculos para o Paraná, a Operação Radar transmutou-se na chamada Operação Marumbi, cuja execução ensejou a criação pelo Estado terrorista brasileiro

¹² Os preceitos principais da DFGC foram: a defesa da implantação de regimes de exceção como ambiente adequado para sua implementação, a atuação ao arripio da lei, ainda que sob uma institucionalidade autoritária, a integração operacional das forças repressivas policiais e militares, o primado dos serviços de informação, o controle das populações civis, os interrogatórios sob tortura, os desaparecimentos forçados, os esquadrões da morte, as execuções sumárias etc. Ver: DUARTE-PLON, Leneide. *A tortura como arma de guerra - Da Argélia ao Brasil: como os militares franceses exportaram os esquadrões da morte e o terrorismo de estado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016; MARTINS FILHO, João Roberto. *Tortura e ideologia: os militares brasileiros e a doutrina da guerre revolutionnaire (1959/1974)*. In: SANTOS, Cecília MacDowell; TELES, Édson; TELES, Janaína de Almeida (orgs.). *Desarquivando a ditadura: memória e justiça no Brasil*, Vol. I. Editora Hucitec: São Paulo, 2009.

¹³ Importa registrar que ainda que a violência contra os opositores pela ditadura tenha sido aplicada em larga escala desde os primeiros momentos do golpe de Estado de 1964, foi somente a partir de 1969 que o Estado terrorista ajustou sua máquina de guerra interna, reorganizando e reorientando as ações do aparato repressivo estatal, com o objetivo de combater os movimentos de oposição legais e clandestinos nos moldes da DFGC.

¹⁴ MACIEL, David. *A argamassa da ordem: da ditadura militar a Nova República (1974-1985)*. São Paulo: Xamã, 2004, p.73.

¹⁵ Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna.

do DOI-CODI-5ª RM, em Curitiba, organismo que se tornaria o “centro da engrenagem”¹⁶ repressiva paranaense, aqui denominada de CSI-PR, constituída a partir da integração entre os órgãos de segurança e informações locais para a imposição massiva do TDE contra os dissidentes no estado.

O historiador Enrique Serra Padrós foi o introdutor do tema do TDE na historiografia brasileira, produzindo e orientando diversos trabalhos que fizeram avançar de modo efetivo o conhecimento sobre as formas de expansão da repressão e das ditaduras que assaltaram as sociedades do Cone-Sul latino-americano durante as décadas de 1960-1980.¹⁷ Padrós conceituou o TDE como:

[...] um sistema específico de poder da ditaduras latino-americanas de SN, no qual a imposição de ações coercitivas ou “pedagógicas” do Estado repressivo produziu o medo dissuasivo através de mecanismos variados e eficientes (físicos, psicológicos, econômicos). O TDE procurou eliminar os focos que ameaçavam os interesses que defendia, enquadrar a sociedade dentro das premissas do novo padrão de comportamento político desejado e moldar as instituições a fim de obter obediência ou apatia ante a imposição de novos princípios gerais tomados, por exemplo, da Doutrina Francesa e da Doutrina de Segurança Nacional. Para tanto, impôs a ordem, a autoridade e consagrou a impunidade. No seu funcionamento, flexibilizou a figura do “inimigo interno” e transformou numerosos setores da população em potenciais inimigos, aumentando o desconcerto, perturbando as situações mais cotidianas, alterando pautas de conduta social e naturalizando formas de controle disseminadas tanto na dimensão pública (espaços escolares, profissionais, de lazer), quanto no âmbito privado da cidadania. Além das ações dirigidas a alvos seletivos (a luta armada, os partidos de esquerda, as direções das organizações sociais), sensações de medo e de paralisia atingiram a população em geral, através de canais condutores de uma “violência irradiada”, o que facilitou a manutenção do status quo. Essa paralisia da oposição pelo temor e pelo silêncio gerou e disseminou a “cultura do medo”, na qual parte da sociedade introjetou um sentimento de culpa pelo imobilismo político, pela evasão e escapismo alienador ou pela diminuição ou ausência de solidariedade. Assim, introspecção, prudência, cautela, dissimulação, autocensura e silêncio foram recursos individuais e cotidianos que, de alguma forma, significaram, em muitos casos e em “tempos cinzentos”, a diferença entre o sofrimento e o horror por um lado, e a possibilidade da sobrevivência por outro.¹⁸

Nessa definição extremamente abrangente, Padrós elencou características e efeitos do terrorismo de Estado operado pelas ditaduras latino-americanas do Cone Sul entre as décadas de 1960 e 1980, e que, guardadas as especificidades locais, contempla as diversas modalidades de TDE registrados em Curitiba e no Paraná, operados pela CSI-PR, mormente entre os anos

¹⁶ JOFFILY, Mariana. *No centro da engrenagem. Os interrogatórios na Operação Bandeirante e no DOI de São Paulo (1969-1975)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional. São Paulo: EDUSP, 2013, p. 23.

¹⁷ SILVA, Carla Luciana. *Ditadura e terrorismo de Estado no Brasil: a violência que não vemos*. In: PADRÓS, Enrique Serra *Terrorismo de Estado*. Niterói, RJ : Brava Gente, 2023, p. 165.

¹⁸ PADRÓS, Enrique Serra. *Terrorismo de Estado: reflexões a partir das experiências das Ditaduras de Segurança Nacional*. In: GALLO, Carlos Arthur; RUBERT, Silvana (Orgs). *Entre a memória e o esquecimento.: estudos sobre os 50 anos do Golpe civil-Militar no Brasil*. Porto Alegre: Editora Deriva, 2014, p. 13-14.

de 1975 e 1978, em suas diversas formas de aplicação, bem como de seus reflexos junto a sociedade.¹⁹

Se as práticas de TDE remontam aos primeiros momentos do golpe de Estado de 1964, com a instalação do sistema DOI-CODI - inicialmente nas áreas de abrangência do I, II e IV Exército – a repressão foi sistematizada e profissionalizada, uma vez que a atuação dos órgãos policiais e militares tornou-se integrada e maximizados os métodos ilegais, sobretudo da tortura como meio de acelerar as confissões. Em 1975, no Paraná, após a instalação do DOI-CODI-5ª RM e a constituição da CSI-PR, a repressão local gozou de relativa autonomia concedida pelo comando central da ditadura durante a Operação Marumbi (1975), quando práticas de TDE foram disseminadas por todo o estado, sobretudo os sequestros e torturas foram aplicados contra mais de uma centena de pessoas suspeitas de ligação com o PCB local.

A partir do ano de 1977, o aprofundamento da política descompressiva fez com que a antiga “autonomia operacional”, conquistada pela CSI-PR durante a Operação Marumbi, sofresse certo cerceamento da parte da cúpula do Executivo Federal. Em razão disso, a CSI-PR, cuja atuação mesclada pressupunha ações de caráter legal e clandestino, passou a priorizar a via furtiva - utilizando-se ainda do acrônimo CCC (Comando de Caça aos Comunistas) -, provavelmente com o objetivo de eludir a vigilância da esfera federal e, ao mesmo tempo, desresponsabilizar-se por suas ações junto à sociedade.

Concretamente, o que se depreendeu da pesquisa foi que possivelmente a partir de 1977 se constituiu um elo entre a CSI-PR e elementos da capital paulista, cabendo aos últimos a tarefa de enviar, a partir da agência dos Correios da Alameda Nothmann, correspondência assinadas pelo CCC para desafetos da ditadura em Curitiba e região. Sabemos que o núcleo fundador do CCC tinha origem na cidade de São Paulo e era composto, entre outros, por agentes da área de segurança local. Portanto, essa colaboração entre indivíduos de São Paulo e a CSI-PR indica uma possível transferência de *know how* do CCC original e uma espécie de filial criada em Curitiba em 1977, o que nos leva a considerar a hipótese de que a própria CSI-PR tenha criado uma seção local do CCC para atender suas necessidades repressivas naquele

¹⁹ No Paraná, durante o período 1975-1978, o aparato estatal repressivo local protagonizou ações de TDE amparado pela legalidade ditatorial seja por meio de controles administrativos, tais como a exigência de atestados de bons antecedentes, regulação de emissão de passaportes, vigilância em universidades e empresas estatais, censura a imprensa, entre outros; e também operacionalmente mesclando ações legais e clandestinas operadas pela CSI-PR e pelo comando de Caça aos Comunistas (CCC), na forma de sequestros; prisões arbitrárias e violentas na presença de familiares, inclusive crianças; invasões de domicílios; interceptações telefônicas, torturas físicas e psicológicas, ameaças através de correspondências e telefonemas; perseguições; vigilância sistemática visando intimidar e dissuadir dissensões; etc.

momento em que suas atividades legais sofriam certo cerceamento imposto pelo Executivo Federal.

Essa profusão de ações de TDE perpetradas pela CSI-PR durante os anos de 1977 e 1978 somente seria interrompida após o sequestro da estudante e professora Juracilda Veiga e a deflagração da Operação Pequeno Príncipe, em março de 1978, quando sob uma nova conjuntura marcada pelo relaxamento da censura à imprensa, avanço da oposição política institucional, remobilização de diversos setores da sociedade civil e certa contenção das atividades do aparato repressivo ditatorial, forjou-se um movimento de resistência à violência estatal que vinha se desenvolvendo livremente em Curitiba. Seu início ocorreu ainda no dia das prisões dos onze membros das escolinhas Oficina e Oca, quando inúmeras pessoas e entidades da sociedade civil²⁰ reuniram-se na Cúria Metropolitana de Curitiba, sob a liderança da Comissão de Justiça e Paz do Paraná (CJP-PR), entidade ligada à Igreja Católica, com o objetivo de organizarem ações de protesto e repúdio não só em relação ao sequestro de Juracilda Veiga e às prisões ligadas as pré-escolas, como também a outras inúmeras práticas de TDE que vinham assolando opositores da ditadura em Curitiba desde o ano anterior.

Uma das primeiras ações do amplo movimento de repúdio a violência estatal que começaria a se constituir a partir daquele ato foi a elaboração da *Carta Aberta ao Povo*, documento-denúncia distribuído e lido em mais de 300 igrejas que compunham a Arquidiocese de Curitiba, durante as missas de domingo.²¹ Esse documento acabou por tornar-se um libelo contra a violência repressiva que vinha assolando a cidade nos idos de 1977-78 e que envolvia, além das ações repressivas de caráter oficial protagonizadas pela CSI-PR, a sistemática utilização de práticas persecutórias clandestinas atribuídas pela imprensa ao Comando de Caça aos Comunistas (CCC), grupo paramilitar de extrema direita que atuava impunemente no

²⁰ Comissão Regional de Justiça e Paz; Centro de Avaliações e Pesquisas Educacionais – CEPAED; Movimento Feminino pela Anistia; Associação de Estudos Educacionais – AED/Oficina; Diretório Regional do MDB; Associação de professores do Paraná; Sindicato dos Jornalistas do Paraná; Associação de Escolas Católicas; CNBB – Regional Sul-2; Associação de Pais e Alunos da Escola Cônego Camargo; Sociedade Paranaense de Sociólogos; Associação de Estudos Sociais (UFP); diretório Acadêmico Rocha Pombo – UFP; Diretório Acadêmico Anísio Teixeira – UFP; Diretório Acadêmico de Ciências Sociais Aplicadas – UFP; Centro Acadêmico Hugo Simas(CAHS)– UFP; Centro de Estudos de Geologia – UFP; Núcleo de Comunicação Social da Católica; Faculdade de Ciências Humanas e Sociais de Curitiba; Colégio Medianeira; Colégio Nossa Sra. de Lourdes; Colégio Nossa Sra. da Esperança; Setor Jovem do Diretório Nacional do MDB; Colégio Madalena Sofia; Colégio Nossa Sra. das Mercês; Colégio Cônego Camargo; Colégio divina Providência; Colégio Nossa Sra. do Rosário; Colégio Sagrado Coração de Jesus; Colégio São José; Colégio Santa Terezinha do Menino Jesus; Colégio Madre Anatólia; Escola Técnica de Enfermagem Catarina Laboré; Instituto Imaculado Coração de Maria; Instituto São José de Abranches.

²¹ A Carta Aberta ao Povo denunciava o clima de incerteza e insegurança que vinha se acerbando da sociedade paranaense no biênio 1977-1978. In: *Carta da Comissão de Justiça e Paz*. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 20 mar. 1978, Primeiro Caderno, p. 16.

estado. Ressalte-se, conforme já mencionado, as suspeitas de que a CSI-PR estaria agindo sob o acrônimo CCC para acobertar a real extensão de seu braço repressor.²²

A rede de resistência que se conformou nos dias posteriores, acabaria por se transformar em uma espécie de muro de contenção às práticas de TDE recorrentes em Curitiba. As denúncias e protestos repercutidos pela imprensa mobilizaram setores importantes da sociedade, chamando a atenção da comunidade internacional para a capital paranaense. O grupo de presos políticos recebeu a solidariedade de pessoas espalhadas por diversas partes do mundo, que enviaram milhares de telegramas à sede londrina da Anistia Internacional e para o Departamento da Polícia Federal do Paraná, pedindo por sua libertação.²³

Uma vez acionada, imediatamente a Anistia Internacional encampou a luta em defesa dos presos políticos curitibanos, expandindo para diversas partes do mundo as denúncias envolvendo a violência da ditadura de SN brasileira, o que ofuscava ainda mais a já combalida imagem externa do país no campo dos direitos humanos.

Aliado a esses fatos, um componente adicional piorava as coisas para o governo: o Brasil estava prestes a receber a visita de Jimmy Carter²⁴, que naquele momento reorientava pragmaticamente a política externa estadunidense, buscando projetar os EUA no cenário internacional como baluarte da defesa dos direitos humanos.

Foi sob o efeito desses acontecimentos, que no dia 24 de abril de 1978, portanto, quase um mês após a deflagração da Operação Pequeno Príncipe, o governador Jayme Canet, assinou o Decreto nº 4.884, reestruturando a Polícia Civil do Paraná e transformando a DOPS-PR, principal órgão repressivo estadual ao longo da ditadura, em Divisão de Segurança e Informações do Paraná (DSI-PR), composta por três delegacias - Delegacia de Ordem Política (DOP), Delegacia de Ordem Social (DOS) e Delegacia de Explosivos, Armas e Munições (DEAM) -, e duas subdivisões - Subdivisão de Informações (SI) e Subdivisão de Vigilância Privada (SVP).

No bojo dessas mudanças foram conferidos à cúpula da nova divisional importantes ferramentas de controle sobre as atividades dos órgãos a ela subordinados, o que implicou na perda de autonomia, sobretudo, da DOP-PR, sob o comando do delegado Ozias Algauer, agente que dispunha de imensa liberdade de ação e prestígio durante o período em que esteve à frente da antiga DOPS-PR.

²² VEJA. *IPM em Curitiba*. São Paulo, 12 abr. 1978. Edição 501, p. 34-35.

²³ ABREU, José dos Santos. *Operação Pequeno Príncipe: Polícia política e marxismo infantil no Paraná*. Curitiba: Editora Prismas, 2016, p. 25.

²⁴ O presidente estadunidense, Jimmy Carter, faria uma visita oficial ao Brasil em 29 de março de 1978, portanto, menos de dez dias depois.

Na esfera federal uma portaria do Ministério do Exército que determinou a movimentação de todos os oficiais pertencentes aos DOI-CODIs há mais de três anos atingiu em cheio os membros fundadores desse organismo no Paraná, uma vez que em meados de 1978, esses agentes completariam esse período trianual, o que implicou no remanejamento de alguns desses militares. Assim, ao longo dos cinco anos seguintes, outras medidas administrativas oriundas das esferas estadual e federal foram rompendo os laços operacionais estruturantes da CSI-PR, que consistiam fundamentalmente na atuação integrada e articulada dos seus órgãos membros. Ao longo deste trabalho será analisada a série de mudanças que levou ao fim a estrutura repressiva paranaense, culminando com a extinção, em 1983, do DOP-PR, último vestígio da antiga DOPS-PR.

Feitas essas considerações, assinalamos como objetivo principal da presente tese demonstrar, com o apoio das fontes recolhidas durante a pesquisa, que a atuação das forças repressivas paranaenses durante os anos de 1977 e 1978, ao se contraporem aos desígnios do governo federal, uma vez que causaram prejuízos a credibilidade do processo de descompressão política em curso, aceleraram sua dissolução, consumada ao longo dos anos de 1978 e 1983, através de um processo gradativo de desmobilização da CSI-PR.

Recorte temporal e espacial

As balizas cronológicas da pesquisa se circunscrevem aos anos de 1978, quando tem início o processo de desmobilização da CSI-PR e ao ano de 1983, quando, como vimos, a DOP-PR, rebotalho da antiga DOPS-PR, ao ser extinta, encerrou definitivamente as atividades da CSI-PR nos moldes de sua configuração e intencionalidade original.

Referendar a tese da pesquisa pressupunha identificar, conhecer, analisar, selecionar e dimensionar em que grau as atividades da CSI, teriam contribuído para a decisão da ditadura de interditar a área de segurança paranaense a partir de abril de 1978. Para tanto, a pesquisa utilizou como referência a *Carta Aberta ao Povo*, documento que, como vimos, denunciou e ajudou a informar a sociedade brasileira e mundial, sobre a crescente violência estatal e paraestatal, operada pela CSI-PR e, supostamente, também pelo grupo paramilitar CCC, em Curitiba, sob a inércia das autoridades de segurança locais. Tal opção fez com que, consequentemente, Curitiba fosse eleita como o espaço a ser estudado, uma vez que todas as

ações repressivas denunciadas pela *Carta Aberta ao Povo* tiveram a capital paranaense como placo principal.²⁵

Sobre a descompressão política e a transição democrática

Compreender o processo de descompressão política da ditadura de SN brasileira – e a consequente desmobilização militar do seu aparato repressivo -, requer considerar pelos menos dois aspectos importantes relacionados à conjuntura presente ainda na primeira metade da década de 1970: a) no cenário externo, a reorientação da política externa dos EUA em relação à América Latina; b) internamente, e como reflexo da eclosão da crise econômica internacional (1973), o esgotamento do chamado Milagre Econômico e do padrão de acumulação vigente.

No quadro internacional, a reformulação da estratégia estadunidense de dominação capitalista para a América Latina traduziu-se na opção pela viabilidade da implementação de uma nova institucionalização política na região, expressa em um modelo de democracia restrita. Tal decisão considerava as novas condições da luta de classes vigentes, uma vez que, ainda que as contrarrevoluções representadas pela instalação das ditaduras tenham resultado em vitórias parciais, dificultando momentaneamente os movimentos contra hegemônicos, as classes burguesas nacionais haviam se revelado incapazes de garantir as condições de uma dominação política estável.

A partir daquele novo cenário, ao mesmo tempo em que atuavam no sentido de obscurecer sua responsabilidade pela instalação das ditaduras latino-americanas, os EUA buscavam se projetar no cenário internacional como defensores dos direitos humanos. Para tanto, começaram a questionar a violência das ditaduras de SN latino-americanas, sobretudo, a partir do governo de Jimmy Carter (1977-1981), quando passaram a repercutir as denúncias de violações dos direitos humanos perpetradas por essas ditaduras, o que causava incômodo a aliados, como o governo do Brasil.

Em relação aos fatores internos, já em 1973, ao final do governo do ditador Médici, consideraram os planejadores da ditadura que uma vez alcançados os objetivos principais de crescimento econômico (Milagre Econômico) e eliminação dos movimentos contestatórios

²⁵ Foram eles: envio de inúmeras cartas, cartões e manifestos assinados pelo CCC, contendo ameaças à opositores locais do governo; prisão pela DOPS-PR, de 15 estudantes universitários acusados de “subversão”; sequestro do estudante universitário Carlos Augusto Soares; sequestro do professor universitário Paulo de Oliveira Gomes, dentro do prédio da DOPS-PR, quando aguardava a liberação de um atestado de bons antecedentes; sequestro da estudante de jornalismo e professora Juracilda Veiga; e finalmente, as prisões de onze membros de duas pré-escolas curitibanas, acusados de doutrinar crianças de 1 à 6 anos dentro de princípios marxistas..

militarizados ou não, estavam dadas as condições para a readequação dos meios de dominação, de maneira a alcançar-se a grande meta estratégica: a dominação de classes na forma de um regime democrático restrito. Registre-se que esse modelo brasileiro de transição se transformaria no mais longo processo de redemocratização dos países do Cone Sul latino-americano assolados por ditaduras nas décadas de 1960-1970.²⁶

Se, naquela conjuntura, os resultados positivos do chamado Milagre Econômico haviam contribuído para a legitimação daquele Estado terrorista, as dificuldades que se seguiram à crise internacional, ainda em 1973, e seu possível efeito desestabilizador interno, reforçaram a necessidade premente da criação de mecanismos para uma nova base de legitimidade.

Como efeito da crise internacional, a intensificação das disputas pelo excedente econômico entre as frações do capital no bloco no poder gerou forte oposição à intervenção do Estado na economia e à política econômica do governo. No entanto, baldadas as tentativas do governo de acomodar as contradições internas no bloco no poder - sobretudo diante do insucesso do Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) -, a possibilidade de eclosão de uma crise de hegemonia que pudesse favorecer a mobilização política das classes subalternas e colocar em risco os interesses burgueses, fez com que todas as frações do capital apoiassem a política descompressiva governamental. Ao garantir o total controle oficial sobre o processo de transição, o bloco no poder reforçou ainda mais o cesarismo militar como meio de garantir a aplicação da política institucional como via exclusiva para a resolução dos conflitos dentro da ordem.²⁷

Portanto, foi sob esse contexto que a ditadura de SN brasileira decidiu reorientar sua política de Estado, por meio da implementação de um projeto descompressivo, cujo objetivo de fundo era criação de um conjunto de mecanismos que garantissem ao bloco no poder a continuidade do controle do Estado, porém, sob uma nova roupagem. Assim, era preciso que as mudanças a serem implantadas - de forma verticalizada e sob o cesarismo militar -, garantissem a formatação de uma nova configuração política de feição democrática, bem como

²⁶ LEMOS, Renato. *Contrarrevolução e ditadura no Brasil: elementos para uma periodização do processo político brasileiro pós-1964*. Comunicação apresentada no VI Congrès du CEISAL (Conseil Européen de Recherche em Sciences Sociales sur l'Amérique Latine), Indépendances, Dépendances, Interdépendances, Toulouse, France, 30 jun. a 3 jul. 2010, p. 132.

²⁷ MACIEL, op. cit., p. 86.

de legislação que garantisse a impunidade aos agentes estatais envolvidos em crimes contra os direitos humanos durante a vigência da ditadura (Lei de Anistia).²⁸

Sobre a “desmobilização militar” e a desmobilização da CSI-PR

A partir de 1969, a ditadura expandiu a abrangência do conceito “militar” ao incorporar e integrar todas as forças de segurança aos esforços relativos a Segurança Nacional, sob o comando do Exército. Assim, tão logo teve seu “efetivo militar” ampliado, o passo seguinte foi colocá-lo em marcha ao deflagrar a ampla mobilização militar que nacionalizou a repressão, com o objetivo de liquidar as oposições armadas ou não.

Naquela conjuntura de aprofundamento da repressão, com o AI-5 em plena vigência, a mobilização militar correspondia a necessidade do governo de eliminar quaisquer obstáculos que naquele momento se opusessem aos interesses do bloco no poder.

Como vimos, nos estertores da gestão do ditador Médici, uma vez que a ditadura havia alcançado seus objetivos de caráter político e econômico, seus planejadores concluíram que o país já reunia as condições necessárias para ingressar na etapa de transição para a democracia burguesa, o que exigia a implementação de um processo de descompressão política lento, gradual e seguro.

Tal redirecionamento exigia romper com a orientação operacional do aparato repressivo ditatorial, em curso desde 1969, cujo teor correspondia às necessidades da já superada conjuntura de guerra contra o chamado “inimigo interno” pautada na imposição sistemática de práticas de TDE.

Foi durante o seu discurso de posse como presidente da República, que o general ditador Ernesto Geisel anunciou a intenção de seu governo de implementação do processo de descompressão política como parte da transição do país para a volta da democracia liberal.

Portanto, conforme mencionado anteriormente, essa nova etapa tinha como um de seus principais pressupostos a desmobilização militar que, de acordo com o verbete que integra o *Glossário de Termos e Expressões para uso no Exército*, pode ser entendida como o “retorno gradativo da expressão militar [...] às proporções compatíveis com as exigências da Defesa

²⁸ LEMOS, Renato Luís do Couto Neto. *A conexão Harvard e a política de descompressão sobre as origens da transição política no Brasil pós-64*. Revista Tempos Históricos, Marechal Candido Rondon: Unioeste, vol. 18, n. 02, 2014, p. 572.

Nacional, em situação de normalidade”²⁹, ou em outras palavras, aos padrões vigentes nas democracias burguesas.

Apesar de seus acenos descompressivos, sob a anuência de Geisel, o aparato estatal manteve a antiga orientação repressiva durante os dois primeiros anos de seu governo, cite-se a Operação Radar (1975). No entanto, a partir de janeiro de 1976, após as mortes no II Exército,³⁰ em São Paulo, dois acontecimentos emblemáticos representaram uma guinada do ditador em relação àquela orientação oficial, bem como a disposição do governo de não mais transigir diante de possíveis ações de sabotagem, envolvendo a quebra de hierarquia e atos de indisciplina promovidas por focos de resistência instalados na área de segurança: a intervenção no II Exército, em 1976; e a posterior demissão, em 1977, do general Sylvio Frota, ministro de Exército, aspirante a sucessão do ditador Geisel, e líder dos setores militares opositores da política descompressiva oficial e da redemocratização do país. Tais medidas estabeleceram de forma inequívoca os limites de tolerância da cúpula da ditadura em relação às atividades do aparato repressivo.

Possivelmente, para além dos efeitos imediatos gerados pela intervenção no II Exército, em São Paulo, e a demissão do general Frota do ministério do Exército, aquelas medidas embutiam uma intenção pedagógica, ou seja, eram um alerta para as demais comunidades de segurança e informações de que os “excessos” não seriam tolerados.

Isso nos remete de volta ao quadro paranaense, uma vez que possivelmente para a CSI-PR, esse alerta parece não ter surtido o efeito desejado pelo núcleo decisório da ditadura. Isso porque durante os anos de 1977 e 1978, ao mesmo tempo em que as atividades oficiais da CSI-PR haviam diminuído, a violência clandestina contra opositores locais da ditadura vinham se avolumando e o CCC atuava com bastante desenvoltura em Curitiba.

Como vimos, a CSI-PR só recuou depois de ter sido desmoralizada em razão da repercussão negativa gerada por sua atuação no biênio 1977-1978. Portanto, foi a partir dessa possível desobediência da CSI-PR em relação à determinação oficial de contenção dos arroubos repressivos de setores radicais do seu aparato de terrorismo estatal, que a cúpula do governo federal, em aliança com o Executivo Estadual, decidiu intervir na área de segurança do Paraná.

²⁹ Glossário de Termos e Expressões para uso no Exército (EB20-MF-03.109), 5ª Edição, 2018. Desmobilização militar. Disponível em: <https://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/1/1148/1/Gloss%C3%A1rio%20EB%202018.pdf>. Acesso em: 07 dez. 2021.

³⁰ José Ferreira de Almeida, Vladimir Herzog e Manoel Fiel Filho.

Deflagrou-se então, a partir de 24 de abril de 1978, o processo gradual de desmobilização da CSI-PR, através de um conjunto de medidas que serão explicitadas na sequência desse trabalho.

Sobre a história local

Tendo como objetivo contribuir para a ampliação do conhecimento sobre aspectos curitibanos da ditadura, o que a situa entre os estudos da chamada história local, a presente tese pretende suprir certa lacuna historiográfica marcada pela falta de conexão entre as produções voltadas para o espaço mais restrito e distante dos principais centros do país e certa historiografia que se pretende nacional.

Entende-se que, mesmo a repressão tendo sido mais exacerbada em estados como São Paulo e Rio de Janeiro, tal constatação não justifica o desconhecimento que se prolonga quanto à violência estatal operada em estados como o Paraná. Resulta o exposto de certa escassez de pesquisas e produções historiográficas capazes de promover uma maior articulação entre esses diferentes contextos em obras que se pretendem de síntese e alcance nacional.

Como decorrência, verifica-se a difusão de produções portadoras de visões simplificadoras, ou mesmo parcializadas, da história do período. Aqueles que escrevem ancorados nos acontecimentos que se verificaram nos grandes centros o fazem na perspectiva de que estão escrevendo a versão nacional da ditadura, enquanto os historiadores de outros estados não se arriscam a escrever, incorporando o local ao quadro mais amplo, porque internalizaram a ideia de que os acontecimentos locais são menos importantes.

Como consequência do quadro esboçado, observa-se uma espécie de defasagem na historiografia brasileira em relação ao conhecimento da repressão estatal em lugares como o Paraná, uma vez que, assim como em outras regiões do país, a prática de TDE nesse estado foi intensa e a violência contra os opositores se espalhou por toda a sociedade local durante todo o período de vigência da ditadura de SN brasileira.

Se, conforme aponta Barbosa, fazer história local significa “estabelecer relações entre a micro e a macro-história”, privilegiando “o particular, sem desprezar o geral, numa complementação entre ambas”³¹, conhecermos por meio da pesquisa as conexões entre ações repressivas e/ou fatos ocorridos nos grandes centros e outras regiões ou localidades, demonstra que identificarmos tais vinculações pode, evidentemente, nos permitir ampliar a compreensão

³¹ BARBOSA, Agnaldo de Sousa. *A propósito de um estatuto para a história local e regional: algumas reflexões*. In: Revista História & Perspectiva. Uberlândia: UFU/COCHI, 1999. n° 20/21.

do quadro mais amplo da ditadura, assim como clarificar e enriquecer ainda mais nossa visão sobre seus aspectos particulares.

Portanto, ainda que haja muito o que se explorar quanto ao estudo da temática da ditadura no Paraná e suas relações com o cenário mais amplo, importa ressaltar a importância dos esforços empreendidos por estudiosos do tema no estado, uma vez que essas iniciativas resultaram na elaboração de trabalhos substanciais, como os realizados por jornalistas como Milton Ivan Heller³², que reuniu no livro *Resistência democrática: a repressão no Paraná*, dezenas de depoimentos de perseguidos políticos, coletados em todas as regiões do estado e fora dele; Aluizio Palmar³³, cuja obra descreve as circunstâncias das mortes de militantes que retornaram ao Brasil nos anos de 1970, com o objetivo de reorganizar a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), bem como a trajetória dessa organização no exterior; a vida clandestina de muitos de seus militantes e a infiltração de militares nos organismos de esquerda na América Latina e a Operação Condor.

Acadêmicos como Dutra³⁴, pesquisaram a tomada de posicionamento de militares paranaenses ante o golpe de 1964, em Curitiba. A figura do informante, com ênfase naqueles indivíduos que colaboraram espontaneamente com os órgãos de segurança da ditadura, foi objeto de estudo de Brepohl de Magalhães³⁵. O processo de conformação da ditadura, sobretudo quando de sua conversão para um cenário de maior fechamento, em 1968, após a edição do Ato Institucional n.º 5, além de outros enfoques, foram produzidos por Codato³⁶. Calciolari³⁷ realizou uma exaustiva pesquisa sobre as vítimas de aprisionamento e as práticas da tortura

³² HELLER, Milton Ivan. *Resistência Democrática: a repressão no Paraná*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. Curitiba: SCEP, 1988.

³³ PALMAR, Aluizio. *Onde foi que vocês enterraram nossos mortos?* Curitiba: Travessa dos Editores, 2006.

³⁴ DUTRA, José Carlos. *A Revolução de 1964 e o movimento militar no Paraná: a visão da caserna*. Revista de Sociologia Política. Curitiba, 2004, p. 195. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n22/n22a14.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2020.

³⁵ BREPOHL DE MAGALHAES, M. D. *A Lógica da Suspeição: sobre os aparelhos repressivos de Estado à época da ditadura militar*. Revista Brasileira de História, SP, v. 17, n. 34, p. 203-220, 1997; BREPOHL DE MAGALHAES, M. D. *Censura e repressão (1964-1982): Lembrar, mas do quê?* Disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/tablas/r30015.pdf>. Acesso em: 1 abr. 2020; BREPOHL DE MAGALHAES, M. D. *Documento: Manual do Interrogatório*. História. Questões e Debates, Curitiba, v. 21, n. 40, p. 201-242, 2004.

³⁶ CODATO, Adriano Nervo. *O golpe de 1964 e o regime de 1968: aspectos conjunturais e variáveis históricas*. História: Questões & Debates. Curitiba, n. 40, p. 11-36, 2004. CODATO, Adriano Nervo. *Sistema estatal e política econômica no Brasil pós-64*. São Paulo/Curitiba, Hucitec/Anpocs/Ed. da UFPR, 1997; CODATO, Adriano Nervo. *Uma história política de transição brasileira: a ditadura militar à democracia*. Rev. Sociologia Política, Nov. 2005, no.25, p.83-106; CODATO, Adriano. *Intelectuais de Estado e a gestão da política econômica no regime ditatorial brasileiro*. In: Milton Pinheiro. (Org.). *Ditadura: o que resta da transição*. São Paulo: Boitempo, 2014, p. 151-169; CODATO, Adriano. *O Sacerdote e o Feiticeiro: uma análise da história política e militar do Brasil pós-64*. In: João Roberto Martins Filho. (Org.). *O golpe de 1964 e o regime militar: novas perspectivas*. 1ed. São Carlos: Ed. UFSCar, 2006, p. 183-200.

³⁷ CALCIOLARI, Sílvia. *Ex-presos políticos e a memória social da tortura no Paraná (1964-1978)*. Curitiba: Assembleia Legislativa do Paraná. 2006.

durante a repressão ditatorial no Paraná. Também foram produzidos relatos memorialísticos sobre a ditadura no estado, tais como as obras de ex-presos políticos como Ildeu Manso Vieira³⁸ e Teresa Urban³⁹.

Acrescente-se ainda a importante coletânea organizada pelo também ex-presos político (Operação Marumbi) e presidente do grupo Tortura Nunca Mais, do Paraná, Narciso Pires de Oliveira,⁴⁰ composta por trechos de mais de 165 depoimentos de pessoas impactadas diretamente pelo Estado ditatorial no Paraná⁴¹.

Sobre a estrutura e atuação dos órgãos repressivos estatais no Paraná, mais especificamente a DOPS local, merecem destaque os estudos acadêmicos produzidos por Priori⁴², Zaparte⁴³, Ipólito⁴⁴ e Athaides⁴⁵, que analisaram as ações dessa delegacia em diferentes contextos, desde o Estado Novo (1937-1945) até a vigência da ditadura de Segurança Nacional (1964-1985).

Brunello⁴⁶ se deteve na atuação da DOPS-PR e do DOI-CODI-5ª RM no decurso da Operação Marumbi. A Comissão Estadual da Verdade “Teresa Urban” apresentou, em 27 de novembro de 2017, um relatório com mais de 800 páginas, compilando o material produzido a partir de 150 depoimentos e da realização de 73 audiências públicas em várias regiões do Paraná. Foram ainda realizadas investigações, com a participação testemunhal de vítimas do TDE no Paraná, sobretudo no período de vigência da Ditadura de Segurança Nacional. Além

³⁸ VIEIRA, Ildeu Manso. *Memórias torturadas (e alegres) de um preso político*. Curitiba: SEEC, 1991.

³⁹ URBAN, Teresa. 1968: Ditadura abaixo. Curitiba: Arte e Letra, 2008.

⁴⁰ OLIVEIRA, Narciso Pires de; SAHD, Fabio Bacila; CALCIOLARI, Silvia. *Depoimentos para a história: a resistência à ditadura militar no Paraná*. Curitiba: DHPaz, 2014.

⁴¹ Esses depoimentos estão disponíveis integralmente em audiovisual na página do DHPaz no Youtube. Disponível em: <https://www.youtube.com/user/sdhpaz/videos>. Acesso em: 26 de maio de 2020.

⁴² PRIORI, Ângelo. *Polícia política e ordenamento jurídico (Paraná: 1930-1964)*. In: MUNIZ, Altemar da Costa; MARTINS, Luís Carlos dos Passos (Orgs.). *História política: interfaces e diálogos*. Porto Alegre: Edipucrs; Fortaleza; Eduece, 2016, p. 205–230; PRIORI, Ângelo; POMARI, Luciana Regina. *O DOPS e a repressão política contra militantes comunistas no Estado do Paraná (décadas de 1940 e 1950)*. Antíteses (Londrina), v. 5, p. 100, 2012; PRIORI, Ângelo. *DOPS, repressão, violência e controle social*. Revista da Aduem, Aduem - Maringá, v. 1, n.1, p. 21-23, 1998.

⁴³ ZAPARTE, Andrea. *A DOPS e a repressão ao movimento estudantil em Curitiba – Paraná (1964-1969)*. (Dissertação de mestrado), UNIOESTE, Marechal Cândido Rondon, 2011. Disponível em: <http://tede.unioeste.br/handle/tede/1775>. Acesso em: 26 de abril de 2020.

⁴⁴ IPÓLITO, Verônica Karina. *O vermelho que violenta a ordem: os comunistas sob o olhar da DOPS no Paraná*. 2016. Tese (Doutorado em História e Sociedade). Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Ciências e Letras de Assis. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Assis (SP); IPOLITO, Verônica Karina; PRIORI, Ângelo Aparecido. *É permitido proibir: o policiamento político e o imaginário anticomunista no Norte-paranaense*. Revista Ágora (Vitória), v. 11, p. 1-19, 2010.

⁴⁵ ATHAIDES, op. cit.

⁴⁶ BRUNELLO, Leandro. *Repressão política durante o regime militar no Paraná: o caso da operação Marumbi na terra das araucárias*. Maringá: EDUEM, 2009.

disso, uma série de documentos produzidos pelos órgãos repressivos durante a ditadura foi disponibilizada para pesquisadores por meio de acesso virtual.⁴⁷

A historiadora Jussaramar da Silva produziu uma dissertação de mestrado, intitulada *A Usina de Itaipu e a Operação Condor: o outro lado das relações bilaterais Brasil-Paraguai (1973 - 1987)*, defendida em 2010, pela Pontifícia Universidade Católica, de São Paulo (PUC-SP), que remete ao contexto paranaense, uma vez que analisa o papel desempenhado pelas Assessorias Especiais de Segurança e Informações (AESI's), da hidrelétrica de Itaipu, no Paraná, entre os anos de 1973 e 1988, enquanto tentáculos da repressão no Brasil e no Paraguai, além de abordar também aspectos ligados à Operação Condor.⁴⁸

Um grupo de pesquisadores do Departamento de História da Universidade do Oeste do Paraná (UNIOESTE) desenvolve importante trabalho sobre a temática da ditadura de Segurança Nacional no Paraná, através do projeto *Ditadura no Oeste do Paraná: história e memória (2012)*, por meio de abordagens que envolvem temas regionais, nacionais e mesmo internacionais, e que se constituem sob a forma de pesquisas de graduação, mestrado e doutorado, no âmbito do Laboratório de Pesquisa Estado e Poder. De modo mais específico, o objetivo do projeto volta-se, principalmente, à análise do impacto da ditadura na região Oeste do Paraná, suas ações, as resistências empreendidas e a memória construída em torno dela. Uma de suas coordenadoras, a historiadora Carla Luciana Silva possui uma considerável produção sobre essa temática, destacando entre seus inúmeros trabalhos o artigo: *Uma pesquisa necessária: a ditadura no Oeste do Paraná*⁴⁹, no qual a autora discute os impactos sociais da implantação da ditadura na região oeste do Paraná, bem como da necessidade da produção de conhecimento sobre o período e de implementação de ações mobilizadoras e de conscientização sobre o ocorrido.

Em 2016, a partir de uma dissertação de mestrado realizada no Programa de Pós-Graduação em História da UFPR, publiquei o livro intitulado *Operação Pequeno Príncipe: polícia política e marxismo infantil no Paraná*.⁵⁰

O objetivo principal dessa produção foi mostrar aspectos locais da ditadura a partir da análise da Operação Pequeno Príncipe, deflagrada em Curitiba no ano de 1978. Com o auxílio

⁴⁷ Disponível em: <http://www.justica.pr.gov.br/Pagina/Comissao-Estadual-da-Verdade>. Acesso em: 28 de abril de 2020.

⁴⁸ SILVA, Jussaramar da. *A Usina de Itaipu e a Operação Condor: o outro lado das relações bilaterais Brasil-Paraguai (1973-87)*. São Paulo: PUC, 2006 (Dissertação de mestrado).

⁴⁹ SILVA, Carla Luciana. *Uma pesquisa necessária: a ditadura no Oeste do Paraná*. In: SILVA, Carla Luciana; CALIL, Gilberto Grassi; SILVA, Marcio Antônio Both. *Ditaduras e Democracias: Estudos sobre poder, hegemonia e regimes políticos no Brasil (1945-2014)*. Porto Alegre. FCM Editora, 2014, p. 131-144.

⁵⁰ ABREU, 2016.

de fontes dos arquivos da DOPS-PR, a pesquisa demonstrou como nos anos finais da década de 1970, sob a forma legal e/ou clandestina, a CSI-PR operou uma série de práticas de TDE contra opositores locais da ditadura, envolvendo sequestros, torturas, prisões, entre outros.

A obra mostra ainda a importante liderança exercida pela CJP-PR, no movimento de resistência à violência (para)estatal que vinha se avolumando em Curitiba, através de denúncias que, repercutidas pela imprensa, mobilizaram setores importantes da sociedade local e nacional, que acabaram chamando a atenção da comunidade internacional para a capital paranaense. O livro descreve alguns aspectos da estrutura da CSI-PR naquele período e sua forma de atuação, ancorada, entre outros, em documentos como um relatório produzido por um de seus membros, cujo teor permite conhecer parte dos bastidores da Operação Pequeno Príncipe, tais como sua preparação, organização, estruturação e logística. Discute ainda como alguns comandos intermediários, como o chefe da 2ª Seção da 5ª RM, coronel Waldyr Coelho, único comandante da OBAN e primeiro chefe do DOI-CODI paulista, que foi deslocado para o Paraná para estruturar e comandar a 2ª Seção da 5ª RM, tiveram influência na moldagem do *ethos* repressivo do braço local da violência ditatorial.

Considerados esses estudos, o que se constata é que, ainda que algumas produções tenham oferecido relevantes informações e análises sobre o período, essa bibliografia ainda se resente de aprofundamento e sistematização de informações que permitam se conhecer melhor as estruturas internas dos órgãos que compuseram a CSI-PR, suas articulações e atuação externa, bem como suas conexões com outros contextos e, especialmente, as condições de sua desmobilização.

Sobre as fontes da pesquisa

As fontes utilizadas na elaboração da presente tese foram coletadas a partir de pesquisas realizadas em três principais fundos documentais:

Arquivos da repressão⁵¹ - foram consultados os acervos documentais acessíveis por meio do portal do Arquivo Nacional, órgão subordinado ao Ministério da Justiça e Segurança

⁵¹ Arquivos da repressão: essa modalidade de arquivos pode conter duas categorias de documentos. 1) o conjunto de objetos roubados das vítimas ou expropriados de organizações que foram alvo da violência estatal, como documentos, livros, fotos, objetos, atas de reunião, fichários de associados, panfletos e outros materiais; 2) documentos repressivos propriamente ditos, ou seja, aqueles produzidos pelas forças de segurança durante as ações repressivas (batidas policiais, sequestros, interrogatórios, torturas, etc.): dossiês, fichas, pastas, pedidos de informação ou de busca, confissões, ordens de serviço, etc. Trata-se da documentação produzida pelas cadeias de comando das forças de segurança mediante trabalho metódico e burocrático de levantamento, de extração de informação e de checagem; às vezes, dependendo de como foi obtida essa informação ou da qualidade da fonte, pode estar carregada de falsidade. Característico destes arquivos foi o fato de que a informação obtida circulou em

Pública que guarda, preserva, dá acesso e divulga documentos públicos, produzidos, em sua maior parte, pelo Poder Executivo Federal, mas também provenientes dos poderes Legislativo e Judiciário; documentos privados, de pessoas físicas e jurídicas; Acervo da Delegacia de Ordem Política e Social do Paraná, abrigado no Arquivo Público do Estado do Paraná (DEAP-PR), em Curitiba, tratando-se de acervo da extinta DOPS-PR, recolhido ao DEAP-PR, em 1991, composto em sua totalidade por pastas organizadas tematicamente e fichas de cidadãos investigados, compreendendo o período de 1937 a 1989. Relewa registrar que esses arquivos policiais possuem uma gama de documentos de outros órgãos devido a constante circularidade de informação, além de recortes de jornais, materiais diversos veiculados por indivíduos/grupos opositores da ditadura e apreendidos pela repressão, fotografias etc.

Também foram consultados os Arquivos do SNI-Paraná, abrigados no Centro de Documentação e Pesquisa Histórica da Universidade Estadual de Londrina (UEL); o Inquérito 38/78⁵², instaurado durante a Operação Pequeno Príncipe, em 1978 e abrigado no Superior Tribunal Militar (STM), em Brasília.

Arquivos sobre a repressão⁵³- foram consultados os seguintes arquivos públicos e particulares: Projeto Brasil Nunca Mais Brasil, abrigado no Arquivo Edgard Leuenroth, em Campinas, São Paulo, cuja documentação foi digitalizada e encontra-se disponível por meio de consulta eletrônica; Portal do Arquivo Público do Estado de São Paulo; acervo do falecido jornalista Milton Ivan Heller, doados por sua filha; cópias de materiais pertencentes a alguns membros⁵⁴ das escolinhas Oficina e Oca, como recortes de jornais, cartas originais enviadas pelo Comando de Caça aos Comunistas; documentos variados (entre eles alguns pertencentes as escolinhas Oficina e Oca), cedidos pelo advogado trabalhista André Passos, que dirige o instituto Edésio Passos; portal do Grupo Tortura Nunca Mais, dirigido pelo ativista e preso político na Operação Marumbi, Antônio Narciso Pires, que produziu e disponibilizou mais de

rede pela estrutura da burocracia repressiva sendo que, no plano da coordenação repressiva regional, extrapolou fronteiras e conectou esquemas binacionais e, depois, a própria estrutura Condor. In: PADRÓS, 2009, p. 40.

⁵² SUPERIOR TRIBUNAR MILITAR. Ministério da Justiça. Departamento de Polícia Federal. Superintendência Regional do Paraná. Inquérito nº 38/78. Curitiba, 17 de março de 1978.

⁵³ Arquivos sobre a repressão: são o produto da atuação das organizações de direitos humanos; quase sempre, foram os primeiros que foram organizados e tornados públicos (inclusive, ainda durante a vigência dos regimes de exceção), com o objetivo de assessorar e embasar demandas de informação ou atitudes de denúncia. Se compõem basicamente de testemunhos e depoimentos de sobreviventes, listagens de vítimas, de repressores (“vitimários”) e de locais de detenção (legais ou clandestinos) bem como de acervos fotográficos, cópias de documentos de identidade e relação de vítimas com suas organizações políticas e sociais de origem. Estes arquivos foram essenciais na elaboração das primeiras avaliações sobre as experiências traumáticas específicas se constituíram, também, em fontes seminais para os primórdios da pesquisa jornalística e histórica sobre aquele período. Seus idealizadores e administradores foram aquelas pessoas reconhecidas como *empreendedores da memória*, as quais, mesmo em condições difíceis, defenderam a necessidade de documentar tudo o que era possível, particularmente diante da negativa estatal de dispor sua documentação. In: PADRÓS, 2009, p. 40.

⁵⁴ Lígia Cardieri Mendonça, Edésio Passos, Paulo Sá Brito, Bernadete Sá Brito e Walmor Marcelino.

uma centena de entrevistas com pessoas envolvidas nas lutas contra a ditadura do Paraná, no projeto chamado Depoimentos para a história; Portal Documentos Revelados, criado em 2009, pelo jornalista e ex-presos político Aluízio Palmar⁵⁵; filme-documentário Os onze de Curitiba: Todos nós, do escritor e cineasta Valêncio Xavier.

c) Periódicos⁵⁶ - Jornais paranaenses, como a Tribuna do Paraná, Folha de Londrina, O Estado do Paraná, Gazeta do Povo, Diário do Paraná; como também aqueles de circulação nacional, tais como: O Globo, Jornal do Brasil, O Estado de S. Paulo, Folha de S. Paulo, disponíveis na Biblioteca Pública do Paraná (Seção Paranaense); ou acessíveis através do portal da Hemeroteca do Arquivo Nacional, do Portal Memórias Reveladas, Arquivo Ana Lagoa, entre outros;

d) Entrevistas⁵⁷ - foram coletados os depoimentos de ex-agentes da CSI-PR, por meio de entrevistas realizadas pelo autor, com Roberto das Chagas Monteiro, delegado do Departamento da Polícia Federal do Paraná (1976-1978) e responsável pelo inquérito instaurado no âmbito da Operação Pequeno Príncipe; e um ex-comandante do DOI-CODI-5ª RM, que pediu anonimato; o ex-universitário e dirigente estudantil sequestrado em 1977, Carlos Augusto Soares de Oliveira; a antropóloga, ex-universitária e professora Juracilda Veiga, também sequestrada em 1978; a socióloga e ex-presos política Lígia Cardieri; e o presidente do Grupo Tortura Nunca Mais do Paraná e ativista e ex-presos político na Operação Marumbi, Narciso Pires de Oliveira. Foram acessadas pela pesquisa diversas entrevistas realizadas pela Sociedade de Direitos Humanos para a Paz (DHPAZ), como parte do Projeto Depoimentos para a história: a resistência à ditadura militar no Paraná. Os entrevistados foram: o advogado de presos políticos Rene Ariel Dotti; o ex-delegado da Polícia civil do Paraná, José Maria de Paula Correia; o jornalista Cícero Cattani; o engenheiro e ativista político Ivo Pugnaroni; e o também engenheiro aposentado e escritor Paulo Sá Brito.

⁵⁵ Fazem parte do acervo do portal Documentos Revelados, documentos emitidos pelos órgãos de inteligência e repressão da ditadura de Segurança Nacional brasileira, de organizações da Resistência, além de produções acadêmicas voltadas para a temática das Ditaduras de Segurança Nacional do Cone Sul latino-americano e da defesa dos Direitos Humanos.

⁵⁶ Ao longo do período autoritário diversos jornais submeteram-se a um permanente tensionamento resultante de um quadro de necessário equilíbrio em busca de sobrevivência marcado por um ambiente de ameaça da censura e da autocensura preventiva. Por outro lado, houve aqueles veículos que foram orgânicos das ditaduras (em termos políticos, ideológicos e econômicos), beneficiando-se de múltiplas formas, como nos casos dos jornais O Globo, Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo, com a ressalva de que, na fase de descenso do regime, assumiram uma postura crítica.

⁵⁷ Nos últimos tempos a utilização dos depoimentos e testemunhos têm sido bastante frequentes nos estudos sobre as ditaduras de Segurança Nacional, tendo o acesso as testemunhas/partícipes dos acontecimentos possibilitado a expansão e ampliação das fontes, permitindo aos historiadores realizarem os cruzamentos e as verificações necessárias às suas avaliações e conclusões.

Estrutura da tese

A presente tese se divide em quatro capítulos que representam esforços para a compreensão do contexto sob o qual se circunscreveram os acontecimentos relacionados ao processo de desmobilização gradual da CSI-PR, entre os anos de 1978 e 1983.

O primeiro capítulo, intitulado *A criação do DOI-CODI da 5ª RM e a constituição/mobilização da CSI-PR*, abordará parte das circunstâncias que cercaram a constituição da CSI-PR, com ênfase na instalação do DOI-CODI local e consequente integração dos órgãos de segurança e informações do Paraná, para atuarem na Operação Marumbi, no ano de 1975. Essa ação repressiva permeada por práticas de TDE ramificou para o Paraná a Operação Radar, de âmbito nacional, sob os auspícios do ditador Ernesto Geisel (1974-1979).

A origem do DOI-CODI-5ª RM foi analisada a luz do documento oficial intitulado Relatório Especial de Informações Nº 1/75 - Operação Marumbi, cujo acesso permitiu a pesquisa conhecer a data exata da instalação dessa organização que integrou as forças de segurança no estado do Paraná, a partir de 1975. Tal informação desfaz o entendimento equivocado de alguns autores que na esteira de versão difundida pelo torturador Carlos Alberto Brilhante Ustra que apontava o início das atividades do DOI-CODI-5ª RM, em 1971.⁵⁸

O capítulo traz ainda informações envolvendo o histórico repressivo dos principais órgãos de segurança que a partir de 1975, constituiriam a CSI-PR sob a liderança do DOI-CODI-5ª RM: a DOPS-PR, PF-PR, ACT-SNI; destacando ainda a presença no Paraná de um agente torturador que após comandar a OBAN e o DOI-CODI de São Paulo, foi deslocado para a chefia da 2ª Seção da 5ª RM, para coordenar a instalação dessa nova unidade do DOI-CODI e comandar a Operação Marumbi. Em seguida serão conhecidos aspectos ligados ao longo currículo de serviços prestados a ditadura no estado do Paraná pelo delegado Ozias Algauer, onipresente na área de segurança local desde os primórdios da ditadura de SN brasileira; e, ao final, serão recuperados elementos que tratam da origem, composição e trajetória do grupo paramilitar CCC, que durante o biênio 1977-1978, se tornou o braço clandestino da CSI-PR.

No capítulo 2, intitulado *O terrorismo de Estado em Curitiba (1977-1978)*, mostraremos como no bojo do processo de descompressão política do ditador Geisel, despontou na área de segurança do Paraná um possível foco de oposição a essa nova orientação do Executivo Federal que, por meio de uma sequência de ações repressivas operadas pela CSI-PR e CCC, no biênio 1977- 1978, majoritariamente em Curitiba, acabariam por forjar as condições

⁵⁸ USTRA, Carlos Alberto Brilhante. *A verdade sufocada: a história que a esquerda não quer que o Brasil conheça*. Rio de Janeiro, Edição do Autor, 2006.

que levariam a dissolução dos laços operacionais responsáveis pela integração dos órgãos de segurança militares e policiais locais sob o sistema DOI-CODI. Circunstâncias que envolveram a execução da Operação Pequeno Príncipe, na qual onze pessoas ligadas às pré-escolas Oficina e Oca foram presas acusadas de coparticipação na doutrinação de crianças de 1 a 6 anos dentro de princípios marxistas, supostamente realizada por aquelas escolinhas curitibanas, do ponto de vista de seus executores, e também sob a perspectiva de algumas de suas vítimas; além de seu desfecho na esfera judicial.

No terceiro capítulo, denominado *Repercussão e reações às práticas de TDE operadas pela CSI-PR (1977-1978)*, são discutidos aspectos que envolveram a ampla repercussão gerada pela divulgação das práticas de TDE perpetradas pela CSI-PR e CCC, que levaram setores importantes da sociedade brasileira e mundial a se manifestarem sobre os acontecimentos de Curitiba, tais como: poderes Executivos estadual e federal; comandantes de órgãos repressivos militares e civis; clero católico; expoentes da ARENA e MDB, únicos partidos políticos legalizados; imprensa; sociedade civil organizada, sob a liderança da CJP-PR; entidades representativas estrangeiras, como a Anistia Internacional, importante trincheira na luta pelos direitos humanos na década de 1970; encerrando-se com uma breve narrativa sobre a atuação do titular da pasta de segurança pública do Paraná, general Alcindo Gonçalves, marcada por desvios performáticos que por algumas vezes colocaram a CSI-PR em situações vexatórias, quando sua participação em atividades repressivas clandestinas veio à tona na esteira de algumas das declarações desse secretário à imprensa, bem como por suas intervenções nos bastidores da área de segurança por meio de chicanas que tinham como objetivo preservar e manter impunes subordinados envolvidos em atividades ilícitas operadas por órgãos oficiais de sua secretaria ou de outras organizações repressivas que compunham a CSI-PR.

No quarto e último capítulo, intitulado *O processo de desmobilização da CSI-PR (1978-1983)*, serão apresentados os eventos que, de acordo com a presente tese, configuraram-se como um conjunto de múltiplas determinações que constituíram o processo de desmobilização da CSI-PR, entre os anos de 1978 e 1983. Os indícios levantados pela pesquisa, compostos por inúmeras medidas administrativas de âmbito estadual e federal, que desencadearam uma série de alterações na área de segurança do Paraná, pavimentando o caminho para a dissolução gradual do principal dispositivo repressivo paranaense da ditadura de SN brasileira, responsável por um saldo expressivo de atividades de TDE que atingiram opositores locais de diversas matizes.

Na forma de uma exposição analítica, ancorada nas fontes coletadas pela pesquisa, serão abordados doze eventos elencados como constitutivos do processo gradativo de

desmobilização da CSI-PR, com destaque para o Decreto nº 4.884, que reestruturou a Polícia Civil do Paraná e lateralmente extinguiu o acrônimo DOPS-PR, transformando-a em uma divisão policial⁵⁹; a exoneração, em janeiro de 1978, do tenente-coronel Zuiderzee Nascimento Lins, do comando do DOI-CODI-5ª RM - posto que ocupava desde sua criação, em meados de 1975⁶⁰ -, na esteira da remoção de uma série de agentes militares ligados a gestão do general Sylvio Frota, demitido do Ministério do Exército, em outubro de 1977; a intervenção do Ministério do Exército junto ao DOI-CODI-5ª RM, ordenando a movimentação de agentes importantes em vias de completar três anos de serviços prestados àquele destacamento; a abolição dos chamados Atestados Ideológicos⁶¹; a interrupção de procedimentos que cimentavam a unidade de ação entre os dois principais órgãos-membros da CSI-PR, como o fornecimento de cédulas de identidade funcionais da DOPS-PR para agentes do DOI-CODI-5ª RM; os desentendimentos públicos entre a SESP-PR e o DOI-CODI-5ª RM, pela via da imprensa, situação impensável no contexto de surgimento da CSI-PR e implementação do sistema DOI-CODI; o declínio profissional do delegado Ozias Algauer, que sob aquela conjuntura descompressiva havia se tornado um fardo para a área de segurança estadual, levando seus superiores a transferi-lo do campo operacional para a burocracia do estado, deslocando-o para a chefia de gabinete do secretário de segurança Alcindo Gonçalves⁶²; culminando com o fim da DOP-PR, rebotalho da antiga e poderosa DOPS-PR, em 1983.

⁵⁹ PARANÁ. Decreto Estadual nº 4.884, de 24 abr. 1978, dispõe sobre o regulamento e a estrutura da Polícia Civil do estado do Paraná.

⁶⁰ *Exército muda 69 comandos desde a saída de Frota, mas critérios são normais*. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 5 fev. 1978, p. 2.

⁶¹ *Atestado ideológico deixará de existir a partir de hoje*. Diário do Paraná. Curitiba, 3 ago. 1978.

⁶² Arquivo Nacional. Identificação: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.NNN.8100165. Dossiê. IN Funcionamento do SISNI I nº 6.1. PARANÁ. Decreto Estadual nº 4.884, de 24 abr. 1978, dispõe sobre o regulamento e a estrutura da Polícia Civil do estado do Paraná. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/nnn/81001675/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_nnn_81001675_d0001de0001.pdf. Acesso em: 24 fev. 2002.

2 A CRIAÇÃO DO DOI-CODI-5ª RM E A CONSTITUIÇÃO/MOBILIZAÇÃO DA CSI-PR

O modelo repressivo da ditadura de SN brasileira assumiu sua fisionomia definitiva em 1969, a partir da incorporação de três elementos fundantes da DFGC: a atuação unificada das forças policiais e militares, o controle de informações, e a utilização sistemática da tortura como forma de obter confissões. Materializado inicialmente através da OBAN e posteriormente dos DOI-CODIs que se espalharam pelo país, essa versão consolidada do Sistema de Segurança e Informações da ditadura fez das práticas de TDE seu método sistemático de perseguição e repressão ao “inimigo interno”.

A exemplo de seus predecessores de outras regiões, o DOI-CODI-5ª RM seguiu à risca esse receituário, com a vantagem de poder contar com o *know how* acumulado por seus congêneres durante o governo Médici (1969-1974), período de maior incidência da utilização da metodologia do TDE no combate aos grupos opositores da ditadura de SN brasileira.

Foi a partir da instalação do DOI-CODI-5ª RM em 1975, que a fusão operacional entre as forças de segurança paranaenses e seus respectivos órgãos de repressão e inteligência, constituiu o que denominaremos na presente tese de Comunidade de Segurança e Informações do Paraná (CSI-PR).⁶³

Alcançar o principal objetivo desse trabalho, que reside na identificação e mapeamento do processo gradual de desmobilização da CSI-PR, ocorrido entre os anos de 1978 e 1983, pressupõe compreender as múltiplas determinações que ensejaram sua criação, declínio e dissolução.

Nesse sentido, antes de conhecermos os meandros do processo de mobilização militar que ensejou a criação da CSI-PR, e que envolveu, sequencialmente, a criação do DOI-CODI-5ª RM, a fusão dos órgãos de segurança locais, e a deflagração da Operação Marumbi - é preciso que tenhamos algumas considerações sobre as circunstâncias que levaram o Executivo Federal a instalar na 5ª RM, sediada em Curitiba, uma unidade do DOI-CODI, integrando o Paraná ao circuito nacional do TDE da ditadura de SN brasileira.⁶⁴

⁶³ Os principais órgãos policiais e militares que compuseram a CSI-PR, sob a liderança do DOI-CODI-5ª RM, que era uma organização do Exército, foram a Delegacia de Ordem Política e social do Paraná (DOPS-PR); Polícia Federal do Paraná (PF-PR); Agência de Curitiba do Serviço Nacional de Informações (ACT-SNI); Polícia Militar do Paraná (PM-PR); Polícia Rodoviária Federal do Paraná (PRF-PR); Bombeiros, Marinha e Aeronáutica.

⁶⁴ A 5ª RM possuía jurisdição sobre o Paraná e Santa Catarina, o que significou estender também para esse estado sua atuação, o que ocorreria por meio da deflagração da chamada Operação Barriga Verde, voltada para a eliminação da estrutura do PCB catarinense. Ver: MARTINS, Celso. *Os quatro cantos do sol: Operação Barriga Verde*. Florianópolis: Editora da UFSC: Fundação Boiteux, 2006.

2.1 AS ELEIÇÕES DE 1974 E A OPERAÇÃO RADAR

No início de 1975, o Sistema de Segurança e Informações da ditadura já havia liquidado praticamente todas as formas de resistência militarizadas, alcançando assim os principais objetivos de sua criação. Superada essa etapa, o PCB, partido clandestino que havia optado pela via pacífica de resistência à ditadura, foi alçado à condição de principal “inimigo interno”.⁶⁵

A sanha repressiva da ditadura contra o PCB havia se acentuado já no primeiro ano do governo do ditador Geisel, por sua participação na campanha vitoriosa do MDB nas eleições parlamentares de 1974. Segundo os radicais da área de segurança, a contribuição dos comunistas com a única legenda de oposição legal no país teria sido decisiva para a derrota da ARENA, partido do governo.

Assim, preocupava o ditador Geisel e seu sequazes, a constatação de que naquele momento o PCB era a organização de esquerda mais bem estruturada no país, mesclando sua atuação em duas frentes: ao trabalho de base realizado de forma clandestina; e na política institucional, onde atuava em conjunto ou infiltrado no MDB.

Consideravam os planejadores da ditadura que naquele contexto de aprofundamento da abertura política, a continuidade da livre atuação daquele partido, sem que as forças repressivas freassem seu avanço, possibilitaria ao PCB se transformar em uma legenda de massas sob a democracia burguesa. A partir de tal constatação, a decisão da Estado terrorista foi operar no sentido de exterminar o PCB antes da redemocratização do país.⁶⁶

O impacto que o resultado das eleições parlamentares de 1974, causou junto à cúpula da ditadura, foi assim avaliado por Mariana Joffily:

Confiante nos altos índices de crescimento econômico, o governo militar não esperava que o MDB, único partido de oposição, pudesse ter uma votação expressiva. Apoiado na discussão de temas como a repressão, a injustiça social e o modelo econômico desigual, o partido recebeu muitos votos, saindo vitorioso nas eleições pelo aumento das cadeiras na Câmara de Deputados, o controle de importantes assembleias estaduais e maioria no Senado. A “linha dura”, pressentindo os possíveis efeitos da abertura política, centrou suas forças em investigar a “infiltração” do PCB no MDB.⁶⁷

⁶⁵ Essa grande ofensiva para destruir o PCB, inicialmente tendo o DOI-CODI/SP à frente, ficou conhecida como Operação Radar. Posteriormente, essa grande operação irradiou-se para outros estados do país e prolongou-se pelo governo Geisel e sua política de distensão. MIRANDA, Nilmário; TIBÚRCIO, Carlos. *Dos filhos deste solo*. 2ª Edição. São Paulo: Editora Perseu Abramo e Boitempo, 2008, p. 386.

⁶⁶ RIBEIRO JR, Amaury; VIOLA, Eugênio; ARIA, Tales. “*Traição e extermínio*”, Isto É, São Paulo, 31/03/2004. Disponível em: https://istoe.com.br/27963_TRAICAO+E+EXTERMINIO/. Acesso em: 18/02/2021.

⁶⁷ JOFFILY, op. cit., p. 192.

Como vimos, como consequência da derrota do partido governista, elevou-se a pressão da comunidade de segurança para que o PCB e seus simpatizantes fossem interditados.⁶⁸ Como apontou o jornalista Audálio Dantas:

Já não havia, então, resquícios da luta armada que justificara, durante mais de quatro anos, uma feroz ação repressiva. Mas restava o PCB, “o perigo comunista”, apontado como capaz de levar o MDB a ganhar terreno no espaço criado pela abertura política.⁶⁹

Nesse clima de ânimos exaltados, ainda em 1974, em reunião do Alto-Comando das Forças Armadas, esposando a tese de membros do governo que defendiam a adoção de medidas preventivas contra a “subversão”, Geisel autorizou a comunidade repressiva a agir diretamente contra o PCB, turbinando a chamada Operação Radar⁷⁰, ação repressiva de grande monta, organizada em junho de 1974, na forma de uma ampla ofensiva deflagrada a partir de janeiro de 1975, permeada por inúmeras práticas de TDE contra membros e pessoas ligadas ao PCB, tais como: prisões ilegais, sequestros, assassinatos e desaparecimentos, entre outros.⁷¹

Sobre os desdobramentos dessa decisão do ditador Geisel, uma reportagem de Amaury Ribeiro Jr., Eugênio Viola e Tales Faria, descreve o quadro de terrorismo estatal aplicado durante a Operação Radar, inicialmente em São Paulo:

[...] Comandado pelo chefe do DOI (Destacamento de Operações Internas) de São Paulo, coronel Aldir dos Santos Maciel, o “doutor Silva”, um grupo secreto recebeu a missão de prender e executar os membros do Comitê Central do PCB, sem deixar pistas. Os assassinatos ocorreram em chácaras clandestinas, para facilitar a ocultação dos cadáveres. Os demais sobreviventes eram encaminhados pelo comando do II Exército aos delegados do DOPS (Departamento de Ordem Política e Social) José Francisco Setta e Alcides Singillo. Após serem torturados, nas dependências do órgão na rua Tutóia, em São Paulo, os militantes eram obrigados a prestar declarações de próprio punho sobre suas atividades. Dentro dessa estratégia se enquadram os casos do jornalista Vladimir Herzog e do operário Manoel Fiel Filho. Mas, brutalmente torturados, eles acabaram morrendo. Apelidada de “Operação Radar”, a caça resultou na morte de 11 membros do Comitê Central. Além de destruir as gráficas clandestinas do partido, a repressão desmantelou seus diretórios nos estados, em operações que prenderam 679 pessoas.⁷²

Assim como em outras partes do país, no Paraná, a colaboração entre PCB e MDB nas eleições de 1974, foi extremamente bem-sucedida, motivando os comunistas locais a iniciarem um processo de reorganização do partido em todo o estado.

⁶⁸ O início da repressão ao PCB pela ditadura se deu com o IPM nº 709, entre os anos de 1964 e 1966 e foi reiniciado entre 1973 e 1976 quando esse partido enfrentou sucessivas prisões e centenas de cidadãos foram presos e torturados em todo país. Conhecida como “Operação Radar”, essa ofensiva do exército dizimou a direção do partido, finalizando um projeto de extinção do PCB acalentado pelos militares.

⁶⁹ DANTAS, Audálio. *As duas guerras de Vlado Herzog*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012, p. 71.

⁷⁰ DANTAS, op. cit., p. 78.

⁷¹ DANTAS, op. cit., p. 95.

⁷² RIBEIRO JR.; VIOLA; ARIA. 2004.

Em consonância com o objetivo de eliminação da estrutura nacional do PCB, e informada sobre a movimentação partidária dos comunistas paranaenses⁷³, a ditadura decidiu dotar a área de segurança do Paraná de mecanismos repressivos comprovadamente eficazes para que a versão local da Operação Radar, denominada de Operação Marumbi, fosse deflagrada e bem-sucedida. Portanto, foi com esse intuito que em 1975, instalou-se em Curitiba o DOI-CODI-5ª RM e constituiu-se a CSI-PR.

É sobre esse amálgama composto pela criação do DOI-CODI-5ª RM; constituição da CSI-PR; e deflagração da Operação Marumbi, em 1975, que iremos nos debruçar ao longo desse capítulo. Importa registrar que o hibridismo da CSI-PR não residiu apenas em sua composição policial e militar, mas também pelo caráter oficial e clandestino de seus órgãos constitutivos.

Se o DOI-CODI-5ª RM tornou-se o centro da engrenagem repressiva paranaense a partir da fusão dos órgãos repressivos locais em 1975, o sucesso conjunto da CSI-PR na transformação do TDE em ferramenta política de interdição dos dissidentes, se deveu a atuação conjunta de um elenco de apoio formado por órgãos oficiais como a DOPS-PR, a PF-PR, e a ACT-SNI.

Sob a liderança do DOI-CODI-5ª RM, esses personagens que a partir de 1975, ao lado de outros menos atuantes, constituiriam a CSI-PR, traziam na bagagem um histórico de atividades repressivas que remontava, no caso da DOPS-PR, ao ano de 1937; enquanto em relação à PF-PR e ACT-SNI, à irrupção da ditadura de SN brasileira, em 1964.

Quanto à face clandestina da CSI-PR, coube ao CCC, na condição de seu braço auxiliar, desempenhar nos anos de 1977 e 1978, o papel de bode expiatório, a quem foram atribuídas as atividades de intimidação, sequestros, e demais violências operadas majoritariamente pelo DOI-CODI-5ª RM, mas que precisavam ser invisibilizadas sob o manto desse grupo paramilitar de extrema-direita, de modo a evitar que o desgaste provocado por aquelas ações junto à opinião pública causasse desgastes a imagem dos órgãos repressivos oficiais. Conforme já exposto, é possível que a CSI-PR tenha criado uma seção do CCC em Curitiba, composta por agentes da área de segurança local para atuar clandestinamente, driblando assim certo monitoramento oriundo dos condutores da política de descompressão em curso.

⁷³ Como será melhor explicitado ainda nesse capítulo, prisões realizadas nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia, permitiram que os órgãos de informação obtivessem indícios de que o PCB estaria se reorganizando no Paraná.

Portanto, foi a múltipla colaboração entre esses e outros órgãos menos atuantes (PM-PR, PRF-PR, CIE etc.) da área de segurança local e externa que fizeram da CSI-PR o principal vetor do TDE no Paraná durante a ditadura de SN brasileira. É preciso acrescentar ainda um outro fator não menos relevante para a compreensão dos eventos aqui analisados e que reside na importância assumida por certos indivíduos no desenrolar dos fatos, cuja ação individual, assim como as ideias, possui o caráter de ser uma das múltiplas determinações de qualquer acontecimento histórico ou fenômeno social, podendo influenciar ou não o seu curso.⁷⁴

Ao longo da pesquisa nos deparamos com alguns agentes que tiveram importância decisiva no que diz respeito a imposição de certo estilo e ritmo de trabalho em sua condição de liderança junto à CSI-PR. Como não aquilatar a influência de militares como o tenente-coronel Waldyr Coelho, agente altamente capacitado por sua formação intelectual, afinidade ideológica e experiência operacional acumulada à frente da OBAN e do DOI-CODI do II Exército, na condução do processo de instalação do DOI-CODI-5ª RM? O mesmo deve se aplicar à figura do delegado Ozias Algauer, agente que ocupou a chefia da DOPS-PR durante praticamente todo o período áureo de imposição do TDE aos opositores locais da ditadura e cujo declínio foi incorporado por essa pesquisa ao rol de indícios que atestam o que entendemos como o processo gradual de desmobilização da CSI-PR, a partir das mudanças geradas pelo decreto que extinguiu o acrônimo DOPS-PR e a transformou em uma divisional, em abril de 1978.

Diante do exposto, optamos por oferecer a seguir alguns subsídios que julgamos imprescindíveis para o melhor entendimento dos eventos que serão narrados e analisados ao longo desse trabalho, inicialmente envolvendo a atuação da CSI-PR na Operação Marumbi; passando pela execução de inúmeras práticas de TDE durante o biênio 1977-1978; e, por fim, quando será exposto e analisado o processo gradual de desmobilização da CSI-PR, no período entre 1978 e 1983.

2.2 O ELENCO DA CSI-PR ANTES DA TRAMA PRINCIPAL

Após o exame da atuação dos órgãos repressivos constitutivos da CSI-PR, durante os anos de 1975 e 1978, excetuando-se o DOI-CODI-5ª RM - seu nervo central -, verificou-se que os mais atuantes foram a DOPS-PR, a Polícia Federal do Paraná (PF-PR), e a Agência de Curitiba do Serviço Nacional de Informações (ACT-SNI). As origens desses três órgãos

⁷⁴ VIANA, Nildo Silva. *O papel do indivíduo na História. Cadernos de História*. Belo Horizonte, v. 14, n. 21, 2º sem. 2013, p. 120. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/4529-Texto%20do%20artigo-29352-1-10-20140821.pdf>. Acesso em: 21 out. 2022.

repressivos locais vinculavam-se às duas ditaduras vigentes no Brasil durante o século XX: no caso da DOPS-PR, sua criação remontava à setembro de 1937, portanto, praticamente dois meses antes do autogolpe de Getúlio Vargas e a consequente instalação da ditadura do Estado Novo (1937-1945); enquanto as duas últimas, PF-PR e ACT-SNI, foram instaladas no estado do Paraná, em 1964, já no quadro da ditadura de SN brasileira (1964-1985).

A ênfase a ser dada à alguns aspectos atinentes ao histórico dessas três forças de repressão e inteligência locais tem como objetivo oferecer elementos que melhor dimensionem a importância e prestígio por elas ameados em suas diferentes trajetórias repressivas até meados de 1975, quando ao lado dos demais órgãos de segurança locais, passam a atuar sob o signo da CSI-PR. Para tanto, em relação a PF-PR e ACT-SNI, nossa abordagem irá se deter quase que integralmente à elementos como: origem, organização e estrutura; enquanto que no caso da DOPS-PR, além desses aspectos, abordaremos também parte de sua atuação entre as décadas de 1930 e 1970. Nesse sentido, a exposição sobre a DOPS-PR será mais extensa em razão de sua condição de polícia política e de sua longevidade, fatores que contribuíram para que essa delegacia acumulasse um histórico operacional repressivo bastante volumoso. Feitas essas considerações, a sequência expositiva obedecerá a seguinte ordem:

1. Polícia Federal do Paraná (PF-PR);
2. Agência de Curitiba do Serviço Nacional de Informações (ACT-SNI);
3. Delegacia de Ordem Política e Social do Paraná (DOPS-PR);

2.2.1 Polícia Federal do Paraná (PF-PR)

A origem da PF-PR remonta ao final do ano de 1964, quando o então Departamento Federal de Segurança Pública, como parte de seu processo de reorganização⁷⁵, instalou em Curitiba a Delegacia Regional do Paraná, tendo sob sua circunscrição os estados do Paraná e Santa Catarina.

Apesar de subordinada ao Ministério da Justiça, durante a maior parte da vigência da ditadura de SN brasileira, a PF teve sua chefia ocupada militares do Exército, tanto em sua agência central, como em suas diversas unidades regionais.

Além da vigilância alfandegária em portos e aeroportos, e a guarda de fronteiras, às agências regionais cabiam as atividades de censura e controle sobre manifestações artísticas e

⁷⁵ Lei nº 4.483, de 16 nov. 1964 e Decreto nº 56.510, de 28 jun. 1965

literárias, o que fez da imprensa escrita o principal alvo da PF em todo o país.⁷⁶ A atuação da PF junto às demais forças repressivas no combate aos opositores da ditadura resultou em diversas acusações de práticas de torturas envolvendo algumas de suas agências regionais, como no caso do Paraná.⁷⁷

No contexto das mudanças impostas pela Constituição de 1967, o Departamento Federal de Segurança Pública teve seu nome alterado para Departamento de Polícia Federal, assumindo, além de outras atribuições, a incumbência de prover a “apuração de infrações penais contra a segurança nacional, [e] a ordem política e social”.⁷⁸

De acordo com esse preceito constitucional, a apuração de delitos de caráter político passou a ser atribuição da Polícia Federal, o que significava instaurar e conduzir os inquéritos dessa natureza, bem como coordenar os trabalhos investigativos (levantamento de dados, aprisionamentos, interrogatórios, análise de informações, vigilância da unidade prisional, alimentação dos presos etc.), com a colaboração ou não de outros órgãos de informação e segurança de âmbito estadual e/ou federal.

A partir do ano de 1969, a chefia da PF-PR passou a ser ocupada pelo general Alcindo Pereira Gonçalves, que deixaria esse posto no ano de 1975, para assumir o comando da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Paraná (SESP-PR), durante o governo de Jayme Canet (1975-1979).

Importa reter esses dois últimos pontos, ou seja, a atribuição constitucional da PF de apurar os crimes de natureza política e a presença do general Alcindo Gonçalves à frente da SESP-PR durante o período em que se desenvolveu o processo histórico abordado na presente tese, uma vez que ambos voltarão à tona quando tratarmos mais a frente da manobra operada por esse secretário - no quadro da disputa intestina entre defensores e opositores da descompressão política -, com o finalidade de afastar a PF-PR da condução do inquérito policial a ser instaurado para investigar o sequestro da estudante e professora Juracilda Veiga, em março de 1978.

⁷⁶ FICO, Carlos. *Como eles agiam. Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001, p. 168.

⁷⁷ Em entrevista para o projeto Depoimentos para a História (DHPAZ - PARANÁ), o ex-presos político José dos Reis Garcia relata que em 1969, foi preso, interrogado e torturado por agentes do Departamento da Polícia Federal do Paraná, em Curitiba. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Q5-bF9u5s-Q>. Acesso em: 04 jun. 2021.

⁷⁸ A Chefia Regional dessa instituição foi ocupada por militares durante a década de 1960 e parte dos anos de 1970. Personagem que terá papel relevante mais à frente nesse trabalho, o general Alcindo Pereira Gonçalves, dirigiu o Departamento da Polícia Federal do Paraná entre os anos de 1969 e 1975, quando assumiu a Secretaria de Segurança Pública do Estado do Paraná, no governo de Jayme Canet (1975/1979).

2.2.2 Agência de Curitiba do Serviço Nacional de Informações (ACT-SNI)

Durante a ditadura de SN brasileira os órgãos de informações abrigavam em seus arquivos os mais diversos tipos de indícios, derivados das mais variadas fontes. A comunicação interna se efetivava através de mecanismos de intercâmbio de dados entre os diversos órgãos de segurança e informações (SNI, DOPS, CENIMAR⁷⁹, CISA⁸⁰ e CIE). Existiam ainda os intercâmbios entre os/as DOPS estaduais e as subdivisões regionais policiais e delegacias do interior de seus respectivos estados, o que resultava em uma ampla teia de informações que se processava a nível nacional. Tal sistema era composto por uma rede de instituições cujo serviço de inteligência treinava agentes e os infiltrava onde a espionagem fosse necessária, além de efetuar a análise de todas as informações obtidas.⁸¹

No Paraná, assim como em outros estados, a atuação do SNI durante a ditadura voltou-se principalmente para a coordenação das atividades de informações e contrainformações, uma vez que, conforme assinalou Figueiredo, esse órgão “não se envolveu diretamente na repressão, mas operou nos bastidores para que a máquina de guerra estivesse sempre azeitada e bem-informada”.⁸²

Atuante no Paraná desde a criação da Agência Nacional do SNI, em 1964, de acordo com o Decreto nº 60.182 de 3 de fevereiro de 1967, que regulamentava as atividades de suas regionais, competia a Agência de Curitiba do Serviço Nacional de Informações (ACT-SNI), responsabilizar-se por “processar, no nível adequado, os informes e informações” e “providenciar a difusão judiciosa dos informes e informações” junto aos demais órgãos de segurança locais.⁸³

Importa registrar a relevância da documentação produzida pela ACT-SNI para a presente pesquisa, uma vez que algumas dessas fontes permitiram localizar “informações” importantes, que ilustram as reações de setores da CSI-PR, diante de determinadas mudanças impostas pelos Executivos estadual e federal no bojo do processo de desmobilização gradual da CSI-PR a partir de abril de 1978.

A seguir nossa atenção se volta para o mais ativo órgão repressivo do Paraná durante a ditadura de SN brasileira, cuja importância para esse trabalho resulta não somente de sua

⁷⁹ Centro de Informações da Marinha.

⁸⁰ Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica.

⁸¹ Instituto de Políticas Públicas e Direitos Humanos (IPPDH). Mercosul. Guia de Arquivos e Fundos Documentais, op. cit.

⁸² FIGUEIREDO, Lucas. *Ministério do silêncio: a história do serviço secreto brasileiro de Washington Luís a Lula (1927-2005)*. Editora Record: Rio de Janeiro, 2005, p. 164.

⁸³ FIGUEIREDO, op. cit., p. 164.

intensa atuação voltada para a imposição de diversas modalidades de TDE, mas também porque esse antigo órgão policial se transformaria no alvo principal do processo gradativo de desmobilização que culminaria com a dissolução da CSI-PR.

2.2.3 Delegacia de Ordem Política e Social do Paraná (DOPS-PR)

Um trecho da mensagem que integrava a matéria intitulada “Delegacia de Ordem Política e Social”, apresentada à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, em 1 de setembro de 1937, pelo então governador Manoel Ferreira Ribas⁸⁴, afirmava que:

Refundidas as Delegacias da Capital criou-se a Delegacia de Ordem Política e Social, de acordo com a sugestão aprovada pelo Congresso dos Secretários de Segurança e Chefes de Polícia. Temos, portanto, um novo maquinismo policial inteira e exclusivamente dedicado aos crimes políticos e à defesa da ordem social e das instituições.⁸⁵

Como aponta o texto, a criação da DOPS paranaense foi sugerida durante o Congresso dos Secretários de Segurança e Chefes de Polícia, realizado em 1936 no distrito da Guanabara, convocado pelos Chefes de Polícia do Distrito Federal e pelo Ministério da Justiça. O objetivo de sua criação foi promover maior aproximação operacional entre as polícias estaduais, bem como “uniformizar e racionalizar, no país, meios para defender o regime instituído na época e inibir a expansão do comunismo”.⁸⁶

Segundo Piori⁸⁷, a criação de uma delegacia voltada especificamente para a questão social integrada à estrutura organizacional e administrativa do estado do Paraná, surgiu somente com a promulgação da Lei nº Estadual nº 177, de 15 de março de 1937, ou seja, poucos meses antes do golpe do Estado Novo. Essa nova legislação “reorganizou as delegacias especializadas” que passaram a ser denominadas: Delegacia Auxiliar, Delegacia de Ordem Política e Social, Delegacia de Segurança Pessoal e Delegacia de Vigilância e Investigações.⁸⁸

⁸⁴ Manoel Ribas foi Intendente (15/10/1928-03/10/1930) e Prefeito (03/10/1930-10/01/1932) de Santa Maria, Rio Grande do Sul e, posteriormente governou o Paraná como Interventor em dois períodos 1932-1934 e 1937-1945, e como Governador eleito pela Assembleia Legislativa entre 1934-1937. Considerado ‘homem de confiança’ de Getúlio Vargas, com quem havia mantido relações políticas no Rio Grande do Sul, quando fora Intendente e depois Prefeito de Santa Maria, entre 1927 e 1932.

⁸⁵ PARANÁ. Mensagem apresentada pelo Exmo. Snr. Governador Manoel Ribas à Assembleia Legislativa do Estado, ao instalar-se a 3ª sessão ordinária da 1ª legislatura, em 1º de setembro de 1937. Curitiba: Empresa Gráfica Paranaense, 1937, p. 26.

⁸⁶ Instituto de Políticas Públicas e Direitos Humanos (IPPDH). Mercosul. Guia de Arquivos e Fundos Documentais. Delegacia de Ordem Política e Social do Estado do Paraná (DOPS). Disponível em: http://atom.ippdh.mercosul.int/index.php/delegacia-de-ordem-politica-e-social-do-estado-do-parana-dops;isaar?sf_culture=pt&limit=10. Acesso em: 22/03/2021.

⁸⁷ PRIORI, 2016, op. cit., p. 215.

⁸⁸ PARANÁ. Diário Oficial do Estado do Paraná, nº 1.594, de 20 mar. 1937.

Essas quatro delegacias eram subordinadas à Chefatura de Polícia, que teria seu nome alterado em 1942 para Departamento de Segurança Pública.

Em 3 de abril de 1937, a Chefatura de Polícia do Paraná emitiu uma portaria que definia as atribuições da nova delegacia, atendendo a um objetivo geral - que justificou a criação dos/das DOPS em todo o Brasil – de manutenção da ordem estabelecida pela via da repressão a toda e qualquer atividade contestatória.

Conforme Athaides⁸⁹, apenas dois meses após o envio da Mensagem de Ribas à Assembleia, com o advento do golpe e da implantação da ditadura do Estado Novo, o governo do Estado teve razões de sobra para incrementar ainda mais o aparato de sua recém-criada polícia política. A consolidação daquela ditadura exigia uma efetiva centralização do poder que, nos estados, somente seria possível através da ação de homens de confiança de Getúlio Vargas. Assim, sob a justificativa de que o golpe e a implantação da ditadura estadonovista foram medidas necessárias ante a ameaça do “extremismo”, a presença do aparato repressor se tornava cada vez mais ostensiva na cena política. Tal conjuntura, acrescida de fatores como a estrutura policial precária e a insuficiência de quadros para a execução de atividades policiais, levaram o interventor Manoel Ribas a adotar medidas administrativas, cuja finalidade principal consistia em reforçar o controle sobre a sociedade paranaense, tanto na capital, como no interior do estado.⁹⁰

Mais à frente, em 1942, com a adesão do Brasil aos Aliados (EUA, URSS, Inglaterra) na 2ª Guerra Mundial, e o conseqüente rompimento das relações diplomáticas com os países do Eixo (Alemanha, Japão e Itália), a DOPS-PR intensificou suas atividades, dando início a um período de retaliações contra os imigrantes originários desses países e residentes no estado. Para tanto, foi criada uma legislação que atribuía a DOPS-PR a responsabilidade pela vigilância e a interdição dessas populações de origem alemã, japonesa e italiana que viviam no estado.

Terminada a 2ª Guerra Mundial, do período que se seguiu ao fim do Estado Novo e o início do processo de redemocratização, até o final do anos de 1950, dois conflitos de terras ocorridos no estado, a Revolta Camponesa de Porecatu (com a participação do PCB) e a Revolta dos Posseiros no Sudoeste do Paraná, ganharam destaque na imprensa e, além da DOPS-PR, mobilizaram diversos outros órgãos da área de Segurança pública estadual. Uma circular

⁸⁹ ATHAIDES, Luciana Agostinho Pereira. *A Dops paranaense frente à ação integralista brasileira durante o Estado Novo (1937-1945)*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Maringá, Departamento de História, 2015.

⁹⁰ PRIORI, 2016, op. cit., p. 215.

enviada em 1953 pelo então chefe de polícia, Ney Braga⁹¹, atestava certa preocupação das autoridades estaduais com as condições favoráveis para as atividades do PCB local em razão da situação de penúria vivida por uma parcela da população, aspecto que vinha se transformando em atrativo para a ação dos comunistas no estado.⁹²

Ressalte-se que, em relação ao monitoramento de atividades sociopolíticas, entre as décadas de 1940 e 1950, a DOPS-PR operou no sentido de impor um minucioso controle sobre o caráter ideológico de cada organização, buscando esvaziar quaisquer intenções mobilizatórias, através da perseguição aos seus líderes e veículos de difusão. Disso resultou o intenso ativismo dessa delegacia no controle das atividades do Partido Comunista Brasileiro (PCB), na organização dos movimentos sociais no campo e em campanhas eleitorais.⁹³

No ano de 1962, a Chefatura de Polícia foi extinta, sendo sucedida pela Secretaria de Segurança Pública, que, além de responder pelas polícias civil e militar, encampou também a responsabilidade pela formulação e encaminhamento das políticas de segurança pública.⁹⁴

O Decreto nº 8.999, de 27/07/1962, trouxe pequenas mudanças na estrutura interna da DOPS-PR, não alterando o foco principal de sua atuação que residia na ininterrupta vigilância de pessoas, organizações, entidades, partidos políticos e movimentos sociais que de alguma forma pudessem oferecer riscos à ordem política e social.⁹⁵

Após o golpe de Estado de 1964, e já no quadro da ditadura de SN no Brasil, alastrou-se por todo o país a chamada “Operação Limpeza”, na forma de práticas de TDE que visavam expurgar indivíduos ou grupos associados aos movimentos sociais e/ou apoiadores do governo de João Goulart, e que a partir daquele momento, foram alçados à condição de inimigos internos, de acordo com os pressupostos da DSN brasileira.

⁹¹ Ney Aminthas de Barros Braga (1917-2000), foi um militar e político paranaense, notadamente colaborador da ditadura, tendo ocupado diversos cargos relevantes ao longo de sua vida pública. Ainda durante o período democrático, foi prefeito de Curitiba (1954-1958), deputado federal (1959-1961) e governador do estado (1961-1965). Sob a ditadura, tornou-se ministro da Agricultura (1965-1966), senador (1968-1974), ministro da Educação (1974-1978), governador do estado (1978-1982).

⁹² PRIORI, 2016, op. cit., p. 220-221.

⁹³ Instituto de Políticas Públicas e Direitos Humanos (IPPDH). Mercosul. Guia de Arquivos e Fundos Documentais. Delegacia de Ordem Política e Social do Estado do Paraná (DOPS). Disponível em: http://atom.ippdh.mercosul.int/index.php/delegacia-de-ordem-politica-e-social-do-estado-do-parana-dops;isaar?sf_culture=pt&limit=10. Acesso em: 22 mar. 2021.

⁹⁴ PARANÁ. Lei nº 4.615, publicada no Diário Oficial do Estado do Paraná em 9 jul. 1962.

⁹⁵ PARANÁ. Diário Oficial do Estado do Paraná, de 4 dez. 1962, p. 14.

Nesse contexto, os principais alvos da DOPS-PR no Paraná foram os comunistas do PCB⁹⁶, sindicalistas⁹⁷, estudantes⁹⁸, professores⁹⁹, servidores públicos¹⁰⁰, cidadãos comuns taxados de “agitadores”¹⁰¹. Acrescenta-se ainda a colaboração da DOPS-PR em diversos IPMs instalados dentro e fora do estado¹⁰²; invasões e confisco de arquivos pertencentes a entidades culturais¹⁰³; repressão ao jogo do bicho, carteados, prostituição¹⁰⁴, entre outros. Merece destaque outra atividade exclusiva da DOPS-PR durante a ditadura: a emissão dos chamados “atestados de bons antecedentes” ou mais informalmente, “atestados ideológicos”¹⁰⁵, dispositivo forjado pelo governo para exercer certo controle social.

⁹⁶ *DOPS devassa células comunistas*. Última Hora. Curitiba, 10 de abril de 1964, p. 2; *DOPS devassa principal célula do PC*. Última Hora. Curitiba, 15 abr. 1964, p. 2.

⁹⁷ Reportagem do jornal Última Hora informava que em operação conjunta entre a DOPS e 2ª Seção da 5ª RM, “líderes sindicais envolvidos diretamente no processo de comunização da nação, com diversas anotações nas fichas individuais da DOPS” haviam sido em sua maioria detidos e interrogados. *Prisões continuam: detido jornalista diretor da “Leia”*. Última Hora. Curitiba, 11 de abril de 1964, p. 2; *Guerra aos comunistas*. Diário do Paraná. Curitiba, 9 abr. 1964, p. 6.

⁹⁸ Ver: *Suplicy exonera Jucundino do Ministério da Educação*. Diário da Tarde, Curitiba, 11 jul. 1964, p. 1; IPM continua prendendo. Diário da Tarde. Curitiba, 10 ago. 1964, p. 4.

⁹⁹ Vieira Neto e Jorge Karam entregaram-se a prisão. Diário da Tarde. Curitiba, 14 jul. 1964, p. 1.

¹⁰⁰ MINISTÉRIO PÚBLICO DO PARANÁ. DALL'ASTA, Rodrigo Bonatto; CORREIA, Cristiano de Oliveira Viana; ARAÚJO, Diogo Luiz. *A Lei da Anistia e o Ministério Público do Paraná*. Disponível em: <https://memorial.mppr.mp.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=235>. Acesso em: 5 abr. 2021.

¹⁰¹ Segundo a reportagem a “DOPS divulgou ontem a relação de comunistas militantes e agitadores que se encontram detidos em prisões do quartel general da Polícia Militar e na prisão do Ahú. Somam nada menos que 69, e estão em condições suspeitas de subverter a ordem social, com a intenção de implantar o regime comunista no país.” In: *DOPS revela lista de presos por subversão à ordem*. Diário da Tarde. Curitiba, 8 maio 1964, p. 6; *DOPS prossegue dismantando células comunistas: Zacarias comanda ação em todo o estado*. Diário do Paraná. Curitiba, 9 abr. 1964, p. 6.

¹⁰² *DOPS já prendeu mais de cem*. Última Hora. Curitiba, 14 de abril de 1964, p. 5; DEAP. Pasta individual de Ozias Algauer. Seção DOPS-PR.

¹⁰³ *DOPS vasculhou documentos de arquivo Brasil-Cuba*. Última Hora. Curitiba, 21 abr. 1964, p. 2.

¹⁰⁴ DEAP. Pasta individual de Ozias Algauer. Seção DOPS-PR.

¹⁰⁵ Segundo Pereira (2019), “o chamado Atestado Ideológico foi um importante instrumento de controle social durante a Era Vargas (1930-1945), o governo Dutra (1946-1951) e a ditadura de SN (1964-1985) Documento burocrático gerado pelos/as Departamentos/Delegacias de Ordem Política e Social (DOPS), era o produto da sistematização das operações de informação e coleta de dados das polícias políticas e confeccionado a partir da consulta de informações coletadas através de delações, vigilâncias, apreensões e demais ações do/a DOPS que eram registradas em fichas nominais. Essas fichas continham informações sobre a pessoa investigada, em processo de vigilância ou coleta de dados e a simples fichamento de um cidadão nos arquivos dessas instituições já era motivo para o indeferimento do documento ao solicitante. Diferente da Era Vargas e do Governo Dutra, durante a ditadura de SN, esse documento acumulava outras funções, sendo exigido em quase todos os procedimentos burocráticos. Emitido exclusivamente pelos/as DOPS, as solicitações do Atestado Ideológico serviam para diversos fins, entre eles: ingressos em universidades, concessão de bolsas de estudos, porte de armas, habilitação de motoristas, habilitação para seguranças privados, habilitação de detetives particulares, ingresso no serviço público e empresas privadas, registros de empresas, cargos eletivos em sindicatos, saída e entrada no país, ingresso no magistério estadual e municipal, licença para caça etc.” In: PEREIRA, Carlos Eduardo da Silva. *“Nada consta!”: uma perspectiva historiográfica sobre o atestado de ideologia política (1931-1952 e 1967-1979)*. Oficina do Historiador. V. 12, N. 2. jul. dez. 2019. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/oficinadohistoriador/article/view/34138/19300>. Acesso em: 06 abr. 2021.

No período que abrangeu os anos de 1966 e 1968, a DOPS-PR teve participação em ações como a perseguição a Ernesto “Che” Guevara (1966)¹⁰⁶; fechou um Jardim de Infância em Curitiba, sob a acusação de que as professoras estariam ensinando marxismo para as crianças¹⁰⁷; colaborou na repressão ao PCB do Paraná no IPM instaurado para investigar atividades comunistas no Paraná e Santa Catarina (1967)¹⁰⁸; atuou na repressão aos estudantes universitários no episódio da invasão da reitoria da UFPR, em 1968¹⁰⁹; e integrou ainda as forças repressivas que prenderam dezenas de estudantes universitários que participaram do Minicongresso de UNE na chácara do Alemão em Curitiba (1968)¹¹⁰.

A DOPS-PR também colaborou em inquéritos instaurados em outros estados, cujas atividades investigadas possuíam ligação com o estado do Paraná, tais como: o IPM nº 70/1969, que investigou o MR-8 e suas ligações com o PCBR e a ALN; e o IPM nº 20/1970, envolvendo as atividades do PCBR, todos abertos no Rio de Janeiro e envolvendo militantes do Paraná, inclusive de Curitiba.¹¹¹

Como vimos, a partir de 1969, consolidou-se no Brasil o Sistema de Segurança e Informações, com a adesão definitiva da ditadura ao modelo repressivo apoiado nos preceitos

¹⁰⁶ “Che” sumiu, mas procura continua em todo o estado. Diário do Paraná, Curitiba, 16 ago.1966, p. 6.

¹⁰⁷ DEAP. Acervo DOPS-PR. Pasta DOPS - Jardim de Infância Pequeno Príncipe (1965, 1967). Caixa nº 141. Pasta nº 1182.

¹⁰⁸ Em 1967, “uma ação de um grupo de oficiais do Exército, liderados pelo coronel Ferdinando de Carvalho e sob as ordens do general Clóvis Bandeira Brasil, desarticulou o Comitê Central do PCB no estado do Paraná. Tudo começou no dia 05 de setembro de 1967, quando o major Índio do Brasil Lemes constatou no depósito de mercadorias da Empresa Transportadora Seta Oriental, na Rua Silveira Peixoto no 215, em Curitiba, a existência de caixas despachadas de São Paulo com material impresso subversivo, documentos de circulação interna entre os militantes do PC, exemplares da Voz Operária e outros panfletos. A pessoa que se apresentou para retirar o material da firma transportadora foi detido e identificado como Aparecido Moralejo que usava um pseudônimo de Pancho. Seus depoimentos permitiram a identificação de outros militantes do partido. Toda essa ação da polícia, teria consumido 40 dias de investigação e resultara na instauração de um Inquérito Policial-Militar (IPM) em dezembro de 1967, envolvendo 27 pessoas, sendo que desse montante 11 pessoas foram condenadas de 1 a 4 anos de reclusão e 16 foram absolvidas”. In: BRUNELO, Leandro. *Universos opostos: o embate político entre os militantes do PCB e a DOPS/PR durante o regime militar*. Histórica – Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo, n.34, Jan/2009. Disponível em: <http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao34/materia04/>. Acesso em: 04 abr. 2021.

¹⁰⁹ JORNAL POLÍTICA OPERÁRIA, junho de 1968, p. 6. In: Arquivo Brasil Nunca Mais, Pasta 066.988-999.

¹¹⁰ Quando em 1968 mais de mil estudantes foram presos no XXX Congresso da UNE, em Ibiúna, São Paulo, representando a DOPS, Ozias Algauer se dirigiu pessoalmente à capital paulista para buscar os 43 universitários paranaenses detidos por cerca de uma semana no presídio Tiradentes. No dia 15 de outubro de 1968, os estudantes paranaenses partiram da capital paulista rumo a Curitiba, sob a escolta da DOPS-PR e na manhã seguinte, o veículo estacionou em frente à União Paranaense dos Estudantes (UPE) e todos foram libertados. In: *Estudantes do PR presos em S. Paulo já retornaram*. Diário do Paraná. Curitiba, 17 de outubro de 1968, p. 8; LEDUR, Júlia. *Ibiúna, anteontem: Ana, Lore, Cecília, Beth e Palmira – as cinco universitárias que foram presas no Congresso da UNE em 1968*. Curitiba: edição do autor, 2016. Disponível em: www.flipsnack.com/FCB8A78F8D6/ibiuna-anteontem-julia-ledur.html. Consulta em: 20 mar. 2021. Após esse malogro da eleição da nova diretoria da UNE em Ibiúna, os universitários decidiram eleger delegados em congressos estaduais para uma nova tentativa de eleição em nível nacional. Com essa finalidade, no final de dezembro de 1968, os estudantes paranaenses reuniram-se para o seu minicongresso da UNE local, na Chácara do Alemão.

¹¹¹ COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE DO PARANÁ. Relatório Final. Curitiba, 2014, p. 210.

da DFGC, tendo como eixo principal a integração dos órgãos policiais e militares. Na esteira dessas mudanças, os/as Departamentos/Delegacias de Ordem Política e Social (DOPS) de todo o país, foram incumbidos de realizar operações de buscas, apreensões, prisões e investigações. Além disso, coube também a essas unidades policiais a obrigação de reforçar o zelo relativo à manutenção de seus arquivos e prontuários, acervos de importância fundamental para o conhecimento das atividades políticas e sociais de cidadãos e/ou grupos sob suspeição daquele Estado terrorista.

Importa ressaltar que, diferente dos/das DOPS de estados como o Rio de Janeiro e São Paulo, que a partir de 1970, passaram a subordinar-se aos DOI-CODIs instalados em suas respectivas regiões (I e II Exércitos), no caso da DOPS-PR, sua atuação na repressão política somente sofreria alterações a partir de 1975, com a instalação do DOI-CODI-5ª RM e a consequente constituição da CSI-PR.

Apesar de trabalharem na produção de informações, efetuando infiltrações, campanhas e escutas telefônicas, formalmente as atividades de inteligência não eram atribuição dos/das DOPS, cabendo esse papel ao SNI, o que, na prática, alçava esses órgãos estaduais à condição de forças auxiliares do setor de Informações.¹¹²

No âmbito do processo de intercâmbio de informações, os/as DOPS estaduais, Serviço Nacional de Informações (SNI) e centros de inteligência do Exército (CIE), Marinha (CENIMAR) e da Aeronáutica (CISA), compartilhavam sistematicamente as informações disponíveis em seus arquivos.¹¹³

No início da década de 1970, as recorrentes ameaças de sequestros de representantes estrangeiros por grupos guerrilheiros, levaram a DOPS-PR a atuar ainda - em colaboração com a 5ª RM, PF-PR e outros órgãos de segurança - na proteção aos embaixadores de outros países, em visita a Curitiba, e aos diplomatas responsáveis pelos doze consulados existentes na capital paranaense.¹¹⁴

¹¹² Instituto de Políticas Públicas e Direitos Humanos (IPPDH). Mercosul. Guia de Arquivos e Fundos Documentais. Delegacia de Ordem Política e Social do Estado do Paraná (DOPS). Disponível em: http://atom.ippdh.mercosul.int/index.php/delegacia-de-ordem-politica-e-social-do-estado-do-parana-dops;isaar?sf_culture=pt&limit=10. Acesso em: 22 mar. 2021.

¹¹³ Instituto de Políticas Públicas e Direitos Humanos (IPPDH). Mercosul. Guia de Arquivos e Fundos Documentais. Delegacia de Ordem Política e Social do Estado do Paraná (DOPS), op. cit.

¹¹⁴ Ver: *Paraná já tem garantia para diplomatas*. Diário do Paraná, Curitiba, 07 abr. 1970, p. 3; *Embaixador é recebido por Aragão no Quartel General*. Diário do Paraná, Curitiba, 14 abr. 1970, p. 2; *Em poucas linhas*. Diário do Paraná, Curitiba, 26 abr. 1970, p. 3.

Outra ação relevante foi a colaboração da DOPS-PR e forças da 5ª RM, ainda em 1970, com o II Exército (SP) numa operação fronteiriça com o objetivo de impedir a entrada no Paraná de guerrilheiros¹¹⁵ que atuavam no Vale do Ribeira, em São Paulo.¹¹⁶

Em 1971, a DOPS-PR voltou-se também para o controle/apreensão de bombas juninas, fogos de artifício e porte de armas em todo o estado. Esse tipo de controle visava evitar a utilização desses artigos por indivíduos ou grupos opositores.

Ainda em 1971, o delegado titular da DOPS-PR, Ozias Algauer, passou a acumular a função de diretor do Centro de Informações da Secretaria de Segurança Pública, órgão criado com a finalidade de centralizar todas as informações relativas à segurança interna do estado e à Segurança Nacional.¹¹⁷

Em 1973, a Secretaria de Segurança Pública do Estado do Paraná (SESP-PR), criou o Centro de Comunicações da Polícia Civil, que se integrou ao já operante Centro de Comunicações da Polícia Militar, com o objetivo de interligar todos os órgãos de segurança do estado, tornando suas ações mais eficientes, com a ajuda de equipamentos mais modernos.¹¹⁸ No entanto, esse arremedo de integração operacional logo revelaria sua ineficácia, quando em fevereiro de 1975, uma reportagem jornalística sobre o assassinato de um empresário local, apontou que a presença de um número excessivo de órgãos - entre eles a DOPS-PR - trabalhando nas investigações, mais do que comprometer aquela operação, atestava a desorganização reinante na área de segurança estadual. Segundo o jornal *Diário do Paraná*:

[...] uma verdadeira balbúrdia ocorria com as delegacias efetuadas em torno do caso, pois havia um excesso de organismos policiais investigando o assassinato, o que, além dos tumultos naturais, chegou a causar até atritos entre as repartições. Isto porque estavam investigando o caso o Serviço de Informações da Secretaria de Segurança Pública (SISESP), Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS), o Centro de Operações Policiais Especiais (COPE), Delegacia de Furtos e Roubos, Delegacia de Homicídios, Delegacia de Vigilância e Capturas e Delegacia de Furtos de Automóveis. Isto afora os conhecidos “serviços secretos” de outras repartições.¹¹⁹

¹¹⁵ Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), foi uma organização político-militar criada em 1968 por dissidentes da Política Operária (Polop) e ex-integrantes do Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), em sua maioria estudantes e ex-militares. Seu objetivo era lutar contra a ditadura instalada no Brasil em abril de 1964, após a derrubada do governo constitucional de João Goulart. Sob a liderança de seu principal líder, capitão Carlos Lamarca, ainda em outubro de 1969 a VPR iniciou o treinamento de grupos de guerrilheiros no vale da Ribeira, em São Paulo. Em março de 1970 foram presos alguns dirigentes paulistas da organização, o que levou a polícia a localizar e desmantelar o grupo guerrilheiro da Ribeira. In: DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO BRASILEIRO. Rio de Janeiro. CPDOC. Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/vanguardia-popular-revolucionaria-vpr>. Acesso em: 16 maio 2021.

¹¹⁶ *Continua a luta contra a guerrilha*. *Diário do Paraná*, Curitiba, 29 abr. 1970, p. 6.

¹¹⁷ *Segurança já tem seu centro para combater subversão*. *Diário do Paraná*, Curitiba, 06 mar. 1971, p. 5.

¹¹⁸ *Polícia Civil conclui rede*. *Diário do Paraná*. Curitiba, 08 nov. 1973, p. 8.

¹¹⁹ *Morte de Fontana ainda é mistério*. *Diário do Paraná*, Curitiba, 15 fev. 1975, p. 7.

Importa lembrar que esse episódio ocorreu poucos meses antes da integração policial-militar que constituiu a CSI-PR, sob a coordenação do DOI-CODI-5ª RM, no segundo semestre de 1975, quando foram aperfeiçoados os setores de informações e criadas as condições operacionais para a adoção sistemática do TDE como metodologia de combate ao “inimigo interno” local.

A leitura dos jornais locais demonstrou certo arrefecimento das ações repressivas operadas pela DOPS-PR, entre os anos de 1970 e meados de 1975, talvez como resultado do refluxo da atuação dos movimentos oposicionistas, tendo em vista a imposição massiva do TDE durante esse período em todo o país, sobretudo naqueles estados em que a luta armada foi mais efetiva.

A repercussão dessas práticas de violência estatal para todo o país produziu efeitos dissuasivos, tais como o medo, o sentimento de impotência e a falta de horizontes, que possivelmente colaboraram para certa letargia responsável pela interrupção de diversas formas de luta e resistência que vinham se desenvolvendo no estado do Paraná desde a implantação da ditadura.

Ainda levando em conta o contexto nacional, outro aspecto que ajuda a explicar essa diminuição da presença da DOPS-PR nos jornais no período citado, foi a férrea censura imposta à imprensa, como parte das medidas adotadas pela ditadura de SN brasileira a partir de 1969, sob a inspiração da DFGC, e que tinham como objetivo de controlar a difusão de informações.

Cabe lembrar ainda que a maior parte desse período (1970-1975) transcorreu sob o governo do ditador Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), quando o TDE foi aplicado de forma mais intensa e massiva. Um tímido relaxamento da censura somente se esboçaria a partir de 1975, avançando de modo mais efetivo somente após os acontecimentos que envolveram os assassinatos de José Ferreira de Almeida, Vladimir Herzog (1975) e Manoel Fiel Filho (1976), nas dependências do II Exército, em São Paulo, e a defenestração do general Ednardo D’Avila e outros agentes, em janeiro de 1976.

Findas as exposições sobre a PF-PR, ACT-SNI e DOPS-PR, que visaram oferecer elementos que nos auxiliassem a dimensionar melhor relação o grau de importância e a posição que esses órgãos ocupavam no quadro repressivo paranaense no ano de 1975, abordaremos a seguir alguns aspectos ligados à trajetória profissional do delegado Ozias Algauer, titular da DOPS-PR, entre os anos de 1965 e 1978 (fase DOP-PR – 1978-1979).

Tal procedimento se justifica em razão do entendimento de que desconsiderar a atuação e influência exercida por esse agente dopiano na área de segurança paranaense no período citado, nos deixaria aquém das possibilidades oferecidas pela pesquisa para uma melhor

compreensão, não somente das circunstâncias que cercaram os eventos aqui abordados, como da própria história da ditadura de SN no Paraná. Portanto, conhecer melhor a atuação desse agente que foi considerado o “Fleury do Paraná”¹²⁰, e sua onipresença na repressão política durante a ditadura, nos ajudará a entender melhor porque essa tese incorporou o seu declínio profissional ao rol de indícios do processo gradual de desmobilização da CSI-PR.

2.3 O DELEGADO OZIAS ALGAUER: O FLEURY DO PARANÁ

Sabemos que a disponibilidade de informações sobre a atuação de agentes estatais durante a ditadura de SN nos arquivos oficiais é bastante escassa. No entanto, o delegado Ozias Algauer parece ter sido uma exceção, uma vez que uma ficha nominal com dados sobre sua trajetória profissional foi produzida pela DOPS-PR, em plena vigência da ditadura de SN brasileira. Esse conjunto de documentos composto por recortes de jornais (sobre sua atuação, condecorações, falecimento etc.) e outros documentos, está disponível para consulta no DEAP-PR.

Essa espécie de “culto à personalidade” talvez se explique em razão do poder e influência exercidos por Algauer junto à área de segurança local, uma vez que sua intensa atuação à frente da DOPS-PR, transformaram-no em principal referência individual no que se refere a pesquisa sobre a repressão política no estado do Paraná durante a ditadura de SN.

A leitura de reportagens de jornais locais que cobriam ações da DOPS-PR, durante as décadas de 1950 e 1960, permite observar o papel de destaque conferido frequentemente ao seu delegado titular. Até sua transferência para a POLINTER¹²¹, em 1965, o delegado-chefe da DOPS-PR, Miguel Zacarias, havia sido presença constante em diversas reportagens sobre as atividades daquela delegacia desde a década de 1950.

Com a saída de Zacarias, coube a Algauer ocupar a titularidade daquela delegacia, de meados de 1965, até o ano de 1978. Durante esse período Algauer ocupou intensamente as notícias dos jornais, tornando-se à frente da DOPS-PR, um dos principais agentes da cadeia de comando da área de segurança paranaense, de modo que sua trajetória profissional se confunde

¹²⁰ DEAP. Acervo DOPS. Pasta individual de Ozias Algauer. Recorte de jornal. *Coração matou o delegado Algauer*. Pasta: Dr. Ozias Algauer: nº3015.

¹²¹ Uma das unidades da Polícia Civil do Paraná, a POLINTER (Serviço Policial Interestadual) tem como atribuições o atendimento aos órgãos congêneres federais e estaduais sobre pedidos de informações e diligências relacionadas à captura de criminosos, bem como à difusão de informações sobre fatos e pessoas de interesse daqueles órgãos; outras atividades correlatas. Disponível em: <http://celepar7cta.pr.gov.br/PRPrevidencia/SitePRPrev.nsf/3b1ce059ee8f9514832569fa0049eab1/cf55cd9651e14be583256fb6004c5b3c?OpenDocument>. Acesso em: 28 abr. 2021.

com a história da ditadura no estado. Seu protagonismo na imposição massiva de práticas de TDE contra os opositores locais, fez com que Algauer fosse considerado pelo advogado de presos políticos, Rene Ariel Dotti, o braço repressivo da ditadura no Paraná.¹²²

Nesse sentido, conhecer parte do percurso profissional de Algauer à frente da DOPS-PR, durante as décadas de 1960 e 1970, com destaque para o imenso poder e influência amealhados por esse agente junto a área de segurança - antes e depois da constituição da CSI-PR -, tem como principal finalidade oferecer elementos que nos permitam compreender mais a fundo o impacto causado por seu declínio no âmbito da desmobilização da CSI-PR.

Durante entrevista realizada em 2004, o delegado aposentado da PF-PR, Roberto das Chagas Monteiro, chamou nossa atenção para a presença ostensiva de Ozias Algauer no histórico repressivo paranaense. Na mesma linha de Monteiro, após realizar o levantamento, compilação e análise dos dados de diversos agentes pertencentes aos órgãos de segurança paranaenses durante a ditadura¹²³, a jornalista Sílvia Calciolari observou que:

[...] um personagem salta aos olhos quando nos deparamos com semelhante listagem. Considerado o mais temido, o mais cruel, o mais perverso dos agentes públicos temos a figura do delegado Ozias Algauer. Até pelo longo período em que esteve à frente do Dops como delegado titular [...] Algauer é o que atinge o maior número de referências nos processos analisados pela pesquisa.¹²⁴

O jornal *Gazeta do Povo*, de 11 de abril de 1980, apresentou um breve histórico da carreira do chefe da DOPS-PR, durante o período mais ácido da repressão no Paraná, informando que Algauer:

[...] contava com quase 26 anos de carreira nos quadros da Polícia Civil. Como agente de polícia ele ingressou no órgão em 22 de julho de 1954. Em 1960, por habilitação em concurso, passou para a carreira de detetive, passando a prestar serviços na Delegacia de Ordem Política e Social. Quatro anos mais tarde ele era nomeado ao cargo de delegado de polícia de 1ª classe [...] Em seguida era nomeado pelo secretário de segurança para exercer a função de delegado adjunto da mesma delegacia. Passaria a titular em 1966, onde permaneceu mesmo depois de 1970, quando designado para diretor do Centro de Informações da SESP.¹²⁵

¹²² SOCIEDADE DE DIREITOS HUMANOS PARA A PAZ – DHPAZ. Projeto Depoimentos para a história: a resistência à ditadura militar no Paraná. Entrevistado: Rene Ariel Dotti. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=WfaM79GY054>. Acesso em: 23 mar. 2015.

¹²³ Capitão “Índio” e Capitão Sávio Costa (Ponta Grossa); Cabo Aleixo (Foz do Iguaçu); Capitão Francisco de Assis Pinheiro Dias; Cabo “Reis” (Capanema); Delegado titular do Dops, Ozias Algauer; Escrivão João Guttemberg da Cruz; 3º Sargento Antônio Benedito Balbinotti; Capitão Fernando José de Vasconcelos Krüger; Inspetor Ary Guimarães Almeida; Major Francisco de Assis Pinheiro Dias; 2º Sargento Bruno Goerish; Tenente Expedito Ostrowski; Capitão Júlio Cerdá; Tenente Paulo dos Reis Diniz; Capitão Ismar de Moura Romariz (Apucarana); Jorge Cunha da Gama Malcher; Capitão Zuiderzee Nascimento Lins (“Dr. Rui” ou “Tenente Lisboa”); Delegado Daniel Eisbern (“Dr. Cláudio”); Coronel Waldyr Coelho (“Dr. Rui”); “Cabo José” (PM-2); Superintendente, Del. Amazor Prestes; “Dr. Galvão” e “Dr. Luís Antônio” (São Paulo); “Emílio”; Mereci Rogério Flores” (“Dr. Adolfo”) e “Dr. Gouveia” (PF).

¹²⁴ CALCIOLARI, op. cit. p. 182.

¹²⁵ *Polícia enlutada com a morte de Ozias Algauer*. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 11 abr. 1980, p. 11.

Durante entrevista concedida para o projeto “Depoimentos para a História”¹²⁶, o delegado aposentado da Polícia Civil do Paraná, José Maria de Paula Correia, explicou que, durante os últimos anos da década de 1970, na Polícia Civil estadual existiam, em linhas gerais, três grupos de agentes: o primeiro, formado por uma pequena leva, que se dividia entre os ideologicamente muito identificados com a repressão e os sádicos; o segundo, formado por uma maioria de indiferentes; e o terceiro e último grupo, composto por uma minoria opositora que militava visando romper com os métodos antigos e o passado de “subserviência a um regime iníquo e repressor”.¹²⁷

Nessa tipologia proposta por Correia, Algauer, obviamente, se enquadrava no primeiro grupo, uma vez que possivelmente tenha sido o principal expoente dos “agentes ideologizados”, cuja obediência, para além desse aspecto subjetivo, visava amealhar ganhos materiais oferecidos pelo sistema, através de uma espécie de política de premiação que contemplava esses perpetradores do terrorismo estatal, com promoções, aumentos salariais, pagamento de diárias, donativos de empresários e oferta de cursos de aperfeiçoamento etc.¹²⁸

Na sequência da reportagem do Jornal Gazeta do Povo, são apresentas ainda informações sobre a formação acadêmica de Algauer, bem como sua participação em importantes cursos no Brasil e no Exterior:

Formado em 1953, no curso de Direito, pela universidade Católica do Paraná, Ozias seria designado em 1966 para professor da Escola da Polícia Civil, ministrando a cadeira de Investigações Criminais. Ele realizou diversos cursos, como Controle de Multidões, pela U. S. – Agência para o Desenvolvimento Internacional; curso geral de Polícia na Academia Interamericana E.U.A., no Panamá; adestramento de Polícia Civil, com especialização em investigação criminal; curso da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG)¹²⁹. Realizou curso básico

¹²⁶ SOCIEDADE DE DIREITOS HUMANOS PARA A PAZ – DHPAZ. Projeto Depoimentos para a história: a resistência à ditadura militar no Paraná. Entrevistado: José Maria de Paula Correia. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=0nF5fLaBIXo>. Acesso em: 23 mar. 2015.

¹²⁷ ABREU, 2016, p. 195-196.

¹²⁸ ABREU, 2016, p. 196.

¹²⁹ Os ciclos de estudos da ADESG, organizados em âmbito nacional a partir de 1962, tinham um papel de grande importância na formação dos setores civis das elites. Eram espaços destinados a complementar as ações da ESG, difundindo sua doutrina entre as “elites culturais” e visando preservar a unidade teórica da doutrina como ferramenta para o estudo dos problemas relativos à segurança nacional e ao desenvolvimento do Brasil. Esses espaços também proporcionavam possibilidades de trabalhos de planejamento e estudos para os poderes Legislativo e Executivo ou mesmo para a iniciativa privada. Quanto a metodologia de trabalho, apresentada, além de apontar que as condições exigidas dos participantes passava por um alto nível cultural e destacada posição na vida pública e privada da comunidade”, afirmava-se ainda que nesse grupos de trabalho deveria haver ampla liberdade de discussão de ideias e conceitos, mas que “certas noções, especialmente de caráter doutrinário já assentadas pela Escola Superior de Guerra, para fins didáticos e metodológicos, deveriam ser aceitas, para que os trabalhos possam desenvolver-se dentro da unidade de pensamento e ação. Por meio de sua intervenção na sociedade, nas instituições do Estado ou nas empresas públicas ou privadas, os intelectuais formados pela ADESG poderiam atuar como agentes da hegemonia sobre um conjunto mais amplo da sociedade. No quadro do chamado “Milagre brasileiro”, cabia aos intelectuais formados pela ADESG o papel tanto de fazer propaganda das supostas conquistas do governo ditatorial quanto de serem orgânicos do processo de elaboração de planos e de projetos, garantindo assim a manutenção no poder do bloco histórico que havia assumido o controle do Estado por meio do golpe de 1964. In: SILVA, Michel Goulart. *Os ciclos de estudos da ADESG e a formação de “elites civis”*. 1º

regional de Segurança Física [...] realizado na Força pública do Estado de São Paulo e patrocinado e ministrado pela Missão Norte Americana de Cooperação Econômica e Técnica no Brasil [...] concluiu o curso de Especialização em Problemas de Segurança Física [...] realizado na Força Pública do Estado de São Paulo, ministrado pela Divisão de Segurança Pública da USAID do Brasil.¹³⁰

Como demonstra a reportagem, Algauer submeteu-se à intenso treinamento sob a ótica da ideologia de Segurança Nacional, tendo em seu currículo dois dos mais disputados cursos oferecidos pelo sistema de segurança da ditadura de SN brasileira, realizados na Escola Superior de Guerra e na Escola das Américas, a chamada “Escola de Assassinos”¹³¹, situada no Panamá e administrada pelos EUA.

Já no início de sua atuação a frente da DOPS-PR, Algauer cooperou com o trabalho de investigação sobre as atividades do Partido Comunista Brasileiro – PCB, realizados em diversas regiões do país, no âmbito do IPM-709, instaurado em 1964, pelo I Exército, do Rio de Janeiro, e chefiado pelo coronel Ferdinando de Carvalho¹³².

Quando durante as investigações, esse IPM voltou-se para a atuação do PCB no estado do Paraná, o tenente-coronel Ferdinando de Carvalho, que posteriormente iria comandar o Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR)¹³³ da 5ª RM, em Curitiba, solicitou os préstimos do delegado Ozias Algauer, no sentido de que a DOPS-PR compartilhasse dados de interesse daquela investigação disponíveis em seus arquivos.

A colaboração da DOPS-PR nesse episódio, ficou evidenciada em carta expedida pelo I Exército, datada de 8 de setembro de 1966, e endereçada ao chefe da DOPS-PR, na qual, cerimoniosamente, Ferdinando de Carvalho afirma:

Simpósio de Integração Científica e Tecnológica do Sul Catarinense – SICT-Sul, p. 600. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/484-2301-2-PB.pdf>. Acesso em: 04 abr. 2021.

¹³⁰ *Polícia enlutada com a morte de Ozias Algauer*. Gazeta do Povo, Curitiba, 11 abr. 1980, p. 11.

¹³¹ “Escola de treinamento do Exército dos Estados Unidos, foi fundada em 1946, no Panamá, no início da Guerra Fria, com a finalidade de formar militares da América Latina e do Caribe na doutrina da segurança nacional – cujos desdobramentos militares incluíam os métodos de contrainformação, interrogatório (com métodos de tortura e execução sumária), guerra psicológica, inteligência militar e ação de contrainsurreição. O manual de contrainteligência da escola definia como inimigos os que “pertencessem a organizações sindicais”, “distribuissem propaganda a favor dos trabalhadores ou de seus interesses”, “simpatizassem com manifestações ou greves” ou ainda fizessem “acusações sobre o fracasso do governo em solucionar as necessidades básicas do povo”. Os Estados Unidos se valiam do controle de parte do território panamenho pelos Tratados do Canal do Panamá para desenvolver cursos que formaram várias gerações de militares do continente. O jornal panamenho *La Prensa* a chamava de “Escola para Assassinos”. Jorge Illueca, ex-presidente do Panamá, chamou-a de “base gringa para a desestabilização da América Latina.” Disponível em: <http://latinoamericana.wiki.br/verbetes/e/escola-das-americas>. Acesso em: 10 maio 2021.

¹³² CASTRO, Celso, D’Araújo, Maria Celina & SOARES, Gláucio Ary Dillon. *Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão*. São Paulo: Editora Relume Dumará, 1994, p. 55.

¹³³ Segundo o portal do Exército Brasileiro, atualmente os CPORs “são estabelecimentos de ensino militar de formação de grau médio, da linha de ensino bélico, destinado a formar o Aspirante-a-Oficial da Reserva de 2ª classe, habilitando-o a ingressar no Corpo de Oficiais da Reserva do Exército (CORE) e a contribuir para o desenvolvimento da Doutrina Militar na área de sua competência”. No período estudado essas unidades do Exército eram parte do aparato repressivo atuante contra os opositores da ditadura civil militar.

“[...] este encarregado, ao término do IPM que presidiu, cumpre o dever de agradecer a valiosa e inestimável cooperação de Vossa Senhoria para o cumprimento da difícil missão de que foi investido. [...] Impossível será dizer a real expressão de nosso reconhecimento, mas o que a Pátria recebeu desse esforço conjunto é algo que o futuro há de reconhecer e compensar. [...] aproveito o ensejo para apresentar a Vossa Senhoria os meus sinceros protestos de elevada estima e consideração.¹³⁴

Em 1966, uma ação repressiva operada pela DOPS-PR, contra o Jardim de Infância Pequeno Príncipe, localizado em Curitiba, ganhou destaque na imprensa, pelo inusitado da acusação, uma vez que as professoras foram acusadas de doutrinação comunista.¹³⁵

Apesar de ridicularizada e de ter se tornado motivo de piadas¹³⁶, essa ação repressiva, chefiada pelo delegado Ozias Algauer, culminou com o fechamento do Jardim de Infância Pequeno Príncipe. Como veremos no capítulo 2, em 1978, uma ação da CSI-PR nos mesmos moldes dessa operação que interditou o Jardim de Infância Pequeno Príncipe, teria com alvo as pré-escolas curitibanas Oficina e Oca, também acusadas de doutrinar crianças alunos de 1 à 6 anos dentro de princípios marxistas.

Durante os anos em que esteve à frente da DOPS-PR, Algauer foi alvo de inúmeras denúncias de práticas de TDE, seja na condição de facilitador ou perpetrador de violência contra presos políticos. Em depoimento à Comissão Estadual da Verdade, realizado em 29 de setembro de 2015, o jornalista e ex-militante político, Fábio Campana afirmou:

Eu fui torturado por ele [Ozias Algauer] pessoalmente, ele presente, com policiais presentes. Tortura de amarrado, apanhar na cara, cacete, esse tipo de tortura, e eles tentando que eu dissesse coisas, entregasse coisas do MR-8.¹³⁷

Outra denúncia de tortura envolvendo Algauer foi narrada por Políbio Braga, em seu livro *Ahú: diário de uma prisão política*:

O pessoal do DOPS, [...] tirou Jeanete do presídio, ontem à noite, por volta das 10 horas. Na polícia, os torturadores queriam detalhes de um assalto político. Ela contou mais tarde o que aconteceu: - Fiquei nua, de pés descalços, sobre duas pequenas latas sem tampa. Ainda tentei cobrir os seios com as mãos, mas os policiais berravam nos meus ouvidos, batiam com o cassetete na minha barriga e mandavam erguer as mãos para o alto. Posso ouvir os berros e o som dos cassetetes até agora. Não houve estupro. Os policiais logo perceberam que a menina nunca ficara nua na frente de tantos homens. Queriam tirar proveito disso para assustá-la e obrigá-la a falar. Sem conseguir ficar na posição, tirava os pés da lata, mas apanhava até conseguir voltar a posição. Quando não resisti mais, caiu sobre o cimento, levou um jato de água fria na cara e desmaiou. Quando acordou estava pendurada nua no pau-de-arara, os pulsos e as canelas cobertos com panos molhados sobre as cordas para não deixar marcas. Jeanete

¹³⁴ DEAP. Acervo DOPS-PR. Pasta: Dr. Ozias Algauer. nº3015.

¹³⁵ *O dia em que a DOPS invadiu e fechou uma creche*. O Globo, Rio de Janeiro, 2 ago. 2009, O País, p. 15.

¹³⁶ As acusações imputadas à escolinha chamaram a atenção do jornalista Sérgio Porto (Stanislaw Ponte Preta), que, em 1966, escreveu “Garotinho Corrupto”, um pequeno texto especialmente dedicado a esse inusitado episódio. Ver: PONTE PRETA, Stanislaw. *Febeapá 1: 1º festival de besteira que assola o país*. São Paulo: Círculo do Livro, 1981.

¹³⁷ COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE DO PARANÁ. 2014, p. 360.

só lembra que quando acordou de novo já era madrugada. O delegado da DOPS, chamado Osias (sic), chutava-a nos rins, no peito, na cabeça.¹³⁸

Esse episódio ocorreu em 1969, e foi descrito pela historiadora Judite Barbosa Trindade, em seu depoimento para as jornalistas Laura Beal Bordin e Suelen Lorianny, autoras do livro *Sem liberdade, eu não vivo – Mulheres que não se calaram na ditadura*. Detida no final de 1968, logo após a edição do AI-5, durante a tentativa de realização do Minicongresso da UNE, na Chácara do Alemão, em Curitiba, a então estudante Judite Trindade cumpriria pena de um ano na Prisão Provisória do Ahú. Segundo Trindade, “não era raro prestar depoimento, mas ela [“Janetinha”] só voltou as quatro horas da manhã, cruelmente torturada, destroçada. Ela era uma menina, baixinha, magra e bem mais nova que a gente. Ela ainda era vestibulanda”.¹³⁹

Aluízio Palmar, escritor, jornalista e ex-presos político que também passou pelas celas da DOPS-PR e da Prisão Provisória do Ahú, durante a ditadura, assim descreve esse episódio:

Já era noite avançada quando agentes da DOPS levaram aquela menina baixinha e magra. Quando ela voltou de madrugada, ficamos sabendo que tiraram as roupas de Janetinha e a fizeram ficar com os pés descalços sobre duas latas sem tampa. Em seguida, o delegado Ozias Algauer e seus subordinados penduraram aquele corpo frágil no pau-de-arara e a submeteram a longas sessões de afogamento.¹⁴⁰

Sobre esse episódio, a própria Perpétua Janete (“Janetinha”) acrescenta ainda que a tortura sofrida em 8 de outubro de 1969, foi justificada sarcasticamente pelos agentes perpetradores como uma “homenagem a Che Guevara” (capturado por militares bolivianos em 8 de outubro de 1967).¹⁴¹

Conforme Padrós, “entre as modalidades mais específicas do terror de Estado promovidas pelos regimes de SN cabe salientar, respeitando as especificidades, o uso massivo da tortura”. Apesar de sua utilização remontar ao passado escravista latino-americano, “a novidade decorreu da incorporação de avanços tecnológicos na sistemática de sua execução”, e, sobretudo, de “seu uso massivo e indiscriminado”. Em Curitiba não foi diferente: tanto a DOPS-PR fez uso da tortura como meio de coerção contra os dissidentes, antes e depois da

¹³⁸ BRAGA, Políbio. *Ahú: diários de uma prisão política*. Porto Alegre: Editora Movimento XXI, 2004, p. 226.

¹³⁹ BORDIN, Laura Beal; LORIANNY, Suelen. *Sem liberdade, eu não vivo – Mulheres que não se calaram na ditadura*. Curitiba, Ed. Compactos, 2013, p. 96.

¹⁴⁰ PALMAR, op. cit., p. 196.

¹⁴¹ COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE DO PARANÁ, 2014., p. 215.

criação da CSI-PR, como o DOI-CODI-5ª RM, como veremos, aplicou sistematicamente esse tipo de modalidade de TDE, sobretudo durante a Operação Marumbi, em 1975.¹⁴²

Em meio à fase mais aguda da perseguição ao “inimigo interno” (1969-1974), a imposição sistemática de práticas de TDE, acelerava a eliminação da maior parte da oposição militarizada. Sob essa conjuntura, já em 1972, Algauer começou a colher os louros de sua intensa folha de serviços prestados à ditadura no estado. O reconhecimento público ao chefe da DOPS-PR pelas autoridades militares foi destacado pelo jornal *Gazeta do Povo*, ao anunciar que “o chefe de gabinete do Ministério da Marinha concedeu-lhe [a Ozias Algauer] a medalha e o diploma de “Amigo da Marinha do Estado”. Ainda em 1972, Algauer também foi agraciado com a medalha do “Mérito Tamandaré” concedida pela Marinha de Guerra do Brasil.¹⁴³

Entre os anos de 1973 e o primeiro quadrimestre de 1975, período de transição entre os governos Médici e Geisel, não observamos atividades mais contundentes relativas a atuação da DOPS-PR. No entanto, como será melhor detalhado mais à frente, ainda em 1975, essa delegacia e seu titular voltariam a cena principal da repressão no Paraná, durante a Operação Marumbi, quando coube a Algauer, na condição de representante da DOPS-PR, a responsabilizar-se pela instauração e condução do inquérito que investigou o PCB do Paraná.

O próximo personagem a ser destacado será o Comando de Caça aos Comunistas (CCC), grupo paramilitar cuja origem no plano nacional remonta aos momentos que antecederam a instalação da ditadura de SN brasileira, em 1964. Sobre organizações clandestinas de extrema-direita, como o CCC, Padrós explica que sua proliferação durante as ditaduras de SN cone-sulistas cumpriu importante papel na difusão do medo, e na realização do ‘trabalho sujo’, contribuindo não somente para a criação de fatos desestabilizadores e/ou diversionistas, de acordo com os objetivos de ocasião, como também para desresponsabilizar os órgãos estatais pelos crimes praticados.¹⁴⁴

Conhecer melhor esse grupo paramilitar, suas origens, seu pensamento, e formas de atuação, no permitirá compreender de modo mais efetivo sua atuação no estado do Paraná, sobretudo em Curitiba, durante o biênio 1977-1978, quando em estreita ligação com a CSI-PR, teve seu acrônimo utilizado para instilar o sentimento de medo, por meio de ameaças, sequestros

¹⁴² PADRÓS, Enrique Serra. A ditadura cívico-militar no Uruguai (1973-1984): terror de Estado e Segurança Nacional. In: WASSERMAN, Cláudia; GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcelos. *Ditaduras militares na América Latina*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004, p. 51-52.

¹⁴³ *Polícia enlutada com a morte de Ozias Algauer*. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 11 abr. 1980, p. 11.

¹⁴⁴ *Polícia enlutada com a morte de Ozias Algauer*. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 11 abr. 1980, p. 11.

e outras práticas de TDE, como meio de interditar direta ou indiretamente as ações dos opositores locais da ditadura de SN.

2.4 COMANDO DE CAÇA AOS COMUNISTAS (CCC)

Informalmente, o CCC foi um ente constitutivo da CSI-PR, uma vez que a partir de 1977, esse grupo clandestino teria atuado em Curitiba e outras cidades do estado, como seu braço operacional. Em articulação com outros órgãos-membros, as ações executadas pelo CCC ou a instrumentalização de seu acrônimo, foram imprescindíveis para o sucesso momentâneo de algumas das práticas de TDE operadas pela CSI-PR.

Assim, ao protagonizar uma série de atividades intimidatórias, na forma de cartas, cartões e telefonemas ameaçadores, perseguições, sequestros, entre outras práticas de TDE, o CCC desempenhou papel de relevo na construção do cenário de medo vivido por Curitiba no biênio 1977-1978.

Segundo Gustavo Lopes, o aprofundamento dos estudos sobre organizações paramilitares, como o CCC e outras, adquire maior importância a partir do entendimento de que esses grupos:

[...] foram germes da estruturação do terrorismo de Estado durante o regime civil-militar no Brasil. Órgãos paramilitares “semioficiais”, como a OBAN (Operação Bandeirante), e oficiais, como seu sucessor, o DOI-CODI (Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna), após o AI-5 deram continuidade de forma profissional ao trabalho, até então “voluntário”, de perseguição ideológica e de caça aos “comunistas”, “subversivos” ligados a organizações armadas remanescentes das lutas e mobilizações estudantis, operárias, artísticas e clericais da década de 1960.¹⁴⁵

O livro *Autópsia do Medo*, do jornalista Percival de Souza, traz uma entrevista realizada com um dos fundadores desse grupo, o ex-agente Raul Nogueira de Lima. Na condição de delegado policial e estudante de Direito na Universidade Mackenzie, durante os anos de 1960, Raul Careca, como era conhecido, operou ostensivamente, de acordo com suas palavras, em um trabalho de contenção, perseguição e, se necessária, “eliminação” da crescente “subversão” inserida no meio estudantil.¹⁴⁶

Sobre o surgimento da sigla CCC, Raul Careca, que segundo afirma Souza, foi “antes de Fleury, o maior símbolo que o Dops [SP] teve”, afirma que:

¹⁴⁵ LOPES, Gustavo Esteves. *Ensaio de terrorismo: história oral da atuação do Comando de Caça aos Comunistas*. Salvador: Editora Pontocom, 2014, p. 21.

¹⁴⁶ SOUZA, Percival. *Autópsia do Medo: vida e morte do delegado Sérgio Paranhos Fleury*. São Paulo: Globo, 2000, p. 379-383.

O CCC foi criado na Faculdade de Direito do largo São Francisco para enfrentar a esquerda organizada. Foi idealizado por mim, pelo João Marcos Monteiro Flaquer (estudante da Faculdade) e pelo Otavinho (delegado Octávio Gonçalves Moreira Júnior, do DOI-Codi, que também estudou na Faculdade, executado por um comando terrorista no Rio de Janeiro). O núcleo inicial era de uns quinze estudantes, só ali no Largo de São Francisco. Com outras faculdades, o CCC chegou a ter uns 150 homens. [...] Queríamos combater a esquerda. Acho que no começo o CCC tinha uns vinte membros bem ativos. O QG era minha casa. O CCC era um estado de espírito.¹⁴⁷

Ao longo da ditadura de SN brasileira, esse grupo clandestino expandiu sua atuação para outras regiões do país. Já em novembro de 1968, um manifesto do CCC, foi publicado na revista *O Cruzeiro*, e assinado “CCC – São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Porto Alegre”. Seu teor já revelava a ligação entre membros da organização nas quatro cidades citadas. Conforme a ditadura se alongava a sigla CCC foi ganhando dimensões que extrapolaram sua imagem inicial - forjada com base em ações, como os “tumultos em comícios políticos”, ambientados no meio universitário de São Paulo -, transformando-o com o aprofundamento do TDE em símbolo da violência clandestina contra os opositores da ditadura em diferentes cidades do Brasil.

Um balanço sobre as atividades do CCC, entre os anos de 1968 e 1980, demonstra que esse grupo terrorista clandestino executou ameaças, pichações, atentados, explosões de bombas, espancamentos, sequestros, torturas, assassinatos, entre outros. Seus alvos preferenciais foram bancas de jornais e revistas, teatros, universidades, imprensa, setores da Igreja Católica; militantes de esquerda, artistas, estudantes, religiosos, jornalistas e políticos.

Em setembro de 1968, três bombas de dinamite explodiram em três pontos diferentes na Guanabara, uma na casa de um membro da embaixada estadunidense e as outras duas nas faculdades de Belas Artes e de Direito da UFRJ, tendo as duas últimas sido posteriormente atribuídas ao CCC.

Segundo levantamento de Flavio Deckes¹⁴⁸, ao CCC são imputadas as responsabilidade pelas seguintes atividades: invasão e agressão no Teatro Ruth Escobar, São Paulo, em julho de 1968 (ataque aos atores da peça *Roda Viva*); bomba no Teatro Opinião, em agosto de 1968; pichação no Convento dos Dominicanos, em São Paulo, em agosto de 1968; invasão na Faculdade de Filosofia de Alagoas, em outubro de 1968; lançamento de bombas e coquetéis *molotov*, além do assassinato do estudante José Guimarães, no episódio da rua Maria Antônia, em outubro de 1968; espancamento e sequestro dos atores da peça *Roda Viva* em Porto Alegre, e bomba na sede da Livraria Civilização Brasileira, ambos em outubro de 1968;

¹⁴⁷ SOUZA, op. cit., p. 380.

¹⁴⁸ DECKES, Flavio. *Radiografia do terrorismo no Brasil: 1966/80*. São Paulo, Cone: 1985. Disponível em: <http://www.justica.pr.gov.br/Pagina/Comissao-Estadual-da-Verdade>. Acesso em: 28 abr. 2020.

pichação na Universidade Católica de Pernambuco, em outubro de 1968; depredação e espancamento de estudantes na Universidade Federal Rural de Pernambuco, em novembro de 1968; atentado à vida de Lauro Ferraz Filho, em novembro de 1968; bomba no Teatro de Arena do Rio de Janeiro, em dezembro de 1968; bomba na sede do Correio da Manhã, em dezembro de 1968; e uma bomba na sede do Pasquim no Rio de Janeiro, em maio de 1970.

Uma ação do CCC em Pernambuco, resultou no assassinato do padre Henrique, membro da ala progressista da Igreja Católica. O inquérito que apurou sua morte, apontou que antes de seu sequestro, em 26 de maio de 1969, pelo CCC, Henrique havia recebido vários telefonemas ameaçadores. Seu corpo foi localizado no dia seguinte ao seu desaparecimento com marcas de violência. Nesse mesmo inquérito, o CCC pernambucano foi responsabilizado pelos tiros que deixaram paraplégico o líder estudantil recifense Cândido Pinto de Melo, também no ano de 1969.

De acordo com Gorender, desde os primórdios da ditadura os níveis de atuação do CCC e outros grupos paramilitares clandestinos, sofreram variações de acordo com o grau de envergadura operacional do aparato estatal:

[...] os atentados terroristas de direita com autoria oculta [e mesmo os com autoria declarada] atingem o pico em 1968, decaem bruscamente em 1969 e desaparecem, de todo, entre 1971 e 1975. Consumado o fechamento ditatorial, não era mais necessária a atuação provocadora das organizações paramilitares. O terrorismo de direita se oficializou. Tornou-se terrorismo de Estado, diretamente praticado pelas organizações militares institucionais.¹⁴⁹

Tendo em vista o exposto, constata-se que, se ao longo da década de 1960, o CCC e outros grupos paramilitares, atuaram livremente como linha-auxiliar do aparato repressivo estatal. A partir do AI-5, da institucionalização do TDE - OBAN (1969) e sistema DOI-CODI (1970) -, e concomitante da nacionalização da repressão, a ditadura pode prescindir da atuação mais ostensiva operada por organizações terroristas, como o CCC.¹⁵⁰

Embora Lopes corrobore o exposto, apontando que ao longo da década de 1970, o acrônimo CCC teria saído de cena, retornando à ativa de modo mais contundente somente a partir do processo de abertura política mediado pela Lei de Anistia¹⁵¹, a presente tese demonstrará que, mesmo sem o protagonismo dos anos iniciais da ditadura, durante os anos de

¹⁴⁹ GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo, Ática, 1987, p. 165.

¹⁵⁰ LOPES, Gustavo Esteves. *Efeitos colaterais de uma receita explosiva: o Comando de Caça aos Comunistas*. In: NETO, Mário Danieli; STEFFENS, Marcelo Hornos; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (Orgs). *Narrativas sobre tempos sombrios: Ditadura militar no Brasil*. São Paulo: Letra e Voz. 2017, p. 137-138.

¹⁵¹ LOPES, op. cit., p. 137-138.

1977-1978, o CCC atuou com desenvoltura na cidade de Curitiba e adjacências, contando com o beneplácito, conivência e/ou inoperância dos comandos da área de segurança local.

Finalizada essa breve descrição de aspectos relativos aos principais órgãos locais da ditadura no período que precedeu a constituição da CSI-PR, bem como sobre parte da trajetória do delegado da DOPS-PR, Ozias Algauer, e do grupo paramilitar CCC, o tópico a seguir será uma exposição analítica sobre o triplo evento ocorrido em 1975, que se tornaria uma espécie de “divisor de águas” da área de segurança paranaense: a instalação do DOI-CODI-5ª RM; a deflagração da Operação Marumbi - voltada para a eliminação da estrutura do PCB do Paraná; e, a partir da integração dos órgãos policiais e militares locais, a constituição da CSI-PR.

2.5 O DOI-CODI -5ª RM

O Sistema de Segurança e Informações da ditadura de SN brasileira, consolidou-se a partir de 1969, com a criação da OBAN, em São Paulo, e a posterior disseminação desse modelo repressivo para outras regiões do país a partir de 1970, na forma dos DOI-CODIs. O eixo principal desse novo modelo operacional apoiado na DFGC, foi a integração entre as forças militares e policiais, além da adoção definitiva dos métodos de TDE, como parte do *modus operandi* desse aparato repressivo, com ênfase para a prática generalizada da tortura.

O estado do Paraná incorporou-se institucionalmente a esse sistema somente em 1975, quando a 5ª Região Militar (5ª RM)¹⁵² instalou o seu DOI-CODI, quando as forças policiais e militares locais foram unificadas operacionalmente, expandindo para o estado, aquele modelo já consagrado de combate ao “inimigo interno”, com o objetivo de eliminar a estrutura local do Partido Comunista Brasileiro (PCB), através da deflagração da chamada Operação Marumbi¹⁵³.

De modo genérico, o Destacamento de Operações de Informação (DOI) e o Centro de Operações de Defesa Interna (CODI) possuíam atribuições diferentes: o DOI era uma unidade móvel e dinâmica, espécie de braço operacional subordinado ao CODI, cuja missão residia na execução de operações de repressão política, sob o controle operacional do chefe da 2ª Seção,

¹⁵² A 5ª RM, sediada em Curitiba foi criada em 2 de julho de 1891, tendo como área de abrangência os Estados do Paraná e de Santa Catarina.

¹⁵³ A Operação Marumbi foi uma ação policial-militar desencadeada pela Comunidade de Segurança e Informações do Paraná (CSI-PR), no ano de 1975, sob o comando da 5ª RM/DE e coordenação do Chefe da 2ª Seção/Comando da 5ª RM/DE, coronel Waldyr Coelho, tendo como objetivo capturar os militantes e principais elementos de apoio do PCB no Paraná com a finalidade de desarticular e neutralizar essa organização no Estado.

da respectiva região militar; já o CODI, era um órgão colegiado e de planejamento, chefiado pelo comandante da região e formado por representantes do Exército, Marinha, Aeronáutica, SNI, Polícia Federal e polícias civil e militar estaduais.¹⁵⁴ Seu caráter militarista era atestado pela exclusividade no preenchimento dos cargos das chefias de seções e subseções por oficiais das Forças Armadas.

Segundo Joffily, a preponderância operacional do DOI seria responsável pelo registro na memória política da sigla DOI-CODI (com o DOI aparecendo antes do CODI), que invertia a hierarquia de comando, mas que refletia o intenso ativismo do DOI.¹⁵⁵

Operacionalmente, a dinâmica de atuação dos DOI-CODIs pressupunha o sequestro de opositores, seu posterior interrogatório - sob torturas ou não - e encaminhamento à DOPS, para que sua prisão fosse formalizada e iniciado o processo de indiciamento. Porém, esse procedimento poderia não se efetivar em situações nas quais as vítimas fossem libertadas, desovadas ou “desaparecidas”.

Além da ação articulada, reforçava a simbiose entre os órgãos locais, a composição híbrida do efetivo do DOI-CODI-5ªRM, uma vez que, além de militares do Exército¹⁵⁶, Marinha, Aeronáutica, órgãos estaduais como a DOPS-PR, PM-PR, entre outros, também cediam temporariamente seus agentes, que passavam então a atuar sob o signo daquele organismo policial-militar. Nessa nova condição, tais agentes passavam por mudanças em sua identidade e aparência pessoal, uma vez que deveriam obrigatoriamente passar a utilizar codinomes, vestir-se à paisana, usar cabelos compridos e deixar a barba por fazer. De acordo com Fico, por trás dessa composição heterogênea dos DOI-CODIs, havia também a intenção de dissimular o envolvimento explícito das Forças Armadas na repressão.¹⁵⁷

As reuniões da CSI-PR (ou do CODI), também denominadas informalmente de “reuniões da comunidade de informações”, ou ainda de “reuniões da comunidade” eram realizadas semanalmente, inicialmente no Quartel General, localizado na rua Carlos Cavalcante¹⁵⁸ e, a partir do final de 1975, nas novas dependências da 5ª RM, no bairro do Pinheirinho, em Curitiba.

¹⁵⁴ ISHAQ, Vivien; FRANCO, Pablo E.; SOUZA, Tereza E. *A escrita da repressão e da subversão: 1964-1985*. Rio de Janeiro. Arquivo Nacional, 2012, p. 87.

¹⁵⁵ JOFFILY, op. cit., p. 53.

¹⁵⁶ A portaria nº 141 do Estado Maior do Exército (EME), de 31 de março de 1975, emitida pelo Ministro da Guerra, Sylvio Couto Coelho da Frota, indica a divisão tipológica (A, B, C) entre as estruturas do DOI, o que significava “um número fixo de efetivos, entre oficiais e praças do Exército”. O DOI da 5ª RM de Curitiba, considerado de tipo C, contava com 39 efetivos do Exército. In: COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE DE SÃO PAULO. Relatório Final. Tomo I - Parte I - Cadeias de Comando: A Formação da Estrutura Nacional de Repressão Política. São Paulo: ALESP, 2015, p. 140-141.

¹⁵⁷ FICO, op. cit., p. 127.

¹⁵⁸ Onde hoje localiza-se a Fundação Cultural de Curitiba, cujo prédio é também conhecido como Solar do Barão.

O grupo que participava das reuniões, em torno de doze pessoas, era composto por representantes dos vários órgãos de segurança locais, tais como o DOI-CODI-5ª RM, a DOPS-PR, PF-PR, PM-PR, ACT-SNI, Exército (CIE), Marinha (CENIMAR), Aeronáutica (CISA), entre outros. Ali intercambiavam-se informações e experiências, decidiam-se quem seria vigiado ou detido, discutiam-se questões operacionais, métodos a serem utilizados, divisão de tarefas, quais atividades repressivas deveriam ou não ser executadas contra os indesejáveis etc.¹⁵⁹

Além da troca de informações que se processava durante as reuniões da comunidade, sua difusão também se realizava na forma de comunicados compartilhados entre os órgãos-membros da CSI-PR. Sobre esse aspecto, Monteiro explicou de forma extremamente didática como funcionava esse que foi um dos pressupostos básicos da DFGC, incorporado ao sistema DOI-CODI:

Essas informações eram basicamente o envio de documentos. Tinha dois tipos de documentos, o informe, que era uma notícia qualquer que a gente tem; e a informação que é o informe elaborado. A gente tem um informe, suponhamos: está havendo tráfico de drogas na rua tal ou está havendo um movimento comunista na escola, na faculdade tal. Esse é o informe. O que é a informação? Pega-se esse informe e vai se verificar. Então se constata que na faculdade frequenta fulano de tal [que] é uma pessoa que têm antecedentes. Ali se roda um jornal tal, ou seja, a informação - hoje não é mais assim, já mudou - mas a informação não era nada mais, do que um informe elaborado, ou seja, um informe analisado, um informe com alguns itens checados, verificados e é isso que fazia essa informação. Então os órgãos ao fazerem um informe ou a informação, eles faziam o que se chama de difusão. O que é que é a difusão? É a transmissão daqueles dados para um outro órgão. Então a depender da natureza de um conteúdo da informação, aquilo era difundido para determinados órgãos. Suponhamos, uma informação referente ao comunismo, que a Polícia Federal tivesse conhecimento, ela necessariamente teria que difundir para o SNI, teria que difundir para o DOI-CODI. Teria que difundir pra DOPS, polícia do estado e, basicamente esses órgãos.¹⁶⁰

Ainda sobre essas informações, Monteiro acrescenta que sua difusão se processava após sua classificação:

Uma classificação que vai de reservado até secreto, ou seja, reservado, confidencial e secreto. Então essa documentação, ela era difundida e cada órgão quando recebia essa documentação fazia as suas investigações, suas checagens, olhava nos seus arquivos se tinha já alguma coisa sobre aquilo.¹⁶¹

Quanto às instalações do DOI-CODI-5ª RM, importa registrar que, além do livre acesso às dependências das outras forças de segurança estaduais, esse organismo também

¹⁵⁹ MONTEIRO, op. cit.

¹⁶⁰ MONTEIRO, op. cit.

¹⁶¹ MONTEIRO, op. cit.

possuía sua sede própria, a chamada “Clínica Marumbi”, local considerado o centro das torturas em Curitiba, e amplamente utilizado durante a Operação Marumbi.¹⁶²

Em 1975, o comando da 5ª RM, era ocupado pelo general Samuel Alves Correa, tendo sua gestão à frente desta unidade militar se estendido até janeiro de 1977, quando ainda nesse mesmo ano assumiu o comando do III Exército, sediado no Rio Grande do Sul.

Correa convocou para assumir a chefia da 2ª Seção da 5ª RM e, conseqüentemente a condução da Operação Marumbi, o tenente-coronel Waldyr Coelho, veterano do Sistema de Segurança e Informações da ditadura, que entre outras atividades, era responsável pela condução das reuniões da comunidade. Esse deslocamento de um dos principais expoentes operacionais do sistema repressivo da ditadura de SN brasileira para o Paraná, em 1975, é um dado que merece ser destacado, uma vez que denota a relevância que seus condutores atribuíram à necessidade de interrupção da movimentação do PCB no estado.

Nesse sentido, façamos um pequeno parêntese, para conhecermos um pouco do perfil desse agente altamente experimentado, que na condição de chefe da 2ª Seção da 5ª RM, em 1975, desempenhou papel central na instalação do DOI-CODI-5ª RM (1975), na execução da Operação Marumbi (1975), e na liderança da CSI-PR (1975-1977¹⁶³).

Waldyr Coelho era um dos principais agentes da repressão ditatorial naquele início da década de 1970, posição conquistada em razão tanto de sua capacidade intelectual e, operacionalmente, por ter comandado em caráter exclusivo a OBAN, e por seu pioneirismo no comando do DOI-CODI do II Exército, em São Paulo, entre os anos de 1969 e 1970.¹⁶⁴

Em seu livro *A casa da vovó*, Marcelo Godoy discorre sobre a atuação do então major Waldyr Coelho a frente do DOI-CODI do II Exército, em 1970:

Quem dava as ordens no DOI era o major Waldyr Coelho, um dos sócios fundadores da OBAN e seu primeiro e único comandante. Era um linha-dura, cuja “firmeza ideológica” não permitia concessões aos subversivos. Falava quatro línguas e era

¹⁶² Essa instalação do Exército ficava no quarteirão ao lado do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR), próximo ao centro da cidade de Curitiba, para onde eram conduzidos os presos a serem interrogados sob torturas. A localização da Clínica Marumbi foi confirmada pelo delegado Roberto Monteiro, que frequentou o local durante a segunda metade da década de 1970. Ver: ABREU, 2016, p. 118.

¹⁶³ Waldyr Coelho foi listado pela Comissão Nacional da Verdade (CNV), como um dos 377 agentes-autores de graves violações de direitos humanos durante a vigência da ditadura de SN brasileira. Faleceu em março de 1977.

¹⁶⁴ Desentendimentos com o delegado Sérgio Paranhos Fleury o levaram a ser deslocado do DOI-CODI do II Exército, para o comando do 2º Batalhão de Engenharia de Combate, em Pindamonhangaba, interior de São Paulo, onde serviu entre os anos de 1971 e 1974, quando deixou essa unidade para participar do Curso de Informações da Escola Nacional de Informações (EsNI) do Exército, sediada em Brasília, provavelmente como forma de preparação e treinamento para assumir a chefia da 2ª Seção da 5ª RM e desencadear a Operação Marumbi. Ver: Arquivo Nacional. Arquivo Brasil Nunca Mais, Pasta 066.988-999. Pasta: Ajudancia 1974. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_rjanrio_cnv/0/ere/00092001812201313/br_rjanrio_cnv_0_ere_00092_001812_2013_13.pdf. Acesso em 20 fev. 2021.

professor de Português. Gostava de repetir aos subordinados que o objetivo da “revolução” era combater o terrorismo, a subversão e a corrupção.¹⁶⁵

A historiadora Célia da Costa Cardoso, perfila Waldyr Coelho entre autores considerados “intérpretes da ideologia anticomunista no Brasil”, cujas produções constituíram a cultura política da Segurança Nacional. Sobre um texto de caráter doutrinário produzido por Coelho – inspirado na DFGC -, ainda no período em que estava à frente do DOI-CODI do II Exército, Cardoso aponta:

Um mês após a criação do DOI-CODI em São Paulo pelo major Waldir Coelho e pelo capitão Ênio Pimentel da Silveira [...] Waldir Coelho proferiu uma longa conferência para alunos do I Curso Superior de Polícia, em outubro de 1970, que resultou em um importante registro de análise da teoria da DSN aplicada à prática repressiva contra organizações políticas de oposição atuantes em São Paulo no final dos anos sessenta, como ALN (Aliança Libertadora Nacional), VPR (Vanguarda Popular Revolucionária), VAR–Palmares (Vanguarda Armada Revolucionária – Palmares) e AP (Ação Popular). Esse documento foi produzido no “auge da repressão” por um dos expoentes das operações de combate, permitindo, portanto, conhecer e analisar a visão de um dos intérpretes da ideologia anticomunista no Brasil.¹⁶⁶

Tratava-se, portanto, de um agente que conhecia profundamente toda a estrutura e *modus operandi* daquele modelo repressivo tornado oficial a partir de 1969. Ao assumir posição de relevo na área de segurança do Paraná, Coelho, utilizou toda a experiência acumulada no II Exército, para instalar o DOI-CODI-5ª RM e, simultaneamente, integrar e mobilizar o conjunto das forças de segurança do estado. Uma vez constituída e estruturada, coube a CSI-PR, interditar, inicialmente, os membros e simpatizantes do PCB em diversas regiões do estado, por meio da Operação Marumbi; e, posteriormente, através de outras ações repressivas que, se seguiram à morte de Waldyr Coelho, em março de 1977, estendendo-se até o ano de 1978.

2.6 A trama principal: a Operação Marumbi e a constituição/mobilização da CSI-PR

Após a instalação do DOI-CODI-5ª RM, e a conseqüente integração das forças de segurança locais, foi deflagrada, em setembro de 1975, a Operação Marumbi, ação repressiva de grande abrangência, caracterizada pela utilização indiscriminada de práticas de TDE, que

¹⁶⁵ GODOY, Marcelo. *A Casa da Vovó: uma biografia do DOI-Codi (1969-1991), o centro de sequestro, tortura e morte da ditadura militar*. São Paulo: Alameda, 2014, p. 223.

¹⁶⁶ CARDOSO, Célia Costa. “*Terrorismo em São Paulo*” e o ideário político-militar da segurança e Repressão. 2013, Anais, ISSN: 978-85-98711-11-9. <http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1371343505_ARQUIVO_Politicaerepressao-celiaCostaCardoso-2013.pdf> Data de acesso: 3 abr. 2015.

deixou em alerta os opositores locais da ditadura, em virtude da quantidade excessiva de detenções e inúmeras denúncias de torturas.¹⁶⁷

Os meandros dessa operação de caça empreendida contra o PCB paranaense, desde sua fase preparatória, foram registrados em um documento produzido pelo comando da 5ª RM, intitulado Relatório Especial de Informações Nº 1/75 - Operação Marumbi, que pode ser considerado uma espécie de “certidão de nascimento” do DOI-CODI dessa região militar.

Analisada pela pesquisa, a Informação nº 1737/116/ACT/75, com origem na ACT-SNI e difundida para a Agência Central do SNI, datada de 20 de novembro de 1975 – denominada de “atividades do PCB no Paraná – Operação Marumbi” -, alertava o destinatário para o envio em anexo de uma cópia do citado relatório, que em seu conjunto totalizava 73 folhas. No campo descritivo constava que:

O Comando da 5ª Região Militar elaborou para remessa aos escalões superiores e distribuição aos OI (órgãos de informação) da área o REI (Relatório Especial de Informações) Nº 1/75 (cópia xerox), no qual relata o desenvolvimento da operação “Marumbi” e mostra a estrutura montada pelo PCB no Paraná, bem como as principais atividades que vinham sendo desenvolvidas ultimamente pelo “Partido” neste estado.¹⁶⁸

No corpo do relatório, no item “distribuição”, foram listados os órgãos de informação e segurança que receberam esse documento na época, bem como a quantidade recebida (53 no total). Entre os 19 órgãos de segurança elencados, três são civis - PF/PR, DOPS/PR e CI/SESP/PR – e os demais, todos militares.¹⁶⁹

No sumário observa-se que o relatório foi dividido em quatro partes: Finalidade, Operação Marumbi, O PCB no Paraná e Conclusões.

No capítulo intitulado “Finalidade” foram apresentados os dois objetivos específicos daquela operação repressiva:

- a. Relatar o desenvolvimento da Operação Marumbi.
- b. Mostrar a estrutura montada pelo PCB no Paraná, bem como as principais atividades que vinham sendo desenvolvidas ultimamente pelo ‘PARTIDO’ neste estado.¹⁷⁰

¹⁶⁷ Para maiores informações sobre a Operação Marumbi, do ponto de vista de um dos presos políticos, ver: ANEXO A.

¹⁶⁸ Arquivo Nacional. Fundo: SNI. Dossiê Atividades do PCB no Paraná. Operação Marumbi. Identificação: BR DFANBSB V8 BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.75088865. Disponível em: https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1828082&v_aba=1. Acesso em: 27 set. 2022.

¹⁶⁹ III Exército, CIE, 2ªSeção/5a RM/DE, 5ª Bda Inf Bld, 2º Gpt Fron, Gpt L Cat, AD/5ª, 20º BIB, 5ªCia PE, 5ª Cia Com, Cia Cmdo/5ª RM/DE, CRO/5, DOI/5ª RM/DE, EOEIG, ACT/SNI e PM/PR.

¹⁷⁰ Arquivo Nacional. Fundo: SNI. Dossiê Atividades do PCB no Paraná. Operação Marumbi, op. cit.

O capítulo 2, denominado “Operação Marumbi”, divide-se em seis itens: Antecedentes, Objetivo, Finalidade e Faseamento, Prisões e Comunicados.

O item Antecedentes relata inicialmente que (1) o trabalho de vigilância realizado pelos órgãos de informações, “conduziram a suspeita” de que o PCB “buscava, como uma de suas metas, o seu fortalecimento no estado do Paraná”. Além disso, informa que o conjunto de informações coletadas após prisões efetuadas pelo aparato repressivo da ditadura de SN, em 1975, nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia, acrescido de levantamento de dados realizado pelos órgãos de segurança da 5ª RM, “robusteceram os indícios de que realmente o PCB havia se reorganizado no Paraná e vinha desenvolvendo esforços crescentes, objetivando a ampliação de suas bases.”

Diante disso (2), e da percepção pela 5ª RM de que o “quadro subversivo” apresentado no Paraná, exigia pronta resposta das forças de segurança, optaram os comandos militares pela imediata “montagem de uma estrutura adequada ao combate direto à subversão e ao terrorismo”.

Como resultado, a estrutura que nasceu a partir desse diagnóstico dos comandos sobre o “quadro subversivo” no Paraná e da necessidade de aniquilar a “subversão e o terrorismo”, foi o DOI-CODI- 5ª RM, sediado em Curitiba e com abrangência sobre os estados do Paraná e Santa Catarina. Sua instalação ocorreu em duas etapas: a primeira, com a criação do CODI, no dia 6 de maio; e na sequência com a instalação do DOI, ocorrida em 30 de junho de 1975.

Assim (3), apoiada nessa nova estrutura, foi “planejada e desencadeada a ‘Operação Marumbi’, sob a supervisão do comandante da 5ª RM, general Samuel Alves Correa e a coordenação do chefe da 2ª Seção, tenente-coronel Waldyr Coelho.

Em seguida, no item Objetivo, são descritos como objetivos da Operação Marumbi a captura dos militantes e “principais elementos de apoio do PCB no Paraná”, e a posterior desarticulação e neutralização do partido no estado.

De acordo com Ildeu Manso Vieira, membro do PCB-PR e um dos presos nessa operação, havia um outro objetivo por trás da alegação de que os detidos estariam reorganizando o partido no estado. Segundo Vieira, a acusação era:

[...] uma grande piada, porque o partido sempre esteve organizado no estado, militando na clandestinidade, numa época em que apenas dois partidos eram tolerados pelo regime [...] O objetivo da repressão era comprometer o partido da oposição que estava crescendo muito no país. Para isso, quiseram comprometer o MDB com os comunistas e incompatibilizá-lo com a opinião pública.¹⁷¹

¹⁷¹ HELLER, op. cit., p. 546.

Como vimos, a eliminação da oposição militarizada e o sucesso da aliança entre MDB e PCB nas eleições legislativas de 1974, contribuíram para que o PCB se tornasse o alvo principal da repressão ditatorial naquele contexto. Mas esses não eram os únicos aspectos que preocupavam o governo: temiam os planejadores da ditadura, o crescimento de um tipo de oposição (PCB) que questionava a ordem estabelecida e que a continuar atuando livremente poderia levar os comunistas a desempenhar papel de relevo no quadro transitório de redemocratização do país. Feita essa leitura, a ditadura decidiu agir no sentido de eliminar definitivamente a estrutura do PCB e, como apontado por Vieira, instrumentalizando essa proximidade entre emedebistas e comunistas nas eleições de 1974, no sentido de colocar parte da opinião pública contra o MDB, sob a argumentação de que o único partido da oposição consentida, estaria infiltrado de “subversivos” a serviço da comunização do país.¹⁷²

Retomando o Relatório, o próximo item, denominado Finalidade, corroborando o exposto, aponta como principal objetivo da Operação Marumbi, a desarticulação e neutralização do PCB no estado do Paraná.

O quarto item, intitulado Faseamento, divide a Operação Marumbi em quatro fases.

Fase 1 (entre os dias 15 de julho de 1975 e 27 de agosto de 1975) - consistiu nas seguintes atividades: coleta de dados por meio de ampla pesquisa junto às Agências de Informações e órgãos de Segurança e Informações sediados no Paraná e outras áreas, visando o levantamento preliminar de elementos suspeitos de ligações com o PCB. As investigações preliminares ocorreram por meio de diligências realizadas pelo DOI-CODI-5ª RM, objetivando localizar os suspeitos, confirmar sua condição de militantes e selecionar os alvos mais importantes.

Fase 2 (entre os dias 28 de agosto e 11 de setembro): quando foram aprofundadas as investigações, com ênfase no levantamento das ligações dos alvos selecionados, visando caracterizar a rede do PCB no Paraná. Nessa etapa, o DOI-CODI-5ª RM contou com o apoio de seis agentes (dois oficiais e quatro sargentos) do CIE (Centro de Informações do Exército) e nove agentes (um oficial, seis sargentos e duas policiais femininas) do DOI-CODI do II

¹⁷² De acordo com Netto, a importância do PCB no processo eleitoral não se devia tanto à sua força eleitoral quanto à contribuição que a sua militância, organizada e disciplinada, dava ao fortalecimento do MDB. Em todo o país, candidatos não comunistas ao Senado e à Câmara foram eleitos pelo MDB, contando justamente com a militância do PCB, ativamente empenhada na constituição da frente democrática. Já alguns candidatos “orgânicos” do PCB, também foram eleitos sob a sigla oposicionista consentida com votações elevadas, tais como Marcelo Gatto, que se elegeu deputado federal por São Paulo, com 100 mil votos e Alberto Goldmann, também reeleito deputado por aquele estado com 75 mil votos. Por sua vinculação com o PCB, Gatto teve seu mandato cassado por Geisel em janeiro de 1976. In: NETTO, op. cit., p. 289.

Exército, sediado em São Paulo, totalizando quinze agentes externos a CSI-PR, o que evidencia a colaboração entre órgãos de diferentes regiões.

Como observado anteriormente, foi por meio de prisões realizadas nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia, que os órgãos de informações obtiveram indícios que levaram seus analistas concluir que o PCB estaria se reorganizando no Paraná. Foi essa a articulação entre eventos envolvendo o PCB em outros estados, que determinou a participação do CIE e do DOI-CODI do II Exército (São Paulo) na Operação Marumbi.

Registre-se que a colaboração entre os órgãos repressivos de diferentes localidades do país, enquanto metodologia de trabalho do sistema DOI-CODI, voltaria a ser adotada, como detalharemos no capítulo 2, em outra ação repressiva operada pelo DOI-CODI da 5ª RM, no ano de 1978, quando um professor universitário foi sequestrado dentro da sede da DOPS-PR, por agentes doicodianos locais e do I Exército do Rio de Janeiro¹⁷³.

Fase 3 (a partir do dia 12 de setembro de 1975), consistindo nas seguintes atividades: captura¹⁷⁴ dos alvos selecionados, interrogatórios preliminares dos elementos presos, prosseguimento das investigações, com ênfase sobre os novos dados obtidos no interrogatório preliminar, novas prisões de pessoas identificadas a partir do interrogatório preliminar, encaminhamento dos presos à DOPS-PR - ainda dentro do período de incomunicabilidade previsto na Lei de Segurança Nacional (LSN) - para se submeterem ao Inquérito Policial instaurado para apurar as “atividades subversivas” do PCB no Paraná.

Durante essa fase o DOI-CODI recebeu os seguintes apoios: quinze agentes do CIE e do DOI-CODI-SP¹⁷⁵; uma equipe da DOPS-PR, nos dias 12 e 13 de setembro de 1975; uma equipe do 30º Batalhão de Infantaria motorizada (Apucarana-PR), para diligências e prisões na área norte do estado; uma equipe do Comando da 5ª Brigada de Infantaria Blindada, para prisões em Ponta Grossa (PR) e diligências em Ibaiti (PR); e uma equipe do 26º GAC (Grupo de Artilharia de Campanha), para prisões em Guarapuava (PR).

¹⁷³ Trata-se do sequestro do professor universitário Paulo de Oliveira Gomes, ocorrido nas dependências da DOPS-PR, em janeiro de 1978.

¹⁷⁴ Ressalte-se que o que o documento trata como “captura”, em virtude da inexistência de mandados de prisão, da incomunicabilidade das vítimas e da falta de informações sobre seu paradeiro, transforma essa denominada “captura” em sequestro, uma vez que todo o reconhecimento da autoria dessas ações somente seria formalizado quando e se o preso fosse encaminhado à DOPS.

¹⁷⁵ Entre os oficiais do CIE estava o coronel Paulo Malhões, notório torturador da ditadura que atuava sob a alcunha de Dr. Pablo. Segundo Heller, “no dia 18 de setembro de 1975, s presos foram ameaçados de serem levados para São Paulo e o [major Zuiderzee] Nascimento Lins” após fazer um “levantamento do massacre” comandado pela equipe do DOI-CODI/II Exército e CIE, “surgiu uma divergência entre as duas equipes de torturadores” quanto a intensidade das torturas. Isso levou a que a equipe forânea deixasse os trabalhos daquela operação. In: HELLER, op. cit., p. 373.

Fase 4: quando os 67 presos, já indiciados, foram entregues à Justiça Militar, após conclusão do Inquérito Policial Militar - IPM/nº 745, presidido pelo delegado titular da DOPS-PR, Ozias Algauer, instaurado em 12 de setembro de 1975, e finalizado em 10 de novembro do mesmo ano.

Nesse trecho do documento, chama a atenção a informação de que a DOPS-PR foi o órgão policial responsável pela instauração e condução do IPM da Operação Marumbi. Isso porque, conforme já mencionado, de acordo com a Constituição vigente na época, a apuração de crimes de natureza política era atribuição da Polícia Federal.

Uma possível explicação para esse desvio em relação ao que prescrevia a Constituição, e que levou a PF-PR a assumir um papel secundário na Operação Marumbi, nos foi dada pelo delegado aposentado da PF, Roberto das Chagas Monteiro¹⁷⁶, titular da DELOPS¹⁷⁷, entre 1976 e 1978. De acordo com Monteiro, nas reuniões semanais da CSI-PR, que antecederam a deflagração da Operação Marumbi, em 1975, coube ao delegado José da Silva Motta, então responsável pela DELOPS, representar os federais naqueles encontros realizados sempre às segundas-feiras no Quartel General da 5ª RM, situado no bairro Pinheirinho, em Curitiba.

Ao longo dessas reuniões, nos momentos em que vinham à tona questões atinentes à viabilidade e, principalmente, à designação do órgão de segurança responsável pela coordenação dos trabalhos - que contariam com a colaboração do DOI-CODI-5ª RM, DOPS-PR, CIE¹⁷⁸, PM-PR e ACT-SNI -, o chefe da DOPS-PR, delegado Ozias Algauer, cobrava exaustivamente do delegado Motta, que a PF-PR, em obediência ao que previa a Constituição Federal, se responsabilizasse pela instauração e condução do IPM que investigaria a reestruturação do PCB no Paraná. Sobre esse episódio, Monteiro explicou que:

Houve um inquérito com muita repercussão [Operação Marumbi], e para se fazer esse inquérito, numa dessas reuniões (CSI-PR), o nosso representante da PF [delegado Motta], da DELOPS, disse taxativamente que a PF não tinha estrutura para fazer um inquérito [daquela] natureza. Porque não tínhamos lugar para prender essas pessoas, não tínhamos gente para cuidar, ou seja, na época - e isso é verdade, ele não faltou com a verdade - havia pouca gente na PF. Ele disse que a PF não podia fazer. Resultado: ele ficou muito mal [...] me parece que esse homem, embora continuasse na DELOPS, não ia mais para as reuniões [CSI-PR] porque ele estava, vamos dizer, “queimado” por causa dessa história de não ter aceito esse inquérito na época¹⁷⁹. E [então] todo mundo dizia: “Olha, [o delegado Motta] não foi suficientemente [capaz]”.

¹⁷⁶ MONTEIRO, Roberto das Chagas. Curitiba (PR), 31 out. 2005. Entrevista concedida a José dos Santos de Abreu.

¹⁷⁷ Delegacia de Ordem Política e Social da Polícia Federal do Paraná (DELOPS-PF-PR). Além da DELOPS, a Polícia Federal possuía ainda outras quatro delegacias: Delegacia de Repressão a Entorpecentes (DRE); Serviço de Planejamento Operacional (SPO); Serviço de Polícia Marítima, Aérea e de Fronteira (SPMAF); e Polícia Fazendária. Essas cinco delegacias foram estruturadas de acordo com as funções orgânicas atribuídas à Polícia Federal pela Constituição de 1967.

¹⁷⁸ Centro de Informações do Exército.

¹⁷⁹ Documentos demonstram que em junho de 1977, o delegado Jose da Silva Motta havia deixado a DELOPS e assumido a chefia da SPMAF da Superintendência Regional da Polícia Federal do Paraná.

Quer dizer, fugiu, deixou o espaço dele para que a DOPS do estado fizesse o inquérito. E realmente, esse tal inquérito foi feito pela DOPS, na época, pelo Dr. Ozias Algauer, que era chefe da DOPS.¹⁸⁰

Conforme apontou Monteiro, a decisão final sobre a participação dos federais na Operação Marumbi, somente foi comunicada a CSI-PR, após ao delegado Motta consultar seus superiores na PF-PR.

Motta foi então instruído a declinar de tal incumbência em nome da PF-PR, sob a alegação de que naquele momento, aquele departamento regional não reunia as condições necessárias para encabeçar tal empreendimento, uma vez que não dispunha de estrutura suficiente, a saber, efetivo, instalações e outros requisitos indispensáveis para coordenar uma operação de tamanha envergadura.¹⁸¹

Assim, conforme decisão do chefe da 2ª Seção, tenente-coronel Waldyr Coelho, coube a DOPS-PR, na pessoa do delegado Ozias Algauer, a incumbência de substituir a PF-PR, na instauração de condução do IPM da Operação Marumbi. Seguiu-se que a PF-PR, ainda que tenha participado da Operação Marumbi, o fez na condição de coadjuvante.

Retomando a análise sobre o Relatório Especial de Informações nº 1/75, chegamos ao item Prisões. Trata-se de uma relação ordenada cronologicamente com base nas datas em que foram realizadas as prisões das 67 pessoas indiciadas, acompanhada pelos nomes e codinomes dos detidos.

A esse item foram anexados cinco outros documentos:

1. Anexo I: Principais atividades subversivas dos elementos presos.
2. Anexo II: Profissão dos elementos presos.
3. Anexo III: elementos presos que exerciam mandatos políticos.
4. Anexo IV: Elementos presos e processados anteriormente por crimes

previstos na LSN.

Ao final desse item, o relatório informa que por meio dos interrogatórios foram coletados dados que, somados as informações que os órgãos de informações da área já possuíam, e devidamente analisados em seu conjunto, permitiram desvendar a estrutura organizacional, a articulação e a as principais atividades do PCB/PR.

O item seguinte, denominado Comunicados, informa que a 5ª RM distribuiu para a imprensa, durante a Operação Marumbi, três comunicados que, segundo o texto, traduziam a preocupação dessa unidade militar em:

¹⁸⁰ MONTEIRO, op. cit.

¹⁸¹ MONTEIRO, op. cit.

[...] bem esclarecer a população paranaense a respeito da atuação dos órgãos de segurança em seu exclusivo benefício e de neutralizar pronunciamentos de elementos interessados em distorcer a verdade dos fatos para, com essa técnica, sensibilizar a opinião pública contra os agentes da lei.¹⁸²

Sobre esse aspecto cabem algumas observações envolvendo a censura aos meios de comunicação durante os trabalhos da Operação Marumbi. Chamou a atenção um trecho de uma entrevista concedida por Cícero Cattani - diretor do jornal Diário do Paraná durante a década de 1970 -, ao já citado Projeto Depoimentos para a História.

Cattani afirmou que em 1975, na condição de editor do Diário do Paraná, foi “convidado” - assim como editores de outros jornais locais -, a dirigir-se ao quartel general da 5ª RM para um encontro com seu comandante. Durante a conversa, Cattani afirmou ter sido instado a “colaborar” com a Operação Marumbi, no sentido de fazer com que a população paranaense reconhecesse a importância dos esforços da ditadura na luta contra o comunismo no estado.¹⁸³

O trecho de um artigo do jornalista Mussa José de Assis, nos permite compreender melhor a forma como se apresentava a censura à imprensa no Paraná naquele período:

O Estado do Paraná” foi o primeiro jornal brasileiro a ser submetido à censura prévia. [...] O censor - um constrangido agente da Polícia Federal- passou a frequentar a redação. Queria ver tudo, atrasava o fechamento, não tinha noção alguma do metiê. [...] O censor deixou a redação, onde tinha mesa e cadeira, com direito ao café requentado do fim de noite, quando as ordens começaram a chegar, via bilhetinhos e até por telefone. A barra pesou. E ai de quem deixasse de cumprir as “orientações” do dr. Buzaid [Ministro da Justiça]. [...] Geralmente era eu quem recebia as ordens. Assinava o “ciente”, tirava cópia, que era pregada no quadro de avisos. [...] Proibiram os mais variados assuntos. Até entrevistas dadas por ministros de Estado, telegramas do Exterior com notícias de dom Hélder Câmara e mesmo crimes hediondos, como a da garota Ana Lídia, sequestrada, violentada e torturada até a morte por rapazes ricos de Brasília. Entre eles, filhos de figurões da República. Ficávamos sabendo de certos assuntos sigilosos através dos tais bilhetinhos. Como, por exemplo, movimentação de tropas na fronteira com países vizinhos; o estouro de “aparelhos comunistas” - nome que a repressão dava a esconderijos de militantes da esquerda; a guerrilha no Vale da Ribeira; no Araguaia etc. Anos de chumbo, de medo, do milagre econômico, do “Brasil, ame-o ou deixe-o”.¹⁸⁴

¹⁸² Arquivo Nacional. Fundo: SNI. Dossiê Atividades do PCB no Paraná. Operação Marumbi, op. cit.

¹⁸³ SOCIEDADE DE DIREITOS HUMANOS PARA A PAZ – DHPAZ. Projeto Depoimentos para a história: a resistência à ditadura militar no Paraná. Entrevistado: Cícero Cattani. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=COwuq636M78>. Acesso em: 30 maio 2021.

¹⁸⁴ ASSIS, Mussa José de. *Perigo à vista*. Jornal Extra-Pauta. Nº 50, agosto/setembro de 2000, p. 15. Disponível em: <https://doc-0s-ak-apps-viewer.googleusercontent.com/viewer/secure/pdf/5c2lldu3207f62vprpgei9atpano77n8/afnpo2rl510jjpu1qijhgp567cc70omr/1622419050000/drive/06664903155481910705/ACFrOgArszbiN-3oULv8UkwsDvMGMh9B7KwVWYefcINfCVuiFcaAX7wqAPQSKCl-WL7LFKaSI8fizS5qIfzqHv6j1RWCUwGo1mr3aPq8a7g0p4KEFV1LWpox79OqHp18WgGHudyCtyUnA5jMZib?print=true&nonce=lturqfm8bibbg&user=06664903155481910705&hash=0a3dsb58u1030kkkts28k3nmudlmu rn7>. Acesso em: 30 maio 2021.

A preocupação do governo em relação ao controle de informações pode ser entrevista já no primeiro, dos três comunicados oficiais sobre a Operação Marumbi, emitidos pelo comando da 5ª RM. Segundo esse documento, até aquele momento, verificava-se certo alinhamento da imprensa aos trabalhos daquela ação repressiva:

Como é de conhecimento público, diligências realizadas pelos órgãos de segurança durante o corrente ano culminaram com a captura de elementos engajados em atividades de natureza subversiva, em vários Estados da Federação, bem como ensejaram o levantamento de dados relacionados com a atuação ilegal do proscrito Partido Comunista Brasileiro (PCB). Tais elementos acrescidos de outros já existentes nos órgãos de Segurança da área se constituíram em ponto de partida para o aprofundamento das investigações, que resultaram na prisão, nos últimos dias, de vários suspeitos de pertencerem ou de estarem ligados à cúpula da subversão no Estado do Paraná. Pode estar certa a família paranaense de que as ações em curso visam garantir a sua tranquilidade e a ordem indispensável para o trabalho profícuo, fatores imprescindíveis ao progresso da pátria. Ademais, vêm sendo e continuarão ao ser conduzidas, respeitando-se a pessoa humana, obedecendo a lei e somente em casos impostos pela segurança nacional. Cabe agradecer a atuação dos meios de comunicação social, que em nenhum momento prejudicaram as diligências.

Curitiba, 17 de setembro de 1975.

General de Divisão Samuel Alves Correa – Comandante da 5ª RM/DE¹⁸⁵

Um trecho do segundo comunicado revela nas entrelinhas certa insatisfação do general Samuel Alves Correa com algumas reações à Operação Marumbi. A reação do comandante da 5ª RM foi alertar a opinião pública quanto ao perigo de sucumbir às conhecidas técnicas comunistas de indispor a população contra as forças de segurança:

O Comando da 5ª RM/DE tem acompanhado com interesse os pronunciamentos e comentários relacionados com a prisão de subversivos, em curso neste Estado, muitos deles usados em termos violentos que deturpam a verdade dos fatos. Por isso, sente-se no dever de bem esclarecer e tranquilizar a família paranaense, contribuindo para que não seja iludida em sua boa-fé e não fique alarmada ou apreensiva com medidas que estão sendo tomadas em seu benefício exclusivo. Assim, saibam todos que esses pronunciamentos e comentários distorcidos se identificam com técnica muito conhecida, que consiste em difamar e desmoralizar os agentes da Lei perante a opinião pública, ao mesmo tempo que procura apresentar as pessoas detidas como cidadãos inocentes, vítimas de injustificável e cruel opressão, tudo com a finalidade de desestabilizar nosso povo e colocá-lo contra os órgãos de Segurança.¹⁸⁶

No terceiro e último comunicado oficial, Correa inicia o texto dirigindo-se, em especial, a família paranaense, buscando demonstrar a preocupação da ditadura com a segurança dos cidadãos de bem, e justificando o silêncio das autoridades sobre aspectos da Operação Marumbi:

O Comando da 5ª RM/DE, em seu desejo e dever, presentes sempre, de contribuir para que a família paranaense fique adequadamente informada a respeito da atuação

¹⁸⁵ Arquivo Nacional. Fundo: SNI. Dossiê Atividades do PCB no Paraná. Operação Marumbi, op. cit., p. 63.

¹⁸⁶ Arquivo Nacional. Fundo: SNI. Dossiê Atividades do PCB no Paraná. Operação Marumbi, op. cit., p. 64.

dos órgãos de Segurança em seu benefício, julga azado o momento de desvendar a articulação subversivo-comunista que se processava no Estado, já que o rigor do sigilo, até então exigido para o êxito das operações, pode ser aliviado.¹⁸⁷

Segue-se uma exposição sobre a tentativa de reorganização do PCB no Paraná, através da “ampliação progressiva de suas bases”, contando com a presença de militantes experimentados de outras regiões do país. O texto informa que fora realizada uma reunião em Curitiba, com a presença de um representante do Comitê Central e dos mais destacados membros do PCB-PR, e procura mostrar a forma como o partido se organizava internamente, e as funções desempenhadas por cada uma de suas seções. Acrescenta ainda que o partido já estava organizado anteriormente em Paranaguá e Londrina, que o Comitê Municipal (CM) de Curitiba havia sido recém-criado e que o próximo passo seria a formação dos comitês de Ponta Grossa e Maringá.

Sobre a forma de atuação dos comunistas, aponta que:

Seu principal instrumento de atuação é a Organização de Base (OB) que, de acordo com decisão adotada, deveria inicialmente se aproximar, dissimuladamente, das Associações de bairros, para vincular o Partido a esses movimentos comunitários e com isso obter adeptos e prestígio.¹⁸⁸

Sobre as técnicas utilizadas pelos comunistas do PCB, o comunicado aponta como suas principais características:

- ressaltar junto à população as deficiências e as dificuldades existentes no país, atribuindo-as exclusivamente à responsabilidade e incapacidade das autoridades governamentais, negando ou diminuindo os êxitos, mesmo que evidentes, visando com isto a agravar os problemas existentes, levar o povo ao descontentamento e à insatisfação e tornar o governo impopular; - investir aberta ou insidiosamente contra os valores morais e espirituais da população, suas crenças e convicções, a fim de corroer e deformar seu caráter; - infiltrar elementos seus em associações, meios de comunicação social, partidos políticos, etc., a fim de, aos poucos e sub-repticiamente, passar a influir nas decisões e exercer sobre eles domínio completo; - organizar uma minoria selecionada, muitas vezes treinada em outros países, que constitua um núcleo coeso e tenaz, capaz de iniciar e lavar avante o processo subversivo; - aliciar com habilidade novos adeptos, captando sua simpatia para a causa revolucionária, atribuindo-lhes missões cada vez mais complexas até que fiquem comprometidos, de tal modo, com os atos ilegais praticados que não terão mais condições de optar livremente e sair da organização mesmo que queiram; - usar todas as liberdades e franquias democráticas em benefício da ampliação do movimento subversivo.¹⁸⁹

Consideradas tais “técnicas subversivas”, o documento reforça o alerta - presente no início do primeiro comunicado - para que os paranaenses não sucumbam a tentativa do PCB

¹⁸⁷ Arquivo Nacional. Fundo: SNI. Dossiê Atividades do PCB no Paraná. Operação Marumbi, op. cit., p. 65.

¹⁸⁸ Arquivo Nacional. Fundo: SNI. Dossiê Atividades do PCB no Paraná. Operação Marumbi, op. cit., p. 66.

¹⁸⁹ Arquivo Nacional. Fundo: SNI. Dossiê Atividades do PCB no Paraná. Operação Marumbi, op. cit., p. 66-67.

local de promover a “conquista sutil, progressiva e persistente da população, de modo a colocá-la ao lado da “subversão”, facilitando ou possibilitando assim, a conquista do poder”.¹⁹⁰

O capítulo 3, intitulado O PCB no Paraná, compõe-se de 8 itens, a saber: a) Considerações Gerais; b) Reunião de Curitiba; c) Estrutura do PCB/PR; d) Reunião de Mandaguari; e) O CM de Londrina; f) O CM de Paranaguá; g) o CM de Curitiba; h) Trabalho realizado para a organização do CM de Maringá, Cascavel, Apucarana, Paranaíba, Cianorte, Guarapuava e Ponta Grossa; i) Apoio do PCB/PR a candidatos do MDB/PR.

Na Considerações Gerais, são feitas algumas observações sobre a perseguição ao PCB desde o limiar da ditadura de SN no estado, até o ano de 1967:

O PCB sempre se interessou em atuar no Paraná. A Revolução de 1964 encontrou-o razoavelmente estruturado, porém, os IPM (sic) instaurados no estado após o 31 de março acarretaram sua desarticulação parcial. Com o passar do tempo, no entanto, o “PARTIDO” foi se rearticulando progressivamente, até que, no início de 1967, conseguiu reorganizar o Comitê Estadual, recompondo, assim, o esquema subversivo no estado. Em set[embro] de 1967 sofreu, porém, novo desmantelamento.¹⁹¹

O texto avança na forma de exposição sobre o deslocamento de quadros de outras regiões do país para o Paraná, bem como o intenso trabalho empreendido até o ano de 1974, com o objetivo de reorganizar o partido no estado. Segundo o relatório, foi a partir desse novo contexto, que “alentado por tais esforços, o PCB/PR desenvolveu intensa atividade” durante as eleições parlamentares de 1974, “trabalhando ativamente em favor de candidatos a senador, deputado federal e deputado estadual que aceitaram o apoio em troca de compensações materiais e políticas”.¹⁹²

Assim, o “êxito” dessa aliança entre comunistas e emedebistas teria sido responsável pela eleição de todos os candidatos apoiados pelo PCB, fator determinante para a decisão do “partidão” de reorganizar-se rapidamente em todo o estado.

Feitas essas considerações, na sequência o relatório passa a elencar e abordar alguns aspectos relativos à algumas das reuniões realizadas em várias cidades do estado durante o ano de 1975, lista os principais membros dos comitês municipais em fase de reestruturação, e discorre sobre suas formas de organização. Esse capítulo se encerra com uma exposição minuciosa sobre os encontros entre as direções dos dois partidos e as tratativas com os candidatos do MDB ao legislativo estadual, federal e ao senado federal, apoiados pelo PCB nas eleições de 1974.

¹⁹⁰ Arquivo Nacional. Fundo: SNI. Dossiê Atividades do PCB no Paraná. Operação Marumbi, op. cit., p. 67.

¹⁹¹ Arquivo Nacional. Fundo: SNI. Dossiê Atividades do PCB no Paraná. Operação Marumbi, op. cit., p. 11-12.

¹⁹² Arquivo Nacional. Fundo: SNI. Dossiê Atividades do PCB no Paraná. Operação Marumbi, op. cit., p. 11-12.

O quarto e último capítulo, nomeado Conclusões, faz uma síntese das ações desenvolvidas no âmbito da Operação Marumbi, destacando a importância da criação do DOI-CODI-5ª RM, para o aperfeiçoamento da atuação da área de segurança local. Assim se encerra o relatório.

Merece destaque ainda um documento que integra os anexos do Relatório Especial de Informações 1/75: um telegrama emitido pela ACT-SNI, datado de 13 de setembro de 1975, que nos ajuda a dimensionar a importância da Operação Marumbi para os desígnios da ditadura naquele contexto, pois indica a presença em Curitiba do general Confúcio Danton de Paula Avelino, chefe do Centro de Informações do Exército (CIE), para acompanhar de perto os primeiros momentos daquela operação que no dia anterior havia aprisionado o advogado londrinense, Luiz Gonzaga Ferreira, numa ação conjunta realizada pelo CIE e DOI-CODI-5ª RM.

Dois dados importantes sobre o general Avelino merecem destaque: o primeiro, que diz respeito ao seu status junto a cúpula do governo, nos remete a um episódio ocorrido pouco antes de sua assunção à chefia do CIE. Em 30 de março de 1974, Avelino fez parte de um seleto grupo formado por Geisel (que havia recém assumido a presidência), e os generais Milton Tavares (chefe do CIE no governo Médici) e João Figueiredo (chefe do SNI), que se reuniu para auxiliar o ditador quanto a decisão sobre a continuidade ou não, durante sua gestão, do emprego de “métodos extralegais” contra os “subversivos perigosos” - amplamente aprovados por seu antecessor. A decisão de Geisel sobre o assunto deu-se somente após uma semana, quando a continuidade da política de execuções durante seu governo foi autorizada.¹⁹³

O segundo ponto importante diz respeito a proximidade de Avelino com a ala radical militar que esteve à frente da repressão durante os assassinatos ocorridos na sede do II Exército em 1975, e que vitimou três presos políticos José Ferreira de Almeida, Vladimir Herzog e Manoel Fiel Filho. Após o anúncio da morte de Fiel Filho, em janeiro de 1976, suas ligações com o grupo linha-dura levaram o general Avelino a ser exonerado da chefia do CIE, junto com o comandante do II Exército, general Ednardo D’Avila, e o comandante do DOI-CODI local, Audir Santos Maciel.

Portanto, a presença de Avelino em Curitiba durante a Operação Marumbi, considerados seu histórico na repressão e sua posição de relevo à frente do CIE, demonstram a importância dessa ação para a cúpula da ditadura de SN brasileira em seu objetivo de eliminar

¹⁹³ *Chefe da CIA disse que Geisel assumiu controle sobre execuções sumárias na ditadura.* Jornal do Comércio. Disponível em: https://www.jornaldocomercio.com/_conteudo/2018/05/internacional/626711-chefe-da-cia-disse-que-geisel-assumiu-controle-sobre-execucoes-sumarias-na-ditadura.html. Acesso em 01 jun. 2021.

o PCB nos estados do Paraná e Santa Catarina, como parte dos esforços empreendidos em outras partes do país.

O mesmo telegrama informa ainda que devido ao caráter sigiloso da operação, até aquele momento os órgãos de imprensa mantinham-se em silêncio, e que a 5ª RM cogitava divulgar um comunicado oficial a respeito daquela ação na semana seguinte, fato que se confirmou no dia 20 de setembro.

Feitas essas considerações, encerra-se a presente análise do Relatório Especial de Informações Nº 1/75 - Operação Marumbi, documento que nos permite refutar algumas interpretações equivocadas envolvendo a origem do DOI-CODI-5ª RM, estabelecendo definitivamente o momento de sua criação, bem como das circunstâncias que envolveram essa reestruturação operacional da área de segurança do Paraná, a partir de 1975.

O tópico a seguir volta-se para a exposição e análise da trajetória do grupo paramilitar, CCC, que desempenhou papel relevante na investida repressiva contra os opositores do Estado ditatorial em Curitiba, no biênio 1977-1978, atuando clandestinamente e contando com a inércia dos comandos da CSI-PR: o CCC.

2.7 O CCC em Curitiba: espantalho ou braço operacional clandestino da CSI-PR?

Sabemos que a ditadura de SN brasileira utilizou de forma recorrente métodos de repressão ilegais que confrontavam a própria legislação por ela criada, uma vez que inexistia tanto na Constituição de 1967, bem como em outras emendas, qualquer autorização para a aplicação de torturas ou a prisão de indivíduos mediante sequestros ou invasões de casas.

Tais procedimentos - que militares de alta patente, publicamente, consideraram “excessos” -, eram parte essencial de uma metodologia repressiva ancorada nos preceitos da DFGC, para a qual, uma vez que o Estado sofresse qualquer ameaça de uma insurgência, deveria responder por meio de métodos especiais e eficazes, ainda que não previstos em lei.¹⁹⁴

À luz desses preceitos foi criada a OBAN e depois o DOI-CODI do II Exército, que, apesar de institucionalizado, tornou-se o mais atuante organismo clandestino de tortura, assassinato e desaparecimento forçado de perseguidos políticos do país. Suas práticas extralegais iam desde o aprisionamento de opositores, sob a forma de sequestros, interrogatórios permeados pela prática de torturas, até os assassinatos e/ou desaparecimentos.

¹⁹⁴ Memórias da ditadura. *Disfarce legalista e métodos ilegais*. Disponível em: <http://memoriasdaditadura.org.br/repressao/>. Acesso em: 05 ago. 2021.

Uma vez que essa metodologia de guerra contrarrevolucionária demonstrou toda sua eficácia, possibilitando que o DOI-CODI do II Exército, em São Paulo, dizimasse todas as organizações opositoras militarizadas atuantes naquela área durante o governo do ditador Médici, novas unidades foram replicadas para outras regiões do país.

Tal procedimento permitiu que aqueles métodos repressivos de eficácia comprovada, fossem reproduzidos para outros DOI-CODIs espalhados pelos país, tais como o DOI-CODI-5ª RM, que já em sua primeira missão, em 1975, utilizou com maestria aquele *know how* contrabandeado de outras regiões, por meio da prática indiscriminada de modalidades de TDE impingidas a pessoas acusadas de ligações com o PCB do Paraná.

No entanto, essa dinâmica de aprofundamento da repressão política, verificada em 1975 e início de 1976 - durante a qual o poder clandestino havia se tornado tão ou mais poderoso que o poder formal -, seria interrompida em razão das mortes de três presos políticos nas dependências do II Exército, em São Paulo, em janeiro de 1976.

Esse novo ponto de inflexão da orientação descompressiva do governo Geisel, que atingiu o II Exército, significou a imposição de certos controles que acabariam levando outros núcleos opositores do aparato repressivo estatal a intensificarem as ações clandestinas, como meio de driblar certos mecanismos de contenção aos chamados “excessos”.

Vimos que os acenos descompressivos, presentes já no discurso de posse de Geisel, não o impediram de turbinar a Operação Radar, que ao estender seus tentáculos para o Paraná, transformou a Operação Marumbi - deflagrada em setembro de 1975 -, numa caçada a todo e qualquer indivíduo suspeito de algum tipo de ligação orgânica ou não, com o PCB local. O objetivo principal era eliminar a estrutura do PCB em virtude de seu apoio ao MDB nas eleições de 1974. Isso permitiu que a CSI-PR, tendo à frente o recém-criado DOI-CODI-5ª RM, fosse autorizada a atuar desembaraçadamente na repressão ao PCB local, em caráter oficial e clandestino.

É preciso ressaltar que houve total concordância de Geisel quanto a continuidade da repressão aos dissidentes durante seu governo. Aliás, esse era um dos principais requisitos de seu projeto de descompressão política, uma vez que era indispensável aniquilar os grupos e partidos que se opunham não só ao governo, mas ao próprio capitalismo, como condição para a construção de uma nova “institucionalidade”.

Considerados esses aspectos, presume-se, conforme aponta Netto, que o *leitmotif* para a divergência entre o ditador Geisel e os setores extremistas do aparato repressivo da ditadura:

[...] era o seu sentido de hierarquia e autoridade: a sua distensão supunha um aparelho repressivo limitado, disciplinado, subordinado ao poder central, prestando inteira conta da sua atividade e, sobretudo, que não funcionasse como único e/ou principal

suporte do regime. A vaga repressiva desatada em 1974/1975 irritou-o, menos pelos seus resultados (que se adequavam ao seu projeto político) do que pela clara intenção de desafiar-lo: era um recado que sinalizava com nitidez a oposição da “comunidade de informações” e do “porão” ao seu projeto, com episódios claramente provocativos.¹⁹⁵

Portanto, se durante o biênio 1975-1976, a Operação Radar promoveu uma espécie de varredura final nos comunistas do PCB em diversas regiões do país. Após a morte do terceiro preso político nas dependências do DOI-CODI do II Exército, em São Paulo, em janeiro de 1976, com a interdição dos comandos daquela unidade militar e também do comandante do DOI-CODI local, que se estenderia inclusive a alguns núcleos radicais incrustados no aparato estatal em nível nacional (CIE e Ministério do Exército), houve um certo arrefecimento repressivo.

Como vimos, diante daquele quadro de maior monitoramento das ações repressivas pelo comando central da ditadura, uma das opções adotadas pelos núcleos mais ideologizados, compostos por comandos e estratos inferiores, foi intensificar a via de atuação clandestina.

A adesão da CSI-PR a esse tipo de solução alternativa fez com que o grupo paramilitar CCC, ingressasse com espalhafato a partir de 1977, na cena repressiva curitibana, passando a estampar as manchetes de jornais em razão das inúmeras ilicitudes cometidas. Em relação a esse novo personagem, não se descarta a hipótese de que a CSI-PR tenha divisado na criação de uma seção local do CCC em Curitiba, a possibilidade de dispor de uma ferramenta alternativa capaz de anular os efeitos dos controles impostos ao aparato repressivo estatal enquanto uma das principais premissas do processo de descompressão política conduzido pelo governo federal.

Possivelmente, as diversas práticas de TDE perpetradas ou atribuídas ao CCC nesse período, tiveram como primeiro objetivo chamar a atenção da imprensa. Uma vez repercutidas pelos veículos de comunicação, além do alarde e do terror instilado junto à população, as ameaças, sequestros, perseguições, etc., contribuiriam para sustentar a ideia de que a temida organização de extrema-direita estaria em atividade em Curitiba e em outras regiões do estado.

Assim, tal expediente, além de intensificar a sensação de medo junto à população, servindo simultaneamente como elemento dissuasivo e gerador de apatia junto as dissidências – o que interessava a ditadura -, tinha como objetivo principal desvincular a CSI-PR daquelas ações clandestinas que vinham se sucedendo em Curitiba e região.

¹⁹⁵ NETTO, José Paulo. *Pequena História da Ditadura Brasileira (1964-1985)*. São Paulo: Cortez, 2014, p. 181.

Desse modo, diante daquela conjuntura descompressiva e de monitoramento das atividades do aparato repressivo em nível nacional, o papel de bode expiatório desempenhado pelo CCC, colaborou não somente para confundir a opinião pública, como também para que a CSI-PR operasse no sentido de burlar os mecanismos de controle da política descompressiva em curso.

Portanto, foi com o intuito de garantir a manutenção de sua autonomia operacional que, possivelmente, a CSI-PR tenha recorrido ao acrônimo CCC. A inserção desse grupo de ultradireita no cenário repressivo curitibano a partir de 1977, teve como finalidade oferecer o aporte necessário para que as atividades repressivas clandestinas operadas -sobretudo pelo DOI-CODI-5ª RM -, em Curitiba, fossem dissociadas da imagem do aparato repressivo oficial local.

Assim, a presença desse novo personagem contribuiu para tornar ainda mais difícil desvendar a autoria daquelas ações extralegais, servindo como uma espécie de cortina de fumaça, e de pretexto para que os órgãos oficiais buscassem se desresponsabilizar por ações que feriam a própria legalidade ditatorial.

Dessa forma, ao mesmo tempo em que a presença de mais um organismo repressivo serviu para confundir a opinião pública – uma vez que a partir desse momento o CCC também passaria a ser suspeito de autoria daquelas atividades clandestinas -, esse grupo paramilitar passou a atuar como uma espécie de apêndice da CSI-PR sob uma dupla perspectiva: do ponto de vista simbólico, como um espantalho a semear o terror dissuasivo entre os dissidentes; e, concretamente, por meio de ações terroristas nas quais deixava seus rastros e sua assinatura.

Sabemos que naquele contexto de violência contra os opositores, parte da atuação da CSI-PR, ocorria dentro dos limites da legislação autoritária, com esses órgãos assumindo a responsabilidade por determinadas operações repressivas. No entanto, nos eventos de caráter clandestino, quando os órgãos oficiais se eximiam da responsabilidade, seguiam-se as seguintes situações:

a) os comandos da CSI-PR não assumiam a autoria daqueles ilícitos; repeliam as suspeitas aventadas pela imprensa; condenavam tais práticas clandestinas; prometiam investigá-las; e ao final, sabotavam as investigações com o objetivo de manter seus autores no anonimato;

b) o CCC assumia a autoria dessas atividades ilegais. Cite-se os casos envolvendo a remessa de inúmeras cartas e cartões ameaçadores para diversas pessoas em Curitiba, assinados

por esse grupo paramilitar, bem como o episódio da invasão da sucursal curitibana do semanário *Em Tempo*, em julho de 1978, quando as paredes foram pichadas com a sigla do CCC.¹⁹⁶

Assim, no caso da onda de violência que assolou a cidade de Curitiba durante o biênio 1977-1978, é possível que o acrônimo CCC tenha sido instrumentalizado pela CSI-PR, com o intuito de desviar a atenção da sociedade para ações deflagradas por órgãos oficiais que extrapolavam a legalidade autoritária. Talvez esse tipo de informação – atribuição desses ilícitos ao CCC - plantada na imprensa, que a replicou para a opinião pública, tenha colaborado para manter certa imagem legalista do aparato repressivo paranaense, apesar da persistência das suspeitas imputadas a órgãos como o DOI-CODI-5ª RM e a DOPS-PR.

Constata-se, portanto, que no Paraná, o CCC foi um dos elos da cadeia repressiva responsável pela perpetração de inúmeras práticas de TDE que tão bem atendiam aos interesses da CSI local, tendo desempenhado importante papel na trama discursiva que foi construída durante o desenrolar da cadeia de acontecimentos ocorridos em Curitiba no biênio 1977/1978, assombrando a vida de inúmeros dissidentes que ousaram se contrapor as expectativas da ditadura em relação ao comportamento dos cidadãos curitibanos.

No capítulo que se encerra discorreremos sobre as circunstâncias que deram origem ao DOI-CODI-5ª RM e a constituição da CSI-PR, tendo como pano de fundo a deflagração da Operação Marumbi, analisada a luz do Relatório Especial de Informações Nº 1/75 - Operação Marumbi, produzido por militares da citada região militar. O acesso a esse documento oficial permitiu que a pesquisa pudesse fixar definitivamente a data de instalação do DOI-CODI no estado do Paraná, refutando informações equivocadas ancoradas em versão difundida pelo torturador Carlos Alberto Brilhante Ustra. Municados ainda de uma gama de informações sobre os principais personagens que personificaram o TDE no Paraná na segunda metade da década de 1970, com destaque para órgãos de segurança como o próprio DOI-CODI-5ª RM, a DOPS-PR, PF-PR, ACT-SNI, além de agentes torturadores influentes como o chefe da 2ª Seção da 5ª RM, Waldyr Coelho e, sobretudo, o delegado Ozias Algauer, onipresente na perseguição aos opositores locais da ditadura de SN brasileira, desde seus primórdios. Sem esquecer, o grupo paramilitar CCC, que se tornou peça fundamental da ação da CSI-PR durante o biênio 1977-1978, como instrumento clandestino de perpetração do TDE e espécie de trincheira dos opositores da descompressão política agrupados na máquina repressiva oficial.

No capítulo a seguir, conheceremos o conjunto de práticas de TDE operados pela CSI-PR e CCC que por sua recorrência chamaram a atenção para a violência perpetrada contra

¹⁹⁶ VEJA. *Novos ataques: os grupos anticomunistas voltam a agir*. São Paulo, 2 ago. 1978, p. 34.

opositores da ditadura em Curitiba, gerando uma onda de denúncias e protestos encampados por diversos setores da sociedade brasileira e internacional, cuja pressão contribuiu para que a partir de abril de 1978, começassem a ser dissolvidos os amálgamas que cimentavam a integração entre os órgãos de segurança policiais e militares do Paraná até aquele momento, no âmbito do que a presente tese denomina de processo de desmobilização gradativa da CSI-PR, operado pelos Executivos estadual e federal.

3 O TERRORISMO DE ESTADO EM CURITIBA (1977-1978)

A exposição dos eventos protagonizados pela CSI-PR e CCC, na forma de inúmeras práticas de TDE aplicadas contra os dissidentes locais da ditadura, e que se tornaram alvo das denúncias veiculadas por meio da *Carta Aberta ao Povo*, tem como objetivo fornecer elementos que contribuam para a compreensão dos fatores que ensejaram a pressão exercida pela sociedade civil junto a cúpula da ditadura de SN brasileira, pela sua ilicitude, gravidade, e extemporaneidade, no sentido de que teoricamente naquele contexto não mais correspondia à dinâmica repressiva oficial em curso.

Portanto, a partir desse momento nossa atenção se voltará para a exposição e análise do conjunto de ações repressivas oficiais e clandestinas operadas por esses perpetradores locais do TDE, durante os anos de 1977 e 1978.

No ano de 1977 foram verificadas as seguintes ocorrências em Curitiba:

- Maio: a DOPS-PR prende 15 estudantes universitários acusados de “subversão”;
- Julho: tem início o envio de inúmeras cartas, cartões e manifestos assinados pelo CCC, contendo ameaças à opositores locais do governo;
- Outubro: sequestro do estudante universitário Carlos Augusto Soares;

Em 1978, seguiram-se os seguintes acontecimentos:

- Janeiro: sequestro do professor universitário Paulo de Oliveira Gomes dentro do prédio da DOPS-PR, quando aguardava a liberação de um atestado de bons antecedentes;
- Março: sequestro da estudante de jornalismo e professora Juracilda Veiga; Operação Pequeno Príncipe: prisões de onze membros das pré-escolas curitibanas Oficina e Oca, acusados de doutrinar crianças de 1 à 6 anos dentro de princípios marxistas.

3.1 A perseguição aos movimentos de resistência à ditadura no Paraná (1977-1978)

Abordaremos a seguir um conjunto de práticas de TDE operadas pela CSI-PR, contra opositores da ditadura de SN brasileira, na cidade de Curitiba, entre 1977 e 1978, sob a forma de ações de caráter oficial e clandestino, tuteladas pelos altos escalões do aparato repressivo local.

A aplicação dessa metodologia do TDE, que no espectro mais amplo, constituiu a fisionomia repressiva das várias ditaduras de SN vigentes no Cone Sul, entre as décadas de 1960 e 1980, seguiu à risca um dos pressupostos operacionais dessa modalidade de violência, que prescrevia sua realização em duas frentes: de forma direta, personificada pelo aparato estatal, e indiretamente, perpetrada por agentes não estatais a serviço do Estado.¹⁹⁷

Como será detalhado mais à frente, o suporte dos comandos da área de segurança local (5ª RM, SESP-PR, PF-PR, ACT-SNI) às operações repressivas, dependendo do caráter da ação, poderia assumir duas diferentes formas: no caso das ações oficiais, ou seja, em que a autoria era assumida pela CSI-PR, os comandos manifestavam-se por meio de: pronunciamentos e comunicados em que defendiam a legalidade das ações; desqualificação das pessoas detidas; refutação sistemática de denúncias de violências, como a prática de torturas e outras violações dos direitos humanos etc. Nas situações em que a CSI-PR não assumia a autoria das ações, e diante das pressões da imprensa e setores da sociedade civil, os comandos usavam de expedientes como: declarações à imprensa e divulgação de notas oficiais negando a participação dos órgãos de segurança em ações clandestinas; relutância em instaurar inquéritos; nos casos em que os inquéritos eram instaurados, sabotavam as investigações, com o objetivo de arquivá-los rapidamente; reinterpretabam e instrumentalizavam a legislação, com o fito de controlar e direcionar o andamento das investigações etc.

Assim, a luz da doutrina de Guerra Contrarrevolucionária Francesa, a CSI-PR fundiu todas as forças de segurança locais que, agindo de forma articulada, expandiram a presença da repressão estatal por todos os meandros do corpo social.

Apesar do caráter semiclandestino do DOI-CODI-5ª RM, com o objetivo de ampliar as atividades extralegais e, simultaneamente, isentar os órgãos oficiais da responsabilidade por essas atividades, é possível que a solução encontrada pela CSI-PR tenha sido integrar ao seu

¹⁹⁷ VOIRIN, Júlio Lisandro Cañón. *Terrorismo de estado. El sur del continente americano durante la década de 1970. Un caso de transnacionalización del terrorismo estatal*. Relaciones Internacionales. Número 32. Junio 2016 - Septiembre 2016. Grupo de Estudios de Relaciones Internacionales (GERI) – UAM, p. 194.

aparato repressivo o grupo paramilitar CCC, que pode ter sido criado em Curitiba com essa finalidade.

Desse modo, ao incorporar essa espécie de claro-escuro ao seu *modus operandi*, a CSI-PR alocou às forças oficiais um elemento paralelo que também tinha como incumbência ludibriar o monitoramento que vinha sendo exercido pelas instâncias superiores da ditadura responsáveis pela condução do processo de descompressão política em curso.

Como vimos, a presença desse grupo paramilitar era acionada em duas situações: para atuar de fato, como sua linha auxiliar operacional executando ações repressivas; ou simbolicamente, quando o acrônimo CCC era usado como uma espécie de cortina de fumaça para ocultar ações operadas pela CSI-PR.

Esse esforço de aplicação do TDE de forma abrangente - oficial e clandestinamente - , em Curitiba, protagonizado por diversos órgãos da CSI-PR, contou com a participação de toda a hierarquia das forças policiais e militares locais. Atuando como facilitadores e/ou perpetradores da violência (para)estatal, sob as ordens de oficiais como os generais comandantes da SESP-PR, Alcindo Gonçalves; da 5ª RM, Ruy de Paula Couto (1977-1979); e do III Exército, Samuel Alves Correa (1978-1979), o aparato repressivo local investiu contra o chamado “inimigo interno”, buscando varrer do ambiente social quaisquer condutas por eles consideradas nocivas.

Com esse propósito, e temendo a reorganização dos movimentos populares e a retomada das lutas por transformações sociais, atuaram para disciplinar e eliminar os indesejáveis não somente pela via legal, mas também por meio de práticas clandestinas.¹⁹⁸

Em reforço ao exposto, o que se observou ao longo da pesquisa foi uma espécie de instrumentalização pela CSI-PR, de um conjunto de chicanas, com o objetivo de garantir a impunidade dos envolvidos em práticas de TDE não assumidas pela repressão oficial.

Como vimos, as atividades clandestinas tinham como um de seus principais objetivos, diluir o sentimento de terror por todo o ambiente social, inibindo o dissenso e assegurando a manutenção da ordem. Ao mesmo tempo, o processo de invisibilização dos executores dessas ações, permitia ao Estado preservar sua imagem junto à opinião pública e a aparência de certo compromisso com as normas jurídicas internas e internacionais de respeito aos direitos humanos.¹⁹⁹

¹⁹⁸ VOIRIN, op. cit., p. 1974.

¹⁹⁹ BONASSO, Miguel. Prefácio. In: PIETERSE, Jan et al. *Terrorismo de Estado. El papel internacional de EE.UU.* Navarra: Txalaparta, 1990, p. 10.

Padrós aponta que a proliferação de esquadrões da morte e de organizações paramilitares, cumpriu importante papel na difusão do medo, impactando a sociedade, mediante a violência irradiada, espalhando ameaças e marcas de caveiras, realizando o trabalho sujo comprometedor e contribuindo na criação de fatos desestabilizadores ou diversionistas.²⁰⁰

Como já observado anteriormente, o CCC se inclui entre esses grupos mencionados por Padrós – atuantes no Brasil e demais ditaduras do Cone Sul latino-americano – que, ao operar como linha auxiliar do aparato repressivo oficial durante a vigência da ditadura de SN brasileira, conquistou papel de destaque na cena repressiva curitibana no biênio 1977-1978, quando suas ações clandestinas estamparam as páginas de jornais e revistas locais, e de abrangência nacional, sem que seus membros fossem identificados e punidos.

Tal façanha dificilmente teria sido alcançada sem a colaboração/cumplicidade das autoridades da área de segurança local, que se esmeravam em protelar sistematicamente a instauração de inquéritos, bem como relutavam em adotar quaisquer medidas restritivas efetivas contra o grupo, contribuindo assim, para a perpetuação de suas atividades terroristas.

Essa pesquisa entende que esse esforço de preservação do CCC, tinha como objetivo prolongar ao máximo a possibilidade de utilização desse acrônimo, para que a CSI-PR pudesse continuar operando clandestinamente. As ameaças do CCC, além de contribuírem para forjar o clima de medo que imperou em Curitiba, a partir de 1977, também alimentava entre a população a expectativa quanto a iminência de novos atentados. Tal sombra representada por esse grupo de ultradireita, criava um ambiente propício para que diante da deflagração de novas ações terroristas as suspeitas continuassem sendo atribuídas ao CCC, preservando assim a CSI-PR. Se ainda assim, a CSI-PR fosse apontada como suspeita, era melhor não ser a única.

Assim, foi sob esse contexto de medo e apreensão, que entre maio de 1977 e março de 1978, Curitiba tornou-se palco de uma série de atividades repressivas de caráter oficial e clandestino, envolvendo telefonemas e cartas ameaçadoras, perseguições, invasões, atentados, sequestros e outras formas de TDE praticados contra opositores da ditadura no estado do Paraná, cuja autoria foi atribuída tanto ao CCC, como à CSI-PR.

²⁰⁰ PADRÓS, Enrique Serra. *Repressão e violência: segurança nacional e terror de Estado nas ditaduras latino-americanas*. In: FICO, Carlos; FERREIRA, Marieta de Moraes; ARAUJO, Maria Paula Nascimento; QUADRAT, Samantha Viz (Org). *Ditadura e Democracia na América Latina*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008, p. 160.

3.1.1 A Carta Aberta ao Povo

Antes de abordarmos as diferentes práticas de TDE, que assolaram Curitiba, entre 1977 e 1978, justificamos que a escolha dessas ações repressivas resultou de uma incursão inicial pelos arquivos da Cúria Metropolitana da Igreja Católica do Paraná. Nesse acervo encontramos um livro de atas, datado de 1978, contendo uma pequena anotação feita por Dom Pedro Fedalto, na qual o então Arcebispo de Curitiba anotou alguns detalhes sobre alguns fatos relacionados a repressão política na capital paranaense durante a vigência da ditadura de SN brasileira:

Sequestro e prisões

A 17 de março de 1978, foi sequestrada em Curitiba, na Vila Camargo, a professora Juracilda Veiga, quando retornava das aulas na Escola do Cônego Camargo. No dia seguinte, foram presos 11 professores, jornalistas, ligados a duas escolas de crianças de 02 a 6 anos, tido como marxistas. Diante destes fatos, a Comissão Justiça e Paz de Curitiba reuniu-se, a tarde do sábado dia 18, às 16.30 hs, quando compareceram mais 200 pessoas exigindo uma carta aberta, o que foi feito. Esta carta foi levada, altas horas da noite, a todas as igrejas de Curitiba, para ser lida, no domingo seguinte. Causou profundo impacto em todo o Brasil. As consequências foram imediatas: a professora Juracilda Veiga foi colocada em liberdade, na mesma noite, em Registro [SP] e os 11 presos foram bem tratados e colocados em liberdade, uma semana depois. Vieram todos eles agradecer-me a interferência. Houve séria reação, por parte do governo estadual, meios políticos e empresariais. [Por] outro lado, os bispos receberam muito apoio. Foi um ponto alto da Igreja de Curitiba.²⁰¹

A *Carta Aberta ao Povo*, mencionada neste pequeno texto escrito por Dom Pedro Fedalto, acabou por tornar-se um libelo contra a violência (para)estatal que vinha assolando Curitiba, desde o primeiro semestre de 1977, culminando com o sequestro da professora e estudante de jornalismo, Juracilda Veiga, e as prisões políticas de onze membros de duas pré-escolas curitibanas - Oficina e Oca, em março de 1978.

Ao denunciar um conjunto de ações repressivas de caráter oficial e clandestino, ocorridos em 1977 e 1978, a *Carta Aberta ao Povo* galvanizou a insatisfação de setores organizados da sociedade civil que já vinham se rearticulando em Curitiba. Nesse contexto, a leitura desse documento - no dia seguinte aos últimos acontecimentos - nas paróquias da região metropolitana de Curitiba e sua imediata divulgação pela imprensa, permitiu que parte da opinião pública tomasse conhecimento das práticas de TDE que vinham se tornando recorrentes na cidade. Ao mesmo tempo, colaborou para a construção de um vigoroso movimento reativo que passou a pressionar e cobrar das autoridades estaduais e federais providências no sentido de coibir a violência (para)estatal que vinha se intensificando sob a inércia das autoridades da área de segurança local.

²⁰¹ ARQUIDIOCESE DE CURITIBA. Cúria Diocesana. Sequestros e prisões. Livro de Atas, 1978.

Ressalte-se que, além de denunciar as ações repressivas de caráter oficial protagonizadas pela CSI- PR, esse documento também apontava a sistemática utilização de práticas persecutória clandestinas atribuídas pela imprensa ao CCC, grupo paramilitar de extrema-direita que atuava impunemente no estado. Lembremo-nos que, como já mencionado anteriormente, pairavam dúvidas a respeito da real autoria dessas ações clandestinas, suspeitando-se que os órgãos de segurança locais estariam utilizando o acrônimo CCC para acobertar a real extensão de seu braço repressor.

Dada a abrangência das práticas de TDE denunciadas pela *Carta Aberta ao Povo*, optamos pela utilização daquele documento-denúncia elaborado pela própria sociedade civil, em 18 de março de 1978, como base de apoio para a definição das atividades que melhor espelhariam a violência repressiva que se abateu sobre Curitiba, entre 1977 e 1978.

Importa ressaltar que a origem e a forma como a denúncia desses ilícitos foi veiculada, ou seja, por meio da ação da sociedade civil e não exclusivamente por meio da imprensa, permitiu que seu conteúdo não fosse submetido ao filtro da censura oficial ainda vigente, apesar da política descompressiva em curso, o que conferia maior legitimidade a essa iniciativa. Portanto, foi a *Carta Aberta ao Povo*, cuja difusão em templos religiosos, associações de bairros, movimentos sociais etc., que permitiu ao cidadão comum conhecer os subterrâneos da repressão oficial e clandestina, em Curitiba, naqueles dois últimos anos (1977-1978).

A divulgação dos fatos inflou ainda mais a indignação e revolta de setores da população insatisfeitos com as ações e perenidade daquele Estado terrorista que já durava 14 anos, contribuindo para que indivíduos e/ou grupos de cidadãos liderados pela CJP-PR, investissem organizadamente contra a violência (para)estatal, por meio de um amplo movimento reativo contra os perpetradores do TDE que assolava Curitiba.

Portanto, antes de nos atermos aos fatos que sustentam essa perspectiva, vamos primeiramente conhecer a íntegra da *Carta Aberta ao Povo*, para em seguida, analisarmos pontualmente cada uma das práticas de TDE por ela denunciadas:

CARTA ABERTA AO POVO

Há alguns meses várias pessoas, entre eles estudantes, políticos, parlamentares, jornalistas, sociólogos, professores, advogados, religiosos e outras, passaram a receber ameaças, pressões e intimidações de uma organização clandestina que se auto denomina Comando de Caça aos Comunistas – CCC. Há meses um estudante do Setor de Ciências Humanas – Psicologia, da Universidade Federal do Paraná, foi misteriosamente sequestrado por elementos à paisana, que o mantiveram preso durante 48 horas e o abandonaram na cidade de Paranaguá.

NENHUMA AUTORIDADE SE RESPONSABILIZOU PELO OCORRIDO.

No início de fevereiro, um professor de Apucarana dirigiu-se ao DOPS desta capital para obter um atestado de antecedentes, sendo sequestrado, nas dependências daquela delegacia, permanecendo 5 dias sob tortura e todo tipo de pressão.

NENHUMA AUTORIDADE SE RESPONSABILIZOU PELO OCORRIDO

Nas últimas semanas, várias pessoas vinham sendo ostensivamente seguidas e suas casas vigiadas. Esta situação culminou com os seguintes fatos:

1) Na sexta-feira, 17 de março de 1978, por volta das 17 horas a jornalista, estudante e professora primária, JURACILDA VEIGA, ao dirigir-se da Escola Cônego de Camargo, no Bairro Alto à sua residência, distante poucas quadras, acompanhada de crianças escolares, foi interceptada por uma veraneio azul escuro, ocupada por três indivíduos, dois dos quais desceram da viatura, apresentando-se como policiais, lançaram-na violentamente dentro do carro, tomando rumo ignorado. As crianças foram atacadas com violência criando uma situação de pânico, voltando atônitas à escola.

NOVAMENTE, NENHUMA AUTORIDADE SE RESPONSABILIZOU PELO SEQUESTRO

2) Sábado, dia 28 de março, por volta das 6 horas da manhã, iniciou-se uma operação conjunta da Polícia Federal, que invadiu várias residências, desta vez com mandado de prisão e busca e apreensão, sendo presos:

- a) EDESIO FRANCO PASSOS – Advogado Trabalhista;
- b) LUIZ ALBERTO MANFREDINI – Jornalista;
- c) WALMOR MARCELINO – Jornalista;
- d) REINOLDO ATEM – Jornalista, e sua esposa SUELI ATEM – Economista;
- e) MARIA BERNADETE SÁ BRITO²⁰² – Historiadora;
- f) LÉO KESSEL – Professor;
- g) LÍGIA APARECIDA CARDIERI MENDONÇA – Socióloga;
- h) SÍLVIA REGINA PIRES MENDONÇA – Pedagoga e
- i) ANA MARIA LANGE

Os mandados determinavam apreensão de materiais didáticos de duas instituições com projetos educacionais independentes, sem quaisquer relações entre si: Associação de Estudos Educacionais – AED e Centro de Pesquisas e Avaliações Educacionais, ambas Sociedades Cívicas mantenedoras de escola para crianças de 2 a 6 anos de idade.

- Conforme Nota Oficial expedida pela Polícia Federal as prisões se ativeram a linha pedagógica, destas associações, consideradas contrárias à Segurança Nacional.

- Todas as casas das pessoas presas foram vasculhadas; livros e material didático foram apreendidos.

- Sob o pretexto de que as pessoas presas se encontram incomunicáveis, seus advogados estão sendo impedidos de se entrevistarem com seus constituintes, conforme assegura a lei. Por outro lado, o sequestro da jornalista, estudante e professora primária, JURACILDA VEIGA, continua envolto em mistério.

Chamamos também a atenção para o fato de que no mês de maio de 1977, quinze estudantes foram presos pela Polícia Federal, acusados de atos subversivos, tendo sofrido torturas psicológicas e, após sua soltura, seguidos em todos os seus passos. Seus processos foram arquivados por ausência de provas. No entanto, nenhum deles consegue até hoje obter atestado de antecedentes, emprego em qualquer instituição ou ausentar-se do país.

Em face desses fatos todos, a Comissão Regional de Justiça e Paz do Paraná, em conjunto com outras entidades profissionais, estudantis, educacionais, políticas, imbuídas das suas relevantes responsabilidades de defesa e garantias do cidadão, reuniu-se em Assembleia Geral realizada no dia 18/03/1978, na sede da Cúria Metropolitana de Curitiba, deliberando:

- 1) Manifestar de público seu repúdio às prisões e arbitrariedades enunciadas.
- 2) Manifestar sua preocupação pelo clima de terror e insegurança imposto à população que atinge até mesmo crianças.
- 3) Manifestar sua preocupação com as consequências de desdobramentos destes atos de violência.

EXIGIR DAS AUTORIDADES COMPETENTES:

- 1) A imediata libertação das pessoas presas.
- 2) O esclarecimento e a punição dos responsáveis pelo sequestro da jornalista Juracilda Veiga, repetição de atos anteriores semelhantes.

²⁰² O nome correto é Bernadete Sá Brito.

- 3) Apuração dos atos ilegais e ameaçadores do clandestino Comando de Caça aos Comunistas (CCC).
- 4) O respeito pelo Poder Público das garantias individuais e coletivas fundamentais. A Comissão Regional de Justiça e Paz, juntamente com as entidades representativas abaixo assinadas, permanecerá em Assembleia Permanente, até o cumprimento das deliberações tomadas por unanimidade.

Curitiba, 18 de março de 1978.²⁰³

3.1.2 As correspondências ameaçadoras do CCC

Foi por intermédio da *Carta Aberta ao Povo*, que parte da sociedade teve conhecimento de que “estudantes, políticos, parlamentares, jornalistas, sociólogos, professores, advogados, religiosos”, vinham “recebendo ameaças, pressões e intimidações de uma organização clandestina que se autodenomina Comando de Caça aos Comunistas – CCC”.²⁰⁴

Entre as diversas formas de intimidação promovidas pelo CCC durante a segunda metade da década de 1970, no Paraná - majoritariamente em Curitiba -, a mais frequente foi o envio pelo correio de correspondências com ameaças dirigidas aos opositores locais da ditadura de SN brasileira. Essa prática disseminou-se nos anos de 1977 e 1978, tendo atingido pessoas como:

- o estudante universitário Carlos Augusto Soares de Oliveira e a professora e estudante de jornalismo Juracilda Veiga; ambos sequestrados por indivíduos desconhecidos, respectivamente em 1977 e 1978;²⁰⁵
- o professor Léo Kessel²⁰⁶; a socióloga Lígia Cardieri²⁰⁷; o jornalista Reinoldo Atem²⁰⁸; o engenheiro Paulo Sá Brito; a historiadora Bernadete Zanetti; o

²⁰³ *Carta da Comissão de Justiça e Paz*. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 20 mar. 1978.

²⁰⁴ *Carta da Comissão de Justiça e Paz*. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 20 mar. 1978.

²⁰⁵ *Advogado ameaçado pelo CCC denuncia a polícia*. O Estado do Paraná, Curitiba, 5 dez. 1978.

²⁰⁶ Em sua página do Facebook, em 18 de setembro de 2017, Léo Kessel publicou um texto no qual afirma que quando deixou a prisão da PF em 1978, ao chegar em casa encontrou vários jornalistas a sua espera: “Parece que só eu não sabia que seria libertado naquela noite. Respirei aliviado quando a minha mulher assinou o recibo. Quando atendi ao telefone uma voz amigável perguntou por mim. – Quem quer falar com ele? perguntei cautelosamente. – Sou aluno do professor Léo. – Sim, pois não, sou eu mesmo. É só uma precaução contra trotes. – Seu comunista filho da puta!!! Você vai morrer!!! E desligou. Foi o começo de uma longa sequência de telefonemas, inclusive com ameaças assustadoras às crianças. Os telefonemas perduraram por mais de um ano. Cartas ameaçadoras começaram a chegar todas tendo por remetente Carlos Castelo Capelari, do bairro Orleans – Curitiba - PR. Entendi imediatamente que Carlos Castelo Capelari era uma forma de disfarçar a grafia de CCC – Comando de Caça aos Comunistas [...]. As cartas [...] continuaram chegando durante muito tempo. Eu andava pelas ruas em permanente estado de alerta. Passei a desconfiar de qualquer pessoa estranha que se aproximasse de mim.”.

²⁰⁷ *Polícia Federal já está concluindo o interrogatório dos 11 indiciados*. Diário Popular, Curitiba, 26 mar. 1978.

²⁰⁸ *Extrema direita assume em Minas a culpa da violência*. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 1 out. 1978, p. 18.

advogado Edésio Passos; e o jornalista Luís Manfredini, todos detidos pela CSI-PR na chamada Operação Pequeno Príncipe, em março de 1978;²⁰⁹

- religiosos como o arcebispo de Curitiba, Dom Pedro Fedalto; os bispos auxiliares de Curitiba, Dom Albano Cavallin e Dom Domingos Wianiewiski; o bispo de Palmas (PR), Dom Agostinho José Sartori; o padre Natalício José Weschenfelder, assessor regional da CNBB; entre outros;²¹⁰
- o advogado e presidente da CJP-PR, Wagner D’Angelis²¹¹; a presidenta do Movimento Feminino pela Anistia do Paraná (MFPA-PR), Neide de Azevedo Lima;²¹²
- diversos presidentes de Diretórios Acadêmicos da UFPR²¹³ e UCP.²¹⁴
- políticos do MDB, como os deputados estaduais Deni Schwartz, Nilso Sguarezi,²¹⁵ e Álvaro Dias;²¹⁶
- a pedagoga e fundadora da pré-escola Oficina, Zélia Passos,²¹⁷ o advogado José Kanawate²¹⁸, o advogado e conselheiro da OAB, José Lamartine Correia de Oliveira.²¹⁹

Segundo o *Jornal do Brasil*, foram enviadas “cartas ameaçadoras a cerca de 200 pessoas” no Paraná.²²⁰ Essas missivas constituíam-se de diferentes modalidades de textos ameaçadores: cartas, cartões de Natal e manifestos.

Os envelopes utilizados geralmente traziam como remetente o nome de Evaristo Asno; quanto ao endereço: “rua Vlado”; número “24”; cidade “Caçador”; estado de “São Paulo”. Provavelmente fazendo menção, respectivamente, ao arcebispo de São Paulo D. Paulo Evaristo Arns; a Vladimir Herzog, jornalista morto nas dependências do II Exército; o número (24) atestava a homofobia dos autores; o “caçador” que remetia a perseguição movida contra os opositores; e, “São Paulo” revelava que as ameaças partiam do mais poderoso aparato repressivo do país. Finalizando, foi possível verificar através dos carimbos dos envelopes, que

²⁰⁹ *Advogado ameaçado pelo CCC denuncia a polícia*. O Estado do Paraná, Curitiba, 5 dez. 1978.

²¹⁰ *Advogado ameaçado pelo CCC denuncia a polícia*. O Estado do Paraná, Curitiba, 5 dez. 1978.

²¹¹ *Advogado ameaçado pelo CCC denuncia a polícia*. O Estado do Paraná, Curitiba, 5 dez. 1978.

²¹² *A Comissão de Justiça e Paz repudia o CCC*. Tribuna do Paraná, Curitiba, 4 dez. 1978.

²¹³ Entre eles o já citado vice-presidente do Diretório Acadêmico Rocha Pombo do Paraná (DARPP), Carlos Augusto Soares de Oliveira.

²¹⁴ *A Comissão de Justiça e Paz repudia o CCC*. Tribuna do Paraná, Curitiba, 4 dez. 1978.

²¹⁵ *Advogado ameaçado pelo CCC denuncia a polícia*. O Estado do Paraná, Curitiba, 5 dez. 1978.

²¹⁶ *Álvaro Dias também ameaçado pelo CCC*. Tribuna do Paraná, Curitiba, 7 dez. 1978.

²¹⁷ *Advogado ameaçado pelo CCC denuncia a polícia*. O Estado do Paraná, Curitiba, 5 dez. 1978.

²¹⁸ DEAP. Acervo DOPS-PR. Comando de Caça aos Comunistas – CCC. Pasta: 246. Caixa: 26, p. 107.

²¹⁹ *OAB decide: CCC*. O Estado do Paraná, 9 dez. 1978.

²²⁰ *Advogado quer comissão da OAB para levantamento de atuação do CCC em Curitiba*. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 5 dez. 1978.

a maior parte das cartas foi remetida a partir da agência dos Correios da Alameda Nothmann, no bairro Paraiso; e, em menor número, da agência Penha de França, na Penha, ambas localizadas na capital paulista. O que se denota a partir do exposto é que para realizar essas ações foi necessário estabelecer uma espécie de parceria entre o CCC da capital paulista e de Curitiba, com funções bem definidas, como veremos mais adiante. Serão apresentados a seguir, quatro casos de ameaças do CCC operadas pela via das correspondências.

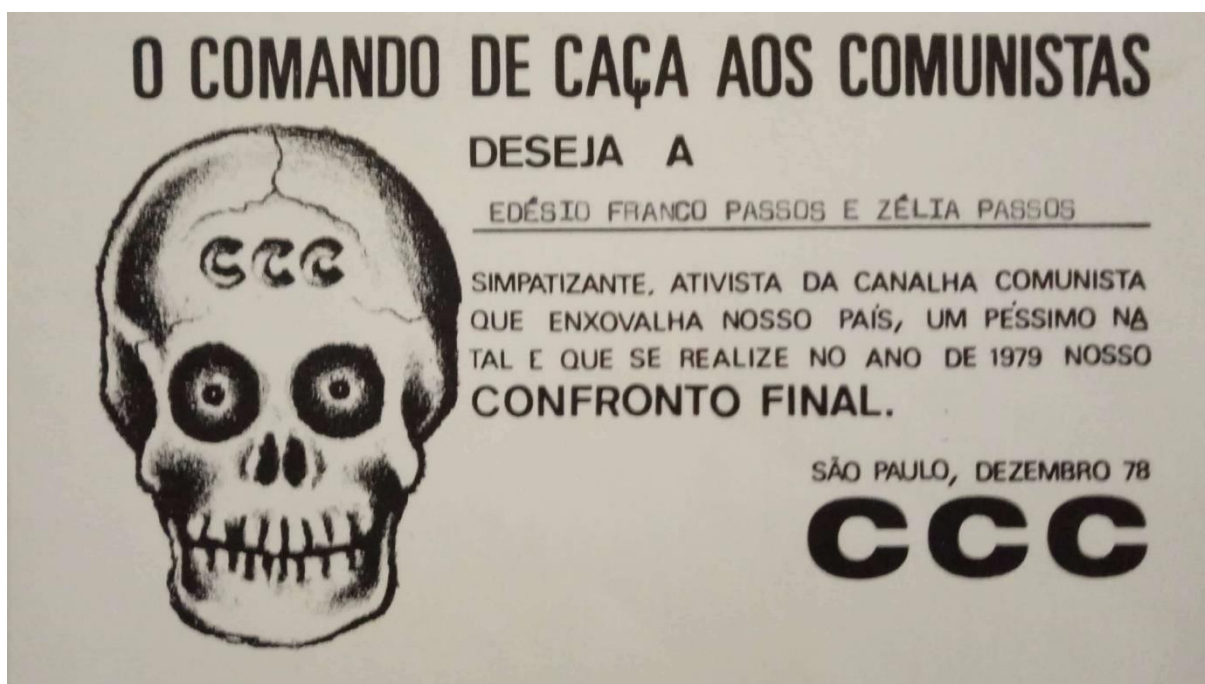


Ilustração 1: Cartão de Natal do CCC (1978)

O primeiro deles envolve o envio de pelo menos três cartas endereçadas à estudante de Jornalismo e professora primária Juracilda Veiga. Em depoimento prestado à DOPS-PR no âmbito do inquérito instaurado para investigar o sequestro do qual foi vítima em março de 1978, Veiga afirmou que:

[...] que desde o mês de julho [1977] vem recebendo cartas anônimas de um órgão intitulado COMANDO DE CAÇA AOS COMUNISTAS. Que as três primeiras cartas as recebeu em seu antigo endereço [...], enquanto a última a recebeu em princípio do mês de fevereiro do ano em Curso [1978], no endereço da Sucursal do Jornal O MOVIMENTO [...]; Que em todas as cartas recebidas ameaçava[m] a declarante de sequestro, ameaças morais e no seu entender até estupro, cujas cartas, após mostra-las a seus amigos [...] as destruiu, que na terceira carta recebida [...] mais ou menos no mês de outubro do ano passado [...] constava que a declarante seria sequestrada numa veraneio cor azul, inclusive acompanhando a mesma uma carteirinha da Cinemateca Guido Viaro, em nome de um estudante seu conhecido, vulgo “Carlão” [Carlos Augusto Soares de Oliveira], que anteriormente também sofrera um sequestro nos mesmos moldes de que foi vítima. Que nesses dias antes de receber esta carta, ainda lembra-se que a carteirinha recebida tinha a fotografia de “Carlão”, com quem

conversou posteriormente, sendo informada pelos mesmo que seus documentos [...] ficaram de posse dos sequestradores.²²¹

Portanto, Juracilda Veiga vinha recebendo as missivas do CCC desde julho de 1977. Entre as diversas intimidações merece destaque o aviso de que seu sequestro era iminente. Isso se materializou em 17 de março de 1978, após os sequestradores enviarem uma última carta que, além de reiterar a antiga advertência, ainda trazia no interior do envelope um documento pertencente a um estudante universitário que havia sido sequestrado há poucos meses e despojado de alguns de seus pertences, entre eles a carteirinha da Cinemateca do Museu Guido Viaro (esse detalhe será novamente abordado na sequência do texto).

O segundo caso envolvendo o envio de cartas pelo CCC - desta vez assinada como “CCC – Ala 233” -, teve como destinatário o advogado e presidente da CJP-PR, Wagner D’Angelis, em 1978. No texto, os remetentes afirmavam que essa nova denominação resultava da insatisfação do grupo diante da divulgação pelo semanário *Em Tempo*, de uma lista com os nomes de 233 agentes acusados de torturas contra presos políticos em todo o país.²²²

A linguagem utilizada na redação desse documento ilustra o radicalismo anticomunista que dava suporte as práticas desse grupo clandestino:

Comando ala 233

Caro amigo (a)

Parabenizamos-lhe ter sido escolhido, junto de selecionada pesquisa, em que nos propusemos escolher os comunas mais fajutos da paróquia. Tal galardão lhe obriga entre outras coisas a manter viva a corrente que passamos a detalhar e que você deverá ensinar a seis pessoas de sua corriola: Toda terça-feira, deverá frequentar uma igreja pra-frente e escutar atentamente um sermão (haja saco) de Albano Cavalin ou de Yves Pouliquen. Em seguida cantar em latim a Internacional. Após, rezar da seguinte maneira: Marx e Lênin, guias intemoratos das massas trabalhadoras, fazei que nosso país vire rapidamente uma esculhambação socialista, que nós, esquerda festiva, consigamos várias sinecuras às custas da classe operária. Livrai-nos do CCC do GAC e do MAC. Amém. Sentimo-nos na obrigação, sem querer aterrorizá-lo, avisá-lo que cidadãos que se negaram a manter viva esta corrente, após isso, se fuderam em dó maior, exemplos D. Adriano Hipólito, coronel Tarcísio, Laudo Natel, puta Juracilda Veiga, pedagogo Walmor Marcelino, deputado Scarpelini, bicha Ari Toledo, Carlos Augusto de Oliveira, líder estudantil e o liquidificador de massa Francisco Dias Vermelho. Basta fielmente, transmitir o que lhe foi ensinado que nada lhe acontecerá, mesmo que o CCC já esteja em vistas de lhe tirar o pelego a unha. Atenciosamente.²²³

Por meio da imprensa, e na condição de presidente da CJP-PR, Vagner D’Angelis denunciou não somente as ameaças à sua integridade física, mas também a extensão

²²¹ DEAP. Acervo DOPS-PR. DOPS Inquéritos. Pasta: 94. Caixa: 800A.

²²² *Presos denunciam 233 torturadores*. *Em Tempo*, São Paulo, 26 jun./2 jul. 1978, p. 6-7. Disponível em: https://acervo.fpabramo.org.br/uploads/r/centro-sergio-buarque-de-holanda-csbh-fpa/0/2/a/02abde68af23adf02de0c57b72db6979a5fde93316de2b3849f8fe40d6959e2f/J_EM_TEMPO_1978_0017_baixa.pdf. Acesso em: 1 nov. 2022.

²²³ DEAP. Acervo DOPS-PR. Comissão de Justiça e Paz. Pasta: 257. Caixa: 27, p. 219.

dessa prática terrorista à inúmeros outros desafetos do CCC. Em entrevista ao Jornal O Estado do Paraná, D'Angelis declarou que:

Os bispos dom Albano Cavalin e dom Domingos Wisniewski, e mais 10 eclesiásticos receberam o já divulgado pela imprensa “cartão de Natal” do Comando de Caça aos Comunistas. Além deles alguns jornalistas, a professora Neide de Azevedo Lima, presidente do Movimento Feminino pela Anistia, seção do Paraná, e vários presidentes de diretórios acadêmicos da UFP e UCP também foram contemplados com a “gentileza de Natal”.²²⁴

Ao secretário de segurança pública do Paraná, general Alcindo Gonçalves, foi enviada uma carta-denúncia em nome da CJP-PR, informando que Wagner Rocha D'Angelis, seu diretor presidente, havia recebido em 3 de agosto de 1978:

[...] uma carta apócrifa em que consta como destinatário, enviada no endereço da Associação dos Professores do Paraná. A referida missiva, como se denota, passou pelo “Centro de Triagem” de Agência dos Correios e Telégrafos de Curitiba, em 01/08/1978, constando como remetente o nome de “Amadeu Liberato Andrade” [...] já se tem tornado frequente o uso de tais expedientes espúrios, por grupos clandestinos neste estado agindo sempre sob a denominação de “Comando de Caça aos Comunistas”. Relembramos a V. Excia., que sob a chancela de tal organização, sequestrou-se em Curitiba, em 1977, o estudante Carlos de Oliveira – o Carlão (da U. F. P.); e, violentamente, sob olhares atônitos de inúmeras testemunhas, sequestrou-se a professore e estudante de Comunicações Sociais, Juracilda Veiga, em 17 de março do corrente, e que por mais de 30 horas foi mantida em cativeiro, sob torturas físicas. E mais, cartas ameaçadoras do CCC foram recebidas por dezenas de cidadãos desta comunidade, muitos deles eclesiásticos da Arquidiocese local. Agora, continuando em suas ações intimidatórias, volta a agir o escuso organismo, enviando carta anônima, intitulada “Corrente Ala 233”, com os costumeiros envolvimento políticos inconsistentes e as ameaças de praxe. Evidencia-se, assim, a existência real desse grupo, cujas ações são por demais públicas e notórias para atestar-se em contrário. DADO O EXPOSTO, é o presente para fazer chagar as mãos de V. Excia, tais fatos e os documentos comprobatórios já mencionados, para registro oficial do aludido, em colaboração com essa Secretaria de Segurança Pública, visando sempre a tranquilidade social da comunidade.²²⁵

A ênfase dada pelos autores do texto a “existência real” do CCC e a afirmação de que a notoriedade das ações desse grupo não deixava margem para qualquer posicionamento contrário, será melhor explicitada mais adiante. No entanto, em linhas gerais, o que motivou os autores da carta a cobrarem de forma mais assertiva o secretário foi a relutância até então demonstrada pelas autoridades da área de segurança local em reconhecer um problema que vinha se estendendo há mais de um ano e sobre o qual Alcindo Gonçalves negava-se a determinar qualquer tipo de investigação.

O terceiro caso relacionado as “cartas do CCC” envolveu o engenheiro Paulo Sá Brito e a historiadora Bernadete Zanetti, que receberam no final de 1978, um cartão de Natal com a imagem de uma caveira. Segundo Brito, três fatores o transformaram em alvo do CCC: ter sido

²²⁴ *Justiça e Paz repudia*. O Estado do Paraná, Curitiba, 3 dez. 1978.

²²⁵ DEAP. Acervo DOPS-PR. Comando de Caça aos Comunistas (CCC). Pasta nº 247. Caixa nº 26, p. 206-207.

um dos onze presos na Operação Pequeno Príncipe; sua militância no Movimento de Emancipação do Proletariado (MEP); e sua ligação com a sucursal curitibana do semanário alternativo oposicionista, *Em Tempo*.

Sobre o clima de terror vivido por sua família na época, Brito afirmou que:

Dormíamos com a porta de entrada da casa travada por uma mesa, de forma que se alguém tentasse entrar teria enormes dificuldades. Não lembro quanto tempo durou essa loucura. Alguns dias. Talvez duas ou três semanas. Talvez meu excesso de zelo se devesse ao fato de eu ter recebido, no final do ano, um cartão do CCC, encimado por uma caveira com balas na testa, afirmando que naquele ano seria nosso encontro final.²²⁶

Em relação a Bernadete Zanetti, pesou a enorme exposição de seu nome, publicado no jornal *O Estado de São Paulo*, na chamada “Lista do Frota”, uma relação de 97 pessoas taxadas de “subversivas” e acusadas de infiltração nas administrações estaduais e federal.²²⁷ Divulgada em novembro de 1977, pelo recém-demitido ex-ministro do Exército, general Sylvio Frota, essa lista foi responsável pela estigmatização, demissões e perseguições - oficiais e clandestinas - às pessoas denunciadas pela tal reportagem. Esse foi o caso de Zanetti que, conforme atesta uma anotação em sua ficha nos arquivos da DOPS-PR, datada de 15 de março de 1978:

[...] foi demitida do IPARDES [Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social] órgão vinculado a Secretaria de Planejamento, pelo governador, por motivo “exclusivamente político”.²²⁸

Naquele contexto marcado pela disseminação do discurso anticomunista como principal ferramenta ideológica da ditadura, os dissidentes eram fortemente estigmatizados por parte da coletividade. Assim como no caso de Zanetti, muitos foram demitidos de seus empregos (sem justificativa), vigiados, perseguidos sistematicamente pelos órgãos repressivos oficiais, além de tornarem-se alvo de grupos clandestinos como o CCC. Além disso, não conseguiam arrumar empregos, participar de concursos, ingressar em universidades, viajar para o exterior etc., pela impossibilidade de obterem os chamados “atestados ideológicos” fornecidos pelos/as Departamentos/Delegacias de Ordem Política e Social dos estados. Uma vez somados, todos esses fatores colaboravam para ampliar paulatinamente o isolamento dos opositores, que viam ainda seus amigos se afastarem temendo represálias do governo e do braço clandestino da repressão estatal.

²²⁶ BRITO, Paulo de Albuquerque Sá. Invasão do jornal *Em Tempo*. Destinatário: José dos Santos de Abreu. Florianópolis, 21 ago 2014. 1 mensagem eletrônica.

²²⁷ Além de Bernadete Zanetti também fizeram parte da lista no Paraná: Carmen Regina Bot Ribeiro e Suely Muniz, tendo sido seus companheiros, respectivamente, Paulo Albuquerque Sá Brito, Cláudio Ribeiro e Reinoldo Atem, citados indiretamente.

²²⁸ DEAP. Acervo DOPS-PR. Bernadete Zanetti Sá Brito. Nº 05.945. Nº Filme: 2262/01.

O último caso, envolveu o estudante de Psicologia e presidente do Diretório Acadêmico Rocha Pombo do Paraná (DARPP), da Universidade Federal do Paraná, Carlos Augusto Soares de Oliveira, o “Carlão”, que recebeu uma correspondência do CCC, denominada “Manifesto ao Povo Paulista”, datado de 29 de setembro de 1977, informando que:

Os integrantes do verdadeiro C. C. C. – Comando de Caça aos Comunistas – profundamente revoltados com a atitude covarde de certas autoridades e, por outro lado, com a atitude destrutiva dos agitadores, estudantes, profissionais, pseudo-artistas, intelectuais, juristas etc., vem esclarecer o seguinte:

1) As recentes manifestações estudantis, pretensamente reivindicatórias, são, na verdade, produto de um esquema nacional de subversão, o qual se subordina a um plano de rebelião mundial contra a democracia e nosso nacionalismo. Assim começou na FRANÇA, PORTUGAL, ARGENTINA e agora novamente ferve em nossa Pátria. As falsas lideranças estudantis, a soldo de MOSCOU e PEQUIN (sic), apregoam que o governo não quer diálogo com a classe política ou estudantil, mas quando o Sr. Presidente da República o tenta, recusam qualquer contato com o governo alegando que qualquer reforma é inviável dentro do atual regime. Querem destruí-lo, vender seu próprio país a potências estrangeiras e destruir nosso nacionalismo, nossa liberdade, nossas famílias e fragmentar a nação em um mar de sangue. Pedem democracia e propugnam um regime de exceção e sanguinário, pedem uma Constituição e para consegui-la copiam os moldes moscovitas. Aos verdadeiros nacionalistas ficou bem demonstrada a má fé desses canalhas.

2) Querem os comunistas que a revolução de trinta e um de março faça em um dia o que eles não fizeram nos quase 40 anos que antecederam o movimento revolucionário nacionalista e democrático que veio por um ponto final na baderna, levando o país a nova era de prosperidade e justiça social.

3) Na verdade, tanto os agitadores de 1966/68 como os de agora não são capazes de apresentar algo de concreto; não discutem, não apresentam projetos, não se representam. Apenas sabem deturpar a verdade, aproveitando-se demagogicamente de certas situações que eles mesmos criam, com a cobertura de jornalistas comunistas, cujos padrões complacentes e vendilhões da pátria, permitem em seus jornais uma constante comunicação as massas de ideias forjadas nas mentes deturpadas.

4) Diante da agitação constante dos estudantes e de outros setores, faz-se considerar que recordemos o passado e comparemos as situações. Da comparação, salta aos olhos a repetição do quadro subversivo de 1964/68, onde os comunistas assassinaram friamente o estudante Edson Souto no Rio de Janeiro, e acusaram a “Ditadura Assassina”, como responsável.

Na verdade, os culpados foram os próprios estudantes agitadores e comunistas que na certa não iriam aguardar rosas como resposta aos tiros, pedras e bombas lançadas contra os policiais.

5) os agitadores atuais lançam criminosamente a juventude contra a polícia esperando conseguir um novo “Edson”, culpar o governo pelo massacre, e conseguir clima psicológico para a criação de bases logísticas para o desencadeamento da guerrilha urbana. Concomitantemente, através dos órgãos de informações e procedimentos criminais, procuram criar clima hostil contra a figura de nosso excelente Secretário de Segurança Pública, coronel Erasmo Dias, objetivando colocar aquela autoridade numa situação difícil, de modo que o mesmo sintasse constrangido a não mais combater a subversão.

6) na noite do dia 25 de setembro de 1977, diante da situação caótica que atravessamos, os antigos coordenadores do C. C. C. reuniram-se e decidiram novamente empreender luta sem trégua à canalha vermelha e aos homens públicos corruptos e complacentes que traiçoeiramente golpeiam a revolução de 31 de março e a pátria brasileira.

Vamos novamente à luta antigos camaradas, para pôr um ponto final nessa situação vergonhosa, à insídia vermelha e à corrupção responderemos com a resistência nacionalista radical. A violência será respondida com a violência da pátria indignada e estremeçada.

São Paulo, 29 de setembro de 1977.

COMANDO DE CAÇA AOS COMUNISTAS.²²⁹

No envelope aparece o nome de Carlos Oliveira como destinatário, tendo como endereço o diretório Rocha Pombo, à rua General Carneiro, nº 460, 1º andar, onde localiza-se o prédio da reitoria da UFPR. O CCC assina como remetente, usando o endereço da Cúria Metropolitana de São Paulo, capital, obviamente em referência a atuação dessa entidade em defesa dos direitos humanos, através da CJP-SP, sob a liderança de Dom Paulo Evaristo Arns.

De acordo com o depoimento de Carlos Oliveira a DOPS-PR, em 1977, vários de seus amigos “receberam manifestos de uma instituição clandestina denominada Comando de Caça aos Comunistas [...] endereçadas ao Diretório Acadêmico Rocha Pombo”.²³⁰

Concluída essa primeira exposição envolvendo algumas das ações protagonizadas pelo CCC, denunciadas pela *Carta Aberta ao Povo*, a próxima abordagem terá como foco uma ação repressiva, dessa vez de caráter oficial, operada pela CSI-PR, em 1977.

Nesse episódio, as vítimas da repressão estatal foram quinze estudantes universitários curitibanos que participavam de atividades voltadas para a reorganização em nível nacional das entidades representativas estudantis envolvidas nas lutas por melhorias na educação e pela redemocratização do país.

Em meio a nova conjuntura de liberalização política que se desenhava a partir de 1976, marcada entre outros, pela (re)emergência de novos e antigos movimentos populares, constituídos em torno de demandas e pautas diversas, processava-se uma espécie de reascensão do movimento estudantil em todo o país, sobretudo a partir de 1977.

Foi no bojo desse quadro de lutas envolvendo o meio universitário nacional que uma ação truculenta operada pela CSI-PR, e posteriormente denunciada pela *Carta Aberta ao Povo*, um grupo de estudantes curitibanos foi preso pela DOPS-PR e PF-PR.

3.1.3 As prisões dos estudantes universitários curitibanos (1977)

Naquele contexto da segunda metade da década de 1970, para setores do movimento estudantil universitário, reivindicações como o direito à liberdade de organização e participação nos debates sobre as questões nacionais, somente seriam alcançadas com a superação daquela ditadura classista e excludente. Portanto, eliminar aquele arcabouço político, econômico, jurídico e repressivo da ditadura, instaurado a partir do golpe de 1964, em paralelo com a

²²⁹ DEAP. Acervo DOPS-PR. DOPS Inquéritos, op. cit.

²³⁰ DEAP. Acervo DOPS-PR. DOPS Inquéritos, op. cit.

interdição dos diversos atores sociais mobilizados em torno das lutas por mudanças estruturais que atendessem as necessidades da maioria da população, exigia a aglutinar os amplos setores da sociedade em torno da bandeira da redemocratização do país.

Nesse sentido, para o movimento universitário era emblemática a retomada dos mecanismos de representação estudantil, o que permanentemente colocava na ordem do dia a recriação da União Nacional dos Estudantes (UNE), interdita após o golpe de 1964, como uma de suas principais bandeiras em 1977.

Além da reativação de sua principal organização representativa, no espectro mais amplo, buscavam os estudantes intensificar paulatinamente o processo de reorganização da representação acadêmica, organizar ações pela anistia ampla, geral e irrestrita, defender a instalação de uma assembleia constituinte, lutar pelo reestabelecimento do Estado de direito, denunciar a violência do aparato repressivo estatal da ditadura etc.

Em maio de 1977, em Curitiba, a CSI-PR acompanhava os passos dos estudantes no ambiente universitário através de agentes infiltrados, colaboradores internos e da própria Assessoria de Segurança e Informação (ASI) - braço do SNI -, instalada na Universidade Federal do Paraná. Além disso, a repressão esmerava-se em acompanhar também os movimentos das organizações da sociedade civil e as vinculações que vinham se estabelecendo entre o movimento estudantil, entidades de classe, trabalhadores e o partido de oposição.

Foi nesse contexto de remobilização da sociedade civil que ocorreram as prisões de quinze estudantes em Curitiba, numa operação encabeçada pela DOPS-PR, e secundada pela PF-PR, que instaurou um inquérito para investigar os universitários acusados de “subversão”. De acordo com denúncia posteriormente veiculada pela *Carta Aberta ao Povo*, nessa operação contra o movimento universitário, “quinze estudantes foram presos pela Polícia Federal, acusados de atos subversivos, tendo sofrido torturas psicológicas e, após sua soltura, seguidos em todos os seus passos”.²³¹

O episódio das prisões em Curitiba se conectava com um acontecimento ocorrido na véspera do feriado de primeiro de maio, em São Paulo, quando uma denúncia telefônica anônima aos órgãos de segurança:

[...] levou ao cerco e detenção de três estudantes-operários que estavam a bordo de um veículo transportando panfletos que serviriam para convocar os trabalhadores para manifestações de protesto no dia do Trabalho. Foram presos Celso Giovanetti Brambilla, José Maria de Almeida e Márcia Basseto Paes. A prisão dos três levou a detenção de mais cinco jovens: Ademir Mariani, Fernando Antônio de Oliveira Lopes, Anita Maria Fabri, Fátima Dwek e Cláudio Lúcio Gravina.²³²

²³¹ *Carta Aberta ao Povo*.

²³² DEAP. Acervo DOPS-PR. Série Dossiês: Pasta nº 50-Z-O-15381.

A prisão e a incomunicabilidade desse grupo de oito estudantes universitários da USP, PUC-SP e Universidade Federal de São Carlos, todos militantes da organização clandestina Liga Operária - quatro deles também metalúrgicos da região do ABC paulista - foi o estopim de inúmeros protestos que se alastraram por todo o país, inclusive em Curitiba.²³³

Nos primeiros dias após as prisões em São Paulo, enquanto fervilhavam as manifestações estudantis na capital e interior paulista, estudantes universitários de outros estados se mobilizavam organizando atos de solidariedade e apoio. Em Curitiba, os órgãos de segurança tentaram impedir que os estudantes da UFPR e da UCP realizassem uma assembleia geral metropolitana em protesto contra a prisão dos oito estudantes-operários paulistas.²³⁴

Em sua edição do dia 11 de maio de 1977, o jornal O Estado de São Paulo, descrevia as prisões ocorridas dois dias antes na capital paranaense:

Em Curitiba, oito alunos da Universidade Federal foram presos quando saiam, de madrugada, da reunião preparatória à assembleia metropolitana prevista para hoje. Os órgãos de segurança, oficialmente, desconheciam as prisões, mas uma comissão de diretórios revelou os nomes dos estudantes detidos: Ana Cláudia Muller, Ana Carolina Muller, Cláudio Gama Fajardo, Geraldo Pola, Ivo Augusto Punhaloni, Josildo Soares, Jorge Luiz e Heitor Luiz Gioppo, de apenas 17 anos. Ontem, 16 entidades estudantis de Curitiba resolveram manter a realização da assembleia, estendendo os protestos também às prisões realizadas no Paraná, além das de São Paulo.²³⁵

Enquanto o jornal O Estado de São Paulo afirmava que oito estudantes haviam sido detidos em 9 de maio, dois dias após esse episódio, o secretário de segurança pública, general Alcindo Gonçalves, declarou à imprensa que:

[...] todos os 17 estudantes que haviam sido detidos na noite de segunda-feira foram libertados [na manhã de 11 de maio]. "Tanto Isto é verdade que eles estavam participando da assembleia *desta* manhã, embora não tenham se manifestado". acrescentou. — Os estudantes detidos — disse ainda o General - já vinham sendo alvo de observação por parte da Dops. Foram presos porque distribuíam panfletos considerados subversivos, convocando seus colegas para *a assembleia*. O General, contudo, no curso de sua entrevista à imprensa, reconheceu que os tais panfletos "não tinham inspiração comunista, representavam uma contestação à ordem vigente". Acrescentou que os estudantes "tiveram sua integridade física e moral respeitada" nas delegacias por onde passaram, a da Dops e a da Polícia Federal. E que eles não foram presos, "mas detidos para averiguações". Gonçalves negou-se a informar os nomes dos estudantes detidos, garantindo que nenhum deles era menor de idade, e que a partir daquele momento seria da "Polícia Federal a competência para decidir se eles [seriam] ou não processados".²³⁶

²³³ CANCIAN, Renato. *Movimento estudantil e repressão política: o Ato Público na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1977) e o destino de uma geração de estudantes*. São Carlos: UFSCar, 2009, p. 100.

²³⁴ CANCIAN, Renato, op., cit., p. 105.

²³⁵ *Novas prisões, em Curitiba e São Carlos*. O Estado de São Paulo, São Paulo, 11 maio 1977.

²³⁶ *General anuncia libertação de estudantes presos em Curitiba*. O Globo, Rio de Janeiro, 12 maio 1977.

A Assembleia Metropolitana anunciada nos panfletos distribuídos pelos estudantes detidos, ocorreu no dia 11 de maio - dois dias após as prisões -, quando em sintonia com outras manifestações realizadas em diversos pontos do país, o movimento universitário curitibano expressou sua solidariedade aos presos de São Paulo. De acordo com o jornal O Globo, logo pela manhã os quarteirões centrais de Curitiba foram bloqueados:

[...] por 800 soldados da PM, para impedir que a concentração de 1 mil estudantes na reitoria da UFPR se transformasse em uma passeata. Na saída, um universitário foi preso por estar "debochando da autoridade", conforme disse um sargento PM. [...] A ação policial em Curitiba começou por volta das 8h, com o bloqueio dos acessos à reitoria da UFPR, local da assembleia. Mais tarde, até as linhas de ônibus foram desviadas da área, com a cidade ficando praticamente paralisada das 11h às 13h, tempo de duração do encontro. Os estudantes se reuniram no pátio interno da Reitoria e começaram a assembleia cantando Roda Viva, de Chico Buarque; então foi formada a mesa diretora, com representantes de vários Diretórios Acadêmicos. Ficou decidido manter "uma assembleia metropolitana permanente de apoio aos colegas presos" e fazer nova reunião no dia seguinte, quando os estudantes votarão uma greve geral por tempo indeterminado. No encontro foram lidos diversos manifestos dirigidos à população e às autoridades, esses pedindo esclarecimentos sobre as prisões realizadas há três dias, além do pedido para que o Reitor se manifestasse sobre elas. Começada a assembleia, os soldados da PM, armados com cassetetes de madeira, fizeram um cordão de isolamento em torno da Reitoria, não permitindo a saída de "elementos suspeitos" (estudantes), nem a passagem dos moradores dos prédios vizinhos. Um major disse que a ordem do Comando era para não deixar que os estudantes saíssem em grupos, podendo-se usar até de violência caso insistissem. O comércio da área fechou as portas. A polícia não entrou na Reitoria, a não ser, segundo os estudantes, alguns fotógrafos da Secretaria de Segurança; um helicóptero [...] sobrevoou o local. No fim da reunião, os líderes pediram que os colegas "não aceitassem qualquer tipo de provocação policial, saindo com calma". A princípio o Comando da PM não permitiu que ninguém deixasse a área, mas revogou a proibição logo depois, determinando que a saída fosse em grupos pequenos e rapidamente dispersados. Mesmo depois de tudo terminado na Reitoria, o esquema de policiamento continuou, inclusive a proibição de carros estacionarem na Zona comercial. Houve particular atenção na área da Faculdade de Direito, mais próxima do Centro, cujos alunos divulgaram comunicado de duas páginas pedindo "justiça e liberdade".²³⁷

Para investigar a "subversão" no meio estudantil paranaense foi então instaurado o Inquérito Policial de nº 46/77, pela Polícia Federal do Paraná. Dos quinze estudantes universitários detidos no dia 9 de maio de 1977, oito foram incurso no artigo 45, itens I, II e VI, do Decreto-Lei 898, de 29 de setembro de 1969, da Lei de Segurança Nacional.

O acesso a esse documento, permite observar que a motivação para a abertura daquele "procedimento investigatório" se deu "com base nas informações e elementos materiais" que consubstanciavam "propaganda subversiva, produzida e distribuída por um grupo de universitários, visando atingir à população em geral e alguns setores específicos, como o estudantil e o operário".²³⁸

²³⁷ *PM para Curitiba por passeata*. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 12 maio 1977.

²³⁸ DEAP. Acervo DOPS-PR. DPF-1977. Pasta: 690ª. Caixa: 79, fls. 30-49.

Os oito estudantes indiciados foram: Ivo Augusto de Abreu Pugnaroni, 24 anos; Cláudio Gamas Fajardo, 25 anos; José Buffo Filho, 19 anos; Norberto Antônio Petri, 23 anos; Heitor Luiz Giopo, 17 anos; Ana Cláudia de Paula Muller, 19 anos; Romeu Moreira Brum, 23 anos; e Ivar Pereira Saldanha, 20 anos. Registre-se que, diferente do que foi afirmado pelo Secretário de segurança pública, um dos estudantes, Heitor Giopo, de dezessete anos, portanto, menor de idade, não só foi preso como também sofreu indiciamento.²³⁹

De acordo com o Inquérito Policial nº 46/77, os oito universitários seriam responsáveis pelos seguintes atos incriminatórios:

- 1) ter participado de uma assembleia de estudantes realizada no Centro Politécnico, no dia 06.05.77, que teve por finalidade aprovar uma “Carta Aberta à População” [...], assim como organizar uma “comissão” incumbida de promover a realização de uma nova assembleia;
- 2) Haver aderido e integrado a referida “comissão”, que se encarregou de divulgar e promover a assembleia marcada para 11.05.77;
- 3) Ter, na qualidade de membro da citada “comissão” participado da impressão e distribuição do panfleto denominado “TODOS À ASSEMBEIA METROPOLITANA, QUARTA 11/05/77”.
- 4) Haver sido encontrado em situação presumível de panfletagem, no dia 09.05.77, além de ter achado de posse do material incriminado.²⁴⁰

Em relação aos detidos que não foram indiciados, o relatório final do inquérito, aponta que na “oportunidade da inquirição dos indiciados [...], foram reduzidas a termo as declarações de outros estudantes encontrados em situação semelhante às daqueles, sem que, contudo, se conseguisse elementos suficientes para indicição”.²⁴¹

O estudante Ivo Pugnaroni, um dos oito presos e indiciados, relembrou esse episódio em entrevista concedida ao projeto Depoimentos para a História.²⁴² Pugnaroni, que era estudante de Engenharia Elétrica na UFPR, reiterou que a principal motivação para os protestos em maio de 1977 em Curitiba, foram as prisões de universitários-operários do ABC paulista, flagrados quando colavam cartazes nas fábricas da região. As notícias que circularam sobre as prisões e a aplicação de torturas aos estudantes presos causou grande comoção, e em Curitiba não foi diferente.²⁴³

A luta dos estudantes paranaenses contra o Decreto- Lei 477/69, conhecido como o AI-5 das universidades, que proibia manifestações políticas de professores, servidores e de

²³⁹ DEAP. Acervo DOPS-PR. DPF-1977. Pasta: 190A.Caixa: 79, fls. 30-37.

²⁴⁰ DEAP. Acervo DOPS-PR. DPF-1977. Pasta: 190A.Caixa: 79, fls. 30-37.

²⁴¹ DEAP. Acervo DOPS-PR. DPF-1977. Pasta: 190A.Caixa: 79, fls. 30-37.

²⁴² Iniciativa da DHPaz - Sociedade Direitos Humanos para a Paz, que integra o Projeto Marcas da Memória, da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, sob a Coordenação do Grupo Tortura Nunca Mais – Paraná, encabeçado pelo ex-presos político e militante dos direitos humanos, Narciso Pires.

²⁴³ SOCIEDADE DE DIREITOS HUMANOS PARA A PAZ – DHPAZ. Projeto Depoimentos para a história: a resistência à ditadura militar no Paraná. Entrevistado: Ivo Pugnaroni. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=PZdtGH8NvPQ>. Acesso em: 17 ago. 2021.

estudantes na universidade se processava há anos, e galvanizava outras bandeiras de luta que passavam pela melhoria das condições de ensino, encampando naquele momento a insatisfação com os preços elevados das refeições no restaurante universitário da UFPR.

Assim, decidiram unificar as múltiplas pautas do movimento, e convocar uma assembleia geral com o objetivo de chamar a atenção da sociedade para as reivindicações do meio estudantil universitário e para denunciar e protestar contra as prisões em São Paulo e pela volta das liberdades democráticas.²⁴⁴

Segundo Pugnaroni, enquanto vários estudantes tomavam chopp no centro da cidade, inclusive com a presença de calouros, a Polícia Militar - portando fotografias - chegou ao local e começou a prender vários estudantes. Doze detidos foram levados para a DOPS-PR, onde mantidos em celas com três a quatro pessoas aproximadamente até as duas horas da manhã. Quando pediam para ir ao banheiro eram encapuzados e durante o trajeto, espancados pelos agentes.

Pugnaroni, relembra com indignação o caso de algumas moças cujo pai era delegado e que apanharam muito dos policiais. Recorda que depois das duas horas da manhã foram transferidos da DOPS-PR, para a carceragem da PF-PR, onde passaram muito frio, acrescentando ainda que pela manhã, seus depoimentos foram tomados na presença de um homem trajando paletó e gravata, corte de cabelo estilo militar, e que lhe pareceu ser oficial das Forças Armadas ligado ao DOI-CODI-5ª RM.²⁴⁵

Pugnaroni afirma que os detidos não sofreram violência na PF-PR e que após nova transferência para a DOPS-PR, onde foram registradas suas impressões digitais, foram todos liberados. Apesar disso, assevera ter sido vigiado pela CSI-PR durante aproximadamente oito meses após sua libertação.²⁴⁶

Graduando em Psicologia e dirigente do DARPP, Carlos Augusto Soares de Oliveira - que seria sequestrado ainda naquele ano, como veremos adiante -, foi um dos estudantes que conseguiu escapar das prisões do dia 9 de maio de 1977. Carlão, como era conhecido, explicou que após conseguir fugir dos policiais, embarcou naquela mesma noite para São Paulo.

Na capital paulista participou de uma assembleia na USP, onde fez a leitura de um manifesto denunciando as prisões em Curitiba. Em seguida deslocou-se para o Rio de Janeiro,

²⁴⁴ SOCIEDADE DE DIREITOS HUMANOS PARA A PAZ – DHPAZ. Projeto Depoimentos para a história: a resistência à ditadura militar no Paraná. Entrevistado: Ivo Pugnaroni, op. cit.

²⁴⁵ SOCIEDADE DE DIREITOS HUMANOS PARA A PAZ – DHPAZ. Projeto Depoimentos para a história: a resistência à ditadura militar no Paraná. Entrevistado: Ivo Pugnaroni, op. cit.

²⁴⁶ SOCIEDADE DE DIREITOS HUMANOS PARA A PAZ – DHPAZ. Projeto Depoimentos para a história: a resistência à ditadura militar no Paraná. Entrevistado: Ivo Pugnaroni, op. cit.

sendo recebido por um colega curitibano que estudava da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), onde acabou por repetir o ato de denúncia sobre os acontecimentos de Curitiba, em assembleia de estudantes daquela universidade.

Oliveira relata que voltou para Curitiba a tempo de participar de uma reunião do DARPP, na qual foi elaborada uma carta de repúdio as prisões, lida na citada assembleia metropolitana realizada no dia 11 de maio.

No dia 19 de maio, um grande protesto de nível nacional contra a conjuntura econômica, social e política do país, reuniu na reitoria da UFPR, em Curitiba, mais de mil estudantes que, entre outros assuntos, decidiram formar uma comissão de defesa dos estudantes presos dez dias antes, com o objetivo de pressionar as autoridades para que, tanto o inquérito instaurado pela PF-PR, como as fichas negativas dos detidos produzidas pela DOPS-PR, fossem anulados.²⁴⁷

Quanto ao tratamento dos presos, o jornal Diário do Paraná, de 7 de junho de 1977, informava que a OAB-PR, havia distribuído no dia anterior uma nota oficial de repúdio aos “atos de violência e tortura a que foram submetidos estudantes paranaenses, dentre eles, menores de idade e moças, por agentes policiais desmerecedores de suas funções”, de acordo com depoimentos coletados por essa entidade junto aos estudantes.²⁴⁸

Sobre as acusações da OAB-PR, o secretário de segurança Alcindo Gonçalves pronunciou-se afirmando que “se fossem levantadas queixas sobre as autoridades policiais, que elas devem, após sindicância, ser entregues à Justiça, que fará com que sejam acionados os instrumentos legais, como já ocorreu diversas vezes”.²⁴⁹

Ao fim, a tal sindicância aventada por Gonçalves não se consumou e, naquele mesmo ano, o inquérito policial que investigava as atividades dos estudantes acabou sendo arquivado “por inexistência de crime”.²⁵⁰

Naquele ano de 1977, o monitoramento ao movimento estudantil adquiriu amplitude nacional. No bojo dos esforços empreendidos pelo aparato de segurança e inteligência da ditadura em todo o país, quase um mês após o episódio das prisões dos estudantes curitibanos, no dia 6 de junho de 1977, a CSI-PR, através da DOPS-PR, “convidou” Carlos Augusto Soares de Oliveira, Valter Tápias Tetilla e Eduardo Sganzerla, para que na qualidade de lideranças do

²⁴⁷ *Na assembleia, mil estudantes*. Diário do Paraná, Curitiba, 20 maio 1977, p. 10.

²⁴⁸ *OAB protesta em nota oficial*. Diário do Paraná, Curitiba, 07 jun. 1977, p. 16.

²⁴⁹ *Os estudantes estão em Paz*. Diário do Paraná, Curitiba, 07 jun. 1977, p. 16.

²⁵⁰ Arquivo Nacional. SIAN. Fundo: Divisão de Inteligência do Departamento de Polícia Federal - BR DFANBSB ZD. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_zd/br_dfanbsb_zd_0/br_dfanbsb_zd_0_0/br_dfanbsb_zd_0_0_0034a/br_dfanbsb_zd_0_0_0034a_0006/br_dfanbsb_zd_0_0_0034a_0006_d0001de0001.pdf. Acesso em: 25 maio 2022.

meio universitário, prestassem alguns esclarecimentos sobre as atividades do movimento estudantil local.

Com base na análise desses depoimentos e demais informações coletadas, foi produzido pela ACT-SNI e difundido para os demais órgãos-membros da CSI-PR, uma informação síntese sobre os passos do movimento estudantil curitibano, após a assembleia metropolitana do dia 11 de maio, municiando assim, a “comunidade”, de novas informações a serem utilizadas na continuidade da perseguição aos estudantes universitários.

Uma passagem importante dessa primeira “visita” a DOPS-PR, e que posteriormente seria lembrada por Carlos Oliveira - tanto em um novo depoimento a DOPS-PR, por ocasião do inquérito do sequestro de Juracilda Veiga, como em uma entrevista concedida ao autor -, envolveu a presença durante sua inquirição de um agente que se apresentou como dr. Sérgio. Esse episódio será discutido no tópico a seguir, quando tratarmos das circunstâncias que cercaram o sequestro de Oliveira alguns meses depois, em outubro daquele ano.

Entre as modalidades de TDE perpetradas pela CSI-PR e o CCC, durante o biênio 1977-1978, em Curitiba, os sequestros talvez tenham sido a mais impactante, a julgar pelo desconhecimento tanto em relação aos limites daquele tipo de atividade, como do seu verdadeiro caráter, uma vez que não se sabia se as vítimas estariam sujeitas à uma ação repressiva estatal executada pela CSI-PR, ou se aqueles raptos materializavam as ameaças do CCC. Oliveira se manifestaria a respeito desse aspecto do TDE, durante uma assembleia estudantil realizada na UFPR, em outubro, após ter sido libertado por seus sequestradores, e reportada pelo jornal O Estado de São Paulo:

Carlos Augusto observou aos colegas que “grandes violências físicas eu não sofri. O importante a notar é a insegurança que se tem quanto ao método terrorista que estão usando. Se eu morresse neste meio tempo, ninguém ia saber se fui pego por marginais ou não”.²⁵¹

Durante os anos de 1977 e 1978, foram três os sequestros de opositores da ditadura ocorridos em Curitiba, sem que as autoridades demonstrassem qualquer indício efetivo de preocupação. De forma inversa, a pesquisa aponta que esses atos de terrorismo foram frequentemente tratados com displicência, conduta que se evidenciava verbalmente nas declarações do secretário de segurança, Alcindo Gonçalves, como veremos mais adiante.

Os três sequestros citados tiveram como vítimas: o estudante universitário Carlos Augusto Soares de Oliveira (outubro de 1977); o professor universitário, Paulo de Oliveira Gomes, (janeiro de 1978); e a estudante e professora Juracilda Veiga (março de 1978).

²⁵¹ *Estudante sequestrado*. O Estado de São Paulo, São Paulo, 20 out. 1977.

Segue-se então uma breve exposição sobre esses episódios envolvendo o TDE em Curitiba, obedecendo a ordem cronológica e, portanto, começando com o caso do estudante Carlos Augusto Soares de Oliveira.

3.1.4 O sequestro do estudante Carlos Augusto Soares de Oliveira

O estudante universitário Carlos Augusto Soares de Oliveira tornou-se visado pela CSI-PR por sua participação no movimento estudantil na década de 1970. Oriundo de uma família de esquerda (os pais foram membros do PCB, entre as décadas de 1940 e 1960), assim que ingressou na universidade, rapidamente organizou-se, exercendo intensa participação nas lutas tanto por demandas do meio universitário, como de caráter mais amplo.

Alvo do primeiro dos três sequestros denunciados pela *Carta Aberta ao Povo*, Oliveira foi raptado em 17 de outubro de 1977 - menos de um mês após de ter recebido uma carta/manifesto do CCC, datada de 29 de setembro -, tendo sido libertado em 19 de outubro, na cidade de Paranaguá-PR, após permanecer em poder dos sequestradores durante dois dias.²⁵²

Em recente entrevista realizada pelo autor com Carlos Oliveira²⁵³, o antigo dirigente do DARPP, da UFPR, discorreu sobre algumas das circunstâncias que envolveram seu sequestro.

Oliveira relata que no dia 17 de outubro de 1977, a caminho da UFPR, aguardava o ônibus, quando uma Veraneio²⁵⁴ azul freou na sua frente. Imaginando tratar-se de uma simples batida para averiguação, levantou os braços imediatamente. Porém, foi rapidamente agarrado e, após colocarem um capuz em sua cabeça e algemá-lo, foi jogado no assoalho do veículo. Oliveira fez questão de registrar que, antes de algemá-lo, os sequestradores tiveram o cuidado de envolver seus punhos com folhas de jornal para que as algemas não deixassem marcas.

Em seguida, o veículo arrancou, dando inúmeras voltas pela cidade, o que fez com que Oliveira não tivesse a mínima noção de seu local de destino. Ao entrar no cativo, relata ter passado por um corredor e ouvido barulho de máquinas de escrever vindo de uma das salas. Já em outro ambiente foram retiradas as algemas e o capuz e, em seguida, mandaram-no tirar toda

²⁵² DEAP. Acervo DOPS-PR. DOPS Inquéritos, op. cit.

²⁵³ OLIVEIRA, Carlos Augusto Soares de. Curitiba (PR), 18 maio 2018. Entrevista concedida a José dos Santos de Abreu.

²⁵⁴ Veraneio foi um utilitário esportivo (SUV) produzido pela Chevrolet do Brasil entre 1964 e 1994, desenhada por Luther Whitmore Stier, inspirado no Chevrolet Suburban estadunidense. Chamada inicialmente de C-1416 (nome usado até 1969), esse automóvel dispunha de quatro portas, podendo acomodar até 09 (nove) pessoas, tendo sido amplamente utilizada pelos órgãos repressivos durante a ditadura de SN brasileira.

a roupa, empurrando-o para dentro de uma cela de alvenaria, cuja única abertura era uma portinhola por onde devolveram-lhe a cueca.

Oliveira afirma ter ouvido barulho de construção e observou que a luz da cela ficava o tempo todo acesa. Constantemente a portinhola era aberta e, aos gritos, os agentes proferiam ameaças para amedrontá-lo e também impedi-lo de dormir. Horas depois devolveram-lhe o capuz, ordenando que o recolocasse, e levaram-no para outra sala onde foi algemado a um banco, ficando em posição inclinada, o que lhe causava desconforto.

Durante esse tempo ninguém lhe dirigiu a palavra. Depois disso, ainda encapuzado, um agente encostou um revólver em sua cabeça e, ao mesmo tempo em que o ameaçava, começou a interrogá-lo com perguntas genéricas, tais como: “em qual país você queria morar?”

Em seguida chegou um outro interrogador, cuja similaridade da voz e a postura agressiva tipicamente militar, levaram Oliveira a perguntar seu nome, com o intuito de saber se se tratava do tal dr. Sérgio, agente que, conforme ressaltado anteriormente, participara de sua sabatina sobre o movimento estudantil curitibano durante sua “visita” à DOPS-PR, meses antes. Outro fator que contribui para a suspeita de que o dr. Sérgio fosse um militar diz respeito ao procedimento comum adotado por oficiais membros dos DOI-CODIs de identificar-se como doutores.

Segundo Oliveira, o dr. Sérgio identificou a si e aos demais, como membros de uma organização de esquerda e, após afirmar que o grupo o estava testando, fez-lhe algumas perguntas de caráter marxista. Em seguida, relata que foi levado novamente para a cela. Mais tarde, recebeu um prato de comida com arroz, feijão e um bife, além de um copo de água. Horas depois novamente fizeram-no colocar o capuz e, algemado - mas dessa vez sem a proteção dos jornais -, jogaram-no no banco de trás da Veraneio e cobriram-no com uma lona.

Oliveira afirma que acabou dormindo e acordou sentindo uma pressão no ouvido que o fez pensar estar na serra em direção ao litoral. Os agentes pararam em um determinado ponto, perto do Mosquitinho – um famoso prostíbulo em Paranaguá – e fizeram-no descer do carro usando somente uma cueca.

Na sequência, deram-lhe uma garrafa de cachaça e mandaram-no beber. Após tomar uns goles, Oliveira devolveu a garrafa ao agente, que imediatamente borrifou o líquido sobre seu corpo e ordenou-lhe que bebesse novamente. Após obedecer, Oliveira foi orientado a caminhar alguns metros por uma ruela onde mais adiante havia uma pequena caixa de papelão contendo seus pertences. Alertado a não olhar para trás, pois se o fizesse seria baleado e morto, Oliveira afirma que nesse momento, caminhou sem capuz e descalço por aquela rua de pedras em direção a caixa de papelão. Nela encontrou sua calça, blusa de moletom e sapatos, porém,

faltavam as meias, camiseta e documentos. O valor em dinheiro deixado era maior do que aquele que possuía quando foi sequestrado, e suficiente para pagar a passagem de ônibus para retornar à Curitiba.

Segundo Oliveira, ao deixá-lo em outra cidade, próximo a um prostíbulo e de um local onde acontecia uma festa, a intenção dos sequestradores seria desqualificá-lo. Acreditavam os raptos que ao reaparecer cheirando a cachaça, sem documentos, meias e camiseta, e sem marcas de torturas, suas denúncias seriam objeto de desconfiança. Após conseguir voltar para a estrada em direção a Paranaguá e caminhar até a rodoviária, comprou uma passagem para Curitiba e ficou aguardando o ônibus que só sairia às 8 horas. Porém, antes de embarcar, Oliveira acabou acordado por colegas da direção do DARPP que o procuravam desde o dia do sequestro.

As onze horas e trinta minutos do dia em que Oliveira desapareceu, sua família recebeu um telefonema anônimo informando que ele estaria realizando um trabalho para o DARPP. Porém, seus colegas da direção sabiam que não havia nenhuma tarefa a ser realizada naquela cidade e passaram o dia seguinte a sua procura em delegacias, hospitais e diversos outros locais em Curitiba. Somente no final da tarde foram para Paranaguá e na manhã do dia seguinte encontraram Oliveira dormindo na rodoviária à espera do horário de saída do ônibus. Levado para a casa de um amigo que morava na cidade, para tomar banho, trocar de roupas e se alimentar, embarcou para Curitiba, chegando a tempo de participar de uma nova assembleia dos estudantes realizada naquele mesmo dia, quando denunciou seu sequestro.

Outro dado interessante sobre esse episódio diz respeito a identidade de um dos operadores do seu sequestro. Oliveira afirma ter sabido posteriormente, que o motorista da Veraneio utilizada no seu rapto foi um militar lotado no Quartel General da 5ª RM, e que exercia a função de mecânico. Sua identidade veio à tona, quando durante uma discussão familiar, seu primo – casado com sua prima - conhecido como sargento Plínio, deixou escapar ter participado de seu sequestro. Oliveira registrou peremptoriamente seu desinteresse em apurar melhor esse fato.

Uma reportagem da revista *Veja*, descreveu momentos do sequestro de Oliveira, envolvendo seu interrogatório e algumas agressões, além de ameaças a sua integridade física:

[...] Algemado no suporte de um banco, Oliveira foi interrogado durante várias horas, em duas sessões, nas quais os quatro homens se revezavam fazendo perguntas sobre o movimento estudantil paranaense e suas supostas ligações com organizações subversivas, o que ele negou. “Davam tapas nas minhas costas”. Narra o estudante “e recomendavam: “Seja bonzinho, fale porque depois de nós vem uma turma de sádicos te ouvir”. A noite, os interrogadores desistiram e dois homens o levaram de cuecas [...] para as proximidades de Paranaguá, onde o abandonaram depois de tê-lo feito beber cachaça para que passasse por um bêbado. [...] “Eles disseram que ia ser dado

o meu nome ao DCE livre da universidade, igualzinho ao Alexandre Vannucci Leme, em São Paulo” – uma alusão ao estudante paulista que teria morrido atropelado por um caminhão, em 1973, ao tentar fugir da polícia.²⁵⁵

O terror (para)estatal foi denunciado durante a assembleia realizada na UFPR, com a participação de quase uma centena de universitários aglomerados em torno de uma mesa para ouvir o relato de Oliveira sobre o sequestro. A denúncia de Oliveira procurava demonstrar que aquele tipo de ação terrorista fazia parte do *modus operandi* adotado pela CSI-PR, mais especificamente pelo DOI-CODI-5ª RM, que, como vimos, atuava na semiclandestinidade, ou seja, ora abertamente, ora nas sombras, quando anonimamente e ao arrepio da lei, intentava desresponsabilizar-se por práticas de TDE que afrontavam os marcos legais da própria ditadura. Reforça o exposto a afirmação de Oliveira, de que “todas as vezes que me tiraram da cela eu saía encapuzado. Não pude ver ninguém, mas reconheci vozes de algumas pessoas que participaram do meu interrogatório no semestre passado [DOPS-PR]”.²⁵⁶

Em junho de 1978, em outro depoimento prestado a DOPS-PR, durante as investigações sobre o sequestro de Juracilda Veiga, voltou à tona o caso do dr. Sérgio, quando Oliveira reafirmou ter reconhecido a voz de um dos seus sequestradores:

[...] entre os interrogadores pode reconhecer um dos mesmos, sendo que já o interrogara anteriormente nesta delegacia, com o nome de Dr. SÉRGIO, quando a DOPS ainda funcionava em seu antigo endereço, cita à Rua João Negrão, nº 727; Que nenhuma medida foi tomada pela autoridade competente no sentido de investigar o delito de que foi vítima; Que também não registrou queixa alguma junto à Delegacia de Vigilância e Capturas; Que no sequestro foi despojado de diversos pertences seus, entre os quais cita um relógio de pulso, documentos (identidade, título de eleitor, Dispensa do Serviço Militar, Carteira de Estudante, Carteirinha de Sócio da Cinemateca Guido Viaro, Cartão do CPF) e livros e material escolar; Que ditos bens não mais reaveu.²⁵⁷

Sobre a reação da DOPS-PR à denúncia apontando o envolvimento do tal dr. Sérgio em seu sequestro, Oliveira aponta que essa delegacia não tomou nenhuma providência no sentido de investigar aqueles fatos.

Quanto aos pertences confiscados pelos sequestradores durante aquele episódio, somente a carteirinha da Cinemateca Guido Viaro reapareceria alguns meses depois, enviada pelo CCC junto com uma carta ameaçadora endereçada à Juracilda Veiga, pouco antes de seu sequestro.

Em contraposição às suspeitas de Oliveira de que órgãos repressivos oficiais estariam envolvidos em seu sequestro, o secretário de segurança, Alcindo Gonçalves, sustentava junto à

²⁵⁵ Veja. *Seja bonzinho*. São Paulo, 26 out. 1977.

²⁵⁶ Veja. *Seja bonzinho*. São Paulo, 26 out. 1977.

²⁵⁷ DEAP. Acervo DOPS-PR. DOPS Inquéritos, op. cit.

imprensa “que a DOPS não [era] responsável pela prisão do estudante”, acrescentando que, “todavia, não se inteirou do caso junto à polícia do Exército”. E arrematou: “Eu não tenho direito de perguntar nada ao DOI [CODI]”.²⁵⁸

Essa falta de sintonia entre o posicionamento da Secretaria de Segurança Pública Estadual e da 5ª RM, em relação às suspeitas de que a CSI-PR estivesse envolvida em ações repressivas clandestinas, iria se aprofundar alguns meses depois, durante as circunstâncias que envolveram o sequestro do professor universitário Paulo Oliveira Gomes, capturado no interior do prédio da DOPS-PR.

Em reforço a negativa do secretário de segurança do Paraná quanto a participação da SESP-PR naquele episódio, o superintendente da DOPS-PR, Virgílio de Almeida, afirmou ao jornal O Estado de São Paulo, que considerava tal hipótese “pouco provável”, uma vez que naquele momento a DOPS-PR não estaria realizando nenhuma investigação relacionada ao movimento estudantil.²⁵⁹

Ante a negativa das autoridades de segurança, o jornal Folha de Londrina, deu destaque para uma passagem de um comunicado divulgado pelos estudantes universitários que perguntava: “Se não foi a polícia quem sequestrou nosso colega, quem foi?” E a seguir, em tom jocoso, o documento concluía que se não haviam sido nem a polícia e nem o Exército, significaria que existiam em Curitiba “grupos armados que [possuíam] Veraneios azuis, prédios com prisões e homens especializados em fazer inquéritos”.²⁶⁰

Se naquele momento era impossível obter informações que comprovassem a participação da CSI-PR naquele sequestro, o mesmo não acontece atualmente. Isso porque, mediante ao acesso a pasta nominal de Carlos Augusto Soares de Oliveira - disponível no Acervo DOPS do DEAP-PR - podemos encontrar um documento intitulado “Resumo das declarações de Carlos Augusto Soares de Oliveira”, que nos permite tecer algumas considerações a respeito desse sequestro.

Sem qualquer timbre oficial, classificado como secreto e composto por duas folhas, esse registro apresenta uma síntese das respostas de Oliveira aos interrogatórios aos quais foi submetido durante o período em que esteve em poder de seus sequestradores, nos dias 17 e 18 de outubro de 1977. Conheçamos esse documento em sua integralidade:

Resumo das declarações de CARLOS AUGUSTO SOARES DE OLIVEIRA (“CARLÃO”), prestadas neste órgão nos dias 17 e 18 Out 77.

1. CARLOS AUGUSTO SOARES DE OLIVEIRA, filho de Walfrido Soares de Oliveira e de Iracy Soares de Oliveira, nascido em 01 Ao 54 em Curitiba/PR, estudante

²⁵⁸ DEAP. Acervo DOPS-PR. DOPS Inquéritos, op. cit.

²⁵⁹ DEAP. Acervo DOPS-PR. DOPS Inquéritos, op. cit.

²⁶⁰ *Lider estudantil foi sequestrado na capital*. Folha de Londrina, Londrina, 21 out. 1977.

universitário, residente a Travessa Alberico Figueira nº 114 em Curitiba/PR. É presidente do DARPP da UFP.

2. Declarou o seguinte:

- Que não pertence a nenhuma linha subversiva.
- Que o trabalho político do Diretório Acadêmico Rocha Pombo do Paraná (DARPP) é feito a base de convicções pessoais dos participantes, sem interferências externas de grupos ou pessoas.
- Que a impressão dos panfletos é feita pelo DARPP e o original em Stencil eletrônico é gravado na tipografia J. SACHETI e CIA LTDA, NA RUA Tibagi, próximo ao Teatro Guaíra.
- Que atualmente está meio afastado das atividades do DARPP porque pretende conseguir uma vaga como professor ou monitor da Faculdade e não quer se prejudicar (se queimar) com atividades ilegais.
- Que a ligação com o ME [Movimento Estudantil] esquerdista da USP e PUC/SP é feita através de REGINA CÉLIA MANZONI que reside em CAMPINAS/SP.
- Que o atual núcleo direcional do DARPP é constituído dos seguintes elementos:
 - Rui Antônio Gonçalves;
 - Lourival de Souza Curvelo;
 - Maurício Requião de Mello e Silva;
 - Olinda Evangelista.
- Que o grupo de Teatro Universitário a que pertence, cujo nome era TATRO DA RESISTÊNCIA DOS ESTUDANTES DO PARANÁ-TREP, chama-se agora GRUPO MUTIRÃO e dele fazem parte elementos da UFPr e UCPr.
- Que atualmente o DARPP edita o jornal MANIFESTO.
- Que estabeleceu contato com o DCE/FUEL, por ocasião da sua presença na IV SESAC em Londrina/PR, quando conheceu também JOSE TADEU FELISMINO, seu presidente.
- Que o Comitê Pró-Anistia não existe mais no DARPP por não ter sobrevivido além de quatro reuniões.
- Que a linha do DARPP, hoje, é a de: “PELAS LIBERDADES DE EXPRESSÃO, MANIFESTAÇÃO EM TODOS OS SENTIDOS E ORGANIZAÇÃO.”
- Que para existir a democracia no BRASI devem ser anistiados todos os que incorreram em “crimes políticos”.
- Que a participação da massa estudantil é necessária para a efetivação do DCE, mas por serem mal-informados há o desinteresse da classe.
- Que Claudio Fajardo é uma espécie de mentor político do DARPP [esse último item foi anotado a mão].²⁶¹

Já no início do documento temos a indicação de que o interrogatório e a coleta de dados declaratórios foram realizados por um “órgão”. Sobre esse tipo de documento – registro de interrogatório - cuja origem remonta a OBAN e ao DOI-CODI paulista, a historiadora Mariana Joffily explica que:

Os “resumos de declarações” ou das “primeiras declarações” como a transcrição do interrogatório preliminar era denominada, [...] dificilmente aparecem nos autos dos inquéritos enviados à Justiça Militar. Os interrogatórios preliminares constituem, portanto, o testemunho do funcionamento de uma engrenagem em que os procedimentos eram clandestinos e os produtos destituídos de valor jurídico. A função pouco protocolar desses documentos, remete, por um lado, à função extraoficial que desempenhavam: uma folha de papel sem referências explícitas ao órgão, sem sinais indicando sua procedência e na qual o único formalismo mais evidente devia-se ao cabeçalho, no qual constavam sempre algumas informações básicas – nome verdadeiro e falso (s) do depoente, código da equipe de interrogatório preliminar, data e hora da sessão, filiação, endereço e local da captura do depoente [...].²⁶²

²⁶¹ DEAP. Acervo DOPS-PR. Carlos Augusto Soares de Oliveira. Pasta nominal nº 00608.

²⁶² JOFFILY, op. cit., p. 110.

Observando o verso da primeira folha do “Resumo das declarações” de Oliveira, chama a atenção um registro escrito a mão advertindo que parte do conteúdo daquele documento clandestino foi anotada na sua Ficha Individual [da DOPS-PR], em 03/11/1977, seguindo-se a rubrica do agente responsável pelo procedimento.

Desse modo, foi transportada para a Ficha Individual de Oliveira nos arquivos oficiais da DOPS-PR, somente a seguinte informação:

[...] em declarações prestadas pelo fichado nos dias 17 e 18/10/77 citou que a linha do DARPP, hoje é a de: Pelas liberdades de expressão manifestações em todos os sentidos e organização. Que para existir democracia no Brasil devem ser anistiados todos os que incorreram em crimes políticos.²⁶³

Portanto, ainda que clandestino, esse “Resumo das declarações” foi incorporado a pasta nominal de Carlos Oliveira, nos arquivos dessa delegacia, somando-se a outros documentos, como recortes de jornais sobre sua atuação no movimento estudantil, seu sequestro e também uma “Carta Aberta aos Professores”, produzida pelo DARPP e outros diretórios acadêmicos da UFPR. Com vimos, o compartilhamento de dados fazia parte do trabalho de difusão de informações entre os órgãos que compunham a CSI-PR, procedimento implantado a partir da criação do sistema DOI-CODI-5ª RM.

O “Resumo das declarações” de Oliveira cotejado com outros documentos do mesmo teor produzidos pelos DOI-CODIs, apresentam semelhanças como: ausência de timbre, texto datilografado e permeado de elementos do jargão policial, e a presença de um tipo de formação discursiva típica dos órgãos repressivos oficiais. Tais elementos nos permitem supor que a autoria desse documento relacionado ao sequestro, pertenceria ao DOI-CODI-5ª RM, o que fortalece a suspeita de que esse organismo teria sido o responsável pelo sequestro de Oliveira.

Reforça o exposto, o fato de tratar-se de uma ação clandestina que se coaduna com o sistema operacional do sistema DOI-CODI, o que isentaria a DOPS-PR daquele ilícito. No entanto, isso não exime aquela delegacia de participação no sequestro, se considerarmos a possibilidade de que algum de seus agentes possa ter sido agenciado pelo DOI-CODI-5ª RM e/ou suas instalações utilizadas como cativo de Carlos Oliveira.

Um indício que contribui para esse tipo de suspeita relaciona-se à mudança da sede da DOPS-PR, em meados de 1978, da rua João Negrão para a rua Ermelino de Leão. Isso porque as novas instalações daquela delegacia estavam sendo construídas durante o ano de 1977, e,

²⁶³ DEAP. Acervo DOPS-PR. Carlos Augusto Soares de Oliveira. Ficha individual Nº: 29.099. Filme nº 2273/01.

tanto Oliveira, como Veiga, relataram que durante o período em que estiveram no cativeiro observaram indícios de que o local estava em construção.

As ações clandestinas somente seriam retomadas no final de janeiro de 1978. Nesse ínterim, houve uma mudança no DOI-CODI-5ª RM: o deslocamento do major Zuiderzee Nascimento Lins, que respondia pelo comando desse organismo policial-militar desde sua criação, em 1975, para a ACT-SNI. Essa mudança fez parte de uma série de deslocamentos de comandos realizadas em diversas regiões do país meses após a demissão do Ministro do Exército, Sylvio Frota, que como mencionado, entrara em rota de colisão com Geisel, tanto por sua ligação com os grupos contrários a descompressão política, como por sua atuação nos bastidores das articulações em torno da viabilização de seu nome como sucessor do ditador.

No entanto, se a intenção do poder central com o deslocamento desses comandantes era obter maior controle sobre as ações dos radicais incrustados em setores operacionais estratégicos, tal mudança não impediu que em janeiro de 1978, Curitiba assistisse a um novo sequestro, desta vez, em circunstâncias ainda mais esdrúxulas: um professor universitário foi raptado no interior do prédio da DOPS-PR, enquanto aguardava a liberação de seu atestado de bons antecedentes.

3.1.5 O sequestro do professor Paulo Antônio de Oliveira Gomes

Amplamente divulgado pela imprensa, esse novo sequestro ocorreu em 27 de janeiro de 1978, em Curitiba, quando um professor universitário da Faculdade de Ciências Econômicas de Apucarana (FECEA), foi sequestrado dentro das dependências da DOPS:

Não foi localizado o professor universitário Paulo Antônio de Oliveira Gomes, 29 anos, residente em Apucarana há um ano, que desapareceu no interior da Dops em Curitiba, sexta feira [27/01] quando tirava seu atestado de antecedentes ideológicos. A informação é de sua esposa, sra. Maria Regina Gomes, que concedeu uma entrevista coletiva na presença de seu advogado, sr. Luiz Salvador. Ele é professor da Faculdade de Ciências Contábeis de Apucarana, e estava preparando sua documentação para ser contratado pela Universidade Estadual de Londrina, a convite do reitor Oscar Alves, segundo a Agência JB.²⁶⁴

De acordo com reportagem do jornal Folha de Londrina, o secretário de segurança do Paraná, Alcindo Gonçalves, admitiu que “elementos estranhos a esta Secretaria de Estado” foram os responsáveis pela prisão do professor Paulo Antônio de Oliveira, ocorrido no segundo

²⁶⁴ *Professor vai à Dops e desaparece*. Diário Popular, Curitiba, 31 jan. 1978, p. 01.

andar da DOPS-PR, onde se ele encontrava para retirar um “atestado ideológico” exigido pela Universidade Estadual de Londrina onde pretendia lecionar.²⁶⁵

Além disso, Gonçalves ainda “não soube explicar [...] de que maneira elementos estranhos e não identificados tiveram permissão para realizar o sequestro do professor que recebeu voz de prisão e foi encapuzado nas dependências da DOPS, delegacia subordinada a sua secretaria”.²⁶⁶

Ainda que tenha sido informado daquele ilícito imediatamente após sua ocorrência, Gonçalves admitiu que durante todos os dias em que o professor Paulo Gomes esteve desaparecido não ordenou nenhuma busca para identificação e/ou localização de seus autores, sob a justificativa de que sua secretaria não havia recebido nenhuma solicitação nesse sentido. Some-se a isso, o fato de que imprensa e familiares também não foram informados do sequestro pela SESP-PR.²⁶⁷

Durante os dias de cativo do professor Paulo Gomes, sua residência também foi invadida. De acordo com o general Gonçalves, a Veraneio com placa fria de Florianópolis-SC, que vizinhos afirmaram ter sido utilizada nessa ação, não pertencia a frota da sua secretaria ou a qualquer outro órgão de segurança do Paraná.²⁶⁸

No dia primeiro de fevereiro Paulo Gomes foi libertado. Segundo a reportagem do jornal Diário do Paraná:

O professor Paulo Antônio de Oliveira Gomes, desaparecido desde sexta-feira, foi libertado às 16h30min de ontem e, em entrevista coletiva à imprensa, revelou que foi sequestrado no prédio da DOPS, algemado e encapuzado, e, depois, levado para local ignorado, onde foi submetido a torturas, inclusive o pau-de-arara. O drama do professor começou no próprio prédio da DOPS, onde foi buscar um atestado de antecedentes ideológicos [...] “Quando solicitei o documento no protocolo [...] me levaram para o segundo andar do edifício e, sem qualquer explicação me algemaram e encapuzaram” - disse. Dali, o professor Paulo Antônio foi encaminhado para local ignorado, onde, pessoas que não se identificaram queriam que confessasse pretensos envolvimento subversivos. Como ele nada dissesse, foi novamente interrogado, submetido a choques nas mãos e depois ao processo de tapas por “telefones” no ouvido. As torturas continuaram, depois, com o pau-de-arara. Foi solicitado exame de lesões para provar as sevícias, mas o professor ainda está sem o seu atestado ideológico.²⁶⁹

Como de praxe, as suspeitas quanto a autoria do sequestro recaíram sobre o CCC e a CSI-PR. No entanto, documentos abrigados nos acervos da DOPS-PR e no portal do Arquivo Nacional, permitiram que esclarecêssemos aspectos relevantes do sequestro de Paulo Gomes

²⁶⁵ *Foram elementos estranhos que sequestraram o professor*. Folha de Londrina, Londrina, 3 fev. 1978.

²⁶⁶ *Foram elementos estranhos que sequestraram o professor*. Folha de Londrina, Londrina, 3 fev. 1978.

²⁶⁷ *Foram elementos estranhos que sequestraram o professor*. Folha de Londrina, Londrina, 3 fev. 1978.

²⁶⁸ *Foram elementos estranhos que sequestraram o professor*. Folha de Londrina, Londrina, 3 fev. 1978.

²⁶⁹ *Professor torturado*. Diário Popular, Curitiba, 02 fev. 1978, 2º Caderno, p. 08.

que permaneciam desconhecidos, tais como a sua autoria, o local do cativo, as circunstâncias e o teor do interrogatório, entre outros.

A Pasta Nominal de Oliveira, acessada no portal do Arquivo Nacional, possui um total de 74 páginas, sendo:

- a) 2 (dois) relatórios de informações produzidos pela ACT-SNI e difundidos para a Agência Central do SNI;
- b) Diversos recortes de jornais versando sobre as repercussões do sequestro de Oliveira;
- c) Ficha de identificação e registro de interrogatório de Gomes durante seu sequestro, dividido em 5 (cinco) sessões;
- d) 1 (um) ofício enviado pela Secretaria da Casa civil do Estado do Paraná para o chefe da ACT-SNI, junto com um anexo contendo 38 (trinta e oito) telegramas enviados para o governador do estado do Paraná por cidadãos e/ou grupos da Anistia Internacional de países como Itália, Alemanha, Luxemburgo e EUA, pedindo providências no caso do sequestro de Oliveira.

Analisando alguns desses documentos constatamos o que segue:

No primeiro Relatório de Informações, datado de 2 de fevereiro de 1978, e carimbado como “confidencial”, o campo “assunto” traz o nome de Carlos Antônio de Oliveira Gomes. As anotações 1 e 3 contidas nesse documento da ACT-SNI relativas ao professor universitário, apontam o seguinte:

1. Paulo Antônio de Oliveira Gomes, filho de Paulo Pinto Gomes e Maria José de Oliveira Gomes, nascido a 12/Jan/49, no Rio de Janeiro/RJ, casado, professor universitário, residente em Apucarana/PR, foi detido pelo DOI-5ª RM/DE, no dia 27/Jan/78, devido determinação contida no PB nº 298-E/2-76, de 06/Ago da 5ª RM/DE, por ser militante do PCB no Rio de Janeiro/RJ.
3. Uma vez que não há, até o momento, inquérito instaurado contra Paulo Antônio, o mesmo foi posto em liberdade na tarde de ontem (01/FEV).²⁷⁰

O conteúdo da anotação 1 (um) permite desvendar de imediato o principal mistério que envolveu o desaparecimento do professor e que naquele momento ficou sem resposta: foi o DOI-CODI-5ª RM o autor do sequestro de Paulo Gomes.

A anotação 3 (três), responde a outra questão: Paulo Gomes foi libertado em 1 de fevereiro de 1978, tendo ficado, portanto, durante cinco dias em poder do DOI-CODI-5ª RM em caráter clandestino.

²⁷⁰ Arquivo Nacional. Dossiê. Paulo Antônio de Oliveira Gomes. Identificação: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.NNN.81001578. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/nnn/81001578/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_nnn_81001578_d0001de0001.pdf. Acesso em: 24 ago. 2021.

Esse Relatório de Informações aponta ainda que a esposa de Gomes declarou em entrevista à imprensa desconhecer seu paradeiro; e que a imprensa local vinha fazendo uma “completa cobertura” sobre o assunto, replicada de forma mais ampla por “órgãos da imprensa nacional”.²⁷¹

Quanto a ações em solidariedade ao professor da FECEA, o documento informa que o Movimento Feminino pela Anistia havia divulgado um manifesto, cujo texto afirmava:

Na nossa luta pela anistia política ampla e pela defesa dos Direitos Humanos, o Movimento Feminino pela anistia no Paraná vem, de público, manifestar sua preocupação pelo desaparecimento do professor Paulo Antônio de Oliveira, coordenador do Departamento de Economia da universidade Estadual de Apucarana, que veio aqui para pedir um atestado ideológico na DOPS. São situações semelhantes que criam um clima de intranquilidade e insegurança no seio do magistério e da família brasileira, constituindo uma ameaça constante aos direitos mais elementares do cidadão. O direito de exercer livremente sua profissão; o direito à liberdade de cátedra, o direito de trabalhar para sustentar a família. O Movimento Feminino pela Anistia no Paraná se solidariza com a família do professor Paulo Antônio de Oliveira, com a classe atingida e com todos aqueles que, de uma forma ou de outra, venham sofrendo qualquer tipo de pressão ou ameaça na sua dignidade humana.²⁷²

O MDB também demonstrou seu repúdio ao sequestro através de um ofício enviado pelo deputado estadual Enéas Faria para o governador do estado, corresponsabilizando Canet pela violência em curso:

Em nome do povo paranaense, através da representação do MDB na Assembleia Legislativa, manifesto veemente repúdio à violência praticada contra o professor Paulo Antônio de Oliveira Gomes, pela DOPS de seu governo, tornando Vossa Excelência também responsável pela estorcedora arbitrariedade, incompatível com o respeito aos Direitos Humanos que o ilustre presidente Ernesto Geisel tem afirmado não admitir sejam violados. Todos esperam uma ação enérgica de Vossa Excelência, no sentido de fazer cessar o ato ilegal praticado por subordinado de sua autoridade, sob pena de ser necessária uma intervenção federal para tratar da angustiante questão.²⁷³

O último apontamento observa que aquela agência (ACT-SNI) continuará acompanhando o assunto e “complementará a presente informação se houver fatos novos”.

O outro documento a ser analisado possui duas páginas e intitula-se Pedido de Busca nº 298-E/2-76, datado do ano de 1976, com origem na 5ª RM e difundido para os seguintes órgãos: 5ª BIB-GLC²⁷⁴; 2º G FRON²⁷⁵; AD/5ª²⁷⁶; 5ª CIA PE²⁷⁷; DOI/5ª RM/DE; PF/PR; DOPS/PR; PM/PR.

²⁷¹Arquivo Nacional. Dossiê. Paulo Antônio de Oliveira Gomes, op. cit.

²⁷²Arquivo Nacional. Dossiê. Paulo Antônio de Oliveira Gomes, op. cit.

²⁷³Arquivo Nacional. Dossiê. Paulo Antônio de Oliveira Gomes, op. cit.

²⁷⁴ 5ª Brigada de Infantaria Blindada (Ponta Grossa, Paraná).

²⁷⁵ 2º Grupamento de Fronteira - 5ª RM (Cascavel, Paraná).

²⁷⁶ Artilharia Divisionária - 5ª RM (Curitiba).

²⁷⁷ Companhia da Polícia do Exército - 5ª RM (Curitiba).

O assunto tratado foi denominado como: Organização de base do PCB, de professores, na Universidade Federal Fluminense. Nele constam informações sobre 3 (três) professores da UFF, que comporiam uma organização de base do PCB naquela universidade. Um deles era Paulo Antônio de Oliveira Gomes. Sobre as atividades de Gomes, o documento aponta:

Professor de História do Pensamento Econômico II na UFF, trabalhando no Instituto de Pesquisas Econômicas de Administração [...] é membro da OB/Professores desde [abril de 1974]; foi “ganho” por Airton de Albuquerque Queiroz e contribuía com Cr\$ 200,00 para o PCB; elemento de ligação da OB com o CE/RJ [...] encontra-se foragido e teria viajado para o [RS]; não comparece à UFF desde [10 de março de 1975], tendo o reitor iniciado seu processo de demissão por abandono de cargo por mais de 30 dias.²⁷⁸

Ao final, no item 2, denominado “DADOS SOLICITADOS”, a 5ª RM solicita aos órgãos destinatários que: a) [enviem] o que constar sobre os nominados; b) [procedam a] localização e prisão dos mesmos e comunicação a esta AI (Agência de Informações); c) outros dados julgados úteis.²⁷⁹

Foi a solicitação “B”, o elemento que deu ensejo ao sequestro, cerca de 1 ano e 5 meses depois, do professor Paulo Gomes, dentro da DOPS-PR em Curitiba. O documento a ser analisado a seguir, contém a versão dos sequestradores sobre parte das circunstâncias que cercaram o aprisionamento do professor, indicadas na ficha de identificação e do relatório das “primeiras declarações de Paulo Antônio de Oliveira Gomes”.²⁸⁰

A resposta aos campos denominados “motivo da entrada” e “motivo da prisão”, respectivamente: “PB 298 – E/2 -76” e “ordem contida no PB 298 – E/2 -76”, confirma que o Pedido de Busca expedido em 1976 pela 5ª RM e difundido para a CSI-PR, determinando a localização e prisão de três pessoas, entre elas Paulo Antônio de Oliveira Gomes, serviu de motivação para o seu aprisionamento pela via do sequestro. Outra informação importante e que aponta novamente o DOI-CODI-5ª RM como autor desse sequestro, é que a “entrada no órgão [5ª RM]” se deu “por ordem” do DOI da 5ª RM.

Em outra passagem, o documento omite o verdadeiro local do rapto de Paulo Gomes, uma vez que informa que essa ação teria ocorrido quando este “transitava pela cidade”, o que contraria diversas outras fontes que indicam como verdadeiro local do sequestro o interior da DOPS-PR, na rua João Negrão, centro de Curitiba.

Em relação à “data e hora da prisão” os registros indicam o dia 27 de janeiro as 10 horas da manhã. O campo “autoridade ou equipe que efetuou a prisão”, indica como responsável

²⁷⁸ Arquivo Nacional. Dossiê. Paulo Antônio de Oliveira Gomes, op. cit.

²⁷⁹ Arquivo Nacional. Dossiê. Paulo Antônio de Oliveira Gomes, op. cit.

²⁸⁰ Ressalte-se que esse documento onde consta o interrogatório, como observado anteriormente, era padronizado e utilizado por DOI-CODIs de outras regiões.

pela prisão a “equipe C”. Sobre a divisão de tarefas entre diversas equipes, um trecho do relatório da Comissão Nacional da Verdade (CNV), que trata do funcionamento do DOI-CODI aponta que:

Havia ainda uma sessão específica de busca e apreensão que efetuava as prisões, cobertura de “pontos”, neutralização de “aparelhos” com recolhimento do que fosse encontrado no local [...]. As equipes foram agrupadas e denominadas “A”, “B” e “C”, com uma média de três a cinco membros armados que [dispunham] de diversos equipamentos como rádio para comunicação e utilizavam uma C-14 [Veraneio] para transportar as vítimas.²⁸¹

As informações contidas no termo de primeiras declarações ou interrogatório de Paulo Gomes totalizaram 21 folhas, compostas pelas transcrições de 5 interrogatórios realizados em: 1) 27 de janeiro [sem horário]; 2) 28 de janeiro [sem horário]; 3) 29 e 30 de janeiro, das 9h [dia 29] às 5h [dia 30]; 4) 30 de janeiro, das 10h30 às 15h; 5) 30 e 31 de janeiro, das 22h50 [dia 30] às 2h10 [dia 31].

Em seguida, um segundo Relatório de Informações produzido pela ACT-SNI, datado de 9 de fevereiro de 1978, informava a agência central sobre a repercussão gerada pelo sequestro, enviando em anexo alguns recortes de jornais sobre o assunto.

Na sequência, um ofício datado de 14 de fevereiro com origem na Secretaria da Casa civil do Paraná e enviado ao chefe da ACT-SNI, apresenta o seguinte teor:

Senhor Chefe:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, cópias xerox de diversos Telex que foram encaminhados ao Senhor Governador do Estado, referentes ao Professor PAULO ANTÔNIO DE OLIVEIRA GOMES.²⁸²

Conforme já exposto, seguiram-se em anexo, 39 telegramas enviados por grupos da Anistia Internacional de lugares como Alemanha, Itália, Luxemburgo e EUA, ao governador do Paraná pedindo providências no caso do sequestro do professor Paulo Gomes.

Durante o desaparecimento de Paulo Gomes a imprensa informava que “notícias que circularam na cidade” apontavam que o professor provavelmente “havia sido detido pelos órgãos de segurança”.²⁸³ Ainda que as suspeitas sobre o envolvimento dos órgãos repressivos oficiais em atividades clandestinas em Curitiba fossem recorrentes nos últimos meses, dessa vez havia uma peculiaridade nada desprezível: a atitude extravagante dos sequestradores de realizarem aquele sequestro no interior da DOPS-PR.

²⁸¹ COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE DE SÃO PAULO. *Relatório Final. - Tomo I - Parte I - Cadeias de Comando: A Formação da Estrutura Nacional de Repressão Política*. São Paulo: ALESP, 2015, p. 13.

²⁸² Arquivo Nacional. Dossiê. Paulo Antônio de Oliveira Gomes. Identificação: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.NNN.81001578. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/nnn/81001578/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_nnn_81001578_d0001de0001.pdf. Acesso em: 24 ago. 2021.

²⁸³ *Professor ainda está desaparecido*. O Estado do Paraná, Curitiba, 1 fev. 1978,

No dia seguinte ao desfecho daquele sequestro, portanto, em 2 de fevereiro de 1978, O Jornal do Brasil, informava que:

Debilitado fisicamente, com arranhões nos braços, pernas e no rosto e confessando torturas e maus tratos sofridos desde o dia de sua prisão, quando tentava tirar um atestado ideológico no DOPS [...] o professor carioca Paulo de Oliveira Gomes foi liberado ontem e localizado por sua mulher numa rua perto do estádio do Coritiba. A pista foi dada através de dois telefonemas anônimos à dois jornais.²⁸⁴

Uma reportagem publicada pela revista *Isto É*, em dezembro de 1978, dez meses após o ocorrido, novamente levantava suspeitas sobre o envolvimento da comunidade de segurança:

[...] o professor Paulo Antônio de Oliveira Gomes [...] desapareceu em fevereiro, durante viagem a Curitiba. O próprio secretário da Segurança Pública, general Alcindo Pereira, atribuiu o sequestro de Oliveira Gomes a “elementos estranhos e não-identificados” que agiram – acreditem – nas próprias dependências do DOPS, onde o professor fora buscar um atestado de antecedentes. Quatro meses depois, o general retificou a informação e passou a atribuir o sequestro a elementos da 5ª Região Militar. O comandante dessa unidade, general Ruy de Paula Couto, entretanto, desmentiu o secretário de Segurança e jogou a bola para fora das fronteiras paranaenses: o sequestro, segundo Paula Couto, teria sido praticado por “órgãos de segurança de outra área”.²⁸⁵

Esse descompasso entre a esfera policial e militar da CSI-PR, no que se refere à divulgação de informações sobre suas atividades operacionais, revelava um princípio de esgarçamento de um dos principais pressupostos da Doutrina de Guerra Contrarrevolucionária Francesa adotado, assim como pelos seus congêneres de outras regiões, pelo DOI-CODI-5ª RM ao constituir as CSI-PR: o controle de informações.

Evidencia o exposto o desacordo entre o secretário de segurança pública do Paraná, general Alcindo Pereira Gonçalves, que atribuiu a autoria daquele ilícito ao DOI-CODI-5ª RM, enquanto o general-comandante daquela região militar desmentiu o secretário, e afirmou que os autores do sequestro pertenciam a órgãos de segurança de outra área.

Consultando a pasta nominal do DOI – Departamento de Operações Internas, no Acervo DOPS-PR, encontramos o prontuário de nº 890, com timbre do comando da 5ª RM, em nome de Paulo Antônio de Oliveira Gomes. No histórico do prontuário constam as seguintes anotações datadas de 3 de março de 1978:

O nominado, em declarações prestadas a um interrogador do **DOI/ Ex**, [negrito pelo autor] nos dias 31 de jan e 1º fev/78, nas dependências deste destacamento, confirmou sua filiação ao PCB/RJ em março de 1970, aliciado por Armando Marques Porto (DEAP. DOPS, pasta n. 1.329).

²⁸⁴ Professor é libertado em Curitiba e denuncia tortura. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 2 fev. 1978.

²⁸⁵ ISTO É. Os votos do CCC: um péssimo Natal. São Paulo, 20 dez. 1978.

Portanto, esse apontamento atesta o envolvimento de pelo menos um agente do DOI-CODI do I Exército, no sequestro de Gomes. Isso se explica, como vimos, em razão de que Gomes era oriundo do Rio de Janeiro, e na condição de professor da Universidade Federal Fluminense, em 1976, havia sido membro de um grupo de professores ligados ao PCB local.

Esse fato, porém, não exime a 5ª RM da responsabilidade sobre esse ilícito, pois tratou-se de uma ação conjunta entre os DOI-CODIs das duas áreas (I e III Exército), utilizando-se de instalações dessa unidade do Exército, em Curitiba. Além disso, a SESP-PR também foi partícipe dessa operação clandestina, uma vez que, como veremos mais a frente, a informação sobre a presença de Gomes em Curitiba foi repassada à 5ª RM pelo próprio secretário de segurança pública.

Sobre esse episódio, importa esclarecer que foi a obrigatoriedade de buscar junto a DOPS-PR, um “atestado de antecedentes”, como condição para o seu ingresso como docente na Universidade Estadual de Londrina, que permitiu àquela delegacia identificar o tal professor da UFF que, segundo aquele Pedido de Busca da 5ª RM, de 1976, “encontra[va]-se foragido e teria viajado para o [Rio Grande do Sul]”, durante a checagem de informações.

Assim, atendendo em parte a solicitação daquele pedido de buscas, a DOPS-PR, ao invés de prendê-lo, preferiu comunicar o fato ao secretário ao general Alcindo Gonçalves, que por sua vez avisou o comando da 5ª RM que Gomes havia sido localizado e que retornaria nos próximos dias à sua sede. Foi então que, de posse dessa informação, o DOI-CODI-5ª RM enviou uma equipe para sequestrar o professor Paulo Gomes no interior do prédio da DOPS-PR.

Quanto a apuração daquele ilícito, não houve interesse das autoridades em instaurar um inquérito para investigar e penalizar seus autores. A discussão sobre quem seriam os responsáveis pelo sequestro se estenderia por alguns meses, naquilo que a imprensa denominou de “jogo de empurra”, entre a SESP-PR e a 5ª RM. O resultado da inércia da CSI-PR e da impunidade dos perpetradores do TDE no estado, seria a continuidade daquelas práticas com a realização de um novo sequestro menos de dois meses depois.

3.1.6 O sequestro da estudante e professora Juracilda Veiga

Em 17 de março de 1978, pouco mais de um mês após a libertação de Paulo Gomes, ocorreu um novo sequestro. Dessa vez a vítima foi a estudante de Comunicação Social da UCP e professora da rede pública estadual, Juracilda Veiga.

Naquele momento em que a sociedade civil se remobilizava em torno de diversas bandeiras de luta, além de colaboradora do jornal Movimento²⁸⁶, nos três últimos meses de 1977, Veiga havia atuado como jornalista-estagiária no jornal O Estado do Paraná, tendo produzido algumas matérias envolvendo a atuação dos movimentos sociais.

Veiga já era visada pelas autoridades, tanto por sua colaboração no jornal Movimento, órgão sob monitoramento da CSI-PR²⁸⁷, como por sua ligação com o meio católico, além de outras atividades vinculadas aos movimentos de luta pela redemocratização e defesa dos direitos humanos, encampadas por setores diversos das oposições a ditadura no estado.

Mas foi o seu não comparecimento ao trabalho na véspera do Natal, o pretexto encontrado por seus superiores, pressionados pelas autoridades de segurança, para que Veiga fosse demitida. A dificuldade em conseguir uma recolocação como jornalista e a informação de que seu nome integrava uma espécie de lista de profissionais ideologicamente indesejáveis nas redações do Paraná, obrigaram-na a buscar outro tipo de atividade profissional.²⁸⁸

Portanto, foram essas circunstâncias que levaram Juracilda Veiga, a partir do início do ano de 1978, a ingressar no magistério, passando a exercer o ofício de professora primária.²⁸⁹

Veiga foi sequestrada na tarde de 17 de março de 1978, por três indivíduos encapuzados, ocupando um automóvel Chevrolet Veraneio, veículo que se tornou um dos símbolos dos órgãos repressivos em todo o país.²⁹⁰ Assim como nos sequestros anteriores, logo especulou-se que os autores dessa nova ação clandestina seriam os órgãos de segurança ou o CCC. Porém, esse caso possuía uma especificidade: há alguns meses a vítima vinha recebendo ameaças através de cartas assinadas pelo CCC, fato que alçou este grupo paramilitar a condição de principal suspeito daquele novo sequestro em Curitiba.

Dias após sua libertação, Juracilda Veiga faria um relato minucioso do sequestro à CJP-PR, abrangendo seu rapto na sexta-feira, dia 17 de março, e sua libertação, dois dias depois, na cidade de Registro, em São Paulo, a caminho da capital paulista:

Eu fui sequestrada quase na frente da minha casa, à Rua Iriri, nº 71, no Bairro Alto [Curitiba], às 5 horas da tarde, quando voltava da escola onde trabalho [Escola Cônego Camargo], acompanhada de mais de 20 crianças minhas alunas, por três indivíduos em uma Veraneio de cor escura. Dois deles desceram do carro, dizendo: “É você mesmo! É da Polícia. Fique quietinha que é da Polícia!”. Antes que tivesse tempo de

²⁸⁶ Jornal Resistência. *A perseguição ao jornal “Movimento”*. Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SPDDH). Nº 2. Curitiba, 05/1978.

²⁸⁷ DEAP. Acervo DOPS. Jornal Movimento. Pasta nº: 1.243. Caixa nº: 146, p. 63.

²⁸⁸ VEIGA, Juracilda. Itanhaém (SP), 15 dez. 2013. Entrevista concedida a José dos Santos de Abreu.

²⁸⁹ Atualmente Ensino Fundamental I.

²⁹⁰ Maria Hermínia Tavares de Almeida e Luiz Weis citam as famosas Veraneios onde eram jogados os desafetos do regime em artigo intitulado: *Carro zero e pau-de-arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar*. In: NOVAIS; Fernando. SCHWARZ; Lilian: *A história da vida privada no Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998 Vol.4, p. 322.

fazer qualquer coisa, os dois elementos me agarraram. [...] Após ser segurada pelos dois, comecei a gritar por socorro, dizendo que a polícia estava me levando e que avisassem todo mundo. Um dos indivíduos me deu uma gravata e me jogaram para dentro do carro, sentando-me no chão do mesmo. Enquanto continuava gritando, eles me diziam para calar a boca. Daí fui algemada e tive os olhos vendados com uma espécie de máscara com algodão dentro. Enquanto isso era feito perguntei-lhes porque estava sendo presa, já que diziam ser da Polícia. Eles disseram que eu ficaria sabendo.²⁹¹

Durante o percurso, Veiga procurou memorizar detalhes que pudessem ser úteis para uma tentativa posterior de identificação do trajeto percorrido e do local do cativo:

[...] percebi que eles haviam entrado na BR-116, porque percebia o intenso movimento de caminhões. Pensei que me levariam para algum lugar fora da cidade, mas logo senti que estávamos na cidade, pelo barulho do trânsito e pelas freadas dos ônibus que ouvia. Paramos em uns cinco sinaleiros. Percebendo que estava na cidade, procurei ficar com a cabeça erguida o mais alto que podia [estava sentada no chão do veículo], sabendo que assim alguém poderia me ver. Pouco tempo depois eles abaixaram minha cabeça dizendo que se a levantasse de novo “vai levar porrada”²⁹²

Veiga afirma ter sido submetida a procedimento de identificação semelhante ao adotado por órgãos policiais, inclusive através da utilização de impressos padronizados:

Fiquei uns poucos minutos sozinha, quando um deles veio me apanhar e me conduziu a uma sala onde me colocaram uma plaqueta no peito que pude ver por baixo da venda [a inscrição]: "17/03/78". Mandaram que penteasse o meu cabelo e tiraram a venda dos meus olhos. Colocaram duas grandes luzes de fotografos e bateram quatro chapas: duas de frente e duas de perfil. A sala pareceu-me apropriada para aquele fim.²⁹³

A professora afirmou ainda que após ter sido “fichada”, suas impressões digitais foram registradas em quatro folhas, duas delas com campos específicos para essa finalidade.²⁹⁴

Sabemos que o emprego sistemático da tortura funcionou como peça essencial da engrenagem repressiva da ditadura de SN brasileira, auxiliando, entre outros, na formação de culpa dos acusados junto as instâncias judiciárias.²⁹⁵

No caso dos DOI-CODIs, a metodologia de TDE adotada, pressupunha extrapolar as fronteiras da legalidade autoritária, uma vez que a captura de suas vítimas era executada clandestinamente. Tal procedimento permitia que esses organismos, além de se desresponsabilizarem por aqueles ilícitos, enquanto o paradeiro de suas vítimas permanecesse desconhecido, aproveitassem para torturá-las o tempo necessário para extraírem as informações desejadas.

Esse tipo de aprisionamento/sequestro operado pelos DOI-CODIs, era formalizado somente quando, finalizados os interrogatórios, os comandos optavam por não eliminar as

²⁹¹ DEAP. Acervo DOPS-PR. DOPS Inquéritos, op. cit.

²⁹² DEAP. Acervo DOPS-PR. DOPS Inquéritos, op. cit.

²⁹³ DEAP. Acervo DOPS-PR. DOPS Inquéritos, op. cit.

²⁹⁴ DEAP. Acervo DOPS-PR. DOPS Inquéritos, op. cit.

²⁹⁵ ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, op. cit., p. 203.

vítimas. Nesses casos, os presos eram então encaminhados aos/as DOPS e suas prisões comunicadas à Justiça Militar.

Portanto, casos como o sequestro de Veiga, envolvendo práticas de TDE, permanecem até os dias de hoje como ações de caráter clandestino, ainda que possivelmente tenham sido operados pelo DOI-CODI-5ª RM, pensadamente à revelia da própria legislação autoritária.

Em depoimentos prestados na época, seja à DOPS, à CJP-PR ou à imprensa, assim como em entrevista ao autor,²⁹⁶ Juracilda Veiga explicou que durante o período de cativeiro foi torturada para que fornecesse informações de interesse dos sequestradores:

Fui interrogada umas 10 vezes. Primeira coisa: na sala dos interrogatórios, foram amarrados fios elétricos, um nos dedos, e outro colocado subcutaneamente num dos pulsos [grudado com "esparadrapo" ou coisa parecida], com eles dizendo que era um detector de mentiras.²⁹⁷

De acordo com Veiga, os métodos de convencimento utilizados foram desde um convite para que se tornasse informante da CSI-PR, incluindo ameaças, tais como de entregá-la ao delegado Sérgio Fleury, em São Paulo; jogá-la ao mar; violentá-la; e até mesmo de deixá-la em um prostíbulo. Ante a negativa da professora, foram iniciadas as sessões de torturas físicas através da aplicação de choques elétricos nos seus braços.²⁹⁸

Dois dias após sua captura, seus sequestradores decidiram conduzir Veiga para São Paulo, sob a ameaça de entregá-la aos cuidados do DEOPS local, comandado pelo delegado Sergio Paranhos Fleury. Durante o trajeto, após contato telefônico entre sequestradores e interlocutores paulistas, estes últimos recusaram-se a receber a prisioneira, conforme fora previamente combinado. O motivo alegado foi a repercussão que o sequestro e a Operação Pequeno Príncipe, deflagrada no dia seguinte, haviam gerado em todo o país. Diante disso, a saída encontrada foi libertar Veiga nas proximidades da cidade de Registro, em São Paulo.

Bastante fragilizada, a professora conseguiu contato com o padre local que a auxiliou a retornar à Curitiba. O vigário italiano Mariano Venzo prestou depoimento à Polícia civil de São Paulo e assim narrou o episódio:

Que, o depoente, na qualidade de sacerdote, é o atual Vigário da paróquia de Registro; que, na madrugada do dia 19 de março último, por volta das duas horas da madrugada, foi despertado por toques da campainha da casa paroquial; que abrindo a janela do sobrado, observou que uma moça, extremamente aflita e confusa, pedia auxílio ao depoente explicando que fora sequestrada em CURITIBA e abandonada pelos sequestradores na estrada que vai para Itapetininga e S. Miguel Arcanjo, nas imediações desta cidade; que não abriu a porta da Casa Paroquial temendo que fosse alguma cilada; que em todo caso deu assistência necessária para ampará-la, pois telefonou ao Hotel Régis, que fica próximo à Casa paroquial, pedindo que dessem

²⁹⁶ VEIGA, Juracilda, op. cit.

²⁹⁷ DEAP. Acervo DOPS-PR. DOPS Inquiridos, op. cit.

²⁹⁸ *Jornalista sequestrada acusa CCC*. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 26 mar. 1978, p. 9.

hospedagem à moça e disse a ela [...] que procurasse o Hotel, onde poderia pernoitar, o que foi feito; que para ser desfeita qualquer dúvida, aquela moça que se identificou como sendo JURACILDA VEIGA, deu um número de telefone de um advogado, cujo nome lembra-se que é Doutor Wilson [...] que em conversa como o doutor Wilson, este relatou ao depoente que estava à procura de JURACILDA, a qual havia sido sequestrada na cidade de CURITIBA; que esse advogado pediu ao depoente que desse toda assistência possível à JURACILDA e que a colocasse em um ônibus de volta à CURITIBA, o que foi feito no mesmo dia, por volta das sete horas da manhã.²⁹⁹

Estudante de Comunicação Social, além de sua ligação com a Igreja Católica de Curitiba, Veiga atuava no movimento estudantil, como vimos, participando também de atividades de luta pela redemocratização do país no bojo do processo em curso de remobilização das organizações populares daquela segunda metade da década de 1970. De acordo com Veiga, naquela conjuntura que se redesenhava, o objetivo a ser alcançado era a ampliação da participação popular nas decisões sobre a vida do país.

Nesse sentido, a partir da autopercepção de que as possibilidades de mudança exigiam sua participação, Veiga engajou-se em diversas atividades, engajando-se em movimentos sindicais de jornalistas e professores, escrevendo em jornais alternativos, integrando o movimento de mulheres, da luta pela anistia, e nos esforços para a criação da Comissão de Justiça e Paz, em Curitiba. Monitorada pela CSI-PR, seu envolvimento com essas diversas iniciativas consideradas “subversivas” pelos órgãos de vigilância da ditadura, alçaram-na a condição de inimiga a ser combatida e potencial alvo da repressão.³⁰⁰

Assim, foram as informações coletadas durante esse monitoramento de sua atuação política que serviram de subsídio para a formulação das perguntas que lhe foram feitas em meio a aplicação de torturas, durante seu interrogatório em cativo. Desse modo, munidos de uma base de dados coletada previamente, os torturadores buscaram extrair informações adicionais sobre pessoas e as atividades dos movimentos da sociedade civil nos quais Veiga atuava, transitava ou mantinha algum tipo de diálogo:

Falavam que eu estava sozinha, que ninguém poderia fazer nada, e que isso não estaria acontecendo se eu não tivesse falado demais. Diziam que eu tinha ligações [...] com todas as coisas que eles se preocupavam: estudantes, jornalistas e demais entidades. Tinham pego minha caderneta de endereços, perguntaram sobre nomes nela contidos, e outros nomes mais.³⁰¹

A responsabilidade quanto a produção e manuseio de informações sobre os brasileiros durante a ditadura de SN, fez com que a burocracia estatal se tornasse extremamente zelosa em alimentar ininterruptamente seu banco de dados, municiando a máquina repressiva autoritária

²⁹⁹ DEAP. Acervo DOPS-PR. DOPS Inquéritos, op. cit.

³⁰⁰ “*Eu comandaria um sequestro*”, diz secretário. Folha de São Paulo, São Paulo: 21 mar. 1978.

³⁰¹ DEAP. Acervo DOPS-PR. DOPS Inquéritos, op. cit.

com a maior quantidade possível de informações sobre seus adversários. Esses procedimentos seriam determinantes para que aspectos importantes relacionados a ações de caráter clandestino operadas pelos órgãos repressivos estatais pudessem ser elucidados *a posteriori*.

Por indicação de Juracilda Veiga, localizamos no acervo DOPS-PR, o registro do interrogatório realizado durante seu sequestro em 1978, denominado “Termo de Primeiras Declarações”, constituindo-se em impresso padronizado, cuja primeira folha apresenta dados de identificação, fotos de frente e perfil, além de digital do polegar direito do interrogado. Na folha seguinte são solicitadas informações como: nome, codinome e apelido; “equipe de interrogatório”; “organização a que pertence”; data e local de nascimento; “filiação”; endereço; “profissão”; “local de estudo”; “autoridade ou equipe que efetuou a prisão”; “local da prisão”; se o prisioneiro “resistiu a prisão”; “motivo da prisão”; “documento em que é citado”; e “data e hora da prisão”. A partir da folha seguinte são transcritas as declarações prestadas pelo interrogado durante as sessões de interrogatórios que se estendem conforme as expectativas dos inquisidores.

Veiga possui uma ficha individual produzida pela DOPS-PR na década de 1970, documento que integra o Acervo DOPS do DEAP-PR. Foram transportados para esse documento alguns excertos do Termo de primeiras declarações, registro dos interrogatórios realizados durante seu período de cativeiro. Um desses trechos do seu interrogatório clandestino, além de atestar a intensa atividade política de Veiga e demonstrar ação da ditadura no sentido de controlar o que as pessoas liam, apresenta ao final um indício da preocupação da CSI-PR com o acesso àquele documento:

Em 30/03/78 – Em declarações prestadas pela fichada, cita, entre outros fatos a reunião realizada no Centro Politécnico por pessoal da UFP, onde surgiu a ideia de formação de um Comitê para Anistia aos Presos Políticos. – Participou de uma reunião na residência da professora Neide Azevedo Lima, onde foram lançadas as bases para a criação de um Comitê Feminino Pró-Anistia. - Soube da existência da AED/OFICINA, através de Raquel Soares que é professora da escola, que funciona em regime de acionistas. (Os pais dos alunos que a sustentam) – Participou de uma reunião do jornal Movimento na Casa Romário Martins, onde foi debatida a formação de um grupo de Resistência a candidatura do gen. João Batista Figueiredo a presidência da República. – Que a obra de caráter marxista encontrada em sua bolsa, trata-se de uma cópia de trecho de um livro e destinava-se a sua cultura pessoal. (Doc. Arquivado em cofre).³⁰²

Os dados transportados para as fichas individuais geralmente apresentam ao seu final [entre parênteses] a indicação da pasta onde está localizada sua matriz informativa, tais como:

³⁰² DEAP. Acervo DOPS. Juracilda Veiga. Ficha nº 45.405. Filme nº 2276/01.

“V/P [ver pasta] Movimento Estudantil/77”, “V/P União Brasileira de Estudantes Secundaristas”, etc.

No caso de Veiga, conforme apontado entre parênteses (Doc. Arquivado em cofre), provavelmente a cópia do registro de seu interrogatório realizado durante seu sequestro, difundida pelo DOI-CODI-5ª RM para a DOPS-PR, tenha permanecido em um cofre daquela delegacia até a abertura de seus arquivos no início da década de 1990; enquanto sua matriz permanece em poder da 5ª RM, cujos arquivos mantem-se inacessíveis até os dias atuais.

Durante a pesquisa cotejamos os “Termo de primeiras declarações” de Veiga e do professor Paulo Antônio de Oliveira Gomes. Considerando que o primeiro documento foi produzido a partir de uma ação clandestina (sequestro de Juracilda Veiga); enquanto o outro, originou-se do que, inicialmente, foi tratado como uma ação clandestina (sequestro de Paulo Gomes), mas que em seguida teve sua autoria atribuída a dois organismos oficiais: 5ª RM e I Exército, sediado no Rio de Janeiro; constatou-se tratarem-se de exemplares de impresso padronizado utilizado, como aponta Joffily, inicialmente pelo DOI-CODI do II Exército e depois por seus congêneres espalhados pelo país. Além do exposto, outros indícios engrossam a suspeita de que o DOI-CODI-5ª RM, tenha sido o operador do sequestro de Juracilda Veiga.³⁰³

A CSI-PR vinha monitorando sistematicamente a Igreja Católica local, tendo reunido um conjunto significativo de informações sobre os esforços para a instalação da CJP-PR, o que incluía a colocar no seu radar a assessoria que vinha sendo prestada pela CJP-SP nesse sentido. Veiga possuía estreita vinculação com o grupo envolvido na criação da comissão paranaense, tendo inclusive indicado nomes para a composição da direção da CJP-PR, a pedido de seu primeiro presidente, Wagner D’Angelis.

A intervenção da Igreja Católica foi fundamental para a libertação de Juracilda Veiga na cidade de Registro, em São Paulo. Além disso, a grande repercussão alcançada pelas denúncias veiculadas pela *Carta Aberta ao Povo*, fez com que amplos setores da sociedade civil, liderados pela CJP-PR, se insurgissem contra o TDE promovido pelo aparato repressivo da ditadura em Curitiba, transformando aquele movimento numa espécie de batismo de fogo daquele novo baluarte de defesa dos direitos humanos no estado do Paraná.

Abordadas algumas das principais circunstâncias que cercaram as práticas de TDE perpetradas pela CSI-PR e CCC, no biênio 1977-1978, cuja análise das fontes permitiu que, ao mesmo tempo em que fossem conhecidos meandros de algumas dessas ações oficiais e

³⁰³ Para saber mais sobre os sequestros ver: ABREU, José dos Santos. Notas sobre ações clandestinas envolvendo a polícia política paranaense na ditadura civil-militar (1977-1978). In: PRIORI, Ângelo. *História do Paraná: novos caminhos, novas abordagens*. Curitiba. Editora CRV, 2016, p. 163-185.

clandestinas, também pudéssemos desvendar, na medida do possível, sua autoria, apresentaremos a seguir uma exposição analítica da chamada Operação Pequeno Príncipe, apoiada em dois documentos oficiais produzidos pela PF-PR, órgão incumbido da condução daquela ação repressiva oficial considerada pelo delegado responsável pelo Inquérito 38/78, Roberto Monteiro, como o *canto do cisne* na ditadura no Paraná.

3.1.7 A Operação Pequeno Príncipe

Na manhã do dia 18 de março de 1978, enquanto Juracilda Veiga ainda permanecia em poder dos sequestradores, o braço oficial da CSI-PR empreendia uma nova ação repressiva em Curitiba e Maringá, cidade do norte do Paraná.

As prisões de onze associados das pré-escolas Oficina e Oca, ambas acusadas de doutrinar dentro de princípios marxistas alunos na faixa etária de 1 a 6 anos, deflagraram a chamada Operação Pequeno Príncipe, coordenada pela PF-PR e com a participação do DOI-CODI da 5ª RM, DOPS-PR, PM-PR e ACT-SNI.

Ao final da tarde daquele sábado, a imprensa local e os principais jornais do país, repercutiram a seguinte nota distribuída pela PF-PR:

ESCOLAS IRREGULARES COMPROMETEM A FORMAÇÃO DE CRIANÇAS
Chegou ao conhecimento da Polícia Federal que membros das organizações autointituladas “Associação de Estudos Educacionais (AED-OFICINA)” e “Centro de Pesquisa e Avaliações Educacionais (CEPAED-OCA)”, situadas em Curitiba, vêm desenvolvendo atividades contrárias à Segurança Nacional. As duas entidades são responsáveis pelo funcionamento de duas escolas primárias, nas quais as crianças são doutrinadas dentro de princípios marxistas, desenvolvendo-se-lhes uma visão materialista e dialética do mundo, na pretensão de realizar “transformações sociais”, inculcando nas crianças a negação de valores como a RELIGIÃO, a FAMÍLIA e a TRADIÇÃO HISTÓRICA. Serviam as escolas, também, para reuniões e encontros de pessoas ligadas às organizações subversivas. Os principais responsáveis pelo funcionamento dos estabelecimentos encontram-se, no interesse das investigações policiais, presos conforme faculta a Lei de Segurança Nacional. As prisões foram comunicadas ao Exmo. Sr. Juiz Auditor da 5ª Circunscrição Judiciária Militar.³⁰⁴

Com o objetivo de interditar o que a CSI-PR identificou como um duplo foco de “subversão” em Curitiba, cuja atuação se desenvolvia sob a fachada de duas inocentes escolinhas, a Operação Pequeno Príncipe instrumentalizou um conjunto elástico de práticas de TDE que envolveu prisões, invasões de residências, apreensões de objetos pessoais, intermináveis interrogatórios, exposições midiáticas, privação contínua da liberdade, torturas

³⁰⁴ Polícia Federal prende pelo menos 13 no Paraná. Folha de S. Paulo, São Paulo: 19 mar. 1978.

psicológicas, isolamento social, situações de humilhação, demissões e, como efeitos secundário de toda essa violência repressiva: o medo.

Ressalte-se que, ainda que algumas dessas ações pudessem estar lastreadas na legislação em vigor, há que se lembrar que a institucionalidade vigente era sustentada por uma ditadura que conforme o Ato Institucional nº 1 “como Poder Constituinte, se legitima[va] por si mesma”.³⁰⁵

Além disso, apesar do contínuo recurso as práticas de TDE visando o controle do corpo social ao longo de toda a vigência daquele Estado terrorista, com intensidades diferentes conforme a conjuntura exigisse, em nenhum momento o poder repressor logrou anular os embates resultantes das divergências entre os interesses do capital e do trabalho, uma vez que o fenômeno da luta de classes jamais deixou de se manifestar durante os 21 anos de vigência da ditadura de SN brasileira.

Portanto, não seria naquele momento de revigoramento organizativo da sociedade civil, quando resplandeciam movimentos populares reivindicatórios pluralizados e convergentes na luta pela redemocratização do país, que, dissuadidos pelo medo, esses atores sociais se deixariam paralisar, deixando de insurgir-se contra a disseminação do TDE pelas ações da CSI-PR.

Desse modo, o que emergiu de todo aquele somatório de ações terroristas foi um vigoroso movimento de reação que galvanizou toda a insatisfação da sociedade civil, não somente em relação àquele episódio, mas também à todas as outras ações de TDE recorrentes em Curitiba desde 1977, e descritas no presente capítulo.

Esse sentimento coletivo de indignação fez com que algumas horas depois das prisões dos onze associados das escolinhas Oficina e Oca, centenas de pessoas e várias entidades representativas da sociedade civil se reunissem na Cúria Metropolitana de Curitiba, sob a liderança da CJP-PR, buscando organizarem-se coletivamente com o objetivo de desenvolverem ações em defesa do Estado de direito e contra a violência estatal que vinha assolando a cidade de Curitiba.³⁰⁶

³⁰⁵ BRASIL. Ato Institucional nº 1, de 9 abril 1964. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-01-64.htm#art11. Acesso em: 25/10/2021.

³⁰⁶ Comissão Regional de Justiça e Paz; Centro de Avaliações e Pesquisas Educacionais – CEPAED; Movimento Feminino pela Anistia; Associação de Estudos Educacionais – AED/Oficina; Diretório Regional do MDB; Associação de professores do Paraná; Sindicato dos Jornalistas do Paraná; Associação de Escolas Católicas; CNBB – Regional Sul-2; Associação de Pais e Alunos da Escola Cônego Camargo; Sociedade Paranaense de Sociólogos; Associação de Estudos Sociais (UFP); diretório Acadêmico Rocha Pombo – UFP; Diretório Acadêmico Anísio Teixeira – UFP; Diretório Acadêmico de Ciências Sociais Aplicadas – UFP; Centro Acadêmico Hugo Simas (CAHS) – UFP; Centro de Estudos de Geologia – UFP; Núcleo de Comunicação Social da Católica; Faculdade de Ciências Humanas e Sociais de Curitiba; Colégio Medianeira; Colégio Nossa Sra de Lourdes; Colégio Nossa Sra da Esperança; Setor Jovem do Diretório Nacional do MDB; Colégio Madalena Sofia; Colégio Nossa Sra. das

Aquele encontro foi o início de um amplo movimento de resistência, denúncia, protestos e repúdio não só àquelas prisões, mas também as prisões dos estudantes em 1977; aos crimes do CCC; aos sequestros de Carlos Oliveira, Paulo Gomes e Juracilda Veiga; e a omissão ou conivência das autoridades da área de segurança do Paraná, cujo comportamento incentivava a continuidade das práticas de TDE aplicadas contra os opositores da ditadura em Curitiba, operadas pela CSI-PR e o CCC.

E foi assim que a *Carta Aberta ao Povo*, se transformou num libelo contra as incessantes práticas de TDE em Curitiba, quando no dia seguinte a deflagração da Operação Pequeno Príncipe, foi lida nas mais de trezentas paróquias da Igreja Católica da região de Curitiba durante as missas dominicais, e repercutida pela imprensa local e nacional.

A sequência desses fatos será apresentada mais a frente quando tratarmos das repercussões que se seguiram a deflagração da Operação Pequeno Príncipe, do sequestro de Juracilda Veiga, e de todas as outras práticas de TDE denunciadas pela *Carta Aberta ao Povo*.

Apresentaremos a seguir uma abordagem sobre a Operação Pequeno Príncipe, apoiados em dois documentos produzidos pela CSI-PR, onde foram descritas as circunstâncias que envolveram essa ação repressiva oficial, sob a ótica de dois de seus coordenadores lotados na PF-PR:

- a) Documento 1: relatório produzido pelo delegado da PF-PR, Bernardino Bochi.³⁰⁷
- b) Documento 2: Inquérito Policial nº 38/78, instaurado para investigar as escolinhas Oficina e Oca e os onze detidos na Operação Pequeno Príncipe, sob a responsabilidade delegado da PF-PR, Roberto das Chagas Monteiro.³⁰⁸

3.1.8 O relatório da PF-PR sobre a Operação Pequeno Príncipe

Datado de 27 de abril de 1978, o relatório da PF-PR, sobre a Operação Pequeno Príncipe foi produzido pelo delegado Bernardino Bochi quando esse agente ocupava o cargo de Coordenador Regional dessa delegacia regional. Ao elaborar esse documento, seu objetivo foi municiar a PF-PR, bem como toda a CSI-PR, de um conjunto de informações sobre as práticas

Mercês; Colégio Cônego Camargo; Colégio divina Providência; Colégio Nossa Sra do Rosário; Colégio Sagrado Coração de Jesus; Colégio São José; Colégio Santa Terezinha do Menino Jesus; Colégio Madre Anatólia; Escola Técnica de Enfermagem Catarina Laboré; Instituto Imaculado Coração de Maria; Instituto São José de Abranches.

³⁰⁷ Cópia cedida pelo delegado aposentado da PF-PR, Roberto das Chagas Monteiro. Como contribuição para novas pesquisas esse documento estará disponível na íntegra no Anexo B dessa tese, uma vez que não se encontra disponível em nenhum acervo público.

³⁰⁸ O documento original encontra-se no arquivo do Superior Tribunal Militar (STM), em Brasília.

e procedimentos adotados naquela operação repressiva - considerada bem-sucedida - que, no futuro, pudessem subsidiar operações repressivas similares.

Julgamos que essa espécie de “radiografia” da Operação Pequeno Príncipe tem uma importância inequívoca para os estudos sobre as estruturas repressivas da ditadura de SN brasileira, uma vez que nos oferece pistas sobre a forma como a CSI-PR estava integrada, os organismos que participaram das ações, as relações de poder ali existentes, as atribuições e tarefas desempenhadas, *modus operandi*, logística da operação, recursos humanos, entre outros.

Acrescente-se ainda que esse “mergulho” nas entranhas da Operação Pequeno Príncipe nos permite conhecer melhor a forma de organização, atuação e alcance das ações da CSI-PR, dimensionando mais acuradamente esse braço operador do TDE em Curitiba.

Feitas essas considerações, vamos ao relatório: de início, dirigindo-se ao seu superior hierárquico na PF-PR, o delegado-superintendente Reginaldo Villaça, Bernardino Bochi justifica a importância da produção do relatório, afirmando que “pela complexidade e riqueza de detalhes julgamos útil codificar a experiência vivida” pela PF-PR na Operação Pequeno Príncipe, “cobrindo desde a investigação até a liberação de todos os presos”.

Em seguida acrescenta que a exposição se estruturou a partir do “planejamento inicial”, sofrendo alterações conforme modificavam-se as circunstâncias, e também pelo acolhimento de “sugestões” oferecidas durante o transcorrer dos trabalhos e “reuniões havidas no decorrer da execução” da Operação Pequeno Príncipe.³⁰⁹

Na sequência, o relator justifica que para “melhor visualizar as ações empreendidas, a exposição [foi] ordenada em itens, intimamente ligados e interdependentes, correspondendo às etapas da operação”. Segue-se então o seguinte sequenciamento das ações desenvolvidas na Operação Pequeno Príncipe:

- 1 – Investigação;
- 2 – Decisão;
- 3 – Planejamento;
- 3.1. Estabelecimento das linhas gerais;
- 3.2. Planejamento Operacional;
- 3.2.1. Inquérito;
- 3.2.2. Prisões e Buscas;
- 3.3.3. Recebimento de Presos e Material Apreendido;
- 3.3.4. Interrogatórios Preliminares;
- 3.3.5. Público Externo;
- 3.3.6. Administração;
- 4 – Considerações Gerais.³¹⁰

³⁰⁹ BOCHI, Bernardino. Relatório: Operação Pequeno Príncipe. DPF/PR, 1978. Arquivo particular do autor.

³¹⁰ BOCHI, op. cit.

No primeiro item – Investigação – o relator informa que as “investigações conduzidas pelo DOI do Paraná, foram amplas, com utilização das mais variadas técnicas, de coleta e operações especiais”, ressaltando terem “repercutido negativamente as diversas protelações havidas para desencadeamento da operação de prisão”, e que nessa fase foram “montados os prontuários das pessoas investigadas e das entidades e coleta de elementos probatórios”.³¹¹

Sobre as razões que motivaram as protelações quanto a deflagração da operação, em entrevista concedida ao autor, o delegado Roberto Monteiro, explicou que:

[...] o comandante da área não estava, estava viajando e por isso o que ficou disse: “Olhe, eu acho melhor vocês não fazerem isso na minha gestão, eu prefiro que esperemos meu chefe voltar. Eu não gostaria que uma coisa que vai dar muita repercussão ocorra na minha interinidade. Eu prefiro que o titular venha”. Então [a operação] foi adiada por uma semana³¹²

A prática recorrente de interceptação telefônica pelos órgãos repressivos durante a ditadura, foi amplamente utilizada pela CSI-PR, chamando a atenção do jornal O Estado de São Paulo, que em reportagem de outubro de 1978, denunciou a generalização desse procedimento em Curitiba:

No Paraná a coisa foi quase oficial. Técnicos da Telepar começaram a fazer frequentes visitas a redações de jornais, escritórios de advocacia e até residências particulares, alegando necessidade de “revisões técnicas”. Logo depois, em março deste ano, mais de 400 telefones de Curitiba começaram a apresentar ruídos diferentes.³¹³

Sobre esse tema da escuta telefônica, apesar de negar sua utilização pela PF-PR, o delegado Monteiro sugeriu sua adoção por outros órgãos repressivos, provavelmente referindo-se a DOPS-PR e DOI-CODI -5ª RM:

[...] acredito que deve ter havido um monitoramento telefônico [...] é uma técnica de investigação comezinha. Se usa sempre, inevitavelmente, e acredito que isso deve ter acontecido também, senão como é que eles saberiam o que estava ocorrendo dentro das escolas?³¹⁴

Edésio Passos, um dos detidos relatou em entrevista ter sido inquirido em um dos interrogatórios, durante a Operação Pequeno Príncipe, exatamente pelo delegado Monteiro, sobre assuntos tratados por ele em telefonemas cujo teor somente poderia ser conhecido por meio do grampeamento de seu telefone.³¹⁵

Retomando o relatório, no item “Decisão”, Bochi registra ter sido nessa fase que a PF-PR:

³¹¹ BOCHI, op. cit.

³¹² MONTEIRO, op. cit.

³¹³ *Por que não?* O Estado de S. Paulo, São Paulo, 5 out. 1978, O País, p. 6.

³¹⁴ MONTEIRO, op. cit.

³¹⁵ *Por que não?* O Estado de S. Paulo, São Paulo, 5 ou. 1978, O País, p. 6.

[...] iniciou e se integrou no problema. Precedeu à decisão a nível regional o estudo profundo dos fatos apurados, inclusive do ponto de vista legal quando foram avaliados os indícios para dar base legal ao futuro procedimento. *Apesar da fragilidade dos elementos probantes* [grifo do autor], mas considerando outros aspectos, a opção foi pelo procedimento penal e diante da previsão de grande repercussão foram consultados os órgãos centrais. Com o sinal verde passou-se ao planejamento.³¹⁶

As informações reunidas pela CSI-PR e repassadas à PF-PR para que o delegado Monteiro pudesse familiarizar-se com o “caso das escolinhas”, já vinham sendo coletadas desde o ano de 1976. O interesse dos órgãos de segurança pelas duas pré-escolas foi despertado pelo histórico de oposição ao governo de parte de seus associados, o que levou a CSI-PR a monitorar inicialmente a Oficina, fundada em 1973, e em seguida, a Oca, surgida a partir de uma cisão interna ocorrida em 1975.

Importa registrar que com exceção de Ana Lange, Léo Kessel e Sílvia Mendonça, os demais presos na Operação Pequeno Príncipe eram todos “fichados”. Assim, obviamente que para as autoridades de segurança, tratava-se de um grupo de “elementos subversivos” atuando sob a fachada de duas inocentes escolinhas. Em suma, naquele momento a CSI-PR já possuía em seus arquivos, muita informação disponível sobre a maior parte dos membros das escolinhas, subsídios fundamentais para a montagem dos prontuários dos futuros detidos.

Nesse trecho do relatório, seu autor aponta que “apesar da fragilidade dos elementos probantes, mas considerando outros aspectos” a PF-PR decidiu instaurar o inquérito para investigar as escolinhas.

Compreender as motivações que levaram a PF-PR a tomar essa decisão controvertida de assumir a coordenação da Operação Pequeno Príncipe, exige dois esclarecimentos: o primeiro deles nos remete a figura do chefe da DOPS-PR, Ozias Algauer., cujo prestígio amalhado junto ao aparato repressivo local durante a ditadura - o que inclui sua condição de responsável pelo IPM da Operação Marumbi, atribuição que constitucionalmente cabia a PF-PR -, fazia desse agente uma das principais influências nas decisões tomadas durante as reuniões da CSI-PR.

Assim, foi essa influência entre seus pares, resultante de seu histórico profissional, a condição *sine qua non*, para que Algauer exercesse com sucesso intensa pressão junto ao então delegado Roberto Monteiro, representante da PF-PR durante as últimas reuniões da CSI-PR que antecederam a deflagração da Operação Pequeno Príncipe, para que os federais assumissem a coordenação daquela ação repressiva que alvejaria as escolinhas Oficina e Oca. E foi sob

³¹⁶ BOCHI. op. cit.

pressão que a PF-PR assentiu em coordenar aquela operação mesmo sem que seus analistas estivessem convencidos de sua viabilidade naquele momento, conforme aponta o relatório.

O delegado Roberto Monteiro, que como vimos, representava a PF-PR nas reuniões da CSI-PR, uma vez que era responsável pela DELOPS (Delegacia de Ordem Política e Social), daquele órgão, fez um relato detalhado sobre a pressão que sofreu durante os últimos encontros que antecederam a deflagração da Operação Pequeno Príncipe:

[...] me trouxeram os dados e informação sobre o assunto, um dossiê sobre o caso. Levei isso lá para a repartição e li detidamente. Levei o caso à consideração do meu superior. Disse: “Olha, está aqui, eles estão querendo fazer um inquérito sobre isso. E eu li, doutor, [e] não vi nada assim, que diga: Olhe, está havendo crime e é o caso de realmente se abrir um inquérito” [...] para eu ter um inquérito, era preciso realmente ter pelo menos um indício veemente de estar acontecendo alguma coisa. Podia ser estranha a situação: uma porção de comunistas numa escola, em duas escolas, a AED-OFICINA e a CEPAAED-OCA. Eu li, os meus colegas que leram, dois colegas superiores, evidentemente - porque o assunto DELOPS sempre foi compartimentado - tiveram a mesma opinião e disseram: “explica que pelo que tem aqui não dá para abrir um inquérito.” Principalmente um inquérito como eles queriam, que já prendesse todo mundo. Então eu voltei para a reunião e ponderei que ainda não era o caso de se fazer. Precisaria se aprofundar um pouco mais, confirmar as informações, ver se havia mais elementos que dessem azo a abertura do inquérito. Na primeira reunião da comunidade depois disso, o coronel do Exército que a presidia disse: “Olha, vamos olhar isso de novo”. Na reunião seguinte, veio novamente à tona esse caso. E novamente eu expliquei. Então um deles [Ozias Algauer] foi bem incisivo, disse: “Vai ter que fazer, está certo! É uma operação que vai ter que se fazer, e se a PF não quiser fazer, a DOPS vai fazer. “Ai, eu disse: Se é para fazer, vamos fazer, não estamos fugindo, o que eu estou dizendo, como uma pessoa que estudou Direito [...] o que eu vejo é que não há ainda elementos para se fazer [...] eu acho que, talvez a gente vá até abortar uma situação que pode, mais tarde se caracterizar melhor, mas se os senhores querem fazer, vamos fazer, estou aqui para fazer” Levei o caso aos nossos superiores e disse: “Ó, os homens lá, estão querendo fazer e vai ter que fazer mesmo. Parece que a coisa é uma imposição, que tem que ser feita, porque inclusive, até já havia o risco de o Walmor Marcelino ir viajar [um dos detidos] para a Alemanha e a gente providenciou pra que a expedição do passaporte fosse procrastinada.”³¹⁷

O segundo esclarecimento concernente a falta de convicção dos analistas da PF-PR quanto a factibilidade, bem como do acolhimento pela Justiça Militar do inquérito a ser instaurado, tinha raízes em um episódio já mencionado, envolvendo a recusa da PF-PR em assumir a coordenação dos trabalhos da Operação Marumbi, em 1975. Esse precedente potencializou a pressão exercida sobre a PF-PR e, naquelas circunstâncias, uma segunda negativa significaria a completa desmoralização da PF-PR diante da CSI-PR.³¹⁸ Portanto, foram a pressão exercida pelo delegado Ozias Algauer na reuniões da CSI-PR e a negativa dos federais em assumir a condução do inquérito da Operação Marumbi, em 1975, os fatores que persuadiram a PF-PR a cumprir, mesmo a contragosto, seu papel constitucional de coordenação dos trabalhos de investigação relativos à Operação Pequeno Príncipe.

³¹⁷ MONTEIRO, op. cit.

³¹⁸ MONTEIRO, op. cit.

Retomando o relatório, outro aspecto importante, diz respeito a informação de que antes da deflagração da Operação Pequeno Príncipe a CSI-PR havia consultado os “órgãos centrais”, que por sua vez, haviam dado “sinal verde” para sua execução. Nesse caso a PF-PR teve autorização do Ministério da Justiça para conduzir a execução da operação. Porém, quando as prisões da Operação Pequeno Príncipe repercutiram por todo o país, o titular dessa pasta, Armando Falcão, ao mesmo tempo em que negou haver sido comunicado com antecedência, defendeu veementemente a legalidade daquela operação.

A seguir, no item 3, “Planejamento”, o relatório informa que a coordenação geral da operação, conforme facultava a constituição brasileira, ficou a cargo da PF-PR, tendo os demais organismos a responsabilidade de organizar-se operacionalmente, de acordo com a missão pré-estabelecida:

O planejamento obedeceu a duas fases distintas. Uma em que foram estabelecidas as linhas gerais a nível de comando e outra em que os órgãos de segurança empenhados, já com missões definidas, elaboraram o plano operacional. Ao DPF [PF-PR] como responsável pela operação coube a coordenação geral do planejamento.³¹⁹

No item 3.1, “Estabelecimento das linhas gerais”, foram definidos aspectos como: missões dos órgãos participantes; pessoas a serem presas; locais onde deveriam ser realizadas buscas e o que deveria ser colhido; acomodação dos presos; locais dos interrogatórios preliminares; espaço onde seriam formalizadas as declarações; encaminhamento do material apreendido; indicação do encarregado do inquérito; conveniências da incomunicabilidade; e, finalmente, datas para término do planejamento, reuniões finais e época aproximada de início da operação.³²⁰

Importa salientar que além dos aspectos operacionais, diferente do ocorrido na Operação Marumbi, quando a 5ª RM atuou no sentido de controlar as atividades da imprensa, na Operação Pequeno Príncipe, a CSI-PR incorporou ao seu rol de preocupações a recepção que aquela ação repressiva teria junto à opinião pública. Deixa entrever o exposto o registro contido no relatório denominado “conveniências de notas e comunicados à imprensa”, cuja razão de ser residiu na presença da nova conjuntura política vigente, marcada pela liberalização política, e na qual a imprensa reconquistava paulatinamente seu papel crítico em relação as ações do poder estatal.³²¹

³¹⁹ BOCHI, op. cit.

³²⁰ BOCHI, op. cit.

³²¹ BOCHI, op. cit.

Nos idos de 1978 a possibilidade que a sociedade civil tinha de se manifestar contra o governo era bem diferente do ano de 1975, quando a deflagração da Operação Marumbi, significou um processo de recompressão política, após a derrota do governo nas eleições parlamentares de 1974. Assim, naquela nova conjuntura, de relaxamento da censura, quando o papel da imprensa não mais se restringia tão somente a publicar notas informativas oficiais da 5ª RM, o relatório deixa entrever que a repercussão de suas ações, frise-se, de caráter legal, havia se incorporado ao conjunto de preocupações da CSI-PR

O item 3.2 “Planejamento operacional”, descreve o papel da PF-PR na coordenação da Operação Pequeno Príncipe, e registra a participação do DOI-CODI-5ª RM que, além de atuar efetivamente nas investigações preliminares, também se responsabilizou pelas ações de busca, apreensão e prisões realizadas em Curitiba e Maringá:

Definidas as responsabilidades de forma global passaram os órgãos empenhados a elaborar os planos. A partir deste momento somente o planejamento das prisões e buscas foi elaborado pelo DOI, o restante esteve a cargo da DPF, inclusive a coordenação geral a partir desta fase.³²²

No item “Inquérito”, são descritas as atribuições do delegado Roberto das Chagas Monteiro, na qualidade de responsável pela condução do Inquérito 38/78:

A cobertura legal de todo o procedimento foi dada pelo encarregado do inquérito, o qual, após estudos dos dados existentes, fez a classificação legal inicial, analisou as provas e orientou as equipes para colhê-las e produzi-las, além de alertar quanto aos prazos (incomunicabilidade, liberações etc.). Ao encarregado do inquérito coube: a feitura dos relatórios de vida pregressa dos implicados como os dados não classificados para juntada no IP; instauração do IP e sua condução; expedição dos mandados de prisão e de busca e apreensão; formalização das apreensões e restituição do material sem interesse para o IP [inquérito Policial]; formalização das declarações dos presos e orientação da equipe de apoio na execução desse trabalho; oitiva das demais pessoas após a fase aguda da operação;³²³

Sobre as tarefas realizadas durante todo o processo de investigação que se seguiu a instauração do inquérito, segundo afirmou em entrevista, o delegado Roberto Monteiro, coube a PF-PR a responsabilidade pela coordenação dos trabalhos, que contaram com a colaboração de agentes de diversos outros órgãos da CSI-PR:

[...] havia uma constante troca de informações, eles participavam da operação, eles analisavam. Nós afirmamos no relatório que a PF examinou, mas a parte toda de inteligência, a parte de análise dessa documentação, nós tínhamos dentro da PF, durante essa operação, não antes, nem depois, mas durante essa operação, tínhamos pessoas do DOI-CODI, do SNI, examinando, porque eram pessoas especializadas. Aquele material todo foi selecionado, inclusive eles participavam dessa seleção, até porque eu sozinho não tinha condição de fazer isso a não ser em dois ou três meses de

³²² BOCHI, op. cit.

³²³ BOCHI, op. cit.

trabalho, examinando documento por documento. Então havia um intercâmbio muito grande, eu pegava o carro, ia na DOPS, no DOI.³²⁴

O Inquérito Policial 38/78 foi instaurado no dia anterior a deflagração da Operação Pequeno Príncipe, portanto, em 17 de março de 1978 – dia do sequestro de Juracilda Veiga – quando os mandados de prisão foram expedidos. Após as detenções, os trabalhos envolvendo a formalização das declarações dos presos tiveram em média a duração de 6 a 8 horas. Nessa fase o delegado responsável pelo inquérito contou:

[...] inicialmente com mais um delegado e um escrivão para formalização das declarações e, no pique da operação, com três duplas. Esteve à disposição do encarregado do Inquérito Policial uma equipe composta de cinco agentes para quaisquer missões necessárias.³²⁵

O item “Prisões e buscas” traz informações sobre o planejamento relativo as detenções e buscas. Foram definidas seis etapas. As duas primeiras foram: a) Missão, quando cada um dos órgãos envolvidos recebeu uma incumbência; b) Execução, quando foi estabelecida a data de deflagração da Operação Pequeno Príncipe, órgãos e suas respectivas missões, indicação dos agentes que somente acompanhariam as equipes de aprisionamento para fins de análise e orientação em relação aos materiais apreendidos.

Na etapa seguinte, denominada “Constituição das equipes” (c), o relatório aponta que para efetuar:

[...] 11 prisões e 6 buscas foram utilizadas 6 equipes compostas por 3 policiais para a prisão e de 1 a 4 analistas para as buscas, de acordo com a previsão do volume de material, sendo que esta equipe acompanhou a de prisão e passou a atuar após o sinal verde daquela equipe, estabelecendo-se neste item, também, as prioridades de prisão e buscas, bem como o detalhamento da missão de cada membro da equipe.³²⁶

No item “Prescrições diversas” (d), foram definidos aspectos como: horário de início da operação; passos que as equipes seguiram; contatos com a central de comunicação, tais como “chegada ao alvo” e “cumprimento da missão”; armamento utilizado; relacionamento entre as equipes (apreensão e busca); hospital para eventuais feridos; alimentação das equipes etc.

As equipes utilizaram mandados de prisão, e de busca e apreensão, sendo compostas por elementos de diversos órgãos de segurança. O posto de comando estava localizado na central rede-rádio, instalações do DOI- CODI da 5ª RM.³²⁷

³²⁴ Trata-se da chamada Clínica Marumbi, que segundo Roberto Monteiro ficava na antiga Clínica Veterinária do Exército, na esquina das ruas Dr. Pedrosa e Brigadeiro Franco e onde atualmente está instalado o Hotel Ibis. In: MONTEIRO, op. cit.

³²⁵ BOCHI, op. cit.

³²⁶ BOCHI, op. cit.

³²⁷ BOCHI, op. cit.

Em relação as prisões, registre-se que no caso de Walmor Marcelino foram utilizados métodos de intimidação e violência para além das rotineiras ameaças e agressões verbais. Marcelino teve uma pistola encostada em sua cabeça dentro de sua residência, o que no caso de uma possível reação poderia resultar na necessidade de encaminhar a vítima ao hospital que, segundo o relatório, estava de prontidão.

No item “Recepção dos presos e do material apreendido”, verificamos que os detidos foram encaminhados para a sede da PF-PR, e recebidos por uma equipe de cinco agentes que deveriam inicialmente conferir o ciente no mandado de prisão. Em seguida, e, separadamente, homens e mulheres foram conduzidos para a revista pessoal, onde seus pertences foram confiscados, relacionados e envelopados. Na Seção de Custódia foram todos recolhidos as suas celas, cabendo a esse setor encaminhar os presos para identificação e fotografia, e exame médico.³²⁸

O relatório informa que a recolha do material apreendido na residência dos detidos durante as prisões contou com a presença de testemunhas e mediante a apresentação de mandado. Após serem relacionados e os termos assinados pelas testemunhas, os materiais apreendidos foram entregues às equipes receptoras dos presos, que, por sua vez os encaminharam aos locais previamente determinados para triagem inicial. Em seguida, os materiais de interesse para o inquérito, passaram por uma análise mais acurada realizada por uma “equipe de funcionários conhecedores do movimento comunista brasileiro” e dos fatos investigados, que decidiram quais itens deveriam ser apreendidos e quais seriam restituídos.³²⁹

O item “Interrogatórios preliminares”, informa que em um primeiro momento os interrogatórios foram realizados por três equipes compostas por um delegado, dois agentes experientes e um escrivão, além de uma equipe reserva. O objetivo dessa medida era garantir o funcionamento ininterrupto (dia e noite) dos interrogatórios.

Passado o primeiro dia e avaliados os resultados, o número de equipes foi ampliado. Ao final de cada interrogatório, o chefe da equipe encaminhava ao escrivão os dados colhidos para serem datilografados. Em seguida uma cópia era entregue ao encarregado do inquérito e outra à equipe de análise, composta por três funcionários especializados, que deveriam analisar essas informações e orientar os interrogadores para as sessões seguintes de inquirição.

As declarações somente eram reduzidas a termo e os interrogatórios interrompidos, quando após uma análise final (considerada satisfatória) estes eram encaminhados ao

³²⁸ BOCHI, op. cit.

³²⁹ BOCHI, op. cit.

encarregado do Inquérito. Outro procedimento importante envolvia todos os analistas e interrogadores que diariamente deveriam reunir-se para a avaliarem coletivamente os resultados e trocarem informações.³³⁰

Fechando essa etapa, Bochi registra a importância do estudo antecipado pelos interrogadores sobre o passado e implicações dos interrogados visando evitar a feitura de perguntas fora do contexto ou demonstrações de insegurança e desconhecimento dos fatos.³³¹

Quanto ao quesito “Público externo”, o texto informa que o trabalho de relacionamento com o público, parentes, advogados, representantes de entidades e imprensa, que buscavam informações sobre os fatos e presos, teve o controle direto do próprio superintendente regional da PF-PR, auxiliado pela sua equipe de Comunicação Social. Todos os funcionários envolvidos nos trabalhos foram terminantemente proibidos de fornecer quaisquer informações sobre os fatos ocorridos e/ou sobre os presos, tanto à imprensa, como a qualquer outra pessoa.

Durante a primeira entrevista concedida pelo superintendente Reginaldo Villaça à imprensa, no dia das prisões, foi distribuída a nota oficial informando sobre os motivos que levaram a CSI-PR a deflagrar a Operação Pequeno Príncipe. Segundo o relatório, diante daquelas circunstâncias, apesar da PF-PR ter sofrido pressões de toda ordem (internas e externas), sua relação com o público, sobretudo, com a imprensa, seguiu o objetivo de “minorar a imagem negativa” dada a operação pelos meios de comunicação. O texto demonstra ainda a preocupação dos comandos com “possíveis repercussões” geradas por declarações oficiais. Além disso, em relação a “conveniência ou não de responder” a possíveis provocações, o relator alerta que nesses casos o “silêncio constitui-se num elemento de esvaziamento do assunto a nível da imprensa”.³³²

No item “Administração”, os apontamentos informam que as atividades administrativas foram controladas e coordenadas por um funcionário da PF-PR, especificamente designado para essa atividade. A Polícia Militar do Paraná colaborou nos esforços voltados para a garantia da segurança física das instalações da PF-PR, cedendo “elementos” que “foram posicionados estratégica e ostensivamente” nas cercanias daquela unidade policial.

³³⁰ BOCHI, op. cit.

³³¹ BOCHI, op. cit.

³³² BOCHI, op. cit.

Os presos foram vigiados “dia e noite, por uma equipe de seis agentes, entre os quais, dois do sexo feminino, permitindo assim não só a observação constante do seu comportamento, como também o pronto atendimento a eventuais sinais de problema de saúde”.³³³

Coube ao denominado setor de “Serviço de Custódia” o controle sobre a entrada de roupas e frutas trazidas por familiares e amigos para os presos. Segundo o relator, esse procedimento teria contribuído para a repercussão favorável que o tratamento oferecido aos detidos obteve junto à opinião pública. Acrescente-se que algumas declarações prestadas a imprensa por alguns dos detidos quando de sua soltura também teriam colaborado para isso.³³⁴

Sobre a libertação dos presos³³⁵, o relatório informa que após serem submetidos a novos exames médicos, estes foram liberados em grupos de dois e três, em dias intervalados e sempre no horário noturno. Acrescenta o relator que nessa etapa não houve nenhum tipo de interferência no trabalho da imprensa. No entanto, foi vedado aos jornalistas o ingresso as dependências da PF-PR.³³⁶

O relatório registra ainda que a alimentação dos agentes envolvidos na operação foi feita na própria sede da PF-PR, de modo a garantir que o grupo se mantivesse de prontidão durante o maior espaço de tempo possível. Assinala também que a operação contou com os necessários recursos financeiros, de viaturas e armamentos para pronta utilização em caso de necessidade.³³⁷

No quarto e último item, intitulado “Considerações Gerais”, o relator ressalta a importância de alguns aspectos observados no decorrer da Operação Pequeno Príncipe, elencando-os:

- a) Celeridade do procedimento inquisitório na fase que vai das prisões até a soltura;
- b) Número elevado do efetivo empenhado, 30 a 40 policiais em média;
- c) Divisão de trabalho com missões definidas para cada equipe, algumas das quais especializadas;
- d) Reuniões diárias entre os integrantes das equipes de interrogatório e de análise para avaliar os resultados obtidos e para reorientar os interrogatórios;
- e) Atendimento e controle centralizado à imprensa, aos parentes dos presos e demais interessados em conhecer o assunto, sempre que possível com a participação de pessoa especializada em propaganda e contrapropaganda;
- f) Trabalho integrado com os demais órgãos de segurança da área;
- g) Definição como atribuição exclusiva do encarregado do inquérito o acompanhamento e orientação dos interrogatórios preliminares com vistas a obtenção da prova,

³³³ BOCHI, op. cit.

³³⁴ BOCHI, op. cit.

³³⁵ Os primeiros a serem libertados foram Léo Kessel e Ana Lange, em 22 de março. No dia seguinte foi a vez de Suely Atem, Sílvia Mendonça e Bernadete Sá Brito. Na tarde do dia 24 foram liberados Reinoldo Atem, Lígia Mendonça e Paulo Sá Brito. Os últimos a serem libertados - somente no dia 26, pela manhã - foram Walmor Marcelino, Edésio Passos e Luís Manfredini.

³³⁶ BOCHI, op. cit.

³³⁷ BOCHI, op. cit.

- formalização das declarações dos presos e orientação as equipes encarregadas pela formalização dessas declarações;
- h) Cuidados para evitar “vazamentos” de dados que pudessem comprometer a operação e a organização;
- i) Realimentação de dados (feedback) da investigação até a remessa do Inquérito Policial à Justiça.³³⁸

E assim se encerra esse documento descritivo da Operação Pequeno Príncipe. Vejamos a seguir o segundo documento produzido pela CSI-PR no âmbito da Operação Pequeno Príncipe: o inquérito instaurado pela PF-PR com o objetivo, frustrado, de investigar os onze detidos e as escolinhas Oficina e Oca, penalizando os primeiros e fechando as últimas.

3.1.9 O Inquérito Policial nº 38/78 - Operação Pequeno Príncipe

O Inquérito Policial nº 38/78, encontra-se atualmente arquivado no Superior Tribunal Militar, em Brasília. Por intermédio de Lígia Cardieri, uma das detidas na Operação Pequeno Príncipe, foi possível trazê-lo a Curitiba em 2005, para que pudéssemos copiar parte de seu conteúdo, que foi utilizado em pesquisa de mestrado entre 2013 e 2015, e na presente tese. Alguns dados abordados a seguir são importantes para melhor compreendermos o trabalho do responsável pelo inquérito e sua propensão a indiciar os detidos.

Registramos inicialmente que na fase final das investigações o delegado Roberto Monteiro encaminhou à UFPR, documentos das duas escolinhas para que “técnicos do MEC” designados pelo reitor, analisassem esse material e elaborassem um parecer sobre procedimentos considerados suspeitos pelas autoridades e que serviram de mote para as acusações às pré-escolas. Esse parecer deveria se apoiar em três questões elaboradas e encaminhadas aos técnicos do MEC pela PF-PR:

- a- O material ora encaminhado pode ser considerado de cunho subversivo ou portador de conteúdo contrário às instituições vigentes no País?
- b- O conteúdo do referido material, em sendo aplicado na orientação de crianças de idade pré-escolar, pode contribuir para a formação de mentalidades contestatórias ou perigosas para as instituições vigentes no país?
- c- O material ora encaminhado pode ser utilizado para provocar proselitismo entre adultos, visando a execução de atividades perigosas à Segurança Nacional?³³⁹

Durante entrevista realizada em 2005, o delegado Monteiro explicou que apesar da PF-PR possuir peritos, nenhum deles possuía a habilitação necessária para analisar aquele tipo de material. Essa circunstância o levou a recorrer ao reitor da UFPR, que então nomeou dois

³³⁸ BOCHI, op. cit.

³³⁹ SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR. Brasília: DF. Inquérito 38/78, fl. 555.

professores considerados aptos para tal empresa. Alguns dias depois, o reitor foi pessoalmente entregar o laudo ao superintendente da PF-PR, João Reginaldo Felipe Villaça. Monteiro relata que ao abrir o envelope e verificar o resultado do laudo, seu superior ficou visivelmente decepcionado. Obviamente, a expectativa de Villaça, bem como de todos os outros agentes envolvidos na Operação Pequeno Príncipe, era de que o resultado do laudo desse suporte a acusação, robustecendo assim o teor do Relatório Final do inquérito.

Por seu turno, o reitor apressou-se em justificar-se em relação ao resultado apresentado, alegando não ter responsabilidade quanto ao parecer, uma vez que havia explicado antecipadamente aos comandos da CSI-PR, que “iria designar dois professores categorizados para examinar o material didático e dar o laudo deles. Porém, se o laudo seria favorável ao que os senhores pensavam, ou não, isso é um assunto que eu não posso gerir”. Assim, de acordo com o relato de Monteiro, apesar da decepção, nós “entendemos a posição do reitor”.³⁴⁰

Ainda de acordo com Monteiro, o momento mais marcante desse episódio envolvendo a recepção do resultado do laudo pelos comandos da CSI-PR, ocorreu quando, na condição de responsável pelo inquérito, precisou dirigir-se a sede do DOI-CODI-5ª RM, para comunicar ao seu comandante, major Eduardo Augusto Santiago, a negativa dos técnicos do MEC quanto a possibilidade de que as escolinhas pudessem estar formando futuros “subversivos”.

Segundo Monteiro, após a leitura do resultado do parecer, o major Santiago, mostrando-se aborrecidíssimo com os professores pareceristas, disparou: “São dois comunistas também!” E em seguida ordenou ao seu assessor: “Abre uma ficha pra eles!”. Monteiro afirmou ter ficado “profundamente decepcionado” com a reação de Santiago, acrescentando que naquele momento percebeu haver uma “propensão a querer distorcer as coisas num determinado sentido”, denotando a “falta de neutralidade” desse comandante.³⁴¹

Monteiro afirmou que o resultado do parecer foi determinante para o desfecho do inquérito, uma vez que, frustradas as tentativas de produzir subsídios que sustentassem as acusações contra as escolas, a tabua de salvação daquela peça penal seria o posicionamento favorável dos técnicos do MEC, à tese das autoridades responsáveis pela Operação Pequeno Príncipe, de que crianças de 1 a 6 anos, doutrinadas dentro de princípios marxistas, pudessem se tornar potenciais comunistas.

Diante do parecer negativo, coube a Monteiro elaborar um “relatório final, frágil, sem sustentação jurídica”, com argumentações inconsistentes que, posteriormente, seriam

³⁴⁰ MONTEIRO, op. cit.

³⁴¹ MONTEIRO, op. cit.

“refutadas pelo Procurador”, levando o Juiz Auditor da 5ª RM a decidir-se pelo arquivamento daquela peça acusatória”.³⁴²

Portanto, apesar de seu suposto sucesso, do ponto de vista operacional e organizativo - conforme defendeu Bernardino Bochi em seu relatório -, o desfecho da Operação Pequeno Príncipe foi extremamente negativo, o que se explica em razão de seu vício de origem, identificado antecipadamente pela PF-PR: não havia elementos suficientes, capazes de garantir que uma vez instaurado, o Inquérito Policial nº 38/78 pudesse atender aos anseios condenatórios da CSI-PR.

Porém, é preciso registrar que apesar de compartilhar desse posicionamento, em seu Relatório Final, o delgado Monteiro indiciou todos os detidos, sustentando que alguns fatos analisados em conjunto “delineavam um somatório de indícios veementes do desenvolvimento de um laborioso trabalho subversivo de base, mascarado por inocentes fachadas de duas escolinhas maternais.”³⁴³

Pesaram ainda contra as escolinhas o elevado número de associados com antecedentes “subversivos”; o materialismo ensinado as crianças, cuja evidência, segundo o relator, residia na prescrição categórica de seus idealizadores de que nenhuma informação de cunho religioso ou místico deveria ser inculcada nas crianças.³⁴⁴

Outro indício de “subversão” apontado no relatório se refere a visão de mundo internacionalista incutida nas crianças, uma vez que o calendário de festividades das escolinhas era constituído exclusivamente por datas internacionais, como o Dia do Trabalhador e Dia Internacional da Mulher. Enquanto isso, datas cívicas nacionais, como o Dia de Tiradentes e o Dia da Independência do Brasil, sequer eram mencionadas.

Segundo o relator, a adoção desse calendário de comemorações contribuiria, a longo prazo, para a “formação de mentalidades refratárias aos valores cívicos”. Além disso, “dependendo da conotação valorativa dada às datas internacionais” pelas escolas, a longo prazo, haveria o perigo de que as crianças se transformassem em indivíduos portadores de “mentalidades contestatórias ou dotadas de aversão ao sistema político-social em vigor no Brasil, que, por suas características peculiares, valoriza em alto grau a preservação da consciência cívica”.³⁴⁵

³⁴² ABREU, 2016, op. cit., p. 235.

³⁴³ SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR. Brasília: DF. Inquérito 38/78.

³⁴⁴ SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR. Brasília: DF. Inquérito 38/78.

³⁴⁵ SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR. Brasília: DF. Inquérito 38/78, fl. 585.

Já quanto a instituição “família”, o relatório aponta que, após a leitura do artigo intitulado “O dia das mães”, escrito por Walmor Marcelino - um dos presos -, verificou-se tratar de material “diametralmente contrário à filosofia de vida e aos padrões culturais adotados pela atual sociedade brasileira”, uma vez que “minimiza a figura da mãe” considerando essa condição “como mera circunstância biológica”, posicionamento este que “abala os alicerces da família”. Acrescenta ainda o relatório que o “naturalismo no trato de assuntos ligados ao sexo”, seria parte de um “esquema deletério” perpetrado pela escolinha Oficina, visando também a dissolução da família.³⁴⁶

O relatório registra ainda a preocupação da CSI-PR com um dos principais objetivos pedagógicos da escolinha Oficina: a “transformação social”. De acordo com o relator, a partir da consideração de que as escolas eram dirigidas por elementos “subversivos”, materialistas e, portanto, contrários aos ideais vigentes de pátria e família, obviamente, o objetivo de “transformação social”, seria na verdade uma tentativa de realizar uma “revolução proletária”, pela via da “subversão, guerra psicológica, ou outras figuras semelhantes, que abundam na exótica fauna da Lei de Segurança Nacional”.³⁴⁷

Em seguida, ignorando o parecer dos técnicos do MEC, o relator analisa os outros dois principais objetivos da escolinha Oficina, advertindo quanto ao primeiro, que “não custaria suspeitar que ‘educação dos filhos’ fosse um processo de doutrinação das crianças para o marxismo, fato cientificamente aceito como possível”³⁴⁸, já quanto ao último, a saber, “reeducação dos pais”, afirma tratar-se de “um processo de proselitismo de adultos para a causa comunista”.³⁴⁹

O Relatório Final do Inquérito Policial nº 38/78 – Operação Pequeno Príncipe, foi finalizado em 16 de maio de 1978, quase dois meses depois do início daquela ação repressiva, resultando no indiciamento dos onze implicados com base no Art. 43 do Dec. Lei nº 898/69 (Lei de Segurança Nacional), a exceção de Luiz Alberto Amaral Manfredini, que também foi indiciado no Art. 45, item I, do mesmo Decreto Lei, em virtude de haver feito propaganda subversiva”.³⁵⁰

Remetido à esfera da Justiça Militar, o Relatório final foi submetido a análise do procurador militar Bertino Ramos, da 5ª Circunscrição Militar, em Curitiba. Concluiu o Procurador que “efetivamente não chegou a ser consumado nenhum crime contra a Segurança

³⁴⁶ SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR. Brasília: DF. Inquérito 38/78, fl, 588.

³⁴⁷ SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR. Brasília: DF. Inquérito 38/78, fl, 589.

³⁴⁸ Note-se que essa afirmação contraria diametralmente o laudo dos técnicos do MEC.

³⁴⁹ SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR. Brasília: DF. Inquérito 38/78, fl, 588.

³⁵⁰ SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR. Brasília: DF. Inquérito 38/78, fl, 594.

Nacional, apesar dos passados altamente subversivos dos indiciados”. Ramos acrescentou ainda, que diante do resultado da análise dos técnicos do MEC que concluiu pela impossibilidade de que os materiais analisados pudessem “provocar proselitismo”, capaz de levar os alunos a futuramente desenvolverem “atividades perigosas à Segurança Nacional”, seu parecer era pelo arquivamento daquele Inquérito policial, em razão da “falta de elementos para a formalização da denúncia”.³⁵¹

Em 21 de junho, após analisar o parecer de Bertino Ramos, o Juiz Auditor da 5ª RM, Djalma Goss, acatou sua recomendação e decidiu pelo arquivamento do inquérito, considerando que:

[...] como bem salientou o representante do MPM, o procedimento investigatório não ministra elementos para a propositura de ação penal contra qualquer dos indiciados. [...] os focados comportamentos dos indiciados não tipificam qualquer ilícito penal, muito menos aqueles definidos no Decreto-lei 898/69, malgrado entendimento diverso da digna autoridade Policial.³⁵²

Após ressaltar que a simples posse de livros ou documentos de caráter “subversivo” como os que foram apreendidos pelos agentes não constituiria isoladamente infração penal, Goss explicita sua contrariedade com o indiciamento dos detidos pelo responsável pelo inquérito:

[...] o próprio Dr. Delegado que presidiu as investigações, afirma [...] que elas não comprovaram as suspeitas iniciais [e] apesar de relatar, com precisão, que nenhum dos “cinco fatos suspeitos” tenha obtido confirmação; e conquanto não tenham os técnicos em assuntos educacionais do Ministério da Educação e Cultura oposto qualquer restrição à orientação pedagógica ou aos planos de atividades dos dois estabelecimentos de ensino [...] não relutou a Autoridade investigante em indigitar os onze (11) indiciados como incurso no art. 43, do Decreto-lei 898/69, sem sequer apontar qual teria sido o partido político ou associação que eles reorganizaram, tentaram reorganizar ou fizeram funcionar, através das entidades AED e CEPAED.³⁵³

Portanto, três meses depois da deflagração da Operação Pequeno Príncipe, teve fim aquela ação repressiva permeada por inúmeras práticas de TDE perpetradas pela CSI-PR que, ao acionar toda a sua parafernália repressiva com o objetivo de fechar aqueles supostos focos de “subversão”, acabou gerando uma vigorosa onda de protestos que chamou a atenção mundial para Curitiba, colaborando para o desgaste da imagem do governo federal e colocando em xeque sua propalada política descompressiva.

Como afirmado anteriormente, os dois documentos analisados nos oferecem a versão dos perpetradores da violência estatal da ditadura. Então, antes de avançarmos para o próximo

³⁵¹ SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR. Brasília: DF. Inquérito 38/78, fls, 620-621.

³⁵² SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR. Brasília: DF. Inquérito 38/78, fl, 624.

³⁵³ SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR. Brasília: DF. Inquérito 38/78, fl, 624.

tópico no qual conhecermos todo o leque de manifestações que se seguiu a violência da CSI-PR no biênio 1977-1978, vejamos como algumas das vítimas se posicionaram a respeito da Operação Pequeno Príncipe.

3.1.10 A Operação Pequeno Príncipe na versão das vítimas

A análise de toda a documentação sobre a Operação Pequeno Príncipe demonstra que a principal motivação para que a CSI-PR investigasse e posteriormente tentasse interditar as pré-escolas Oficina e Oca foi a crença de que era impossível que dezenas de associados daquelas escolinhas que haviam participado de organizações e movimentos de oposição à ditadura, não estivessem utilizando aqueles espaços educacionais para conspirar contra o governo.

Assim, foi o histórico de contestação de parte significativa do quadro social das escolinhas que chamou a atenção da CSI-PR para as duas pré-escolas, segundo a documentação oficial disponível. Como vimos, dos onze presos na Operação Pequeno Príncipe, somente Ana Lange, Léo Kessel e Sílvia Mendonça não possuíam antecedentes políticos ou penais, ou conforme o jargão policial, não eram “fichados”.

Chamou a atenção também o número de presos por sua alusão aos “Grupos dos Onze”, idealizado por Leonel Brizola.³⁵⁴ A utilização desse expediente em acusações contra opositores, ou não, já tinha um precedente no Paraná. Em entrevista ao jornalista Milton Ivan Heller, o advogado de presos políticos, Otto Luiz Sponholz, explica que houve um processo dos chamados “Grupos de Onze”, julgado pela Auditoria da 5ª Circunscrição de Justiça Militar, com abrangência sobre os estados do Paraná e Santa Catarina, no qual os advogados lamentavam as prisões de boias-frias e analfabetos que não sabiam do que estavam sendo acusados:

Eles eram acusados de envolvimento com os “Grupos de Onze”, com coordenação nacional e tal. E a gente via, pelo semblante deles, que eles não tinham capacidade de discernimento para saber o que era esquerda ou direita. Às vezes os militares prendiam 22 e formavam dois “Grupos de Onze” aleatoriamente.³⁵⁵

Segundo declaração de alguns dos detidos, durante as prisões a pressa dos agentes os impediu de saber o motivo daqueles procedimentos, uma vez que não puderam ler os mandados. Suas residências foram vasculhadas e desarrumadas, pertences de natureza pessoal foram

³⁵⁴ DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO BRASILEIRO. Rio de Janeiro. CPDOC. Grupos dos onze. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/grupos-dos-onze>. Acesso em: 5 nov. 2021.

³⁵⁵ HELLER, op. cit., p. 220.

confiscados, como no caso de Lígia Cardieri, cujo quadro fotográfico que registrava sua gravidez foi apreendido e posteriormente usado como prova da imoralidade dos comunistas, uma vez que nele a socióloga aparecia nua.

Entre os materiais apreendidos³⁵⁶ e posteriormente avaliados pelos analistas de informações da CSI-PR, incluíam-se mais de mil livros considerados “subversivos” e utilizados como provas das acusações imputadas às escolinhas e os detidos.

Posteriormente, essas práticas foram descritas por Edésio Passos, na representação que moveu contra os delegados responsáveis pelas prisões, por abuso de poder:

Quase todos os detidos foram algemados. As residências foram vasculhadas minuciosamente (...) as bibliotecas foram o alvo preferido dos agentes policiais (...) O total de livros apreendidos chega a mais de mil; também não apreenderam apenas livros, mas correspondências particulares, devassando os arquivos pessoais dos detidos. A investida matinal dos agentes policiais federais causou pânico nos familiares, amigos e conhecidos. Os agentes sequer liam os mandados de prisão e não deixaram a necessária contrafé para conhecimento exato do porquê das prisões. Impedidos também foram todos de se comunicar com seus advogados, à primeira hora da violência.³⁵⁷

Zélia Passos, uma das dirigentes da Oficina, denunciou à imprensa que a escolinha Oficina já havia sofrido um primeiro arrombamento em janeiro de 1978, portanto, dois meses antes da deflagração da Operação Pequeno Príncipe. De acordo com a pedagoga os invasores roubaram uma “radiola, discos, quebraram vidraças e levaram nossos arquivos, o que nos confundiu, porque acreditamos que ladrões comuns não levariam nossos arquivos”.³⁵⁸

Um segundo arrombamento ocorreu no dia da deflagração da Operação Pequeno Príncipe³⁵⁹, quando, de acordo com Zélia Passos, a “documentação da escola sumiu, inclusive um cheque com uma mensalidade de um associado”. Foram levados ainda “um arquivo de planejamento pedagógico [...] estudos elaborados pelos associados integrantes da comissão pedagógica, circulares, livro-caixa”, além de boletins que seriam entregues aos pais dos alunos, contendo a “programação e avaliação dos trabalhos das crianças”.³⁶⁰

Sobre as circunstâncias vividas pelos detidos durante o período de aprisionamento, o jornalista Luís Manfredini, denunciou ter sofrido “várias violências e ameaças”. Além disso, problematizou o enaltecimento pela imprensa do suposto “bom tratamento recebido pelos

³⁵⁶ *Diretoria de escola contesta acusações*. Folha de Londrina, Londrina, 23 mar. 1978, p. 4.

³⁵⁷ INSTITUTO EDÉSIO PASSOS. Curitiba. Paraná. Dossiê AED-Escola Oficina.

³⁵⁸ *Diretoria de escola contesta acusações*. Folha de Londrina, Londrina, 23 mar. 1978, p. 4.

³⁵⁹ O que ensejou a suspeita de que a Operação Pequeno Príncipe também tenha realizado ações clandestinas.

³⁶⁰ *Diretoria de escola contesta acusações*. Folha de Londrina, Londrina, 23 mar. 1978, p. 4.

presos”, condenando a postura colaboracionista de alguns órgãos de comunicação que com tal postura teriam ofuscado a “violência que cercou o episódio”.³⁶¹

Assim, além de atribuir a imprensa a disseminação daquela falsa impressão sobre o tratamento aos presos, Manfredini ainda criticou o silêncio de alguns órgãos de comunicação sobre a importância da mobilização de setores da sociedade civil para que fosse garantida a integridade física dos presos:

Falando como jornalista acho que o tratamento carcerário que recebemos foi devido a pressão e a resistência externa que a Polícia Federal recebeu”, disse ao contar a odisseia pela qual passou nos oito dias de interrogatórios, ameaças e violências. “Não havia o menor sentido em nos prender, porque existem outros recursos legais sem o espalhamento realizado, porque não me considero delinquente para sair algemado da minha própria casa. Eu pensei que era sequestro, porque não conseguia distinguir os fatos a começar pelos dois mandados, um de prisão e outro de busca e apreensão”.³⁶²

Sobre a Operação Pequeno Príncipe, Manfredini afirmou tratar-se de uma ação na qual onze cidadãos que possuíam “residência fixa” foram “algemados, com um mandado que não legaliza a prisão”, uma vez que não havia “o menor sentido em nos prender”, pois “poderíamos depor para esclarecer as atividades escolares que julgavam subversivas, mas não sermos já, antes de nossa prisão, pré-julgados”.³⁶³

O jornalista acrescentou que a violência estatal praticada durante aquela operação foi reforçada a ponto de tentarem obrigá-lo a responder na fase dos interrogatórios a acusações pelas quais já havia sido julgado anteriormente, quando em 1971, respondeu a um processo, no qual foi incurso na Lei de Segurança Nacional, mas que havia sido absolvido.

Ainda sobre o teor dos interrogatórios, Manfredini denunciou ter sido “forçado a fazer considerações sobre minha vida privada. Isso é tentativa de enquadramento ideológico. Não posso ser julgado a respeito do que penso, ou leio, sou um cidadão livre”. Quanto as sessões de interrogatórios, o jornalista enfatizou que enquanto esteve preso, “foi interrogado de 6 a 8 horas seguidas, com três equipes de agentes federais se revezando”. Destaca ainda ter sido “ameaçado nos primeiros interrogatórios de que se não cooperasse, o levariam para o Rio, e em seguida São Paulo, ainda advertindo que seria sequestrado”. Ao alegar que não teria conhecimento sobre alguma das indagações dos interrogadores, as ameaças eram reiteradas: “Você será sequestrado quando for solto e, se acontecer algum acidente na estrada, poderá ser ferido por um de nossos agentes, mas você não escapará”.³⁶⁴

³⁶¹ *Ameaçado de sequestro*. Diário do Paraná, Curitiba, 28 mar. 1978, Primeiro caderno, p. 10.

³⁶² *Ameaçado de sequestro*. Diário do Paraná, Curitiba, 28 mar. 1978, Primeiro caderno, p. 10.

³⁶³ *Ameaçado de sequestro*. Diário do Paraná, Curitiba, 28 mar. 1978, Primeiro caderno, p. 10.

³⁶⁴ *Ameaçado de sequestro*. Diário do Paraná, Curitiba, 28 mar. 1978, Primeiro caderno, p. 10.

A polêmica entrevista realizada por Manfredini, pouco antes de sua prisão, com o tenente-coronel, Tarcísio Nunes Ferreira - que tornou pública a primeira dissidência nas hostes militares durante a ditadura³⁶⁵ -, rendeu-lhe alguns dissabores, uma vez que passou a receber telefonemas anônimos, teve sua correspondência controlada, seu telefone censurado etc.

Em entrevista ao jornal Folha de Londrina, Manfredini fez uma análise a respeito da legitimidade das ações da Operação Pequeno Príncipe e de sua posterior apreciação nas instâncias judiciais:

Essas prisões fazem parte do inquérito ideológico de nossas posições políticas. E se coletados como provas, colocarão a Polícia Federal numa situação ridícula, uma vez que elas são frágeis. Um juiz em sã consciência não aceitará qualquer denúncia nesse sentido. A Polícia Federal se arvorou de juiz de questões pedagógicas, sem ter qualquer conhecimento do assunto. Sem competência nem jurisdição, julgou a educação magistrada aos pré-escolares. Isso vem demonstrar o arbítrio violento que, se levado a debate, não comprovará nada”.³⁶⁶

O engenheiro Paulo Sá Brito, foi detido quando trabalhava na cidade de Maringá, no norte do estado. Após ter seu quarto vasculhado e alguns pertences apreendidos pelos agentes, Brito foi conduzido para a capital paranaense. Como não teve tempo de ler o mandado, pensou que o motivo de sua prisão seria sua ligação com o Movimento pela Emancipação do Proletariado (MEP).

Em entrevista recente para o projeto “Depoimentos para a História”, Brito afirmou que durante o trajeto para Curitiba, em dado momento os agentes pararam o automóvel, mandando-o descer e entrar em um matagal próximo. O engenheiro afirma que naquele momento, pensou que seria executado.³⁶⁷ Esse episódio ilustra a aplicação pela CSI-PR de uma prática recorrente de TDE, a tortura psicológica, que por não deixar marcas visíveis no corpo, tem sua recepção frequentemente minimizada por setores negacionistas da sociedade.

As ameaças aos prisioneiros eram práticas rotineiras dos agentes da ditadura, no entanto, uma delas em particular, era amplamente utilizada quando se tratava de instilar o medo da tortura e da morte: entregar o preso ao mais notório torturador da ditadura, o delegado Sérgio Paranhos Fleury. Esse tipo de ameaça era recorrente tanto em ações repressivas de caráter oficial como clandestinas. Como vimos, no caso do sequestro de Juracilda Veiga, esse

³⁶⁵ *Coronel punido afirma que é hora de militares falarem*. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 11 mar. 1978, p. 4-5.

³⁶⁶ *Jornalistas e advogado libertados confirmam a ilegalidade da prisão*. Folha de Londrina, Londrina, 28 mar. 1978, p. 5.

³⁶⁷ SOCIEDADE DE DIREITOS HUMANOS PARA A PAZ – DHPAZ. Projeto Depoimentos para a história: a resistência à ditadura militar no Paraná. Entrevistado: Paulo Sá Brito. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=L1NAzV-9j9Q>. Data de acesso: 23 mar. 2015.

expediente foi utilizado, assim como no caso da Operação Pequeno Príncipe, quando segundo Manfredini:

A violência dispensada aos presos começou com a prisão e se prolongou durante os interrogatórios e com a incomunicabilidade a que fomos submetidos, sem falar com as ameaças de que se não confessássemos seríamos levados para São Paulo, onde seríamos interrogados pelo delegado Fleury.³⁶⁸

O jornalista e escritor Walmor Marcelino, o mais visado pela CSI-PR, por sua imensa “folha corrida” nos arquivos da DOPS-PR, assim descreveu as circunstâncias de sua prisão:

No dia 18 de março último, exatamente às 6h10m da manhã, tocaram a campainha do apartamento onde moro [...] minha filha foi atender e ao ver alguns indivíduos que se diziam da polícia tentou fechar a porta, avisando que chamaria seu pai para atendê-los. Foi brutalmente empurrada, invadindo aqueles homens meu domicílio. Acordado pelos gritos, antes mesmo de chegar à porta de meu quarto, eu e minha mulher fomos postos diante de uma pistola. Apontada à minha cabeça, o portador exibiu o que parecia ser uma credencial da polícia, afirmando ser da Polícia Federal [...] uma relação de livros sobre estudos políticos, em particular os que se referiam a marxismo, política, Estado, povo foram arrebanhados e conduzidos comigo à sede da Polícia Federal.³⁶⁹

A brutalidade e o barulho causado pela ação dos agentes durante a prisão de Marcelino chamaram a atenção de alguns vizinhos que imediatamente telefonaram para a PM-PR denunciando aquela ocorrência. Chegando ao local, a equipe de policiais militares exigiu que os federais apresentassem a ordem de prisão para que a situação fosse esclarecida. Serenados os ânimos, Marcelino foi conduzido à sede da PF-PR.

Reinoldo Atem, poeta e jornalista, acordado pelo alarido dos policiais, foi atender ao portão de roupão e descalço, e assim foi levado. Suely Atem, sua esposa, grávida de dois meses, também foi conduzida para a sede da PF paranaense.³⁷⁰

O professor Léo Kessel que naquele dia seria padrinho de casamento de seu irmão, não conseguiu nem ler o mandado de prisão, tendo ficado sabendo o motivo da prisão somente através de um de seus colegas de cela já devidamente encarcerado em uma das celas da Polícia Federal. Kessel pronunciou-se sobre aqueles momentos em entrevista à imprensa:

Sobre sua prisão, explicou ter ela ocorrido à 6h 45 min de sábado. Escutando batidas na porta, ele foi atender apenas de “short”. Eram três homens e um deles lhe disse: “Somos da Polícia Federal e vamos levá-lo”. Surpreso, ele nem reparou que estava tendo suas mãos algemadas, nas costas. Como sua mulher protestou contra o fato de o levarem naquelas condições, deixaram que vestisse roupas, algemando-lhe as mãos, depois, pela frente. Tendo pedido a verificação do mandado de prisão, diz que foi mostrado um documento que não chegou a ver direito, mas que parecia ser a respeito de detenção para prestar depoimento.³⁷¹

³⁶⁸ *OAB pode acionar DPF do Paraná por abuso de poder*. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 28 mar. 1978, Primeiro Caderno, p. 18.

³⁶⁹ INSTITUTO EDÉSIO PASSOS. Curitiba. Paraná. Dossiê Walmor Marcelino.

³⁷⁰ *Polícia Federal já soltou 5*. Tribuna do Paraná, Curitiba, 25 mar. 1978, p. 3.

³⁷¹ *Polícia Federal já soltou 5*. Tribuna do Paraná, Curitiba, 25 mar. 1978, p. 3.

Para efetuarem a prisão da socióloga Lígia Mendonça os agentes invadiram sua residência utilizando inclusive uma metralhadora, fato presenciado pelas suas duas filhas. Em seguida foram confiscados 187 livros e as já mencionadas fotos em que Lígia aparecia nua, como recordação de sua primeira gravidez. Sobre essa ação, reportagem do jornal *Gazeta do Povo* informou que:

A polícia apreendeu e condenou duas fotos de Lígia grávida e nua, que estavam em seu quarto de dormir. “As crianças hoje em dia com três anos, já sabem e minha filha acha lindo que estivesse ali, na barriga da mãe” contou Lígia. Para a Polícia Federal, porém, as fotos eram perniciosas – mas foram devolvidas.³⁷²

Sobre a vigilância exercida rotineiramente pela CSI-PR e/ou pelo CCC as suas atividades, a socióloga declarou à Folha de Londrina que:

[...] era perseguida desde 13 de fevereiro, quando dois carros com elementos desconhecidos passaram a vigiar sua casa e a segui-la. A perseguição foi crescendo, e, no final da semana passada, quando retornava da faculdade onde leciona, na BR-227, um cerco foi feito, com a intenção de atemorizá-la. [...] Relatou ainda, que, desde novembro do ano passado “queriam me assustar”. Mas quando recebeu mensagem do Comando de Caça aos Comunistas, procurou advogados e denunciou o fato à Associação paranaense de Sociologia.³⁷³

Lígia Cardieri assim se pronunciou a respeito do momento da prisão:

[...] sobre sua prisão, disse que foi levada para prestar esclarecimentos sobre a escola Oficina, acompanhada de seu advogado. “Ao chegar na Polícia Federal, garantiram para meu advogado, que foi impedido de entrar pela mesma porta que eu, que ele receberia cópia do mandado de prisão e do depoimento. Daí me levaram para uma cela com quatro moças, que me mandaram tirar a roupa. Quando perguntei porque, uma delas respondeu: a senhora ainda não se conscientizou que está presa?”³⁷⁴

Cardieri sofreria ainda outro efeito do TDE ao tentar retomar sua vida profissional. Em seguida a sua libertação, a socióloga que atuava como professora universitária na Faculdade de Ciências Humanas e Sociais de Curitiba³⁷⁵, ao chegar ao trabalho, soube que estava demitida.

Repercutida pela imprensa, sua demissão primeiramente causou-lhe espanto, uma vez que a instituição em que trabalhava havia sido signatária da *Carta Aberta ao Povo*. No momento seguinte o sentimento foi de indignação ante a exigência do diretor da faculdade – que passou a ser pressionado por setores da opinião pública e sociedade civil -, de que somente poderia readmiti-la mediante a entrega de um atestado de bons antecedentes ou “atestado ideológico”

³⁷² *Polícia Federal libera mais dois presos*. *Gazeta do povo*, Curitiba, 26 mar. 1978, p. 5.

³⁷³ *Interrogada sobre educação sexual*. *Folha de Londrina*, Londrina, 26 mar. 1978.

³⁷⁴ *Interrogada sobre educação sexual*. *Folha de Londrina*, Londrina, 26 mar. 1978.

³⁷⁵ Atualmente Faculdades Integradas Espírita.

fornecidos pela DOPS-PR - o que seria impossível em razão de seu histórico de oposição à ditadura.

Sobre os procedimentos adotados após o ingresso dos detidos nas dependências da PF-PR, o advogado e jornalista Edésio Passos relatou que:

De imediato, os detidos foram colocados em celas e, logo a seguir, submetidos a minuciosa revista, nus; foram-lhes retirados os cintos, cadarços dos sapatos, canetas, dinheiro, outros pertences. Ato contínuo, todos foram fichados: fotografados de frente e de perfil; impressões digitais de todos os dedos. As fichas destinavam-se aos arquivos do SNI, DPF em Brasília, DOPS local. Depois de devidamente fichados, os detidos foram devolvidos às suas celas, ficando seis homens em duas celas de 2m x 4m, 4 mulheres em outra cela e outra sozinha. Os detentos não podiam se comunicar entre as celas, sendo-lhes advertido que, se assim o fizessem, seriam separados e isolados. Nenhum dos delegados federais, ou o encarregado do inquérito compareceu, no primeiro dia (18/03), para qualquer explicação.³⁷⁶

Após sua soltura, Sílvia Mendonça, pedagoga do IPPUC – Instituto de Pesquisas e Projetos Urbanos de Curitiba – fez um relato ao jornal Folha de São Paulo, no qual descreveu as condições de higiene das celas da PF-PR, o dia a dia dos interrogatórios, o emprego de ameaças, além das insinuações de que as escolinhas serviam de fachada para reuniões de “subversivos” que tramavam a derrubada do governo:

Sílvia Regina Pires Mendonça, 23 anos, pedagoga. Iniciou em 1976 a comissão pedagógica da escola Oficina. Foi, também, uma das suas diretoras. Até domingo [segundo dia de prisão], diz ela, o clima era de bastante insegurança. As celas eram sujas. Não foram trocadas as cobertas dos dois beliches com camas comuns, sem travesseiro. “Segunda-feira começou o interrogatório. Eu subi às oito horas e fiquei até as 18 horas prestando depoimento. De vez em quando, eles paravam de perguntar e ficavam me olhando. Depois continuavam os interrogatórios. Falavam sobre casos de prisões, torturas. Falavam de ladrões que só falavam depois de apanhar. “Vamos ver se você, na base da paulada, fala”, eles diziam. “As perguntas eram sempre sobre as escolas. Perguntavam se eu preferia ir para São Paulo ou Brasília. Diziam que o Fleury era bonzinho. Desci e voltei as 20 horas. Eram outros os interrogadores e as perguntas eram sempre as mesmas. Fiquei respondendo até meia noite. Eles tentavam envolver as pessoas que estavam presas lá. “Você disse isso, mas fulano disse que não”. Eles tentavam caracterizar que a escola era uma fachada, para formar um partido clandestino para derrubar o governo. Perguntaram nomes de crianças que eu não conhecia. Uma pergunta mais insistente era porque eu estava na escola se não tinha filho lá. Disseram que um dos problemas mais sérios era o problema da ilegalidade da escola. Respondi que a Secretaria de Educação e Cultura não exigia o registro da escola. Respondi perguntas até meia noite. Na terça-feira, vieram me buscar as 9 horas e fiquei até as 17 horas prestando depoimento. Ficavam me olhando. Mas senti uma diferença grande. O trato melhorou. No que se refere ao interrogatório, eles foram ficando exasperados. Eu dizia: vocês não têm provas contra nenhum de nós. Na quarta-feira chegaram a comentar quando do meu último depoimento, que a imprensa estava dizendo que nós éramos uns coitadinhos, mas que a gente era, na verdade, uns crápulas”.³⁷⁷

³⁷⁶ Edésio pede que OAB examine as detenções. O Estado do Paraná, Curitiba, 04 abr. 1978.

³⁷⁷ Para policiais, “escolas só escondiam subversão”. Folha de S. Paulo, São Paulo, 25/03/1978, Primeiro Caderno, p.5.

Algumas considerações podem nos ajudar a compreender melhor os interesses que teriam movido os responsáveis pelas ações clandestinas realizadas pela CSI-PR - objeto do imbricamento entre o viés ideológico e interesses materiais de setores da 5ª RM em ação de possível sabotagem que remete a chamada Operação Jacarta³⁷⁸ – a atuar no sentido de buscar tumultuar ou até impedir a desmobilização gradativa do aparato repressivo estatal como parte da descompressão política e do processo mais amplo de transição para a democracia burguesa.

No quadro formado pelas lideranças estatais, o que se observava era de um lado um primeiro grupo composto pela cúpula do governo federal, tendo a frente o ditador Geisel, e seu chefe da Casa Civil, general Golbery do Couto e Silva, idealizadores e responsáveis pela condução da política descompressiva, e o ministro da Justiça, Armando Falcão, principal elo de interlocução com as Forças Armadas.

Um segundo grupo, mais amplo, era formado pela 5ª RM, sob o comando de Ruy de Paula Couto, general que se perfilava entre os opositores de Couto e Silva³⁷⁹; a SESP-PR, sob a chefia do general Alcindo Gonçalves, cuja sintonia inicial com a 5ª RM, se rompeu quando no final de janeiro de 1978, o DOI-CODI-5ª RM sequestrou um professor dentro da sede da DOPS-PR; o delegado Ozias Algauer, à frente da DOPS-PR, um radical da área de segurança, cuja carreira policial sustentava-se majoritariamente na repressão aos opositores da ditadura de SN no Paraná; o comandante do III Exército, sediado no Rio Grande do Sul e com abrangência sobre os três estados sulistas, general Samuel Alves Correa, que além de ter comandado a 5ª RM durante a Operação Marumbi, também chefiou o Estado-Maior do III Exército, de dezembro de 1969 a maio de 1972, período marcado pela incidência de número expressivo de casos de TDE, tais como detenções ilegais, torturas, mortes e desaparecimentos forçados no Rio Grande do Sul.³⁸⁰

Assim, é possível que as atividades de enfrentamento à política descompressiva oficial verificadas em Curitiba, durante o biênio 1977-1978, pelo grau de engajamento ideológico dos

³⁷⁸ A denominação Operação Jacarta fazia referência ao golpe de Estado, ocorrido em 1966, na Indonésia, no qual cerca de 5 mil comunistas foram assassinados. Essa ação de sabotagem se sobrepôs à Operação Radar, metamorfoseando-se em uma conspiração dos radicais da comunidade de segurança paulista que se opunham ao projeto de abertura política ensaiado pelo general Ernesto Geisel e foram responsáveis pela perseguição a suspeitos de ligação com o PCB, resultando entre outros, nas três mortes ocorridas nas dependências do DOI-CODI do II Exército, em São Paulo, entre 1975 e 1976.

³⁷⁹ Sobre discordâncias entre Couto e Silva e Paula Couto envolvendo o processo de descompressão política, ver entrevista do general Ruy de Paula Couto. In: MOTTA, 2003, t.13, p. 45.

³⁸⁰ Correia afirmou que ainda que não apreciasse o radicalismo da linha dura, isso não o impediu de desencadear, na condição de comandante da 5ª RM, as duas operações contra a “subversão” nos estados do Paraná e Santa Catarina (Operação Marumbi e Barriga Verde), em 1975, bem como não teve dificuldades em outras oportunidades, de “estar sintonizado com as escaladas da Revolução que julgava fossem de interesse para o Brasil”. Acrescenta-se ainda outra declaração na qual esse general minimiza a gravidade das atividades do grupo paramilitar CCC, afirmando tratarem-se de “jovens empolgados no combate ao comunismo”. In: MOTTA, 2003, t. 5, p. 37-39.

membros desse segundo grupo, tenham resultado, mesmo que involuntariamente, de uma espécie de atuação integrada movida pelo interesse de impedir a continuidade do processo descompressivo conduzido pelo ditador Geisel, que implicava na devolução do poder aos civis, e conseqüente desmontagem daquela estrutura repressiva que havia se tornado o suporte de suas existências subjetivas e materiais.

Além disso, havia outra questão de fundo a motivar fortemente essas ações, que residia na busca por garantias junto aos condutores da política descompressiva de que os crimes cometidos pelos agentes estatais durante a vigência da ditadura não seriam apurados e, portanto, seus autores não sofreriam qualquer punição. Para tanto, foi preciso aprofundar a pressão sobre a cúpula do governo federal, sobretudo no final do governo Geisel e início da gestão de Figueiredo para que a Lei de Anistia (1979), fosse aprovada nos moldes desejados pelos radicais das comunidades de segurança e informações. Portanto, foi o incremento das atividades clandestinas a via escolhida para alcançar esse objetivo de impunidade que nos dias atuais assume relação direta com a emergência de grupos de extrema direita e movimento golpistas no Brasil.

No capítulo que se encerra foram conhecidas algumas das ações repressivas perpetradas pela CSI-PR e CCC durante os anos de 1977 e 1978, em Curitiba e região, bem como parte das circunstâncias que envolveram a execução da Operação Pequeno Príncipe, sob a ótica de seus operadores - sobretudo do ponto de vista organizacional e operacional -, e também do ponto de vista de algumas de suas vítimas que discorreram sobre alguns dos efeitos deletérios daquela operação que pretendeu criminalizar as atividades das escolinhas Oficina e Oca; culminando com seu desfecho na esfera judicial.

Foram essas práticas recorrentes de TDE perpetradas pela CSI-PR e CCC no período citado que chamaram a atenção de cidadãos e entidades representativas da sociedade civil do Brasil e do mundo para a violência que assolava a capital paranaense, gerando abalos a política descompressiva conduzida pela cúpula do governo federal, bem como a já combalida imagem internacional do Brasil no campo dos direitos humanos.

Portanto, no capítulo que segue serão abordados aspectos importantes que relativos a repercussão e as reações geradas pelas denúncias veiculadas por meio da *Carta Aberta ao Povo*, envolvendo as práticas de TDE operadas pela CSI-PR e CCC, durante o biênio 1977-1978, elementos imprescindíveis para o melhor dimensionamento do importante papel desempenhado pela sociedade civil paranaense que, ao mobilizar-se em defesa do Estado de direito e contra a violência estatal em progresso, contribuiu decisivamente para que aquele Estado terrorista

promovesse a partir de abril de 1978, a desmobilização paulatina da engrenagem repressiva local daquela ditadura.

4 REPERCUSSÃO E REAÇÕES ÀS PRÁTICAS DE TDE OPERADAS PELA CSI-PR (1977-1978)

De acordo com a cientista política Maria Helena Moreira Alves, uma das necessidades essenciais de um Estado repressivo é limitar o fluxo de informações como forma de impedir que a população tome conhecimento dos abusos praticados pelo poder. Para tanto, faz-se necessária a produção de um silenciamento que não só limite o dissenso, como amplie os sentimentos de isolamento e medo necessários ao impacto de uma estratégia de governo alicerçada no TDE. Nesse sentido, a imposição da censura assume vital importância como medida capaz de manter vastos setores da população desinformados e, portanto, incapazes de participar de forma efetiva do debate e da ação política.³⁸¹

No ano de 1978, com a censura prévia já suspensa, coube a imprensa assumir um importante papel na ampliação do lento processo de liberalização política em curso. Naquele momento alguns dos grandes jornais já vinham tecendo críticas ao modelo econômico e denunciando a corrupção de altos funcionários governamentais.³⁸² *Pari passu* com essas mudanças, rompia-se gradativamente a cultura do medo, como resultado do enfrentamento à um de seus principais efeitos: o silêncio. Nessa nova conjuntura política, a cada denúncia de casos de tortura, a imprensa oferecia ampla cobertura, exigindo investigações e o fim da violência (para)estatal.³⁸³

Foi por intermédio desse processo de liberalização que ocorreu a transição de uma conjuntura de ocultamento das torturas praticadas pelos órgãos repressivos, para um cenário de desativação gradual de certos mecanismos de censura, tornando possível que tais violências viessem à público.

Sobre esse aspecto, o advogado de presos políticos e fundador do grupo Clamor³⁸⁴, Luiz Eduardo Greenhalgh, afirma que diferente da fase anterior ao período descompressivo e o consequente relaxamento da censura à imprensa, quando somente podiam denunciar as torturas

³⁸¹ ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1984, p. 212.

³⁸² “*Assim vivem os nossos superfuncionários*”. O Estado de São Paulo, São Paulo, 1 ago. 1976, p. 3.

³⁸³ ALVES, op. cit., p. 217.

³⁸⁴ O presente estudo trata do grupo Clamor, entidade de direitos humanos que surgiu no Brasil, no final dos anos 1970, em meio à crescente repressão política no Cone Sul produzida pelas Ditaduras de Segurança Nacional. Clamor surgiu em um cenário de deslocamento forçado de perseguidos políticos obrigados a abandonar sua terra natal em busca de abrigo. Incrustado na Arquidiocese de São Paulo, Clamor, desde o início de sua atuação, fez parte da constituição informal de uma rede de defesa dos direitos humanos que visava ajudar esses perseguidos políticos que, em condições muito adversas, procuravam acolhida, auxílio para abandonar a região ou reencontrar familiares e amigos. In: FRAGA, Guilherme Barboza de. *Clamores contra as ditaduras do Cone Sul: o grupo Clamor e a solidariedade em defesa dos perseguidos políticos e seus familiares*. (Dissertação) Programa de Pós-Graduação em História. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. UFRGS, 2020.

sofridas por seus clientes ao juiz auditor ou alguma autoridade, conforme a “política foi se abrindo”, os advogados puderam encaminhar essas informações à imprensa, uma vez que naquela nova conjuntura as “denúncias públicas” passaram a ser toleradas.³⁸⁵

Dois textos jornalísticos nos ajudam a compreender melhor parte das circunstâncias que ensejaram essa virada na correlação de forças envolvendo governo e oposição, permitindo que naquela segunda metade da década de 1970, a imprensa desempenhasse papel fundamental na publicização das atividades do aparato repressivo da ditadura, colaborando para a elevação do nível de consciência e de participação da sociedade civil, por meio dos novos e/ou já tradicionais movimentos de resistência à ditadura.

O primeiro texto foi publicado pelo jornal O Estado de São Paulo, nos dias que se seguiram ao assassinato de Vladimir Herzog na cela do DOI-CODI do II Exército, em São Paulo, em outubro de 1975. Nele, o jornalista Vilas Boas Correa, cobrou do ditador Geisel a aplicação de medidas punitivas aos responsáveis pela segunda morte em dois meses ocorrida naquela unidade militar. Correa também chamou a atenção do governo para o que ele denominou de despertar da “sensibilidade nacional”, e fez um alerta, afirmando que o questionamento aos métodos da máquina repressiva da ditadura saíra das sombras para introduzir-se na pauta de discussões da sociedade civil:

[...] Alguma coisa, sem dúvida, deve acontecer, para que o presidente Geisel não deixe escoar por entre os seus dedos uma oportunidade excepcional de corrigir os defeitos e falhas do governo, no instante singular e exato em que a sensibilidade nacional foi despertada para o problema e está atenta, na ansiosa expectativa de providências que alcancem além da rotina e de que tudo não se dilua no trivial, mantendo-se potencialmente intocado o foco criador do grave incidente. O debate, que vinha sendo evitado não apenas pelo receio compreensível de deflagrar o incontornável, mas, pelo desconhecimento mais amplo da realidade sobre a ação dos órgãos de segurança, seus excessos e métodos de atuação, em desenvoltura que não se ajusta às determinações da lei, mesmo da abundante legislação excepcional vigente, agora está em pauta. Quebrou-se o ‘tabu’ da inviolabilidade, ante a brutalidade dos acontecimentos ocorridos em São Paulo e as trágicas consequências da misteriosa escalada da violência. O que agora se sabe, com certeza fundada em depoimentos e em evidências, conduz à inevitabilidade de uma reformulação do problema, com o reconhecimento de que a iniciativa só pode partir da Presidência da República. [...] O que não parece possível é que se tente a saída escapista de botar uma pedra em cima, uma vez oferecidas as satisfações protocolares à sociedade e toleradas as manifestações pacíficas e ordeiras do seu desabafo. Só o silêncio do temor, e também do mistério, pode encobrir o continuado exercício da violência, até aqui, resistente a todos os esforços superiores para contê-la e discipliná-la. Ao presidente Geisel, mais do que a qualquer outro, interessa vitalmente uma solução que reestabeleça a tranquilidade ao país e coloque o seu governo a salvo de novos incidentes como os de São Paulo. As medidas previstas e esperadas para esta área crítica serão adotadas, obviamente, em sigilo. Mas os seus resultados não tardarão a ser percebidos. O governo necessita extirpar as causas pela raiz, adotando medidas profundas. Pois que o debate só poderá ser encerrado na exata medida em que for encontrada a solução. Urgente, embora, não se deve esperar por atos imediatos. A própria delicadeza do problema impõe cautelas

³⁸⁵ SPIELER, Paula (coord.). *Advocacia em tempos difíceis: ditadura militar 1964-1985*. Curitiba: Edição do Autor, 2013, p. 469.

e cuidados e toda uma avaliação do quadro, considerado no seu conjunto, com análise abrangente de seus diversos aspectos. Se, como é evidente, o governo não admitirá o arrefecimento da vigilância e do combate à subversão, em todos os seus níveis, também não se conformará, em que elas continuem como uma espécie de atividade à margem de tudo, não apenas da lei mas do seu controle.³⁸⁶

O segundo excerto foi extraído de um artigo no qual o jornalista Mussa José de Assis, aponta o que talvez tenha sido o ponto de inflexão na trajetória da censura ditatorial, ou como afirma o autor, o “teste de carga”, quando a imprensa teve a percepção de que era possível avançar um pouco mais:

O jornalismo brasileiro vinha testando, a partir da posse do presidente Geisel, até onde ia a abertura do regime. Sufocada por leis fortes (a de Imprensa e de Segurança Nacional, ambas ainda em vigor), reforçadas pelo Ato-5, durante todo o governo Médici – a imprensa passou a ter mais ar para respirar já no correr de 1974. A censura prévia começou a ser retirada das redações e desapareceram os célebres “lembretes” da Polícia Federal. Os jornais voltaram a ousar matérias de denúncia, logicamente depois de verem impunes profissionais e órgãos que se aventuraram a noticiar o dia-a-dia e imprimir editoriais livres, desengajados. Enfim, o clima era de aparente liberdade de imprensa, mas não se tinha ideia de até onde os jornalistas poderiam ir no exercício do seu direito de opinar, de criticar, de informar e de ter acesso à informação sem serem atropelados por leis truculentas. Foi a série “Assim vivem nossos superfuncionários”, publicada em três edições do *Estadão* – tendo uma segunda-feira de agosto pelo meio – que avisou a imprensa brasileira que o Ato-5, mesmo funcionando como instrumento de intimidação, não seria acionado pelo governo para punir verdades ou manter a opinião pública desinformada. Talvez o jornal paulista não tivesse pretendido utilizar a série como *teste de carga*, mas ela assim funcionou. Ao sair a primeira matéria, numa edição de domingo, chamando a sequência para o jornal de terça-feira, muita gente – principalmente ministros de Estado e figurões da República – apostou que não haveria a segunda reportagem. Ela saiu. E mais outra, denunciando mordomias, sessões reservadas de cinema proibido à população, farras cívicas com dinheiro público. Estava dado o tiro de largada, levantada a cortina de medo que pairava sobre a imprensa. Principalmente para os jornais, para os milhares de órgãos que lutam além do eixo Rio-São Paulo, sempre se orientando através da observação do comportamento dos chamados grandes jornais.³⁸⁷

Conforme explica Alves, durante o período da descompressão ou “distensão” a orientação política da ditadura manteve-se dentro dos limites impostos pela Doutrina de Segurança Nacional, configurando-se mais como um ciclo de liberalização, do que como uma efetiva transição para a democracia. Foi nesse período que as oposições acumularam um intenso aprendizado, fortalecendo sua participação ao nível da política institucional e, simultaneamente, neutralizando os efeitos paralisantes das ações intimidatórias praticadas pelo governo.

Nesse sentido, Alves aponta que em “sua relação dialética com o Estado”, as oposições foram forjando maneiras de solapar os três elementos fundamentais da “cultura do medo”: a primeira delas envolveu a ação conjunta de grupos que pressionavam o Estado pela abolição da

³⁸⁶ *Aguarda-se ação de Geisel*. O Estado de S. Paulo, São Paulo, 04 nov. 1975, p. 3.

³⁸⁷ ASSIS, Mussa José de. *Mordomia foi tiro de largada para abertura*. In: LUZ, Olavo; BORGES, Manoel (org.). 25 anos de imprensa no Brasil – Prêmio Esso de Jornalismo. Rio de Janeiro: Esso, 1980, p. 121.

censura e setores ligados a elite dentro do MDB, na busca pela ampliação do campo da liberdade de expressão. O êxito dessa iniciativa abriu espaço para que os veículos de comunicação pudessem desempenhar importante papel, pois a partir de então passaram a ser publicados debates envolvendo questões econômicas, denúncias de abusos de poder, corrupção e até mesmo das violências praticadas pelo Estado terrorista brasileiro.³⁸⁸

A segunda maneira se deu com a resposta da sociedade civil ao rompimento do silêncio, quando os “cidadãos começaram a recorrer ao novo foro público para manifestar seu protesto contra a brutalidade governamental”. As ações da Igreja Católica e da OAB em defesa das garantias legais e civis contribuíram efetivamente para dissipar a sensação de isolamento, ao mesmo tempo em que começaram a ser disponibilizados canais e organizações capazes de oferecer ajuda e apoio efetivos as vítimas da violência do Estado, permitindo que advogados de presos políticos obtivessem vitórias importantes. Nesse contexto de resistência, fazendo uso de todo o seu capital simbólico, coube a Igreja Católica consolidar seu papel legitimador das lutas em defesa dos direitos humanos e dos perseguidos pelo Estado.³⁸⁹

A terceira e última forma de enfrentamento à “cultura do medo” materializou-se quando setores da sociedade civil, abandonando o profundo sentimento de descrença em relação a possibilidade de mudanças, aproveitaram as possibilidades de acesso a novos canais de participação política e a liberdade de organização, rompendo assim com o antigo pessimismo sustentado na ideia de que qualquer iniciativa estaria fadada ao fracasso. Sob essa nova dinâmica, e numa relação dialética, as pequenas vitórias conquistadas naquele cotidiano de lutas, alimentaram a esperança de mudanças e uniram as pessoas numa causa comum, reduzindo ainda mais o sentimento de descrença e isolamento e fortalecendo e ampliando os limites da luta coletiva.³⁹⁰

Assim, uma vez rompido o ciclo da “cultura do medo”, o sentimento de esperança voltou a permear o espaço da coletividade, expandindo-se para todas as esferas oposicionistas, fazendo daquelas atividades desenvolvidas no âmbito da política formal, através da constituição de redes de participação política, o eixo das lutas que foram responsáveis pela superação da “cultura do medo”.³⁹¹

Portanto, em meio a esse novo cenário, marcado pela recomposição do papel crítico da imprensa, de intensificação da participação política e remobilização da sociedade civil - com

³⁸⁸ ALVES, op. cit., p. 223.

³⁸⁹ ALVES, op. cit., p. 223.

³⁹⁰ ALVES, op. cit., p. 223.

³⁹¹ ALVES, op. cit., p. 223.

a presença de atores sociais tradicionais -, e, conforme Sader³⁹², quando novos personagens entraram em cena, que surgiram as condições de possibilidade para o sucesso do movimento reativo que se insurgiu contra a violência repressiva (para)estatal que assolava Curitiba, durante o biênio 1977-1978.

Foi sob esse contexto sócio-político, e no bojo da intensa repercussão gerada pelo sequestro de Juracilda Veiga, pela deflagração da Operação Pequeno Príncipe e demais práticas de TDE denunciadas pela *Carta Aberta ao Povo*, que se desenvolveu o processo histórico a ser apresentado a seguir.

4.1 Comissão de Justiça e Paz-PR: “Estamos aqui para que tudo corra bem!”

Em 19 de março de 1978, dia seguinte à deflagração da Operação Pequeno Príncipe, o jornal Diário do Paraná, um dos principais periódicos locais da época, estampou em sua capa a seguinte chamada:

REVOLTA CONTRA AS PRISÕES POLÍTICAS

As prisões de 10 jornalistas, professores e advogados feitas ontem pela Polícia Federal, mais o sequestro, no dia anterior, da estudante Juracilda Veiga, mobilizaram a opinião pública paranaense, através de seus órgãos mais representativos. As detenções foram explicadas pela Polícia Federal, como ligadas a Associação de Estudos Educacionais³⁹³ e Centro de Pesquisas e Avaliações Educacionais³⁹⁴, que desenvolveriam “atividades contrárias a Segurança Nacional”, mas não diz os nomes dos detidos e nem onde se encontram. A Comissão de Justiça e Paz, a Ordem dos Advogados do Brasil – Seção do Paraná, a Federação Nacional dos Jornalistas Profissionais, a Associação das Escolas Católicas, o Movimento Feminino da Anistia Internacional, o diretório Regional do MDB e outros órgãos manifestaram-se contra as prisões. Um telex enviado ao Ministro Armando Falcão, da Justiça fala que “a intranquilidade tomou conta da família paranaense” e expressa revolta contra “a ação discricionária e violenta”, informando sobre a “resistência democrática na terra paranaense” contra as “agressões à soberania estadual”.³⁹⁵

O texto não menciona a prisão de Paulo Sá Brito, ocorrida em Maringá, fato que elevou para onze o número de detidos. Chama a atenção a informação de que um telex havia sido enviado ao ministro da Justiça, cientificando-o sobre a embrionária formação de uma “resistência democrática na terra paranaense”, contra as “agressões à soberania estadual”.³⁹⁶

Note-se, portanto, que essa primeira demonstração de insatisfação dirigida ao Ministério da Justiça – observe-se que a PF-PR, coordenadora da Operação Pequeno Príncipe,

³⁹² SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80)*. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

³⁹³ A AED era a associação mantenedora da pré-escola Oficina.

³⁹⁴ O CEPAED era a associação mantenedora da pré-escola Oca.

³⁹⁵ *Revolta contra as prisões políticas*. Diário do Paraná, Curitiba, 19 mar. 1978.

³⁹⁶ *Revolta contra as prisões políticas*. Diário do Paraná, Curitiba, 19 mar. 1978.

fazia parte da estrutura daquele ministério -, contra a repressão no estado, já anunciava o que rapidamente se transformaria em um vigoroso movimento contra as arbitrariedades da CSI-PR.

Assim, o imediato envio de um telex à Armando Falcão, provavelmente possa ser explicado face à dedução de seus emissários de que a Operação Pequeno Príncipe teria sido autorizada pelo ministério. Caso fosse validada, tal hipótese revelaria um descompasso no interior do Executivo Federal, envolvendo o Ministério da Justiça e a Presidência da República, dado que naquele contexto, uma ação repressiva da magnitude da Operação Pequeno Príncipe, chocava-se abertamente com a política descompressiva em curso.

Vejamos como o Jornal do Brasil, veículo de abrangência nacional, divulgou a notícia das prisões em Curitiba:

Pelo menos 10 pessoas – jornalista e intelectuais – foram presas, a partir da 6h de ontem, pela Polícia Federal, entre as quais o repórter Luís Alberto Amaral Manfredini, da Sucursal do JORNAL DO BRASIL no Paraná e cujo filho estudou numa das escolas que, segundo a Polícia Federal, serviam para reuniões de organizações subversivas e doutrinavam os alunos [crianças de 1 a 6 anos] dentro de princípios marxistas.³⁹⁷

Note-se que, no caso do Jornal do Brasil, além do desconhecimento quanto ao número exato de detidos – assim como o Diário do Paraná -, havia uma particularidade: um dos detidos na Operação Pequeno Príncipe, o jornalista Luís Manfredini, era correspondente daquele veículo de comunicação, em Curitiba.

Como já mencionado, a primeira iniciativa concreta de reação da sociedade civil, ocorrida ainda no dia das prisões ligadas à Operação Pequeno Príncipe, contou com a liderança da CJP-PR, quando em reunião na Cúria Metropolitana de Curitiba, foi elaborada a chamada *Carta Aberta ao Povo*, documento-denúncia que enfeixava uma série de ações terrorista perpetradas pela CSI-PR desde o ano anterior (1977):

O sequestro da professora e as prisões movimentaram 36 instituições de classes, órgãos de cultura, a Arquidiocese de Curitiba, políticos, profissionais liberais e estudantes, no que se constitui no maior ato de solidariedade que se tem notícia nos casos de prisões ocorridas no Paraná [...]. Ao final de uma reunião que durou três horas, a Comissão Regional de Justiça e Paz em conjunto com outras entidades profissionais, estudantis, educacionais, políticas, distribuiu o documento denominado “*Carta Aberta ao Povo*”, no qual manifestaram de público seu repúdio às prisões e arbitrariedades, sua preocupação pelo terror e insegurança impostos à população que atinge até mesmo crianças, e exigiu das autoridades as seguintes medidas: a imediata libertação das pessoas presas, o esclarecimento e a punição dos responsáveis pelo sequestro da jornalista Juracilda Veiga. A apuração dos atos ilegais e ameaçadores do clandestino Comando de Caça aos Comunistas – CCC – e o respeito pelo poder público às garantias individuais e coletivas fundamentais.³⁹⁸

³⁹⁷ *Polícia prende 10 intelectuais no Paraná*. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 19 mar. 1978.

³⁹⁸ *36 instituições manifestam-se*. Folha de Londrina, Londrina, 21 mar. 1978.

A divulgação da *Carta Aberta ao Povo* pela imprensa local e nacional foi de extrema relevância para a adesão e o fortalecimento da luta contra as ações da CSI-PR. Isso porque, para além do sequestro de Veiga e da Operação Pequeno Príncipe, aquele documento (que ganhou repercussão internacional) permitiu que naquele momento diversos segmentos da sociedade brasileira, bem como de outros países, tomassem conhecimento das inúmeras outras práticas de TDE que vinham sendo operadas pela CSI-PR e pelo grupo paramilitar CCC em Curitiba.

Na segunda-feira, dia 20 de março, a imprensa já trazia informações sobre a divulgação da *Carta Aberta ao Povo* junto à comunidade local:

Ontem foi lida, do púlpito de diversas igrejas de Curitiba, a “Carta Aberta ao Povo”, preparada no sábado pela comissão Regional de Justiça e Paz da Cúria Metropolitana em conjunto com outras 34 entidades. Os firmantes, após manifestar “repúdio às prisões e arbitrariedades, preocupação pelo clima de terror e insegurança imposto à população, que atinge até mesmo crianças, e preocupação com as consequências do desdobramento desses atos de violência”, exigiram “a imediata liberação das pessoas presas, o esclarecimento e a punição dos responsáveis pelo sequestro da jornalista Juracilda Veiga, a apuração dos atos ilegais e ameaçadores do clandestino Comando de Caça aos Comunistas (CCC) e o respeito pelo Poder Público das garantias individuais e coletivas fundamentais”.³⁹⁹

A difusão da *Carta Aberta ao povo* não se resumiu à sua divulgação pela imprensa e leitura durante as missas dominicais. Outro importante veículo de comunicação, a televisão, foi utilizado como meio de ampliar ainda mais o alcance das denúncias:

Ontem, no canal 4 [Televisão Iguazu], durante a missa que há dez anos vai ao ar nas manhãs de domingo, o tema direitos humanos foi abordado diretamente. No final da missa televisada, d. Pedro Fedalto, com acentuada veemência, anunciou a existência da “Carta Aberta ao Povo” e do seu conteúdo aos telespectadores, pedindo ainda às autoridades a restituição da jornalista e professora Juracilda Veiga, sequestrada na tarde de sexta-feira, e a garantia dos direitos humanos das pessoas presas pela Polícia Federal na manhã de sábado.⁴⁰⁰

Saliente-se que, durante as missas matutinas realizadas no domingo, ainda não se sabia da libertação de Juracilda Veiga, fato ocorrido naquela madrugada, quando após ser libertada pelos sequestradores, na cidade de Registro, em São Paulo, foi socorrida por um padre local, e embarcada às 7 horas da manhã, em um ônibus com destino à Curitiba.

Além disso, simultaneamente à leitura da *Carta Aberta ao Povo*, durante as missas dominicais, outras iniciativas esboçadas na reunião na Cúria Metropolitana, no dia anterior, começavam a ganhar vida:

A partir de hoje a comunidade curitibana estará sendo mobilizada através da coleta de assinaturas em documentos que solicitarão às autoridades a libertação de todas as pessoas presas na manhã de ontem, bem como da professora Juracilda Veiga, sequestrada sexta-feira. Esta foi uma das decisões de uma comissão organizada especialmente para tratar do caso e composta por setores de toda a comunidade. Em

³⁹⁹ *Justiça e Paz exige libertação*. Folha de São Paulo, São Paulo, 20 mar. 1978.

⁴⁰⁰ *Em igrejas, lida a Carta Aberta da CJP*. Tribuna do Paraná, Curitiba, 20 mar. 1978.

reunião realizada ontem na Cúria Metropolitana, sob a coordenação da Comissão de Justiça e Paz, decidiu-se pela manutenção da comissão permanentemente, até que seja solucionado o caso; pela divulgação dos fatos, considerados arbitrários, através de todos os meios de comunicação e igrejas; pela posição de responder oficialmente pela seqüência de medidas até a resolução do problema; e pela abertura de inquérito para esclarecimento do sequestro da professora Juracilda Veiga. Como medida imediata, além da concretização de um documento acerca das prisões e sequestro, será iniciada a coleta de assinaturas em toda a cidade.⁴⁰¹

Uma reportagem do jornal Folha de Londrina, descreve momentos importantes da reunião realizada na Cúria Metropolitana, cujos reflexos representaram um ponto de inflexão no quadro da correlação de forças entre governo e oposição no estado, quando naquele momento setores importantes da sociedade civil, tendo à frente a CJP-PR, desempenhavam papel relevante na campanha de denúncias e resistência às práticas de TDE que vinham se tornando recorrentes na cidade de Curitiba.

Ainda que longo, esse texto merece ser conhecido em sua integralidade, dada a sua relevância enquanto registro daquele momento-chave da luta contra o Estado terrorista, quando no bojo de um processo amplo de remobilização da sociedade civil, assim como em outros lugares do país, diversos segmentos sociais curitibanos, investiram contra esse poder autoritário:

O sequestro da professora Juracilda Veiga e as prisões de ontem levaram a Comissão Pontifícia Justiça e Paz, órgão da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, a realizar ontem, a partir das 16 horas, uma sessão extraordinária, com a participação maciça de representantes de numerosos setores da Sociedade Civil para manifestar ao governo e às autoridades de segurança o seu “repúdio ao arbítrio e à violência policial, e para exigir a libertação imediata dos presos, a localização imediata da professora sequestrada, a garantia de segurança pessoal aos cidadãos”. Reunidos na sala “São Paulo Apóstolo”, na sede da Cúria Metropolitana de Curitiba, à rua Jaime Reis, a Comissão, na presença do arcebispo Dom Pedro Fedalto, somente deu início aos trabalhos após a chegada ao recinto dos representantes das diversas entidades profissionais, universitárias, cívicas, trabalhadoras e religiosas especialmente convidadas. Enquanto o bispo auxiliar de Curitiba, Dom Domingos Gabriel Wisniewski, responsável pela Comissão convocava a comporem a mesa seus membros efetivos, como o advogado e professor de Direito, Wagner Rocha D’Angelis, o médico Agostinho Bertoldi, o advogado e professor da Universidade Católica, Newton Stadler de Souza, a professora Edir Gonçalves de Souza, além do bispo auxiliar de Curitiba, Dom Albano Cavalin, do presidente e secretário do Diretório Estadual do MDB, respectivamente Euclides Scalco e Adhail Sprenger Passos, e os representantes convidados, os familiares e advogados dos profissionais detidos, e a imprensa em peso, estudantes e membros do Clero superlotavam o recinto. Nos primeiros instantes da sessão várias senhoras abafavam o pranto, entre elas, a mãe da professora Juracilda Veiga, sra. Maria do Carmo Veiga. Pedindo silêncio, Dom Domingos Wisniewski agradeceu o comparecimento e afirmou estarem todos ali reunidos “pelo bem da comunidade de Curitiba, num gesto de solidariedade para com estes que sofreram esta infelicidade. “Estamos aqui – disse – para que tudo corra bem”. A multidão fazia silêncio, enquanto mais gente chegava à sala. Passou a fazer a chamada das entidades presentes, e deu então a palavra ao professor Wagner Rocha D’Angelis, que saudando os presentes e assinalando a presença, no auditório, dos pais da professora sequestrada, passou a historiar os fatos e as atitudes já tomadas. Contou

⁴⁰¹ *Mobilização em favor dos presos*. O Estado do Paraná, Curitiba, 19 mar. 1978, p. 8.

como a professora Juracilda, “terminadas as aulas que lecionava na sexta-feira, saia para sua residência no Bairro Alto, a quatro quadras apenas da Escola Conego Camargo, acompanhada de crianças de sua turma, quando por volta das 17h10m, foi assaltada por dois indivíduos morenos e um de cabelos grisalhos, que, apontando arma, forçaram-na a entrar numa “Veraneio” azul-escura, avisando-a – é da polícia – e com a professora imobilizada, o veículo partindo em alta velocidade, mas não tão rapidamente que os transeuntes não pudessem identificar a placa do veículo”. Mais adiante, com voz calma, Stadler de Souza, passou a ler uma proposta, encaminhada à mesa, no sentido de formar-se uma Comissão Permanente para o acompanhamento da situação dos presos e da sequestrada, “até sua solução”, formada por representantes das várias entidades presentes. A Comissão constituída na segunda parte da Assembleia, teria a incumbência de fazer um relato dos fatos para a informação da opinião pública, especificando, em suas denúncias, “o caráter ilegal desta prisão sem mandado”, a da professora. Teria ainda a tarefa de acompanhar as providências judiciárias para a defesa dos detidos, de exigir a libertação imediata deles, “para que, caso necessário, respondam em liberdades às acusações que lhe são imputadas”, e a de tomar providências para a abertura de inquérito “para esclarecimentos, em especial do caso da professora Juracilda Veiga”. O professor Wagner D’Angelis anunciou então o recebimento, pela mesa, de várias outras propostas, que encaminhava à discussão geral. A primeira delas referia-se à coleta de assinaturas para um abaixo-assinado junto aos vários setores da cidade. Aparteou-se, em complemento, que a proposta recebesse a assinatura dos órgãos representados na assembleia. Que fosse imediatamente divulgada uma moção e em seguida coligidas assinaturas junto aos cidadãos. O presidente da Associação de Pais e Mestres da Escola onde dava aulas Juracilda, sr. Vair Gonzaga, ofereceu, “havendo necessidade de deslocamentos para outros lugares, ou outros estados”, os préstimos da entidade. O advogado Geraldo Vaz propôs que o texto fosse levado a todas as igrejas, para a coleta de assinaturas, “em repúdio ao arbítrio”. A dirigente do Movimento pela Anistia no Paraná, sra. Neide Azevedo Lima, informou da existência de 12 núcleos estaduais do Movimento, que estariam mobilizados para a divulgação do protesto e o acompanhamento da solução. Fábio campana, do Centro de Pesquisas e Avaliações Educacionais, que mantém a escolinha “Oca”, informou que as duas escolas – cujos métodos experimentais serviram de pretexto para as prisões – atendiam crianças de até seis anos. “São pré-escolas” – observou. Wagner interveio para lembrar que “a professora Juracilda Veiga nenhuma ligação tinha com as atividades das escolas. Era um caso distinto.⁴⁰²

A reportagem nos ajuda a recuperar em parte o clima de revolta e o sentimento de solidariedade que moveu aqueles vários atores sociais, que naquele momento davam início a construção de um vigoroso movimento que contribuiria decisivamente para que mudanças substanciais na área de segurança local interrompessem a escalada de violência da CSI-PR.

A intervenção de Dom Domingos Wisniewski sinaliza de forma tocante o papel de escudo protetor assumido pela Igreja Católica junto àquele movimento, quando após agradecer o comparecimento e a participação de todos, afirma em nome da CJP-PR: “Estamos aqui para que tudo corra bem”.

Nos meses e anos posteriores a CSI-PR passaria por um processo de desmobilização que paulatinamente desativaria o principal dispositivo do terror estatal da ditadura no estado do Paraná.

⁴⁰² *Comissão de Justiça e Paz toma medidas*. Folha de Londrina, Londrina, 21 mar. 1978.

Foram em momentos como esses, quando os cidadãos sentiram a possibilidade de criarem algo poderoso que pudesse fazer frente a opressão que lhes afligia, que numa espécie de simbiose entre o agir e o simbólico, a sociedade civil curitibana, deu uma demonstração de força, tal qual os paulistanos haviam feito quase três anos antes, quando num ato silencioso de extrema eloquência⁴⁰³ e coragem disseram não ao TDE.

Em seu livro *O fim da ditadura militar*, o jornalista Bernardo Kucinski, narra esse episódio, ocorrido após a morte de Herzog, em outubro de 1975, que se transformaria em importante contributo para a expansão das lutas contra a ditadura por todo o país:

Em fins de 1975, São Paulo se destacava claramente como cidade-vanguarda da oposição ao regime. Ali se concentrava o maior número de núcleos de intelectuais com sólida tradição oposicionista, muitos deles revigorados com o sucesso da campanha eleitoral de 1974, na qual haviam participado. A Cúria Metropolitana, sob a liderança do cardeal Arns, também estava na vanguarda da ala, então dominante, da Igreja Católica, que seguia as teses progressistas da Igreja de Libertação, e oferecia cobertura muito eficaz à luta pelos direitos humanos. [...] Nesse clima ocorre uma onda de prisões de jornalistas e intelectuais em São Paulo, com o objetivo aparente de intimidar e, possivelmente, derrubar o governador Paulo Egydio Martins, membro histórico do grupo Geisel, de quem gozava da mais absoluta confiança. Os presos eram acusados de ser membros do Partido Comunista, levado à câmara de tortura do DOI-CODI de São Paulo, na rua Tutoia, perto do Quartel General do II Exército, e submetidos a choques elétricos e espancamentos. As unidades de captura e interrogatórios recriaram, de repente, o clima de terror dos tempos de combate à guerrilha urbana. No dia 25 de outubro de 1975, sábado, um dos cinco jornalistas que estava sendo torturados no DOI-CODI, Vladimir Herzog – muito conhecido nos meios profissionais –, morre em virtude das torturas. O DOI-CODI alega que Vladimir Herzog havia se suicidado. A notícia da morte de Herzog corre como um rastilho de pólvora e se forma imediatamente um poderoso movimento de protesto. Centenas de pessoas velam o corpo de Herzog. Personalidades da oposição de outros estados deslocam-se para São Paulo – fato que se repetiria muitas outras vezes nos anos seguintes. A morte de Herzog precipita o protesto que estava atravessado na garganta da intelectualidade paulista desde o começo daquela onda de prisões. Um grande culto ecumênico é planejado para a sexta-feira seguinte, na Catedral da Sé. Temendo a reação violenta do II Exército, Geisel desloca-se para São Paulo e tenta convencer o cardeal Dom Paulo Evaristo Arns a não comparecer ao ato ecumênico. Mas o culto é realizado com a presença de 8 mil pessoas – a primeira grande manifestação de massa em muitos anos. Esse culto marca a grande virada da classe média e dos profissionais liberais contra o regime⁴⁰⁴.

⁴⁰³ Em 31 de outubro de 1975, na Catedral da Sé, em São Paulo, foi realizado um culto ecumênico com a participação de oito mil pessoas, em memória do jornalista Vladimir Herzog, morto uma semana antes sob tortura, nas dependências do DOI-CODI do II Exército. De acordo com o jornalista Audálio Dantas, naquele acontecimento que “marcaria a história recente do Brasil, a catedral tornara-se pequena para conter a multidão, que transbordou de seus limites e avançou pela praça, ocupando as escadarias e o espaço que se estende até o monumento do marco zero da cidade”. Nele “oito mil pessoas - indignadas, mas silenciosas - protestavam contra o assassinato de Herzog, na maior manifestação de massa ocorrida desde a imposição do Ato Institucional nº. 5, em 1968, pela ditadura”. In: Revista IHU (Instituto Humanitas) on-line. *Silêncio eloquente*. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/169-noticias-2015/548279-silencio-eloquente>. Acesso em: 09 jun. 2022.

⁴⁰⁴ KUCINSKI, Bernardo. *O fim da ditadura militar*. São Paulo: Contexto, 2001, p. 35-36.

Um aspecto desse texto de Kucinski que merece ser destacado, diz respeito ao papel relevante desempenhado pela CJP-SP naquele momento, ao instituir-se como uma espécie de eixo-protetor em torno do qual puderam articular-se diversos grupos com alternativas diferenciadas de embates políticos, tais como os movimentos Feminino pela Anistia, de Familiares de Presos Políticos, de Anistia, Estudantil, de Moradia, Associação de Moradores, Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), Pastorais da Igreja Católica, entre outros.

Outra passagem que chama a atenção, por sua similaridade com o caso curitibano, se refere a tentativa de Geisel de demover o cardeal Arns de conduzir aquela cerimônia. Isso porque em 1978, em Curitiba, o Arcebispo local, dom Pedro Fedalto, também sofreu pressões oriundas de instâncias oficiais da ditadura para que a Igreja Católica recuasse de sua participação naquele movimento reativo. Assim, de acordo com o jornal Folha de São Paulo, de 21 de março de 1978, a participação da Igreja Católica (CJP-PR), no movimento contra as atividades da CSI-PR, logo após o sequestro de Juracilda Veiga e as prisões ligadas a Operação Pequeno Príncipe, foi mantida, apesar da pressão exercida por emissários do governo federal, quando minutos antes do início da reunião na Cúria Metropolitana:

[...] o irmão do ministro Ney Braga, Guilherme Braga, o líder da Arena na Câmara, e o ex-secretário de educação durante o governo de Ney Braga no Paraná, Vespero Mendes, estiveram em contato com o arcebispo metropolitano de Curitiba, dom Pedro Fedalto. As informações davam conta de pressões sobre a Cúria, que tomou posição firme contra as prisões e o sequestro, movimentando toda a comunidade de Curitiba.⁴⁰⁵

Saliente-se que as pressões não vieram somente de emissários ligados à esfera federal. Dom Pedro Fedalto também recebeu um “convite” do governador do Paraná para uma conversa:

A movimentação gerada em Curitiba com o sequestro da professora Juracilda Veiga e as prisões de onze pessoas, e a ação da Comissão de Justiça e Paz da arquidiocese de Curitiba está preocupando o governo estadual. Na tarde de segunda-feira, o arcebispo metropolitano, Dom Pedro Fedalto, foi chamado ao Palácio Iguazu, onde conversou com o governador Jayme Canet Júnior a respeito dos acontecimentos. Durante o tempo em que esteve no Palácio, conversou também com outras autoridades, que não o governador. Ainda anteontem informações correntes na Cúria Metropolitana davam conta de que esta estava sendo pressionada. As pressões se deram por causa da mobilização feita pela Comissão, em defesa de Juracilda, e que resultaram em sua libertação. Preocupado com as ocorrências, o arcebispo manteve contatos ontem com membros da Comissão, que ainda está em fase de organização, mas que mesmo assim, já vem recebendo várias denúncias sobre arbitrariedade e violações aos direitos humanos, essa foi a primeira vez que atuou oficialmente, conseguindo o apoio de diversas entidades paranaenses, representando diferentes parcelas da população que continuam comparecendo as reuniões.⁴⁰⁶

⁴⁰⁵ “Anistia fará relatório das prisões”, diz secretário. Folha de S. Paulo, São Paulo: 21 mar. 1978, Primeiro Caderno, p. 8.

⁴⁰⁶ Palácio Iguazu convoca Fedalto. O Estado do Paraná, Curitiba, 22 mar. 1978.

No caso de São Paulo, ao garantir a realização daquele protesto silente que marcou o culto ecumênico em homenagem a Vladimir Herzog, em 1975, a CJP-SP, contribuiu para certa contenção da agressividade da máquina repressiva do II Exército. De modo semelhante, em 1978, assessorada por sua matriz paulista e naquela que, conforme apontou a reportagem, foi sua primeira atuação oficial, a CJP-PR, ao encabeçar a luta dos paranaenses contra a violência da CSI-PR, desempenhou papel fundamental para o imediato recuo da violência repressiva que vigia naquele momento em Curitiba, engrossando ainda mais a luta dos brasileiros pela reconquista do Estado de Direito no país.

O apoio e colaboração da CJP-SP com as atividades da emergente comissão de Curitiba, bem como a proximidade de um encontro entre Dom Paulo Evaristo Arns e o presidente estadunidense, Jimmy Carter, no qual seriam discutidos problemas relativos ao tema dos direitos humanos, foi registrado pelo Jornal Folha de São Paulo:

A Comissão de Justiça e Paz de São Paulo enviou ontem telegrama ao bispo de Curitiba, Dom Pedro Fedalto, apoiando a Comissão de Justiça e Paz da capital paranaense em sua luta em favor dos 11 professores e jornalistas presos na semana passada em Curitiba. O cardeal arcebispo de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns, eximiu-se ontem de fazer qualquer comentário que não se relacionasse com a Semana Santa, prometendo uma entrevista sobre direitos humanos depois de sua entrevista com o presidente Jimmy Carter, marcada para o próximo dia 31, às 15 horas, quando haverá uma reunião ecumênica, reunindo várias igrejas para estudar o problema dos direitos humanos. Nem mesmo sobre as prisões ocorridas em Curitiba Dom Paulo quis comentar. “São fatos muito lamentáveis que prefiro comentar no dia 31. Posso adiantar, porém, que a Comissão de Justiça e Paz de São Paulo está colaborando com a Comissão de Curitiba.”⁴⁰⁷

Em seguida à divulgação da *Carta Aberta ao Povo*, a CJP-PR emitiu uma nota de repúdio à violência (para)estatal em Curitiba, posicionando novamente a Igreja Católica na linha de frente da luta contra o aparato repressivo estatal. Nesse documento a comissão de Curitiba acusava a CSI-PR de agir com o intuito de tumultuar o processo de descompressão política oficial, assim como na tentativa frustrada das forças de segurança de São Paulo, que anos antes (1975 e 1976), assassinaram três presos políticos nas dependências do DOI-CODI do II Exército, com o mesmo objetivo:

Essas prisões, agora ocorridas, demonstram uma vez mais, que no estado do Paraná existem pessoas que escudadas em posições oficiais, pretendem impedir a normalidade da vida nacional, reiteradamente preconizada pelo presidente Geisel. Já houve um momento em que a interferência do chefe de governo foi necessária para que cessassem em São Paulo, as provocações e violências partidas de autoridades que punham suas opiniões, preferências e ojerizas acima do interesse nacional. Agora que se caminha aceleradamente para a reconciliação da comunidade brasileira é indispensável e urgente que sejam coibidas todas as ações perturbadoras. Inclusive as que partiram de dentro do governo.⁴⁰⁸

⁴⁰⁷ “Não há clima”, diz Magalhaes. Folha de São Paulo, São Paulo, 23 mar. 1978.

⁴⁰⁸ Nota da Comissão de Justiça e Paz. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 19 mar. 1978.

É importante registrar que as forças de segurança de São Paulo e do Paraná vinham investigando os esforços conjuntos dos católicos paulistas e paranaenses para a instalação da CJP de Curitiba. Algumas informações sobre as atividades de Juracilda Veiga difundidas pelo DOI-CODI-5ª RM, demonstram que, além de sua atuação no movimento estudantil, sua ligação com a Igreja Católica e, mais especificamente, com a embrionária CJP-PR, foi elemento fundamental para que a CSI-PR se interessasse pela professora e jornalista:

Em 02/09/77 – Info 262/DOI 5ª RM/DE de 19/05/77, a fichada foi identificada como sendo participante da III Assembleia Regional Sul da CIMI/SUL. No dia 11/05/77, participou da Mesa Diretora que dirigiu a concentração estudantil realizada no pátio da Reitoria da UFPR. (I Assembleia Metropolitana). No dia 13/05/77, durante a concentração estudantil realizada no pátio de reitoria da UFPR (II Assembleia Metropolitana) leu moção relatando deturpadamente a prisão de 17 estudantes ocorridas no dia 10/05/77 em Curitiba. Despontou como uma das mais ativas militantes do Movimento Estudantil do Paraná (ME/PR). Em 01/11/77 – [...] É incumbida da publicação da notícia da criação da Comissão de Justiça e Paz na Igreja do Paraná.⁴⁰⁹

De acordo com esse documento, preocupava a CSI-PR a evolução de Veiga enquanto ativista do movimento estudantil e sua ligação com movimentos em defesa dos direitos humanos no estado, em especial, com a emergente CJP-PR.

O registro do interrogatório de Veiga durante seu sequestro também evidencia o interesse dos inquisidores em relação aos trabalhos envolvendo a criação da CJP-PR. As perguntas dirigidas a Veiga versavam sobre temas como: os trabalhos do CIMI/SUL⁴¹⁰; o movimento estudantil; o semanário Movimento; o clero católico local e de outras regiões; jornalistas, advogados, cineastas; as escolinhas Oficina e Oca, entre outros. No entanto, a maior parte das informações registradas referem-se aos esforços para a criação da CJP-PR, apresentando também um importante indício da responsabilidade do DOI-CODI-5ª RM por aquele sequestro:

Em complemento aos expedientes acima referenciados este **Destacamento** [grifo do autor] levantou e difunde o seguinte: 1- Foi aprovada dia 16 de fevereiro de 1978 pela 25ª Assembleia dos Bispos do Paraná a constituição da Comissão de Justiça e Paz da Igreja do Paraná, que deverá entrar em funcionamento no decorrer deste ano no âmbito deste estado. 2- Para compô-la foram convidados profissionais liberais e leigos de

⁴⁰⁹ DEAP. Acervo DOPS. Juracilda Veiga. Ficha nº 45.405. Filme nº 2276/01.

⁴¹⁰ O CIMI (Conselho Missionário Indígena) é um organismo vinculado à CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) que, em sua atuação missionária, conferiu um novo sentido ao trabalho da Igreja Católica junto aos povos indígenas. Criado em 1972, no auge da Ditadura Militar, quando o Estado brasileiro adotava como centrais os grandes projetos de infraestrutura e assumia abertamente a integração dos povos indígenas à sociedade majoritária como perspectiva única, o Cimi procurou favorecer a articulação entre aldeias e povos, promovendo as grandes assembleias indígenas, onde se desenharam os primeiros contornos da luta pela garantia do direito à diversidade cultural. O CIMI/SUL compreende os estados de Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro. Disponível em: <https://cimi.org.br/o-cimi/>. Acesso em: 09 jun.2022.

diversas áreas, sem vinculação com os partidos políticos nacionais. A Comissão contará com 8 membros efetivos da área da Arquidiocese de Curitiba, que são: a) D. Domingos Wisniewski: bispo auxiliar de Curitiba. Esquerdista fichado nesta AI. Será o responsável pela Comissão. b) Wagner Rocha D'Angelis: professor universitário. Esquerdista prontuariado nesta AI. c) Eduardo Rocha Virmond: advogado. Presidente da OAB/PR. Ateu, comunista e prontuariado nesta AI. d) Agostinho Bertoldi: médico. Presidente da Comissão Arquidiocesana do Apostolado de Leigos (CADAL). Esquerdista, fichado nesta AI. e) Newton Stadler de Souza: jornalista do Correio de Notícias. Ateu, comunista e prontuariado nesta AI. f) Newton Freire Maia: professor e cientista da UFPR, agnóstico e comunista, prontuariado nesta AI. g) Ivete Cardoso de Almeida: professora da UCP. Ligada ao ME esquerdista local. Fichada nesta AI. h) Cesar Augusto Ramos: professor universitário. Nada consta nesta AI. 3- os demais membros efetivos serão os representantes das Dioceses do interior do estado (1 membro por Diocese), tendo já sido indicados pelos respectivos bispos: a) Jeronymo Gomes – Ponta Grossa/PR: advogado. Nada registrado nesta AI. b) Luciano Teixeira Xavier – Paranaíba/PR: nada registrado nesta AI. c) Roberto Ciro Correa – União da Vitória: nada registrado nesta AI. As demais Dioceses apresentarão os nomes até o final do corrente mês. Cada membro efetivo terá seu suplente, também aprovado pelos bispos do Paraná. O único suplente aprovado até o momento é o de Eduardo Rocha Virmond, o advogado José Munhoz de Mello, que nada registra nesta AI. 4- A comissão se reunirá ordinariamente duas vezes por mês e quando necessário extraordinariamente mediante convocação. Terá também duas assembleias gerais por ano. A finalidade principal da Comissão em tela será a de intransigente defesa dos chamados direitos humanos. A comissão deverá inaugurar suas atividades examinando o recente caso do professor universitário que foi preso no interior da DOPS/PR, o dos estudantes presos e processados nesta capital no ano passado e também os problemas da Reserva Índia de Mangueirinha e Rio das Cobras, atualmente em pauta. 5- A esquerda clerical que assessora D. Pedro Fedalto, ou seja, D. Albano Cavalin – Bispo auxiliar de Curitiba (esquerdista, prontuariado nesta AI), e Pe. Yves Pouliquen – Subsecretário da Regional Sul/2 da CNBB (esquerdista prontuariado nesta AI), conseguiu uma vitória quando da aprovação dos componentes acima para a Comissão de Justiça e Paz da Igreja do Paraná. De a muito vem Dalmo de Abreu Dallari, presidente da Comissão de Justiça e Paz de São Paulo, através de seu amigo e discípulo de ideologia, Wagner Rocha D'Angelis, pressionando a hierarquia eclesial local com vista a composição e início dos trabalhos agitaçãois de tal comissão neste estado. Conforme se apurou, funcionará a Comissão do Paraná como uma filial da Comissão de Justiça e Paz da Igreja de São Paulo, da qual receberá os objetivos e diretrizes de funcionamento. Aglutina-se dessa forma o clero e laicato esquerdista do Paraná, para implantar uma nova ofensiva anti-revolucionária, tendo o objetivo de desacreditar o regime e o governo, perante o público interno e os círculos católicos locais.⁴¹¹

O grifo logo no primeiro parágrafo chama a atenção para a forma como o autor do texto se referiu aos operadores daquela ação clandestina, nomeando-os como um “Destacamento”, o que remete obviamente ao Destacamento de Operações de Informação, braço operacional do DOI-CODI-5ª RM. Quanto aos dados relativos a CJP-PR, o texto explicita a aversão da CSI-PR, tanto às comissões paulista e paranaense, bem como a ala progressista da Igreja Católica brasileira, taxada de inimiga da chamada “revolução de 1964”.

Portanto, o que se depreende a partir do exposto é que as investigações em curso sobre as atividades das comissões paulista e paranaense, motivaram tanto o sequestro de Juracilda

⁴¹¹ DEAP. Acervo DOPS. Pasta: Juracilda Veiga. Nº2266. Período: 1978,1980.

Veiga, como o seu deslocamento em direção à São Paulo, provavelmente para ser interrogada pela repressão local. No entanto, o tal “encontro” com o delegado Fleury, acabou sendo abortado, após os sequestradores serem informados de que a repercussão negativa que se seguiu tanto ao sequestro, como às outras ações da CSI-PR, inviabilizaram aquela empreita, o que fez com que Veiga fosse abandonada na cidade de Registro, em São Paulo, menos de 48 horas de seu rapto.

4.1.1 O Governo Federal

Uma reportagem do jornal O Estado de São Paulo, de 21 de março de 1978, retratava parte da celeuma causada pelos acontecimentos de Curitiba, demonstrando ainda como setores do governo - Ministérios da Justiça, Educação e Exército, além da Presidência da República – foram obrigados a manifestar-se a respeito da violência em curso na capital paranaense:

O ministro da Justiça, Armando Falcão, comunicou ontem a direção do MDB, por intermédio do senador Petrônio Portella, que o Departamento de Polícia Federal foi instruído para liberar os professores e jornalistas presos no fim de semana em Curitiba tão logo termine a tomada de depoimentos. E enquanto o ministro Ney Braga, da Educação, emitia uma nota lacônica demonstrando a desvinculação entre os problemas relativos a segurança e ao ensino, o coronel Toledo Camargo, porta-voz da Presidência da República, apontava “deturpação” no noticiário jornalístico “misturando uma operação executada dentro da lei com fatos atribuídos a um comando anticomunista”. No Ministério do Exército, as informações era de que nenhuma ordem havia partido da força, não havendo tampouco relação entre as prisões e o caso do coronel Tarciso Nunes Ferreira. Nas instruções transmitidas à Polícia Federal, o ministro da Justiça determinou que os presos sejam bem tratados e tenham acesso imediato a seus advogados. Além disso, informações detalhadas sobre o caso e motivos das prisões devem ser prestadas imediatamente a Brasília, comprometendo-se o ministro a transmiti-las à direção do partido oposicionista por meio do presidente do Senado, Petrônio Portella. Ainda segundo o ministro da Justiça, as prisões efetuadas pela Polícia federal não têm relação com o sequestro da professora e jornalista Juracilda Veiga, ocorrido sexta-feira em Curitiba. O porta-voz da Presidência foi mais incisivo: “o governo nada tem a ver com organizações de extrema esquerda ou extrema direita, organizações que atuam fora da lei”.⁴¹²

A preocupação dos ministros e do porta-voz da Presidência em desvincular o Executivo Federal daqueles acontecimentos ocorridos em Curitiba, visava, sobretudo, preservar a credibilidade do governo quanto ao compromisso assumido por Geisel de levar a termo a propalada descompressão política. Assim, diante da violência repressiva observada em Curitiba, as críticas, tanto da parte da sociedade, como também do partido de oposição, colocavam em questão tanto a sinceridade do governo, como a falta de controle sobre as ações da CSI-PR, fator responsável por aquele aparente desvio de percurso.

⁴¹² *Falcão quer solução rápida para prisões.* O Estado de São Paulo, São Paulo, 21 mar. 1978, p. 18.

Tal impressão evidenciava-se não somente pelo tom pessimista presente nos editoriais e artigos da grande imprensa, como também em manifestações de parlamentares, como o senador Teotônio Vilela, destacando a expectativa gerada junto à sociedade civil de ampliação dos limites da abertura, compromisso assumido pelo ditador Geisel.⁴¹³

Além disso, era preciso evitar novos desgastes a imagem do governo, uma vez que eventos ocorridos desde o final do ano de 1976, haviam abalado sua credibilidade, trazendo incertezas quanto aos rumos da descompressão política, tais como: a “Chacina da Lapa; as cassações dos mandatos dos vereadores do MDB gaúcho, Glênio Perez e Marcos Klassman, sob a acusação de serem “agentes do comunismo”; e o fechamento do congresso durante 14 dias, para que Geisel pudesse baixar um conjunto de medidas – Pacote de Abril - voltadas principalmente para garantir a maioria governista no Legislativo, especialmente no Senado, evitando assim uma nova vitória do MDB, como havia ocorrido nas eleições parlamentares de 1974.⁴¹⁴

Na época, suspeitava-se que a preocupação do governo com o desempenho da oposição nas eleições de 1978, também teria motivado a deflagração da Operação Pequeno Príncipe, sob o argumento de que os comunistas paranaenses, aproveitando-se da política de descompressão, estariam reestruturando o PCB, para novamente atuar como linha auxiliar do MDB nas eleições daquele ano, a exemplo do pleito de 1974.⁴¹⁵

4.1.2 A oposição emedebista

Esse possível vínculo entre as eleições e a Operação Pequeno Príncipe foi abordado pelo ex-prefeito da cidade de Londrina e então candidato a senador da República pelo MDB, José Richa, que também manifestou sua perplexidade diante dos acontecimentos ocorridos na capital do estado:

[...] lembrando que sexta-feira a tarde havia sido entrevistado, no aeroporto de Curitiba, pelo jornalista Manfredini, que seria preso poucas horas depois. “A impressão que fica – observa Richa – é a de que tudo isso faz parte de um esquema de recrudescimento da repressão que, às vésperas das eleições, parece querer tumultuar o processo eleitoral”.⁴¹⁶

⁴¹³ DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO BRASILEIRO. Rio de Janeiro. CPDOC. Pacote de Abril. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/PacoteAbril>. Acesso em: 27 out. 2021.

⁴¹⁴ DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO BRASILEIRO. Rio de Janeiro. CPDOC. Pacote de Abril, op. cit.

⁴¹⁵ DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO BRASILEIRO. Rio de Janeiro. CPDOC. Pacote de Abril, op. cit.

⁴¹⁶ *Objetivo é tumultuar*. Folha de Londrina, Londrina, 21 mar. 1978.

Já o deputado Thales Ramalho, secretário geral do MDB, naquele momento, adotou um tom mais pessimista ao afirmar que “cada ato de violência [era] um golpe mortal nas esperanças de abertura que o próprio governo [estava] procurando despertar nos brasileiros”.⁴¹⁷

Como frisado, as pressões e críticas dirigidas a ditadura centraram-se, sobretudo, no compromisso assumido pelo Executivo Federal com a retomada das liberdades democráticas. Esse aspecto exigia um posicionamento contundente do MDB, enquanto único partido de oposição legal, no sentido de questionar o governo sobre seu envolvimento com os fatos ocorridos em Curitiba, de modo a afastar a desconfiança levantada em relação às verdadeiras intenções do ditador Geisel:

Os episódios das prisões e sequestros no Paraná repercutiram ontem nos meios políticos de todo o país, principalmente na Câmara dos Deputados e Assembleias Legislativas dos estados, onde os integrantes do MDB consideraram o problema um sério obstáculo a abertura democrática anunciada pelo governo, enquanto os arenistas sustentaram a legalidade das medidas adotadas pelas autoridades policiais.⁴¹⁸

Como aponta a reportagem, o partido governista fazia a defesa da legalidade das prisões da Operação Pequeno Príncipe, no entanto, mais difícil era explicar os seguidos sequestros que vinham ocorrendo em Curitiba desde o ano anterior, sem nenhuma resposta efetiva da CSI-PR.

4.1.3 O Exército

Às voltas com uma dissensão interna, após o tenente-coronel Tarciso Nunes Ferreira - comandante do 13º Batalhão de Infantaria Blindada, sediado na cidade de Ponta Grossa -, tecer severas críticas ao governo durante uma entrevista ao *Jornal do Brasil*, a 5ª RM pronunciou-se através do seu comandante, o general Ruy de Paula Couto que, entre outros, buscou minimizar os efeitos prejudiciais que o sequestro de Veiga e a deflagração da Operação Pequeno Príncipe poderiam gerar à política descompressiva de Geisel:

Afirmando haver recebido documentação a respeito das escolas maternas “Oca” e “Oficina”, acusadas em nota fornecida pela Polícia Federal, de utilizarem métodos contrários à Segurança Nacional no aprendizado de seus alunos, situados na faixa etária de 1 a 6 anos, o comandante da 5ª Região Militar, general Ruy de Paula Couto disse considerar “chocante” o sequestro da professora e jornalista Juracilda Veiga e que o fato “deve ser apurado”. Indagado sobre as repercussões que o caso vem tendo, ponderou que são normais e que “não prejudicam o processo de abertura desejado pelo presidente Geisel”, especialmente, por tratar-se, no caso do sequestro da jornalista, de um episódio isolado. Quanto as demais prisões de jornalistas, professores e advogados, explicou que o Exército, conforme artigo 8º da Constituição, não tem responsabilidades em questões semelhantes que são de competência

⁴¹⁷ *Para o MDB, prisões impedem o diálogo*. O Globo, Rio de Janeiro, 23 mar. 1978, p. 2.

⁴¹⁸ *MDB protesta e aponta obstáculo a abertura política*. O Estado de São Paulo, São Paulo, 21 mar. 1978, p. 18.

exclusiva da Polícia Federal. Indagado se teria procedimento a afirmação do coronel Ruy de Castro, segundo o qual o tenente-coronel Tarcísio Nunes Ferreira, exonerado do comando do 13º BIB de Ponta Grossa devido ao discurso que fez defendendo a necessidade de pronto reestabelecimento da democracia plena no país estaria preso em regime de total incomunicabilidade, o comandante da 5ª Região Militar negou qualquer veracidade na informação, uma vez que o militar pode receber visitas de sua família. Disse ainda ignorar outras manifestações militares nesse sentido em sua área. Finalmente, perguntado se o material sobre as escolas “Oca” e “Oficina” denunciaria o caráter subversivo, respondeu:” Pelo que pude examinar, tratam-se de técnicas comunistas, pois pregam a negação da família, da religião e da pátria”.⁴¹⁹

De Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, o comandante do III Exército, general Samuel Alves Correa⁴²⁰, empenhou-se em defender o caráter legal das prisões, afirmando que “a Polícia Federal deve ter tido suas razões para estar atuando no Paraná, fez isso em defesa da sociedade, e, portanto, sua ação deve ser prestigiada pelo III Exército e pela própria sociedade brasileira”. Correa concluiu afirmando desconhecer se a ação da Polícia Federal [no Paraná] seria expandida para outras regiões do país, ou seja, se a Operação Pequeno Príncipe fazia parte de uma operação de abrangência nacional.⁴²¹

A leitura de uma passagem de entrevista concedida pelo general Samuel Alves Correa à uma coleção de história oral do Exército, permitiu constatar que a 5ª RM havia sido alertada pelo próprio ditador Geisel, sobre a importância do apoio daquela unidade ao processo de descompressão política:

Como comandante da 5ª RM/DE e do III Exército, tive em várias ocasiões oportunidade de me encontrar com o presidente Geisel e conversar a respeito da conjuntura brasileira. Assim é que, quando ele passou por Curitiba, se não me engano no segundo semestre de 1974, reuniu, em recinto fechado, os três militares de mais alta hierarquia do Exército, Marinha e Aeronáutica e lhes disse que, em seu governo, estava promovendo a abertura, pois tínhamos dez anos de revolução, o poder prolongado não era bom e podia viciar e corromper, tornando cada vez mais difícil o retorno à democracia etc.⁴²²

O superintendente da PF-PR, João Reginaldo Felipe Villaça, concedeu uma entrevista coletiva no dia 20 de março, portanto, dois dias após as prisões, na qual expos alguns detalhes a respeito do andamento das investigações sobre os detidos e as escolinhas, quando:

[...] salientou que o processo está em fase de instrução, tendo sido nomeado presidente do inquérito o delegado Roberto das Chagas Monteiro. Afirmou que não sabe quando os presos serão liberados e que atualmente se encontram em regime de incomunicabilidade, de acordo com o artigo 59 da Lei de Segurança Nacional. [...] o delegado Villaça esquivou-se de responder se estas prisões retardariam a

⁴¹⁹ *General fala sobre as prisões*. Diário do Paraná, Curitiba, 22 mar. 1978.

⁴²⁰ O general Samuel Alves Correa comandou a 5ª RM de 28 de junho de 1974 até 20 de janeiro de 1977, portanto, durante a Operação Marumbi; e o III Exército entre 12 de janeiro de 1978 e 16 de janeiro de 1979.

⁴²¹ *Samuel Correa diz que Polícia Federal deve ter suas razões*. Gazeta do Povo, Curitiba, 20 mar. 1978, p. 16.

⁴²² MOTTA, A. M. (Coord.). *História oral do Exército – 1964 - 31 de março: o movimento revolucionário e sua história*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2003. Tomo 5, p. 42.

redemocratização do país, que está sendo apregoada por porta-vozes oficiais [...] Salientou, entretanto, que a prisão do jornalista Luiz Manfredini nada tem a ver com a entrevista que aquele repórter do “Jornal do Brasil” realizou com o tenente-coronel Tarcísio Nunes Ferreira, que se encontra preso em Curitiba, por suas declarações contra o regime brasileiro.⁴²³

Mencionada por Villaça, a possível conexão entre a Operação Pequeno Príncipe e a prisão do tenente-coronel Tarcísio Nunes Ferreira, foi outro episódio bastante repercutido na época, gerando inúmeras especulações. Antes de ser preso, o jornalista Luís Manfredini, havia realizado uma entrevista permeada de críticas tecidas por esse militar ao modo como o governo vinha conduzindo o país. Essa entrevista teria sido responsável pela exoneração de Ferreira do comando do 13º Batalhão de Infantaria Blindada, de Ponta Grossa e por sua prisão em um quartel do Exército de Curitiba.⁴²⁴

O jornalista Silvestre Duarte, descreveu com detalhes a relação entre a Operação Pequeno Príncipe e esse episódio:

Foram 11 os detidos [...] com base no artigo 59 da Lei de Segurança Nacional [...] todos se perguntavam o que estava acontecendo. Pensava-se que uma devassa repressiva estava em curso no país. Mas o epicentro do furacão estava mesmo em Curitiba. Vejamos as razões. Alguns dias antes o jornalista Luís Alberto Manfredini, da sucursal do Jornal do Brasil em Curitiba, entrevistara o tenente-coronel Tarcísio Nunes Ferreira, comandante do 13º Batalhão de Infantaria Blindado, em Ponta Grossa, região dos Campos Gerais, que criticara os rumos do movimento militar de 1964. Suas declarações repercutiram nos meios políticos e militares. Até então um oficial não havia feito um pronunciamento semelhante, que soou como um alerta aos colegas de caserna. Tarcísio perdeu o comando, foi detido e permaneceu em prisão [...] no quartel do 5º GAC [Grupo de Artilharia de Campanha], no bairro Boqueirão. Portanto, logo que ocorreram as prisões, sem uma explicação palpável, muitas pessoas relacionaram imediatamente os fatos. Havia qualquer coisa não identificada no ar, além da neblina curitibana.⁴²⁵

Sobre esse possível vínculo entre a entrevista de Manfredini com o tenente-coronel Ferreira e sua prisão na Operação Pequeno Príncipe, o Ministério do Exército manifestou-se no sentido de rechaçar qualquer conexão entre os dois episódios, afirmando tratarem-se de “fatos Isolados, distintos”, e acrescentando que a Operação Pequeno Príncipe “desenvolveu-se sob

⁴²³ *PF instala inquérito*. Folha de S. Paulo, São Paulo, 21 mar. 1978, p. 8.

⁴²⁴ “Em março [1978], o tenente-coronel Tarcísio Nunes Ferreira, denunciou o regime publicamente e exigia a volta dos militares aos quartéis. Antigo “lacerdista” e ex-participante do levante de Jacareacanga, Tarciso Ferreira comandava a mais poderosa unidade de infantaria motorizada do Paraná. Mais um direitista que se voltava contra a direita, antigo reacionário que denunciava agora a reação. Tarcísio percorreu mais de 40 quartéis pregando a derrubada do regime, antes de ser punido e preso”. KUCINSKI, Bernardo. *Abertura, a história de uma crise*. São Paulo: Editora Brasil Debates, 1982, p. 82.

⁴²⁵ DUARTE, Silvestre. *Curitiba, 1978: as prisões políticas que sacudiram o país* - Paraná-Online. <http://www.parana-online.com.br/editoria/cidades/news/435150/?noticia=CURITIBA+1978+AS+PRISOES+POLITICAS+QUE+SACUDIRAM+O+PAIS>. Acesso em: 26 mar. 2015.

estrita responsabilidade da Polícia Federal que, naturalmente, levará o caso às últimas consequências legais”.⁴²⁶

Diante do quadro de apreensão instalado no meio castrense, e do temor de que na esteira da detenção do coronel Tarciso Ferreira, ocorressem novas prisões de militares, o porta-voz de Geisel veio à público, procurando serenar os ânimos:

Para o coronel Toledo Camargo, o DPF [PF-PR] agiu dentro dos preceitos legais, conforme suas atribuições, diante de um fato de subversão. [...] quanto a suposta prisão de militares, o porta-voz presidencial assegurou não passar de boato: “a única prisão que houve, já noticiada, foi a do coronel Tarciso”. Camargo atribuiu a uma coincidência a prisão do jornalista que havia entrevistado o coronel. “Trata-se da mesma pessoa em dois episódios, mas uma coisa nada tem a ver com a outra”.⁴²⁷

Note-se que Toledo Camargo também dissociou a prisão de Manfredini da entrevista com o tenente-coronel Tarcísio Ferreira. Em um artigo publicado em 2014, Luís Manfredini relembrou o significado daquela entrevista naquela conjuntura e a possível reação do ditador Geisel:

Comentou-se, à época – março de 1978 – que o general Ernesto Geisel, então presidente da República, passou mal (com vômito e tontura) ao se deparar, no *Jornal do Brasil*, com as ferinas críticas que lhe foram endereçadas por um subordinado, o tenente-coronel Tarcísio Nunes Ferreira. A informação jamais foi comprovada, mas é inegável que a entrevista do militar [...] causou, digamos, certo frisson na caserna. Não por menos: pela primeira vez desde o golpe, um militar da ativa criticava abertamente o “status quo”. E não um militar qualquer. Este comandava o 13º Batalhão de Infantaria Blindada, a mais poderosa unidade da 5ª Região Militar (Paraná e Santa Catarina).⁴²⁸

A crítica jornalística ainda traria para o debate envolvendo a Operação Pequeno Príncipe um personagem que havia deixado a cena principal meses antes, após ser exonerado do Ministério do Exército por Geisel: o general Sylvio Frota.

4.1.4 A Operação “tipo Sylvio Frota” e a “lista do Frota”

Em sua coluna no *Jornal do Brasil*, o jornalista Carlos Castello Branco, levantou a possibilidade de que opositores da política descompressiva postado no interior do aparato de segurança estatal, seriam os responsáveis pelos acontecimentos de Curitiba. No entanto, o que chamou a atenção foi a associação feita por Castello Branco entre a Operação Pequeno Príncipe e o ex-ministro Sylvio Frota:

Entre os presos [...] figura o repórter que entrevistou recentemente em Ponta Grossa o Tenente-Coronel Tarcísio [...] e dois integrantes da famosa lista dos 97 subversivos

⁴²⁶ *Falcão quer solução rápida para prisões*. O Estado de São Paulo, São Paulo, 21 mar. 1978, p. 18.

⁴²⁷ *Falcão quer solução rápida para prisões*. O Estado de São Paulo, São Paulo, 21 mar. 1978, p. 18.

⁴²⁸ MANFREDINI, Luiz. *O coronel, os intelectuais e a cadeia*. Disponível em: http://www.vermelho.org.br/tvvermelho/noticia.php?id_secao=1&id_noticia=207824. Acesso em: 30 maio 2014.

denunciados pelo General Sílvio [sic] Frota ao Presidente da República. A prisão do repórter Manfredini [...] soa como uma advertência a todos os que pretendam daqui por diante ouvir Coronéis sobre política. Estamos de acordo com a doutrina, universalmente adotada, de que militares, submetidos a regulamentos disciplinares rígidos, não devem falar sobre política. No Brasil, no entanto, eles falam. Quando falam a favor do Governo ou das posições políticas oficiais, nada acontece. Mas quando falam contra essas posições políticas, são punidos. Agora, passou a ser legítima a impressão de que não são punidos somente os militares que se declaram contrários a práticas políticas oficiais, mas também os jornalistas que os ouvem. Com relação às duas escolas [...] *Trata-se de uma operação tipo Sylvio Frota* [grifo do autor], que pretendeu vincular a continuidade do regime à sequência de operações repressivas. Não se esqueçam de que ele denunciou o Presidente da República e o Governo de modo geral como cúmplices ao que para ele é a gradativa comunização do Brasil. [...] As prisões em série vinham se reduzindo e o Governo adotou a tranquilizadora atitude de reconhecer que decresceu substancialmente o perigo subversivo no país. Alguns pontos foram perdidos no Paraná. Perdidos para o Governo e para todos os que vinham alimentando esperança, na distensão gradual próxima a concretizar-se num projeto do qual se espera pelo menos a redução substancial do arbítrio.⁴²⁹

No texto, além de considerar que a violência representada pela deflagração da Operação Pequeno Príncipe havia abalado a credibilidade da política descompressiva oficial, Castello Branco criticou as prisões do tenente coronel Tarcísio Nunes Ferreira e do jornalista Luís Manfredini, atribuindo-as à citada entrevista. Como vimos, o veterano jornalista também associou essas ações de sabotagem à figura de Sylvio Frota, um dos artífices da linha-dura, facção contrária a descompressão, que após tentar credenciar-se como sucessor de Geisel, acabou demitido do Ministério do Exército, em outubro de 1977.⁴³⁰

Outro dado importante mencionado por Castello Branco foi a presença de Bernadete Sá Brito e Suely Muniz Atem – presas na Operação Pequeno Príncipe – na lista divulgada por Frota através do jornal O Estado de S. Paulo, com os nomes de 97 “subversivos” supostamente infiltrados nos governos estaduais e federal, um mês após sua demissão do Ministério do Exército.⁴³¹

Esse documento, que acabou popularizado como a “lista do Frota”, resultou na demissão de várias pessoas citadas. Acrescente-se ainda que, indiretamente, os nomes dos respectivos companheiros de Brito e Atem, também foram publicados pelo jornal (entre outras informações extraídas de seus prontuários nos arquivos da repressão). No caso de Brito, além

⁴²⁹ *Coluna do Castello. Do risco de se ouvir coronéis.* Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 20 mar. 1978, Primeiro Caderno, p. 2.

⁴³⁰ Em sua autobiografia póstuma, intitulada *Ideais traídos*, Sylvio Frota, condenou a vinculação de seu nome a Operação Pequeno Príncipe, feita por Castello Branco, no Jornal do Brasil: “Em 20 de março de 1978, comentando na sua coluna o procedimento das autoridades paranaenses, em Curitiba, que considerou violento e inexplicável, [o jornalista] foi buscar sem nenhum laço correlativo, seu tema obsessivo: ‘trata-se de uma operação tipo Sylvio Frota, que pretendeu vincular a continuidade do regime à sequência de operações repressivas’.” In: FROTA, Sylvio. *Ideais traídos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 2006, p. 557-558.

⁴³¹ *Documento aponta 97 funcionários acusados de subversão.* O Estado de S. Paulo, São Paulo: 24 nov. 1977, p. 22-23.

de informações sobre suas atividades políticas, constava sua condição de “casada com o subversivo Paulo Albuquerque Sá Brito”. Quanto a Suely Atem, a publicação apontava que a ex-funcionária do IPARDES⁴³², vivia “amasiada com o subversivo Reinoldo da Silva Atem” entre os anos de 1971 e 1972.⁴³³

Em relação a suspeita de que a deflagração da Operação Pequeno Príncipe teria resultado de uma disputa intramilitar, o jornalista Luís Manfredini ponderou que:

[...] os episódios daquele março turbulento em Curitiba marcaram um capítulo a mais, talvez um capítulo decisivo da conflagração entre duas alas do regime militar[...] divididas entre os defensores da “distensão lenta, gradual e segura” do presidente Geisel e os que se opunham a ela, a chamada “linha dura”.⁴³⁴

Portanto, assim como Castelo Branco, Manfredini também identificou na Operação Pequeno Príncipe uma ação de opositores do governo Geisel, cuja intencionalidade teria sido impedir o avanço do processo de descompressão da ditadura de SN brasileira.

A desconfiança em relação as intenções sabotadoras dos responsáveis pela Operação Pequeno Príncipe não se restringiram ao meio civil. Uma reportagem do jornal O Estado de S. Paulo, de 29 de março, informava que oficiais militares próximos de Geisel e de seu sucessor general João Baptista Figueiredo, haviam afirmado que:

O caso do Paraná, evidentemente não se refere apenas a questão da[s] escola[s] e de seus métodos de ensino. Na realidade, deve existir algo da maior profundidade e é preciso esperar a conclusão do inquérito policial. Mas é certo que, de certa forma ele pode ser enquadrado em um movimento de reação à abertura e aos seus projetos.⁴³⁵

Se verdadeiras, essas declarações atestam a apreensão da cúpula do governo em relação à Operação Pequeno Príncipe, ou mais especificamente, com os objetivos que estariam por trás daquela operação deflagrada pela CSI-PR que, entre outros aspectos, chamou a atenção do país, tanto pelo inusitado da acusação⁴³⁶, como por todo o espalhafato gerado.

⁴³² IPARDES (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social).

⁴³³ *Documento aponta 97 funcionários acusados de subversão*. O Estado de S. Paulo, São Paulo: 24 nov. 1977, p. 22-23.

⁴³⁴ MANFREDINI, op. cit.

⁴³⁵ *Reforma política virá por etapas*. O Estado de S. Paulo, São Paulo, 29 mar. 1978, p.2.

⁴³⁶ Durante a reunião na Cúria Metropolitana, quando foi lida a nota divulgada pela PF-PR sobre os motivos da deflagração da Operação Pequeno Príncipe, por diversas vezes o orador foi interrompido por manifestações de riso de todo o público. In: *11 pessoas detidas em Curitiba por órgãos de segurança*. Diário Popular, Curitiba, 19 mar. 1978.

4.1.5 A Polícia Federal do Paraná e o Ministério da Justiça

A condição de coordenadora dos trabalhos da Operação Pequeno Príncipe e o fato de abrigar os detidos em sua carceragem, além de colocar a PF-PR em evidência, transformaram-na em principal referência, entre os órgãos que participaram da Operação Pequeno Príncipe. Isso fez com que a imprensa procurasse estabelecer um canal de interlocução preferencial com o departamento da PF-PR, com vistas a obtenção de informações sobre tudo o que envolvesse a Operação Pequeno Príncipe e seus desdobramentos.

Como vimos, desde os primeiros momentos que se seguiram às prisões em Curitiba a imprensa procurou extrair das autoridades dos governos estadual e federal informações sobre a Operação Pequeno Príncipe. No entanto, como salientamos, o protagonismo assumido pela PF-PR naquele episódio, fez com que a imprensa tentasse desvendar as origens daquela operação, junto ao Ministério da Justiça, dada a condição de subordinação dos federais àquela pasta.

Conforme apontado, um dos primeiros questionamentos feitos pela imprensa ao ministro da Justiça, Armando Falcão, dizia respeito a possibilidade de que por trás daquela ação coordenada pela PF-PR, em Curitiba, estivesse uma tentativa de desgastar a política descompressiva em curso. Tal hipótese ganharia maior gravidade a partir da consideração de que Falcão, além de ocupar uma pasta de extremo relevo, era um dos ministros mais próximos de Geisel, o que sugeriria que seu ministério deveria ser um dos principais pilares de sustentação da política descompressiva no âmbito do Executivo Federal.

Armando Falcão rechaçou essa suspeita, mas a forma evasiva como se manifestou sobre a Operação Pequeno Príncipe, foi condenada por um dos principais artífices civis do golpe de 1964, o ex-governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto, que aproveitou ainda para cobrar de Ney Braga e Jaime Canet, que se posicionassem a respeito daqueles fatos:

Vejo com a maior preocupação o que está ocorrendo no Paraná. Na verdade, uma hora em que se fala de reabertura, esse procedimento policial intimidada, quando se deve encorajar todos aqueles que querem trabalhar pela democracia. Compete ao ministro da Justiça investigar e informar sobre o que está ocorrendo. Não basta dizer que as prisões não foram feitas por ordem sua, mas se saber de quem partiu a ordem. Se a escola é de crianças de três a seis anos de idade, falar-se em aulas de marxismo é uma alegação ridícula. O Ministério da Educação ou governo do Paraná deveriam dar uma palavra sobre o assunto.⁴³⁷

Chamou a atenção essa cobrança de Magalhães Pinto, para que o ministro da educação e o governador do Paraná, se manifestassem a respeito da Operação Pequeno Príncipe. Isso porque tal gesto pode ser interpretado como um indício de que o ex-governador de Minas Gerais

⁴³⁷ *Prisões não afetarão diálogo*. O Estado do Paraná, Curitiba, 21 mar. 1978, p.8.

sabia que ambos haviam sido informados sobre o monitoramento às escolinhas pela CSI-PR, o que, conforme levantado pela presente pesquisa, havia ocorrido no final de 1977.

Vejamos como isso aconteceu: em novembro de 1977, o Ministro da Justiça, Armando Falcão, recebeu um dossiê enviado pela Agência Central do SNI, cujo assunto era: "Associação de Estudos Educacionais - Escola Pré-primária Oficina - AED-OFICINA". Acompanhavam esse documento cópias de prontuários de 27 "elementos" ligados às escolinhas Oficina e Oca, de Curitiba.⁴³⁸

Antes de chegar às mãos de Falcão esse dossiê foi encaminhado ao titular da Assessoria de Assuntos Sigilosos do Ministério da Justiça, José Carlos Silva de Meira Matos. Após analisá-lo, em 16 de novembro de 1977, Meira Matos fez esse documento chegar às mãos de Falcão, acompanhado de um parecer que, entre outros apontamentos, sentenciava:

Temos assim um quadro bem claro em que se tanta inculcar em crianças de 1 a 6 anos uma ideologia política, uma forma de viver estranha aos costumes brasileiros. O dossiê dos responsáveis por tal fato desautoriza qualquer ilação no sentido de estarem agindo de boa-fé ou estarem apenas tentando novas técnicas educacionais. São todos eles pessoas de formação política e não resta dúvida que o seu trabalho é dentro desse campo.⁴³⁹

Após alongar-se sobre outras informações contidas no dossiê, Meira Matos, sugeriu duas alternativas possíveis para eliminar o que ele considerou como um "foco de subversão" em Curitiba:

A) fechamento da escola com difusão pela imprensa das razões e da folha corrida de cada um dos responsáveis. B) fechamento da escola com ciência apenas aos pais dos motivos que levaram o governo a tomar a medida. De qualquer forma achamos que o Governo deve dar ciência das razões por serem claras e irrespondíveis. Assim seria necessário que fosse mandado um aviso a S. Ex. Governador do Estado do Paraná, sempre lembrando que a época das férias de fim de ano será a melhor para tomar qualquer dessas medidas por não prejudicar o ano letivo das crianças.⁴⁴⁰

Depois de analisar o dossiê e o parecer de Meira Matos, Armando Falcão ordenou que aquele material fosse enviado ao Ministro da Educação e Cultura, Ney Braga, o que foi feito ainda naquele ano de 1977.

A documentação analisada nos permite afirmar que o dossiê foi remetido pelo MEC à Casa Civil do governo do Paraná - portanto, o governador Jayme Canet foi informado do caso das escolinhas -, seguindo depois para a Secretaria Estadual de Educação do Paraná, ainda em dezembro de 1977.

⁴³⁸ Arquivo Nacional. BR. AN.RIO.TT.O.MCP.PRO. 1050. Dossiê. Processo GAB n° 100.813. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_rjanrio_tt/0/mcp/pro/1050/br_rjanrio_tt_0_mcp_pro_1050_d001de0001.pdf. Acesso em: 14 out. 2021.

⁴³⁹ Arquivo Nacional. BR. AN.RIO.TT.O.MCP.PRO. 1050. Dossiê. Processo GAB n° 100.813, op. cit.

⁴⁴⁰ Arquivo Nacional. BR. AN.RIO.TT.O.MCP.PRO. 1050. Dossiê. Processo GAB n° 100.813, op. cit.

Em 12 de Janeiro de 1978, tendo chegado a SESP-PR, esse documento foi enviado a DOPS-PR, que no início de março, o repassou à PF-PR, quando seus agentes analisaram o dossiê e demais informações coletadas pela CSI-PR, a respeito das atividades das escolinhas Oficina e Oca, com vistas à deflagração da Operação Pequeno Príncipe.

Cabe observar que ao remeter aquele dossiê ao Ministério da Educação, possivelmente a expectativa de Falcão fosse de que a eliminação daquele “foco subversivo” em Curitiba se efetivasse através de uma rápida intervenção, nos moldes recomendados pelo seu Assessor para Assuntos Sigilosos, uma vez que segundo Meira Matos, as razões eram “claras e irrespondíveis”.

No entanto, frustrada essa expectativa, possivelmente o ministro da Justiça tenha sido surpreendido pela dimensão que a Operação Pequeno Príncipe alcançou. Isso explicaria sua negativa quando perguntado pela imprensa se o ministério havia autorizado aquela operação. No entanto, tal posicionamento não o impediu de posteriormente adotar uma postura de total e irrestrito apoio à PF-PR, quando em nota à imprensa, o Ministério da Justiça, corroborou o caráter “legal” da Operação Pequeno Príncipe:

As prisões realizadas pela Polícia Federal no Paraná são legais. Decorrem de inquérito policial instaurado com o fito de apurar infrações à Lei de Segurança Nacional. A autoridade judiciária competente, na forma da lei, foi cientificada do fato. O Departamento de Polícia Federal já emitiu nota a respeito, sobre a qual o Ministério da Justiça, no momento, nada tem a acrescentar.⁴⁴¹

Mas se no plano interno a Operação Pequeno Príncipe e demais ações da CSI-PR já vinham causando dissabores para o Executivo Federal, seus reflexos ainda se estenderiam para o cenário externo, prejudicando ainda mais a imagem internacional daquele Estado terrorista alvo de inúmeras acusações de violação dos direitos humanos.

4.1.6 A repercussão internacional da violência (para)estatal em Curitiba

A repercussão dada pela imprensa aos acontecimentos de Curitiba, fez com que as notícias sobre a violência da CSI-PR se irradiassem para além das fronteiras nacionais, jogando ainda mais água no moinho da já combalida imagem internacional do país no campo dos direitos humanos e reforçando seu desgaste junto à opinião pública mundial.

Aliado a isso, um componente adicional piorava as coisas para o governo: ainda naquele mês de março de 1978, o Brasil estava prestes a receber a visita do presidente dos

⁴⁴¹ *Falcão: prisões são legais*. O Estado de São Paulo, São Paulo, 22 mar. 1978.

Estados Unidos, Jimmy Carter⁴⁴², que naquele momento, reorientava pragmaticamente a política externa estadunidense adotando uma postura de defesa dos direitos humanos. Esse fato, acabou dando maior peso político e legitimidade as pressões pela libertação do grupo de presos curitibanos, já que sua permanência nas celas do departamento de Polícia Federal só deterioraria ainda mais imagem da ditadura no cenário internacional, além de ser mais um embaraço nas relações entre Geisel e seu visitante ilustre.⁴⁴³

No parlamento o líder do governo na Câmara Federal, Jose Bonifácio, da ARENA, manifestava-se a respeito dos acontecimentos de Curitiba reiterando a tese da prevalência do “perigo vermelho”, afirmando que os comunistas estariam aproveitando aquele momento para atuar “com mais vivacidade, com o objetivo de dar ao presidente Jimmy Carter a impressão de que o país está em ebulição”.⁴⁴⁴

Os acontecimentos de Curitiba também chamaram a atenção da Anistia Internacional, que engrossou a luta contra a violência da ditadura de SN brasileira, expandindo as denúncias para além das fronteiras nacionais. De acordo com o Jornal do Brasil:

A Anistia Internacional enviou ontem um telex aos jornais brasileiros, “com cópia ao presidente Carter” em que se diz “extremamente chocada com a prisão de jornalistas e sociólogos em Curitiba” O telex informa que a sede da Anistia, em Londres, recebeu cerca de 8 mil telegramas de todas as partes do mundo, pedindo a libertação dos presos. Esses telegramas são endereçados ao presidente Geisel, ao Ministro da Justiça e ao presidente do Superior Tribunal Militar.⁴⁴⁵

Os protestos contra a CSI-PR perduraram durante os dias em que os presos políticos permaneceram encarcerados na sede do Departamento da Polícia Federal, sem direito a *habeas corpus*, submetidos a infundáveis interrogatórios, e impedidos de se entrevistarem com seus advogados.

Desempenhando papel de extrema relevância na defesa dos direitos humanos durante aqueles anos em que as ditaduras de SN se instalaram em diversos países da América latina, a Anistia Internacional enviou a Curitiba sua representante para a região. Apesar de ter sido impedida pela PF-PR de se comunicar com os presos políticos, Patrícia Feeney, coletou informações para escrever um relatório sobre a violência em Curitiba, além de conceder

⁴⁴² O presidente estadunidense, Jimmy Carter, faria uma visita oficial ao Brasil em 29 de março de 1978, portanto, menos de dez dias depois.

⁴⁴³ ABREU, 2016, op. cit., p. 115.

⁴⁴⁴ *Bonifácio justifica prisões no Paraná e nega sequestro*. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 21 mar. 1978, Primeiro Caderno, p. 5.

⁴⁴⁵ *Anistia manda telex a jornais e a Carter*. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 24 mar. 1978, Primeiro Caderno, p. 7.

entrevistas à imprensa nas quais externava a preocupação da Anistia Internacional com o desrespeito aos direitos humanos no Brasil.

Um trecho de entrevista do advogado de presos políticos Luiz Eduardo Greenhalgh para o livro *Advocacia em tempos difíceis* nos permite conhecer melhor a importante atuação de Patrícia Feeney no Brasil durante a década de 1970:

Apareceu aqui, certa feita, uma moça chamada Patrícia Feeney [...] uma inglesa, era representante da Anistia Internacional. Não havia Anistia Internacional no Brasil. Então, ela era responsável pelo Brasil, e vinha da Inglaterra uma vez a cada ano, e fazia um relatório sobre a situação dos Direitos Humanos e, em especial, a situação dos presos políticos. E essa Patrícia Feeney, então, era uma pessoa muito sensata, muito dedicada, muito interessada. Ela quando vinha ao Brasil conversava com os advogados de presos políticos e anotava... Parecia uma jornalista: anotava o que você falava. Essa pessoa e a Anistia Internacional, tiveram um papel muito destacado nas denúncias internacionais feitas sobre a tortura aos presos políticos no Brasil, naquela época. Patrícia Feeney era uma pessoa muito querida [por] nós, advogados de presos políticos e dos familiares, porque os relatórios dela eram sempre precisos, e porque ela adquiriu o nosso respeito. Quando você falava com ela, você tinha condições de falar abertamente as coisas. E ela nos ajudou muito. Depois disso, já depois da anistia, 1979-80, veio uma entidade de Direitos Humanos americana [America Watch], que também fez denúncias e depois passou a vir com constância. Mas não tiveram a importância que a Anistia Internacional teve na época da Patrícia Feeney. Porque eles [America Watch] vieram para o Brasil depois da anistia, já estava em curso a distensão política, já estava o país numa outra perspectiva. Na época dura, quem veio aqui foi a Anistia Internacional de Londres, através dessa moça chamada Patrícia Feeney, a quem muitas vidas são devidas, porque ela salvou muita gente, muitos brasileiros, com as suas denúncias que eram sempre muito bem feitas.⁴⁴⁶

Segundo o delegado Roberto Monteiro, o clamor gerado pela Operação Pequeno Príncipe e a solidariedade internacional aos presos políticos, fez com que chegassem à sede da PF-PR e de vários outros órgãos governamentais (federais, estaduais e até municipais)” mais de mil cartas, escritas nos mais diversos idiomas, enviadas por sucursais da Anistia Internacional e de outras entidades, a partir dos mais diversos países do mundo”.⁴⁴⁷

Segundo reportagem do jornal *Diário do Paraná*, os acontecimentos de Curitiba também chegaram ao conhecimento do papa Paulo VI:

Dentro dos próximos dias a Comissão de Justiça e Paz da Cúria Metropolitana de Curitiba deverá enviar os relatórios das últimas atividades da entidade à Comissão Nacional, que se encarregará de noticiar os fatos às autoridades eclesiais do Vaticano, em Roma. Esse trabalho, de acordo com o bispo auxiliar do arcebispo local, dom Domingos Wisniewski, não se prende unicamente ao fato do tumulto verificado com o sequestro da professora Juracilda Veiga e da prisão dos 11 acusados de subversão, “mas porque é de praxe que a Igreja e, também, o Papa Paulo VI, se interessem [sic] constantemente das atividades da Comissão de Justiça e Paz.”⁴⁴⁸

⁴⁴⁶ SPIELER, op. cit., p. 472-473.

⁴⁴⁷ MONTEIRO, Roberto das Chagas. *Operação Pequeno Príncipe*. Destinatário: José dos Santos de Abreu. Curitiba, 10 abr. 2019. 1 mensagem eletrônica.

⁴⁴⁸ *Bispo auxiliar ouvido na DOPS*. *Diário do Paraná*, Curitiba, 29 mar. 1978.

Não faltaram também as teorias conspiratórias, sugerindo até mesmo a participação da CIA⁴⁴⁹ em certos fatos que vinham ocorrendo no Brasil, com a intenção de desestabilizar a ordem autoritária.⁴⁵⁰

No tópico a seguir, serão expostas algumas situações envolvendo a atuação do general Alcindo Gonçalves, secretário de segurança pública do Paraná durante o governo de Jayme Canet. Sua condição de titular da pasta de segurança estadual que tinha sob seu comando a DOPS-PR fazia com que Gonçalves invariavelmente se encontrasse numa espécie de olho do furacão sempre que a CSI-PR e/ou o CCC agiam e, quanto mais a censura se abrandava, as críticas e cobranças da imprensa aumentavam.

Em meio a essa conjuntura de descompressão política e de avanço do TDE no estado, com a CSI-PR e o CCC atuando intensivamente, Gonçalves sofria considerável cerco da imprensa e, além de demonstrar um evidente desconforto com as exigências no trato de questões envolvendo sua pasta sob aquele novo ambiente que se tornava mais democrático, ou menos autoritário, atuava de forma sorrateira sempre com o objetivo de preservar a DOPS-PR, bem como a CSI-PR.

No entanto, Gonçalves nem sempre demonstrou habilidade para lidar com as adversidades resultantes das inúmeras atividades da CSI-PR e/ou CCC, sobretudo nos meses finais do ciclo de imposição de práticas de TDE que assolou Curitiba no biênio 1977-1978. Em alguns dos eventos que serão abordados a seguir, veremos que, ao mesmo tempo em que o secretário de segurança atuava no sentido de contornar determinadas situações envolvendo acusações de irregularidades cometidas pela DOPS-PR, fazendo uso de manobras e outros expedientes que visavam preservar sua pasta, esse agente também emitia declarações polêmicas que tumultuavam ainda mais os debates em torno das atividades não somente da CSI-PR, mas também do CCC, cuja existência não era reconhecida por Gonçalves.

4.2 Controvérsias e manobras do secretário de segurança do Paraná

Na esfera federal os acontecimentos de Curitiba geraram uma forte repercussão que envolveu o Congresso Nacional e o Executivo, além dos meios militares. No Paraná, contribuía para aumentar o clima de apreensão o desconhecimento da sociedade quanto aos reais objetivos

⁴⁴⁹ A Central Intelligence Agency, mais conhecida pela sigla CIA, é uma agência de inteligência civil do governo dos Estados Unidos.

⁴⁵⁰ *Para Rezende, não há clima de tensão.* O Estado de S. Paulo, São Paulo, 23 mar. 1978, p. 14.

daquela operação, além da desconfiança de que a CSI-PR estaria por trás das ações clandestinas que vinham se proliferando na cidade desde o ano anterior.

A leitura do boletim de informação nº 0238/116/ACT/78, de 22 de março de 1978, difundido para a agência central do SNI, demonstra o monitoramento exercido pela ACT-SNI sobre os desdobramentos da Operação Pequeno Príncipe:

Os órgãos de imprensa continuam dando intensa cobertura à prisão das onze pessoas, efetuadas pela SR/DPF/PR⁴⁵¹, por violação à Lei de Segurança Nacional. Diversas “notas”, “manifestos” e “cartas abertas” de representantes das classes políticas, eclesiais, jornalísticas, educacional, estudantil, jurídica, locais e nacionais vem sendo publicadas pela imprensa. Encontra-se em CURITIBA/PR, PATRÍCIA FEENEY, representante da Amnesty International, a qual sempre acompanhada de NEIDE AZEVEDO LIMA, do MFPA, e EDUARDO ROCHA VIRMOND, presidente da OAB/PR, vem mantendo contatos com as autoridades policiais da área afim de obter a liberação dos presos no mais curto prazo possível. Foi distribuída pela Arquidiocese de CURITIBA/PR, às suas paróquias uma “Carta Aberta ao Povo”, solicitando que a mesma fosse lida durante as missas realizadas no domingo, dia 19, à qual deveria ser dado o caráter evangélico. Esta “carta” foi o resultado da reunião da Comissão Regional de Justiça e Paz, com a participação do MFPA e outras entidades, realizada no dia 18 do corrente, na Cúria Metropolitana de Curitiba, a fim de avaliar a situação dos presos por subversão. Esta Agência continua acompanhando o assunto e voltará a informar à AC/SNI, logo que obtenha novos dados.⁴⁵²

Se a repercussão já vinha trazendo problemas para o setor repressivo da ditadura, coube ao Secretário de Segurança do Paraná, Alcindo Gonçalves, colaborar para que os ânimos se exaltassem ainda mais ao declarar em uma entrevista coletiva, que “para o bem da Segurança Nacional e em casos graves de subversão, [ele] comandaria um sequestro”.⁴⁵³

Tal afirmação gerou um extremo mal-estar na área de segurança – o diretor da Polícia Civil do Paraná, Jerônimo de Albuquerque Maranhão, que acompanhava a entrevista, ainda tentou retificar essa declaração junto aos jornalistas -, e provocou uma onda de manifestações de repúdio da parte de autoridades, representantes da sociedade civil organizada, além de políticos do MDB.⁴⁵⁴

Uma das críticas mais contundentes foi feita pelo presidente nacional da OAB, o jurista Raimundo Faoro, autor do clássico “Os donos do Poder”, que considerou:

[...] “absurda, fora da lei e lamentável” a declaração do Secretário de Segurança do Paraná, coronel Alcindo Pereira Gonçalves, de que “em nome da segurança nacional seria capaz até de sequestrar”. “O maior abuso que pode haver é um sequestro”. O Secretário de Segurança do Paraná, ao afirmar essa tolice, não mediu a responsabilidade do cargo que ocupa. É de se estranhar que não tenha sido demitido.

⁴⁵¹ Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal do Paraná.

⁴⁵² Arquivo Nacional. Infiltração comunista na educação, AED-OFICINA. Identificação: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.78111001. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/aaa/78111001/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_78111001_d0002de0003.pdf. Acesso em: 15 dez. 2022.

⁴⁵³ “Eu comandaria um sequestro”. *Diz secretário*. Folha de São Paulo, São Paulo, 21 mar. 1978.

⁴⁵⁴ “Eu comandaria um sequestro”. *Diz secretário*. Folha de São Paulo, São Paulo, 21 mar. 1978.

O próprio governador Jaime Canet Junior desautorizou as declarações, por isso, não é crível que ele continue à frente da secretaria – concluiu Faoro⁴⁵⁵.

Naquele momento, aquela afirmação de Gonçalves escancarava a linha tênue que separava legalidade e ilegalidade nas ações da CSI-PR, se é que ela existia.

Em meio a esse quadro de incertezas, enquanto no dia 19 de março de 1978, Juracilda Veiga foi libertada na cidade de Registro, em São Paulo, os trabalhos de investigação relativos ao inquérito das escolinhas se prolongavam, entre outros, através de sessões ininterruptas de interrogatórios dos presos.

A pressão exercida pela sociedade civil sobre as autoridades estaduais e federais, obrigou o secretário de segurança, Alcindo Gonçalves, a anunciar a instauração de um inquérito policial para investigar o sequestro de Juracilda Veiga. Esse registro é importante porque realça o protagonismo da sociedade civil no processo de embate entre governo e oposição no sentido de aprofundar a descompressão. Demonstra ainda que apesar do controle férreo que o ditador Geisel tentou impor ao processo descompressivo, a participação popular desempenhou papel de relevo durante todo o longo curso da transição para a democracia.

Porém, antes que fosse designado o órgão responsável pela instauração do inquérito, o delegado titular da DOPS-PR, Ozias Algauer, tentou junto a imprensa desqualificar a denúncia daquele ilícito, insinuando tratar-se de uma invenção dos adversários do governo, e acrescentando que o sequestro seria uma armação de Veiga, que há algum tempo vinha sendo vigiada pelos órgãos de segurança por atividades consideradas “subversivas”.⁴⁵⁶

Baldadas as tentativas de Algauer, a saída encontrada pela CSI-PR para manter as investigações sob o seu controle foi descaracterizar o caráter político do sequestro, como meio de evitar que o inquérito fosse instaurado pela PF-PR, saindo assim da esfera estadual. O objetivo dessa manobra foi driblar o preceito constitucional vigente na época, que como já mencionado, determinava que os crimes de natureza política deveriam ser investigados pela Polícia Federal.

Assim, em 21 de março de 1978, o jornal O Estado de Paraná, informava que no dia anterior o secretário Alcindo Gonçalves, havia anunciado que “em caráter especial” a DOPS-PR instauraria um inquérito policial para apurar o sequestro da professora Juracilda Veiga, asseverando ainda que:

“Subversão é da competência da Polícia Federal e da Justiça Federal. Mas este caso não é da competência deles; está afeto a Secretaria de Segurança e será investigado”.
A afirmação é do Secretário de Segurança pública do Estado do Paraná, general

⁴⁵⁵ Faoro: *Lei garante a comunicabilidade*. O Globo, Rio de Janeiro, 23 mar. 1978.

⁴⁵⁶ *O sequestro não foi político, diz delegado*. O Estado de São Paulo, Curitiba, 21 abr. 1978.

Alcindo Pereira Gonçalves, que ontem a tarde, acompanhado do diretor da polícia Civil, Jerônimo de Albuquerque Maranhão, concedeu entrevista coletiva para firmar a posição de sua secretaria diante do sequestro sofrido na tarde da última sexta-feira pela professora Juracilda Veiga. Conforme acentuou o secretário, embora ainda não tenha obtido nenhuma informação sobre a quem possa pertencer tal veículo, “desde o sábado passado a Delegacia de Ordem política e Social estava desenvolvendo investigação sigilosa sobre o sequestro” – conceituado assim, segundo o general Alcindo Pereira Gonçalves, “pois a professora não constava da lista de pessoas presas no último fim de semana pela Polícia Federal” – e só terá melhores bases para continuar o trabalho depois que o delegado da DOPS, Ozias Algauer, ouvir Juracilda⁴⁵⁷

Essa ênfase dada por Gonçalves ao “caráter especial” da designação da DOPS-PR como responsável pela instauração do inquérito, já antecipava qual seria a justificativa da SESP-PR para as prováveis alegações da imprensa de que de acordo com a Constituição as investigações sobre crimes de natureza política eram atribuição da Polícia Federal.⁴⁵⁸

Essa exceção ou manobra de Gonçalves, chamou a atenção do general de reserva Ítalo Conti, seu antecessor no comando da SESP-PR. Após manifestar seu repúdio ao sequestro de Juracilda Veiga, o então deputado federal e vice-presidente da ARENA, ponderou sobre a controvérsia em torno da instauração do inquérito:

[...] se a queixa for remetida à Secretaria de Segurança Pública, é evidente, embora o problema seja de alçada da Polícia Federal, que ela deve ser recebida e apurada. Após isso deverão ser indicadas as providências também pela secretaria. O sequestro, em minha opinião é violento, atrabiliário, arbitrário e injustificável.⁴⁵⁹

O superintendente da PF-PR, João Reginaldo Felipe Vilaça, também foi instado a se posicionar sobre a polêmica envolvendo a definição sobre qual órgão deveria instaurar aquele inquérito. O jornal Correio de notícias abordou esse assunto:

Sobre a jornalista e professora primária Juracilda Veiga, sequestrada sexta-feira a tarde e libertada sábado a noite na cidade de Registro, o delegado Villaça disse que a Polícia Federal não pode responder pelo caso porque foge a sua alçada. “A moça não é uma política, não é uma pessoa de vida pública”, afirmou. “Portanto, o caso não tem características políticas”. Como se sabe, a Polícia Federal trata apenas de casos de infração à Lei de Segurança Nacional.⁴⁶⁰

Outra declaração de Villaça deixava entrever que a definição sobre qual esfera – estadual ou federal - iria investigar o sequestro de Juracilda Veiga ainda estava *sub judice*. Villaça alegou à imprensa que até aquele momento o caso estava sob a jurisdição da Secretaria

⁴⁵⁷ *Sequestro será investigado*. O Estado do Paraná, Curitiba: 21 mar. 1978, p. 10.

⁴⁵⁸ A Constituição Federal de 1967 estabeleceu que, entre outras atribuições, competia à Polícia Federal a apuração de infrações penais contra a segurança nacional e a ordem política e social.

⁴⁵⁹ Conti: “sequestro deve ser apurado”. Diário do Paraná, Curitiba, 22 mar. 1978.

⁴⁶⁰ Certeza: *prisões terminaram*. Correio de notícias, Curitiba, 21 mar. 1978.

da Segurança Pública e “se por acaso vier a ter alguma conotação política comprovada, passará então para a jurisdição da Polícia Federal”.⁴⁶¹

O superintendente também rechaçou insinuações de que a PF-PR estaria envolvida no sequestro de Juracilda Veiga, Vilaça, negando “qualquer envolvimento da Polícia Federal com o sequestro, lamentando inclusive que a cobertura da imprensa teria deixado esta vinculação”.⁴⁶²

Se, como afirmou Vilaça, era preciso que ficasse comprovado o viés político do sequestro para que a PF-PR assumisse o inquérito, coube ao delegado da DOPS-PR, Ozias Algauer, dar fim as especulações ao caracterizar aquele ilícito como crime comum, garantindo que as investigações permanecessem no âmbito da esfera estadual.⁴⁶³

Assim, ao operar no sentido de desvincular aquele ilícito de seu caráter político, o objetivo da SESP-PR, foi impedir que a investigação fosse remetida para a esfera federal, subordinada ao Ministério da Justiça. Se, em tese, a missão daquele ministério era zelar pela manutenção da política descompressiva do governo, haveria o risco de que sob a coordenação da PF-PR as investigações avançassem e a participação da CSI-PR no sequestro fosse identificada.

Portanto, para afastar tal possibilidade, a SESP-PR caracterizou o sequestro de Juracilda Veiga como crime comum, e conforme previa a legislação, o secretário Alcindo Gonçalves designou o delegado Juarez Lustosa dos Santos - subordinado de Ozias Algauer na DOPS-PR – como responsável pela instauração de um inquérito para investigar aquele ilícito. Ao final, essa decisão conferiu à DOPS-PR os instrumentos necessários para, de acordo com os interesses da CSI-PR, operar no sentido de controlar as investigações, impedindo seu avanço, e garantindo a impunidade dos responsáveis pelo sequestro.

Assim, à insatisfação quanto à evidente omissão dos comandos da CSI-PR em coibir as diversas ações clandestinas que vinham se avolumando até aquele momento, somaram-se as suspeitas de que após aquela chicana da SESP-PR, estaria em curso uma espécie de “operação abafa”, encabeçada pelo secretário de segurança pública, general Alcindo Pereira Gonçalves, em articulação com a 5ª RM.

⁴⁶¹ “*PF instaura inquérito*”. Folha de São Paulo, São Paulo: 21 mar. 1978.

⁴⁶² “*PF instaura inquérito*”. Folha de São Paulo, São Paulo: 21 mar. 1978.

⁴⁶³ Segundo relato de Veiga, durante seu depoimento a DOPS-PR “o delegado Ozias pareceu preocupado [...] em descaracterizar o sequestro como um atentado de grupos de repressão, chegando a admitir três hipóteses: o sequestro teria sido praticado por vândalos ou bandidos; depois, achou que poderia ter sido cometido por meus próprios amigos e suspeitos. Finalmente, que o sequestro pode ter sido plantado”. In: *O sequestro não foi político, diz delegado*. O Estado de São Paulo, São Paulo, 21 abr. 1978.

A série de manobras de Alcindo não se restringiria somente ao exposto, quando agiu para despolitizar o sequestro de Veiga, e designar a DOPS-PR⁴⁶⁴ - alvo de suspeitas de participação nesse e em outro sequestro⁴⁶⁵ -, como responsável pela investigação, além de afirmar que comandaria um sequestro em nome da segurança nacional.⁴⁶⁶ Também chamou a atenção o nervosismo do secretário de segurança, quando em dado momento de uma entrevista:

“[...] arguido sobre a possibilidade de a veraneio azul placa AV-2408, de São Paulo, [que sequestrou Juracilda] ser um veículo da Secretaria de Segurança, o general Alcindo Pereira Gonçalves negou taxativamente ‘pois nenhum de nossos órgãos utiliza veraneio’”.⁴⁶⁷

Esse foi mais um de seus expedientes para tentar desvincular a CSI-PR daquelas ações clandestinas, uma vez que o uso desse tipo de veículo pelos órgãos repressivos, não só do Paraná, mas de todo o país, era público e notório.

Apesar disso, na mesma entrevista, Gonçalves torna público que vinha sendo advertido pelo governador do estado, sobre a suposta participação de agentes da área de segurança estadual em atividades clandestinas. Demonstrando pessimismo quanto à apuração do sequestro de Juracilda Veiga, Gonçalves afirmou que:

[...] manteve contato telefônico com o governador Jaime Canet Junior e que este lhe disse que não quer que a polícia realize este tipo de sequestro, “porque há a suposição de que gente da polícia estaria envolvida nisso” [...] salientou que a DOPS está realizando investigações para esclarecer o caso, informando, entretanto, que a própria DOPS esteve observando a jornalista [por ela] estar “envolvida com ideias subversivas”. Disse que o sequestro pode “não ter solução nunca”, embora garanta que a polícia do Paraná está equipada para solucioná-lo. “Às vezes depende de um golpe de sorte”, afirmou.⁴⁶⁸

O resultado de todo esse imbróglio foi o arquivamento do inquérito instaurado para investigar o sequestro de Veiga, sem que seus autores fossem identificados e punidos. Alguns meses depois a CJP-PR, através do advogado Luiz Salvador, denunciou a ingerência de Ozias Algauer nos trabalhos de investigação, afirmando que o chefe da DOPS-PR, aproveitando-se de sua autoridade sobre o delegado responsável, Juarez Lustosa dos Santos, teria sabotado o inquérito. Assim, nas palavras de Salvador “a interferência do doutor Ozias tem demonstrado que o inquérito não tem um delegado especial”.⁴⁶⁹

⁴⁶⁴ Sobre a designação da DOPS para investigar esse sequestro, manifestou-se de forma irônica um ex-comandante do DOI-CODI do Paraná nos anos de 1970: “colocaram o lobo para tomar conta do cordeiro!”. In: COMANDANTE DOI-CODI-5ª RM. Curitiba (PR), 16 maio 2014. Entrevista (sob anonimato) concedida a José dos Santos de Abreu.

⁴⁶⁵ Sequestro de Carlos Augusto Soares de Oliveira.

⁴⁶⁶ “*Eu comandaria um sequestro*”, diz secretário. Folha de São Paulo, São Paulo: 21 mar. 1978.

⁴⁶⁷ *Sequestro será investigado*. O Estado do Paraná Curitiba: 21 mar. 1978, p. 10.

⁴⁶⁸ “*Eu comandaria um sequestro*”, diz secretário. Folha de São Paulo, São Paulo, 21 mar. 1978.

⁴⁶⁹ *Cúria faz crítica a Alcindo*. Tribuna do Paraná, Curitiba, 08 jun. 1978.

4.2.1 O general Alcindo Gonçalves e o CCC

Conforme já exposto, a atuação conjunta entre as CSI paulista e paranaense, possivelmente também tenha envolvido o grupo paramilitar CCC. Como vimos, em 1977, a CSI-PR passou a agir mais ostensivamente, tanto em caráter oficial (prisões dos estudantes universitários), quanto clandestinamente (sequestros e ações do CCC).

Já no primeiro semestre daquele ano, inúmeras cartas assinadas pelo CCC, começaram a ser enviadas a partir de uma agência dos Correios, localizada na capital paulista, tendo como destinatários opositores paranaenses da ditadura, sobretudo de Curitiba. É possível que essa atividade tenha sido parte de uma espécie de operação casada visando acobertar as ações repressivas da CSI-PR.

Executada em parceria por agentes da CSI de São Paulo e do Paraná, tal operação envolvia a seguinte divisão de tarefas: enquanto os primeiros incumbiam-se de enviar as “cartas ameaçadoras”, com a assinatura do CCC, os últimos, se beneficiavam do terror que essas missivas impingiam não somente aos desafetos locais da ditadura, mas à outros setores da sociedade, uma vez que eram repercutidos pela imprensa e pelo “boca a boca”, aproveitando-se para agir de forma velada ou sob o acrônimo CCC, ou contando que as suspeitas recairiam sobre aquele grupo ultradireitista.

Uma declaração do jornalista Tibério Canuto, ao *Jornal do Brasil*, em 1978, reforçou essa suspeita, quando o então diretor do jornal *Em Tempo*, ventilou a possibilidade de que a CSI-PR vinha agindo sob o manto desse grupo paramilitar, o que explicaria “a coincidência do aumento das ações da CCC no Paraná com o fim do DOI-CODI paulista e a transferência para Curitiba de muitos policiais que ali prestavam serviço.”⁴⁷⁰

Essa colaboração entre os dispositivos repressivos de São Paulo e Paraná, conforme apontada por Canuto, teria se intensificado após o remanejamento para Curitiba, de agentes paulistas, no bojo da intervenção operada no II Exército pelo ditador Geisel após a morte de Manoel Fiel Filho, em janeiro de 1976. Com isso, parte das atividades daquele foco opositor da política descompressiva oficial foram deslocados para o estado do Paraná.

Cobrado a posicionar-se sobre a intensificação das atividades do CCC no estado, o secretário de segurança do Paraná, deu origem a uma nova controvérsia:

Perguntado sobre os organismos paramilitares que estariam agindo no Paraná, como o CCC (Comando de Caça aos Comunistas), que é suspeito inclusive de ter realizado

⁴⁷⁰ *Extrema direita assume em Minas a culpa da violência*. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 1 out. 1978, p. 18.

o sequestro da jornalista [Juracilda Veiga], o secretário da Segurança afirmou que “não é contra nem a favor deles” e que a DOPS está investigando a sua existência e estruturação, salientando, entretanto, que “é muito difícil saber quem é a pessoa responsável”.⁴⁷¹

As especulações sobre o envolvimento do CCC no caso de Juracilda Veiga resultavam de ações anteriores operadas por grupo paramilitar, tais como as ameaças de sequestros e outras formas de violências, feitas através do envio de cartas à opositores locais da ditadura, desde 1977. Essas correspondências criavam as condições subjetivas para que, assim que alguma ação repressiva clandestina ocorresse, imediatamente o CCC fosse colocado sob suspeição. Ao afirmar sua neutralidade em relação às atividades do CCC, mais do que revelar sua omissão diante dos crimes que vinham sendo perpetrados por aquela organização clandestina, Gonçalves se incompatibilizava com seu cargo, uma vez que cabia à secretaria sob seu comando a defesa da legalidade e da segurança de todos os cidadãos paranaenses, sem distinção de natureza política.

Além de declarações dessa natureza, que revelavam a inclinação do secretário de minimizar as ações do CCC, em diversos outros momentos Gonçalves chegou a negar a existência desse grupo paramilitar, sob a alegação de que a polícia nunca havia obtido prova nesse sentido. Uma nota divulgada pelo jornal *Em Tempo*, logo após a invasão de sua sede em Curitiba, em julho de 1978, ironiza essa relutância de Gonçalves em investigar o CCC:

A diretoria do jornal “*Em Tempo*” vem a público para denunciar a invasão da sede de sua sucursal em Curitiba [...] por elementos de organização para-militar e terrorista autodenominada Comando de Caça aos Comunistas-CCC [...] Na nossa edição número 17 publicamos parte de um documento assinado por 13 presos políticos da penitenciária Barro-Branco, São Paulo, que denunciaram seus torturadores. Trata-se de um documento minucioso relatando mais de 20 métodos de tortura, o assassinato de 16 presos políticos e acusando 233 policiais e militares como responsáveis pela prática de torturas. [...] Identificando-se claramente com os torturadores denunciados [...] estes membros do Comando de Caça aos Comunistas picharam nossa sucursal de Curitiba com os seguintes dizeres: “CCC- Ala dos 233”. A ação dessa organização de extrema direita em Curitiba já é de conhecimento público do estado do Paraná, e nacionalmente, e apenas o secretário de segurança deste estado, general Alcindo Pereira Gonçalves, insiste em negar o óbvio: os sequestros e cartas de ameaças do CCC a estudantes, jornalista, professores, parlamentares e líderes classistas. Apesar de todos esses atos, o secretário de segurança chegou a conclusão de que o CCC não existe no Paraná.⁴⁷²

Ainda durante entrevista ao jornal *Folha de São Paulo*, perguntado se não haveria relação entre o caso de Juracilda Veiga e os outros sequestros ocorridos nos últimos meses no estado, demonstrando tensão:

O secretário de segurança negou[se] a relacionar os outros três sequestros ocorridos em Curitiba nos últimos seis meses, envolvendo o presidente do Diretório Acadêmico

⁴⁷¹ “*Eu comandaria um sequestro*”, diz secretário. *Folha de São Paulo*, São Paulo: 21 mar. 1978.

⁴⁷² “*Curitiba, um bolsão da extrema direita*”. *Diário do Paraná*, Curitiba, 26 jul. 1978, 1º Caderno, p. 10.

Rocha Pombo, da universidade Federal do Paraná, Carlos de Oliveira, um estudante de artes que tentou pular do sétimo andar de um edifício para fugir dos policiais, desaparecendo por 3 dias⁴⁷³ e do professor Paulo de Oliveira Gomes, que ao ser sequestrado foi torturado e interrogado sobre ações subversivas. Afirmou que estes casos estão esclarecidos [não estavam] e que se os repórteres insistem sobre a questão ele terminaria ali mesmo a entrevista⁴⁷⁴

No entanto, um fato novo acabou colaborando para isentar o CCC do sequestro de Veiga e alçar a CSI-PR à condição de principal suspeita de autoria dos sequestros e outras ações que vinham sendo atribuídas àquele grupo anticomunista. Em 21 de abril de 1978, uma reportagem do jornalista Hélio Teixeira de Oliveira, da sucursal paranaense da revista *Veja*, informava que os executores do sequestro de Veiga haviam sido identificados pelas autoridades da área de segurança local:

Em Curitiba [...] havia um clima menos tenso na semana passada. Não se notavam mais repórteres sendo ostensivamente vigiados, como ocorrera logo depois da palestra do coronel [Tarciso] Ferreira, do sequestro da professora Juracilda Veiga e da prisão de onze intelectuais acusados de doutrinação marxista de crianças de 2 a 6 anos – acontecimentos que provocaram certa comoção no Paraná. E algumas autoridades deram, no final da semana, uma notícia até então mantida em sigilo: os sequestradores de Juracilda [que] operavam nos serviços de segurança de Curitiba, foram identificados e afastados de seus postos.⁴⁷⁵

A insatisfação da CSI-PR com essa reportagem fez com que Oliveira fosse intimado a prestar depoimento à DSI-SESP-PR, em 2 de junho de 1978, quando, segundo o registro oficial, afirmou “que dita verdade foi lhe fornecida por uma autoridade governamental, pessoa essa aparentemente bem-informada a respeito dos fatos”. Na sequência, em conformidade com o “contido da Lei nº 5.250, de 9 de fevereiro de 1967 – Lei de Imprensa – em seu artigo 7º”, o jornalista Hélio Teixeira de Oliveira fez uso de seu direito a resguardar o sigilo de sua fonte “mantendo-se assim em silêncio de acordo com a referida Lei.”⁴⁷⁶

Assim, conforme a sucessão de ocorrências negativas envolvendo a CSI-PR se avolumava, aumentava concomitantemente o desgaste da já combalida imagem da área de segurança paranaense junto a setores da opinião pública.

Discutimos no presente capítulo aspectos que envolveram a ampla repercussão gerada pela divulgação das práticas de TDE perpetradas pela CSI-PR e CCC, que levaram setores

⁴⁷³ Trata-se do aprisionamento do estudante Edyr Jaccoud D’Azeredo Filho, preso pelo Exército em frente à casa do comandante da 5ª RM em Curitiba, em 11 de setembro de 1977, por “estar rondando a propriedade e tentando tirar fotografias do local”. Ver: ABREU, José dos Santos. *Notas sobre ações clandestinas envolvendo a polícia política paranaense na ditadura civil-militar (1977-1978)*. In: PRIORI, Ângelo. *História do Paraná: novos caminhos, novas abordagens*. Curitiba. Editora CRV, 2016, p. 172.

⁴⁷⁴ “*Eu comandaria um sequestro*”, diz secretário. Folha de São Paulo, São Paulo: 21 mar. 1978.

⁴⁷⁵ VEJA. *IPM em Curitiba*. São Paulo, 12 abr. 1978. Edição 501, p. 34-35.

⁴⁷⁶ DEAP. Acervo DOPS-PR. Inquéritos 1978. Pasta nº 803. Caixa nº 96.

importantes da sociedade brasileira e mundial a se manifestarem sobre os acontecimentos de Curitiba, tais como: poderes Executivos estadual e federal; comandantes de órgãos repressivos militares e civis; clero católico; expoentes da ARENA e MDB, únicos partidos políticos legalizados; imprensa; sociedade civil organizada, sob a liderança da CJP-PR; entidades representativas estrangeiras, como a Anistia Internacional, importante trincheira na luta pelos direitos humanos na década de 1970; encerrando-se com uma breve narrativa sobre a atuação do titular da pasta de segurança pública do Paraná, general Alcindo Gonçalves, marcada por desvios performáticos que por algumas vezes colocaram a CSI-PR em situações vexatórias, quando sua participação em atividades repressivas clandestinas veio à tona na esteira de algumas das declarações desse secretário à imprensa, bem como por suas intervenções nos bastidores da área de segurança por meio de chicanas que tinham como objetivo preservar e manter impunes subordinados envolvidos em atividades ilícitas operadas por órgãos oficiais de sua secretaria ou de outras organizações repressivas que compunham a CSI-PR.

Ressalte-se que, contrariamente às afirmações de setores militares saudosistas, que sustentam até os dias de hoje que os “excessos” dos subordinados derivavam da suposta falta de controle dos comandos, aquela permissividade que permeava as atividades da CSI-PR era inerente à metodologia do TDE encampada definitivamente pela ditadura de SN brasileira a partir de 1969.

Ocorre que naquele contexto descompressivo de 1978, para a cúpula da ditadura, aquelas práticas terroristas já haviam cumprido seu papel ao dizimar os grupos de oposição militarizados. No entanto, para os adversários da política descompressiva e da redemocratização do país, a continuidade da aplicação da metodologia de TDE servia objetivamente aos seus desígnios de sabotagem daquele processo.

Fundamentados na lógica exposta, os comandos da CSI-PR, atuaram no sentido de abalar a confiança da opinião pública na política descompressiva do ditador Geisel, autorizando e avalizando, ações de duplo caráter – oficiais e clandestinas – de sabotagem àquela orientação oficial de arrefecimento da violência estatal. No entanto, as pressões de setores distintos da sociedade brasileira e da comunidade internacional acabaram por surtir efeito e os resultados não demoraram a surgir, como veremos no capítulo a seguir.

5 O PROCESSO DE DESMOBILIZAÇÃO DA CSI-PR (1978-1983)

Finalmente, chegamos ao último capítulo desse trabalho, no qual serão apresentados os indícios que, de acordo com a presente tese, constituíram o processo gradativo de desmobilização da CSI-PR, que significou a dissolução do principal dispositivo repressivo estadual da ditadura de SN brasileira, responsável por um saldo expressivo de atividades de TDE que atingiram seus opositores locais.

Estabelecemos como marco inicial do processo gradativo de desmobilização da CSI-PR, a assinatura pelo então governador Jayme Canet, em abril de 1978, do decreto estadual nº 4.884, que reestruturou a Polícia Civil do Paraná, praticamente um mês após o sequestro de Juracilda Veiga e da deflagração da Operação Pequeno Príncipe, quando os inquéritos que investigavam esses dois casos ainda estavam em andamento.

Em meio àquele cenário de indefinições, suscitado pela expectativa quanto ao desfecho das investigações, bem como pela continuidade ou não das sucessivas ações repressivas (para)estatais que vinham assolando a cidade, uma das mudanças impostas por aquele decreto causou maior impacto, por envolver a temida DOPS-PR, órgão repressivo local mais atuante no estado durante a vigência da ditadura. De acordo com o jornal Diário do Paraná:

O Diário Oficial, em sua edição de ontem, dedica 23 páginas para a publicação da íntegra do Regulamento e a Estrutura da Polícia Civil do estado, conforme decreto governamental de nº 4.884. O regulamento dá suporte legal a diversos organismos da Polícia Civil, introduzindo importantes modificações na estrutura e antecede a aprovação do Estatuto da Polícia Civil. Com esse decreto foram extintas algumas delegacias, criadas várias outras, atualizando a organização policial civil do estado. A maior alteração coube a Delegacia de Ordem Política e Social, que passou a ser Divisão de Segurança e Informações, composta pelas delegacias de Ordem Política, Ordem Social e de Explosivos, Armas e Munições, além das Subdivisões de Informações e de Vigilância Privada.⁴⁷⁷

Portanto, a partir daquele decreto a DOPS-PR deixou de ser uma delegacia e transformou-se em uma divisão da Polícia Civil - Divisão de Segurança e Informações (DSI) -, e suas antigas atribuições foram distribuídas entre três novas delegacias - Delegacia de Ordem Política (DOP), Delegacia de Ordem Social (DOS) e Delegacia de Explosivos, Armas e Munições (DEAM) -, e duas subdivisões - Subdivisão de Informações (SI) e Subdivisão de Vigilância Privada (SVP).

⁴⁷⁷ *Polícia civil regulamentada*. Diário do Paraná, Curitiba, 27 abr. 1978.

Ainda que o Decreto nº 4.884 tenha preservado a estrutura da antiga DOPS-PR praticamente intacta⁴⁷⁸, alterando sua formatação e distribuindo suas atribuições para as novas delegacias e subdivisões, do ponto de vista simbólico, causou surpresa a extinção do acrônimo DOPS, cuja origem no Paraná datava de meses antes da implantação da ditadura getulista do Estado Novo, em 1937.

A suspeita inicial de que aquele decreto poderia ser um esboço de algo mais abrangente, para além de uma possível retaliação pontual dirigida à DOPS-PR, foi se confirmando gradativamente a medida em que a pesquisa identificou um *continuum* constituído por outras medidas administrativas oriundas não somente da esfera estadual, mas também federal, entre os anos de 1978 e 1983, que uma vez analisados em seu conjunto configuraram o que a presente tese denomina como processo gradual de desmobilização da CSI-PR.

Portanto, para além desse primeiro aceno de contenção à determinados métodos de TDE operados pela DOPS-PR, em atividades próprias ou sob o signo da CSI-PR, e que até então vinham sendo corroborados pelos comandos estadual e federal, seguiu-se à reestruturação da Polícia Civil do Paraná, uma série de outras medidas administrativas que acabaram por reconfigurar a organização, estrutura e forma de atuação da CSI-PR, alterando aquele modelo repressivo implantado a partir da instalação do DOI-CODI-5ª RM, em 1975.

Tais medidas tiveram como objetivo ajustar a estrutura hierárquica e impor maior controle operacional, especialmente sobre a DOPS-PR e o DOI-CODI 5ª RM, de modo a sintonizar a atuação desses órgãos-membros, bem como do conjunto da CSI-PR, com os desígnios da descompressão política do governo. Para tanto, órgãos foram extintos, agências de controle e novas unidades com áreas de atuação compartimentadas foram criadas, procedimentos decisórios foram burocratizados, funções foram redefinidas, linhas de comando alteradas, agentes deslocados, expedientes colaborativos entre órgãos de segurança interrompidos, entre outros.

Conforme já assinalado, as práticas de TDE operadas pela CSI-PR em Curitiba - sobretudo, a deflagração da Operação Pequeno Príncipe -, e a posterior instauração do inquérito 38/78⁴⁷⁹, que acusava as escolinhas de doutrinares crianças de 1 a 6 anos dentro de princípios marxistas, acabaram gerando um desgaste de proporções internacionais, que atingiu não

⁴⁷⁸ A Seção de Economia Popular da DOPS-PR teve seu nome alterado para Delegacia de Crimes contra a Economia e foi transferida para a Divisão de Polícia Especializada (DPE).

⁴⁷⁹ Arquivado em junho de 1978, pela auditoria da 5ª RM.

somente a imagem da CSI-PR, mas da própria ditadura de SN brasileira, cujo comportamento no campo dos direitos humanos vinha sendo alvo de sucessivos questionamentos.⁴⁸⁰

Como vimos, em janeiro de 1976, a sabotagem operada por opositores da política descompressiva em curso, ao produzir a terceira morte de um preso político nas dependências do DOI-CODI do II Exército, levaram o governo federal a interditar a CSI-SP, defenestrando os comandantes do II Exército, general Ednardo D'Avila, do DOI-CODI local, coronel Audir Santos Maciel, e outros agentes envolvidos naqueles ilícitos. Além disso, foi também removido de seu cargo o chefe do Centro de Informações do Exército (CIE), general Confúcio Danton de Paula Avelino que, como vimos, havia supervisionado pessoalmente os trabalhos da Operação Marumbi, no Paraná, em 1975.⁴⁸¹

De certa forma, os acontecimentos de Curitiba reeditavam certos aspectos do episódio ocorrido em São Paulo, uma vez que naquela conjuntura de liberalização política em progresso, novamente vinham à tona óbices a orientação descompressiva do Executivo Federal, protagonizados dessa vez pela 5ª RM, ou mais especificamente, pela CSI-PR, causando dissabores para o governo em virtude da repercussão negativa gerada pela violência repressiva recorrente em Curitiba.

Portanto, os indícios a serem apresentados nesse capítulo, que em seu conjunto constituíram o que denominamos de processo gradual de desmobilização da CSI-PR, pretendem sustentar a principal hipótese da pesquisa, a saber, de que a repercussão negativa gerada pelas práticas de TDE executadas pela CSI-PR, ao longo dos anos de 1977 e 1978, ao se chocarem com a orientação descompressiva anunciada pelo ditador Ernesto Geisel, em 1974, foram responsáveis pela aceleração da dissolução da CSI-PR, a partir de abril de 1978.

Assim, em correspondência com esse objetivo, e ancorados nas fontes coletadas pela pesquisa, apresentaremos a seguir, em ordem cronológica, uma exposição analítica daqueles elementos que julgamos terem constituído o processo gradativo de desmobilização da CSI-PR.

5.1 O DECRETO Nº 4.884

O decreto nº 4.884
Diário Oficial do Estado do Paraná
Secretaria da Administração – Imprensa Oficial – Nº 289
Curitiba, sexta-feira, 28 de abril de 1978.
Atos do Poder Executivo
Decreto Nº 4.884

⁴⁸⁰ *Fim de acordo não foi retaliação, diz Geisel*. Folha de São Paulo, São Paulo, 14 maio 1995. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/5/14/brasil/26.html>. Acesso em: 16 dez. 2021.

⁴⁸¹ CHIRIO, op. cit., p. 186.

O governador do Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 47, inciso II e XVII, da Constituição Estadual, decreta:

Art. 1º - Fica aprovado o Regulamento e a Estrutura da Polícia Civil do Estado, na forma dos Anexos que fazem parte integrante do presente decreto.

Art. 2º - Este Decreto estrará em vigo na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, em 24 de abril de 1978, 157º da Independência e 90º da República.

JAYME CANET JUNIOR

Governador do Estado⁴⁸²

A pesquisa aponta como ponto de partida do processo gradativo de desmobilização da CSI-PR, a assinatura do Decreto Estadual nº 4.884, de 24 de abril de 1978, pelo governador Jayme Canet (aproximadamente um mês depois da deflagração da Operação Pequeno Príncipe), que ao reestruturar a Polícia Civil do Paraná, extinguiu o acrônimo DOPS-PR, reorganizou sua estrutura, transformando-a numa divisional que passou a denominar-se Divisão de Segurança e Informações (DSI), composta por três novas delegacias - Delegacia de Ordem Política (DOP), Delegacia de Ordem Social (DOS) e Delegacia de Explosivos, Armas e Munições (DEAM) -, e duas subdivisões - Subdivisão de Informações (SI) e Subdivisão de Vigilância Privada (SVP). Em consonância com os objetivos desse capítulo, a análise sobre impacto do Decreto nº 4.884 que reestruturou a Polícia Civil do Paraná incidirá somente sobre a DSI-PR, a DOP-PR, a SI-DSI-PR e a DOS-PR, obedecendo a respectiva ordem.

Para chefiar a DSI-PR, foi designado o delegado Hermes Machado de Matos, cujas responsabilidades a frente dessa nova divisão deveriam atender aos dispositivos contidos no Artigo nº 27:

À Divisão de Segurança e Informações cabe a organização, orientação, coordenação, supervisão e controle das atividades afetas às unidades que lhe são subordinadas, responsáveis pela operacionalização das atividades de informações e contra informações que interessem a segurança e administração do Estado e ainda no que se refere a manutenção da ordem política e social, ao cumprimento das normas atinentes a armas, munições e explosivos, ao controle das atividades das empresas de proteção e vigilância privada e as atividades legadas às informações de caráter secreto de interesse da segurança do Estado, as atividades administrativas e de apoio inerente; outras atividades correlatas.⁴⁸³

De acordo com o artigo nº 78 da nova legislação, cabia aos delegados chefes de divisão (DSI-PR; Divisão de Investigações Criminais – DIC; Divisão de Polícia Especializada – DPE; e Divisão Policial da Capital - DPC):

III – Zelar pelo fiel cumprimento das normas administrativas referentes a pessoal, comunicação, transporte, recursos materiais e financeiros das unidades subordinadas, como também antever as necessidades e propor soluções para a perfeita desincumbência dos objetivos das respectivas unidades;

⁴⁸² PARANÁ. Diário Oficial do Estado do Paraná. Curitiba, 28 abr. 1978, p. 1.

⁴⁸³ PARANÁ. Diário Oficial do Estado do Paraná. Curitiba, 28 abr. 1978, p. 4.

IV - Responder, perante a Direção da Polícia Civil, por todas as providencias de sua alçada e relacionadas aos atos e omissões de seus servidores, e das unidades subordinadas;

VI – Manter o controle das unidades subordinadas, tanto na área operacional, investigatória, ou administrativa de forma a que estas atuem segundo programação;

XXII – Fiscalizar, permanentemente, o exercício funcional das autoridades policiais, seus agentes e auxiliares, cuidando para que se processe dentro dos padrões exigíveis de presteza e probidade, correção e capacitação profissional;

XXXI – Assistir e orientar as unidades subordinadas no cumprimento da legislação, sua correta interpretação e na melhor execução operacional;⁴⁸⁴

De forma específica, cabia ao delegado chefe da DSI-PR, conforme o Artigo nº 80:

I - As responsabilidades e atribuições do Artigo 78 deste Regulamento;

II – Coadjuvar na prevenção e repressão aos delitos contra a ordem política e social, quando não executar diretamente a repressão penal, por delegação expressa da Polícia Federal;

III – Coadjuvar na execução das medidas tendentes a assegurar a incolumidade física de membros do governo e personalidades em visita oficial ao Estado;

IV – Manter em caráter secreto, registros de antecedentes políticos e sociais de cidadãos brasileiros e estrangeiros [Arquivo da DOPS-PR];

V – Integrar-se como unidade-membro à comunidade de informações [CSI-PR];

VI – Manter atuantes dispositivos de vigilância para a prevenção de ações ou infrações prejudiciais à Segurança do Estado;

VII – A obtenção de informações ou informes sobre atividades desenvolvidas por adeptos de doutrinas e ideologias que atentem contra as instituições nacionais;

VIII – Promover, isoladamente ou em conjunto com outros órgãos, a ampliação dos recursos preventivos comunitários contra o proselitismo da subversão da ordem política e social;

IX – Supervisionar a ação policial planejada e eventualmente integrada nas ações repressivas de manifestações públicas ilegais;

X – Fixar locais, na área metropolitana da capital, destinadas a comícios e reuniões públicas;

XI – Aplicar, no que lhe couber, a legislação estadual relativa ao controle de estabelecimentos de hotelaria e de divisões públicas;

XII – Cumprir, no que lhe couber, as normas atinentes a armas, munições e explosivos;

XIII – Exercer, permanentemente, o controle das atividades das empresas de proteção e vigilância privada, conforme a legislação específica;

XIV – Expedir alvarás, autorizações, certidões e atestados de sua competência;

XV – Manter estreito entendimento e colaboração com autoridades policiais federais e militares de segurança da área;⁴⁸⁵

Além do monitoramento e controle das atividades de suas três delegacias e duas subdivisões – conforme apontado nos itens III, IV, VI, XXII e XXXI do Artigo 78 - a DSI-PR manteve a guarda do antigo arquivo da DOPS-PR, composto por 40 mil fichas com informações sobre cidadãos, grupos e instituições investigados pela polícia política paranaense desde sua criação nos anos de 1930.

A mudança do acrônimo DOPS-PR para DSI-PR fez com que essa nova divisional, de acordo com o parágrafo V do Artigo 80, substituísse aquela antiga delegacia como unidade-

⁴⁸⁴ PARANÁ. Diário Oficial do Estado do Paraná. Curitiba, 28 abr. 1978, p. 12.

⁴⁸⁵ PARANÁ. Diário Oficial do Estado do Paraná. Curitiba, 28 abr. 1978, p. 12-13.

membro da CSI-PR. A partir de então, nos documentos compartilhados entre os órgãos-membros da CSI-PR a sigla DOPS-PR desaparece, dando lugar ao acrônimo DSI/PC/SESP/PR⁴⁸⁶.

Assim, para comandar aquela divisional, reestruturada e sob nova denominação, foi designado o bacharel Hermes Machado de Matos que, como veremos mais adiante, não foi bem aceito pela CSI-PR, uma vez que a expectativa da comunidade era que a chefia da DSI-PR, fosse ocupada pelo delegado Ozias Algauer, em razão de seu histórico de serviços prestados a ditadura à frente da antiga DOPS-PR, desde o ano de 1965.

Conforme aplicada pelo Decreto nº 4.884, a redistribuição das atribuições da antiga DOPS-PR entre as novas delegacias e subdivisões, fez com que as principais tarefas de repressão política fossem absorvidas pela DOP-PR e SI-PR. De acordo com o Artigo nº 78, foram atribuídas a DOP-PR as seguintes tarefas:

DA DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA

Art. 28 – À Delegacia de Ordem Política cabe adotar medidas necessárias para investigação, prevenção, repressão, e processamento dos crimes previstos no Código Penal Brasileiro em seus artigos 260 a 266, 328, 343 e 344, bem como das infrações previstas pela Lei das Contravenções Penais em seus artigos 68 e 69; o processamento das infrações a Lei nº - 5 700/71 que trata dos símbolos nacionais; a vigilância e observação a pessoas ou entidades que atentem à estabilidade das instituições nacionais e à segurança do Estado; proceder os inquéritos relativos a crimes de ordem política quando formalmente solicitados por autoridade policial federal ou por delegação; prestar a colaboração prioritária a Subdivisão de Informações, realizando os trabalhos investigatórios e de levantamentos necessários; manter a estreita colaboração na vigilância de acessos às estações ferroviárias e aeroportuárias, com unidades privativas desses órgãos; exercer fiscalização nas estações rodoviárias; instaurar sindicâncias e lavrar autos de infração; deslocar-se a qualquer ponto do estado para cumprimento de seus objetivos, por iniciativa própria ou por solicitação da unidade policial civil solicitante após anuência do Delegado Chefe da divisão; autuar ou instaurar inquérito policial quando, por decurso do exercício funcional, ocorrer crime de desacato, resistência ou desobediência; as atividades administrativas e de apoio inerentes; outras atividades correlatas.⁴⁸⁷

Preterido na escolha para o comando da DSI-PR, coube a Algauer a chefia da DOP-PR. Nessa condição, aquele antigo agente que até aquele momento gozara de um grau exacerbado de autonomia, além de extrema influência junto a área de segurança local, passou a subordinar-se ao comando da DSI-PR, que a partir da nova legislação foi dotada de controles capazes de impedir novos arroubos de indivíduos e/ou grupos opositores incrustados na polícia política local, interessados em criar embaraços à orientação descompressiva oficial.

⁴⁸⁶ Divisão de Segurança e Informações da Polícia Civil da Secretaria Estadual de Segurança Pública do Paraná.

⁴⁸⁷ PARANÁ. Diário Oficial do Estado do Paraná. Curitiba, 28 abr. 1978, p. 4.

De acordo com o Artigo nº 31 do novo decreto, coube à Subdivisão de Informações (SI), as seguintes atribuições:

Da Subdivisão de Informações:

Art. 31 – À Subdivisão de Informações cabe as atividades ligadas às informações de caráter secreto de interesse da segurança do estado e da ordem política e social; processar informes e informações, através das unidades operativas da Divisão, interpretando, avaliando e difundindo resultados aos organismos competentes; orientar as Subdivisões Policiais do interior nas formas corretas de atuar nos campos político, econômico e psicossocial estabelecendo canais, tipos de dados e periodicidade dos fluxos alimentadores; promover a coleta de dados das regiões paranaenses indispensáveis a montagem do plano de ação da pasta; cumprir e fazer cumprir, pelas unidades da estrutura da Polícia Civil, as normas do Decreto nº 79.099 de 06/01/77 instruindo quanto a adoção dos critérios de sigilo; pesquisar e colecionar documentos de fontes abertas e clandestinas sobre indivíduos, entidades, grupos ou organizações, suas atividades exercidas nos diversos campos de interesse da ordem política e social; assegurar as medidas de inviolabilidade e sigilo, de áreas, arquivos e fichários da Subdivisão de Informações; manter, permanentemente atualizados, arquivos e fichários, de caráter SECRETO, (Parágrafo 2º do Art. 5º do Decreto 79.099 de 06/01/77) que registrem histórico das atividades contrárias a ordem, integrando-os pelo contínuo inter-relacionamento informativo com outros órgãos de segurança da comunidade informativa, de âmbito federal, estadual, territórios e distrito Federal; as atividades administrativas e de apoio inerentes; outras atividades correlativas.⁴⁸⁸

A subdivisão de informações (SI), ficou sob a chefia do delegado Juarez Lustosa dos Santos.⁴⁸⁹ Destaque-se a relevância dessa subdivisão por sua designação como guardião dos arquivos da extinta DOPS-PR, e sua responsabilidade direta pelo zelo, manutenção e compartilhamento dos dados desse arquivo de fundamental importância para o setor de inteligência estadual e federal.

Ainda de acordo com a nova legislação, algumas atribuições de caráter político foram absorvidas pela Delegacia de Ordem Social (DOS), conforme previstas no Artigo nº 29, tais como:

[...] disciplinar e manifestar-se nos pedidos de realização de comícios, reuniões a céu aberto e manifestações públicas, executando o policiamento velado preventivo e repressivo; promover as medidas de segurança pessoal e de instalações que alojem membros do governo e personalidades em visita oficial ao Estado; prestar a colaboração prioritária à Subdivisão de Informações, realizando os trabalhos investigatórios e levantamentos necessários.⁴⁹⁰

⁴⁸⁸ PARANÁ. Decreto Estadual nº 4.884, de 24 abr. 1978, dispõe sobre o regulamento e a estrutura da Polícia Civil do estado do Paraná.

⁴⁸⁹ O delegado Juarez Lustosa dos Santos foi responsável pelo inquérito instaurado para investigar o sequestro da professora Juracilda Veiga, em 1978. Tal inquérito foi arquivado sem que os autores fossem identificados e punidos. De acordo com denúncia da CJP-PR, aproveitando-se de sua superioridade hierárquica, o delegado Ozias Algauer teria interferido nos trabalhos de investigação com o intento de sabotar esse inquérito. In: *Cúria faz crítica a Alcindo*. Tribuna do Paraná, Curitiba, 8 jun. 1978.

⁴⁹⁰ PARANÁ. Decreto Estadual nº 4.884, de 24 abr. 1978, dispõe sobre o regulamento e a estrutura da Polícia Civil do estado do Paraná.

Assim, conforme aponta o texto, essa redistribuição das tarefas da antiga DOPS-PR, imposta pelo Decreto nº 4.884, atribuindo à DOS-PR, a responsabilidade pelo controle e repressão de comícios, reuniões ou manifestações públicas, restringiu a ação do delegado Ozias Algauer junto a essas manifestações de natureza política.

A DOS-PR ficou sob o comando do delegado Carlos Arthur Xavier Bettes que, conforme reportagem do jornal *Diário do Paraná*, durante sua gestão buscou remodelar a nova delegacia, provavelmente com o objetivo de desvencilhar-se da imagem negativa herdada do período em que esta foi parte constitutiva da antiga DOPS-PR.

Para tanto, de acordo com a reportagem do *Diário do Paraná*, foram promovidas mudanças como a elevação do nível escolaridade - como uma das novas exigências do processo de seleção de seus agentes -, adoção de formas de abordagem menos agressivas, além da intensificação de treinamentos com o objetivo de adequar a corporação às imposições do Decreto nº 4.884. Ainda segundo esse jornal, com o objetivo de atrair a simpatia da população, a DOS-PR confeccionou e distribuiu mais de trezentos adesivos que podiam ser vistos nos parabrisas de vários automóveis que circulavam pela cidade de Curitiba, “mostrando um policial de preto [com] um cachimbo na boca”, simbolizando a nova imagem daquela delegacia.⁴⁹¹

Feita essa remodelagem na antiga DOPS-PR, o próximo passo deveria ser abrigar essa nova estrutura formada por cinco repartições (três delegacias e duas subdivisões), que exigiam espaços físicos independentes e adequados para o desenvolvimento de suas distintas atividades.

Para tal finalidade uma nova alteração foi operada pela SESP-PR: o antigo e simbólico prédio da velha DOPS-PR, na rua João Negrão, foi abandonado. Do ponto de vista do espaço físico, tal mudança se justifica perfeitamente, porém, não se restringe somente a esse aspecto a razão para essa realocação da estrutura da antiga DOPS-PR. O antigo prédio havia sido incorporado ao imaginário local como um símbolo da presença do terror de Estado no espaço social, sobretudo, por sua atuação durante as ditaduras do Estado Novo (1937-1945) e de Segurança Nacional (1964 e em curso, na época).

Sob essa perspectiva, e para que aquela iniciativa de readequação da estrutura de segurança lograsse se moldar minimamente ao ambiente de desmobilização que apontava para a redemocratização do país, urgia se desvencilhar daquele espectro que personificava o TDE no Paraná, invisibilizando-a.

Observe-se que, enquanto a sede da DOPS-PR era plenamente conhecida, até porque oferecia determinados serviços públicos, como a emissão dos atestados ideológicos, o mesmo

⁴⁹¹ *O que é a Delegacia de Ordem Social*. *Diário do Paraná*, Curitiba, 18 fev. 1979.

não ocorria com o DOI-CODI-5ª RM, que por seu caráter clandestino, mantinha sua localização desconhecida. Desse modo, para a quase totalidade da população curitibana e paranaense, e inclusive para a imensa maioria dos prisioneiros políticos que passaram por suas instalações, a chamada Clínica Marumbi, sede do DOI-CODI-5ª RM, era uma incógnita.

O trecho que segue foi extraído de uma reportagem do jornal Diário do Paraná, que em 10 de maio de 1978, informava seus leitores sobre as mudanças de nome e endereço da antiga DOPS-PR:

A Delegacia de Ordem Política e Social não estará atendendo ao público no decorrer desta semana em face da transferência de suas instalações para novo prédio. Com isso os interessados em obter atestados, notadamente os estudantes, turistas e candidatos a empregos deverão procurar o órgão somente na próxima segunda-feira em seu novo endereço à rua Ermelino de Leão, 515. Hoje, cerca de 5 toneladas de informações secretas, constantes dos diversos fichários da DOPS estarão sendo transportados de seu antigo prédio, à rua João Negrão, 733, próximo a Visconde de Guarapuava, para a Ermelino de Leão. Um esquema especial de segurança protegerá o transporte desses documentos. [...] E, ao reabrir suas portas ao público na próxima segunda-feira, a DOPS já estará oficialmente usando seu novo nome Divisão de Segurança e Informações, com uma estrutura agigantada para comportar suas três delegacias (Ordem Política, Ordem Social e de Explosivos, Armas e Munições), além de duas subdivisões policiais, uma das quais com atribuições da extinta Delegacia de Jogos e Diversões. Com isso, a repartição estará adaptada ao novo regulamento da Polícia Civil.⁴⁹²

Portanto, após tal adequação ao Decreto nº 4.884, a antiga DOPS-PR, a partir daquele momento metamorfoseada em DSI-PR, deixou seu antigo endereço na rua João Negrão, transferindo-se para a rua Ermelino de Leão, no centro de Curitiba.

Ao final, releva ressaltar que ainda que a estrutura da nova divisional tenha preservado os principais instrumentos de repressão da antiga DOPS-PR, alterações envolvendo a setorização, hierarquização e o controle burocrático, impostas pelo Decreto nº 4.884, forjaram mecanismos possibilitadores de maior controle sobre as atividades da DSI-PR pela SESP-PR e, conseqüentemente, pelo Executivo Estadual.

Um aspecto importante que merece ser destacado em relação à SESP-PR, diz respeito a situação vivida pelo seu secretário, durante as circunstâncias que envolveram o desenrolar desse processo de desmobilização, sobretudo no que se refere a DOPS-PR, uma vez que Gonçalves, além de responder ao governador do estado, também se equilibrava entre as pressões da 5ª RM e o monitoramento da Agência Central do SNI.

Considerando que o governador Jayme Canet pertencia ao grupo político do ex-governador do Paraná e então ministro da Educação, Ney Braga, uma das lideranças civis mais próximas do ditador Geisel e, portanto, apoiador do processo descompressivo em

⁴⁹² *DOPS fecha para mudar até o nome.* Diário do Paraná, Curitiba, 10 maio 1978.

desenvolvimento, não seria de todo impossível que as mudanças impostas pelo Decreto nº 4.884 tivessem origem no Executivo Federal, costuradas por Ney Braga junto à cúpula do governo, e aplicadas por seu afilhado político a frente do governo do Paraná.

A relação dos órgãos repressivos com a imprensa a partir da constituição da CSI-PR (1975), se desenvolveu de forma lacônica e operou-se principalmente através da divulgação de comunicados oficiais, como no caso da Operação Marumbi; e entrevistas truncadas, como as que envolveram o secretário de segurança, general Alcindo Gonçalves. Em uma delas, concedida ao jornal *Correio de Notícias*, em 2 de fevereiro de 1978, por ocasião do sequestro do professor Paulo Gomes, Gonçalves se recusou a responder oralmente as perguntas dos repórteres, exigindo que as indagações lhe fossem dirigidas por escrito.⁴⁹³ Além disso, reservou-se o direito de responder somente àquelas inquirições por ele julgadas pertinentes.

No mês seguinte, já no contexto do sequestro da estudante de Jornalismo e professora, Juracilda Veiga - que até o ano anterior havia atuado como jornalista -, após afirmar, de forma desastrosa, que comandaria um sequestro em nome da segurança nacional, Gonçalves voltou atrás e acusou os jornalistas de “distorcerem” suas palavras.⁴⁹⁴

Apesar do desmentido, tal declaração lhe causou alguns dissabores, uma vez que acabou sendo convocado a dar explicações na Assembleia Legislativa do Paraná (ALEP) meses depois. Seu depoimento àquela casa legislativa revelou sua aversão à imprensa e o pouco apreço pelo papel social dos jornalistas:

O general, que, logo após o aparecimento de Paulo Gomes, havia declarado aos jornalistas que o sequestro teria sido realizado "por elementos estranhos a Secretaria", afirmou ontem que não esclareceu antes a sua autoria porque a imprensa — que por várias vezes chamou de "mentirosa" e "cretina" — deu publicidade excessiva ao caso. "Aqui, na Assembleia, para os deputados, eu não posso me esquivar de dizer a verdade, mas para a imprensa ...".⁴⁹⁵

Alguns dias antes a indisposição de Gonçalves com a imprensa já havia obrigado o jornalista da sucursal curitibana da revista *Veja*, Hélio Teixeira de Oliveira, a prestar depoimento na DSI-PR - divisional da SESP-PR que substituiu a antiga DOPS-PR -, para explicar o conteúdo de uma reportagem de sua autoria publicada no mês de março último. Um trecho dessa reportagem ilustrava a pressão que a imprensa vinha sofrendo naquele momento, quando, segundo Teixeira, repórteres vinham sendo ostensivamente vigiados, após a palestra do coronel [Tarciso] Ferreira, do sequestro da professora Juracilda Veiga e da prisão de onze

⁴⁹³ *Só averiguações*. *Correio de Notícias*, Curitiba, 3 fev. 1978.

⁴⁹⁴ *Alcindo retifica posição*. *Tribuna do Paraná*, Curitiba, 3 abr. 1978.

⁴⁹⁵ *Secretário diz que o Exército ordenou o sequestro no Paraná*. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 7 jun. 1978.

intelectuais acusados de doutrinação marxista de crianças de 2 a 6 anos – acontecimentos que haviam provocado certa comoção no Paraná.⁴⁹⁶

Esse cenário de tensão levou o presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná e presidente da Confederação Nacional dos Jornalistas, Ayrton Baptista, a dirigir-se as principais autoridades estaduais no sentido de denunciar a perseguição que vinha sendo movida contra a imprensa. Segundo o jornal *Diário do Paraná*:

Ayrton Baptista manteve audiências ontem com o governador Jayme Canet Junior e com o comandante da 5ª Região Militar, general Ruy de Paula Couto. O dirigente sindical foi levar a estas autoridades as apreensões gerais da classe dos jornalistas, pois, nos últimos dias, diversos profissionais estão sendo seguidos e vigiados por elementos não identificados, o que se constitui num impedimento do seu livre exercício profissional.⁴⁹⁷

Adicione-se ainda a essa relação conflituosa, o fato de que na Operação Pequeno Príncipe, dois jornalistas⁴⁹⁸ fizeram parte do grupo de presos encarcerados na sede da PF-PR, e a própria Juracilda Veiga, já monitorada pela CSI-PR, como já apontado, havia atuado como jornalista até o ano anterior, quando escrevera algumas matérias sobre movimentos sociais.

Se a relação entre CSI-PR e a imprensa teve um caráter harmônico em momentos de intensificação da repressão e fechamento da ditadura, naquele novo cenário, marcado pela reorientação da política governamental, por meio do avanço do processo de descompressão, concomitante ao relaxamento da censura, esse antigo relacionamento deveria ser atualizado de modo a ganhar uma tonalidade menos verticalizada e autoritária.

Essa provavelmente tenha sido a intenção dos responsáveis pela elaboração do Decreto nº 4.884, quando ao determinarem a criação da Assessoria de Imprensa da Polícia Civil do Paraná, buscaram aperfeiçoar essa relação, que conforme defendeu o general Gonçalves, durante a cerimônia de inauguração desse novo órgão, “embora [tenham havido] momentâneas divergências, a Secretaria de Segurança sempre manteve o mais cordial relacionamento com a imprensa, cujo valor e significado são dos mais importantes”.⁴⁹⁹

Tal mudança, ao mesmo tempo em que propiciou a imprensa maior liberdade para o acesso e questionamento ao trabalho da Polícia Civil, criou embaraços para que a CSI-PR prosseguisse com suas atividades de sabotagem a política descompressiva em curso. Portanto, esse aceno distensivo da SESP-PR, em sua relação, até então, conturbada com a imprensa, foi

⁴⁹⁶ VEJA. *IPM em Curitiba*. São Paulo, 12 abr. 1978. Edição 501, p. 34-35.

⁴⁹⁷ *Sindicato pede ações contra intimidações à jornalistas*. *Diário do Paraná*, Curitiba, 30 mar. 1978.

⁴⁹⁸ Walmor Marcelino e Luís Manfredini.

⁴⁹⁹ *Imprensa: polícia já tem assessoria*. *Diário do Paraná*, Curitiba, 10 ago. 1978.

mais uma das importantes modificações impostas pelo Decreto nº 4.884, que contribuíram para ampliar direta e/ou indiretamente o controle do Executivo Estadual e federal sobre a CSI-PR.

As mudanças impostas pelo Decreto nº 4.884 atingiram de modo mais contundente os agentes mais radicais em sua recusa a abandonar os métodos considerados obsoletos e incompatíveis com os desígnios do Executivo Federal naquele momento. Esse grupo tinha como liderança o delegado Ozias Algauer, agente que havia angariado um poder exacerbado no interior daquele órgão policial estadual, como resultado da volumosa folha de serviços prestados a repressão no Paraná durante a ditadura. Esse capital simbólico amealhado por Algauer, ao lhe proporcionar certa autonomia operacional, além de uma considerável influência junto à área de segurança, forjaram as condições de possibilidade para que determinadas atividades de sabotagem às diretrizes do projeto descompressivo federal fossem realizadas.

Além disso, a instalação do DOI-CODI-5ª RM, em 1975, e a conseqüente aproximação operacional entre a DOPS-PR e as forças repressivas militares no âmbito da CSI-PR, ao aprofundarem a autonomia dessa delegacia estadual, acabaram contribuindo para uma espécie de afrouxamento dos controles de suas ações pelo Executivo Estadual.

Compreender efetivamente a transformação operada na estrutura e funcionamento da antiga DOPS-PR, como conseqüência das modificações impostas pelo Decreto nº 4.884, requer analisar o novo papel dessa divisional estruturada e hierarquizada para funcionar sob o controle do Executivo Estadual. No entanto, as mudanças não poderiam se resumir somente à alterações estruturais. Era preciso também se desvencilhar de agentes que simbolizavam aquele passado recente marcado pelas práticas de TDE no Paraná.

Nesse sentido, ampliar nossa percepção sobre os diversos efeitos da nova legislação, requer identificar e analisar seus reflexos na carreira profissional do delegado Ozias Algauer, a começar pela sua nomeação para a chefia da DOP-PR, em 1978; passando por seu remanejamento para a burocracia do estado, na condição de chefe de gabinete do secretário de segurança pública, general Alcindo Gonçalves, em 1979; até sua morte em decorrência de um enfarto, em 1980. Portanto, esse será o tema a ser tratado no próximo tópico.

5.2 O ocaso do delegado Ozias Algauer

Sobre o papel do indivíduo na concepção materialista, Viana, destaca que a ação individual no processo histórico pode variar de acordo com sua singularidade psíquica, suas habilidades e sua posição na sociedade. Além disso, determinados indivíduos podem exercer

uma maior influência do que outros no curso dos acontecimentos desde que alinhados às tendências vigentes. De forma sintética, para Viana:

A grande questão é que o papel do indivíduo na história é mais ou menos influente dependendo de um conjunto de determinações, entre as quais, a qual classe pertence o indivíduo e que situação social de conflitos de classes está estabelecida e qual sua inserção nesse contexto; [...] quais são as forças sociais em ação e como ele se relaciona com elas, bem como diversas outras determinações. Mas o indivíduo, uma vez formado, possui uma autonomia relativa. O seu grau de autonomia depende da época, sociedade e posição desse indivíduo no seu interior. Assim, determinada forma de singularidade individual aumenta ou tende a aumentar a autonomia relativa do indivíduo, enquanto outra forma tende a diminuir.⁵⁰⁰

No caso do delegado Ozias Algauer, além de sua evidente afinidade ideológica com o poder classista representado pela ditadura do grande capital, moviam seus passos as benesses que poderiam advir de sua adesão sincera e/ou dos ganhos materiais que sua projeção profissional poderia lhe oferecer, bem como de premiações oferecidas por setores empresariais interessados simultaneamente na manutenção da ordem vigente e eliminação dos dissidentes e, por fim, do prestígio conferido aos colaboradores mais aguerridos daquele Estado terrorista.

Além disso, sua completa adesão aos ditames da ditadura, ou seja, sua atuação em consonância com as tendências vigentes durante a fase de imposição massiva do TDE alçaram esse agente a condição de principal referência da área de segurança nesse período. No entanto, uma vez alterada a tendência repressiva da ditadura, ou seja, a partir da mudança da dinâmica repressiva, por meio da implementação e intensificação da política de descompressão, sobretudo a partir de 1978, seu percurso ascendente é interrompido.

Tal interrupção ocorre logo após ter sido criada uma situação de crise localizada que, conforme Viana, transformou esse agente e seu grupo em um sintoma dessa contratendência manifestada pela intensificação das práticas de TDE operadas pela CSI-PR no biênio 1977-1978. No entanto, uma vez identificados esses pontos de dissenso, o destino desse agente e seu grupo acabará sendo decidido por aqueles que definirão “qual tendência se realizará [...] expressando classes e forças sociais existentes e que podem reorganizar as relações no sentido de superar a crise”, fazendo-a retornar a situação de estabilidade.⁵⁰¹

Vejamos como se operou esse esvaziamento do poder do delgado Ozias Algauer e seu afastamento gradativo da área operacional. De acordo com reportagem do Diário do Paraná,

⁵⁰⁰ VIANA, Nildo Silva. *O papel do indivíduo na História*. Cadernos de História, Belo Horizonte, v. 14, n. 21, 2º sem. 2013, p. 120. Disponível em: file:///C:/Users/User/Downloads/4529-Texto%20do%20artigo-29352-1-10-20140821.pdf. Acesso em: 21 out. 2022.

⁵⁰¹ VIANA, Nildo Silva. *O papel do indivíduo na História*. Cadernos de História, Belo Horizonte, v. 14, n. 21, 2º sem. 2013, p. 120. Disponível em: file:///C:/Users/User/Downloads/4529-Texto%20do%20artigo-29352-1-10-20140821.pdf. Acesso em: 21 out. 2022.

entre as mudanças impostas pelo novo regulamento da Polícia Civil do Paraná (Decreto nº 4.884), mereceu destaque a transformação da DOPS-PR em um “super-órgão, denominado Divisão de Segurança e Informações”, tendo tal mudança uma boa acolhida no meio policial, sobretudo “face ao grande volume de suas atribuições”. Desse modo, a DOPS-PR migrou para a categoria de Divisão, abrigando um total de cinco seções, três delas na forma de delegacias e outras duas como subdivisões.⁵⁰²

Porém, conforme apontado, não foi somente a mudança do acrônimo DOPS-PR que chamou a atenção de alguns observadores em razão do simbolismo que essa antiga sigla adquiriu ao identificar durante décadas um órgão policial extremamente atuante no Paraná, cuja origem remontava ao longínquo ano de 1937. Em seu percurso de repressão aos opositores políticos, sobretudo durante as ditaduras do Estado Novo (1937-1945) e de Segurança Nacional, iniciada em 1964 e ainda em curso naquele momento, a antiga DOPS-PR imiscuiu-se no imaginário popular na forma de um espectro gerador do sentimento de medo diante da violência estatal.

No entanto, outro aspecto relacionado às mudanças na Polícia Civil do Paraná também causou espécie junto a área de segurança local: o deslocamento do delegado Ozias Algauer para uma das delegacias da DSI-PR. Isso se explica em razão da expectativa alimentada no meio policial de que esse agente assumiria a direção da DSI-PR, posto compatível com sua antiga posição à frente da recém extinta/desmembrada DOPS-PR.

Portanto, o que se observou foi o remanejamento de Algauer, de um posto de destaque situado no cume da antiga estrutura dopiana, para uma posição secundária, como chefe de uma das delegacias da DSI-PR, quando esse agente passou a condição de subordinado de seu delegado-chefe.

Reforça tal constatação um Relatório de Informações produzido pela ACT-SNI-PR, contendo algumas impressões daquela agência regional sobre algumas das mudanças introduzidas na Polícia Civil do Paraná, pelo Decreto nº 4.884:

Medidas recentes tomadas pelo Governo do Estado do Paraná, promovendo alterações na estrutura da Secretaria de Segurança, tem causado polêmica e apreensões no seio da Comunidade de Informações. A criação da Divisão de Segurança e Informações (DSI), extinguiu a DOPS – Delegacia de Ordem Política e Social [...]. A Delegacia de Ordem Política e Social, até então sob a chefia do Bel. Ozias Algauer, nome sobejamente conhecido dentro da Comunidade de Informações pelo alto conceito que goza em virtude dos relevantes serviços prestados, particularmente contra a subversão, possuía um valioso arquivo com cerca de 40.000 fichas que atualmente pertence a chefia da DSI. Para chefiar a DSI, foi designado o Delegado de 1ª Classe, BEL. HERMES MACHADO DE MATOS, elemento que não desfruta de conceito favorável entre os seus pares e cuja permanência neste cargo causa preocupação e

⁵⁰² *Polícia civil já tem regulamento.* Diário do Paraná, Curitiba, 07 abr. 1978.

constitui sério risco para a Comunidade de Informações. O Dr. Ozias Algauer, delegado de 1ª Classe, recebeu a chefia de uma delegacia subordinada à DSI, DOP – Delegacia de Ordem Política – e com consequente cerceamento de suas antigas atribuições.⁵⁰³

A leitura desse documento produzido pela ACT-SNI, atesta a existência naquele momento de certa contrariedade da CSI-PR ante determinadas alterações decorrentes da aplicação do Decreto nº 4.884.

De acordo com esse Relatório de Informações as mudanças na estrutura da SESP-PR haviam “causado polêmica e apreensões”. O texto destaca em tom de lamento o deslocamento do delegado Ozias Algauer para a uma delegacia subordinada à DSI-PR, além do consequente “cerceamento de suas antigas atribuições”, daquele agente altamente conceituado junto a CSI-PR pelos relevantes serviços no combate a “subversão”.

O Relatório de Informações ainda deixa evidente a recepção negativa da CSI-PR a designação do delegado Hermes Machado de Matos para chefiar a DSI-PR. Chama a atenção ainda o alerta do relator para os riscos que a permanência desse agente a frente da DSI-PR poderia constituir para a CSI-PR, provavelmente indicando que Matos seria um agente de confiança do Executivo Estadual e, portanto, estaria em desacordo com o posicionamento ideológico e com os métodos operacionais adotados pelos mentores da CSI-PR. Reforça o exposto o fato de que na condição de chefe imediato do delegado Ozias Algauer, o delegado Matos foi dotado de poder suficiente para controlar as atividades do antigo chefe da DOPS-PR, a partir daquele momento à frente da DOP-PR.

O Relatório de Informações deixa entrever ainda a importância atribuída ao controle do arquivo da extinta DOPS-PR, quando pesarosamente o texto observa que com as mudanças, Algauer também perdeu a guarda desse “valioso arquivo com cerca de 40.000 fichas que atualmente pertence a chefia da DSI”.

Em suma, a substituição da DOPS-PR pela DSI-PR como unidade-membro da CSI-PR, e a transferência do controle do arquivo daquela antiga delegacia para a SI-DSI-PR, fizeram com que na condição de delegado chefe da DOP-PR, Algauer fosse destituído de praticamente todos os instrumentos que lhe conferiam imenso poder e prestígio junto a área de segurança local. Acrescente-se ainda que ao ser desaposado da guarda daquele acervo, Algauer perdeu a

⁵⁰³ Arquivo Nacional. Identificação: Dossiê. IN Funcionamento do SISNI I nº 6.1. Identificação: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.NNN.81001578. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/nnn/81001675/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_nnn_81001675_d0001de0001.pdf. Acesso em: 24 fev. 2022.

condição de principal interlocutor da polícia política local junto aos demais órgãos e esferas da área de segurança da 5ª RM.

A importância que o antigo arquivo da DOPS-PR tinha para a CSI-PR foi também corroborada por outro Relatório de Informações produzido pela ACT-SNI, no qual se evidencia a expectativa dessa agência, de que ante ao iminente regresso do então ministro da Educação, Ney Braga ao governo do estado do Paraná no ano seguinte (1979), esse quadro desfavorável, tanto para Algauer, como para a CSI-PR, pudesse ser revertido:

Cabe acrescentar que, com a instalação do novo governo do estado a 15 de março do próximo ano [1979], deverão ocorrer mudanças nos cargos da Secretaria de Segurança Pública, existindo a possibilidade de passar o controle do arquivo, com cerca de 40.000 fichas, atualmente subordinado a DSI, ao delegado Ozias Algauer, do DOP.⁵⁰⁴

Mesmo com Ney Braga assumindo o governo do Paraná, em março de 1979, tal expectativa da ACT-SNI não se realizou, e a trajetória profissional de Ozias Algauer acabou impactada pelas mudanças que brotavam daquela nova conjuntura sociopolítica que se configurava *pari passu* com o definhamento da ditadura de SN brasileira.

Depois de ter sido preterido na escolha da chefia da DSI-PR, durante seu curto período à frente da DOP-PR, Algauer manteve sua postura de defesa da manutenção dos antigos métodos de TDE no estado. Em dezembro de 1978, o chefe da DOP-PR foi designado pelo general Alcindo Gonçalves, responsável pela condução do inquérito instaurado para investigar o CCC no Paraná. Sua nomeação acabou sendo alvo de chacotas, em razão da suspeição de que sob seu comando a DOPS-PR teria protagonizado ou participado de atividades atribuídas ao CCC. Além disso, como vimos, sua imagem junto a opinião pública se confundia com o TDE no Paraná, o que contribuía para a descrença quanto a sua lisura e empenho no sentido de deslindar a autoria daqueles ilícitos.

Em junho de 1979, Algauer foi afastado da condução do inquérito do CCC. Após analisar o que havia sido realizado pelo seu antecessor, o delegado Eloy Fernandes França, anunciou à imprensa que o material produzido após seis meses de investigações resumia-se à coleta de alguns poucos recortes de jornais e revistas que faziam alusão à atividades recentes do CCC, confirmando as previsões de setores da imprensa, quanto à provável parcialidade e inoperância de Algauer na condução daquele inquérito.⁵⁰⁵

⁵⁰⁴ Arquivo Nacional. Dossiê. IN Funcionamento do SISNI I nº 6.1. Identificação: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.NNN.81001578. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/nnn/81001675/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_nnn_81001675_d0001de0001.pdf. Acesso em: 24 fev. 2022.

⁵⁰⁵ DEAP. Acervo DOPS-PR. Comando de Caça aos Comunistas (CCC). Pasta nº 247. Caixa nº 26.

A sequência dos fatos relacionados a Algauer, guarda algumas semelhanças com um ponto da trajetória de outro agente emblemático da ditadura de SN brasileira, atuante em São Paulo. Assim como ocorreu com o delegado Sérgio Paranhos Fleury, que em 1977, foi deslocado da área operacional para um cargo burocrático como diretor do Departamento Estadual de Investigações Criminais (DEIC), em março de 1979, Algauer também foi defenestrado do campo de operações da polícia política paranaense ao ser transferido da DOP-PR para a chefia de gabinete do general Alcindo Gonçalves, na SESP-PR.

Possivelmente, essa tenha sido a saída encontrada pelas instâncias superiores da ditadura para neutralizar aquele agente extremamente “queimado”, cuja imagem se contrapunha à nova conjuntura descompressiva em desenvolvimento. Desse modo, restou a Algauer a honrosa nomeação para um cargo burocrático de destaque na SESP-PR, porém, sua permanência naquela nova função seria interrompida de forma brusca no ano seguinte (1980), quando aquele delegado que se projetou no Paraná como o principal agente perpetrador do TDE durante a ditadura de SN brasileira, faleceu vitimado por um enfarto fulminante.

Coração mata Ozias Algauer aos 48 anos

Tido como exemplo de policial honesto e dedicado ao trabalho, faleceu ontem o delegado Ozias Algauer, chefe de Gabinete da Secretaria de Segurança Pública do Paraná. Sua morte enlutou a organização policial do Paraná, onde ele era um de seus membros mais representativos.

Seu sepultamento foi dos mais concorridos, com centenas de velucos policiais efetuando o acompanhamento com as luzes acesas e, sirenas abertas, num último adeus de seus colegas. Ao baixar o caixão no Cemitério Parque Iguacu, cenas comoventes pois desde funcionários subalternos a Secretários de Estado e magistrados contavam-se entre seus amigos.

QUEM ERA
Ozias Algauer faleceu aos 48 anos de idade, vítima de enfarto do miocárdio, em sua residência, à avenida Desembargador Vieira Cavalcanti, 700, nas Mercês, durante a madrugada de ontem. Deixa viúva a sra. Zeny Algauer e uma filha, Elize. Filho de policial, ingressou nos quadros da então Chefatura de Polícia como agente, em 22 de julho de 1954. Em 1960, habilitado por concurso, mudou para a carreira de Detetive, passando, desde então, a prestar serviços na Delegacia de Ordem Social — DOPS. Em 1964, foi nomeado delegado de Polícia, passando a adjunto da DOPS. E, em 1966, a delegado titular dessa delegacia.

Em 1970, foi designado como diretor do Centro de Informações da Secretaria de Segurança Pública, sem prejuízo das funções de titular da DOPS. Desde 1966 era professor da Escola de Polícia, na cadeira de Investigação Criminal. Formou-se em Direito, pela Universidade Católica do Paraná, em 1963. Entre os diversos cursos que concluiu, destacam-se os de Controle de Multidões, pela Agência para o Desenvolvimento Internacional; Curso Geral de Polícia, na Academia Interamericana de Polícia, no Canal do Panamá; ADESC e diversos cursos de segurança sob o patrocínio da Missão Norte-Americana de Cooperação Econômica e Técnica no Brasil — Ponto IV.

Em 1972, o chefe de Gabinete do Ministério da Marinha lhe concedeu a medalha e o diploma de “Amigo da Marinha” e, no mesmo ano, por portaria do ministro da Marinha, foi agraciado com a medalha “Mérito Tamandaré”. Em 1977 recebeu a medalha do Mérito Policial, na categoria “Prata” e, em março de 1979 assumiu a Chefia do Gabinete da Secretaria de Segurança Pública.



Ozias Algauer



Era um policial exemplar.

Ilustração 2: Morte de Ozias Algauer (1980).

Um fato peculiar que se seguiu a morte de Algauer espelhou o imbricamento entre o declínio de sua imagem e o avanço do processo de desmobilização da CSI-PR. Em seguida à sua morte, os deputados arenistas, Rubem Valduga, e Fabiano Braga Côrtes, apresentaram dois requerimentos à mesa da ALEP, solicitando a manifestação, por aquela casa legislativa, de um voto de pesar pelo falecimento do delegado Ozias Algauer. Em 1972, a ALEP havia homenageado Algauer, registrando em ata um voto de congratulações pelo recebimento da medalha do “Mérito de Tamandaré” que a Marinha brasileira havia outorgado por seus serviços ao país.⁵⁰⁶

No entanto, daquela vez as coisas seriam diferentes: uma vez pautada e colocada em votação, aquela iniciativa encampada pelo partido oficial da ditadura, acabou derrotada por 14 votos a 11, após a bancada do MDB se insurgir diante de uma proposta de homenagem considerada imerecida, conforme expressou em seu voto o deputado Nilso Sguarezzi:

Quem está morto, está morto. Se merece louvor, deve ser feito. Mas o Sr. Ozias Algauer, não merece isso. Portanto, quero deixar claro o meu voto contrário a esse voto de pesar, apesar de quebrar a praxe da Casa, mas em nome daqueles que foram torturados, em nome daqueles que sofreram; e em nome da dignidade desse parlamento que se viu por diversas vezes desmoralizado, pelo Sr. Ozias Algauer, quando no DOPS [...] deputados que o procuravam não eram atendidos; quando pedidos de informações não eram aceitos; em nome de tudo isso, esse Deputado vota contra este voto de pesar [...].⁵⁰⁷

Esse fato demonstrou de forma cabal que o processo de desmobilização da CSI-PR avançava também no campo subjetivo, uma vez que naquela conjuntura política descompressiva, já era possível ao campo oposicionista no parlamento paranaense, se contrapor a certos setores da sociedade, representados naquela casa legislativa por deputados do partido oficial, impedindo que a imagem daquele agente que foi o símbolo do TDE no Paraná durante a ditadura, fosse novamente incensada publicamente.

Em complemento a notícia da rejeição pela ALEP daquele elogio póstumo proposto por setores caudatários do falecido delegado Ozias Algauer, o jornal *Correio de Notícias*, informou ainda que a “negativa de um Voto de Pesar [pela ALEP] era fato inusitado desde 1964 [...] quase tão incomum quanto a negativa de Título de Cidadão ao Papa João Paulo II”.⁵⁰⁸

Ao final desse tópico, a pesquisa entende que as mudanças na estrutura da Polícia Civil do Paraná impostas pelo Inquérito nº 4.884, forjaram as condições de possibilidade para o início

⁵⁰⁶ *Voto a Ozias Algauer*. Diário Popular, Curitiba, 29 jun. 1972, p. 3.

⁵⁰⁷ ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ - ALEP. Anais da Assembleia. Curitiba, 11 abr. 1980, p. 10.

⁵⁰⁸ *Negado voto de pesar a Algauer*. Correio de Notícias, Curitiba, 12 abr. 1980, p. 7.

do ocaso desse agente perpetrador do TDE, até então, altamente conceituado junto a área de segurança local.

A primeira mudança a impactar a trajetória profissional de Algauer, como vimos, foi sua remoção do comando da DOPS-PR, cargo que havia ocupado desde o ano de 1965; em seguida, deixou a chefia da DOP-PR, após sua atuação esdruxula na condução do inquérito instaurado para investigar o CCC; e, por fim, assim como Fleury, foi deslocado da área operacional para um cargo burocrático, ao ser nomeado chefe de gabinete do secretário de segurança, Alcindo Gonçalves, em 1979. Provavelmente, essa foi uma saída honrosa encontrada pelo Executivo Estadual para controlar aquele agente que acabou se tornando indesejável, impedindo-o definitivamente de causar novos aborrecimentos para os condutores do processo de descompressão da ditadura de SN brasileira.

Denota-se a partir do exposto que naquele contexto descompressivo, agentes como Algauer, cujas imagens se confundiam-se com o TDE, por sua atuação durante os anos mais repressivos da ditadura, tornaram-se incômodos e indesejáveis. Tal quadro, exigia dos controladores da ditadura que aqueles emblemas do que fora aquele Estado terrorista em sua fase mais cruel, assim como os antigos métodos a eles associados, fossem removidos daquele cenário que se redesenhava na direção da volta do Estado de direito.

5.3 Intervenção do Ministério do Exército no DOI-CODI-5ª RM

No presente tópico iremos abordar a movimentação de oficiais membros do DOI-CODI-5ª RM, que se seguiu a reestruturação da DOPS-PR. Porém, esse novo indício de desmobilização da CSI-PR, possuiu um precedente que o conecta às disputas entre condutores e opositores da descompressão política do Executivo Federal, no quadro que se seguiu à demissão do general Sylvio Frota, do Ministério do Exército.

Nesse sentido, a primeira intervenção identificada pela pesquisa na estrutura de comando da CSI-PR, aconteceu em janeiro de 1978, quando o tenente-coronel Zuiderzee do Nascimento Lins, foi remanejado do comando do DOI-CODI-5ª RM⁵⁰⁹, para a chefia de gabinete da ACT-SNI.⁵¹⁰

⁵⁰⁹ “*Exército muda 69 comandos desde a saída de Frota, mas critérios são normais*”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 5 de fevereiro de 1978, p. 2.

⁵¹⁰ Ainda em 1978, Lins também chegou a ocupar interinamente a chefia da ACT-SNI. Ver: Arquivo Nacional. Fundo: Serviço Nacional de Informações – Identificação: BR_DFANBSB_V8_MIC_PTR_AVP_1827_d0001de0001.pdf. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/ptr/avp/1827/br_dfanbsb_v8_mic_ptr_avp_1827_d0001de0001.pdf. Acesso em: 3 mar. 2021; Arquivo Nacional. Dossiê: Estrada de Ferro Central Do Paraná -

O trecho que segue, extraído de uma reportagem do Jornal do Brasil, deixa entrever essa possível conexão entre a substituição do comandante-fundador do DOI-CODI-5ª RM e a demissão do Ministro Sylvio Frota:

Um total de 69 comandos de unidades do Exército foram alterados através de portarias ministeriais ou decretos da Presidência da República desde o dia 12 de outubro, data da demissão do general Sylvio Frota do cargo de Ministro do Exército. A maior parte destas modificações obedeceu a critérios normais, visto que o calendário de movimentação de oficiais se encontra fixado para o final do ano, devido essencialmente à proximidade do período de férias, facilitando assim a mudança do militar e família de uma cidade para outra. [...] Outros comandos, entretanto, foram modificados em virtude da crise que se esboçou com a saída do general Frota, pelo fato de os oficiais substituídos se encontrarem de certa forma, ligados ao ex-ministro.⁵¹¹

Além disso, é preciso lembrar que Lins foi subordinado de Waldyr Coelho quando esse renomado militar ocupou a chefia da 2ª Seção da 5ª RM (1975 e 1977) - durante a gestão de Frota no Ministério do Exército -, estruturando o DOI-CODI-5ª RM, conduzindo a Operação Marumbi, e comandando operacionalmente a CSI-PR até sua morte em 1977. Considerados esses fatos, é possível que essa proximidade com o “frotista” Waldyr Coelho tenha colaborado para a exoneração do tenente-coronel Zuiderzee Nascimento Lins do comando do DOI-CODI-5ª RM.

Concluído esse primeiro registro envolvendo uma das mudanças operadas junto ao DOI-CODI-5ª RM no bojo do seu processo gradual de desmobilização da CSI-PR, a saber, a troca de seu comandante em janeiro de 1978, passamos a tratar diretamente de outra medida que atingiu alguns meses depois outros militares membros desse destacamento.

Com o apoio de outro Relatório de Informações produzido pela ACT-SNI foi possível identificar certa insatisfação da área de segurança paranaense com uma portaria expedida pelo Ministro Belfort Bethlen, determinando a movimentação de oficiais-fundadores do DOI-CODI-5ª RM:

Serviço Nacional de Informações
 Agência Curitiba
 Informação 0646/100/ACT/78
 Data: 30 de junho de 1978
 Assunto: IN – FUNCIONAMENTO DO SISNI – 6.1
 Origem:
 Referência: PLANO NACIONAL DE INFORMAÇÕES
 Dif. Anterior:

CR Almeida S A. Identificação: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.NNN.82002212. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_DFANBSB_V8/MIC/GNC/NNN/82002212/BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_NNN_82002212_d0001de0001.pdf. Acesso em: 9 nov. 2022.

⁵¹¹ “Exército muda 69 comandos desde a saída de Frota, mas critérios são normais”. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 5 fev. 1978, p. 2.

Difusão: AC/SNI

6.1.2. Comunidades Setoriais dos Ministérios Militares

Causou preocupação no seio da Comunidade de Informações a Portaria do Exmo Sr. Ministro do Exército determinando a movimentação de oficiais pertencentes aos DOI-CODI com mais de três anos nessas funções. Esta medida atingirá oficiais do DOI/CODI 5ª RM/DE com grande experiência em trabalhos de informações e grande conhecimento da região.⁵¹²

Portanto, se como vimos anteriormente, o Relatório Especial de Informações Nº 1/75 - Operação Marumbi, apontou como data definitiva de instalação do DOI-CODI-5ª RM, o dia 30 de junho de 1975, esse Relatório de Informações da ACT-SNI também datado de 30 de junho, foi elaborado quando esses oficiais-fundadores completavam exatamente três anos de serviço naquele organismo. Portanto, de acordo com esse documento, tal medida estava na iminência de atingir aqueles oficiais do DOI-CODI-5ª RM “com grande experiência em trabalhos de informações e grande conhecimento da região”.

Assim, dessa vez a mudança tinha origem no Executivo Federal, via Ministério do Exército, e ao atingir o DOI-CODI-5ª RM, afastando quadros experimentados daquele organismo, contribuía para o aprofundamento do processo de desmobilização da CSI-PR que, conforme atesta o relatório elaborado pela ACT-SNI, demonstrava “preocupação” com tais mudanças.

Tendo como objetivo ilustrar a presença do processo gradual de desmobilização da CSI-PR junto a esfera militar, no presente tópico foram apresentados, com o apoio de documentos elaborados pela ACT-SNI, indícios que atestam a aplicação de medidas oriundas do Ministério do Exército, portanto, da esfera federal, que afastaram oficiais membros do DOI-CODI-ª RM, em serviço naquela unidade militar durante exatos três anos, ou seja, ao longo de todo o período de aplicação de práticas de TDE pela CSI-PR que possivelmente aceleraram sua dissolução.

5.4 Interrupção de emissão/devolução das cédulas de identidade funcional da DOPS-PR com codinomes de agentes do DOI-CODI-5ª RM

Durante a pesquisa encontramos documentos que comprovam a prática sistemática de emissão de cédulas de identidade funcional da DOPS-PR para membros do DOI-CODI-5ª RM.

⁵¹² Arquivo Nacional. Identificação: Dossiê. IN Funcionamento do SISNI I nº 6.1. Identificação: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.NNN.81001578. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/nnn/81001675/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_nnn_81001675_d0001de0001.pdf. Acesso em: 24 fev. 2022.

Essas cédulas funcionais continham os codinomes dos agentes e os identificava como policiais da DOPS-PR. (ver anexo)

Como reflexo da extinção da DOPS-PR pela via do Decreto nº 4.884, a DOP-PR enviou ao DOI-CODI-5ª RM o ofício nº 889/78, de 22 de agosto de 1978, pelo qual informava que “não serão mais fornecidas cédulas de identidade, tendo em vista a extinção da DOPS”. Além disso, foi solicitada a devolução das cédulas que estavam em poder do DOI-CODI-5ª RM para que essas fossem inutilizadas.⁵¹³

Em resposta, o DOI-CODI-5ª RM enviou o Ofício de nº 165/DOI, de 31 de agosto de 1978, informando a DOP-PR que estavam sendo remetidas em anexo àquela delegacia 43 espelhos inutilizados de antigas cédulas de identidade funcional da DOPS-PR, sob a responsabilidade daquele destacamento (DOI). Em complemento, era observado que por motivo de extravio, deixavam de ser enviadas quatro cédulas. Foram listados então os codinomes dos seus portadores, suas patentes - no caso do último deles, sua condição de policial civil - e seus verdadeiros nomes:

- RUI DE OLIVEIRA, sob a responsabilidade do Tenente-Coronel ZUIDERZEE NASCIMENTO LINS;
- OSCAR MARINHO, sob a responsabilidade do major PAULO HUGO KREBS;
- ADOLFO MOREIRA, sob a responsabilidade do capitão MIRACIS ROGÉRIO FLORES; e
- ORLANDO DE ASSIS, sob a responsabilidade do delegado de Polícia do Paraná de 4ª Classe, JOÃO CARLOS PIRES DA FONSECA.⁵¹⁴

Essas informações sobre os codinomes de agentes contidas nesse ofício são de extrema relevância para a pesquisa sobre a repressão no Paraná, uma vez que preenchem documentalmente uma importante lacuna: confirmam os codinomes de agentes que tiveram protagonismo na Operação Marumbi, como o então major Zuiderzee Nascimento Lins, primeiro comandante do DOI-CODI-5ª RM, que se identificava como Doutor Rui, e o capitão Miracis Flores, conhecido como Doutor Adolfo, que se notabilizou pela crueldade com que ameaçava e torturava os detidos, em meio a afirmações como as de que “nem o presidente da República conseguirá tirar vocês daqui, pois nós estamos acima do poder constituído!”.⁵¹⁵

Portanto, a interrupção desse expediente envolvendo a emissão de cédulas de identidades funcionais da DOPS-PR para o DOI-CODI-5ª RM, como parte do processo em curso de desmobilização da CSI-PR, significou o rompimento de um dos principais elementos

⁵¹³ DEAP. Acervo DOPS. Pasta DOI – Departamento de Operações Internas. Pasta: 1329. Caixa: 155, p. 13.

⁵¹⁴ DEAP. Acervo DOPS-PR. Pasta: DOI (Destacamento de Operações e Informações). Caixa nº 155. Pasta nº 1329.

⁵¹⁵ HELLER, op. cit., p. 374.

de coesão policial-militar envolvendo seus dois principais órgãos-membros, desde sua constituição em 1975.

5.5 Desinteligências entre a SESP-PR e 5ª RM

Como já exposto, a adoção definitiva do TDE, como método institucionalizado de combate aos opositores da ditadura, levou a criação da OBAN/DOI-CODI, a partir de 1969. Arcabouço teórico-metodológico escolhido para a eliminação do “inimigo interno”, a DFGC, fundava-se em três pilares principais: a integração entre as forças policiais e militares, o controle de informações, e a institucionalização da tortura como meio de obtenção de informações. Portanto, esses três princípios da doutrina produzida pelos militares franceses, deveriam ser invioláveis, uma vez que neles residia a própria essência daquele método operacional torturador e assassino. Vejamos como esses pressupostos doutrinários foram perdendo sua vitalidade em meio a determinadas circunstâncias desencadeadas pelas práticas de TDE operadas pela CSI-PR no início de 1978.

Como vimos, no final de janeiro desse ano, o professor Paulo de Oliveira Gomes, foi sequestrado dentro da sede da DOPS-PR, em Curitiba, quando aguardava a liberação de um “atestado de bons antecedentes”. Em seguida a esse fato, o general Gonçalves declarou que os responsáveis por aquela ação não pertenciam a DOPS-PR, mas deixou escapar que a detenção de Paulo Gomes:

[...] deve ter sido para averiguações sobre os seguintes fatos: membro da Organização de Base do P.C.B. desde abril de 1974; elemento de ligação da Organização de Base com o comitê estadual do rio de Janeiro; consta ainda ter sido processado pela DOPS do Rio de Janeiro; ter contribuído mensalmente com a importância de CR\$ 200,00 para o P.C.B; ser elemento de ligação com o terrorista Nelson Rosas Ribeiro, atualmente foragido.⁵¹⁶

Portanto, já nos dias que se seguiram a esse sequestro, Gonçalves assentiu que o professor Paulo Gomes estava sendo procurado pelas forças de segurança - conforme já exposto no capítulo 1 -, mas não se manifestou a respeito da sua autoria, que permaneceu desconhecida.

Depois de quatro meses, o tema do sequestro do professor Paulo Gomes voltou a tona, depois que o secretário de segurança, atribuiu ao DOI-CODI-5ª-RM a responsabilidade por aquela ação, acrescentando ainda que “foi ele próprio que se encarregou de avisar a 5ª RM”

⁵¹⁶ *Alcindo não sabe da tortura*. Diário do Paraná, Curitiba, 03 fev. 1978.

sobre a data de retorno do professor à sede da DOPS-PR, para ter uma resposta quanto à liberação de seu “atestado ideológico”.⁵¹⁷

Em resposta ao general Alcindo Gonçalves, o comandante da 5ª RM, general Ruy de Paula Couto, veio a público e, rebatendo tal acusação, imputou a “órgãos de segurança de outra área” a responsabilidade por aquele ilícito.⁵¹⁸

E para aumentar o tamanho do imbróglio, uma terceira versão sobre esse episódio, que não isentava a 5ª RM de participação no ocorrido, foi apresentada pelo próprio chefe da 5ª Seção daquela unidade militar. Segundo o *Jornal do Brasil*, o coronel Darcy, ao mesmo tempo em que desmentia o general Alcindo Gonçalves, afirmava que o professor Paulo Gomes “era procurado por outro órgão de segurança, ao qual foi entregue, sem que ele saiba que órgão de segurança é este” e que a 5ª RM “foi apenas o veículo”.⁵¹⁹

Ficou evidente que se tratava de uma típica ação da CSI-PR, envolvendo a cooperação entre a SESP-PR, que preparou o terreno para o sequestro; o DOI-CODI-5ª RM, que realizou a captura e aprisionou o Professor Paulo Gomes no quartel da 5ª RM, para em conjunto com membros do I Exército – conforme Capítulo 1 -, interrogá-lo sob torturas.

Em linhas gerais, esse episódio conturbado de combate ao “inimigo interno” acabou se resumindo a uma cena composta por diversos personagens que, atuando de forma desarticulada e sem o antigo entrosamento apresentado pela CSI-PR em outras ocasiões, acabaram por explicitar os primeiros traumatismos já presentes naquele agrupamento policial-militar. Ao final, o que se percebe, apenas levando em consideração esse episódio caótico, é um princípio de erosão da harmonia entre esses dois principais entes que compunham a CSI-PR, quebrando o pressuposto básico de cooperação e unicidade nos campos de operação e comunicação entre essas forças militares e policiais, molas mestras da DFGC que inspirou o sistema DOI-CODI.

Essas últimas declarações do secretário de segurança do Paraná tiveram lugar na ALEP em meio a uma sabatina para a qual fora convocado por iniciativa de um deputado do MDB. Importa registrar que nesse momento, junho de 1978, possivelmente em virtude do desgaste que as atividades da CSI-PR haviam causado para a política descompressiva do Executivo Federal, o secretário e sua pasta vinham sendo monitorados pela Agência Central do SNI que, como sabemos, ligava-se diretamente à Presidência da República, ou seja, ao ditador Geisel, principal condutor da política descompressiva em curso.

⁵¹⁷ *Secretário diz que Exército ordenou o sequestro no Paraná*. O Estado de São Paulo. São Paulo, 7 jun. 1978.

⁵¹⁸ ISTO É. *Os votos do CCC: um péssimo Natal*. São Paulo, 20 dez. 1978.

⁵¹⁹ *Coronel desmente general*. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 08 jun. 1978.

O documento a ser apresentado a seguir, é uma espécie de prestação de contas de Gonçalves ao SNI sobre seu comparecimento à ALEP onde prestou esclarecimentos aos deputados, sobretudo, em relação à sua declaração de que comandaria um sequestro em nome da Segurança Nacional.

5.6 Arquivamento do Inquérito Nº 38/78 – Operação Pequeno Príncipe

Se a atuação da SESP-PR e DOI-CODI-5ª RM vinha contribuindo para o esgarçamento dos laços coesivos da CSI-PR, a relação entre PF-PR e a 5ª RM também sofreu certo abalo com o desfecho do Inquérito 38/78, instaurado no âmbito da Operação Pequeno príncipe.⁵²⁰ Sabemos que quem esteve a testa dessa ação repressiva contra as escolinhas foi o DOI-CODI-5ª RM que, operacionalmente, foi seu principal sustentáculo. A participação da PF-PR foi motivada pelo preceito constitucional que a responsabilizava pela instauração de inquéritos e condução dos trabalhos de investigação e conclusão de infrações de natureza política.

A expectativa da CSI-PR era de que concluída a fase de investigação, o relatório final apresentado fosse consistente o suficiente para que a denúncia fosse acolhida junto à 5ª Circunscrição Judiciária. No entanto, como vimos, a peça penal produzida pela PF-PR não atendeu as expectativas da CSI-PR, que viu seus esforços baldados após o arquivamento do inquérito pela justiça militar.

No entanto, esse inquérito ainda causaria mais um embaraço para a área de segurança ao produzir uma baixa considerável nas hostes da CSI-PR, representada pela exoneração do delegado da PF-PR, Roberto das Chagas Monteiro, responsável pelo inquérito. Seu desligamento da chefia da Delegacia de Ordem Política e Social (DELOPS) da PF-PR, começou a se efetivar quando, em seguida à libertação dos últimos três detidos na Operação Pequeno Príncipe, o advogado Edésio Passos anunciou a imprensa que iria mover uma representação, não somente contra os delegados responsáveis pelas investigações, mas sobretudo contra o delegado responsável pelo inquérito.

De acordo com o próprio Roberto Monteiro sua exoneração da chefia da DELOPS da PF-PR ocorreu “provavelmente em junho de 1978”, com seu posterior deslocamento para a cidade de Natal, no Rio Grande do Norte, onde assumiu a chefia da Delegacia de Polícia

⁵²⁰ SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Departamento de Polícia Federal. Superintendência Regional do Paraná. Inquérito nº. 38/78. Curitiba, 17 mar. 1978, fls, 620-621. Relatório final.

Marítima, Aérea e de Fronteiras, “afastado de qualquer atividade ligada à ordem política e social”.⁵²¹

Na parte final do texto da representação formulada e protocolada, em 3 de abril de 1978, pelo advogado trabalhista detido na Operação Pequeno Príncipe, Edésio Passos, junto à OAB – Seção Paraná, foram apontadas algumas ilegalidades cometidas contra os detidos que, de acordo com seu proponente, caracterizariam abuso de poder da PF-PR:

O Delegado Roberto das Chagas Monteiro, Encarregado do Inquérito, afirma [durante interrogatório] ao requerente que possui fitas gravadas de conversas telefônicas do requerente com outros acusados. Significa que a censura telefônica foi imposta nas comunicações do requerente. O fato de serem apreendidas cartas, significa que também houve determinação de violação do direito de sigilo na correspondência postal. No dia 18 de março de 1978, às 16,00 horas, o Departamento de Polícia Federal, Superintendência Regional do Paraná, divulgou nota oficial denominada “ESCOLAS IRREGULARES COMPROMETEM A FORMAÇÃO DE CRIANÇAS”, na qual faz as seguintes AFIRMAÇÕES

1a) “que membros das organizações auto-intituladas “Associação de Estudos Educacionais (AED-OFICINA)” e “Centro de Pesquisas e Avaliações Educacionais (CEPAED-OCA)”, situadas em Curitiba, “VEM DESENVOLVENDO ATIVIDADES CONTRÁRIAS A SEGURANÇA NACIONAL”;

2a) “as duas entidades são responsáveis pelo funcionamento de duas escolas primárias, nas quais crianças SÃO DOUTRINADAS DENTRO DE PRINCÍPIOS MARXISTAS, DESENVOLVENDO-SE-LHES UMA VISÃO MATERIALISTA E DIALÉTICA DO MUNDO, NA PRETENSÃO DE REALIZAR “TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS”, INCUTINDO NAS CRIANÇAS A NEGAÇÃO DE VALORES COMO A RELIGIÇÃO, A FAMÍLIA E A TRADIÇÃO HISTÓRICA”.

3a) “serviam as escolas, também, PARA REUNIÕES E ENCONTROS DE PESSOAS LIGADAS A ORGANIZAÇÕES SUBVERSIVAS”.

Sendo afirmações de atos criminosos (desenvolver atividades contrárias a segurança nacional, fazer doutrinação marxista a crianças, funcionar como “aparelhos” de organizações subversivas efetuadas) ANTES da realização do próprio inquérito, da colheita de provas e dos detidos e outras pessoas, confirma-se a PARCIALIDADE E ABUSO DE PODER DA AUTORIDADE.⁵²²

O desfecho dessa representação criminal foge aos objetivos do presente trabalho, mas incorporá-la à nossa análise nos ajuda a compreender melhor o sentimento que motivou Edésio Passos a investir contra seus acusadores, bem como a importância desse ato - amplamente divulgado pelos jornais na época -⁵²³, para a remoção de um agente que representava a face federal da CSI-PR.

⁵²¹ MONTEIRO, Roberto das Chagas. Operação Pequeno Príncipe. Destinatário: José dos Santos de Abreu. Curitiba, 10 abr. 2019. 1 mensagem eletrônica.

⁵²² INSTITUTO EDÉSIO PASSOS. Curitiba. Paraná. Dossiê AED-Escola Oficina.

⁵²³ Ver: *Advogado do Paraná pede à OAB que processe Polícia Federal*. O Globo, Rio de Janeiro, 04 abr. 1978; *OAB pode acionar DPF do Paraná por abuso de poder*. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 28 mar. 1978; *Advogado pede intervenção da OAB*. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 04 abr. 1978; *Advogado promete ação contra a PF*. Folha de São Paulo, São Paulo, 28 mar. 1978; *Advogado propõe ação contra a Polícia Federal por abuso de autoridade*. Diário Popular, Curitiba, 28 mar. 1978; *Edésio pede que OAB examine as detenções*. Jornal do Estado do Paraná, Curitiba, 04 abr. 1978; *Processo contra a Polícia*. Correio de Notícias, Curitiba, 28 mar. 1978.

Ao final, após analisarmos tanto o arquivamento do Inquérito 38/78, como a transferência do seu delegado responsável para outro estado da federação, observou-se que esses dois episódios envolvendo a PF-PR são elementos que se somam aos demais indícios que acabaram por configurar o processo gradativo de desmobilização da CSI-PR.

5.7 SESP-PR sob monitoramento do SNI e a sabatina do general Gonçalves na ALEP

Insatisfeita com as declarações do secretário de segurança, a ALEP convocou Alcindo Gonçalves a prestar maiores esclarecimentos naquela casa parlamentar, após a aprovação do requerimento de autoria do deputado Enéas Faria, conforme segue:

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Cívico Bento Munhoz da Rocha Neto

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, e com base nas prerrogativas asseguradas pela Constituição do Estado do Paraná, tendo em vista as reiteradas ações ilegais ocorridas em território paranaense, algumas delas configurando delitos de sequestro, sem que, até esta data tenha havido apuração da tais fatos, e, mais lamentável ainda, sem que se tenha seguras manifestações de que haja ou tenha havido interesse em elucidar tais ilícitos; ainda considerando que o Senhor general Alcindo Pereira Gonçalves, titular da Secretaria da Segurança, em recente declaração pública, divulgada pela imprensa do Paraná e do Brasil, ao afirmar que comandaria a participaria de "sequestros", tornou-se clara, evidente e alarmantemente incurso em ilícitos penais e, mais ainda, tudo se somando a vinculando, é a situação de molde a configurar um dos mais sérios e preocupantes quadros já vividos pela família paranaense, à mercê, agora, da intranquilidade, do medo e da insegurança; REQUER, na forma regimental, com arrimo Constitucional, sem prejuízo de outras ações cabíveis, a CONVOCAÇÃO do Senhor Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná, a fim de, perante esta Assembleia Legislativa, depor sobre as questões ventiladas.

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO" em 29 de março de 1978.

As. Enéas Faria - Deputado Estadual e apoiado: Accioly Neto; Edilson Alencar; Trajano Bastos; Lineu Mansani Turra; Waldenício Barbalho; José Domingos Scarpellini; Muggiati Filho.⁵²⁴

Gonçalves compareceu a ALEP em junho daquele ano, conforme relatório detalhado enviado à Agência Central do SNI:

Curitiba, 10 de junho de 1978.

Excelentíssimo Senhor

General Octávio Aguiar de Medeiros

Digníssimo Chefe do Serviço Nacional de Informações

Brasília – DF

Senhor Ministro:

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência, para expor:

⁵²⁴ Arquivo Nacional. Dossiê. Processo GAB nº 100.513. Identificação: BR RJANRIO TT.0.MCP, PRO.1381 - Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_rjanrio_tt/0/mcp/pro/1381/br_rjanrio_tt_0_mcp_pro_1381_d0001de0001.pdf. Acesso em: 24 fev. 2021.

1 – Que no dia 06/06/78, após regularmente convocado, compareci a Assembleia Legislativa do Estado, onde, em plenário, respondi às perguntas formuladas pelos deputados inscritos do MDB e da ARENA, conforme consta dos anais daquela Casa, cuja cópia estamos encaminhando junto;

2 – Que, conforme se pode observar pelo pronunciamento do Deputado Eneas Faria, do MDB, no encerramento da sessão é evidente que a convocação, pelas perguntas simples e extemporâneas que foram feitas, tinha por objetivo primordial a contestação ao regime e o ataque às autoridades;

3 – Tal fato, mais evidenciou-se a seguir, pelos noticiários publicados, com relação ao assunto, através dos jornais “Estado de São Paulo” e “Jornal do Brasil”, transcritos pela imprensa desta capital, onde se vê a pretensão clara em provocar o choque entre as autoridades;

4 – Tudo leva a crer, que o assunto teria sido explorado por mais tempo não fosse a nota oficial, emitida pelo Comando da Região Militar, que colocou paradeiro a torpe intenção por julgar contraditórias, imprecisas e sem fundamento as notícias publicadas;

5 – Já anteriormente ocorrera a mesma forma de exploração pela imprensa, quando, deturpando as palavras por mim proferidas, publicaram manchetes com o título “Secretário disse que comandaria um sequestro a bem da Segurança Nacional”, fato que havia sido sobejamente explicado e cuja publicação, evidentemente, estava dirigida para atemorizar a população, indispondo-a contra as autoridades;

Certo de estar colaborando com valiosos subsídios para uma análise mais aprofundada por parte desse órgão, apresento a Vossa Excelência os meus protestos de grande consideração e respeito.

Alcindo Pereira Gonçalves

Secretário de Segurança Pública do Paraná. 525

Portanto, em seu relato ao ministro-chefe do SNI, o secretário de segurança atribuiu a sua convocação, aos desejos oposicionistas de contestação ao governo e ataque às autoridades do deputado do MDB, Enéas Faria. E, insistindo sobre o empenho da imprensa em deturpar suas declarações, acrescentou que no caso do sequestro de Paulo Gomes a intenção dos jornalistas seria provocar um “choque entre as autoridades”, a saber, os generais Gonçalves e Ruy de Paulo Couto, respectivamente, a frente da SESP-PR e da 5ª RM.

Durante a sabatina na ALEP as cartas ameaçadoras enviadas pelo CCC, também foram objeto de questionamentos dirigidos ao general Alcindo Gonçalves. A transcrição dessa sessão revela a postura contraditória de Gonçalves, tanto em relação às ações violentas que vinham se sucedendo em Curitiba, como também às suas recentes declarações que resvalavam para a ilegalidade, como a de que comandaria um sequestro em nome da LSN, ou de que não teria nada a favor ou contra o CCC.

O relatório enviado ao SNI contendo a versão de Gonçalves sobre seu comparecimento a ALEP, bem como a transcrição daquela sessão, foram repassados por aquela agência central ao chefe de gabinete do Ministro Armando Falcão que, atendendo ao parecer da Assessoria de Assuntos Sigilosos daquela pasta, considerou que:

Sendo a matéria do conhecimento do DPF [PF-PR] e do governo estadual que, inclusive abriram inquéritos para a apuração dos fatos, creio não haver qualquer outra

⁵²⁵ Arquivo Nacional. Dossiê. Processo GAB nº 100.513, op. cit.

diligência a ser procedida na área deste ministério, a não ser aguarda na A.A.S. [Assessoria de Assuntos Sigilosos] o envio dos autos às Justiças Federal e Estadual.⁵²⁶

Esses dois episódios evidenciam o monitoramento da SESP-PR pelo Executivo Federal, mais especificamente por intermédio do SNI e Ministério da Justiça. Além disso, foi possível observar certo recuo da SESP-PR, em relação a sua tradicional postura de relativização e acobertamento das ilegalidades que vinham sendo cometidas pela CSI-PR.

Portanto, já se percebia nesse momento um evidente relaxamento da censura a atuação da imprensa, bem como certa preocupação das autoridades estaduais com a oposição no Legislativo. Essa conjunção de fatores, acrescida dos controles exercidos pelo Executivo Federal sobre a área de segurança do Paraná, representaram alterações de rota da área de segurança que nos permitem considerá-los também como elementos constitutivos do processo gradativo de desmobilização da CSI-PR.

5.8 ACT-SNI solicita ampliação dos investimentos na agência

Um novo Relatório de Informações produzido pela ACT-SNI e acessado pela pesquisa revela um possível desinteresse do Executivo Federal em manter os níveis de vigilância e repressão no Paraná em meados de 1978. Nesse documento a agência curitibana revela certa insatisfação em relação a sua estrutura e condições de trabalho. Enviado a Agência Central do SNI, e datado de 30 de junho de 1978, o relatório encaminhado pela ACT-SNI apresenta um quadro da área de jurisdição (Paraná e Santa Catarina) dessa agência regional, além de algumas reivindicações:

Serviço Nacional de Informações
 Agência Curitiba
 Informação 0646/100/ACT/78
 Data: 30 de junho de 1978
 Assunto: IN – FUNCIONAMENTO DO SISNI – 6.1
 Origem:
 Referência: PLANO NACIONAL DE INFORMAÇÕES
 Dif. Anterior:
 Difusão: AC/SNI

6.1. FUNCIONAMENTO DO SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES

6.1.1. Funcionamento da ACT

- Em fase de considerável crescimento populacional e econômico dos dois estados que compreendem a área de responsabilidade desta AR [agência regional], os problemas decorrentes sofreram proporcional elevação de volume em todos os campos. Como consequência, o fluxo de informações passou a exigir maior gama de trabalho na coleta de dados e análise, e, portanto, qualificação mais aprimorada do pessoal desta AR.

⁵²⁶ Arquivo Nacional. Dossiê. Processo GAB nº 100.513, op. cit.

- A estrutura de pessoal, mesmo considerando o completamento de todos os quadros previstos no QLP, tem se mostrado insuficiente; as dificuldades em pessoal serão minoradas quando se tornar viável a transformação da ACT de tipo “A” para tipo “B”, de maior efetivo, ou a criação de um Núcleo de AR ou mesmo de um AR, em Santa Catarina.
- Quanto ao adestramento e especialização do pessoal, a ESNI tem proporcionado um elevado nível de cooperação, tanto quantitativo – número de vagas – quanto qualitativo. Carece, no entanto, considerar que o recrutamento de pessoal para a agência constitui problema complexo, pela escassez de material humano com a qualificação desejada.
- Esta AR tem se ressentido da falta de equipamento específico de operações de informações, particularmente material fotográfico e de comunicações constante dos pedidos encaminhados a AC.⁵²⁷

De início, o documento evidencia certa propensão da ACT-SNI, senão de incrementar os níveis de vigilância e repressão, de ao menos garantir sua manutenção, o que, diante das mudanças socioeconômico apontadas, exigia maiores investimentos materiais e de pessoal. Assim, como solução para os problemas elencados naquele documento, a ACT-SNI sugeria a ampliação e elevação daquela agência regional a uma categoria mais elevada, ou mesmo a criação de uma congênere regional em Santa Catarina.

Não sabemos o resultado desse pleito, no entanto, tal situação certamente revelava a disposição da ACT-SNI em manter a dinâmica repressiva local em curso desde a instalação do DOI-CODI-5^a RM⁵²⁸, posicionamento que naquele momento estava na contramão da desmobilização em progresso da CSI-PR, e, portanto, em desacordo com a política de descompressão oficial.

5.9 Abolição dos atestados ideológicos

⁵²⁷ Arquivo Nacional. Dossiê. IN Funcionamento do SISNI I nº 6.1. Identificação: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.NNN.81001578. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/nnn/81001675/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_nnn_81001675_d0001de0001.pdf. Acesso em: 24 fev. 2022.

⁵²⁸ É preciso lembrar ainda que o tenente-coronel Zuiderzee Nascimento Lins, ex-comandante do DOI-CODI-5^a RM, passou a ocupar a chefia de gabinete da ACT-SNI a partir de janeiro desse ano. Outro dado importante, e que possivelmente ajude a explicar sua disposição dessa agência regional em buscar manter os níveis repressivos naquele momento, foi levantado por meio do acesso a um documento - Ofício nº 0398/117/ACT/78, datado de 11 de julho de 1978, enviado pelo chefe da Agência Curitiba do SNI para o Exmo. Sr. Secretário de Estado dos Transportes/PR -, indicando que menos de duas semanas após a elaboração do relatório de informações no qual a ACT-SNI se dirige a Agência Central do SNI solicitando ampliação de investimentos e outros, o tenente-coronel Lins chefiava interinamente a ACT-SNI, o que revela o seu alto grau de poder e influência na postura e condução dos trabalhos daquela agência regional, uma vez que esse agente envolvido com as práticas de TDE responsáveis pela interdição da CSI-PR, vinha ocupando alternadamente seus dois principais postos de comando. Ver: Arquivo Nacional. Dossiê: Estrada de Ferro Central Do Paraná - CR Almeida S A. Identificação: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.NNN.82002212. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_DFANBSB_V8/MIC/GNC/NNN/82002212/BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_NNN_82002212_d0001de0001.pdf. Acesso em: 9 nov. 2022.

No dia 3 de agosto de 1978, o jornal *Diário do Paraná* anunciava extraoficialmente a abolição dos chamados atestado ideológicos no Paraná:

A partir de hoje, a Delegacia de Ordem Política, antiga DOPS, não fornecerá mais atestados de bons antecedentes políticos. A extinção do atestado ideológico não foi anunciada oficialmente, mas confirmada pela Divisão de Segurança e Informações, de que não estava sendo mais fornecido aquele documento para fins de emprego ou qualquer outra finalidade. Esta certidão não é utilizada em grande número de Estados e no Paraná a queda do “atestado ideológico” era esperada, uma vez que, por ocasião da aprovação da Lei de Taxas, pela Assembleia Legislativa, esta não figurava na relação publicada no *Diário Oficial*. Também o Decreto 4.884, que estabeleceu o regulamento da Polícia Civil, criando a Divisão de Segurança e Informações, omite completamente qualquer referência à negativa de antecedentes políticos.⁵²⁹

Alvo de intenso questionamentos em todo o país, os atestados ideológicos eram emitidos pelos/as Departamentos/Delegacias de Ordem Política e Social (DOPS), e somente concedidos a partir da consulta de informações coletadas através de delações, vigilâncias, apreensões, compartilhamento entre órgãos repressivos e demais informações registradas em fichas nominais. O simples fichamento de um cidadão nos arquivos dessas instituições já era motivo para o indeferimento do documento ao solicitante. Esses atestados eram exigência para diversas finalidades, entre elas: o ingresso em universidades, concessão de bolsas de estudos, porte de armas, habilitação de motoristas, habilitação para seguranças privados, habilitação de detetives particulares, ingresso no serviço público e empresas privadas, registros de empresas, cargos eletivos em sindicatos, saída e entrada no país, ingresso no magistério estadual e municipal, licença para caça, etc.⁵³⁰

Durante a ditadura as várias tentativas de extinguir essa exigência burocrática discriminatória nos legislativos estaduais e federal foram infrutíferas. No caso do Paraná, uma iniciativa nesse sentido foi abortada em 1976, sob as seguintes circunstâncias:

[...] a Assembleia Legislativa havia aprovado, por unanimidade (com integral apoio da ARENA, portanto), projeto de lei abolindo o atestado ideológico. A matéria foi vetada pelo governador [Jayme Canet Júnior] e a bancada da ARENA, em frontal contradição com sua posição anterior, acabou votando pela manutenção do veto.⁵³¹

Porém, dois anos depois, em 3 de agosto de 1978, já em meio a uma conjuntura política de descompressão e com a área de segurança do Paraná sob os efeitos da dinâmica do processo de desmobilização da CSI-PR, o mesmo Canet Júnior que havia vetado o projeto de abolição daquele instrumento de controle social, incumbiu seu secretário de segurança, general Alcindo Gonçalves, de anunciar o fim do atestado de ideologia política:

Foi confirmado ontem, pelo secretário de Segurança Pública, Alcindo Gonçalves, o não fornecimento de atestado de ideologia para civis a partir da última terça-feira.

⁵²⁹ *Atestado ideológico deixará de existir a partir de hoje*. *Diário do Paraná*, Curitiba, 3 ago. 1978.

⁵³⁰ PEREIRA, op. cit.

⁵³¹ *Fim do atestado ideológico*. O Estado do Paraná, Curitiba, 04 ago. 1978.

Estes somente são fornecidos, desde o dia primeiro de agosto, à órgãos públicos em caráter privado, com as informações que constam das fichas da Delegacia de Ordem Política, através do Decreto 79.099/78, preservadas pela salvaguarda de sigilo que tal decreto legislativo. O secretário Alcindo Gonçalves adiantou que a revogação do atestado de ideologia a entidades privadas ou empresas particulares ocorreu em julho, quando a resolução que delegava tais atribuições à Delegacia de Ordem Política teve o prazo de validade extinto e não foi renovado. “Agora as informações acerca das pessoas, serão transmitidas ao órgão oficial interessado, que deverá por sua vez, solicitá-los diretamente a esta pasta. Só que este órgão que vai receber as informações não pode retransmiti-las aos interessados”. Com o atestado de ideologia, cuja certidão negativa servia como um aval para contratações em empresas públicas ou privadas ou mesmo para matrículas em cursos de nível superior, cai também o pedido de silêncio. Este último era impetrado junto à Secretaria de Segurança, quando a Delegacia de Ordem Política comunicava ao interessado que constavam anotações em sua ficha e a certidão negativa não seria fornecida. O pedido de silêncio foi usado até julho por apenas dois estados brasileiros, o Paraná e Santa Catarina, segundo informou Alcindo Gonçalves.⁵³²

O fim dos atestados ideológicos ocorreu no início de agosto de 1978, após deixar um rastro de episódios ruidosos envolvendo sua exigência, tais como o sequestro do Paulo Gomes, que teve lugar dentro da DOPS-PR quando o professor foi buscar sua certidão naquela delegacia, e a demissão da socióloga Ligia Cardieri Mendonça, pelo diretor de uma faculdade de Curitiba, com receio de se incompatibilizar com o governo federal. Esse último caso, que ilustra um dos efeitos secundários das prisões de opositores políticos da ditadura, acabou repercutindo nacionalmente:

A socióloga Ligia Aparecida Cardieri Mendonça disse ontem [05/04/1978] que está ameaçada de perder o emprego na Faculdade de Ciências Humanas e Sociais de Curitiba, porque foi presa na semana retrasada pela Polícia Federal, junto com outras dez pessoas e indicada num IPM contra as escolas primárias Oficina e Oca. O diretor do estabelecimento, Sr. Ulisses Melquiades Ulysseia (sic), exigiu que a socióloga, para manter seu emprego, obtenha da Polícia Federal um atestado de que nada consta contra ela. A denúncia chegou a Assembleia Legislativa, ontem mesmo através do deputado emedebista Nilso Sguarezi, que da tribuna, disse que “ninguém será considerado culpado até sentença judicial neste sentido”. O plenário aprovou seu requerimento de apelo à direção da faculdade para que preserve o emprego de Lígia Mendonça e de que isto seja comunicado ao governador Ney Braga e ao Conselho Federal de Educação. No final da tarde, ao embarcar para Brasília, o governador Jayme Canet Júnior disse não saber que “esta senhora corria este risco”. Prometeu informar-se e perguntado sobre os reflexos políticos do fato, apenas sorriu.

Sem aula

Embora tenha ficado presa 7 dias, a socióloga não perdeu nenhuma de suas aulas de Sociologia do Desenvolvimento e Sociologia Geral que leciona no curso de Serviço Social da faculdade, pois a prisão ocorreu durante a semana santa. Ao retornar dia 30, foi impedida de entrar na sala de aula, soube que já havia dois professores designados para substituí-la e que deveria entrevistar-se com a direção.

Segundo ela, o professor Ulisses Melquiades Ulysseia (sic) disse-lhe “que não queria cometer injustiça e nem lhe cabia julgar o caso, mas que o episódio da minha prisão fora tão rumoroso que ele estava preocupado com a imagem da faculdade que está em processo de reconhecimento pelo Ministério da Educação”. Ele adiantou “que não estava recebendo pressões, que tomara uma decisão pessoal, mas queria um documento, um papel qualquer da Polícia Federal de que nada há contra mim”. O senhor Ulysseia, segundo a socióloga, disse que aceitaria qualquer “documento de que

⁵³² Cai o “silêncio” com o atestado ideológico. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 04 ago. 1978.

eu não sou subversiva e chegou a propor que eu conseguisse uma cópia do meu depoimento na Polícia Federal, o que obviamente é impossível”. Nos contatos posteriores, ele disse que “eu não conseguiria mesmo, atestado de antecedentes no DOPS e por isso, necessariamente o Conselho Federal de Educação vetaria meu emprego”.

Formada em Ciências Sociais pela USP, em 1968, mãe de 2 filhos, ela reclamou contra a discriminação imposta pela exigência de atestado que é quase sempre condição de emprego. “O atestado é quase sempre subjetivo e dele constam anotações arbitrárias feitas não se sabe por que funcionário, e uma cadeia de medo faz com que todas as empresas e todos os empregados denunciem isso, o que fere frontalmente a Constituição”.

Ela é o único caso de desemprego entre as 11 pessoas detidas na semana passada pela Polícia Federal em Curitiba. Em seu comentário de ontem, o deputado Nilso Sguarezi congratulou-se “com os empresários e patrões que não adotaram nenhuma represália quanto as garantias profissionais destas pessoas, todas mantidas em seus empregos, com exceção da socióloga Lígia Mendonça”. Ainda ontem ela entrou em contato com a Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Curitiba, e hoje, a Associação Paranaense de Sociologia, deverá pronunciar-se.⁵³³

Como descreve a reportagem do Jornal do Brasil, apesar de não ter deixado de ministrar nenhuma aula, uma vez que esteve presa durante o feriado de Semana Santa, ao voltar ao trabalho, a socióloga Lígia Cardieri Mendonça, uma das onze pessoas presas na Operação Pequeno Príncipe, foi demitida sumariamente. Sob pressão da opinião pública, uma vez que os jornais acompanharam o drama da socióloga em sua tentativa de recuperar seu emprego, o diretor da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais de Curitiba, exigiu de Mendonça a apresentação do atestado de bons antecedentes políticos como condição para sua readmissão, o que como afirmou a professora, naquelas condições seria impossível.

Provavelmente, casos estrepitosos como os aqui recuperados, tenham levado o general Gonçalves, quando do anúncio da abolição dos atestados ideológicos através da imprensa, a afirmar que “a secretaria não tinha interesse em continuar a ser responsabilizada pelos problemas que surgiam por causa das anotações. Este sistema não pode mais ser usado e criou muitos problemas”.⁵³⁴

A Informação nº 717/78, de 8 de setembro de 1978, emitida em caráter confidencial pela Divisão de Segurança e Informações (DSI) do Ministério da Justiça, e encaminhada ao Ministro Armando Falcão, possuía o seguinte teor:

Esta DSI remete, em anexo, cópia xerox de recortes dos jornais "DIÁRIO DO PARANA" e "GAZETA DO POVO", edições de 3 e 4 AGO 78, que publicaram declarações do Secretário de Segurança Pública do PARANÁ e/ou fizeram comentários sobre a suspensão do fornecimento de "atestado ideológico" para civis que até então era fornecido pela DOPS/PR. Confirmando a notícia dos jornais, esta DSI informa que a Sec. Seg. Pública do PR. a partir de AGO 78, só emitira

⁵³³ Faculdade de sociologia de Curitiba ameaça dispensar professora que esteve presa. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 6 abr. 1978

⁵³⁴ Cai o “silêncio” com o atestado ideológico. Gazeta do Povo, Curitiba, 04 ago. 1978.

informações que forem solicitadas pelos Órgãos Estaduais e Federais, através dos canais competentes, sobre dados pessoais.⁵³⁵

Assim, acompanhado de quatro recortes de jornais do Paraná que noticiaram o fim dos atestados ideológicos no Paraná, e tendo origem na 5ª RM, essa informação foi difundida para a Agência Central do SNI, para o Centro de Informações do Exército (CIE) e Centro de Informações da Polícia Federal, em Brasília, que por sua vez, encaminhou-a para o Ministério da Justiça.

Portanto, tal compartilhamento entre esses diversos entes federais demonstra a importância e o interesse que essa decisão do Executivo Estadual do Paraná despertou na cúpula da ditadura naquele momento, enquanto mais uma das medidas que vinham sendo adotadas à luz da política de descompressão em curso, e que consideramos como parte do processo de desmobilização da CSI-PR.⁵³⁶



Ilustração 3: Fim dos atestados ideológicos (Diário do Paraná, 3 ago. 1978)

5.10 O inquérito do CCC e a defenestração de Algauer da DOP-PR

Ao longo do ano de 1978 o CCC continuou enviando cartas e cartões de Natal aos seus desafetos políticos de diversos setores da sociedade. Uma ação mais contundente e que também repercutiu nacionalmente foi a invasão da sede da sucursal curitibana do jornal Em Tempo, ocorrida em julho daquele ano. O diretor desse semanário, Tibério Canuto, que se deslocou até a capital paranaense para verificar os estragos feitos pelos invasores, deu a seguinte declaração a imprensa:

Tudo começou com a denúncia em nossa edição número 17, com a manchete “Presos denunciam 233 torturadores”, seguida pela edição número 19, onde Nelson Sarmento, um dos denunciados como torturadores nos deu entrevista exclusiva e nós demos em

⁵³⁵ Arquivo Nacional. Processo GAB nº 100.656. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_RJANRIO_TT/0/JUS/PRO/0626/BR_RJANRIO_TT_0_JUS_PRO_0626_d0001de0001.pdf. Acesso em: 2 fev. 2022.

⁵³⁶ Arquivo Nacional. Processo GAB nº 100.656, op. cit.

manchete “Ex-chefe da repressão confirma torturadores”. Sentíamos que isso ia acontecer, que algum órgão paramilitar teria qualquer ação para intimidar o jornal em sua linha mais nobre, a de denunciar as torturas e os torturadores nos porões de nossos órgãos de segurança. O fim da censura a imprensa, não significa, portanto, a liberdade de imprensa. Existem muitos métodos de “censura” e eles estão sendo usados.⁵³⁷

Portanto, foi a famosa lista divulgada pelo jornal *Em Tempo* – na qual destacava-se a presença entre os 233 torturadores, do tenente-coronel Waldyr Coelho, que ocupava o comando da 2ª Seção da 5ª RM quando faleceu em 1977 – a principal motivação para que o semanário tivesse, além de sua sucursal de Curitiba, sua congênere em Belo Horizonte, também invadida e depredada pelo CCC. Em Curitiba as paredes foram pichadas em spray com dizeres “C.C.C. Ala Os 233”.⁵³⁸

Observe-se como aventado anteriormente, que assim como que a CSI-PR possa ter criado uma seção local do CCC para atender suas finalidades de sabotagem da descompressão política, forças de segurança de outros estados, como Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro, podem ter feito o mesmo, o que ajuda a explicar a incidência, sobretudo entre os anos de 1978 e 1987, de diversas ações terroristas em várias partes do país.

A existência de tais grupos e o caráter complementar de suas atividades em relação à repressão oficial foram parte dos métodos de TDE implantadas pelas ditaduras de SN do cone Sul latino-americano, durante as décadas de 1960 e 1980. Portanto, não somente o CCC, mas várias outras organizações radicais anticomunistas, constituídas por agentes estatais, vicejaram por todo o Brasil, atuando intensamente durante o processo de transição para a democracia burguesa com o objetivo de sabotar as mudanças em curso, por meio de ações como: a invasão e depredação da sede do Centro Acadêmico da Fundação Getúlio Vargas, em São Paulo, pelo CCCC, em 11 de novembro de 1979; o incêndio do automóvel de Raimundo Jinkings, militante do Partido Comunista do Brasil (PCB) e ex-dirigente do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), em Belém do Pará, no dia 7 de junho de 1980, quando o CCC assumiu o ataque, e ameaçou incendiar a livraria de Jinkings; culminando com o caso da bomba do Riocentro, em abril de 1981, realizado por agentes do DOI-CODI do I Exército.⁵³⁹

Retomando o caso da invasão do jornal *Em Tempo*, Paulo Sá Brito e Reinoldo Atem, responsáveis pela sucursal curitibana - ambos detidos na Operação Pequeno Príncipe –

⁵³⁷ “*Curitiba, um bolsão da extrema direita*”. Diário do Paraná, Curitiba, 26 jul.1978.

⁵³⁸ VEJA. *Novos ataques: os grupos anticomunistas voltam a agir*. São Paulo, 2 ago. 1978, p. 34.

⁵³⁹ SILVA, Eumano. *Exclusivo: SNI registrou terrorismo da direita de 1978 a 1987*. Portal Metrôpoles. Disponível em:

<https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:e5iox3tn1uAJ:https://www.metropoles.com/brasil/politica-brasil/exclusivo-sni-registrou-terrorismo-da-direita-de-1978-a-1987&cd=2&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>.

Acesso em: 9 nov. 2022.

enviaram um documento ao secretário de segurança, Alcindo Gonçalves, no qual descrevem as ameaças e ações que vinham sendo desenvolvidas pelo CCC e, ao final, solicitavam providências da SESP-PR:

A Editora Aparte – Jornal “Em Tempo”, por sua Sucursal desta cidade, com endereço nesta capital à Galeria Ritz, sala 406/B e por si, Paulo de Albuquerque Sá Brito e Reinoldo da Silva Atem, brasileiros, casados, o primeiro engenheiro e o segundo publicitário, residentes e domiciliados em Curitiba Pr, à rua Dr. Pedrosa, 314 e Júlio Zaninelli, 148, respeitosamente, vêm, à presença de Vossa Excelência, expor o que segue, para a final requerer:

1. na edição de seu nº 17, o Jornal EM TEMPO publicou matéria relacionando 233 nomes de torturadores, denunciados por 23 presos políticos do presídio Barro Branco, de SDP;
2. os signatários PAULO SÁ BRITO e REINOLDO DA SILVA ATEM são integrantes do corpo de colaboradores do Jornal EM TEMPO em Curitiba, junto à Sucursal aqui existente;
3. no dia 24/07/78, houve a invasão da sede da sucursal de Curitiba, noticiada pelos jornais, com pichamento de paredes e apropriação de documentos pertencentes ao jornal, com mensagens de um autodenominado grupo CCC – Ala os 233, em claro e evidente referência a lista dos 233 torturadores, publicada pelo jornal;
4. em Belo Horizonte, também a sucursal do jornal Em Tempo foi invadida e dizeres semelhantes foram pichados nas paredes. E mais recente na mesma sucursal, foi explodida uma BOMBA, causando vários danos;
5. os peticionários, recentemente, no dia 17 de agosto de 1978 receberam pelo correio, cartas de ameaças do autodenominado grupo terrorista, CCC, com os seguintes dizeres: “A mudança par a galeria Ritz não vai impedir a nossa ação. Ou o EM TEMPO acaba ou nós acabamos com o EM TEMPO. E você vai junto. CCC – Ala os 233”;
6. Após a invasão do jornal Em Tempo, a sucursal de Curitiba mudou de endereço, da rua José Loureiro, Edifício Mauá, para a galeria Ritz;
7. no dia 22 de agosto de 1978, 5 elementos estranhos, mal vestidos e mal encarados estiveram na casa do colaborador do jornal EM TEMPO, Paulo Sá Brito à sua procura, dizendo-se companheiros de serviço à sua esposa. Sabido é, todavia, que não existe nenhum elemento com as características dos 5 elementos descritos, no local de serviço onde trabalha o engenheiro Paulo Sá Brito;
8. a situação se assemelha aos casos dos sequestros anteriormente havidos em Curitiba, inclusive com o caso do sequestro da professora Juracilda Veiga, cujos sequestradores estiveram, primeiramente, em sua casa e não a encontrando, dirigiram-se para a escola onde estava lecionado;
9. é do conhecimento dos peticionários e outras pessoas em Curitiba também tem recebido correspondências ameaçadoras desse autodenominado grupo CCC. Ocorrências como essa geram intranquilidade e insegurança social e maculam a dignidade da família paranaense e brasileira.

EM FACE AO EXPOSTO, REQUERE-SE

AS CABÍVEIS PROVIDÊNCIAS NO SENTIDO DE QUE SEJAM DADAS GARANTIAS AO FUNCIONAMENTO DO JORNAL EM TEMPO E GARANTIAS INDIVIDUAIS AOS PETICIONÁRIOS

p/p Editora Aparte – Jornal EM TEMPO

Paulo de Albuquerque Sá Brito

Reinoldo da Silva Atem.⁵⁴⁰

Ainda durante sua visita a Curitiba, o jornalista Tibério Canuto, afirmou a imprensa suspeitar que a capital paranaense havia se tornado um reduto para agentes opositores da

⁵⁴⁰ DEAP. Acervo DOPS-PR. Jornal Em Tempo (1978, 1979). Pasta: 1246. Caixa: 147.

orientação descompressiva oficial, tendo em vista a intensa atividade dos órgãos repressivos e do CCC na cidade nos últimos dois anos:

“Acho que Curitiba é um bolsão de extrema-direita do país, pelas ações de sequestros, ameaças e outros fatos estranhos que vem ocorrendo. Ao que apreço, concentram-se no Paraná, remanescentes de uma luta pelo poder que tendo perdido terreno em São Paulo, com a queda de Frota, passou a optar para o campo do terrorismo. Só posso achar que os agentes do DOI/CODI de São Paulo, devem ter se transferido para o Paraná e trazido seu “know-how”. Com essas palavras, Tibério Canuto, diretor do jornal *Em Tempo*, de edição nacional, resumiu seu modo de pensar pela invasão e pichação de paredes de sua sucursal em Curitiba, pelo grupo que se diz “Ala dos 233” do Comando de Caça aos Comunistas (CCC)”.⁵⁴¹

A cada nova investida da imprensa no sentido de cobrar da SESP-PR alguma resposta às ações do CCC, tornava-se cada vez mais insustentável a insistência do secretário de segurança, Alcindo Gonçalves, de ignorar a existência daquele grupo de extrema-direita.

Em 2 de dezembro de 1978, o jornal *O Estado do Paraná* informava que o bispo auxiliar de Curitiba, Dom Albano Cavalin havia recebido um cartão de Natal do CCC, mas, que inquiridas sobre esse fato as “autoridades de segurança [...] preferem não falar sobre o assunto, esquivando-se sob a alegação de que nada há de “palpável””.⁵⁴² Ainda de acordo com a reportagem, o assessor de imprensa da SESP-PR, afirmou que o “general se recusa [va] a falar sobre o assunto porque para ele já está esgotado”. Além disso, ante a insistência dos repórteres que:

[...] procuravam obter do secretário, general Alcindo Pereira Gonçalves, possíveis medidas de sua pasta sobre as novas ameaças feitas a jornalistas, políticos, professores e religiosos pela organização clandestina de extrema-direita “Comando de Caça aos Comunistas – CCC”. O assessor argumentou ainda que “todo mundo fala, mas não se traz nada de palpável para a investigação”.⁵⁴³

Naquela mesma semana a professora Neide de Azevedo Lima, presidente do Movimento Feminino pela Anistia – Seção Paraná, havia levado ao conhecimento das autoridades o recebimento de correspondência com ameaças do CCC. Na Polícia Civil do Paraná, foi aconselhada pelo chefe de gabinete, Renato Ortolani, a “se dirigir a Delegacia de Ordem Política”. Por seu turno, a DOP, por meio de seu delegado-chefe, Ozias Algauer, afirmou que “só tomaria conhecimento do caso através de representação oficial”.⁵⁴⁴

Seguindo aquela *via crucis* em busca do órgão responsável por investigar o CCC, a reportagem informou ainda que:

Na Secretaria de Segurança, os repórteres ouviram ontem ainda do assessor que a Secretaria não é responsável por este tipo de investigação e que informações sobre

⁵⁴¹ “*Curitiba, um bolsão da extrema direita*”. *Diário do Paraná*, Curitiba, 26 jul. 1978.

⁵⁴² *CCC ameaça também bispo*. *O Estado do Paraná*, Curitiba, 02 dez. 1978.

⁵⁴³ *CCC ameaça também bispo*. *O Estado do Paraná*, Curitiba, 02 dez. 1978.

⁵⁴⁴ *CCC ameaça também bispo*. *O Estado do Paraná*, Curitiba, 02 dez. 1978.

isso deveriam ser procuradas “na Polícia Federal, no Serviço Nacional de Informações”, pois o secretário achava que era preciso “dividir responsabilidades”. Na Superintendência Regional da Polícia Federal nada pode ser apurado, já que o superintendente se encontrava em viagem.⁵⁴⁵

Ao mesmo tempo em que o trabalho da imprensa explicitava a relutância das autoridades estaduais em investigar o braço auxiliar da CSI-PR no estado, as investidas sobre os órgãos policiais que deveriam coibir as atividades do CCC contribuía para que a área de segurança ficasse cada vez mais acuada diante daquele problema recorrente.

Diante da insistência dos órgãos de segurança estaduais em preservar o CCC, coube ao advogado de diversos presos políticos paranaenses, buscar uma solução junto às instâncias federais, conforme apontava outra reportagem do jornal O Estado do Paraná:

O advogado Rene Ariel Dotti disse ontem que os atos semelhantes ao que vem sendo praticado no Paraná pela organização clandestina de extrema-direita autodenominada “Comando de Caça aos Comunistas – CCC”, são “um problema de âmbito nacional” e se constituem em “verdadeiro boicote a proposta de abertura política do governo”. Nesse sentido ele quer que seja desencadeada “uma luta nacional contra os radicalismos de direita e de esquerda”. Na próxima semana vai encaminhar ao ministro Armando Falcão, da Justiça, uma petição dando conta das ameaças feitas pelo “CCC” a jornalistas, políticos, professores e estudantes no Paraná e exigindo imediatas providências, pois, ao seu entender “compete aos órgãos superiores do governo coibir os atentados políticos”. Ele considera ineficaz qualquer medida que se tome a nível estadual.⁵⁴⁶

Aumentando a pressão sobre a CSI-PR, a CJP-PR realizava naquele mesmo dia (2 de dezembro de 1978), seu segundo Encontro Estadual, com a participação de representantes do Paraná e Santa Catarina, e a importante presença do ex-presidente da CJP de São Paulo, Dalmo Dallari. Nesse encontro foi discutida a posição a ser tomada não somente por aquela comissão, mas pelas suas congêneres de todo o país, “diante das novas ameaças feitas pelo “Comando de Caça aos Comunistas – CCC””.⁵⁴⁷

Em paralelo à pressão exercida pela sociedade civil organizada, os meios políticos locais, inclusive do partido governista, também manifestaram seu estranhamento diante da inércia da área de segurança local em relação ao CCC:

[...] o presidente do diretório regional do MDB, deputado federal eleito, Euclides Scalco, interpreta as ações do clandestino “CCC” como “o desespero de grupos extremistas que, no Paraná, estão agindo há muito tempo”. O dirigente partidário espera que “as autoridades procurem esclarecer esses fatos, que estão trazendo intranquilidade aos paranaenses”. Na Câmara Municipal de Curitiba, o líder da Arena, vereador Airton cordeiro, classificou como “absurdo” o envio de ameaças à pessoas, por parte do “CCC”. “Se existe comunismo – frisou – deve ser combatido com ideias e trabalho, e não dessa forma”. O vice-líder da Arena, vereador Jefferson Wanderley, disse que “é contra radicalismos” e salientou que “compete aos órgãos de segurança

⁵⁴⁵ CCC ameaça também bispo. O Estado do Paraná, Curitiba, 02 dez. 1978.

⁵⁴⁶ É preciso coibir todo extremismo. O Estado do Paraná, Curitiba, 02 dez. 1978.

⁵⁴⁷ CCC ameaça também bispo. O Estado do Paraná, Curitiba, 02 dez. 1978.

e informação do governo investigar a fundo o que está ocorrendo”. Por sua vez, o vereador e secretário geral do Diretório do MDB, Adhail Sprenger Passos, considera “lastimável a existência de pessoas que se escondem ao anonimato covarde para acusar outras pessoas [...]”.⁵⁴⁸

Após toda a pressão exercida por diversos setores da sociedade sobre a área de segurança, coube a OAB – Seção Paraná, catalisar todo aquele sentimento de indignação de diversos atores sociais paranaenses ante a presença do CCC em Curitiba, dirigir-se a Polícia Civil estadual cobrando providências concretas em relação àquele grupo paramilitar, cuja impunidade resultava da evidente inércia da CSI-PR.

Ainda em 1978, a SESP-PR, instaurou um inquérito para investigar o CCC. Uma reportagem da revista *Isto É*, trazia um panorama das práticas de TDE protagonizadas pela CSI-PR e o CCC ao longo daquele ano. Note-se que a designação do delegado Ozias Algauer para conduzir o inquérito, instaurado para investigar as atividades daquele grupo paramilitar anticomunista é tratada com certa ironia:

Não deixa de ser original: nesta época de feliz-Ano-Novo, o notório *Comando de Caça aos Comunistas* (CCC) está enviando a centenas de pessoas votos de “um péssimo Natal e que se realize, no ano de 1979, o nosso confronto final”. O cartão é dirigido aos simpatizantes “da canalha comunista que enxovalha nosso país” e não chega a suscitar preocupações maiores. Exceto no Paraná, onde a Comissão de Justiça e Paz, a Ordem dos Advogados do Brasil, a imprensa, políticos da oposição e estudantes uniram-se para pedir providências das autoridades. Os paranaenses têm boas razões para não serem tão olímpicos em relação às anônimas ameaças: no primeiro semestre deste ano, ocorreram dois sequestros até hoje não esclarecidos e que podem ser atribuídos a organizações do tipo CCC, ou seja, grupos parapoliciais que agem com absoluta impunidade [...] se, como se vê, sobram razões para os paranaenses se preocuparem com as cartas do CCC, não devem ter muitas esperanças de que seus pedidos surtam efeito. O delegado que deverá ser designado para investigar as atividades dos “caçadores de comunistas” é o titular do DOPS, Ozias Algauer, o mesmo que trabalhou seis meses no caso Juracilda e enviou o inquérito à justiça sem encontrar culpados.⁵⁴⁹

A crítica endereçada a Algauer merece uma ressalva: como vimos, o responsável pelo inquérito que “investigou” o sequestro de Juracilda Veiga foi o delegado Juarez Lustosa dos Santos. No entanto, na condição de chefe da DOPS-PR, coube ao delegado Ozias Algauer atuar no sentido de garantir que seu subordinado, atendendo às expectativas da CSI-PR, conduzisse os trabalhos de modo que as investigações não prosperassem e o inquérito fosse arquivado.

Como já exposto anteriormente, o inquérito do CCC acabou sendo arquivado, mas sua instauração, depois de tanta relutância da SESP-PR, sobretudo, em virtude da resistência do general Gonçalves que insistia em negar sua existência, demonstrou o fortalecimento do papel

⁵⁴⁸ *É preciso coibir todo extremismo*. O Estado do Paraná, Curitiba, 0 dez. 1978.

⁵⁴⁹ *ISTO É. Os votos do CCC: um péssimo Natal*. São Paulo, 20 dez. 1978.

da sociedade civil, cuja mobilização credenciou-a como importante ator daquele movimento reativo que logrou interferir ativamente na condução do processo de descompressão política e paralelamente na dinâmica da desmobilização da CSI-PR.

5.11 Interrupção da nomeação de militares para a SESP-PR

As eleições diretas para governadores de estado em 1982, criaram as condições para que os militares deixassem de ocupar as Secretarias de Segurança Pública estaduais. No Paraná, com a vitória de José Richa, do PMDB, foi nomeado para esse cargo o advogado Luiz Felipe Hag Mussi. Tratou-se de mais um avanço em direção a redemocratização do país e a retomada do Estado de direito, uma vez que Mussi tornou-se o primeiro civil a comandar a Secretaria de Segurança Pública do Paraná, desde o ano de 1969, quando em razão da nacionalização da repressão política no país, aquela pasta passou a ser ocupada somente por militares.

5.12 Extinção da DOP-PR

Na esteira dessas mudanças que criavam as condições de possibilidade para o aprofundamento do processo de desmobilização da CSI-PR, ainda em seu primeiro ano de gestão, o governador José Richa, que provavelmente já vinha atuando no sentido de esvaziar as funções da DOP-PR, decretaria o fim daquela delegacia, que nos seus estertores não era nem mesmo uma sombra do que significara e representara para a sociedade paranaense e, sobretudo, para os opositores locais da ditadura de SN brasileira, a antiga DOPS-PR.

Espelha o exposto, ou seja, o sucateamento da DOP-PR, informações extraídas do Ofício nº 014/83, de 17 de agosto de 1983, emitido em resposta a uma convocação feita pela Assessoria de Planejamento Operacional da Polícia Civil do Paraná, para que aquela delegacia participasse de uma operação policial a ser realizada por diversos outros órgãos de segurança estaduais naquele momento:

Sr. Assessor: pelo presente levamos ao conhecimento de Vossas Senhoria que a Delegacia de Ordem Política encontra-se desativada, sem possuir viatura e pessoal, fato este de conhecimento do Senhor Secretário de Segurança, razão pela qual, deixamos de participar da Operação nº 04/83 que será desencadeada no Próximo dia 18 do corrente. Na oportunidade, reiteramos a V. S^a., nossos protestos de consideração e apreço.

Bel. João Carlos Pires da Fonseca
Delegado Resp. pela D.O.P.⁵⁵⁰

⁵⁵⁰ DEAP. Acervo DOPS-PR. Pasta DOPS: Ofícios expedidos (1980,01981, 1983). Pasta nº 809. Caixa nº 97.

Ainda em seu primeiro ano à frente do governo paranaense, José Richa, incumbiu-se de eliminar os últimos resquícios estruturais da antiga DOPS-PR, por meio do Decreto nº 2.311, publicado no Diário Oficial do Estado do Paraná, em 26 de dezembro de 1983, quando a DOP-PR é, por fim, excluída como órgão integrante da Polícia Civil do estado:

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 47, incisos II e XVII, da Constituição Estadual, combinado com o art. 7º, da Lei Complementar nº 14, de 26 de maio de 1982,

DECRETA:

Art. 1º O item 4.2. do art. 3º do Regulamento da Polícia Civil do Estado, aprovado pelo Decreto nº 4.884, de 24 de abril de 1978, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 3º

4.2. Divisão de Segurança e Informações

4.2.1. Delegacia de Ordem Social

4.2.2. Delegacia de Explosivos, Armas e Munições

4.2.3. Subdivisão de Informações

4.2.4. – Subdivisão de Vigilância Privada.

Art. 2º Fica revogado art. 28 do mencionado Regulamento.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, em 23 de dezembro de 1983, 162º da Independência e 95º da República.

JOSÉ RICHA

Governador do Estado⁵⁵¹

Portanto, em relação ao Artigo 3º do Decreto nº 4.884, de abril de 1978, em seu item 4.2., foi suprimida a menção a DOP-PR, substituída no subitem 4.2.1. pela DOS-PR, com a Delegacia de Explosivos, Armas e Munições vindo a seguir como subitem 4.2.2.; a Subdivisão de Informações, subitem 4.2.3.; e a Subdivisão de Vigilância Privada, subitem 4.2.4.

Consequentemente, o Artigo nº 28, intitulado “DA DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA”, no qual eram elencadas as tarefas daquela delegacia também foi anulado.

A partir desse momento e, após um período de esvaziamento de suas funções e de sucateamento de sua base material, a DOP-PR deixa de ter existência legal. Apesar disso, o arquivo da antiga DOPS-PR ainda permaneceu em poder da SI-DSI-PR, sob a guarda da SESP-PR, portanto ainda a disposição da pasta de segurança pública local.

Releva registrar ainda algumas observações sobre o percurso trilhado pelo arquivo da antiga DOPS-PR, que se seguiu a extinção da DOP-PR, em 1983, evento considerado o marco final do processo gradual de desmobilização da CSI-PR. A permanência desse arquivo em poder da SI-DSI-PR, sob a guarda da SESP-PR, permitiu a continuidade de sua utilização para fins de vigilância e repressão política, sobretudo até 1985, último ano de vigência da ditadura de SN brasileira, estendendo-se ao governo militarmente tutelado de José Sarney (1985-1990).⁵⁵² Tais

⁵⁵¹ PARANÁ. Decreto Estadual nº d, de 23 dez. 1983, dispõe sobre item 4.2. do art. 3º do Regulamento da Polícia Civil do Estado, aprovado pelo Decreto nº 4.884, de 24 abr. 1978.

⁵⁵² Ver: ZAVERUCHA, Jorge. *Rumor de Sabres. Tutela Militar ou Controle Civil?* São Paulo, Ática, 1994.

circunstâncias somente se modificaram na gestão de Roberto Requião (1991-1994), quando por intermédio do Decreto nº 577/91, de 11 de julho de 1991, o governador do estado transferiu para o DEAP-PR aquele acervo arquivístico, até então em poder da Subdivisão de Informações da Divisão de Segurança e Informações do Paraná (SI-DSI-PR):

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 87 item V, da Constituição Estadual e Considerando que é livre a manifestação do pensamento a criação, a expressão, a informação e vedada toda e qualquer censura de natureza política, ideológica e artística;
 Considerando que a administração pública obedecerá; aos princípios de legalidade, impessoalidade, publicidade e respeito a dignidade e aos valores éticos e sociais de pessoa humana, obstando qualquer forma de discriminação;
 Considerando que a sonegação e o fornecimento incompleto ou incorreto ou a demora na prestação de informações públicas importam em responsabilidade, punível na forma da lei; e
 Considerando a cessação das atividades de investigações políticos ideológicos,
 DECRETA:
 Art. 1º – Fica transferido para o Departamento de Arquivo Público da Secretária do Estado da Administração o acervo arquivístico da Subdivisão de Informações da Polícia Civil, unidade da Secretaria de Estado da Segurança Pública, contendo informações político- ideológicas. Parágrafo Único – Fica extinta a referida Subdivisão de Informações, sendo vedado o exercício das funções de coleta, registro de informações político – ideológicas, bem como a criação e funcionamento de quaisquer bancos de dados desta natureza.⁵⁵³

Simultaneamente à transferência do acervo da antiga DOPS-PR, ainda de acordo com os termos do Artigo 1º, do Decreto nº 577, 11 de julho de 1991, conforme o Parágrafo Único do citado artigo, foi extinta a Subdivisão de Informações da Divisão de Segurança e Informações da Polícia Civil, “sendo vedado o exercício das funções de coleta, registro de informações político-ideológicas, bem como a criação e funcionamento de quaisquer bancos de dados desta natureza”.⁵⁵⁴

A partir de 1991, a consulta ao antigo arquivo da DOPS-PR, foi permitida sob algumas restrições e controles que duraram ao longo de praticamente uma década, quando no ano de 2013, o Decreto nº 8.557, removeu os últimos entraves ao acesso a esse acervo que a partir de então tornou-se livre e aberto ao público.

Quanto ao destino dos DOI-CODIs, de acordo com verbete da Fundação Getúlio Vargas, esses organismos foram desativados no final da gestão do general ditador João Batista Figueiredo, por meio de uma portaria reservada do ministro do Exército, general Valter Pires. As funções desses organismos foram reabsorvidas pelas 2^{as} Seções do Exército e voltaram-se exclusivamente para informações da área militar. Da mesma forma que a instituição do sistema

⁵⁵³ PARANÁ. Decreto Estadual nº 8.557, de 11 jul. 1991, dispõe sobre a transferência do acervo arquivístico da Subdivisão de Informações da Polícia Civil para o Departamento de Arquivo Público do Paraná (DEAP-PR).

⁵⁵⁴ PARANÁ. Decreto Estadual nº 8.557, de 11 jul. 1991, dispõe sobre a transferência do acervo arquivístico da Subdivisão de Informações da Polícia Civil para o Departamento de Arquivo Público do Paraná (DEAP-PR).

DOI-CODI operou-se pela via de uma diretriz interna do Exército, sua extinção foi determinada, discretamente, por meio de uma instrução administrativa.⁵⁵⁵

Não sabemos até quando as reuniões da CSI-PR continuaram a ser realizadas no quartel da 5ª RM. Novas tentativas de entrevistar o agente fundador do DOI-CODI-5ª RM com o objetivo de aprofundar os temas ligados a dissolução desse destacamento foram infrutíferas. O delegado Roberto Monteiro afirmou em entrevista que mesmo depois de ter sido transferido para a capital do Rio Grande do Norte, participou dessas reuniões como chefe de outra delegacia da PF de Natal.

Apesar disso, a fusão entre os órgãos que integraram a CSI-PR a partir de 1975 acabou sendo dissolvida paulatinamente entre 1978 e 1983, erodindo os principais fundamentos da DFGC, que sustentavam a implementação do sistema DOI-CODI na 5ª RM: a integração operacional entre forças repressivas civis e militares e o controle das informações, como elementos vitais para o estabelecimento de um comando político-militar unificado capaz de eliminar as dissidências internas.

No caso do principal “centro da engrenagem”, o DOI-CODI do II Exército, em São Paulo, segundo aponta o jornalista Marcelo Godoy, com o fim da ditadura o DOI teve seu nome alterado para Seção de Operações (SOP) e, em seguida, passou a designar-se 2ª Companhia de Informações. Quanto as reuniões semanais da “comunidade”, Godoy afirma que estas “começaram aminguar e os encontros amplos, que contavam com a participação de grandes empresas, deixaram de acontecer durante o governo Sarney”.⁵⁵⁶

Apesar disso, foi somente em 1991 que policiais civis e militares cedidos por suas corporações ao Exército, ou seja, àquele condomínio híbrido formado por militares e policiais a partir de 1969, primeiramente como OBAN, para em seguida transmutar-se no DOI-CODI paulista, foram definitivamente devolvidos aos seus órgãos de origem depois de “10, 15, 20 anos fora da tropa eram obrigados a retornar”; selando o “fim do instrumento de poder moldado para o combate da guerra revolucionária. O mundo parecia outro, e o órgão tornara-se irrelevante”, acabara “sem festa ou discurso”, desaparecendo “sem que ninguém se desse conta”.⁵⁵⁷

⁵⁵⁵ DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO BRASILEIRO. Rio de Janeiro. CPDOC. Destacamento de Operações e Informações – Centro de Operações e Defesa Interna (DOI-CODI). Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/destacamento-de-operacoes-e-informacoes-centro-de-operacoes-e-defesa-interna-doi-codi#:~:text=o%20doi%20foi%20desativado,para%20informa%20a%20b5es%20da%20a%20militar>. Acesso em: 06/09/2022.

⁵⁵⁶ GODOY, op. cit., p. 514.

⁵⁵⁷ GODOY, op. cit., p. 524-525.

Ao término deste quarto e último capítulo, concluímos a apresentação do conjunto de eventos que, vistos como parte das múltiplas determinações que constituíram o processo de desmobilização da CSI-PR, entre os anos de 1978 e 1983, resultaram da mobilização da sociedade civil paranaense, brasileira e internacional que, por meio de manifestações de luta diversas, cuja pressão junto as esferas decisórias da ditadura, aceleraram a interrupção das práticas exacerbadas de TDE, não somente em Curitiba, mas em todo o país. Ao impactar operacionalmente a área de segurança paranaense, a pressão social exercida a partir de Curitiba, somou-se a outras iniciativas similares realizadas em diversas partes do Brasil, que em seu conjunto ensejaram a partir da segunda metade da década de 1970, a retomada, o fortalecimento e a continuidade da mobilização de setores populares diversos contra o TDE, cujos reflexos e desdobramentos junto a todo o corpo social, selaram o destino da ditadura, pavimentando o caminho para o reestabelecimento do Estado de direito e da democracia burguesa no Brasil.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise documental e a revisão bibliográfica desta tese sustentam a conclusão de que a emergência das atividades clandestinas operadas pela CSI-PR e CCC a partir de 1977, foi um dos reflexos da insatisfação da área de segurança local com o avanço da política descompressiva do governo federal que apontava para a iminente desmobilização daquela estrutura repressiva criada para atuar em tempos de combate à oposição armada. Nesse embate, envolvendo, de um lado, os grupos descontentes com os rumos da política descompressiva e, de outro, seus condutores, estava em jogo a estabilidade e a capacidade do governo federal de levar adiante seu projeto político, impedindo que opositores intraestatais pudessem criar um cenário sociopolítico favorável a um novo fechamento repressivo.

Para além da movimentação oficial, a dinâmica descompressiva contou com a participação ativa da sociedade civil por meio da presença política de instituições notórias como a OAB, a ABI, a CNBB, a SBPC, o MDB, e do movimento estudantil, entre outras. Adicione-se que a partir da segunda metade da década de 1970, surgiram ainda diversos grupos sociais articulados em torno da Arquidiocese de São Paulo, com alternativas diferenciadas de embates políticos. Dentre eles, o Movimento dos Familiares de Presos Políticos, as Comunidades Eclesiais de Base, o Movimento Feminino pela Anistia, a Comissão Justiça e Paz, as diversas Pastorais, que se reuniram ao conjunto de forças opositoras, ocupando diversos espaços de luta e contribuindo decisivamente para o processo de desintegração da ditadura de SN brasileira.

A mobilização de setores da sociedade civil tinha na Igreja Católica um de seus principais atores e incentivadores. Sob a proteção de Dom Paulo Evaristo Arns, a CJP-SP vinha desempenhando importante papel de núcleo articulador e propiciador do suporte necessário para o surgimento desses novos personagens. Nessa nova conjuntura de aprofundamento da pressão popular pelo fim da ditadura, Geisel habilmente utilizava todas as armas de que dispunha para combater tanto a imprensa, como os radicais da área de segurança e informações.

Simultaneamente à toda pressão exercida pela sociedade civil, a perda de legitimidade da ditadura de SN brasileira se desenvolvia sob um ambiente de emergência do discurso dos direitos humanos, encampado fortemente pela imprensa após o assassinato de Vladimir Herzog nas dependências do DOI-CODI do II Exército.

O significado de toda a mobilização social que se seguiu a morte desse jornalista foi tão intenso que acabou promovendo um deslocamento de todo o corpo social. Acuado pela opinião pública, o governo federal buscou neutralizar as ações exacerbadas da chamada linha-dura até que, em janeiro de 1976, um terceiro assassinato no DOI-CODI de São Paulo aumentou a

pressão e levou o ditador Geisel a afastar o comandante do II Exército, general Ednardo D'Avila Melo. Essa interdição dos radicais do aparato repressivo estatal teria como ponto culminante a demissão em outubro de 1977, de sua principal liderança, o ministro do Exército, Sylvio Frota, fato que consolidaria no meio intraestatal a vitória dos setores liberais contra os conspiradores da linha-dura.⁵⁵⁸

No cenário paranaense do ano de 1976, a CSI-PR apresentava uma atuação discreta, após a conclusão dos trabalhos da Operação Marumbi, no final do ano anterior, e sob um contexto de refluxo repressivo que se seguiu ao assassinato de Manoel Fiel Filho, e a consequente intervenção operada pelo ditador Geisel no II Exército, quando as ações dos grupos radicais incrustados nas comunidades de segurança e informações passaram a ser alvo de maior controle.

Em janeiro de 1977, o general Samuel Alves Correa deixou o comando da 5ª RM, sendo sucedido pelo general Ruy de Paula Couto. Os meses iniciais foram de certa calma até maio, quando ocorreram as prisões dos estudantes universitários em operação realizada pela DOPS-PR na qual foram observados os trâmites legais da ditadura. Foi nesse período que várias pessoas residentes em Curitiba e outras regiões do estado, exercendo diferentes atividades profissionais, também começaram a receber cartas ameaçadoras do grupo paramilitar CCC.

É interessante notar que a primeira ação realizada pelo DOI-CODI-5ª RM, sem a chancela do comando central – o sequestro do estudante universitário Carlos Augusto Soares de Oliveira, que já vinha sendo alvo de perseguição tanto do CCC, quanto da DOPS-PR -, ocorreu em 17 de outubro de 1977, portanto, cinco dias após a demissão do Ministro do Exército, Sylvio Frota, expoente da chamada linha-dura, vertente do aparato repressivo da ditadura opositora da política descompressiva. Coincidência ou não, meses depois, seguiu-se a esse fato a remoção do major Zuiderzee Nascimento Lins do comando do DOI-CODI-5ª RM, para a chefia de gabinete da ACT-SNI, o que teria sido parte de uma série de mudanças nos comandos de diversas regiões do país, de oficiais nomeados durante a gestão de Sylvio Frota.

Foi a pesquisa anterior desenvolvida no âmbito do mestrado na UFPR (2013-2015) que nos ofereceu a possibilidade de identificar nos três sequestro ocorridos entre outubro de 1977 e março de 1978, ações de resistência da oposição intraestatal na área de segurança do Paraná à política descompressiva oficial, quando fontes consultadas nos permitiram aferir terem esses ilícitos contado com a participação da CSI-PR. Do contrário, e atendendo a expectativa dos

⁵⁵⁸ MORAES, Mário Sérgio. *O ocaso da ditadura: caso Herzog*. São Paulo: Editora Barcarolla, 2006, p. 21.

autores dessas ações clandestinas, tais crimes teriam permanecido numa zona de sombra, e sua autoria atribuída ao acrônimo CCC.

Por outro lado, há outro ponto que precisamos problematizar, e que diz respeito a considerarmos ou não a prática desses sequestros como uma alternativa encontrada pela CSI-PR de driblar o controle do governo federal sobre suas ações. Partindo da premissa de que atividades de caráter clandestino faziam parte do *modus operandi* do sistema DOI-CODI, obviamente não haveria nessas ações qualquer afronta à política descompressiva do governo. Porém, não naquele momento, uma vez que analisar essas ações pressupõe colocar em tela a mudança de conjuntura operada após o assassinato de Vladimir Herzog, em São Paulo, quando o II Exército sofreu intervenção e os radicais sofreram algumas baixas em suas fileiras, uma vez que agentes de peso foram afastados de comandos importantes; o conjunto do aparato repressivo da ditadura passou a ser monitorado mais intensamente; a organização popular começou a ganhar mais peso; e, em paralelo a tudo isso, a imprensa ia sendo progressivamente desamordaçada.

Assim, foi entre o final de 1977 e início de 1978, que sob essa conjuntura de remobilização da sociedade civil, e em meio a certo retraimento do campo de ação das comunidades de segurança e informações em todo o país, foram operados pela CSI-PR e CCC os sequestros de opositores da ditadura em Curitiba, como meio escolhido pelos opositores locais da política descompressiva para driblar os controles do governo federal e forjar na capital paranaense um núcleo de resistência e sabotagem àquela orientação oficial.

No entanto, essas práticas reiteradas de TDE seriam interrompidas pela ação de diversos setores da sociedade civil liderados pela CJP-PR que, assim como sua congênere paulista no caso Herzog, imediatamente após o sequestro de Juracilda Veiga e as prisões dos onze membros das escolinhas, criou as condições para que em março de 1978, se iniciasse em Curitiba um poderoso movimento reativo de denúncia de violações dos direitos humanos que vinham assolando a capital do Paraná, e que se alastraria para o Brasil e o mundo.

Some-se ao reconhecimento da importância do papel desempenhado pela Arquidiocese da Igreja Católica de São Paulo e do movimento ecumênico por ela encabeçado após a morte de Vladimir Herzog, o papel fundamental exercido pela CJP-PR por sua atuação decisiva na consolidação do movimento reativo da sociedade civil contra a violência (para)estatal ocorridas em 1977 e 1978, em Curitiba. Naquele momento, quando as práticas de TDE evoluíam em Curitiba, sua contribuição para a elaboração e divulgação da *Carta Aberta ao Povo*, documento-denúncia que se transformou em um libelo contra a violência que grassava na capital do Paraná, sob a conivência das autoridades da área de segurança local, criou as condições de possibilidade

para que amplos setores da sociedade civil se engajassem na luta contra a ditadura de SN brasileira e seus efeitos nefastos.

Seguiram-se a pressão da sociedade civil, o que considera essa tese a intervenção operada pelos poderes Executivo Estadual e federal no sentido de obstruir as atividades da CSI-PR que vinham tendo livre curso até aquele momento. Por meio da implementação de uma série de medidas administrativas de caráter estrutural, foram impostos diversos mecanismos de controle à área de segurança do Paraná tanto no meio policial como militar, que vistas em conjunto constituíram um processo gradual de desmobilização da CSI-PR, entre os anos de 1978 e 1983.

A presente tese considera alcançado o seu principal objetivo que foi apresentar essa série de eventos que se revestiram nas múltiplas determinações que constituíram o processo de desmobilização gradual da CSI-PR, bem como a descrição da evolução desses acontecimentos que contribuíram para a interdição das práticas recorrentes de TDE que assolavam a cidade de Curitiba no biênio de 1977-1978.

Tais especificidades paranaenses da desmobilização daquele condomínio repressivo constituído a partir da criação de uma unidade do DOI-CODI na 5ª RM, sediada em Curitiba, foram parte de um processo mais amplo que já vinha se desenvolvendo em outros estados do país, como no caso aqui bastante discutido envolvendo a CSI-SP, sobretudo pelas intervenções no II Exército e o deslocamento do delegado Fleury da área operacional para a burocracia estadual paulista.

Os eventos considerados por esse trabalho como constitutivos da desmobilização da CSI-PR também podem guiar os primeiros passos de pesquisas similares que pretendam identificar as especificidades de processos que se desenvolveram em outros estados do Brasil. No caso da presente pesquisa, o percurso trilhado durante a fase inicial de identificação de outros indícios que poderiam ser traduzidos como mudanças complementares ao decreto que reestruturou a Polícia Civil do Paraná foi de rastreamento, sobretudo de reportagens de jornais, que oferecessem qualquer indicativo de intervenção e redirecionamento da atuação da CSI-PR, sem que tivéssemos a disposição referências anteriores sobre tais mudanças.

Alcançados os seus propósitos esse trabalho considera ter deixado em aberto uma pequena senda a ser trilhada por novas pesquisas que se proponham a acrescentar dados, complementar lacunas e aprofundar os estudos da temática da ditadura de SN, em Curitiba e no Paraná, incorporando a historiografia local ao universo mais amplo e complexo desse período da história do Brasil ainda tão carente de divulgação em todos as esferas da vida nacional, como

atesta nosso presente tão conturbado e convulsionado pelo autoritarismo e negacionismo bolsonarista.

Aproximando-nos do final dessas considerações, destacamos outras duas contribuições relevantes oferecidas por essa pesquisa para a historiografia da ditadura de SN brasileira no estado do Paraná: a definição precisa, com base em fontes oficiais produzidas por seus fundadores, da data exata de instalação da unidade do DOI-CODI-5ª RM, efeméride que acabou se tornando objeto de desinformação dada a sua origem nos escritos do torturador Carlos Alberto Brilhante Ustra, chefe do DOI-CODI do II Exército, entre os anos de 1970 e 1974; outro aspecto importante tem relação com a sistemática adotada pelo sistema DOI-CODI, que consistia na adoção de codinomes por seus agentes, e que implicava na concessão à esses últimos de cédulas de identidades funcionais dos/das DOPS estaduais.

No caso do Paraná, a identificação da interrupção desse expediente, elencada como elemento constitutivo do processo de desmobilização da CSI local, também permitiu que fossem conhecidos através de documentação oficial alguns codinomes adotados por agentes de relevo e que tiveram participação em eventos analisados pela pesquisa, como o caso do comandante do DOI-CODI-5ª RM, major Zuiderzee Nascimento Lins, cuja cédula funcional da DOPS-PR, identifica esse militar como Rui de Oliveira. Tal informação, somada a forma de tratamento utilizada entre esses agentes do DOI-CODI, que implicava no uso de um codinome antecedido pelo título de doutor, confirma informação de alguns presos políticos que foram alvo da Operação Marumbi, de que esse comandante era nominado pelos seus pares como dr. Rui. Outro dado peculiar refere-se ao fato de que no caso do Paraná tal tratamento adequava-se a forma como a sede do DOI-CODI-5ª RM e principal centro de torturas do estado durante a ditadura de SN era denominada pela CSI-PR: Clínica Marumbi.

As instalações dessa que foi a sede do DOI-CODI-5ª RM, localizada no centro de Curitiba, foram demolidas e seu espaço transformado em um hotel. O Presídio do Ahú, onde os presos da Operação Marumbi cumpriram suas penas, também foi praticamente todo demolido, restando apenas uma ala na qual será instalado, entre outros, um centro de memórias denominado LUME ou Lugar de Memória, diante da impossibilidade de denominar tal espaço de Memorial da Resistência, como no caso de São Paulo, por seu conteúdo politizado e antiautoritário que afronta certa idiossincrasia de setores conservadores paranaenses.

Outras instalações militares como o CPOR e o quartel da Praça Rui Barbosa, foram transformados respectivamente em Shopping e *Rua da Cidadania*. O antigo quartel general da 5ª RM foi transformado em espaço cultural e atualmente denomina-se *Solar do Barão*. Quanto ao Quartel do Pinheirinho, que a partir de setembro de 1975, passou a ser o endereço da 5ª RM,

e por onde se chega trafegando pela rua 31 de Março - homenagem ao dia da deflagração do golpe de Estado que daria lugar a instalação da ditadura de SN brasileira -, hoje transformou-se também em ponto de concentração de adeptos do candidato derrotado à Presidência da República, Jair Bolsonaro, a clamarem por um novo golpe encabeçado pelas Forças Armadas e pela consequente militarização da vida política brasileira sob o controle de frações burguesas e do capital estrangeiro que se alimentam de desigualdade social crescente e da financeirização da economia.

Atualmente ainda nos resta o prédio onde a DOPS-PR funcionou até o ano de 1978, e que, apesar de ainda não ter sido demolido, está bastante descaracterizado, servindo de instalação para um estacionamento privado, um restaurante e um *martelinho de ouro*.



Ilustração 4: Prédio da antiga DOPS-PR em Curitiba (2018)

Enrique Padrós relembra ao historiador do Tempo Presente seu dever de ofício de não se omitir quando experiências históricas traumáticas são atingidas por um processo de questionamento de fundo negacionista, e chama a atenção para o paralelo entre tentativas reiteradas de “apagamento” daquela experiência histórica e a das ditaduras de Segurança Nacional do Cone Sul latino-americano.

Tal conexão mostra-se pertinente quando consideramos que as ditaduras de SN do Cone-Sul agiram no sentido de se desresponsabilizarem por seus atos, ignorando acusações concretas, negando fatos, produzindo pistas falsas, mentindo, assumindo posturas negacionistas, e autoimpondo-se anistias protetoras. E hoje em dia, sob a democracia burguesa, gozam da impunidade de seus atos e decisões.

Ainda hoje, o que se verifica em relação a presença e atuação das Forças Armadas dos países latino-americanos, sobretudo onde outrora vigoram essas ditaduras, talvez seja a permanência do que se poderia denominar de “forças de ocupação”, controladas pelos EUA, possuidoras de uma orientação interna própria, consoante com os interesses do capitalismo multinacional associado e os preceitos da DSN dos EUA.

Acrescente-se o caso das escolas militares, com seus currículos e conteúdos desvinculados do sistema educacional civil, que formam sistematicamente todo um corpo de militares doutrinados dentro de princípios da DSN, cujos pressupostos se vinculam a ideologia capitalista e a manutenção de formações sociais pautadas pela alta concentração de renda e superexploração do trabalho.

Portanto, quando pensamos no fim dessas ditaduras e a volta dos militares aos quartéis devemos considerar forçosamente que tal recuo dos consórcios golpistas composto por frações burguesas nacionais e estrangeiras e Forças Armadas, responsáveis por suas instalações, somente foi possível tendo como contrapartida a transformação, programação e arranjo da máquina estatal e de todo o ordenamento jurídico de seus respectivos países, de modo a garantir, ainda que sob uma conjuntura de feição democrática, sobretudo do ponto de vista eleitoral, a manutenção dos interesses que forjaram e sustentaram esses Estado terroristas, cujas regras continuassem a impedir a verdadeira democratização de oportunidades e dividendos gerados pela produção social.

Á luz dessas considerações, e retomando o tema das instalações onde foram perpetradas práticas de TDE durante a ditadura no Paraná, consideramos que o resgate da verdade, da memória e da justiça para as vítimas da violência (para)estatal no estado implica nos engajarmos em iniciativas de cunho popular de luta pela preservação desses espaços transformando-os em centros de memória, além de esforços pela remoção de nomes de logradouros e afins que homenageiam agentes que torturaram, desapareceram e assassinaram opositores da ditadura em todo o país e fora dele.

Nesse sentido, essa tese também pretende ser uma iniciativa colaborativa voltada para a construção de um movimento da sociedade civil com o objetivo de que a antiga sede da DOPS-PR seja tombada pelo Conselho Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico do Paraná (CEPHA-PR) e, posteriormente, transformada em um centro de memória das vítimas das ditaduras do Estado Novo (1937-1945) e de SN (1964-1985).

Inspira-nos o resultado da eleição presidencial desse ano de 2022, e as possibilidades que se abrem com o reingresso do Brasil ao círculo dos países civilizados. Concluimos essas considerações finais, evocando a memória de Enrique Serra Padrós, professor orientador inicial

da presente tese e falecido em 2021, que deixou um importante legado para os estudos das ditaduras de SN do cone Sul latino-americano. Padrós alertava por meio de suas produções para a importância de lidarmos com a herança deixada por essas ditaduras, afirmando que de todas as demandas que a luta contra as permanências desses Estados terroristas - e nesse momento aponta diretamente para o caso do Brasil -, a maior delas está na configuração de uma impunidade que se perpetua em paralelo com a garantia da imunidade dos perpetradores de crimes de Estado que perdura até os dias atuais. Acrescenta ainda que é da imunidade de torturadores, assassinos e outros agentes estatais que cometeram direta ou indiretamente crimes de lesa humanidade durante as ditaduras, bem como das instituições e órgãos de segurança, que resulta a projeção, no tempo, dos efeitos do TDE. E sentencia que a falta de descontaminação ideológica e operacional das forças de segurança do presente, pairam como ameaça permanente contra toda forma de protesto social, mesmo em conjunturas tão modificadas. E, finalizando, assevera ser a impunidade o maior legado e a maior vitória dessas ditaduras de SN, construídas em meio às transições antidemocráticas – decididas em conjunturas de visível desequilíbrio na relação de forças – e pactuadas mediante negociações, silêncios e interesses materiais concretos, escusos e inconfessáveis.⁵⁵⁹

⁵⁵⁹ PADRÓS, Enrique Serra. *Terrorismo de Estado: reflexões a partir das experiências das Ditaduras de Segurança Nacional*. In: GALLO, Carlos Arthur; RUBERT, Silvana (Orgs). *Entre a memória e o esquecimento.: estudos sobre os 50 anos do Golpe civil-Militar no Brasil*. Porto Alegre: Editora Deriva, 2014, p. 34.

7 REFERÊNCIAS

- ABREU, José dos Santos. *Notas sobre ações clandestinas envolvendo a polícia política paranaense na ditadura civil-militar (1977-1978)*. In: PRIORI, Ângelo. *História do Paraná: novos caminhos, novas abordagens*. Curitiba. Editora CRV, 2016, p. 163-185.
- ABREU, José dos Santos. *Operação Pequeno Príncipe: a ação da polícia política no combate a doutrinação comunista nas pré-escolas Oficina e Oca (Curitiba, 1978)*. Curitiba, 2015. Dissertação (Mestrado em História). Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes. Universidade Federal do Paraná. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/40919/R%20-%20D%20-%20JOSE%20DOS%20SANTOS%20DE%20ABREU.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 22 out. 2021.
- ABREU, José dos Santos. *Operação Pequeno Príncipe: polícia política e marxismo infantil no Paraná*. Curitiba: Editora Prismas, 2016.
- ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de; WEIS, Luiz. *Carro zero e pau-de-arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar*. In: NOVAIS; Fernando. SCHWARZ; Lilian: “A história da vida privada no Brasil” São Paulo, Companhia das Letras, vol.4, 1998.
- ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil, nunca mais*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- ASSIS, Mussa José de. *Mordomia foi tiro de largada para abertura*. In: LUZ, Olavo; BORGES, Manoel (org.). *25 anos de imprensa no Brasil – Prêmio Esso de Jornalismo*. Rio de Janeiro: Esso, 1980.
- ASSIS, Mussa José de. *Perigo à vista*. Jornal Extra-Pauta. Nº 50, agosto/setembro de 2000, p. 15. Disponível em: <https://doc-0s-ak-apps-viewer.googleusercontent.com/viewer/secure/pdf/5c21ldu3207f62vprpgei9atpano77n8/afnpo2rl510jjpu1qijhgp567cc70omr/1622419050000/drive/06664903155481910705/ACFrOgArszbiN-3oULv8UkwsDvMGMh9B7KwVWYefcINfCVuiFcaAX7wqAPQQSKCl-WL7LFKaSI8fizS5qIfzqHv6j1RWCUwGo1mr3aPq8a7g0p4KEFV1LWpox79OqHp18WgG HudyCtyUnA5jMZib?print=true&nonce=lturqfm8bibbg&user=06664903155481910705&has h=0a3dsb58u1030kkkts28k3nmudlmurn7>. Acesso em 30 maio 2021.
- ATHAIDES, Luciana Agostinho Pereira. *A Dops paranaense frente à ação integralista brasileira durante o Estado Novo (1937-1945): do “atentado contra o regime” à “associação*

nazi-integralista”. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Maringá, Departamento de História, 2015.

BARBOSA, Agnaldo de Sousa. *A propósito de um estatuto para a história local e regional: algumas reflexões*. In: Revista História & Perspectiva. Uberlândia: UFU/COCHI, 1999. nº 20/21.

BENJAMIN, Cid; DEMIER, Felipe (orgs.). *Meio século de 1968: barricadas, história e política*. Rio de Janeiro: Mauad, 2018.

BONASSO, Miguel. Prefácio. In: PIETERSE, Jan et al. *Terrorismo de Estado. El papel internacional de EE.UU*. Navarra: Txalaparta, 1990, p.10.

BORDIN, Laura Beal; LORIANNY, Suelen. *Sem liberdade, eu não vivo – Mulheres que não se calaram na ditadura*. Curitiba, Ed. Compactos, 2013.

BRAGA, Políbio. *Ahú: diários de uma prisão política*. Porto Alegre: Editora Movimento XXI, 2004.

BREPOHL DE MAGALHAES, M. D. A lógica da suspeição: sobre os aparelhos repressivos de Estado à época da ditadura militar. *Revista Brasileira de História*, SP, v. 17, n. 34, p. 203-220, 1997.

BREPOHL DE MAGALHAES, M. D. *Censura e repressão (1964-1982): Lembrar, mas do quê?* Disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/tablas/r30015.pdf>. Acesso em: 1 abr. 2020.

BREPOHL DE MAGALHAES, M. D. *Documento: Manual do Interrogatório*. História. Questões e Debates, Curitiba, v. 21, n. 40, p. 201-242, 2004.

BRUNELO, Leandro. *Repressão política durante o regime militar no Paraná: o caso da operação Marumbi na terra das araucárias*. Maringá: EDUEM, 2009.

BRUNELO, Leandro. Universos opostos: o embate político entre os militantes do PCB e a DOPS/PR durante o regime militar. *Histórica – Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo*, n.34, Jan/2009. Disponível em: <http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao34/materia04/>. Acesso em: 4 abr. 2021.

CALCIOLARI, Sílvia. *Ex-presos políticos e a memória social da tortura no Paraná (1964-1978)*. Curitiba: Assembleia Legislativa do Paraná. 2006.

CANCIAN, Renato. *Movimento estudantil e repressão política: o Ato Público na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1977) e o destino de uma geração de estudantes*. São Carlos: UFSCar, 2009.

CARDOSO, Célia Costa. *“Terrorismo em São Paulo” e o ideário político-militar da segurança e Repressão*. 2013, Anais, ISSN: 978-85-98711-11-9.

- <http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1371343505_ARQUIVO_Politicaerepres-sao-celiaCostaCardoso-2013.pdf> Data de acesso: 3 abr. 2015.
- CASTRO, Celso, D'Araújo, Maria Celina & SOARES, Gláucio Ary Dillon. *Os Anos de Chumbo: A Memória Militar sobre a Repressão*. São Paulo: Editora Relume Dumará, 1994.
- CHIRIO, Maud. *A política nos quartéis: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.
- CODATO, Adriano Nervo. *O golpe de 1964 e o regime de 1968: aspectos conjunturais e variáveis históricas*. História: Questões & Debates. Curitiba, n. 40, p. 11-36, 2004.
- CODATO, Adriano Nervo. *Sistema estatal e política econômica no Brasil pós-64*. São Paulo/Curitiba, Hucitec/Anpocs/Ed. da UFPR, 1997.
- CODATO, Adriano Nervo. Uma história política de transição brasileira: a ditadura militar à democracia. *Rev. Sociologia Política*, nov. 2005, n. 25, p.83-106.
- CODATO, Adriano Nervo. *Intelectuais de Estado e a gestão da política econômica no regime ditatorial brasileiro*. In: Milton Pinheiro. (Org.). *Ditadura: o que resta da transição*. São Paulo: Boitempo, 2014, p. 151-169.
- CODATO, Adriano Nervo. *O Sacerdote e o Feiticeiro: uma análise da história política e militar do Brasil pós-64*. In: MARTINS FILHO, João Roberto. (Org.). *O golpe de 1964 e o regime militar: novas perspectivas*. 1ed. São Carlos: Ed. UFSCar, 2006, p. 183-200.
- COMISSÃO DE FAMILIARES DE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS (Org.). *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a partir de 1964*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1996.
- COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE DO PARANÁ. *Relatório Final*. Curitiba, 2014.
- DANTAS, Audálio. *As duas guerras de Vlado Herzog*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.
- COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE DE SÃO PAULO. *Relatório Final. Tomo I - Parte I - Cadeias de Comando: A Formação da Estrutura Nacional de Repressão Política*. São Paulo: ALESP, 2015.
- DECKES, Flavio. *Radiografia do terrorismo no Brasil: 1966/80*. São Paulo, Cone: 1985.
- Disponível em: <http://www.justica.pr.gov.br/Pagina/Comissao-Estadual-da-Verdade>. Acesso em: 28 abr. 2020.
- DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO BRASILEIRO. Rio de Janeiro. CPDOC. Destacamento de Operações e Informações – Centro de Operações e Defesa Interna (DOI-CODI). Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/destacamento-de-operacoes-e-informacoes-centro-de-operacoes-e-defesa-interna>

<https://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/1/1148/1/Gloss%C3%A1rio%20EB%202018.pdf>.

Acesso em: 07 dez. 2021.

GODOY, Marcelo. *A Casa da Vovó: uma biografia do DOI-Codi (1969-1991), o centro de sequestro, tortura e morte da ditadura militar*. São Paulo: Alameda, 2014.

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo, Ática, 1987.

HELLER, Milton Ivan. *Resistência Democrática: a repressão no Paraná*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. Curitiba: SCEP, 1988.

Instituto de Políticas Públicas e Direitos Humanos (IPPDH). Mercosul. Guia de Arquivos e Fundos Documentais. *Delegacia de Ordem Política e Social do Estado do Paraná (DOPS)*. Disponível em: http://atom.ippdh.mercosul.int/index.php/delegacia-de-ordem-politica-e-social-do-estado-do-parana-dops;isaar?sf_culture=pt&limit=10. Acesso em: 22 mar. 2021.

IPÓLITO, Verônica Karina. *O vermelho que violenta a ordem: os comunistas sob o olhar da DOPS no Paraná*. 2016. Tese (Doutorado em História e Sociedade). Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Ciências e Letras de Assis. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Assis (SP).

IPÓLITO, Verônica Karina; PRIORI, Ângelo Aparecido. *É permitido proibir: o policiamento político e o imaginário anticomunista no Norte-paranaense*. Revista *Ágora* (Vitória), v. 11, p. 1-19, 2010.

ISHAQ, Vivien; FRANCO, Pablo E.; SOUZA, Tereza E. *A escrita da repressão e da subversão: 1964-1985*. Rio de Janeiro. Arquivo Nacional, 2012.

JOFFILY, Mariana. *No centro da engrenagem: os interrogatórios na Operação Bandeirante e no DOI-CODI de São Paulo (1969-1975)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; São Paulo: Edusp, 2013.

JORNAL RESISTÊNCIA. *A perseguição ao jornal "Movimento"*. Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SPDDH). Nº 2. Curitiba, 05/1978.

KUCINSKI, Bernardo. *Abertura, a história de uma crise*. São Paulo: Editora Brasil Debates, 1982, p. 82.

KUCINSKI, Bernardo. *O fim da ditadura militar*. São Paulo: Contexto, 2001.

LEDUR, Júlia. *Ibiúna, anteontem: Ana, Lore, Cecília, Beth e Palmira – as cinco universitárias que foram presas no Congresso da UNE em 1968*. Curitiba: edição do autor, 2016. Disponível em: www.flipsnack.com/FCB8A78F8D6/ibiuna-anteontem-julia-ledur.html. Consulta em: 20 mar. 2021.

- LEMOS, Renato Luís do Couto Neto. *A conexão Harvard e a política de descompressão sobre as origens da transição política no Brasil pós-64*. Revista Tempos Históricos, Marechal Candido Rondon: Unioeste, vol. 18, n. 02, 2014.
- LEMOS, Renato Luís do Couto Neto. *Contrarrevolução e ditadura no Brasil: elementos para uma periodização do processo político brasileiro pós-1964*". Comunicação apresentada no VI Congrès du CEISAL (Conseil Européen de Recherche em Sciences Sociales sur l'Amérique Latine), Indépendances, Dépendances, nterdépendances, Toulouse, France, 30 jun. a 3 ju. 2010.
- LOPES, Gustavo Esteves. *Ensaio de terrorismo: história oral da atuação do Comando de Caça aos Comunistas*. Salvador: Editora Pontocom, 2014.
- LOPES, Gustavo Esteves. *Efeitos colaterais de uma receita explosiva: o Comando de Caça aos Comunistas*. In: NETO, Mário Danieli; STEFFENS, Marcelo Hornos; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (Orgs). *Narrativas sobre tempos sombrios: Ditadura militar no Brasil*. São Paulo: Letra e Voz. 2017, p. 137-138.
- MACIEL, David. *A argamassa da ordem: da ditadura militar a Nova República (1974-1985)*. São Paulo: Xamã, 2004.
- MACIEL, David; David; DEMIER, Felipe. *O Regime da Espada: o Ato Institucional nº 5 e a consolidação do cesarismo militar no Brasil*. In: BENJAMIN, Cid; DEMIER, Felipe (orgs.). *Meio século de 1968: barricadas, história e política*. Rio de Janeiro: Mauad, 2018, p.110.
- MARTINS, Celso. *Os quatro cantos do sol: Operação Barriga Verde*. Florianópolis: Editora da UFSC: Fundação Boiteux, 2006.
- MARTINS FILHO, João Roberto. *Tortura e ideologia: os militares brasileiros e a doutrina da guerre revolutionnaire (1959/1974)*. In *Desarquivando a Ditadura: memória e justiça no Brasil*. Vol. I. Editora Hucitec: São Paulo, 2009.
- MEMÓRIAS DA DITADURA. *Disfarce legalista e métodos ilegais*. Disponível em: <http://memoriasdaditadura.org.br/repressao/>. Acesso em: 05 ago. 2021.
- MIRANDA, Nilmário; TIBÚRCIO, Carlos. *Dos filhos deste solo*. 2ª Edição. São Paulo: Editora Perseu Abramo e Boitempo, 2008.
- MORAES, Mário Sérgio. *O ocaso da ditadura: caso Herzog*. São Paulo: Editora Barcarolla, 2006.
- MOTTA, A. M. (Coord.). *História oral do Exército – 1964 - 31 de março: o movimento revolucionário e sua história*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2003. Tomo 5, p. 42.
- NETTO, José Paulo. *Pequena História da Ditadura Brasileira (1964-1985)*. São Paulo: Cortez, 2014.

- OLIVEIRA, Narciso Pires de; SAHD, Fabio Bacila; CALCIOLARI, Silvia. *Depoimentos para a história: a resistência à ditadura militar no Paraná*. Curitiba: DHPaz, 2014.
- PADRÓS, Enrique Serra. *Ditadura Brasileira: Verdade, Memória... e Justiça?* *Historiæ*, Rio Grande, 3 (3). 2012, p. 65-84. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/hist/article/download/3262/1939/9122>. Acesso em: 16 mar. 2022.
- PADRÓS, Enrique Serra. *Terrorismo de Estado: reflexões a partir das experiências das Ditaduras de Segurança Nacional*. In: GALLO, Carlos Arthur; RUBERT, Silvana (Orgs). *Entre a memória e o esquecimento.: estudos sobre os 50 anos do Golpe civil-Militar no Brasil*. Porto Alegre: Editora Deriva, 2014
- PADRÓS, Enrique Serra. *História do tempo presente, ditaduras de segurança nacional e arquivos repressivos*. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v.1, n.1, jan./jun. 2009.
- PADRÓS, Enrique Serra. *Repressão e violência: segurança nacional e terror de Estado nas ditaduras latino-americanas*. In: FICO, Carlos; FERREIRA, Marieta de Moraes; ARAUJO, Maria Paula Nascimento; QUADRAT, Samantha Viz (Org). *Ditadura e Democracia na América Latina*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.
- PADRÓS, Enrique Serra. *Terrorismo de Estado e luta de classes: repressão e poder na América Latina sob a Doutrina de Segurança Nacional*. Associação Nacional de História – ANPUH. XXIV Simpósio Nacional de História, 2007.
- PADRÓS, Enrique Serra. *A ditadura cívico-militar no Uruguai (1973-1984): terror de Estado e Segurança Nacional*. In: WASSERMAN, Cláudia; GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcelos. *Ditaduras militares na América Latina*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004, p. 51-52.
- PADRÓS, Enrique Serra. *Terrorismo de Estado*. Niterói, RJ : Brava Gente, 2023
- PALMAR, Aluizio. *Onde foi que vocês enterraram nossos mortos?* Curitiba: Travessa dos Editores, 2006.
- PARANÁ. MINISTÉRIO PÚBLICO DO PARANÁ. DALL'ASTA, Rodrigo Bonatto; CORREIA, Cristiano de Oliveira Viana; ARAÚJO, Diogo Luiz. *A Lei da Anistia e o Ministério Público do Paraná*. Disponível em: <https://memorial.mppr.mp.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=235>. Acesso em: 05 abr. 2021.
- PEREIRA, Carlos Eduardo da Silva. *“Nada consta!”: uma perspectiva historiográfica sobre o atestado de ideologia política (1931-1952 e 1967-1979)*. *Oficina do Historiador*. V. 12, n. 2. jul. dez. 2019. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/oficinadohistoriador/article/view/34138/19300>. Acesso em: 06 abr. 2021.

- PIETERSE, Jan et al. *Terrorismo de Estado. El papel internacional de EE.UU.* Navarra: Txalaparta, 1990.
- PONTE PRETA, Stanislaw. *Febeapá 1: 1º festival de besteira que assola o país.* São Paulo: Círculo do Livro, 1981.
- POULANTZAS, Nicos. *Poder político e classes sociais.* São Paulo: Martins Fontes. 1977.
- PRIORI, Ângelo. *DOPS, repressão, violência e controle social.* Revista da Aduem, Aduem - Maringá, v. 1, n.1, p. 21-23, 1998.
- PRIORI, Ângelo. *Polícia política e ordenamento jurídico (Paraná: 1930-1964).* In: MUNIZ, Altemar da Costa; MARTINS, Luís Carlos dos Passos (Orgs.). *História política: interfaces e diálogos.* Porto Alegre: Edipucrs; Fortaleza; Eduece, 2016.
- PRIORI, Ângelo. POMARI, Luciana Regina. *O DOPS e a repressão política contra militantes comunistas no Estado do Paraná (décadas de 1940 e 1950).* Antíteses (Londrina), v. 5, p. 100, 2012.
- SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SANTOS, Cecília MacDowell; TELES, Édson; TELES, Janaína de Almeida (orgs.). *Desarquivando a ditadura: memória e justiça no Brasil.* Vol. I. Editora Hucitec: São Paulo, 2009.
- SILVA, Carla Luciana. *Uma pesquisa necessária: a ditadura no Oeste do Paraná.* In: SILVA, Carla Luciana; CALIL, Gilberto Grassi; SILVA, Marcio Antônio Both. *Ditaduras e Democracias: Estudos sobre poder, hegemonia e regimes políticos no Brasil (1945-2014).* Porto Alegre. FCM Editora, 2014, p. 131-144.
- SILVA, Carla Luciana. *Ditadura e terrorismo de Estado no Brasil: a violência que não vemos.* In: PADRÓS, Enrique Serra *Terrorismo de Estado.* Niterói, RJ : Brava Gente, 2023, p. 165.
- SILVA, Eumano. *Exclusivo: SNI registrou terrorismo da direita de 1978 a 1987.* Portal Metrôpoles. Disponível em: <https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:e5iox3tn1uAJ:https://www.metrololes.com/brasil/politica-brasil/exclusivo-sni-registrou-terrorismo-da-direita-de-1978-a-1987&cd=2&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: 9 nov. 2022.
- SILVA, Jussaramar da. *A Usina de Itaipu e a Operação Condor: o outro lado das relações bilaterais Brasil- Paraguai (1973-87).* São Paulo: PUC, 2006 (Dissertação de mestrado).
- SILVA, Marcos. *Ditadura relativa e negacionismos: Brasil, 1964 (2018...).* São Paulo: Maria Antônia Edições, 2021.

- SOUZA, Percival. *Autopsia do Medo: vida e Morte do delegado Sérgio Paranhos Fleury*. São Paulo: Globo, 2000.
- SPIELER, Paula (coord.). *Advocacia em tempos difíceis: ditadura militar 1964-1985*. Curitiba: Edição do Autor, 2013.
- URBAN, Teresa. *1968: Ditadura abaixo*. Curitiba: Arte e Letra, 2008.
- USTRA, Carlos Alberto Brilhante. *A verdade sufocada: a história que a esquerda não quer que o Brasil conheça*. Rio de Janeiro, Edição do Autor, 2006.
- VIANA, Nildo Silva. O papel do indivíduo na História. *Cadernos de História*, Belo Horizonte, v. 14, n. 21, 2º sem. 2013, p. 120. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/4529-Texto%20do%20artigo-29352-1-10-20140821.pdf>. Acesso em: 21 out. 2022.
- VIEIRA, Ildeu Manso. *Memórias torturadas (e alegres) de um preso político*. Curitiba: SEEC, 1991.
- VOIRIN, Júlio Lisandro Cañón. *Terrorismo de estado. El sur del continente americano durante la década de 1970. Un caso de transnacionalización del terrorismo estatal*. *Relaciones Internacionales*. Número 32. Junio 2016 - Septiembre 2016. Grupo de Estudios de Relaciones Internacionales (GERI) – UAM.
- WASSERMAN, Cláudia; GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcelos. *Ditaduras militares na América Latina*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- ZAPARTE, Andrea. *A DOPS e a repressão ao movimento estudantil em Curitiba – Paraná (1964-1969)*. (Dissertação de mestrado), UNIOESTE, Marechal Cândido Rondon, 2011. Disponível em: <http://tede.unioeste.br/handle/tede/1775>. Acesso em: 26 abr. 2020.
- ZAVERUCHA, Jorge. *Rumor de Sabres. Tutela Militar ou Controle Civil?* São Paulo, Ática, 1994.

PERIÓDICOS

Jornais eletrônicos

- MANFREDINI, Luís. *O coronel, os intelectuais e a cadeia*. Disponível em: http://www.vermelho.org.br/tvvermelho/noticia.php?id_secao=1&id_noticia=207824 acesso em: 30 maio 2014.
- DUARTE, Silvestre. *Curitiba, 1978: as prisões políticas que sacudiram o país*. Paraná-Online.

online.com.br/editoria/cidades/news/435150/?noticia=CURITIBA+1978+AS+PRISO
ES+POLITICAS+QUE+SACUDIRAM+O+PAIS. Data de acesso: 26 mar. 2015.

Chefe da CIA disse que Geisel assumiu controle sobre execuções sumárias na ditadura. Jornal do Comércio. Disponível em: https://www.jornaldocomercio.com/_conteudo/2018/05/internacional/626711-chefe-da-cia-disse-que-geisel-assumiu-controle-sobre-execucoes-sumarias-na-ditadura.html. Acesso em 1 jun. 2021.

JORNAL POLÍTICA OPERÁRIA, jun. 1968, p. 6. In: Arquivo Brasil Nunca Mais, Pasta 066.988-999. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Arquivo Nacional. Pasta: Ajudancia 1974. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_rjanrio_cnv/0/ere/00092001812201313/br_rjanrio_cnv_0_ere_00092_001812_2013_13.pdf. Acesso em 20 fev. 2021

Jornais impressos

Diário do Paraná

“Che” sumiu, mas procura continua em todo o estado. Diário do Paraná, Curitiba, 16 ago. 1966, p. 6.

Estudantes do PR presos em S. Paulo já retornaram. Diário do Paraná, Curitiba, 17 out. 1968, p. 8.

Em poucas linhas. Diário do Paraná. Curitiba, 26 abr. 1970, p. 3.

Continua a luta contra a guerrilha. Diário do Paraná, Curitiba, 29 abr. 1970, p. 6.

Segurança já tem seu centro para combater subversão. Diário do Paraná, Curitiba, 6 mar. 1971, p. 5.

Polícia Civil conclui rede. Diário do Paraná, Curitiba, 8 nov. 1973, p. 8.

Morte de Fontana ainda é mistério. Diário do Paraná, Curitiba, 15 fev. 1975, p. 7.

Atestado ideológico deixará de existir a partir de hoje. Diário do Paraná, Curitiba, 3 ago. 1978.

Ameaçado de sequestro. Diário do Paraná, Curitiba, 28 mar. 1978, Primeiro caderno, p. 10.

DOPS prossegue desmantelando células comunistas: Zacarias comanda ação em todo o estado. Diário do Paraná, Curitiba, 9 abr. 1964, p. 6.

Paraná já tem garantia para diplomatas. Diário do Paraná, Curitiba, 7 abr. 1970, p. 3.

Embaixador é recebido por Aragão no Quartel General. Diário do Paraná, Curitiba, 14 abr. 1970, p. 2.

Na assembleia, mil estudantes. Diário do Paraná, Curitiba, 20 maio 1977, p. 10.

OAB protesta em nota oficial. Diário do Paraná, Curitiba, 7 jun. 1977, p. 16.

Os estudantes estão em Paz. Diário do Paraná, Curitiba, 7 jun. 1977, p. 16.

Revolta contra as prisões políticas. Diário do Paraná, Curitiba, 19 mar. 1978.

Polícia civil regulamentada. Diário do Paraná, Curitiba, 27 abr. 1978.

Conti: “sequestro deve ser apurado”. Diário do Paraná, Curitiba, 22 mar. 1978.

Bispo auxiliar ouvido na DOPS. Diário do Paraná, Curitiba, 29 mar. 1978.

General fala sobre as prisões. Diário do Paraná, Curitiba, 22 mar. 1978.

O que é a Delegacia de Ordem Social. Diário do Paraná, Curitiba, 18 fev. 1979.

DOPS fecha para mudar até o nome. Diário do Paraná, Curitiba, 10 maio 1978.

Sindicato pede ações contra intimidações à jornalistas. Diário do Paraná, Curitiba, 30 mar. 1978.

Imprensa: polícia já tem assessoria. Diário do Paraná, Curitiba, 10 ago. 1978.

Polícia civil já tem regulamento. Diário do Paraná, Curitiba, 07 abr. 1978.

Alcindo não sabe da tortura. Diário do Paraná, Curitiba, 03 fev. 1978.

Atestado ideológico deixará de existir a partir de hoje. Diário do Paraná, Curitiba, 3 ago. 1978.

“Curitiba, um bolsão da extrema direita”. Diário do Paraná, Curitiba, 26 jul. 1978.

Guerra aos comunistas. Diário do Paraná, Curitiba, 9 abr. 1964, p. 6.

O Estado do Paraná

Prisões não afetarão diálogo. O Estado do Paraná, Curitiba, 21 mar. 1978, p.8.

Sequestro será investigado. O Estado do Paraná, Curitiba: 21 mar. 1978, p. 10.

Fim do atestado ideológico. O Estado do Paraná, Curitiba, 4 ago. 1978.

CCC ameaça também bispo. O Estado do Paraná, Curitiba, 2 dez. 1978.

É preciso coibir todo extremismo. O Estado do Paraná, Curitiba, 2 dez. 1978.

Sequestro será investigado. O Estado do Paraná, Curitiba, 21 mar. 1978, p. 10.

Edésio pede que OAB examine as detenções. O Estado do Paraná, Curitiba, 4 abr. 1978.

Palácio Iguaçu convoca Fedalto. O Estado do Paraná, Curitiba, 22 mar. 1978.

Mobilização em favor dos presos. O Estado do Paraná, Curitiba, 19 mar. 1978, p. 8.

Professor ainda está desaparecido. O Estado do Paraná, Curitiba, 1 fev. 1978,

OAB decide: CCC. O Estado do Paraná, 9 dez. 1978.

Justiça e Paz repudia. O Estado do Paraná, Curitiba, 3 dez. 1978.

Advogado ameaçado pelo CCC denuncia a polícia. O Estado do Paraná, Curitiba, 5 dez. 1978.

Última Hora

DOPS devassa células comunistas. Última Hora, Curitiba, 10 abr. 1964, p. 2.

DOPS devassa principal célula do PC. Última Hora, Curitiba, 15 abr. 1964, p. 2.

Prisões continuam: detido jornalista diretor da "Leia". Última Hora, Curitiba, 11 abr. 1964, p. 2.

DOPS já prendeu mais de cem. Última Hora, Curitiba, 14 abr. 1964, p. 5.

DOPS vasculhou documentos de arquivo Brasil-Cuba. Última Hora, Curitiba, 21 abr. 1964, p. 2.

Diário da Tarde

Suplicy exonera Jucundino do Ministério da Educação. Diário da Tarde, Curitiba, 11 jul. 1964, p. 1.

IPM continua prendendo. Diário da Tarde, Curitiba, 10 ago. 1964, p. 4.

Vieira Neto e Jorge Karam entregaram-se a prisão. Diário da Tarde, Curitiba, 14 jul. 1964, p. 1.

DOPS revela lista de presos por subversão à ordem. Diário da Tarde, Curitiba, 8 maio 1964, p. 6.

Diário Popular

Advogado propõe ação contra a Polícia Federal por abuso de autoridade. Diário Popular, Curitiba, 28 mar. 1978.

Polícia Federal já está concluindo o interrogatório dos 11 indiciados. Diário Popular, Curitiba, 26 mar. 1978.

Professor vai à Dops e desaparece. Diário Popular, Curitiba, 31 jan. 1978, p. 01.

Voto a Ozias Algauer. Diário Popular, Curitiba, 29 jun. 1972, p. 3.

Professor torturado. Diário Popular, Curitiba, 2 fev. 1978, 2º Caderno, p. 08.

Tribuna do Paraná

A Comissão de Justiça e Paz repudia o CCC. Tribuna do Paraná, Curitiba, 4 dez. 1978.

Álvaro Dias também ameaçado pelo CCC. Tribuna do Paraná, Curitiba, 7 dez. 1978.

Em igrejas, lida a Carta Aberta da CJP. Tribuna do Paraná, Curitiba, 20 mar. 1978.

Polícia Federal já soltou 5. Tribuna do Paraná, Curitiba, 25 mar. 1978, p.3.

Cúria faz crítica a Alcindo. Tribuna do Paraná, Curitiba, 8 jun. 1978.

Alcindo retifica posição. Tribuna do Paraná, Curitiba, 3 abr. 1978.

Gazeta do Povo

Polícia enlutada com a morte de Ozias Algauer. Gazeta do Povo, Curitiba, 11 abr. 1980, p. 11.

Samuel Correa diz que Polícia Federal deve ter suas razões. Gazeta do Povo, Curitiba, 20 mar. 1978, p. 16.

Cai o “silêncio” com o atestado ideológico. Gazeta do Povo, Curitiba, 4 ago. 1978.

Polícia Federal libera mais dois presos. Gazeta do Povo, Curitiba, 26 mar. 1978, p. 5.

Folha de Londrina

Lider estudantil foi sequestrado na capital. Folha de Londrina, Londrina, 21 out. 1977.

Foram elementos estranhos que sequestraram o professor. Folha de Londrina, Londrina, 3 fev. 1978.

Diretoria de escola contesta acusações. Folha de Londrina, Londrina, 23 mar. 1978, p. 4.

Jornalistas e advogado libertados confirmam a ilegalidade da prisão. Folha de Londrina, Londrina, 28 mar. 1978, p. 5.

36 instituições manifestam-se. Folha de Londrina. Londrina, 21 mar. 1978.

Comissão de Justiça e Paz toma medidas. Folha de Londrina, Londrina, 21 mar. 1978.

Interrogada sobre educação sexual. Folha de Londrina, Londrina, 26 mar. 1978.

Objetivo é tumultuar. Folha de Londrina, Londrina, 21 mar. 1978.

Correio de Notícias

Processo contra a Polícia. Correio de Notícias, Curitiba, 28 mar. 1978.

Certeza: prisões terminaram. Correio de Notícias, Curitiba, 21 mar.1978.

Só averiguações. Correio de Notícias, Curitiba, 3 fev. 1978.

Negado voto de pesar a Algauer. Correio de Notícias. Curitiba, 12 abr. 1980, p. 7.

Jornal do Estado do Paraná

Edésio pede que OAB examine as detenções. Jornal do Estado do Paraná, Curitiba, 4 abr. 1978.

Jornal do Brasil

Jornalista sequestrada acusa CCC. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 26 mar. 1978, p. 9.

Carta da Comissão de Justiça e Paz. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 20 mar. 1978, Primeiro Caderno, p. 16.

Exército muda 69 comandos desde a saída de Frota, mas critérios são normais. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 5 fev. 1978, p. 2.

PM para Curitiba por passeata. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 12 maio 1977.

Professor é libertado em Curitiba e denuncia tortura. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 2 fev. 1978.

Coronel punido afirma que é hora de militares falarem. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 11 mar. 1978, p. 4-5.

Polícia prende 10 intelectuais no Paraná. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 19 mar. 1978.

OAB pode acionar DPF do Paraná por abuso de poder. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 28 mar. 1978, Primeiro Caderno, p. 18.

Nota da Comissão de Justiça e Paz. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 19 mar. 1978.

Coluna do Castello. Do risco de se ouvir coronéis. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 20 mar. 1978, Primeiro Caderno, p. 2.

Bonifácio justifica prisões no Paraná e nega sequestro. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 21 mar. 1978, Primeiro Caderno, p. 5.

Anistia manda telex a jornais e a Carter. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 24 mar. 1978, Primeiro Caderno, p. 7.

Extrema direita assume em Minas a culpa da violência. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 1 out. 1978, p. 18.

Coronel desmente general. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 8 jun. 1978.

OAB pode acionar DPF do Paraná por abuso de poder. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 28 mar. 1978.

Advogado pede intervenção da OAB. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 4 ab. 1978.

Faculdade de sociologia de Curitiba ameaça dispensar professora que esteve presa. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 6 abr. 1978

Folha de São Paulo

“Eu comandaria um sequestro”. Diz secretário. Folha de São Paulo, São Paulo, 21 mar. 1978.

Advogado promete ação contra a PF. Folha de São Paulo, São Paulo, 28 mar. 1978.

Fim de acordo não foi retaliação, diz Geisel. Folha de São Paulo, São Paulo, 14 maio 1995.

Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/5/14/brasil/26.html>. Acesso em: 16 dez. 2021.

PF instala inquérito. Folha de São Paulo, São Paulo, 21 mar. 1978, p. 8.

“Anistia fará relatório das prisões”, diz secretário. Folha de São Paulo, São Paulo: 21 mar. 1978, Primeiro Caderno, p. 8.

“Não há clima”, diz Magalhaes. Folha de São Paulo, São Paulo, 23 mar. 1978.

Justiça e Paz exige libertação. Folha de São Paulo, São Paulo, 20 mar. 1978.

Para policiais, “escolas só escondiam subversão”. Folha de São Paulo, São Paulo, 25 mar. 1978, Primeiro Caderno, p.5.

“PF instaura inquérito”. Folha de São Paulo, São Paulo, 21 mar. 1978.

Polícia Federal prende pelo menos 13 no Paraná. Folha de São Paulo, São Paulo: 19 mar. 1978.

O Globo

O dia em que a DOPS invadiu e fechou uma creche. O Globo, Rio de Janeiro, 2 ago. 2009, O País, p. 15.

General anuncia libertação de estudantes presos em Curitiba. O Globo, Rio de Janeiro, 12 maio 1977.

Para o MDB, prisões impedem o diálogo. O Globo, Rio de Janeiro, 23 mar. 1978, p. 2.

Faoro: Lei garante a comunicabilidade. O Globo, Rio de Janeiro, 23 mar. 1978.

Advogado do Paraná pede à OAB que processe Polícia Federal. O Globo, Rio de Janeiro, 4 abr. 1978.

O Estado de São Paulo

Estudante sequestrado. O Estado de São Paulo, São Paulo, 20 out. 1977.

Por que não? O Estado de S. Paulo, São Paulo, 5 out. 1978, O País, p. 6.

“Assim vivem os nossos superfuncionários”. O Estado de S. Paulo, São Paulo, 1 jan. 1976, p. 3.

Aguarda-se ação de Geisel. São Paulo, 04 nov. 1975, p. 3.

Falcão quer solução rápida para prisões. São Paulo, 21 mar. 1978, p. 18.

MDB protesta e aponta obstáculo a abertura política. São Paulo, 21 mar. 1978, p. 18.

Novas prisões, em Curitiba e São Carlos. O Estado de São Paulo, São Paulo, 11 maio 1977.

Falcão quer solução rápida para prisões. O Estado de S. Paulo, São Paulo, 21 mar. 1978, p. 18.

Documento aponta 97 funcionários acusados de subversão. O Estado de S. Paulo, São Paulo: 24 nov. 1977, p. 22-23.

Reforma política virá por etapas. O Estado de S. Paulo, São Paulo, 29 mar. 1978, p.2.

Falcão: prisões são legais. O Estado de S. Paulo, São Paulo, 22 mar. 1978.

Para Rezende, não há clima de tensão. O Estado de S. Paulo, São Paulo, 23 mar. 1978, p. 14.

O sequestro não foi político, diz delegado. O Estado de S. Paulo, São Paulo, 21 abr. 1978.

Secretário diz que o Exército ordenou o sequestro no Paraná. O Estado de S. Paulo, São Paulo, 7 jun. 1978.

Diário Oficial do Estado do Paraná

PARANÁ. Diário Oficial do Estado do Paraná (nº 1.594). Curitiba, 20 mar. 1937.

PARANÁ. Diário Oficial do Estado do Paraná, Curitiba, 4 dez. 1962.

PARANÁ. Diário Oficial do Estado do Paraná. Curitiba, 28 abr. 1978.

REVISTAS

VEJA. *IPM em Curitiba.* São Paulo, 12 abr. 1978. Edição 501, p. 34-35.

VEJA. *Novos ataques: os grupos anticomunistas voltam a agir.* São Paulo, 2 ago. 1978, p. 34.

VEJA. *Seja bonzinho.* São Paulo, 26 out. 1977.

ISTO É. *Os votos do CCC: um péssimo Natal.* São Paulo, 20 dez. 1978.

REVISTA IHU (Instituto Humanitas) on-line. *Silêncio eloquente.* Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/169-noticias-2015/548279-silencio-eloquente>. Acesso em: 9 jun. 2022.

RIBEIRO JR, Amaury; VIOLA, Eugênio; ARIA, Tales. *“Traição e extermínio”*, Isto É, São Paulo, 31/03/2004. Disponível em: https://istoe.com.br/27963_TRAICAO+E+EXTERMINIO/. Acesso em: 18 fev.2021.

DOCUMENTOS OFICIAIS

BRASIL. Ministério da Justiça. Departamento de Polícia Federal. Superintendência Regional do Paraná. Inquérito nº 38/78. Curitiba, 17 mar. 1978.

BRASIL. Ato Institucional nº 1, de 9 abr. 1964. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-01-64.htm#art11. Acesso em: 25 out. 2021.

PARANÁ. Mensagem apresentada pelo Exmo. Snr. Governador Manoel Ribas à Assembleia Legislativa do Estado, ao instalar-se a 3ª sessão ordinária da 1ª legislatura, em 1º de setembro de 1937. Curitiba: Empresa Gráfica Paranaense, 1937, p. 26.

PARANÁ. Lei nº 4.615, publicada no Diário Oficial do Estado do Paraná em 9 jul. 1962.

DECRETOS

PARANÁ. Decreto Estadual nº 4.884, de 24 abr. 1978, dispõe sobre o regulamento e a estrutura da Polícia Civil do estado do Paraná.

PARANÁ. Decreto Estadual nº 2.311, de 23 dez. 1983, dispõe sobre item 4.2. do art. 3º do Regulamento da Polícia Civil do Estado, aprovado pelo Decreto nº 4.884, de 24 abr. 1978.

PARANÁ. Decreto Estadual nº 8.557, de 11 jul. 1991, dispõe sobre a transferência do acervo arquivístico da Subdivisão de Informações da Polícia Civil para o Departamento de Arquivo Público do Paraná (DEAP-PR).

ARQUIVOS

Documentos do Acervo DOPS-DEAP-PR

DEAP. Acervo DOPS-PR. DOPS Inquéritos. Pasta: 94. Caixa: 800A.

DEAP. Acervo DOPS-PR. Pasta DOPS - Jardim de Infância Pequeno Príncipe (1965, 1967). Caixa nº 141. Pasta nº 1182.

DEAP. Acervo DOPS. Pasta individual de Ozias Algauer. Recorte de jornal. Coração matou o delegado Algauer. Pasta: Dr. Ozias Algauer: nº3015.

DEAP. Acervo DOPS-PR. Comando de Caça aos Comunistas – CCC. Pasta: 246. Caixa: 26, p. 107.

DEAP. Acervo DOPS-PR. Comando de Caça aos Comunistas (CCC). Pasta nº 247. Caixa nº 26, p. 206-207.

DEAP. Acervo DOPS-PR. Comissão de Justiça e Paz. Pasta: 257. Caixa: 27.

DEAP. Acervo DOPS-PR. Bernadete Zanetti Sá Brito. Nº 05.945. Nº Filme: 2262/01.

DEAP. Acervo DOPS-PR. Referência: Série Dossiês: Pasta nº 50-Z-O-15381.

DEAP. Acervo DOPS-PR. DPF-1977. Pasta: 690ª. Caixa: 79, fls. 30-49.

DEAP. Acervo DOPS-PR. DPF-1977. Pasta: 190A. Caixa: 79, fls. 30-37.

DEAP. Acervo DOPS-PR. Carlos Augusto Soares de Oliveira. Pasta nominal Nº 00608.

DEAP. Acervo DOPS-PR. Carlos Augusto Soares de Oliveira. Ficha individual Nº: 29.099. Filme nº 2273/01.

DEAP. Acervo DOPS. Juracilda Veiga. Ficha nº 45.405. Filme nº 2276/01.

DEAP. Acervo DOPS. Pasta: Juracilda Veiga. Nº2266. Período: 1978,1980.

DEAP. Acervo DOPS-PR. Inquéritos 1978. Pasta nº 803. Caixa nº 96.

DEAP. Arquivo Público do Paraná. Acervo DOPS. DOI – Departamento de Operações Internas. Pasta: 1329. Caixa: 155.

DEAP. Acervo DOPS-PR. Pasta: DOI (Destacamento de Operações e Informações). Caixa nº 155. Pasta nº 1329.

DEAP. Acervo DOPS-PR. Pata DOPS: Ofícios expedidos (1980,01981, 1983). Pasta nº 809. Caixa nº 97.

DEAP. Acervo DOPS. Jornal Movimento. Pasta nº: 1.243. Caixa nº: 146, p. 63.

DEAP. Acervo DOPS-PR. DOPS Inquéritos. Pasta: 94. Caixa: 800A.

DEAP. Acervo DOPS-PR. Pasta: Dr. Ozias Algauer. nº3015.

Documentos consultados no Arquivo Nacional:

Arquivo Nacional. Fundo: SNI. Dossiê Atividades do PCB no Paraná. Operação Marumbi. Identificação: BR DFANBSB V8 BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.75088865. Disponível em:

https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1828082&v_aba=1. Acesso em: 27 set. 2022.

Arquivo Nacional. Fundo: Divisão de Inteligência do Departamento de Polícia Federal. Identificação: BR DFANBSB ZD. Disponível em:

http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_zd/br_dfanbsb_zd_0/br_dfanbsb_zd_0_0/br_dfanbsb_zd_0_0_0034a/br_dfanbsb_zd_0_0_0034a_0006/br_dfanbsb_zd_0_0_0034a_0006_d0001de0001.pdf. Acesso em: 25 maio 2022.

Arquivo Nacional. Dossiê. Paulo Antônio de Oliveira Gomes. Identificação: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.NNN.81001578. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/nnn/81001578/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_nnn_81001578_d0001de0001.pdf. Acesso em: 24 ago. 2021.

Arquivo Nacional. Fundo: Serviço Nacional de Informações – Identificação: BR_DFANBSB_V8_MIC_PTR_AVP_1827_d0001de0001.pdf. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/ptr/avp/1827/br_dfanbsb_v8_mic_ptr_avp_1827_d0001de0001.pdf. Acesso em: 3 mar. 2021.

Arquivo Nacional. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Identificação: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_NNN_81001634_d0002de0002.pdf. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/nnn/81001634/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_nnn_81001634_d0002de0002.pdf. Acesso em: 3 mar. 2021.

Arquivo Nacional. Dossiê. IN Funcionamento do SISNI I nº 6.1. Identificação: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.NNN.81001578. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/nnn/81001675/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_nnn_81001675_d0001de0001.pdf. Acesso em: 24 fev. 2002.

Arquivo Nacional. Dossiê. Processo GAB nº 100.513. Identificação: BR RJANRIO TT.0.MCP, PRO.1381. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_rjanrio_tt/0/mcp/pro/1381/br_rjanrio_tt_0_mcp_pro_1381_d0001de0001.pdf. Acesso em: 24 fev. 2021.

Arquivo Nacional. Processo GAB nº 100.656. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_RJANRIO_TT/0/JUS/PRO/0626/BR_RJANRIO_TT_0_JUS_PRO_0626_d0001de0001.pdf. Acesso em: 2 fev. 2022.

Arquivo Nacional. Dossiê. Processo GAB nº 100.813. Identificação: BR. AN.RIO.TT.O.MCP.PRO. 1050. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_rjanrio_tt/0/mcp/pro/1050/br_rjanrio_tt_0_mcp_pro_1050_d0001de0001.pdf. Acesso em: 14 out. 2021.

Arquivo Nacional. Infiltração comunista na educação, AED-OFICINA. Identificação: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.78111001. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/aaa/78111001/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_78111001_d0002de0003.pdf. Acesso em: 15 dez. 2002.

Arquivo Nacional. Dossiê. IN Funcionamento do SISNI I nº 6.1. Identificação: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.NNN.81001495. Disponível em:

http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/nnn/81001495/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_nnn_81001495_d0001de0001.pdf. Acesso em: 20 fev. 2021.

Arquivo Nacional. Dossiê. IN Funcionamento do SISNI I nº 6.1. Identificação: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.NNN.81001675. Disponível em:

http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/nnn/81001675/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_nnn_81001675_d0001de0001.pdf. Acesso em: 24 fev. 2002.

Arquivo Nacional. Arquivo Brasil Nunca Mais, Pasta 066.988-999. Pasta: Ajudancia 1974. Disponível em:

http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_rjanrio_cnv/0/ere/00092001812201313/br_rjanrio_cnv_0_ere_00092_001812_2013_13.pdf. Acesso em 20 fev. 2021.

Arquivo Nacional. Dossiê: Estrada de Ferro Central do Paraná - CR Almeida S A. Identificação: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.NNN.82002212. Disponível em:

http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_DFANBSB_V8/MIC/GNC/NNN/82002212/BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_NNN_82002212_d0001de0001.pdf. Acesso em: 9 nov. 2022.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ - ALEP. Anais da Assembleia. Curitiba, 11 abr. 1980, p. 10.

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Departamento de Polícia Federal. Superintendência Regional do Paraná. Inquérito nº. 38/78. Curitiba, 17 mar. 1978.

INSTITUTO EDÉSIO PASSOS. Curitiba. Paraná. Dossiê AED-Escola Oficina.

INSTITUTO EDÉSIO PASSOS. Curitiba. Paraná. Dossiê Walmor Marcelino.

ARQUIDIOCESE DE CURITIBA. Cúria Diocesana. Sequestros e prisões. Livro de Atas, 1978.

BOCHI, Bernardino. Relatório: Operação Pequeno Príncipe. DPF/PR, 1978. Arquivo particular do autor.

ENTREVISTAS

SOCIEDADE DE DIREITOS HUMANOS PARA A PAZ – DHPAZ. Projeto Depoimentos para a história: a resistência à ditadura militar no Paraná. Entrevistado: Rene Ariel Dotti. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=WfaM79GY054>. Acesso em: 23 mar. 2015.

SOCIEDADE DE DIREITOS HUMANOS PARA A PAZ – DHPAZ. Projeto Depoimentos para a história: a resistência à ditadura militar no Paraná. Entrevistado: José Maria de Paula Correia. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=0nF5fLaBIXo>. Acesso em: 23 mar. 2015.

SOCIEDADE DE DIREITOS HUMANOS PARA A PAZ – DHPAZ. Projeto Depoimentos para a história: a resistência à ditadura militar no Paraná. Entrevistado: Cícero Cattani. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=COwuq636M78>. Acesso em: 30 maio 2021.

SOCIEDADE DE DIREITOS HUMANOS PARA A PAZ – DHPAZ. Projeto Depoimentos para a história: a resistência à ditadura militar no Paraná. Entrevistado: Ivo Pugnali. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=PZdtGH8NvPQ>. Acesso em: 17 ago. 2021.

SOCIEDADE DE DIREITOS HUMANOS PARA A PAZ – DHPAZ. Projeto Depoimentos para a história: a resistência à ditadura militar no Paraná. Entrevistado: Paulo Sá Brito. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=L1NAzV-9j9Q>. Data de acesso: 23 mar. 2015.

MONTEIRO, Roberto das Chagas. Curitiba (PR), 31 out. 2005. Entrevista concedida a José dos Santos de Abreu.

OLIVEIRA, Carlos Augusto Soares de. Curitiba (PR), 18 maio 2018. Entrevista concedida a José dos Santos de Abreu.

COMANDANTE DOI-CODI-5ª RM. Curitiba (PR), 16 maio 2014. Entrevista (sob anonimato) concedida a José dos Santos de Abreu.

VEIGA, Juracilda. Itanhaém (SP), 15 dez. 2013. Entrevista concedida a José dos Santos de Abreu.

OLIVEIRA, Narciso Pires de. Curitiba (PR), 1 abr. 2022. Entrevista concedida a José dos Santos de Abreu.

8 ANEXOS

8.1 Anexo A – Entrevista de Narciso Pires

1. Fale sobre as cartas enviadas aos presos políticos por grupos da Anistia Internacional de diversas partes do mundo.

R: Durante o regime militar brasileiro a perseguição política aos opositores era normal e corriqueira. Prisões, torturas, assassinatos e desaparecimentos políticos foram instrumentos usados pelos militares no poder para reprimir e intimidar a oposição política no país, em especial a esquerda. A Anistia Internacional, com sede no Reino Unido, mas com presença em dezenas de países no mundo inteiro cumpriu um importante papel no levantamento das violações de direitos humanos pela ditadura no Brasil e por denunciar as violações. Além das denúncias de violação, ela também procurava apoiar os presos e perseguidos políticos dos regimes tirânicos. Cada preso político ou seu familiar solicitava o seu apoio e ela, após avaliação, formava-se um grupo de apadrinhamento do perseguido. Esse grupo era formado em qualquer país onde ela tinha presença, com exceção do país originário do pedido. Esse apoio podia ser de denúncias de violação, financeiro ou através de correspondências de solidariedade. As cartas de solidariedade eram muito importantes, pois davam ao perseguido político a sensação de apoio e, principalmente, de que não estava só, isolado, mas sob a proteção internacional.

2. Como funcionava o apadrinhamento dos presos políticos? Quem foi apadrinhado? Em que consistia esse apadrinhamento? Como era o relacionamento com os padrinhos? Como isso ajudava vocês?

R: De posse do nome do perseguido e de suas condições familiares, políticas e de prisão, formava-se um grupo em alguma cidade com a presença de pessoas filiadas à Anistia Internacional (seus militantes). Pessoas comuns, como estudantes, professores, trabalhadores, pastores, padres, freiras, donas de casa, empresários, envolvidos com a causa de direitos humanos. O grupo formado fazia contato por carta com o familiar do perseguido, oferecendo apoio financeiro, resultado de campanhas realizadas em suas localidades, quando necessário, além de apoio moral através de correspondências de solidariedade. A relação com os padrinhos, normalmente era feita por um familiar, que por sua vez mandava informações sobre as condições da perseguição e do cárcere do perseguido político. Essa ajuda era importante do ponto de vista do moral do apadrinhado, bem como, era importante para veicular as denúncias de violação como tortura e condições carcerárias.

3. Escreva sobre: seus padrinhos, a foto deles e a perda das cartas enviadas, e sobre a tal "longa história".

R: Quando sequestrado, torturado e preso político na Operação Marumbi de desmonte do PCB do Paraná em 1975, fui apadrinhado pela Anistia Internacional, com um grupo formado numa pequena cidade alemã chamada Lauda. Era um grupo de estudantes, pastores, donas de casa e trabalhadores. Eles ofereceram apoio financeiro, que agradei, mas recusei, pedindo que destinassem os recursos para alguém mais necessitado. Continuei recebendo, no entanto, diversas cartas de apoio e solidariedade. A barreira da língua era muito grande na época, mas eles faziam um enorme esforço para garantir a comunicação. Quem fazia o contato com eles em meu nome era a minha esposa na época. Recebi numa das cartas uma foto de todo o grupo reunido.

4. Faça um panorama sobre a retomada da mobilização popular em Curitiba no final da década de 1970 e sobre cada um dos atores envolvidos, tais como o CBA, Movimento Feminino pela Anistia, movimento estudantil, MDB, PCB, e todos os outros que puder lembrar.

R: Em nenhum momento da ditadura o movimento político deixou de atuar contra. Entre 1970 e 1977, o principal espaço de atuação era o MDB. Se em sua fundação ele foi chamado de “partido do sim”, com uma oposição que legitimava o regime e que se contrapunha ao partido do “sim senhor” (ARENA), que era o instrumento político eleitoral de apoio ao regime, já em 1974 a oposição política se aglutinava em suas fileiras, resultando naquele ano em uma grande vitória eleitoral. A vitória foi tão grande que o regime militar se obrigou a uma caça às bruxas, cassando inúmeros parlamentares do MDB e mudando as regras eleitorais com o Pacote de Abril de 1977, criando a figura do “senador biônico” para garantir a maioria naquela casa, ameaçada por nova derrota eleitoral em 1978. Já em 1975 se articulava a luta pela anistia com a criação nacional do Movimento Feminino pela Anistia, impulsionada pela reorganização do PCB, que atuava dentro do MDB. A Dra. Terezinha Zerbini, criadora nacional do movimento e sediada em São Paulo, em 1975, fez uma importante incursão pelo Paraná, contatando militantes do partido, que também se reestruturava no estado. Eu morava então em Apucarana, Norte do Paraná e integrava uma célula do PCB, atuando dentro do Diretório local do MDB, quando recebi a visita da Dra. Terezinha Zerbini com esse propósito em agosto de 1975. Como fui preso em outubro daquele ano, ficando atrás das grades por dois anos, isto é, até 1977, não pude acompanhar mais a sua movimentação. Em 1977, no entanto, ela articulava em Curitiba o Movimento Feminino Pela Anistia, tendo a professora Neide de Azevedo Lima à sua frente. Também tinha importante atuação pela redemocratização do país a Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Curitiba, tendo como seu presidente o advogado Wagner D’Angelis. O

movimento estudantil ganhou as ruas da capital paranaense em 1977, com passeatas e detenções, como as de Ivo Pugnalone, Claudio Fajardo (falecido) e outros estudantes. O Movimento Estudantil tinha nessa época o seu epicentro no DARP – Diretório Acadêmico Rocha Pombo, da UFPR, e o DASCISA (Diretório Acadêmico do Setor das Ciências da Saúde da UFPR) - antigo e novo DANC- Diretório Acadêmico Nilo Cairo. Em 1978 nascia, a partir do DARP, o Movimento Curitibano pela Anistia, mudando a sua sede para o DASCISA (DANC) no mesmo ano. É importante destacar que o DARP estava ocupado por um grupo de estudantes de esquerda formado por Maurício Requião, Cláudio Fajardo e outros, bem como o DASCISA, presidido pelo Tohoru Watari com a participação do Victor Moreschi e outros. Fui eleito o Coordenador Geral do Movimento Curitibano pela Anistia. No início de 1979 esse movimento organizou o Congresso pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita, na Igreja de Guadalupe, momento em que foi fundado o Comitê Brasileiro pela Anistia, de Curitiba (CBA-CURITIBA), elegendo a sua primeira diretoria, tendo o meu nome como Presidente, como Vice o Cláudio Fajardo, Secretário, o Otávio Barbosa (falecido) e Tesoureiro, Moacyr Reis Ferraz (falecido). Este último, como eu, ex-presos políticos da Operação Marumbi de 1975. Também em 1978 começava o movimento pela organização de Associações de Moradores, principalmente nas favelas de Curitiba. Toda essa articulação política passava pelo DARP, DASCISA, escritório de advocacia trabalhista do Edésio Passos (falecido), Wilson Teixeira (falecido), Cláudio Ribeiro, Geraldo Vaz, Luiz Salvador (falecido) e outros advogados independentes, como Roberto Requião. Já a partir de 1978 o movimento social ganhava as ruas, além de apoiar as greves de trabalhadores, como dos professores, da construção civil, dos enfermeiros, metalúrgicos de São Paulo etc. Também nesse período, destacaram-se as organizações de esquerda, ligadas ao Movimento de Emancipação do Proletariado (MEP), PCB (estudantes de Arquitetura e Medicina), PC do B, Liberdade e Luta (LIBELU). Toda essa energia dos movimentos sociais em ascensão vai desembocar de um lado em manifestações públicas e de outro nas eleições gerais de 1982, com a monumental derrota da ditadura em todo o Paraná. Também em 1984 será crucial para a histórica campanha das Diretas Já, cujo início aconteceu em Curitiba, no mês de janeiro daquele ano, unificando todas as forças políticas e sociais em sua mobilização.

É importante destacar que nesse período de transição, com a vigência da ditadura, a repressão ainda que reduzida, se manifestou em detenções em 1978, 1979, 1980, 1981 e 1982. Após esse período ninguém mais foi detido por motivação política. Ainda assim, em 1980, após mesmo após a promulgação da Lei de Anistia, de 1979, Juvêncio Mazzarollo, jornalista de Foz do

Iguaçu, foi preso, julgado e condenado pela LSN – Lei de Segurança Nacional, na Auditoria Militar de Curitiba e cumpriu pena pela condenação.

5. Escreva sobre o DOI-CODI-5ª RM – Operação Radar (nacional) – Operação Marumbi (Paraná) – lembrando que esse organismo foi criado para realizar essa operação.

R: A Operação Radar foi assim denominada pela repressão comandada pelos DOI-CODI para desmontar o PCB – Partido Comunista Brasileiro. No Paraná recebeu o nome de Operação Marumbi, e em Santa Catarina, de Operação Barriga Verde. No Paraná ela teve início em 12 de setembro de 1975, com prisões em Paranaguá, Londrina, Mandaguari, Curitiba, Ponta Grossa, Guarapuava, Londrina, Maringá, Araongas, Apucarana, Rolândia, Cianorte e Paranavaí. Foram presos ao todo cerca de 105 pessoas, mas foram indiciadas 65 processualmente e 17 foram condenadas.

As prisões da Operação Marumbi tiveram início em 12 de setembro de 1975. Eu fui o último a ser preso, em 16 de outubro de 1975. Inicialmente consegui fugir, avisado da prisão de um companheiro em Apucarana, cidade onde eu residia. Já experiente em processos de fuga, devido às prisões de 1970, sabia para onde ir e conseguia me manter em contato sobre o desenrolar da repressão. Ocorre que meu irmão, Lauro Narciso Pires de Oliveira, um ano mais velho que eu, acabou sendo preso, torturado e libertado com um recado para mim: “Se ele, o Narciso, não se entregar seus outros irmãos e seus pais serão presos e torturados”. Diante da ameaça e já tendo acontecido a prisão do meu irmão, sem que este tivesse qualquer envolvimento político, sabia que a ameaça não era um blefe e sim uma possibilidade muito concreta. Assim, entreguei-me para salvá-los, em 16 de outubro de 1975. Fui até o escritório do Advogado Dr. Michel Soni, que também era o presidente do diretório do MDB de Apucarana, diretório que eu também compunha, e de lá contatamos a repressão que foi me buscar. Na verdade, fui sequestrado com capuz na cabeça e levado para o Quartel do Exército de Apucarana, comandado pelo capitão torturador Isnard de Moura Romariz, hoje reformado como Coronel.

Logo que cheguei ao Quartel, fui colocado numa cela que reconheci imediatamente, pois tinha ficado preso lá em 1970. A prisão ocorreu por volta de 16 horas, do dia 16 de outubro de 1975, e logo que anoiteceu começaram o interrogatório e as torturas. O capitão resolveu fazer uma demonstração aos seus comandados (cerca de dez agentes) de como se fazia um interrogatório. Como amanhecia o dia e eu nada falava, apesar da violência, o capitão começou a me espancar e falar: “Então, filho da puta, você não participou das reuniões com fulano, beltrano e não imprimiu o jornal Voz Operária, em Guarapuava, com Vlademir Salomão do Amarantes? Na verdade, o capitão já sabia do meu envolvimento e das pessoas com quem possuía

relacionamento político, pois presos antes de mim já tinham contado tudo. Mesmo assim fiquei calado e já na manhã desse dia seguinte fui transferido para Curitiba com os olhos vendados. Apesar de dolorosa, a experiência no Quartel do Exército de Apucarana foi importante porque fiquei a par de tudo que sabiam sobre mim. Assim, quando cheguei em Curitiba e fui levado para um local clandestino de tortura, e os interrogatórios foram retomados por outros agentes, repeti tudo o que o capitão Romariz tinha me falado, sem acrescentar absolutamente nada mais. Ainda assim, acabei sendo torturado por um fato absolutamente imprevisto. Paulo Filisbino da Silva, um estudante de 16 a 17 anos, que frequentava o escritório de minha empresa e um dos que eu orientava politicamente, tinha escrito um texto convocando os estudantes, operários e camponeses a decepar a cabeça do ditador Ernesto Geisel. Era um texto infantil que eu tinha criticado como absolutamente inadequado e irreal para aquele momento. Só que ele deixou esse texto no meu escritório, no meio de um livro, e eu não sabia. Já muito experiente com segurança, nunca deixei qualquer rastro que pudesse me incriminar. No entanto, a repressão localizou o texto panfletário do jovem Paulo Filisbino. Fui surpreendido com aquele texto pelo interrogador do DOI-CODI-5ª RM. Obviamente assumi o texto, mal escrito e infantil como se fosse meu. O interrogador que não era ingênuo me disse que aquele texto não era meu, que eu era um intelectual e que não escreveria tão mal. Insisti que era meu e comi o pão que o diabo amassou, afirmando que eu tinha escrito como um simples exercício. Foram dias de interrogatório e o interrogador já cansado disse-me a seguinte frase: “Vou fazer de conta que acredito, vou fazer de conta...” E terminou ali o meu interrogatório sobre o maldito texto do Paulo. Na verdade, se eu tivesse sido preso no início do Inquérito, o preço a pagar pelo meu silêncio seria claramente outro. Ainda durante o interrogatório sobre a impressão da Voz Operária em Guarapuava, o preso Vladimir Salomão do Amarantes, tinha confessado, sob violentas torturas, que nossas esposas tinham participado da impressão do jornal. Quando fui perguntado, afirmei que tinha sido somente nós dois. Fomos levados para acareação e rapidamente tomei à frente, dizendo que não entendia por que Vladimir tinha mentido, envolvendo nossas esposas. Vladimir quando foi falar começou a gaguejar, e o interrogador se convenceu que quem estava mentindo era ele, e passou a tortura-lo. Na verdade, ele falava a verdade e eu é que mentia. Foi importante, porque assim consegui livrar nossas esposas da prisão e tortura. Terminou ali meu interrogatório. Hoje, tenho orgulho de dizer que fui o último preso da Operação Marumbi, o que significa que ninguém foi preso por minha causa e posso dizer que salvei algumas pessoas, como minha esposa, a esposa de Vladimir, o Paulo Felisbino e também uma base em Mandaguari do PCB que eu tinha montado com o ex-companheiro Valdecir Feltrim, que era funcionário do Banco do Brasil daquela cidade. Não condeno nenhum companheiro que sob

tortura não resistiu. Sei que quem me entregou foi o companheiro Newton Cândido e jamais o critiquei por isso, continuando seu amigo até a sua morte. Ainda presos na DOPS-PR, ele me pediu perdão e eu respondi que não havia nada a perdoar. Ele foi preso com sua esposa, os dois filhos e o cunhado. Foram todos barbaramente torturados, ele inclusive na Cadeira do dragão, nu, e diante dele, sua esposa, também nua, era violentada pelos monstros do DOI-CODI de São Paulo. Ele não foi o culpado, mas sim a monstruosa violência do Regime Militar. Eu fui torturado, mas nem de longe sofri o suplício dos que me antecederam. Jamais fui arrogante e confesso que se submetido a igual suplício não sei se resistiria. Fui preso no momento em que a repressão tinha pressa de fechar o inquérito, as equipes de interrogatórios estavam exaustas, e tudo que queriam era encerrar o inquérito que se arrastava há quase 40 dias. Os interrogatórios ocorriam dia e noite. Sim, os torturadores estavam esgotados, após interrogar diuturnamente cerca de 105 pessoas

6- Sobre alguns militares da 5ª RM:

a) Major Zuiderzee Nascimento Lins (Comandante do DOI-CODI)

R- O major foi reconhecido pelos presos de Apucarana por ele ter sido comandante do Batalhão do Exército naquela cidade.

b) Tenente-coronel Waldyr Coelho (Chefe da 2ª Seção). Foi comandante da OBAN e primeiro comandante do DOI-CODI do II Exército, em São Paulo, e identificado por comandar o DOI e por assinar os documentos que saíam de lá.

7- Equipe de São Paulo que atuou na Operação Marumbi: Cel. Ustra e Paulo Malhães (que naquele momento estavam no CIE).

R: A Operação Marumbi começou com a presença de uma equipe do DOI-CODI de São Paulo. Quem compunha não sabemos, porém eu não a conheci, pois quando fui preso ela já tinha retornado a São Paulo, ficando responsáveis pelos interrogatórios somente as equipes do DOI de Curitiba.

8- Sobre a Noite de São Bartolomeu, citado por Ildeu Manso Vieira em seu livro.

R: Não estava presente porque foi antes eu ser preso. Parece que um dos presos devido a violência das torturas inventou uma suposta reunião, nominando inclusive os participantes. Tal reunião nunca existiu e quando os demais presos foram interrogados todos negaram, obviamente. Assim todos foram levados à acareação, e até ficar claro que foi uma invenção de um dos presos, todos foram torturados barbaramente durante toda a noite.

9- Sobre Teodoro Ghercov (PCB-SC).

R: Não conheci o Teodoro Ghercov e sei somente que ele foi preso na sequência da Operação Marumbi, na chamada Operação Barriga Verde, de desmonte do PCB de Santa Catarina. Sei

que algum tempo depois de libertado ele suicidou-se. As razões que o levaram a esse ato extremo são obscuras e nunca tive informações mais detalhadas à respeito.

8.2 Anexo B – Relatório da PF-PR - Operação Pequeno Príncipe

Senhor Superintendente

Pela complexidade e riqueza de detalhes julgamos útil codificar a experiência vivida por essa SR na operação “Pequeno Príncipe”, cobrindo desde a investigação até a liberação de todos os presos. A exposição baseia-se no planejamento inicial e nas alterações impostas pelas circunstâncias e outras decorrentes de observações de sugestões e das reuniões havidas no decorrer da execução.

Não pretendemos um modelo, apenas registrar uma experiência acontecida num espaço e tempo determinados.

Para melhor visualizar as ações empreendidas, a exposição está ordenada em itens, intimamente ligados e interdependentes, correspondendo às etapas da operação.

Algumas ações foram executadas por outros órgãos de segurança da área, razão pela qual não nos aprofundamos na análise.

A exposição obedecerá a seguinte sequência:

- 1 – Investigação
- 2 – Decisão
- 3 – Planejamento
 - 3.1. Estabelecimento das linhas gerais
 - 3.2. Planejamento Operacional
 - 1 – Inquérito
 - 2 – Prisões e Buscas
 - 3 – Recebimento de Presos e Material Apreendido
 - 4 – Interrogatórios Preliminares
 - 5 – Público Externo
 - 6 – Administração
- 4 – Considerações Gerais

Curitiba/PR, 27 de abril de 1978

Bel. Bernardino Bochi

Matr. Nº 2.096.009

Coordenador Regional Policial SR/PR

(carimbo)

OPERAÇÃO “PEQUENO PRÍNCIPE”

1 – INVESTIGAÇÃO

As investigações foram conduzidas pelo DOI do Paraná.

Foram amplas, com utilização das mais variadas técnicas, de coleta e operações especiais.

Tem repercutido negativamente no trabalho as diversas protelações havidas para desencadeamento da operação de prisão.

Nesta fase foram montados os prontuários das pessoas investigadas e das entidades e coleta de elementos probatórios.

2 – DECISÃO

Foi nesta fase que o DPF iniciou e se integrou no problema. Precedeu à decisão a nível regional estudo profundo dos fatos apurados, inclusive do ponto de vista legal quando foram avaliados os indícios para dar base legal ao futuro procedimento. Apesar da fragilidade dos elementos probantes, mas considerando outros aspectos, a opção foi pelo procedimento penal e diante da previsão de grande repercussão foram consultados os órgãos centrais.

Com o sinal verde passou-se ao planejamento.

3 – PLANEJAMENTO

O planejamento obedeceu a duas fases distintas. Uma em que foram estabelecidas as linhas gerais a nível de comando e outra em que os órgãos de segurança empenhados, já com missões definidas, elaboraram o plano operacional.

Ao DPF como responsável pela operação coube a coordenação geral do planejamento.

3.1. Estabelecimento das Linhas Gerais

Com a participação das chefias de todos os órgãos empenhados na operação foram estabelecidas as linhas gerais, quando ficou decidido entre outros aspectos o seguinte:

- missões dos órgãos participantes;

- pessoas a serem presas;
- locais onde deveriam ser realizadas buscas e o que deveria ser colhido;
- locais onde seriam recolhidos os presos, feitos os interrogatórios preliminares e formalização de declarações;
- locais para onde deveria ser conduzido o material apreendido;
- indicação do encarregado do inquérito;
- conveniências da incomunicabilidade;
- conveniências de notas e comunicados à imprensa;
- datas para término do planejamento, reuniões finais e época aproximada de início da operação.

3.2 – Planejamento Operacional

Definidas as responsabilidades de forma global passaram os órgãos empenhados a elaborar os planos. A partir deste momento somente o planejamento das prisões e buscas foi elaborado pelo DOI, o restante esteve a cargo da DPF, inclusive a coordenação geral a partir desta fase.

3.2.1 – Inquérito

A cobertura legal de todo o procedimento foi dada pelo encarregado do inquérito, o qual, após estudos dos dados existentes, fez a classificação legal inicial, analisou as provas e orientou as equipes para colhe-las e produzi-las, além de alertar quanto aos prazos (incomunicabilidade, liberações, etc.)

Ao encarregado do inquérito coube:

- a feitura dos relatórios de vida pregressa dos implicados como os dados não classificados para juntada no IP;
- instauração do IP e sua condução;
- expedição dos mandados de prisão e de busca e apreensão;
- formalização das apreensões e restituição do material sem interesse para o IP;
- formalização das declarações dos presos e orientação da equipe de apoio na execução desse trabalho;
- oitiva das demais pessoas após a fase aguda da operação;

O inquérito foi instaurado no dia anterior ao desencadeamento da operação, possibilitando dessa forma a expedição dos mandados.

O tempo gasto, em média, para a formalização das declarações dos presos situou-se entre 6 a 8 horas.

Contou o encarregado do inquérito inicialmente com mais um delegado e um escrivão para formalização das declarações e, no pique da operação, com três duplas.

Esteve a disposição do encarregado do IP uma equipe composta de cinco agentes para quaisquer missões necessárias.

3.2.2 – Prisões e buscas

O planejamento das prisões e buscas primou pelos detalhes, cobrindo desde a constituição das equipes à missão que cada componente realizou. Os resultados foram surpreendentes. O plano obedeceu estruturação na forma a seguir descrita.

a – Missão

b – Execução

- data;

- órgãos que compuseram a equipe e missão especial de cada membro;

- indicação dos que analisaram previamente o material arrecadado nas buscas (órgão ou pessoa), os quais não realizaram a prisão, apenas, efetuada esta, determinaram o material a ser conduzido.

c – Constituição das Equipes

Para 11 prisões e 6 buscas foram utilizadas 6 equipes compostas por 3 policiais para a prisão e de 1 a 4 analistas para as buscas, de acordo com a previsão do volume de material, sendo que esta equipe acompanhou a de prisão e passou a atuar após o sinal verde daquela equipe, estabelecendo-se neste item, também, as prioridades de prisão e buscas, bem como o detalhamento da missão de cada membro da equipe.

d – Prescrições Diversas

Neste item foram estabelecidos os horários do início da operação, os passos que as equipes seguiram, contatos com a central de comunicações (chegada ao alvo, cumprimento da missão), armamento a ser utilizado, relacionamento com a equipe de busca, hospital para onde deveriam ser encaminhados os eventuais feridos, etc.

e – Administração

Alimentação das equipes, etc.

f – Comunicações

Rede – rádio

As equipes executaram o serviço munidas dos mandados de prisão e de busca e apreensão. Estavam compostas por elementos de diversos órgãos de segurança.

O posto de comando, que contou com o assessoramento do Encarregado do Inquérito, funcionou na central rede-rádio, instalações do DOI.

3.2.3 – Recepção dos Presos e do Material Apreendido.

Aqui foram estabelecidas as normas para o recebimento dos presos e do material apreendido, os quais foram conduzidos para o DPF.

Os presos eram recebidos por uma equipe composta de 5 elementos, que observavam se o preso dera o ciente no mandado de Condução expedido pelo encarregado do Inquérito e os conduziam:

- as mulheres para uma equipe composta de uma Delegada, uma Escrivã e duas Agentes;
- os homens para uma equipe composta de um (aqui termina a folha)

Estas equipes relacionavam os pertences dos presos, envelopando-os e, após revista pessoal, conduziram-nos à Seção de Custódia onde eram recolhidos em celas previamente determinadas. Coube à custódia o encaminhamento dos presos à identificação e fotografia (medida de cunho operacional e não solicitada pelo Encarregado do Inquérito), bem como ao exame médico a que foram submetidos antes de serem interrogados.

A arrecadação do material foi feita na presença de testemunhas, mediante a apresentação do competente mandado. O material foi relacionado e assinado pelas testemunhas.

O material apreendido era entregue à equipe que recebia os presos e encaminhado as dependências previamente escolhidas onde havia uma separação inicial seguinte:

- material sem interesse;
- material indicativo de tendência do detentor;
- material de interesse para o inquérito.

Feita essa primeira triagem, passou-se em seguida, a uma análise mais acurada por uma equipe de funcionários conhecedores do movimento comunista brasileiro e do fato em investigação. Só então foram decididas apreensões e restituições de material.

3.2.4 – Interrogatórios Preliminares

Os interrogatórios preliminares foram iniciados com três equipes compostas de um Delegado ou equivalente, dois Agentes experientes e um Escrivão cada uma com outra de reserva. O objetivo era funcionamento ininterrupto, dia e noite, dos interrogatórios.

Após o primeiro dia de trabalho, avaliados os resultados, optou-se por número maior de equipes, compostas de um Delegado ou equivalente e de um Agente, passando a funcionar das 8:00 hs às 24:00. Esta alternativa apresentou melhores resultados.

O chefe da equipe, ao final de cada etapa do interrogatório, passava ao escrivão os dados colhidos para serem datilografados. Com o desmembramento das equipes de interrogatório preliminar os escrivães continuaram com a mesma missão, mas com a distribuição de tarefas pelo chefe do cartório. Um deles ficou permanente com o encarregado do inquérito.

Uma cópia dos preliminares era encaminhada ao encarregado do Inquérito e outra à equipe de análise, composta por três funcionários especializados, os quais analisavam e orientavam os interrogadores, quando fosse o caso.

Antes de considerar qualquer preso em condições de ter suas declarações reduzidas a termo, era feita uma análise final e encaminhados todos os preliminares ao encarregado do Inquérito.

Vale ressaltar a importância das reuniões diárias com todos os analistas e interrogadores, quando eram avaliados os resultados e passadas informações de uma para outra equipe.

É, também, importante, que os interrogadores estudem antecipadamente o passado e implicações das pessoas que irão interrogar, a fim de evitar perguntas fora do contexto ou demonstrar insegurança e desconhecimento dos fatos.

3.2.5 – Público Externo

O trabalho de relacionamento com o público, parentes, advogados, representantes de entidades e imprensa, que buscavam informações sobre os fatos e presos, foi controlado diretamente pelo Superintendente Regional, auxiliado pela Comunicação Social.

Foi proibida qualquer manifestação de funcionários sobre os fatos e os presos à imprensa e às pessoas.

Na primeira entrevista com a imprensa, dada pelo Superintendente, foi distribuída a nota oficial. Apesar das pressões de toda ordem, as ligações com o público, principalmente com a imprensa, foram conduzidas de forma a minorar a imagem negativa que os órgãos de comunicação social deram às prisões.

Sempre esteve bem presente nesse relacionamento a análise das possíveis repercussões de qualquer declaração oficial e inclusive da conveniência ou não de responder às provocações feitas. O silêncio constitui-se num elemento de esvaziamento do assunto a nível da imprensa.

3.2.6 – Administração

- As atividades administrativas foram controladas e coordenadas por um funcionário da SR, especificamente designado para tal função;
- A segurança física da Superintendência e suas instalações foi objeto de atenção devida, recebendo reforço da PM/PR cujos elementos foram posicionados estrategicamente e ostensivamente;
- A vigilância dos presos foi efetuada, dia e noite, por uma equipe de seis Agentes, entre os quais, dois do sexo feminino, permitindo assim não só a observação constante do seu comportamento, como também o pronto atendimento a eventuais sinais de problema de saúde;
- Foi determinado ao Serviço de Custódia que, com a devida cautela, permitisse a entrada de roupas e frutas

Que eram entregues aos presos por familiares e amigos na Comunicação Social;

- Repercutiu favoravelmente o tratamento dado aos presos, fato tornado público através de suas próprias declarações à imprensa, após liberados;
- Os presos foram liberados parceladamente, em grupos de dois e três, sempre no horário noturno, entre 20:00 e 22:00 horas. Nesta oportunidade não se procurou impedir o trabalho da imprensa que, no entanto, não teve acesso às dependências da Superintendência;
- Por ocasião da sua liberação os presos foram submetidos a novo exame antes de ganharem a liberdade;
- De um modo geral todo o efetivo empenhado na operação fez as refeições na própria cantina da Superintendência que forneceu a alimentação, evitando assim a dispersão de funcionários;
- A operação contou com os necessários recursos financeiros, de viaturas e armamentos para pronta utilização em caso de necessidade.

4 – CONSIDERAÇÕES GERAIS

Alguns aspectos importantes observados no decorrer da operação “Pequeno Príncipe”.

- celeridade do procedimento inquisitório na fase que vai das prisões a até a soltura;
- número elevado do efetivo empenhado, 30 a 40 policiais em média;
- divisão de trabalho com missões definidas para cada equipe, algumas das quais especializadas;

- reuniões diárias entre os integrantes das equipes de interrogatório e de análise para avaliar os resultados obtidos e para reorientar os interrogatórios;
- atendimento e controle centralizado à imprensa, aos parentes dos presos e demais interessados em conhecer o assunto, sempre que possível com a participação de pessoa especializada em propaganda e contra-propaganda;
- trabalho integrado com os demais órgãos de segurança da área;
- definir como encargo único ao Encarregado do Inquérito o acompanhamento e orientação dos interrogatórios preliminares com vistas a obtenção da prova, formalizar as declarações dos presos e orientar as equipes encarregadas pela formalização dessas declarações;
- cuidados para que não haja “vazamento” de dados que possam comprometer a operação e a organização;
- realimentação de dados (feed-back) da investigação até a remessa do IP à Justiça.

Bel. Bernardino Bochi

Matr. Nº 2.096.009

Coordenador Regional Policial SR/PR

(carimbo)